

**XXVIII Semana de História da
Universidade Federal de Juiz de Fora**

Genocídios, Massacres e Nacionalismos.

09 a 13 de maio de 2011 – UFJF

Anais do Evento

Ana Paula Bôscaro

Antonio Gasparetto Júnior

Camila Martins

Carina Miguet

Fernanda Gherardi

Laiz Perrut

Leonardo Bassoli Angelo

Luiz Henrique Giácomo

Renata Fernandes

Rhuan Fernandes

Thiago Firmino

(Organizadores)

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”
ISSN: 2317-0468.
09 a 13 de maio de 2011

XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora

Instituto de Ciências Humanas – ICH

Centro Acadêmico de História – Gestão “Próximos Passos”

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Ficha Técnica

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”. Juiz de Fora, 2011. ISSN: 2317-0468.
456 p.

1. Genocídios – 2. Massacres – 3. Nacionalismos

Comissão Organizadora:

- Ana Paula Bôscaro
- Antonio Gasparetto Júnior
- Camila Pereira Martins
- Carine Miguet
- Fernanda Gherardi
- Laiz Perrut
- Leonardo Bassoli Angelo
- Luiz Henrique Giácomo
- Renata Fernandes
- Rhuan Fernandes
- Thiago Firmino

Diagramação e Normatização:

- Antonio Gasparetto Júnior

Sumário

Comunicações:

História Econômica Brasileira

1. Economia, Identidade e Cultura Material.
Felipe Marinho Duarte..... 8
2. A Dízima da Alfândega da Bahia: a alteração da pauta, 1723-1730.
Hyllo Nader de Araújo Salles..... 21

Escravidão e Opressão Africana

1. Novas Perspectivas Sobre o Escravidão na Zona da Mata Mineira: a escravidão urbana na Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna – 1860 a 1888.
Caio da Silva Batista 39
2. Os Dembos em Angola: um campo para análise das relações afro-portuguesas.
Ariana Moreira Espíndola & Daiana Lucas Vieira 51
3. Entre Jornais e Arrematações: o trabalho livre e escravo na construção do núcleo urbano de Mariana durante o período colonial.
Fabrício Luiz Pereira & Carlos Alberto Pereira 61

Questões Religiosas e Políticas no Brasil Colônia

1. “[...] e portanto Ordeno que por Mar, e por Terra se lhes façam todas as possíveis hostilidades, autorizando o Corso, e Armamento, a que os Meus Vassallos queiram propor-se contra a Nação Francesa [...]”: a invasão da Guiana Francesa pelos luso-brasileiros.
Ivete Machado de Miranda Pereira..... 72
2. Poder Local, Reis e Oficiais Camarários em Vila Rica, 1711-1720.
Luiz Alberto Ornellas Rezende 87

História Política e Social no Brasil Império

1. “Revolução de 1829”: o processo eleitoral e a disputa pelo poder na vila oitocentista de São João del-Rei. Carlos Eduardo Maculan	100
2. A Maioridade e o Movimento Armado de 1842: dois pontos de vista. Fernanda Chaves Gherardi	113
3. Guido Marlière e a Civilização Indígena: apontamentos sobre um projeto do Império do Brasil. Leonardo Bassoli Angelo	121
4. Separando o Joio do Trigo? Os indígenas no Império do Brasil. Renata Silva Fernandes	129

Reflexões Sobre a História dos Estados Unidos

1. Estados Unidos: o eco lockeano na construção da nação. Cynthia Filipino	141
2. A Guerra Hispano-Americana de 1898 e o Mundo Intelectual Latino-Americano. Daiana Pereira Neto	149

História da Arte

1. Notas Sobre a Pintura Histórica de Anselm Kiefer Andréia de Freitas Rodrigues	161
2. Mario Pedrosa: a crítica da arte e a militância da modernidade. Beatriz Pinheiro de Campos	167
3. Rock Brasileiro: um estranho no ninho (uma análise da indústria fonográfica nos anos 80). Diogo Leitão	175
4. Diego Rivera, Nelson Rockefeller e o <i>Homem na Encruzilhada</i> . Giovana Loos Moreira & Thalles do Nascimento Castro	190

5. “A Princesa Isabel, o Povo de Juiz de Fora”: monumento à Princesa Isabel no Parque do Museu Mariano Procópio. Julliana Garcia Neves & Marcela Franca e Gomes Silva.....	199
6. Ciência, Cultura e História! Efervescência cultural e modernismo intelectual: um panorama das transformações culturais na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1870-1930. Leonardo Santana da Silva	211
7. Alejo Carpentier: uma América em construção. Pedro Henrique Leite.....	225
8. Trajes, Trapos e Traças: o corpo da memória no guarda-roupa do menino rei. Samuel Mendes Vieira & Fabiana da Silva.....	235

História Oral e Educação

1. Um Estudo Comparado do Ser Nacional e da Violência no Brasil, no México e na Alemanha do Início do Século XX: inspirando futuros pesquisadores professores, e professores pesquisadores. Ana Luiza de Oliveira Duarte Ferreira	244
2. A Luta pela Memória: o vídeo <i>Lapa Azul</i> e o testemunho dos veteranos juiz-foranos. Hélio de Mendonça Rocha & Humberto Ferreira Silva	259
3. História Oral: a memória de Petrópolis no tempo industrial. Pedro Paulo Aiello Mesquita.....	265
4. A Recepção da Psicanálise no Rio de Janeiro (1914-1944): atores e fontes no projeto para a civilização brasileira. Rafael Dias de Castro	278

História Medieval

1. “L’incontro di una Religione Troppo Giovane com uno Stato Troppo Vecchio”: o processo de inserção do poder católico no poder temporal. Filipe Queiroz de Campos	293
---	-----

Democracia e Grupos Minoritários no Século XX

1. A “Experiência Coletiva” dos Trabalhadores na Justiça do Trabalho (Juiz de Fora, década de 1950).	
Alessandra Belo Assis Silva.....	305
2. Os Movimentos Populares em Juiz de Fora nos anos 80	
Fabiana Aparecida de Almeida.....	316
3. Análise da Democracia no Governo Fernando Henrique Cardoso por meio das Charges	
Marcelo Romero	324
4. Mulheres e História: representação feminina nos processos criminais da década de 1980 em Teixeira Soares-PR.	
Solange Mierzwa & Hélio Sochodolak	339

Aproximações Entre História e Literatura

1. A Construção do “Mito Salvador” no Livro “A Quarta Humanidade” de Plínio Salgado	
Luiz Mário Pereira Costa & Pedro Ivo Dias Tanagino	352
2. A Periferia Contemporânea e o Jogo de Interesse das Classes Dominantes	
Márjori Corrêa Mendes	364
3. Genocídio em 2228: a propaganda eugenista brasileira.	
Pedro Victor Monteiro de Carvalho	376

Historiografia em Análise

1. Richard Morse e Gilberto Freyre: visões e concepções comparadas sobre uma pré-história das Américas.	
Mariana Ambrósio Costa.....	387
2. O Jovem Warburg e o Laocoonte de Lessing	
Serzenando Alves	396

História Política e Social na República

1. Seguridade e Sociabilidade: um projeto de pesquisa sobre o cotidiano de mutuais de imigrantes em Juiz de Fora (1872-1919).	
Antonio Gasparetto Júnior.....	407
2. Micro-História e Canudos: a religiosidade como chave de leitura da saga conselheirista.	
Edgar Luiz Felipe da Silva	417
3. Canudos: genocídio ou despreparo militar. Um estudo sobre as campanhas militares contra Antonio Conselheiro.	
Marcos Antonio Tavares da Costa.....	427
4. Pobreza e Assistência Pública e Privada em Minas Gerais (1888-1923)	
Virna Lígia Fernandes Braga.....	441

História Econômica Brasileira

Economia, Identidade e Cultura Material.

Felipe Marinho Duarte*

Não é o presente em grande parte a presa de um passado que se obstina em sobreviver, e o passado, por suas regras, diferenças e semelhanças, a chave indispensável para qualquer compreensão do tempo presente? (Fernand Braudel)

Resumo: O artigo busca fazer considerações quanto à construção da identidade juizforana, refletindo sobre o processo de elaboração e ressignificação simbólica dos elementos identitário da cidade. Não obstante, a história financeira da cidade e região é entendida como um importante subsídio para construção da comunidade imaginada de Juiz de Fora.

Palavras-chave: Juiz de Fora, Identidade, História Econômica.

Abstract: The article attempts to make considerations regarding the construction of identity from Juiz de Fora in the long term, reflecting on the process of development and symbolic reframing of the elements of the city identity. Nevertheless, the financial history of the city and region is seen as an important tool for construction of the imagined community of Juiz de Fora.

Keywords: Juiz de Fora, Identity, Economic History.

O presente artigo procura refletir acerca do processo histórico que envolve a invenção da identidade de Juiz de Fora, levando em consideração alguns elementos que representam o município frente as demais localidades regionais. Portanto, serão retomadas as conjunturas históricas que definiram a instituição de alguns símbolos políticos que representam a cidade, especialmente aqueles com os quais os cidadãos reconhecem como elemento característico da cidade.

* Mestrando em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O objetivo central é demonstrar como se deu o processo de construção do Brasão de Armas de Juiz de Fora, onde são representados alguns acontecimentos históricos que marcaram o desenvolvimento do município. Almir de Oliveira, um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (IHGJF), foi quem esboçou um primeiro desenho do Brasão de Armas da cidade e sugeriu aos demais membros do IHGJF, sendo aceita sua sugestão pelos demais membros do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora¹.

Entretanto, neste momento não se pretende realizar uma análise heráldica das cores e elementos que compõem o símbolo em questão, mas sim, tentar desenvolver uma reflexão crítica dos fatos históricos que estão representados do Brasão de Armas de Juiz de Fora. No entanto, não se deve perder de vista que o símbolo é resultado das escolhas de um pequeno grupo de pessoas, mais especificamente de um grupo de intelectuais da cidade, sendo assim “(...) *estes homens estavam ligados aos grupos dominantes locais, seja porque na maioria das vezes seus autores vinham de extratos sociais vinculados aos grupos dominantes, ou porque tornaram-se seus reprodutores ou porta-vozes, identificando ou criando tradições que acabavam, muitas vezes, reforçando estes mesmos grupos*” (LAMAS; SARAIVA, 2009: 53).

A construção identitária de Juiz de Fora se fundamentou no opulento passado da cidade para inventar suas tradições. Neste sentido, os intelectuais locais buscaram enaltecer os fatos históricos ligados, principalmente, a economia local. Encontrando na cafeicultura e na industrialização os componentes necessários à construção de uma unidade simbólica para o município.

A história econômica será tratada de maneira periférica neste artigo, pois os fatos históricos escolhidos para compor o Brasão de Armas da cidade fazem menção direta ao desenvolvimento material de Juiz de Fora, sendo a cidade um centro urbano de referência para a região da Zona da Mata. O dinamismo econômico do município é retratado de forma positiva pelos sócios do IHGJF, não somente no Brasão mais também em diversos outros trabalhos com características iconográficas e literárias.

A literatura pode ser entendida como um recurso metodológico para o historiador, servindo com uma importante fonte de pesquisa, pois a riqueza de detalhe

¹ Entrevista concedida a Pró Reitoria de Cultura no Museu Arte Murilo Mendes, para o projeto Diálogos Abertos no dia 15 de julho de 2008. Os entrevistadores foram os jornalistas Wilson Cid e Ismair Zaghetto e os advogados Nilson Leão, Paulo Medina e Paulo Nader.

nela contida pode ampliar a capacidade de compreensão de um determinado contexto social. Além disso, podem fornecer dados fundamentais para o entendimento dos interesses e motivações que levaram estes homens a inventarem uma nova tradição para a cidade, de certa forma rompendo com os ecos do colonialismo tão presente nas cidades das Minas Gerais.

Num importante artigo para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, o historiador M.X.U. Pedrosa, afirma que Minas Gerais é filha do século XVII, do bandeirismo, do ouro e pedras preciosas, da arte barroca tão bem executada por Aleijadinho, enquanto “(...) *a Zona da Mata é uma ruptura com o passado histórico de M.G. Ela não foi palmilhada por bandeirantes, nem deve a nenhum deles a formação de qualquer povoado*” (PEDROSA, 1962: 189). Devemos lembrar ainda, que a Zona da Mata ganha importância na Província mineira a partir da abertura do Caminho Novo e se desenvolve economicamente em meados do século XIX, com a introdução da produção cafeeira na região (MERCADANTE, 1973).

O processo de elaboração de elementos identitários que representam uma comunidade, tais como os brasões, bandeiras, hinos, entre outros devem “[...] *definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais*” (POLLAK, 1989: 3). Logo, estes símbolos têm que lidar com as múltiplas referências sociais de uma comunidade, portanto, o conceito de *comunidade imaginada* podem ser aplicado, assumindo neste momento as perspectivas teóricas de Benedict Anderson (2008), cujo pensamento acerca da comunidade disse que “*ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirem falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles*” (ANDERSON, 2008: 32).

Em primeiro lugar cabe definir quais foram as instituições e personagens responsáveis por promover o município frente às demais localidades da região, buscando entender as peculiaridades destes atores que *imaginaram* Juiz de Fora como uma cidade vanguardista, conduzida por um ideal de modernidade. Nada disso seria possível se as condições materiais não fornecessem aos intelectuais da época argumentos plausíveis a criação dos mitos que deram origem a juizforanidade.

As condições que levaram a formação de um mercado editorial permitiram uma maior circulação de idéias, de fato, após a invenção Gutenberg² foi inaugurada uma nova era da informação. Uma revolução intelectual conduzida pela formação da imprensa, onde a capacidade de produção e circulação de textos impressos ocasionou uma popularização dos livros, jornais, tablóides, entre outros impressos, sem precedentes na história. Essa dinâmica possibilitou maior acessibilidade a estes produtos, portanto, este mercado em formação deve ser compreendido como “*sendo uma das primeiras formas de empreendimento capitalista, o setor editorial teve de proceder à busca incansável de mercado, como é próprio ao capitalismo*” (ANDERSON, 2008: 72). O próprio Benedict Anderson (2008) reforça o papel singular das línguas vernáculas no processo de formação das *comunidades imaginadas*, em que pese o autor tratar da formação dos Estados nacionais.

Hegel observou que os jornais são, para o homem moderno, um substituto das orações matinais – é paradoxal. Ela é realizada no silêncio da privacidade, nos escaninhos do cérebro. E no entanto cada participante dessa cerimônia tem clara consciência de que ela está sendo repetida simultaneamente por milhares (ou milhões) de pessoas cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida. Além disso, essa cerimônia é incessantemente repetida a intervalos diários, ou duas vezes por dia, ao longo de todo o calendário (Anderson, 2008: 68)

No caso específico de Juiz de Fora os jornais que circulavam na cidade, especialmente o *Pharol*, nos dão a dimensão quase que exata da formação de uma cultura material moderna no município, sendo estes jornais vistos como objetos que representam esta cultura material em formação. Em 11 de setembro de 1866, “*aparecia em Paraíba do Sul “O Pharol” que lá circulou até 30 de agosto de 1867, quando distribuiu o seu nº 101. Foi transferido em 1870 para Juiz de Fora*” (OLIVEIRA, 1975, p. 194). O jornal *O Pharol* era um dos principais veículos de informação de sua época, contendo notícias do cotidiano da cidade, propagandas de estabelecimentos comerciais, bens de consumo oferecidos pelas lojas e armazéns da cidade, além de notas sobre o Império e de sua capital. Em 1871 é firmado um “[...] *contrato com a Câmara Municipal para a publicação do seu expediente no mesmo Jornal*” (OLIVEIRA, 1975, p. 119).

² Johannes Gutenberg (1390-1468), importante figura do século XV a ele foi atribuído os créditos da invenção da prensa móvel.

Nas últimas décadas do século XIX e início do XX o jornal *O Pharol* era responsável por irradiar a imagem da cidade para o Brasil, uma vez que este jornal chegou a circular no Rio de Janeiro, então capital do Império, conseqüentemente Juiz de Fora adquiriu maior destaque no cenário político mineiro e nacional. Concomitantemente a esta exposição do município pelas páginas do *Pharol*, a economia mineira, principalmente da Zona da Mata, se enriquecia com o desenvolvimento da cafeicultura na região.

Este produto encontrava em Juiz de Fora, centro de referência urbana para a região, melhores condições de serem transportados para o porto do Rio de Janeiro. Primeiramente, este movimento se deu através da Estrada de Rodagem União Indústria, inaugurada em 23 de junho de 1861, e posteriormente pelos trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II.

A cidade passava por uma ascendente capitalização de recursos, que proporcionava condições financeiras favoráveis aos investimentos na sua infra-estrutura da cidade e região, o desenvolvimento por efeito em cadeia (HIRSCHMAM, 1985) foi em grande parte responsável pela formação de um variado setor de prestação de serviços no município. A favorável conjuntura econômica de Juiz de Fora em 1861, contava com “*uma arrecadação de 9:417\$167, era já o Município de Paraibuna o terceiro da Província, estando à sua frente apenas os de Ouro Preto e São João Del-Rei, arrecadando 16:590\$575 o primeiro e 15:590\$563 o segundo. Mas pouco depois, antes de 1870, nenhum outro se equiparava a ele*” (OLIVEIRA, 1966, p. 93).³

Nas três últimas décadas do século XIX, a cidade viveu um período ímpar de ascensão econômica, com o crescimento das lavouras de café e o excelente preço do produto no mercado externo⁴, a cidade desenvolveu outros setores da economia local, principalmente a indústria, o setor de transportes e o mercado de capitais.

³ É no mínimo curioso considerar que a arrecadação do município de Juiz de Fora passe a ser a maior do Estado no mesmo período em que o jornal *O Pharol* se transfere para a cidade. Assim como a publicação do expediente da Câmara Municipal, instituição responsável por definir as áreas de investimento dos recursos públicos.

⁴ Neste período de trinta anos há um aumento progressivo do preço do café, salva exceção, do início dos anos 80 do século XIX, período em que o país encontrava-se na Crise do Encilhamento. Todavia, esta crise foi um fator determinante para o desenvolvimento da industrialização por conta da formação de Sociedades Anônimas. Ver também: CROCE, Marcus Antônio. *O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008. PIRES, Anderson José. *Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói, 1993.

Nos últimos anos da década de 1880, a elite financeira da cidade e região promoveu dois grandiosos empreendimentos que tinham a intenção de colocar Juiz de Fora numa posição de vanguarda nacional. São eles: o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, importante instituição financeira da cidade no período, e a Companhia Mineira de Eletricidade, responsável pela Usina de Marmelos, a primeira hidroelétrica na América Latina.

O município ostentava sua riqueza realizando projetos urbanísticos para a cidade inspirados nas reformas urbanas de Veneza e Paris, sua incipiente industrialização gerou comparações com as mais modernas cidades da Europa. Rui Barbosa disse em um discurso proferido em abril de 1919 as seguintes palavras: “*Juiz de Fora, a Barcelona Mineira, cidade da indústria, do operariado e das relações liberais, a Associação Comercial é o coração das forças produtivas, em cujo futuro se contém o porvir deste Estado*” (OLIVEIRA, 1975, p. 106). Paulino de Oliveira, refere-se a cidade por vários nomes, tais como: “*Atenas Mineira*”, “*Princesa do Paraibuna*” e “*Manchester Mineira*” todos a fim de adjetivar positivamente o município. Já nos versos de Duque Bicalho e Lindolfo Gomes, que se transformou no hino do município, a comunidade é chamada de “*Princesa de Minas*”.

Os investidores da época conduziam Juiz de Fora à modernidade, pelas vias da industrialização, das reformas sanitárias, da urbanização inspirada nos valores estéticos franceses (BARROSO, 2008). Estes elementos corroboraram para o movimento de criação da juizforanidade, que pretendia, em última instância, romper com uma tradição colonial mineira fundamentada na estética barroca, transformando a cidade em exemplo de sofisticação para época. Portanto a construção da identidade não deve ser entendida como simplesmente um processo pensado para promover a dominação, mas sim, como um elemento responsável por criar um sentimento de pertencimento a uma comunidade.

A cidade pretendia, desta forma, criar uma tradição própria que lhe desse singularidade frente as demais províncias do estado, assim como Hobsbawn propõe em seu livro *A invenção da tradição*, que a compreensão de “[...] *que nem todas essas tradições perduram; nosso objetivo primordial, porém, não é estudar suas chances de sobrevivência, mas sim o modo como elas surgiram e se estabeleceram*” (HOBSBAWN, 1997, p. 9).

A tentativa de ruptura com o passado colonial se dá principalmente no campo da cultura, pois a conjuntura econômica vigente ainda estava fortemente atrelada à estrutura escravista. Tivemos em Juiz de Fora o que podemos chamar de “republicanos de véspera”, ou seja, homens que tinham grande parte do seu capital atrelado à produção cafeeira e que utilizavam largamente o trabalho escravo nas suas unidades produtivas, ao exemplo de Candido Toste, um dos maiores produtores de rubiácea da região, direcionou a um amigo a seguinte carta:

Não tenho respondido há muito tempo as suas duas últimas cartas por andar muito preocupado com a administração dessa nossa fazendinha, preocupação esta aos tais senhores pela celebríssima lei do 13 de maio, obra monumental dessa idiota que só pensa hoje na Rosa de Ouro que lhe foi conferida pelo Papa e que espera alcançar do mesmo ser canonizada muito brevemente. Felizmente o que vai acontecer é ser enxotada pela Barra afora. (...) Quando a republicanos em que me fala, tenho a dizer-lhe só que, no dia 02 do corrente houve eleições aqui no nono distrito para 1 deputado e os cascudos mais importantes de nossa freguesia votaram no candidato republicano. (...) já vê que caminhamos a passos de gigante para riscarmos da América essa instituição que se chama monarquia. Sendo o amigo um dos generais do partido pode contar com mais um soldado que com melhor vontade hasteou no dia 02 do correte a bandeira republicana (Saraiva, 2001, p.144)

A abolição da escravatura, assim como a proclamação da república são movimentos sócio-políticos importantes até mesmo na reorganização do espaço e do imaginário, e conseqüentemente para compreensão dos processos de elaboração e ressignificação simbólica que ocorreu no Brasil na última década do século XIX. Segundo o recenseamento de 1872, Juiz de Fora era apontada como a província mineira com a maior população escrava de Minas, os escravos chegavam a representar mais de 60% da população da cidade e distritos próximos⁵. “*Era um liberalismo limitado à repulsa ao sistema colonial e não comprometido com os ideais revolucionários franceses que, em primeira instância, chocavam-se com as bases escravistas da propriedade fundiária no Brasil*” (LEVY, 1977, p. 27).

Sendo tão significativo o passado escravista para a cidade torna-se curiosa a postura de Paulino de Oliveira, um dos sócio-fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, que omite em suas principais obras este capítulo da história local. Portanto, a invenção da identidade juizforana como cidade inclinada à modernidade passou por escolhas pontuais do que deveria ser lembrado e o que poderia

⁵ BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento de 1872*.

ser silenciado. Hoje ao andar pelas ruas de Juiz de Fora não se consegue encontrar em nenhum espaço de memória uma referência significativa aos escravos, que através do seu trabalho permitiram o enriquecimento do município.

Apoiar-se nos discursos e nas representações que faziam menções ao passado escravista da cidade, para os homens do início do século XX, era o mesmo que retomar um passado arcaico, especialmente num período em que Juiz de Fora estava vivendo um momento de afirmação da sua modernização, da eletricidade, o enaltecimento da industrial e de seu operariado livre vivendo as transformações capitalista (OLIVEIRA, 2010).

Não seria possível apontar o epicentro da criação desta tradição, mas é inegável que houve instituições e movimentos culturais que selecionaram os acontecimentos históricos que atendiam aos interesses dos grupos dominantes, enaltecendo os aspectos econômicos da cidade, criando uma identidade para o município fundamentada na idéia de um passado de riqueza e prosperidade, que deveria servir de espelho para as gerações futuras.

Neste sentido, o Instituto Histórico Geográfico de Juiz de Fora – IHGJF –, fundado em 1956, vem reforçar a construção destes mitos locais. Esta instituição está diretamente envolvida no processo de reinterpretção da história da cidade. Portanto, cabe neste momento uma análise dos elementos que estão representados no Brasão do IHGJF. Na parte superior do símbolo (Imagem 1) há um livro aberto simbolizando a erudição adquirida através do estudo; nas laterais duas penas que simbolizam a escrita da história; no contorno do Brasão há 34 estrelas, que representam os 34 sócios fundadores do instituto, isto demonstra claramente quantos eram os intérpretes da história local⁶; na parte interna do brasão há duas ampulhetas que simbolizam o tempo histórico; no centro das ampulhetas há um globo fazendo referência à geografia; embaixo destes símbolos estão representados o Morro do Cristo, o Paraibuna, o Caminho Novo e a Estrada União Indústria; no listel está representada a data de inauguração do IHGJF (18 de março de 1956), assim como as seguintes escrituras “*História Mestra da Vida*”.

⁶ Infelizmente até o fechamento deste artigo não foi possível ter acesso as Atas de Reuniões do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora para realizar um levantamento dos sócios fundadores desta Instituição.



Figura 1: Brasão do IHGJF

Após rápida apresentação do brasão do IHGJF, torna-se necessário entender como foi organizado o Brasão de Armas do município e como o mesmo pode se configurar como um objeto de grande representação simbólica. Sua construção privilegia os elementos e fatos históricos com grande apelação a vida econômica de Juiz de Fora, desde os tempos em que a cidade ainda era apenas um pouso para os tropeiros transitavam pelo Caminho Novo, rota que ligava a região das Minas Gerais ao porto do Rio (MERCADANTE, 1973: 61-66).

Os símbolos representados no Brasão de Juiz de Fora (Imagem 2) são: na parte superior observa-se uma torre de cinco pontas, o que significa que o município foi elevado à condição política de cidade; nas laterais temos dois ramos de café fazem menção à principal atividade econômica do município entre o período de 1850-1930; os elementos internos do Brasão são: um Gibão Dourado, que remete ao passado bandeirista, encarnado na figura de Garcia Rodrigues Paes⁷; o monumento ao Cristo Redentor, fazendo alusão ao monumento localizado no Morro do Imperador e que demonstra o caráter católico da cidade; a Balança da Justiça fazendo referência à moral que o município busca apresentar e também esta mesma justiça está representada no nome da cidade – Juiz de Fora –; embaixo destes símbolos citados encontramos uma diligência que se refere à Estrada União Indústria, importante rota de escoamento do café da região para o porto do Rio de Janeiro; na parte inferior do brasão há um raio caindo na água, que simboliza a eletricidade produzida pela Usina Hidrelétrica de Marmelos; por fim, as datas que aparecem no listel, remetem às respectivas datas: o

⁷ Garcia Rodrigues Paes, filho do consagrado bandeirante Fernão Dias. Foi o responsável por iniciar a abertura do Caminho Novo. ALBINO, Esteves. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. 3º Ed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

início da construção do Caminho Novo (1701) e da emancipação do município (1850), assim como a seguinte frase “*Para Pátria e Urbanização*”.



Figura 2: Brasão de Armas de Juiz de Fora

Contudo, torna-se notório que a maioria dos elementos escolhidos para representar Juiz de Fora em seu Brasão de Armas faz menção direta a história dos empreendimentos econômicos da cidade. Portanto, a construção da identidade desta comunidade está atrelada aos feitos da elite financeira de Juiz de Fora e não aos grupos subalternos silenciados pela história oficial.

Para Stuart Hall, teórico da cultura, diz que “[...] a narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais” (HALL, 1999, p.52), que simbolizam as experiências coletivas da comunidade. Neste sentido, a literatura local pode ser um valioso instrumento para o entendimento da sociedade juizforana, especialmente no que tange o entendimento dos grupos esquecidos pela história oficial, dando a carga de subjetividade contida numa obra literária, autores como Pedro Nava (1903-1984) e Murilo Mendes (1901-1975) são leituras indispensáveis para uma compreensão mais detalhada da conjuntura social da cidade.

Juiz de Fora se encontrava em um período de decadência econômica após a crise de 1929, grande parte das fazendas de café que em outrora foram expoentes de riqueza para o município faliu. A denominada “*Manchester Mineira*” agora vivia momentos de incertezas. A crise financeira afetava toda a conjuntura econômica da época, até mesmo

o promissor setor industrial da cidade estava demitindo grandes levas de funcionários e encerrando suas atividades fabris.

O que dizer então destes literatos locais, e por vezes integrantes do IHGJF e que se configuravam como a geração de ilustrados da cidade, após a crise econômica, suas produções literárias apresentam, sobre tudo, um intenso diálogo entre a cultura dos grupos dominantes e a realidade da cidade “[...] *habida cuenta de que no es un mero documento, um texto complementa la realidad, a menudo senãlando la debilidad de las definiciones prevalencientes de está*” (LACAPRA, 1980, p.267).

Portanto, ao utilizar a literatura um recurso metodológico para o entendimento dos pormenores da história local, não se pode perder de vista que estes homens estavam inseridos em um contexto próprio. Suas obras dialogam com valores específicos a esta comunidade, logo, cabe ao historiador entender as questões referentes à subjetividade destes indivíduos para que esta fonte não induza a um erro anacrônico.

Considerações Finais

Ao propor uma reflexão acerca da construção identitária de Juiz de Fora baseada na imagem construída através de bens de consumo acessível a população, tais como: os jornais e as revistas. Não se pode perder de vista que dentro de uma comunidade os valores culturais são múltiplos e estão em um constante processo de ressignificação, ainda mais se tratando de uma sociedade que vivia um intenso fluxo de riqueza e um crescente aumento demográfico.

Neste sentido, torna-se nítido a necessidade de criação de uma identidade que gerasse no indivíduo o reconhecimento das instituições históricas que detém o poder local e que ao mesmo tempo fornecesse o sentimento de pertencimento à cidade, ou seja, que os tornassem cidadãos.

A pluralidade sociocultural existente em Juiz de Fora demandava uma elaboração simbólica que compreendesse sua heterogeneidade, partindo do princípio de criar uma nova tradição que funcionasse de forma dúbia para que todos os diversos grupos sociais existentes no espaço urbano e que fizesse os moradores se identificar com a cidade. A elaboração dos símbolos identitários, bem como a produção literária local era realizada pelos grupos dominantes, como apresentados anteriormente neste

artigo. Todavia, estes referenciais simbólicos são veiculados para a comunidade através da imprensa local e apropriados de diferentes maneiras pelos diversos grupos sociais que constituem o município.

Para os grupos dominantes de Juiz de Fora, estas características vanguardistas do município serviram como elementos identitários, ou seja, eram um referencial simbólico singular a esta comunidade que a diferenciava das demais. Com o advento da abolição, houve uma significativa parcela de ex-escravos que imigraram para regiões próximas ao centro dinâmico da cidade. Entretanto, a estrutura econômica vigente os colocava em uma condição de marginalidade social, contando com pouca ou quase nenhuma articulação política que lhes dessem uma participação determinante na construção identitária do espaço urbano.

Contudo, a construção identitária que se deu na cidade de Juiz de Fora era fundamentada, em última instância, num passado de efervescência econômica, valorizando os elementos que dinamizaram o crescimento da cidade e que permitissem imaginar um porvir de prosperidade.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARROSO, Elaine. *Modernização e Higienismo*. 2008. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2008.

CROCE, Marcus. *O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HIRSCHMAN, Albert. Desenvolvimento por efeito em cadeia: uma abordagem generalizada. In: SORJ et alii. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HOBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1997.

LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. [S.l.]: Wesleyan University, 1980. p.p.237-293. In: PALTI, E. J. (org). *Giro lingüístico e historia intelectual*. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 1998.

LAMAS, Fernando; SARAIVA, Luiz Fernando. *Historiografia tradicional liberal da zona da mata*. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, Juiz de Fora, v. 4, n. 6, jan.-jun. 2009. pp. 50-60

LEVY, Maria Bárbara. *História da bolsa de valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

OLIVERA, Paulino. *Efemérides juizforana (1698-1965)*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1975.

_____. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Comércio e Indústria, 1966.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *Os trabalhadores e a cidade*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2010.

PEDROSA, M.X.U. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - Zona da Mata*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, v. 9. 1962. pp. 189-230.

PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. 1993. 168 f. Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói, 1993.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. pp. 3-15.

SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antiga senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora (1870-1900)*. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói, 2001.

Documentos Primários

ALBINO, Esteves. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. 3º Ed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

DIRETORIA Geral de Estatística Brasil. *Recenseamento de 1872*.

Imagens:

1. Disponível em: <http://www.ihgjf.com.br/index.htm>

2. Disponível em: <http://isal.camarajf.mg.gov.br/index.php?page=jf/brasao>

A Dízima da Alfândega da Bahia: a alteração da pauta 1723-1730

Hyllo Nader de Araújo Salles

Resumo: O presente trabalho tem como objeto o processo de alteração dos preços na pauta para se cobrar os dez por cento da Alfândega da Bahia entre os anos de 1723, primeiro contrato de Vasco Lourenço Veloso, e 1730, ano no qual Sua Majestade resolve por em lanço o contrato da Dízima pela pauta nova, encerrando-se, assim, tal processo. O objetivo é analisar a alteração da pauta da Alfândega da Bahia para se cobrar a Dízima da Alfândega, isto é, o direito dos dez por cento sobre as mercadorias importadas. Para tal, metodologia utilizada foi a sistematização das fontes referentes a alteração da pauta da Alfândega da Bahia, na documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino pertencentes a segunda série.

Palavras-chaves: Colônia; Capitania da Bahia; Alfândega; Pauta

Abstract: This work focuses on the process of price change in the tariff to charge the ten percent of the Customs of Bahia between the years the 1723, first contract Vasco Lourenço Veloso, and 1730, year in which His Majesty decided to auction the contract of ten per cent of the Customs by new tariff, ending thus this process. The goal is to analyze the change of the Customs tariff of Bahia to charge Tithes of Customs, that is to say, the right of ten percent on imported goods. The methodology used was the systematization of the sources about the change of the Customs tariff of Bahia in documentation spare the Overseas Historical Archive belonging to the second series.

Keywords: Colony; Captaincy of Bahia; Customs; Tariff

1. O primeiro Contrato da Dízima da Alfândega

No ano de 1723 a Coroa decidiu meter a pregão a Dízima da Alfândega da cidade da Bahia e Vasco Lourenço Veloso homem de negócio da Praça de Lisboa arrematou no Conselho Ultramarino o primeiro Contrato para o triênio 1723-1726. No ano de 1723 por meio de um requerimento o contratador

Pede a Vossa Majestade lhe faça mercê ordenar ao provedor da Alfândega [Domingos da Costa de Almeida] da cidade da Bahia mande dar todos os materiais para se fazer chaminé e fôrnelha não havendo, e que faça observar ao selador daquela Alfândega e escravos, que lhe assistirem toda a forma de selar que o suplicante José Leal de Paiva dispuser, que será sempre na forma que exercita na Alfândega desta cidade [Lisboa] conformando-se com o foral dela e condições do contrato do suplicante.

Vasco Lourenço ajustou com José Leal de Paiva, selador da Alfândega de Lisboa com mais de quinze anos de experiência, que fosse servi na Alfândega da Bahia, porque sendo inteligente, e prático poria fim a

pura confusão, e desordens das pessoas pela falta da formalidade, e experiência do selador, e dos escravos, que lhe assistem ao total exercício confundindo e embaralhando as fazendas de umas com outras pessoas redundando tudo em grave prejuízo do comércio daquela cidade, desta, e do Contrato do suplicante pela falta de expedição⁸.

Ainda no mesmo ano o contratador por meio de outro requerimento solicitou ao Rei D. João V licença para mandar seu irmão, João Lourenço Veloso e mais companheiros, para administrar o Contrato na Bahia, na tentativa de se evitar os muito conhecidos descaminhos que se praticam naquela Alfândega⁹.

No primeiro semestre desse ano ocorreu uma primeira disputa de força entre o contratador, Vasco Lourenço Fernandes, e o provedor da Alfândega, Domingos da Costa de Almeida, pois por requerimento o contratador solicitava

que se repitam as ditas ordens; e que de novo se passe ao procurador da Alfândega para que faça observar as condições do Contrato; e em virtude delas obrigue ao selador a que meta todos os homens, que forem necessários para se trabalhar com todos os selos durante a ocasião (...) atendendo-se ao principio dito que costuma se dilatar naquele estado¹⁰.

⁸ AHU/BAHIA/REQUERIMENTO do contratador da dízima da Alfândega Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando ordenar ao provedor da Alfândega que o mande dar todos os materiais para se fazer chaminé e fôrnelha e que faça o selador e escravos da Alfândega observarem a forma própria de sela; Bahia, anterior a 9 de março de 1723 [2ª série, cx. 17, doc. 1452].

⁹ AHU/BAHIA/REQUERIMENTO do contratador da dízima da Alfândega Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando licença para a Bahia transportar pessoas que vão administrar um navio negroiro; Bahia, anterior a 20 de março de 1723 [2ª série, cx. 17, doc. 1471]

¹⁰ AHU/BAHIA/REQUERIMENTO do contratador da dízima da Alfândega Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando repetir as ordens ao provedor da Alfândega para que faça observar as condições do contrato da dízima da Alfândega da cidade da Bahia arrematado pelo suplicante; Bahia, anterior a 15 de junho de 1723 [2ª série, cx. 17, doc. 1545].

No ano seguinte, em 1724, tivemos outra disputa entre Domingos da Costa de Almeida e Vasco Lourenço Veloso. À vista disso o provedor por meio de uma carta solicitou ao Rei D. João V isenção da Dízima para as imagens sagradas de pau, pedra e metal. Porque tivera a

notícia, que no Consulado dessa Cidade de Lisboa não pagam as imagens de pau, pedra, ou metal; e que no Rio de Janeiro pelos painéis divinos, e imagens senão paga nada. Parece-me representar a Vossa Majestade ser muito próprio da Sua Real Piedade, e Grandeza mandar livrar esta contribuição as ditas imagens, que vierem para esta Bahia.

Sua Majestade ordenou ao Contratador que respondesse a conta do provedor, o que ele satisfez em 1º de fevereiro de 1725 afirmando, que apesar de ser justa não era o que se observa na Alfândega de Lisboa, e pelas condições do contrato e do foral devia se praticar na Bahia o mesmo que se pratica em Lisboa¹¹.

Após esse episódio no ano seguinte o provedor da Alfândega remeteu quatro cartas com a mesma data - 15 de julho de 1725 - ao Conselho Ultramarino, em parte pela satisfação da provisão régia do mesmo ano, que ordenava ao provedor,

remettesse cópia da pauta dos gêneros, que estavam taxados, e avaliados nela, para pagarem os direitos da dízima, e uma lista dos gêneros, que costumavam vir a Alfândega e senão achavam avaliados nela, com a relação do que valem os gêneros nesta cidade mercantil¹².

A primeira carta foi o informe sobre a cobrança dos direitos da Alfândega dos frutos e gêneros da terra, que entram pela barra da Bahia, que, segundo o provedor, nunca pagaram direitos, exceto o algodão e as manufaturas dele, porém depois de ter arrematado o direito da Dízima, Vossa Majestade foi servido ordenar mandar declarar que a Dízima se cobraria das fazendas, que vierem desse Reino, ou Ilhas a este porto. A segunda solicitava a reforma na nova arrematação do Contrato da Dízima da descarga dos navios na parte, que manda remeter ao guarda-mor da Alfândega todas as fazendas,

¹¹ AHU/BAHIA/CARTA do provedor-mor da Alfândega da Bahia Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V informando sobre a cobrança da dízima das imagens sagradas que chegam à Bahia e solicitando isenção desse pagamento para as imagens de pau, pedra ou metal; Bahia, 12 de abril de 1724 [2ª série, cx. 19, doc. 1681].

¹² AHU/BA/CARTA do provedor da Alfândega da cidade da Bahia, Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V comunicando o cumprimento para enviar a cópia da pauta dos gêneros não avaliados da mesma Alfândega; Bahia, 19 de setembro de 1727 [2ª série, cx. 31, doc. 2803].

que se achar nas cobertas, caixas e outras partes fora das escotilhas. A terceira diz respeito à existência de apenas um selo pequeno na Alfândega da Bahia para selar as fazendas miúdas, e solicita mais três selos. A quarta carta informava sobre a remessa da pauta dos gêneros que estavam taxados e avaliados na alfândega para pagarem o direito da Dízima¹³.

Nessa última carta o provedor, Domingos da Costa de Almeida, advertiu que apesar da pauta conter muitos gêneros os principais

são os de lã, seda e linho – estes importam muito mais que todos os outros – e drogas de que elas se compõem; e com tal diferença são feitas a pauta do Rio de Janeiro e a da Bahia, que em nada conferem, sendo a do Rio nos preços muito mais crescida que a da Bahia.

Para comprovar tal afirmação o provedor anexou a pauta do Rio de Janeiro na carta. Segundo o ele,

a pauta novamente feita (que com pouca diferença é a do Consulado de Lisboa) têm muitos gêneros mais baratos que a do Rio, como são baetas, serafinas, niagem, pano de linho &c. (...) a pauta do Consulado está feita com mais de 20% de favor do que os gêneros comumente valem nesta cidade; e praticada no Brasil (...) vão muitos [gêneros] na pauta nova por metade do justo preço de que lá valem como são as coisas comestíveis, fazendas da Índia e outros.

Por fim Domingos da Costa de Almeida afirmava

que a nova pauta tem de favor para a Fazenda Real, pelo que crescerão os seus direitos 20%, e que tem de favor para os despachantes mais de 40% (...) E mandando-se praticar no Rio esta mesma pauta, entendo não crescerão os direitos mais que até 5%, em razão da maioria que tem e porque atualmente se despacha¹⁴.

¹³ AHU/BA/CARTA do provedor da Alfândega Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V informando sobre a cobrança dos direitos da Alfândega dos frutos e gêneros da terra que entram pela barra da Bahia; Bahia, 15 de julho de 1725 [2ª série, cx. 23, doc. 2088]; AHU/BA/CARTA do provedor da Alfândega Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V pedindo que se reforme a nova arrematação do contrato das dízimas da descarga dos navios na parte que manda remeter ao guarda-mor da Alfândega todas as fazendas que se achar nas cobertas, caixas e outras partes fora das escotilhas; Bahia, 15 de Julho de 1725 [2ª série, cx. 23, doc. 2089]; AHU/BA/CARTA do provedor da Alfândega Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V comunicando a existência de apenas um selo pequeno para selar as fazendas miúdas e solicitando mais três; Bahia, 15 de Julho de 1725 [2ª série, cx. 23, doc. 2091]; AHU/BA/CARTA do provedor-mor da Alfândega Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V informando sobre a remessa da pauta dos gêneros que estão taxados e avaliados para pagarem o direito da dízima; Bahia, 15 de julho de 1725 [2ª série, cx. 23, doc. 2095].

¹⁴ AHU/BA/CARTA do provedor-mor da Alfândega Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V informando sobre a remessa da pauta dos gêneros que estão taxados e avaliados para pagarem o direito da dízima; Bahia, 15 de julho de 1725 [2ª série, cx. 23, doc. 2095].

O Conselho Ultramarino na consulta a D. João V de 4 de março de 1726 afirmava ter notícia de que

a pauta porque se despacham as fazendas nas Alfândegas do Brasil se achava diminuta e desigual nas avaliações dos gêneros deixando também de expressar-se nela o valor de muitos, (...) tomando o Conselho as informações que pareceram necessárias, mandou fazer a pauta que com esta sobe as Reais mãos de Vossa Majestade, na qual se regulam quase todas as avaliações pela pauta do Consulado que já foi aprovada por Vossa Majestade.

Por fim o parecer do Ultramarino foi pela aprovação da nova pauta para as Alfândegas do Brasil, pois

se seguirá uma grande utilidade a Fazenda de Vossa Majestade sem que os mercadores possam justamente queixar-se deste excesso por irem feitas as avaliações com grande moderação e mais favoráveis ao comércio e sendo reguladas na maior parte pelas do Consulado o ficam muito mais estimando-se os gêneros na América pelo mesmo valor que se estimavam na Europa ¹⁵.

2. O segundo Contrato da Dízima e a alteração da pauta

Foi em meio a essa discussão, de alteração da pauta pela qual se despacha na Alfândega da Bahia, que Vasco Lourenço Veloso arrematou novamente o Contrato da Dízima daquela Alfândega para o triênio 1727-1730. E como não houve tempo hábil para se esgotar a dita matéria, se fez necessário

meter a pregão o dito Contrato, e por não haver quem mais lançasse se arrematou a Vasco Lourenço Veloso em preço de duzentos cinquenta e três mil e quinhentos cruzados cada ano fazendo-se a cobrança na forma da nova pauta e porque ela se não achava ainda aprovada por Vossa Majestade se declarou no termo da arrematação que se faria a cobrança na forma sobredita; e teria efeito a arrematação sendo Vossa Majestade servido de assim o haver por bem e suposto que esta renda não tivesse mais aumento que o de cem mil reis, sem embargo de que se considera há de ter pela nova pauta, entendeu o Conselho ser conveniente a Fazenda de Vossa Majestade arrematar-se neste preço por ser notória a grande perda que experimenta o Contratador atual ¹⁶.

¹⁵ AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre a nova pauta da Alfândega da cidade da Bahia; Lisboa, 16 de março de 1726 [2ª série, cx. 21, doc. 2359].

¹⁶ AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre a nova pauta da Alfândega da cidade da Bahia; Lisboa, 16 de março de 1726 [2ª série, cx. 21, doc. 2359].

Na consulta do Ultramarino a D. João V em 16 de março de 1726 se reafirmava a necessidade de aprovar a nova pauta, que estava quase tudo em conformidade com a do Consulado de Lisboa, “e que dela resultará acréscimo a Fazenda de Vossa Majestade ficando os mercadores ainda utilizados em vinte, trinta, e em alguns gêneros quarenta por cento do comum valor que costumam ter no Brasil”. Além disso,

as diligências que devem preceder para o estabelecimento da nova pauta se acham feitas; porque este Conselho ordenou o provedor da Alfândega da Bahia que com os homens de negócio daquela praça fizesse uma pauta para o despacho da Alfândega ao que o dito provedor satisfez¹⁷.

Por meio de um Alvará de 3 de março de 1727 Sua Majestade confirmou e aprovou a nova pauta feita pelo Conselho Ultramarino, na qual se regulam quase todas as avaliações pela pauta do Consulado de Lisboa, e que continha mil e quinhentas e cinquenta e uma adições. Ordenou, ao vice-rei e ao provedor, e mais oficiais da Alfândega da cidade da Bahia, que cumprissem, e fizessem cumprir inteiramente o alvará observando na conformidade dele a pauta nova. Por fim o dito instrumento determinava que valesse como carta e não passasse pela chancelaria, seu visto daria mais de um ano sem embargo da ordenação¹⁸.

A aprovação da nova pauta deu início a um duplo movimento de reação aos impactos no lado de cá do Atlântico decorrentes dessa aprovação; de um lado feito pelos homens de negócio da Praça da Bahia, e de outro do próprio contratador Vasco Lourenço Veloso, pois, afinal, seu contrato do triênio 1727-1730 teve início sem que ainda houvesse uma resolução sobre a matéria de se cobrar os dez por cento da Alfândega por uma nova pauta.

O primeiro fato dessas movimentações foi o despacho do Conselho Ultramarino de 29 de abril de 1727, no qual ordenava abater o excesso da pauta nova a velha ao segundo Contrato da Dízima da Alfândega da Bahia, que arrematou Vasco Lourenço Veloso. Para satisfazer essa ordem o provedor da Alfândega da Bahia, Domingos da Costa de Almeida, ordenou, em 25 de setembro, que o escrivão da Mesa Grande, e o feitor Gaspar Lobo da Cunha, examinassem nos livros da receita os despachos feitos

¹⁷ Idem.

¹⁸ AHU/BA/PAUTA para se cobrar os direitos das Fazendas na Alfândega da cidade da Bahia enquanto durar o contrato que arrematou Vasco Lourenço Veloso; Lisboa, 03 de abril de 1727 [2ª série, cx. 30, doc. 2711].

desde o primeiro de janeiro até o dia 3 de julho de 1727. No dia 5 de novembro desse mesmo ano o provedor por meio de uma carta enviava a conta do excesso, que foi de três contos, seiscentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e trinta e um reis. Essa movimentação se encerra antes do final do ano de 1727, quando o Contratador pede que por certidão, conste se acha liquidada a perda, que pudera haver no Contrato da Dízima da Alfândega ¹⁹.

A nova pauta começou a ser usada para o despacho das fazendas na Alfândega da Bahia em 4 de julho de 1727. Os homens de negócio daquela Praça imediatamente reagiram, ainda no mesmo mês, por meio de uma petição, pediram ao provedor da Alfândega vistas do Alvará. A argumentação apresentada pelos suplicantes se calcava em dúvidas: a primeira, era se o Alvará fora assinado pela Real Mão de Sua Majestade; a segunda, era o fato da Lei não ter passado pela chancelaria; a terceira, derivava da alteração do costume de se pagarem o direito da Dízima pela pauta antiga; a quarta, era fruto do fato de se ter praticado a alteração na pauta sem que os suplicantes fossem ouvidos; a quinta e ultima, foi se Sua Majestade teve presente todas as circunstâncias do dito negócio. Todavia não foram atendidos os homens de negócio, recorreram, então, ao Conselho da Fazenda, que também não lhes deferiu a petição, na ponta da pena, “por não pertencer o caso dele a este Conselho da Fazenda” ²⁰.

Portanto não sendo atendidos nessas petições, intentaram outra, que pedia a suspensão do Alvará, por conseguinte “deviam ser restituídos, e repostos no antigo estado em que sempre se conservaram de pagar pela pauta antiga até serem ouvidos, e convencidos”, já que a nova pauta possuía um excesso muito considerável em comparação com a antiga, e o provedor ao utilizar dela usou de notória força e espólio.

¹⁹ AHU/BAHIA/DESPACHO do Conselho Ultramarino ordenando ao procurador da Alfândega da Bahia que faça abatimento do contrato dos dízimos da Alfândega ao contratador Vasco Lourenço; Lisboa, 29 de abril de 1727 [2ª série, cx. 30, doc. 2732]; AHU/BA/CARTA do provedor da Alfândega da cidade da Bahia, Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V sobre o envio da conta do excesso que houve de pauta nova à velha nos gêneros despachados entre Janeiro e Julho na Alfândega desta cidade; Bahia, 5 de novembro de 1727 [2ª série, cx. 31, doc. 2815]; AHU/BAHIA/REQUERIMENTO de Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando que o secretário deste tribunal lhe passe a certidão da perda que pode ter no contrato do dízimo da Alfândega da Bahia; Bahia, anterior a 9 de dezembro de 1727 [2ª série, cx. 31, doc. 2828].

²⁰ AHU/BA/CARTA do provedor-mor da Fazenda Real do estado do Brasil, Bernardo de Sousa Estrela ao rei D. João V comunicando o envio da cópia dos requerimentos dos homens de negócio da Bahia para se pagarem os direitos na Alfândega da Bahia das fazendas vindas do Reino pela avaliação da pauta velha; Bahia, 22 de setembro de 1727 [2ª série, cx. 31, doc. 2806].

Nessa petição a argumentação da primeira se repete. Contudo novamente não lhes foi deferido nem pelo provedor, nem pelo Conselho da Fazenda²¹.

Mesmo por duas vezes tendo sua petição indeferida, os homens de negócio da Bahia ainda impetraram uma terceira na Provedoria da Alfândega e no Conselho da Fazenda, na qual pediam a Sua Majestade, “que em atenção ao proposto se digne mandar, que se despacho as fazendas pela antiga pauta dando-se fiança ao acréscimo da nova até se conseguir resolução na matéria, receberão mercê.”²²

Mais uma vez do lado de cá do Atlântico a petição foi indeferido, todavia o seu desfecho foi diferente, porque os administradores régios decidiram remetê-las ao Conselho Ultramarino, o que se pode ver na carta de 29 de agosto de 1727 do vice-rei, Vasco Fernandes César de Meneses, sobre a demora da frota, na qual afirmava não tê-la deferido, não

porque o não se achasse justificadíssimo [a petição], pois dando a fiança ao excesso, até a decisão de Sua Majestade, não se faltava a obediência, nem se seguia prejuízo na demora, mas sim por temer, que fosse menos aceita a minha resolução.

Além disso, a situação na Alfândega era tal, que da frota vinda de 08 de junho

ainda agora [agosto], se acha a Alfândega com quase toda a fazenda que veio nos navios; e é certo, que tanto o comércio, como os mais moradores desta cidade, ficaram igualmente consternados, não só pela total falta de ouro, e moeda, por não circular nesta, nem nas mais capitânicas onde tem correspondência²³.

Ainda em setembro de 1727 o provedor da Alfândega, Domingos da Costa de Almeida, vislumbra uma situação de ruína na Praça da Bahia, em sua carta afirmava que

os homens de negócio desta Praça, por não acharem já nele suficiente avanço, utilizando-se pouco em alguns gêneros, e perdendo muito em outros, mandam desfazer muitas companhias, de que resultara não vire a esta Bahia

²¹ AHU/BA/CARTA do provedor-mor da Fazenda Real do estado do Brasil, Bernardo de Sousa Estrela ao rei D. João V comunicando o envio da cópia dos requerimentos dos homens de negócio da Bahia para se pagarem os direitos na Alfândega da Bahia das fazendas vindas do Reino pela avaliação da pauta velha; Bahia, 22 de setembro de 1727 [2ª série, cx. 31, doc. 2806].

²² Idem.

²³ AHU/BA/AVISO do secretario de estado Diogo de Mendonça Corte Real ao conselheiro do Conselho Ultramarino, Antônio Rodrigues da Costa ordenando que se consulte sobre a carta do vice-rei do Brasil que se refere a nova pauta da Alfândega da Bahia; Lisboa, 12 de abril de 1728 [2ª série, cx. 32, doc. 2881]

fazendas, que bastem, a completar os direitos da arrematação do Contrato, em ruína dos homens de negócio, e da continuação dele, em que consiste muita parte da conservação desta República.²⁴

O feito cível de libelo entrepartes enviado para a Corte em Lisboa, no qual os homens de negócio da Praça da cidade da Bahia são autores, contra o réu Vasco Lourenço Veloso, contratador da Dízima da Alfândega dessa mesma cidade, teve grande repercussão do lado de lá do Atlântico, isto é, em Portugal na Corte.

No libelo os autores afirmavam que a Dízima da Alfândega da Bahia foi instituída por meio de um contrato entre o vice-rei, Marquês de Angeja, e os autores, no qual “lhe mandaria guardar a costa dando lhe dez por cento na forma que havia convencionado e preferido na individuação da forma e série do pagamento e o quanto cada um dos gêneros gravados”. Sendo, portanto, uma contribuição gratuita, fruto desse contratado e ajuste, ficando de certo inalterável, não obstante no ano de 1727 o réu, Vasco Lourenço Veloso, alterou tal condição ao introduzir a nova pauta, porque sendo contrato oneroso não poderia haver alteração alguma sem expresso consentimento de ambas as partes que convencionaram²⁵.

Sobre a nova pauta diziam que era exorbitante e totalmente destrutiva do comércio e perniciosa, pois aumentou os direitos em mais da terça parte, sendo favorável apenas ao réu, porque este não deu mais que cem mil réis além dos que anteriormente havia pagado pelo Contrato da Dízima. Além disso, nas palavras do libelo, os homens de negócio afirmavam ser

indubitável que nela [pauta nova] tem maior valor e que a este respeito se considere favorável o preço que tem na Corte contudo este discurso é falível porque há gêneros em que na Bahia se perde cem por cento do seu custo e se compram só para sortimento outros que os mesmos vendedores querem dar saída a uns com outros e é preciso tomarem-se alguns em que se perde para largarem outros em que se ganha.

Além disso, a maior parte dos gêneros estavam gravados na nova pauta com maior direito do que era o preço pelo qual eram vendidos na Bahia, e por isso devia se regular

²⁴ AHU/BA/CARTA do provedor da Alfândega da cidade da Bahia, Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V comunicando o cumprimento para enviar a cópia da pauta dos gêneros não avaliados da mesma Alfândega; Bahia, 19 de setembro de 1727 [2ª série, cx. 31, doc. 2803].

²⁵ AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre ser conveniente que mande por perpétuo silêncio na causa que os Homens de Negócio da Bahia movem ao contratador do dízimo da Alfândega da Bahia; Lisboa, 21 de agosto de 1728 [2ª série, cx. 32, doc. 2921].

a pauta pelo preço, em que se vendem as coisas no país, em que os mesmos direitos se impõem. Tal fato impossibilitava o comércio dos mesmos gêneros, e era essa a origem do fato de muitas casas de negócio terem fechado, pois faltava crédito de poucos anos. Além do mais, a pauta antiga “era e é superabundante para o dispêndio que faz a guarda costa”²⁶.

No termino do libelo os suplicantes afirmavam não ser possível manter a nova pauta por todos os motivos descritos acima, e devia ser julgada por nula por conta dos prejuízos do público, e o réu Vasco Lourenço Veloso, contratador da Dízima da Alfândega, só deve cobrar pela pauta antiga “sendo condenado a restituir tudo o que tiver cobrado de mais do que na pauta antiga se achava convencionado”²⁷.

Em 20 de abril de 1728 o corretor da Fazenda, Luís Pires dos Santos, por meio de uma carta ao rei D. João V, emitia seu parecer sobre a queixa dos homens de negócio da Bahia. Afirmava o corretor não ser justificada tal queixa, porque constando no Conselho da Fazenda o quão diminuta, e irregular estava a pauta antiga, ordenou ao vice-rei, ou provedor da Fazenda, que fosse reformada a pauta com os homens de negócio, avaliando as fazendas pelo preço, que valiam a dinheiro na Praça da Bahia, e sendo vista a pauta que foi feita, e assinada por eles, não restava dúvida que a do Consulado de Lisboa estava incomparavelmente mais favorecida. Além disso, segundo o corretor,

que queixa pode haver de que se façam pagar os direitos dos gêneros na Bahia, pelo preço ínfimo, do que custam em Portugal. Quanto mais, que a pauta do Rio de Janeiro, que é a mesma com que aquela Alfândega se criou, é ainda mais crescida, que a que agora se observa na Bahia; e parece se não fez agravos os suplicantes em igualar, com os do Rio de Janeiro, que também são igualmente vassalos. Além de que esta pauta antes de sair a público, foi vista pelos homens de negócio desta cidade, que são as partes mais prejudicadas; e tanto que viram, que se lhe não excedia a pauta do Consulado de Lisboa, se deram por satisfeitos.

Dizem também os mesmos homens de negócio, que deste vexame, que se lhes pós, senão seguiu a Fazenda de Vossa Majestade mais que utilidade de 100\$*r*, que foi o quanto semelhante cresceu o Contrato. Mas não o dizem, que no Contrato passado, só nos primeiros dois anos, perdeu o Contratador 60\$*r* cruzados, como constou neste Conselho pela certidão de rendimento, que mandou vir: e que mais havia crescer com a nova pauta, do que não baixar o que certamente havia de abater, com a pauta antiga: e é muito, que não

²⁶ AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre ser conveniente que mande por perpétuo silêncio na causa que os Homens de Negócio da Bahia movem ao contratador do dízimo da Alfândega da Bahia; Lisboa, 21 de agosto de 1728 [2ª serie, cx. 32, doc. 2921].

²⁷ *Idem*.

faltando lançadores de cá, e de lá, nenhuma se atrevesse a dar maior lanço; o que tudo foi presente na consulta que então subiu a Real presença de Vossa Majestade.

Por fim Luís Pires dos Santos diz, que em arrematações posteriores não parece ser necessário alterar a pauta da Alfândega da Bahia, pois não havia nenhum escândalo, e “assim como os homens de negócio de Portugal se contentam com a pauta do Consulado, e os do Rio de Janeiro com a sua, que ainda é mais crescida, devem os suplicantes também acomodar-se com o que Vossa Majestade foi servido aprovar.”²⁸.

Vasco Lourenço Veloso em decorrência da ação que contra ele corria fez petição a Sua Majestade no Conselho Ultramarino para que o procurador da Fazenda desta repartição o assistisse na causa, enviando em anexo o libelo, feito pelos homens de negócio da Bahia. O procurador da Fazenda em sua resposta afirmava que nas ações pessoais não tinha lugar a autoria, mas só nas meramente reais, entretanto julgava ser quase impossível, que nessa escandalosa e incivil ação, se verificasse o efeito que se pretendia. Nessa mesma resposta segue a análise de 21 de agosto de 1727 do Conselho Ultramarino sobre o libelo.

Pareceu ao Conselho representar a Vossa Majestade será justo que Vossa Majestade se sirva de mandar por perpetuo silêncio nesta causa; (...) reprimindo por elas o orgulho, petulância, e indecoro com que se acha intentada a ação referida²⁹.

Pois segundo o parecer do Ultramarino, o Marquês de Angeja não estabeleceu com os homens de negócio nenhum contrato, e nem era necessário, que tivesse sido feito; e sobre a pauta antiga, depois de examinada, achou grandemente informe e desigual, sendo feita as diligências necessárias, foi Sua Majestade servido aprovar a pauta nova, que este Conselho havia mandado fazer pelo corretor Luís Pires dos Santos; e mesmo que houvesse um contrato com os suplicantes a alteração não dizia respeito ao que foi contratado, mas só a uma adequação do valor dos gêneros. Sendo o maior absurdo de todos o de se considera no libelo o pagamento desse direito como tributo,

²⁸ AHU/BA/CARTA de Luís Pires dos Santos ao rei D. João V comunicando a queixa que faz os homens de negócio desta cidade acerca da nova pauta da Alfândega da cidade da Bahia; Lisboa 20 de abril de 1728 [2ª série, cx. 32, doc. 2888].

²⁹ AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre ser conveniente que mande por perpétuo silêncio na causa que os Homens de Negócio da Bahia movem ao contratador do dízimo da Alfândega da Bahia; Lisboa, 21 de agosto de 1728 [2ª série, cx. 32, doc. 2921].

pretendendo os suplicantes persuadir que para seu estabelecimento fossem convocados Cortes. Por essas razões o Conselho Ultramarino recomendou que Sua Majestade mandasse suspender o curso da ação, pois seria indecoroso, os vassalos intentarem ações semelhantes, pondo a independência soberana do Rei, a resolução da justiça ordinária³⁰.

Ainda antes de 31 de agosto de 1728, Vasco Lourenço Veloso repetiu o seu requerimento a Sua Majestade, pois o procurador havia perdido o primeiro. A solicitação do contratador havia sido deferida, e o provedor da Fazenda lhe assistiria na causa, que contra ele movem os homens de negócio da Bahia. Dizia o contratador, que “junta para esse efeito o libelo que contra o suplicante deram por certidão, e porque lhe o presente se lhe não tem deferido de que se segue grave prejuízo a causa que se naquela provisão vai a revelia de tudo redundando em prejuízo da Fazenda”. O segundo requerimento foi deferido no primeiro de setembro de 1728³¹.

Diante da argumentação exposta tanto pelos homens de negócio da Praça da Bahia, quanto pelos administradores régios, o desfecho não poderia ser outro senão o mandar por perpétuo silêncio na dita causa, ou seja, o indeferimento do pedido dos suplicantes³².

3. A consolidação da nova pauta e a crise na Alfândega da Bahia

No dia 19 de março de 1729 o Conselho Ultramarino preparava a arrematação do Contrato da Dízima da Alfândega da cidade da Bahia para o próximo triênio, “fazendo-se a cobrança dos direitos na forma da nova pauta que foi Vossa Majestade servido de aprovar, não houve maior lanço que o de cento e oitenta e seis mil cruzados e sem mil reis”, contribuiu para esse fato a grande perda que sofreu Vasco Lourenço Veloso e o fato da

³⁰ Idem.

³¹ AHU/BA/REQUERIMENTO de Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando provisão para o procurador da Fazenda da Repartição do Conselho Ultramarino assistir a uma causa que movem os homens de negócio da Bahia sobre a nova pauta da cobrança do dízimo da Alfândega da cidade da Bahia; Lisboa, anterior a 31 de agosto de 1728 [2ª série, cx. 32, doc. 2927].

³² AHU/BA/AVISO do secretario de estado Diogo de Mendonça Corte Real ao conselheiro do Conselho Ultramarino Antônio Rodrigues da Costa a ordenar que se consulte o que parecer da consulta que baixou sobre o estabelecimento para se pagarem os direitos do dízimo da Alfândega; Lisboa, 05 de novembro de 1729 [2ª série, cx. 34, doc. 3151].

nova pauta tem diminuição mais de dez por cento. Pareceu ao Conselho fazer esta representação a Vossa Majestade para que sendo servido ordene que esta renda se torne a por em lanços, e se arremate no maior, sendo certo que ela há de ter maiores lanços, porque como precisamente havia de diminuir pelo abatimento da nova pauta; e os lançadores sabiam, que a arrematação não podia fazer-se sem que primeiro se desse conta a Vossa Majestade deixaram de declarar os seus últimos lanços, por que só o costumam fazer quando tem certeza de que se fará a arrematação, e é preciso que Vossa Majestade se sirva de tomar esta resolução com brevidade, por se conveniente que a arrematação se faça antes de partir a frota da Bahia ³³.

Diante dessa situação os homens de negócio da Bahia intentaram outra ação, na qual solicitavam a Sua Majestade, ordenasse que a cobrança dos direitos da Dízima da Alfândega fosse feita pela pauta antiga e que assim declarasse nesta nova arrematação. No documento os suplicantes reafirmavam alguns argumentos do libelo cível, e apresentam novos. O argumento do contrato estabelecido entre eles e o vice-rei, Marquês de Angeja foi retomado; afirmavam também, que a nova pauta possuía de excesso mais de 40%, e que muitos gêneros estavam taxados em mais da metade do seu preço, em consequência “o comércio, padeceria um gravíssimo e total detrimento, (...) ninguém se atreverá a carregá-los, (...) pois sendo infalível a perda, não há contingência de lucro”. Diante dessa conjuntura as “conquistas se acham arruinadas pela multidão de estrangeiros que lhe introduzem fazendas e os gêneros sem saída de poucos, porque as minas experimentaram os açucares e tabacos uma grande jactura assim para a maioria dos preços” ³⁴.

Em resposta a essa petição, temos o parecer do corretor da Fazenda, Eusébio Pires dos Santos, de 22 de março de 1729, a consulta feita pelo secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, no qual o corretor afirmava que os suplicantes “querem persuadir; que com a nova pauta se havia arruinado o comércio do Brasil”. Para refutar essa afirmação Euzébio Pires dos Santos retoma em resumo o processo, que se deu para se estabelecer a nova pauta e seus desdobramentos do ano de 1725 até o ano de 1728; desconstruía a possibilidade da celebração de um contrato entre o vice-rei e os homens

³³ Idem.

³⁴ AHU/BA/AVISO do secretario de estado Diogo de Mendonça Corte Real ao conselheiro do Conselho Ultramarino Antônio Rodrigues da Costa a ordenar que se consulte o que parecer da consulta que baixou sobre o estabelecimento para se pagarem os direitos do dízimo da Alfândega; Lisboa, 05 de novembro de 1729 [2ª serie, cx. 34, doc. 3151].

de negócio; ainda responsabiliza os suplicantes pelo estabelecimento da nova, pois fizeram uma pauta com

notória desigualdade e desproporção; mas eram tantos, e tão grande os descaminhos; que se cometiam no despacho, que os dez por cento apenas se reduziam a dois, e isto porque na Alfândega não se viam as fazendas, nem nelas se punha selo, antes se despachavam por carregações que faziam em suas casas, pondo nelas somente os números e marcas que os fardos levavam por fora, que é o que tão somente se examinava, mas não todas as fazendas que levavam por dentro havendo muitos que sem algum escrúpulo as passavam dos navios para suas casas, sem entrarem na Alfândega, nem ainda a pagar aquele limitado direito, que eles queiram de forte que naqueles tempos em que o Comércio estava mais florente e tinham melhor consumo as fazendas, o mais que chegou a render aquela Alfândega foram as oitenta ou noventa mil cruzados; e a primeira vez que aqui se contratou deram por ela 253\$ cruzados e cem mil reis e ficaram de alguma sorte emendados tantos absurdos.

Além disso, afirmava o corretor da Fazenda que o Contratador Vasco Lourenço Veloso neste segundo Contrato teve um prejuízo ainda maior do que no primeiro; sobre a pauta afirmava que a nova tem um acréscimo de pouco mais de quinze por cento em relação a antiga, no entanto tinha mais de vinte por cento de favor do comércio.

E é isto tanto assim que conferindo eu uma e outra com gravíssimo trabalho acho que tendo a pauta antiga 810 gêneros 206 estão pelo mesmo preço da pauta nova, e os que mais é 90 gêneros com muito maior alteração. A pauta do Rio de Janeiro que é a mesma com que aquela Alfândega se criou; esta em muitos gêneros ainda mais crescida, que a nova que agora se observa na Bahia porque compreendendo somente 534 gêneros, 178 estão com grande alteração, como se pode ver pelos preços de uma, e outras, que vão apontados a margem do que vai junta para melhor conhecimento da sua diferença; e parece se não faz agravo aos suplicantes em os igualar, ainda que não em tudo, aos do Rio de Janeiro, que ninguém duvidará são igualmente vassallos que os da Bahia.

Por fim conclui dizendo que só deve se emendar os preços de alguns gêneros, que a mudança do tempo ou da terra, ou diminuiu³⁵.

Mais uma vez os homens de negócio não obtiveram sucesso na ação que moviam. No dia 21 de abril de 1729 o parecer do Conselho Ultramarino recomendava a

³⁵ AHU/BA/AVISO do secretario de estado Diogo de Mendonça Corte Real ao conselheiro do Conselho Ultramarino Antônio Rodrigues da Costa a ordenar que se consulte o que parecer da consulta que baixou sobre o estabelecimento para se pagarem os direitos do dízimo da Alfândega; Lisboa, 05 de novembro de 1729 [2ª serie, cx. 34, doc. 3151].

Sua Majestade que mandasse passar perpétuo silêncio na causa que os suplicantes moviam por insistência, sendo dignos de repreensão ³⁶.

A consulta do Conselho Ultramarino de 19 de março de 1729 foi reforçada por outra de 30 de outubro do mesmo ano do secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, que em 2 de janeiro da conta de que a Carta do Marquês de Angeja, vice-rei, do ano de 1714 “sobre a conferencia dele com os homens de negócio, a respeito de aceitarem a introdução do direito da Dízima da Alfândega da Bahia, (...) se não acha revolvendo-se todas as listas que de então para cá vieram” ³⁷. Não tendo a carta da grande polêmica – existência ou não do contrato entre os homens de negócio e o vice-rei, que permeou as argumentações sobre a implantação da nova pauta – em 22 de fevereiro de 1730 foi posto o Contrato da Dízima da Alfândega da Bahia em arrematação, sendo que os direitos seriam cobrados pela pauta nova ³⁸.

Ainda em maio de 1730 Domingos da Costa de Almeida por meio de uma carta respondia a provisão régia de 5 de maio do ano de 1729, informando que na Alfândega da Bahia se executava a pauta nova ³⁹.

O final desse processo se observou ao ser metido o Contrato da Dízima da Alfândega da Bahia a pregão para se cobrar os direitos com a pauta nova. Todavia não se encontrou quem se dispusesse a arrematar o contrato, que correu administrado pela Real Fazenda de 1730 a 1731 ⁴⁰ sinal de crise e consolidação do deslocamento do eixo de gravidade econômica.

4. A alteração da pauta e suas questões

³⁶ Idem.

³⁷ AHU/BA/AVISO do secretario de estado Diogo de Mendonça Corte Real ao conselheiro do Conselho Ultramarino André Lopes de Lavre a informar da carta do vice-rei e capitão-general do estado do Brasil, conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Meneses de que trata da conferência com os homens de negócio para aceitarem a introdução do direito do dízimo na Alfândega; Lisboa, 02 de Janeiro de 1730 [2ª serie, cx. 35, doc. 3175].

³⁸ AHU/BA/AVISO do secretario de estado Diogo de Mendonça Corte Real ao conselheiro do Conselho Ultramarino Antônio Rodrigues da Costa a ordenar que se consulte o que parecer da consulta que baixou sobre o estabelecimento para se pagarem os direitos do dízimo da Alfândega; Lisboa, 05 de novembro de 1729 [2ª serie, cx. 34, doc. 3151].

³⁹ AHU/BA/CARTA do provedor da Alfândega Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V informando que tem dado cumprimento à provisão real sobre os preços dos géneros que pagam a dízima na mesma Alfândega; Bahia, 13 de maio de 1730 [2ª serie, cx. 36, doc. 3327].

⁴⁰ AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o que o vice-rei e capitão general do Estado do Brasil, conde de Sabugosa, Vasco Lourenço César Meneses dá conta do motivo que houve para se não haver arrematado o contrato da dízima da Alfândega da cidade da Bahia; Lisboa, 13 de maio de 1734 [2ª serie, cx. 47, doc. 4217].

Por fim diante desse processo ficam algumas questões a serem respondidas em pesquisas futuras tais como: qual foi o impacto dessas alterações para a economia da capitania da Bahia? Qual seria a relação dessa alteração com as demais praças da Colônia, Pernambuco e Rio de Janeiro? Quem eram esses homens de negócio na Bahia?

Fontes Manuscritas

AHU/BAHIA/REQUERIMENTO do contratador da dízima da Alfândega Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando ordenar ao provedor da Alfândega que o mande dar todos os materiais para se fazer chaminé e fornalha e que faça o selador e escravos da Alfândega observarem a forma própria de sela; Bahia, anterior a 9 de março de 1723 [2ª série, cx. 17, doc. 1452]

AHU/BAHIA/REQUERIMENTO do contratador da dízima da Alfândega Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando licença para a Bahia transportar pessoas que vão administrar um navio negreiro; Bahia, anterior a 20 de março de 1723 [2ª série, cx. 17, doc. 1471].

AHU/BAHIA/REQUERIMENTO do contratador da dízima da Alfândega Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando repetir as ordens ao provedor da Alfândega para que faça observar as condições do contrato da dízima da Alfândega da cidade da Bahia arrematado pelo suplicante; Bahia, anterior a 15 de junho de 1723 [2ª série, cx. 17, doc. 1545].

AHU/BAHIA/CARTA do provedor-mor da Alfândega da Bahia Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V informando sobre a cobrança da dízima das imagens sagradas que chegam à Bahia e solicitando isenção desse pagamento para as imagens de pau, pedra ou metal; Bahia, 12 de abril de 1724 [2ª série, cx. 19, doc. 1681].

AHU/BA/CARTA do provedor da Alfândega Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V informando sobre a cobrança dos direitos da Alfândega dos frutos e gêneros da terra que entram pela barra da Bahia; Bahia, 15 de julho de 1725 [2ª série, cx. 23, doc. 2088].

AHU/BA/CARTA do provedor da Alfândega Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V pedindo que se reforme a nova arrematação do contrato das dízimas da descarga dos navios na parte que manda remeter ao guarda-mor da Alfândega todas as fazendas que se achar nas cobertas, caixas e outras partes fora das escotilhas; Bahia, 15 de Julho de 1725 [2ª série, cx. 23, doc. 2089].

AHU/BA/CARTA do provedor da Alfândega Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V comunicando a existência de apenas um selo pequeno para selar as fazendas miúdas e solicitando mais três; Bahia, 15 de Julho de 1725 [2ª série, cx. 23, doc. 2091].

AHU/BA/CARTA do provedor-mor da Alfândega Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V informando sobre a remessa da pauta dos gêneros que estão taxados e avaliados para pagarem o direito da dízima; Bahia, 15 de julho de 1725 [2ª série, cx. 23, doc. 2095].

AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre a nova pauta da Alfândega da cidade da Bahia; Lisboa, 16 de março de 1726 [2ª série, cx. 21, doc. 2359].

AHU/BA/CONSULTA (cópia) do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre a nova pauta da Alfândega da cidade da Bahia; Lisboa, 16 de março de 1726 [2ª série, cx. 21, doc. 2356].

AHU/BA/PAUTA para se cobrar os direitos das Fazendas na Alfândega da cidade da Bahia enquanto durar o contrato que arrematou Vasco Lourenço Veloso; Lisboa, 03 de abril de 1727 [2ª série, cx. 30, doc. 2711].

AHU/BAHIA/DESPACHO do Conselho Ultramarino ordenando ao procurador da Alfândega da Bahia que faça abatimento do contrato dos dízimos da Alfândega ao contratador Vasco Lourenço; Lisboa, 29 de abril de 1727 [2ª série, cx. 30, doc. 2732].

AHU/BA/CARTA do provedor da Alfândega da cidade da Bahia, Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V comunicando o cumprimento para enviar a cópia da pauta dos gêneros não avaliados da mesma Alfândega; Bahia, 19 de setembro de 1727 [2ª série, cx. 31, doc. 2803].

AHU/BA/CARTA do provedor-mor da Fazenda Real do estado do Brasil, Bernardo de Sousa Estrela ao rei D. João V comunicando o envio da cópia dos requerimentos dos homens de negócio da Bahia para se pagarem os direitos na Alfândega da Bahia das fazendas vindas do Reino pela avaliação da pauta velha; Bahia, 22 de setembro de 1727 [2ª série, cx. 31, doc. 2806].

AHU/BA/CARTA do provedor da Alfândega da cidade da Bahia, Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V sobre o envio da conta do excesso que houve de pauta nova à velha nos gêneros despachados entre Janeiro e Julho na Alfândega desta cidade; Bahia, 5 de novembro de 1727 [2ª série, cx. 31, doc. 2815].

AHU/BAHIA/REQUERIMENTO de Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando que o secretário deste tribunal lhe passe a certidão da perda que pode ter no contrato do dízimo da Alfândega da Bahia; Bahia, anterior a 9 de dezembro de 1727 [2ª série, cx. 31, doc. 2828].

AHU/BA/AVISO do secretário de estado Diogo de Mendonça Corte Real ao conselheiro do Conselho Ultramarino, Antônio Rodrigues da Costa ordenando que se consulte sobre a carta do vice-rei do Brasil que se refere a nova pauta da Alfândega da Bahia; Lisboa, 12 de abril de 1728 [2ª série, cx. 32, doc. 2881].

AHU/BA/CARTA de Luís Pinto dos Santos ao rei D. João V comunicando a queixa que faz os homens de negócio desta cidade acerca da nova pauta da Alfândega da cidade da Bahia; Lisboa 20 de abril de 1728 [2ª série, cx. 32, doc. 2888].

AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre ser conveniente que mande por perpétuo silêncio na causa que os Homens de Negócio da Bahia movem ao contratador do dízimo da Alfândega da Bahia; Lisboa, 21 de agosto de 1728 [2ª série, cx. 32, doc. 2921].

AHU/BA/REQUERIMENTO de Vasco Lourenço Veloso ao rei D. João V solicitando provisão para o procurador da Fazenda da Repartição do Conselho Ultramarino assistir a uma causa que movem os homens de negócio da Bahia sobre a nova pauta da cobrança do dízimo da Alfândega da cidade da Bahia; Lisboa, anterior a 31 de agosto de 1728 [2ª série, cx. 32, doc. 2927].

AHU/BA/AVISO do secretario de estado Diogo de Mendonça Corte Real ao conselheiro do Conselho Ultramarino Antônio Rodrigues da Costa a ordenar que se consulte o que parecer da consulta que baixou sobre o estabelecimento para se pagarem os direitos do dízimo da Alfândega; Lisboa, 05 de novembro de 1729 [2ª série, cx. 34, doc. 3151].

AHU/BA/AVISO do secretario de estado Diogo de Mendonça Corte Real ao conselheiro do Conselho Ultramarino André Lopes de Lavre a informar da carta do vice-rei e capitão-general do estado do Brasil, conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Meneses de que trata da conferência com os homens de negócio para aceitarem a introdução do direito do dízimo na Alfândega; Lisboa, 02 de Janeiro de 1730 [2ª série, cx. 35, doc. 3175].

AHU/BA/CARTA do provedor da Alfândega Domingos da Costa de Almeida ao rei D. João V informando que tem dado cumprimento à provisão real sobre os preços dos géneros que pagam a dízima na mesma Alfândega; Bahia, 13 de maio de 1730 [2ª série, cx. 36, doc. 3327].

AHU/BA/CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o que o vice-rei e capitão general do Estado do Brasil, conde de Sabugosa, Vasco Lourenço César Meneses dá conta do motivo que houve para se não haver arrematado o contrato da dízima da Alfândega da cidade da Bahia; Lisboa, 13 de maio de 1734 [2ª série, cx. 47, doc. 4217]

Escravidão e Opressão Africana

Novas Perspectivas Sobre o Escravidão na Zona da Mata Mineira: a escravidão urbana na Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna - 1860 a 1888.

Caio da Silva Batista*

Resumo: O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, que possui como principal objetivo compreender a estrutura do sistema escravista urbano em Santo Antônio do Paraibuna, atual município de Juiz de Fora, no período de 1860 a 1888. Para promover este trabalho, estão sendo tomados como fontes os processos criminais, o código de posturas da cidade de 1853 e o jornal *O Pharol*. Dentro desta perspectiva, o presente artigo tem por finalidade demonstrar quais são os caminhos que estão sendo percorridos para podermos vasculhar as práticas, costumes, acomodações, solidariedades e as relações que havia entre senhores, escravos e os demais grupos sociais, inclusive as relações de aliança dos cativos.

Palavras-chaves: Juiz de Fora, escravidão urbana, cotidiano escravo.

Résumé: Cet ouvrage est le résultat d'une recherche dans le développement, qui a pour principal objectif de comprendre comment le système esclavagiste a été structuré de San Antonio Paraibuna municipalité urbaine actuelle de Juiz de Fora, dans la période 1860 à 1888. Pour promouvoir cette recherche que nous utilisons comme source des poursuites pénales, les postures de l'indicatif de la ville de 1853 et le journal Le Pharol. Dans cette perspective, cet article vise à montrer quels sont les chemins qui sont parcourus dans l'ordre de parcourir les coutumes, pratiques, l'hébergement, la solidarité et les relations qui existaient entre maîtres et esclaves et d'autres groupes sociaux, y compris les relations d'alliance des captifs.

* Mestrando em História do Brasil pela Universidade Salgado de Oliveira; aonde é vinculado a linha de pesquisa sociedade, cultura e trabalho. Possui graduação em História (Licenciatura/Bacharelado) pela Universidade Federal de Juiz de Fora e é pesquisador Membro do grupo de Pesquisa CNPq: Sociedade, cultura e trabalho na região da Zona da Mata Mineira, séculos XVIII-XIX. E-mail para contato: caiosbatista@hotmail.com

Mots-clés: Juiz de Fora, l'esclavage urbain, la routine esclave.

Debate historiográfico acerca do escravismo urbano no Brasil

O escravo esteve presente desde o início da colonização do Brasil, tanto nas áreas rurais quanto urbanas. Todavia até o século XVIII as cidades brasileiras, em sua grande maioria, eram um prolongamento do campo. Nesse sentido, os núcleos urbanos eram locais nos quais ocorriam à redistribuição de escravos e o escoamento da produção; além de abrigarem o setor administrativo colonial (SILVA, 1987; 25-35).

No entanto, a partir do século XIX observa-se um aumento populacional na colônia e conseqüentemente dos núcleos urbanos. O aumento das cidades no Brasil durante este período está associado a vários fatores, dentre os quais podemos citar; a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, introdução de novas culturas agrárias no Brasil, elevação do Brasil a reino entre outros fatores.

Estas características em conjunto com outras trouxeram o aumento dos núcleos urbanos. Estes além de continuarem sendo entrepostos comerciais e centros administrativos, passaram a concentrar inúmeras atividades, que tornaram os serviços urbanos mais diversificados (CARDOSO, 1982). Porém, não podemos esquecer que mesmo com o crescimento urbano a maioria da população estava nas áreas rurais.

Muitos são os autores; dentre os quais podemos citar Silva Lara, Sidney Chalhoub, Maria Odila, dentre outros que estudaram a estrutura do sistema escravista e analisaram as relações entre senhores e escravos nas cidades brasileiras. Opiniões divergentes entraram no debate historiográfico, incentivando cada vez mais trabalhos contundentes, buscando novas fontes e metodologias.

Nesse sentido, Caio Prado Junior desenvolveu alguns pontos a respeito do sistema escravista que até nos dias atuais têm sua relevância. Como por exemplo, a mão de obra escrava formadora da base social colonial e as cidades coloniais brasileiras como prolongamento do campo, ou seja, eram centros de redistribuição de mercadorias, além de serem centros administrativos (PRADO, 1977). Porém, o autor promoveu algumas afirmações que não são mais sustentadas pela atual produção historiográfica;

como a de que o cativo servia apenas como força de trabalho dentro da sociedade na qual viveu (PRADO, 1977).

Contemporâneo a Caio Prado Junior, Gilberto Freyre buscou mostrar a transformação social ocorrida no Brasil do século XIX. Segundo o autor, nesse período houve a transição da sociedade patriarcal para a moderna. Nesse contexto, é analisado o ambiente urbano, apresentando nele a figura dos escravos (FREYRE, 1961). Com a análise da figura do cativo urbano, Gilberto Freyre acaba se tornando um dos pioneiros no assunto (SILVA, 1988: 25 – 35).

Numa perspectiva diferenciada, Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso apresentaram uma nova proposta a respeito do sistema escravista no Brasil. Ciro Cardoso apresentou uma teoria do modo de produção escravista específico para a América (CARDOSO, 1985), introduzindo a ideia de que os escravos viveram situações econômicas e sociais diferenciadas, ou seja, o sistema escravista americano não foi configurado de maneira homogênia, mas sim, de forma heterogênia apresentando pontos em comum e peculiaridades entre as diversas regiões escravocratas (CARDOSO, 1985: 4 – 9). Tal hipótese foi comprovada por Gorender, na obra *O escravismo Colonial* (GORENDER, 1985).

A partir desta nova abordagem sobre o sistema escravista e o cativo passou-se a compreender o escravo de forma individual e a escravidão passou a ser compreendida como uma instituição que se adaptou a diferentes regiões, apresentando com isso, várias especificidades.

Dentro desta nova perspectiva, encontramos no final da década de 1980 uma grande quantidade de estudos que apresentam o escravo como um sujeito que atuava e tinha importância dentro da sociedade na qual vivia. Dentro desta nova análise histórica, podemos citar autores como Sidney Chaulob, Silva Hunold Lara, Célia Azevedo, Maria Helena Machado dentre outros, que contribuíram e contribuem para a formação da produção historiográfica sobre a escravidão no Brasil.

A partir do desenvolvimento desta “nova” produção Historiográfica o escravo passou a ser compreendido como um sujeito ativo que participava da História. Com isso, o cativo deixou de ser visto apenas como uma força de trabalho, passando a ser compreendido como um agente que participava ativamente da sociedade em que viveu.

Com esta nova concepção encontramos a partir da última década do século XX uma ampla produção a respeito do escravismo urbana no Brasil. Dentre as diversas obras podemos citar: *A vida dos escravos no Rio de Janeiro -1808-1850* (KARASCH, 2000) e *Proteção e obediência: criados e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1916* (GRAHAM, 1992). Outras três importantes obras, deste período, são de autoria das historiadoras Leila Mezan Algranti *O feitor ausente* (ALGRANTI, 1998) e Marilene Rosa Nogueira da Silva *Negro na rua: a nova face da escravidão* (SILVA, 1988) e do historiador Luiz Carlos Soares *O povo de Cam na capital do Brasil. A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX* (SOARES, 2007).

É dentro da perspectiva do sudeste brasileiro que se insere a cidade de Juiz de Fora. A região começou a ganhar notoriedade com a construção do Caminho Novo em 1703, que ligava o Rio de Janeiro às Minas Gerais. Já na segunda metade do século XVIII, de acordo com Ângelo Alves Carrara, o Caminho Novo concentrava o maior movimento fiscal do contrato anual das estradas e quase a totalidade das importações de escravos, fazendas secas e ferragens (CARRARA, 2007: 133 - 134).

Mônica Ribeiro de Oliveira ressaltou a função integradora do Caminho Novo e o acesso social a ele, o que refletiu sobre a circulação mercantil em direção ao Rio de Janeiro. A estrada era a mais larga e segura da capitania e foi responsável pela entrada da maioria dos escravos na região das minas, o que proporcionou uma grande dinamização e integração dos mercados regionais. Por meio da documentação oficial, a autora pôde perceber a dinâmica interna que o mercado mineiro alcançou, facilitado pelo tráfego nesta estrada, gerando a formação de núcleos urbanos as margens da estrada, dentre eles Santo Antônio do Paraibuna, povoado mais tarde denominado Juiz de Fora (OLIVEIRA, 2005: 1998).

Juiz de Fora conseguiu sua emancipação do termo de Barbacena em 1850, coincidindo com um momento em que a sociedade brasileira passava por transformações, como a Lei de Terras e o fim do tráfico Atlântico de escravos. No entanto, tais ocorrências não inviabilizaram o estabelecimento de uma economia agroexportadora no município, pois os fazendeiros locais, como em boa parte do sudeste cafeeiro, recorreram ao tráfico interno para garantir a mão de obra necessária (GUIMARÃES & GUIMARÃES, 2001). Esta característica pode ser observada pelo recenseamento de 1872, no qual demonstra que a maior população escrava da província

mineira se encontrava em Juiz de Fora (SOUZA, 2007: 45 – 46, 56 - 57). Além deste aspecto, em 1861 foi inaugurada a Rodovia União Indústria, interligando a cidade a capital do Império, o que produziu grande impacto no processo de expansão da cafeicultura na região e Juiz de Fora passou a ser o pólo econômico, político e social da Zona da Mata (OLIVEIRA, 2005: 191).

Como podemos observar, este novo núcleo urbano que se firmava em Minas Gerais, a exemplo de outras cidades brasileiras do período, tinha como base econômica a mão de obra escrava que era utilizada nos mais diversificados serviços.

Elione Silva Guimarães, pesquisando a escravidão em Juiz de Fora, afirma que os cativos urbanos juizforanos eram utilizados nas mais diversas ocupações tanto na cidade quanto no campo, estes desenvolviam relações de solidariedade e conflito entre imigrantes, homes livres pobres, forros e outros cativos (GUIMARÃES & GUIMARÃES, 2005).

Antônio Henrique Duarte Lacerda, estudando a evolução da população escrava e os padrões das alforrias no período de 1844 e 1888 em Juiz de Fora, demonstrou que a expansão cafeeira ocorrida na segunda metade do século XIX atraiu para Juiz de Fora um grande contingente populacional, tanto de homens livres como de escravos. Segundo Lacerda, os cativos da localidade sofreram os rigores de uma sociedade que se manteve arraigada ao escravismo até os seus momentos finais. Não obstante as adversidades, os escravos resistiram à exploração de formas variadas, como por exemplo, por meio de fugas, suicídios, brigas, bebedeiras, assassinato de seu opressor, ou o mais comum, de maneira velada foram sobreviventes de um sistema que os oprimiu (LACERDA, 2006: 25).

Como podemos observar, Juiz de Fora é uma região que se insere no cenário do sudeste brasileiro escravista, com características econômicas semelhantes. Para além da ideia da escravidão rural, o presente trabalho buscará compreender como foi estruturado o sistema escravista urbano em Juiz de Fora no período de 1860 – 1888 e como era o cotidiano desses cativos. Este período foi escolhido, pois a década de 1860 a cidade apresentou um grande crescimento, oriundo da expansão da cafeicultura e da inauguração da estrada de rodagem União e Indústria, que ligava Juiz de Fora à capital do império, fazendo um percurso de doze horas (OLIVEIRA, 2005: 191).

As décadas de 1870 - 1880 apresentam sua relevância, a partir do momento em que representam o período de auge do sistema escravista no núcleo urbano de Santo Antônio do Paraibuna, prova disto é o censo realizado em 1872 que demonstra o município detentor de 26% da população escrava da província de Minas Gerais (GUMARÃES & GUIMARÃES, 2001: 19 – 22). Além deste aspecto, a década de oitenta representa os últimos anos da escravatura brasileira, que foi abolida em maio de 1888.

A partir destas fontes e com os estudos existentes sobre o escravismo em Juiz de Fora buscaremos reconstruir parte da História da cidade, a partir da perspectiva dos escravos que trabalhavam e moravam na cidade de Santo Antônio do Paraibuna.

Metodologia para a análise do escravismo urbano em Juiz de Fora

Diante da diversidade dos estudos relacionados à História do Brasil, em especial sobre a escravidão urbana, a historiografia demonstrou que, existiram muitas particularidades, como por exemplo, os escravos ao ganho, a mobilidade dos cativos dentro das cidades, o que lhes proporcionavam uma criação de redes sociais, além do desenvolvimento de outras atividades remuneradas, com o consentimento ou não de seu senhor, podendo assim, juntar algum pecúlio; dentre outras peculiaridades.

Santo Antônio do Paraibuna, assim como muitos núcleos urbanos brasileiros, apresentou um grande contingente de escravos, estes estavam divididos entre a cidade e o campo. Nesse sentido, os estudos sobre o escravismo rural no município de Juiz de Fora, e na região da Mata como um todo apresentam-se bem desenvolvidos dentro da historiografia; todavia, os estudos sobre a escravidão urbana são escassos.

Dessa maneira, um dos objetivos da pesquisa é detectar se o escravismo urbano em Juiz de Fora se enquadra nas regularidades, ou seja, o tratamento dos escravos como mercadorias pelos seus senhores e os trabalhos pesados aos quais estes estavam submetidos; dentre outras e quais seriam suas particularidades. Com isso, a pretensão deste trabalho é de reconstituir parte da história juizforana, demonstrando que o município apresentava grande contingente de cativos urbanos e que esses eram utilizados nas mais diversas atividades dentro da cidade.

Tomando como fonte os processos criminais, documentos administrativos da Câmara de Juiz de Fora, o jornal *O Pharol* e fontes cíveis, o trabalho pretende perceber como o escravo se relacionava com a sociedade na qual vivia e quais eram as suas principais ocupações na cidade de Santo Antônio do Paraibuna.

Reconhecemos que nos últimos anos o sentido dado ao sistema escravista ganhou novos significados. Esta nova concepção demonstra que o escravismo apresentou-se de formas heterogêneas nas diversas regiões coloniais americanas, ou seja, tal sistema se adaptou as especificidades socioeconômicas de cada localidade (CARDOSO, 1985). O que significa que o modo de vida a qual o escravo estava submetido se relacionava diretamente a economia na qual este se inseria. A partir desta afirmação, podemos concluir que a realidade econômica de cada região influenciava diretamente no modo de viver do cativo, proporcionando-lhe uma melhor ou pior qualidade de vida (CARDOSO, 1985).

Nesse sentido, nosso enfoque busca dialogar com essa nova concepção acerca do sistema escravista. Dentro desta perspectiva, o presente trabalho promoverá uma revisão historiográfica a partir de uma abordagem microanalítica. Isso se explica, pois buscaremos perceber quais eram as particularidades e os pontos em comum do sistema escravista implementado em Santo Antônio do Paraibuna, comparando-o com o de outras regiões. Assim, a presente pesquisa não promoverá generalizações, uma vez que, buscará compreender como que cada cativo de maneira individual relacionava-se com os indivíduos com os quais conviveu, pois partiremos do pré-suposto que os grupos sociais são configurados de forma heterogênea (CERUTI, 1988: 173 - 201).

Optamos pela abordagem micro-histórica, pois esta é mais complexa e enriquece a análise social, tornando suas variáveis mais numerosas, complexas e móveis (REVEL, 1988: 15 - 38). Além de nos oferecer mais detalhes sobre um determinado grupo social, no nosso caso os cativos urbanos juizforanos, pois insere os indivíduos em um número maior de contextos.

A escolha da escala microanalítica torna-se fundamental, pois segundo Giovanni Levi ao escolhermos uma escala de observação estamos escolhendo um instrumento não neutro de análise (LEVI, 1988: 203 - 224). Nesse sentido, ao escolhermos a escala micro-histórica estamos tornando o trabalho mais denso e rico em detalhes.

Como podemos observar a presente pesquisa utilizará os caminhos da Micro-História Social para alcançar seus objetivos, buscando não desenvolver uma História generalista e quantitativa, pois ao reconstruir parte do cotidiano dos escravos urbanos que habitavam Santo Antônio do Paraibuna no período de 1860 a 1888 buscaremos junto da perspectiva da microanálise uma compreensão ampla e profunda da escravidão urbana no município de Santo Antônio do Paraibuna durante a segunda metade do século XIX.

Fontes para o estudo do cotidiano dos escravos urbanos juizforanos

Para a realização desta pesquisa foi feita uma listagem nominal dos indivíduos que moravam na cidade de Juiz de Fora no período de 1860 a 1888. Esse objetivo pôde ser alcançado mediante a leitura dos documentos fiscais e administrativos pertencentes à Câmara Municipal de Juiz de Fora⁴¹. Esta documentação se localiza no Arquivo Histórico de Juiz de Fora e se encaixa no período de 1860 a 1888. No total foram consultadas seis séries que apresentam documentos relacionados aos pagamentos de impostos municipais feitos na cidade, censos realizados em Juiz de Fora, solicitações de licença para exercício da profissão, abertura e/ou continuação de negócios, mapas de população, lista de famílias e listas nominais de moradores da cidade. Este conjunto documental apresenta seiscentos documentos, dos quais duzentos e setenta foram utilizados para a conclusão da lista, pois se enquadravam no período de 1860 a 1888. Como foi dito anteriormente, o período escolhido está relacionado ao crescimento do núcleo urbano, bem como o auge da expansão da lavoura cafeeira; o que proporcionou crescimento econômico considerável para Juiz de Fora, que se consolidou como cidade pólo da Mata mineira.

A listagem apresenta duzentos e noventa e seis nomes de pessoas que moravam em Santo Antônio do Paraibuna entre o período 1860 - 1888. A partir da lista foi realizado o cruzamento dos dados com fontes cartoriais, que se encontram tanto no Arquivo Histórico de Juiz de Fora⁴² quanto no Arquivo Histórico da Universidade

⁴¹Inventário do Império. Séries consultas: 53,54,78,87,127 e 128. Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

⁴² Inventário Criminal do Fórum Benjamim Coluci.Processos Civis.Processos relativos á ação de inventário, partilha e afins (Cx.89-92) e Processos relativos a Testamentos e Testamentários (Cxs.93 e 96).

Federal de Juiz de Fora⁴³. Os documentos analisados referem-se a inventários, testamentos, partilha de bens, processos de testamentária, de libelo, de embargo e de avaliação de bens. Como resultado, foram encontrados cento e cinco documentos, dos quais cinquenta serão utilizados, pois se enquadram no período de 1860 a 1888. A partir da leitura desta documentação poderemos compreender o padrão de vida dos proprietários dos cativos urbanos juizforanos, pois consegue-se fazer o levantamento dos bens que estes senhores possuíam, dentre eles os cativos.

Para reconstruir o cotidiano dos cativos urbanos juizforanos serão utilizados os conjuntos documentais dos processos criminais que se encontram no Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, que estão no inventário do Fórum Benjamim Colluci no período imperial, estes documentos somam num total de mil oitocentos e noventa e três processos. A partir do banco de dados presente no local, iremos selecionar os processos aos quais encontramos o cativo urbano, pertencente aos moradores da lista que foi citada anteriormente, enquanto réu, testemunha, vítima ou suplicante. Para ter a certeza de que os escravos analisados moravam na cidade utilizaremos a listagem nominal que foi desenvolvida para a pesquisa. Com a análise desta documentação pretende-se perceber como os escravos relacionavam-se com a sociedade na qual viviam e como esta os viam.

Inicialmente será realizada uma análise quantitativa dos processos para que seja feita uma busca a respeito de quais eram os delitos que envolviam os escravos na cidade de Santo Antônio do Paraibuna, se esse era réu, suplicante ou testemunha, como que sua figura era exposta e como que este se impunha em tal situação.

Dentro desta perspectiva a pesquisa irá vasculhar as práticas, costumes, acomodações, solidariedade e as relações que haviam entre senhores, escravos e os demais grupos sociais, inclusive as relações de aliança entre cativos. A partir desses parâmetros buscaremos entender o escravo de uma maneira individual.

A análise processual torna-se a principal fonte para que se compreenda o cativo urbano dentro da sociedade juizforana da segunda metade do século XIX, uma vez que os documentos feitos por escravos não foram encontrados. Sendo assim, os processos criminais são os únicos documentos contatados no qual o cativo “fala”. Nesse sentido, a

⁴³ Inventários post-mortem, Testamentos, Processos de libelo, de embargo e de avaliação de bens. 1º Ofício Cível. Várias Caixas (Consultar bancos de dados no local).

análise dos documentos nos permite uma reconstrução do cotidiano dos escravos na Freguesia de Santo Antonio do Paraibuna entre 1860 a 1888.

Para além dos dados quantitativos que sugerem a reconstrução do cotidiano e das relações sociais desenvolvidas pelos escravos urbanos juizforanos do século XIX, pretende-se um estudo mais qualitativo, ao acompanhar as trajetórias de alguns cativos envolvidos nos processos criminais.

Serão utilizadas outras fontes que, por ventura, possam auxiliar neste acompanhamento, tal como, os livros de protocolos de audiências criminais, os demais processos civis, e o código de postura da cidade, que data do ano de 1857. Ainda se tomará como fonte o código de posturas do município, que data do ano de 1853 e a coleção impressa do jornal *O Pharol*, que se encontra micro-filmado e está disponível para consulta na Biblioteca Municipal Murilo Mendes e no Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, a documentação preservada é do período de 1876 a 1926.

Nesta fonte promoveremos às leituras e análises dos anúncios de aluguel de escravos bem como os de cativos fugidos. Estas leituras servirão de base para perceber como que a opinião pública apresentava a figura dos cativos e como se manifestava perante as ações dos mesmos.

A análise e o cruzamento dos dados encontrados com os processos criminais, testamentos, inventários, partilha de bens, processos de testamentária, de libelo, de embargo e de avaliação de bens permitirá que se tenha uma visão de como os atos dos escravos eram noticiados e relatados pela imprensa local.

Além da análise da documentação, também nos deteremos no debate historiográfico acerca da escravidão urbana, e mais precisamente à produção dedicada à região de Juiz de Fora, dialogando e utilizando-a para realização deste trabalho.

Conclusão

Como se pode observar existe um aparato teórico e metodológico historiográfico bastante contundente para dar suporte a este trabalho. Além deste aspecto, a pesquisa apresenta sua originalidade e relevância a partir do momento em que os estudos sobre a escravidão urbana na Zona da Mata mineira, sobretudo no município de Juiz de Fora,

são escassos. Assim, a presente pesquisa vem para complementar a produção historiográfica sobre o tema.

Como foi dito anteriormente, a proposta deste trabalho é compreender como foi estruturado o escravismo urbano na região de Juiz de Fora, no período de 1860 a 1888. Para se alcançar tal objetivo, serão analisadas as relações dos cativos com os demais indivíduos que compunham a sociedade juizforana no período em questão. Nesse sentido, a partir da análise dos processos criminais fontes nas quais se podem encontrar o escravo enquanto réu, vítima ou testemunha e na imprensa local, espaço no qual se noticiavam as fugas, os crimes, além de anunciar escravos de aluguel e fugidos, compreender como foi estruturado o escravismo urbano em Juiz de Fora no período de 1860 - 1888. Numa proposta de entrecruzamento de dados serão utilizados inventários post-mortem e testamentos, nos quais teremos acesso a uma série de informações relativas aos bens que possuíam os senhores.

Por fim, escolhemos iniciar a pesquisa em 1860, por ser a década em que a cidade apresentou um grande crescimento, oriundo da expansão da cafeicultura e da inauguração da estrada de rodagem União e Indústria. Esses dois fatos trouxeram como consequência o aumento no número de escravos na cidade (OLIVEIRA, 205; 191). As décadas de 1870 - 1880 foram escolhidas, por representarem o período de auge do sistema escravista no núcleo urbano de Santo Antônio do Paraibuna. Além deste aspecto, a década de oitenta representa os últimos anos da escravatura brasileira, que foi abolida em Maio de 1888.

Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. O feitor ausente- Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Ed Vozes. 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. A Afro - América: A escravidão no Novo Mundo. 4ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1985.

CARRARA, Ângelo Alves. Minas e Currails: produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF. 2007.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jaques (Org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. Trad.: Dora Rocha. 1988.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio. 1961.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática. 4ª ed. 1985.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Proteção e Obediência: Criados e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1916. São Paulo: editora Schwartz. 1992.

GUIMARÃES, Elione Silva & GUIMARÃES, Valéria Alves. Cotidianos da escravidão em Juiz de Fora. Juiz de Fora: FUNALFA. 2001.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão (Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas gerais, 1844-88). São Paulo: Fapeb, Annablume, 2006.

KARASCH, Mary. A vida dos escravos no Rio de Janeiro -1808-1850. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

LEVI, Giovanni. Comportamento, recursos, processos: antes da revolução do consumo. In: REVEL, Jaques (Org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. Trad.: Dora Rocha. 1988.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

PRADO, Caio Junior. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Ed. Brasiliense. 15ª ed 1977.

REVEL, Jaques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jaques (Org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. Trad.: Dora Rocha. 1988.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Negro na rua: a nova face da escravidão. Rio de Janeiro: HUCITEC. 1988.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”
ISSN: 2317-0468.
09 a 13 de maio de 2011

SOARES, Luiz Carlos. O povo da Cam na capital do Brasil. A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Ed. 7 letras. 2007.

SOUZA, Sônia Maria de. Terra, família e solidariedade: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição- Juiz de fora (1870- 1920). Bauru SP: Edusc; Juiz de Fora MG: Funalfa, 2007.

Os Dembos em Angola: um campo para a análise das relações afro-portuguesas.

Ariana Moreira Espíndola*

Daiana Lucas Vieira**

Resumo: É nosso objetivo no presente trabalho tentar desvendar um pouco da história das relações entre os dembos de Angola e as autoridades portuguesas presentes em Angola. Para tal, utilizamos como fonte alguns documentos do Arquivo Caculo Cahahenda e algumas cartas do fundo David Magno assim como os relatos de militares que participaram das campanhas contra os dembos em Angola. O nosso recorte temporal será o século XIX, especialmente as décadas de 70,80 e 90. Entre os dembos existentes em Angola optamos por analisar o Caculo Cahahenda visto que este se mostrou instigante devido ao seu grande arsenal de documentação escrita.

Palavra – chaves: Dembos , Angola, Caculo Cahahenda

Abstract: Our objective in this work is to try to reveal some of the history of the relationship between the *dembos* from *Angola* and the portuguese authorities settled in *Angola*. For this, we use as source some documents from Caculo Cahahenda archives and some letters from the David Magno archives as well as the reports of military who participated in the campaigns against the *dembos* in *Angola*. Our main time is the 19th century especially the 70^s, 80^s and 90^s. Among the existing Dembos in Angola we have chosen to analyse the Caculo Cahahenda once this has been shown instigating due to its big arsenal of written documentation.

Keywords: Dembos , Angola, Caculo Cahahenda

Introdução

Situados em Angola, principalmente entre os rios Dande e Bengo (Zenza), provavelmente deste o século XVII, viviam povos que possuíam uma organização

* Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de iniciação científica ligada ao projeto “Nobres e Principais desta Terra(...)” desenvolvido pela Prof. Doutora Carla Maria Carvalho de Almeida.

** Graduada do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

política e reconheciam como líder os denominados Dembos⁴⁴. O Dembo é uma “*autoridade superior a do Soba ou que tem sobas sob sua jurisdição*” (TAVARES e SANTOS, 2002: 387). E é também o nome dado ao espaço territorial em que a autoridade deste é reconhecida quando escrito em letra minúscula.

Um dos Dembos mais importantes de Angola ficou conhecido como Caculo Cahenda⁴⁵ que se dizia descender do Rei do Congo, era o soba fidalgo dos povos que se situavam desde o rio Dande até o rio Zenza e do vale do Sassa ao leste do M’ Bula Atumba (MAGNO, 1937: 9). Segundo Catarina Santos e Ana Paula Tavares a hipótese da antiga descendência do Congo faz sentido e pode ser fundamentado nas fontes (2002: 37).

Os Dembos durante muitos anos viveram de forma independente sem pagar o dízimo ao governo português. Até 1826 a administração portuguesa mantinha uma boa relação com o dembo Caculo Cahenda principalmente por este já ter auxiliado as tropas portuguesas em tempos de guerra. Porém, a partir da conferência de Berlim quando esta região começa a ser colonizada os Dembos entram em conflito com os portugueses.

A divisão do continente Africano ficou estabelecida na conferência de Berlim de 1884-85. Esta partilha altera o relacionamento entre Europeus e Africanos já que neste momento os europeus podem fazer a efetiva ocupação dos territórios em África, entrando em conflito com os poderes Africanos. A ocupação do interior do continente Africano foi iniciada em seguida para que deste modo as potências europeias pudessem garantir a ocupação definitiva do território (MARRACHO, 2008: 27).

Para entender melhor a dinâmica das relações entre o Dembo Caculo Cahenda e as autoridades portuguesas iremos analisar no presente trabalho algumas cartas trocadas entre o dito dembo e as autoridades portuguesas presente no Fundo David Magno disponível no Arquivo Histórico Militar e no Arquivo Caculo Cahenda organizado por Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos publicado no livro *Africae Monumenta*. Em se tratando do estudo da história da África, onde na maioria das vezes as fontes analisadas são escritas pelos colonizadores ou tem como base a

⁴⁴ O mesmo que Ndembu.

⁴⁵ Pode-se encontrar as seguintes grafias: Kakulo-Ka-Kaenda , Caculo Cáenda e Caculo Cahenda.

tradição oral africana, este tema mostrou - se diferenciado, uma vez que se verifica a apropriação da escrita pelos africanos.

A ação das colunas nos Dembos

As dificuldades encontradas pelos portugueses para efetivar a campanha contra os dembos eram muitas, tanto no que diz respeito a estrutura da tropa: a falta de soldados e materiais, sobretudo porque grande parte do contingente já havia sido destacado para as expedições em Benguela e Lunda, como também o terreno inóspito e desconhecido. Sobre o pessoal que constituiu a coluna de 1907 sabemos que: eram 14 oficiais, 17 sargentos, 253 praças européias⁴⁶ e 279 praças indígenas. De acordo com Henrique Galvão os objetivos políticos da campanha dos Dembos eram(GALVÃO, 1935: 14):

- I – abrir ao comércio e às explorações agrícolas e mineira tôda a vasta região banhada pelos rios Zenza, Dande, Lifune e Loge;
- II – Procurar uma via de comunicação para drenar os produtos desta região, explorando sob o ponto de vista das condições de navegabilidade, o rio Dande ou estudando uma entrada que viesse a terminar na parte navegável do Zenza em Cabundo ou Quionga;
- III – Castigar severamente os povos insubmissos e revoltados contra a nossa autoridade;
- IV – proceder à ocupação do território, de forma a conseguir o livre trânsito do comércio sem ter de pagar contribuições ao gentio sem sujeitar-se aos vexames e violências que o perseguiram e a acabar com os coios de foragidos que na região encontravam asilo seguro;
- V – Tornar mais eficaz a nossa autoridade sobre vários dembos e sobas limítrofes dos revoltados, que só por favor toleravam a nossa soberania.

Henrique Galvão não participou efetivamente na coluna de 1907, por isso não temos notícia de como ele teve acesso aos pormenores dessa coluna, mas sabemos que ele participou ativamente de outras ações, dentro desse contexto das campanhas dos Dembos. Nesse sentido os escritos do Capitão Henrique Galvão constituem uma fonte bastante interessante. A partir desse elenco de objetivos, dentro outros pontos, podemos destacar, no item IV, a preocupação das autoridades portuguesas em relação com a fuga de escravos para a região dos Dembos. Essa informação é confirmada por uma “relação

⁴⁶ Grande parte destes homens eram condenados e vadios do Depósito de degredados.

de gente fugida” que solicitava a “devolução” dos escravos caso eles estivessem nas terras de Caculo Cacahenda(TAVARES e SANTOS, 2002: 210).

As populações dos dembos eram, com exceção daquelas em que as doenças, principalmente as provocadas pela mosca tsé-tsé haviam feito muitas vítimas, regiões bastante povoadas, “aglomeradas em *sanzalas*, edificadas nas coroas dos morros, raras vezes à beira da água, e, em regra, afastadas umas das outras”⁴⁷.

Verificamos que a campanha contras os dembos, estruturada em uma lógica violenta baseada nas razias, refletiu-se principalmente no abandono das sanzalas e Mbanzas e na transferência desses povos para outras regiões. Os Dembos eram avisados sobretudo pelos africanos, feitos prisioneiros pelos portugueses para servirem de guia, que engendravam formas de avisar as povoações da proximidade dos portugueses. Vejamos(GALVÃO, 1953: 23):

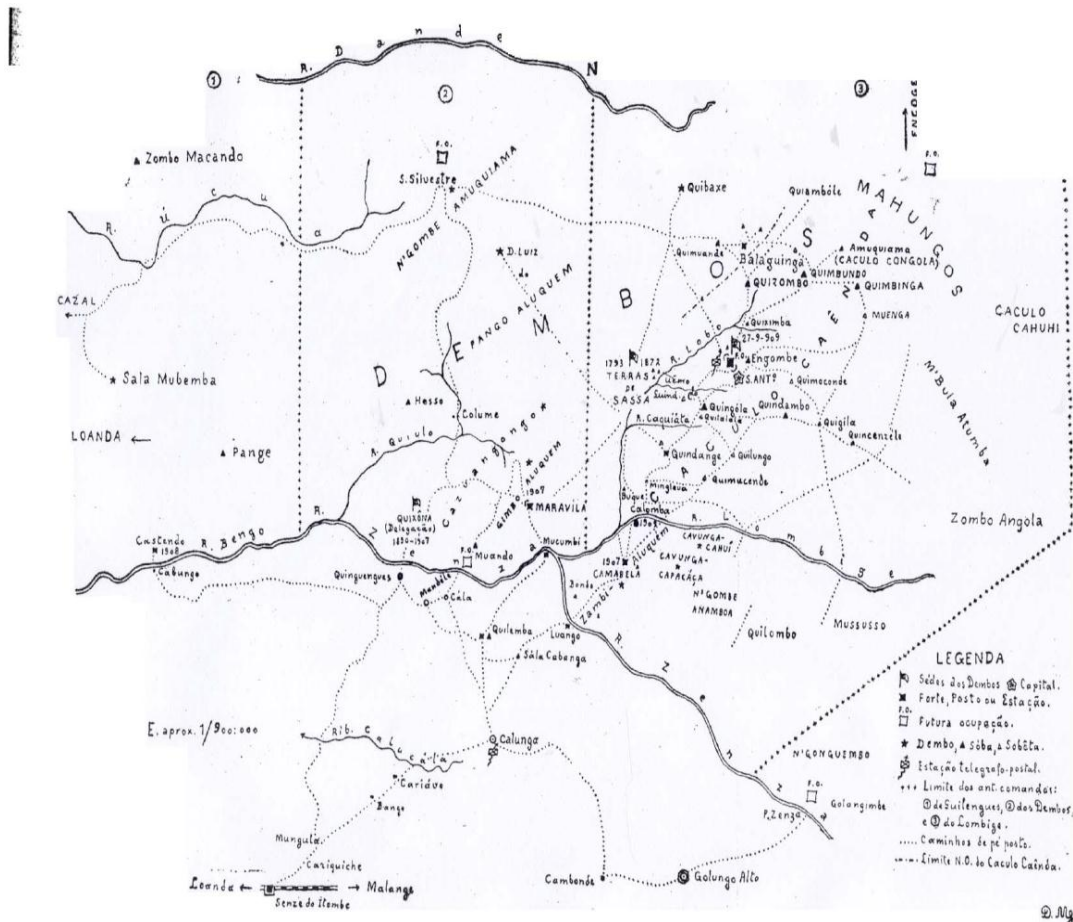
A preta que os guiara, fazendo-os perder muito tempo em rodeios e tentando arrastá-los para a outra direcção, quando se encontrava já perto de sala Mubemba, deu largas ao Dembo e a grande parte da sua gente para fugirem, quando pressentiram a aproximação da coluna.

O Dembo Caculo Cacahenda

O Dembo Caculo Cacahenda só aparece na documentação de Angola em 1615, altura em que o *governador Manuel Cerveira Pereira avassala pela primeira vez o soba dembo* que consta como o primeiro dembo de todos os outros dembos da história de Angola(MAGNO, 1937: 10).

De acordo com David Magno, o nome Caculo Cacahenda pode designar tanto a região de domínio do Dembo como o chefe, e ainda a sua *Nbanza* (capital e/ou povoação onde reside o governo) que posteriormente recebe o nome de banza Santo Antonio. Abaixo temos um mapa da região dos dembos⁴⁸ de Angola elaborado por David Magno (1937:10):

⁴⁸ Mapa disponível no Fundo David Magno do Arquivo Histórico Militar. Lisboa.



FONTE: Fundo Privativo de David Magno existente no Arquivo Histórico Militar

As relações entre Dembos e o poder político a partir da documentação

Em fins do século XIX o império colonial português reage à infiltração inglesa em regiões desocupadas, assumindo uma estratégia política de negociação de tratados de vassalagem com os sobas de todo o território. Os contratos de vassalagem eram utilizados pelos portugueses desde o século XVII, estabelecendo uma relação de dependência entre o Estado português e a autoridade africana, geralmente os sobas. O contrato consistia, grosso modo, da submissão e sujeição do vassalo para com o suserano, sendo que se por um lado o vassalo ficava incumbido do pagamento de tributos por outro o suserano oferecia proteção (HEINTZE, 2007: 387).

Entretanto, a soberania exercida pelos portugueses era precária, tendo que coexistir com as exigências das autoridades africanas, como podemos notar nas missivas trocadas entre alguns Dembos e o representante do governo português em Angola (TAVARES e SANTOS, 2002: 350):

Recebi a vossa carta de 20 do mez passado, na qual me pedias para dar conhecimento a sua ex^a o nosso Governador Geral da província na sua impossibilidade de se dirigir ao ex^{mo} commandante do forte em Caculo devido ao Caculo Cahahenda, não consentir o transito de sua gente nas terras dele.(...)O Caculo Cahahenda não lhe deve prohibir de teres conhecimento e relações de boa amizade com as auctoridades do Governo, de quem tanto vos como elle, são sudtos.O nosso governo quer a amizade de todos que sejam obedientes, para lhes proteger e fazer todo bem porque elle não faz mal a ninguém que vive debaixo de sua Bandeira.

Constata-se a partir da citação que a autoridade portuguesa vai até onde as autoridades africanas consentem. Quem permitia a circulação ou não de determinadas pessoas no dembo era o Dembo. Também podemos notar que o Dembo Caculo Cahahenda tenta dificultar uma relação mais próxima entre os outros Dembos e o governo português a fim de manter sua posição de superioridade diante dos outros Dembos. Afinal, se apenas o Dembo Caculo Cahahenda conseguisse manter uma relação próxima com o governo português este garantiria alguns privilégios e o colocaria em uma situação distinta dos demais, como por exemplo: proteção garantida, fornecimento de pólvora, entre outras. E o governo por sua vez tentava mediar à relação sem se posicionar de uma maneira que o comprometesse.

A relação entre os Dembos e a autoridade portuguesa era uma relação aparentemente amistosa onde governadores e Dembos se tratam por “*meu amigo*”⁴⁹. Destarte, esta relação era afirmada pela troca de presentes, o que desde o início das relações afro-portuguesas é pratica recorrente⁵⁰. Abaixo transcrevemos uma lista de artigos que o governo português oferece em retribuição a presentes anteriormente enviados pelos Dembos:

Nota dos artigos fornecidos ao Dembo Canananga D. Thomaz Paulo Affonso da Silva, grande quinene do Rei do Congo em retribuição do presente que enviou, conforme as ordens do Cacullo que [papel roto] nativo, transmitidas em officio da Secretaria geral n° 691 de 5 do corrente mez.

1 caparte.....	3500
15 Kilos peixe cação.....	1\$600
33 ” dito surtido _____ p ^f 15/ ¹⁰⁰⁰	2\$640
1 garrafão de 25 litros água ardente _____ p ^f	7\$600
4 peças de riscado _____ a 2000.....	8\$000
15 kilos sal.....	\$300

⁴⁹ Assim eram iniciadas muitas das cartas trocadas entre os Dembos e o Governo portugueses que consultamos.

⁵⁰ O presente neste contexto é uma troca mais obrigatória e/ou recomendável do que um mimo dado de forma espontânea.

2 sacos vazios para o sal e peixe ____ a 120.....	\$240
3 peças de lenços encarnados ____ a 100.....	3\$000
1 sobrecazaca de panno preto ____ p ^r	12\$000
1 cadeira austríaca.....	1\$361
1 carimbo com armas reaes.....	2\$000
1 resma papel almasso pautado(fornecido pelo deposito..\$-	
1 frasco de 1 litro tinta alemã ____ (idem).....	\$-
1 Caixa pennas ____ (idem).....	\$-
½ caxa lacre ____ (idem).....	\$-
Dinheiro para ração de 5 dias, desde 2 até 6 de corrente...	17\$800
Idem para ração regresso desde 7 a 9.....	10\$680
.....	70\$721
Calculo aproximado do presente que enviou.....	78\$820
Saldo a favor da fazenda.....	8\$079
Repartição da fazenda Provincial em Loanda, 7 de Abril de 1897.	

A aguardente, o material para escrita (papel, tinta e pena) e o sal são os produtos que aparecem freqüentemente nas cartas. Na missiva trocada entre D. Miguel Sebastião (Dembo) e Lucas Bravo da Rosa (autoridade portuguesa) o governador remete ao Dembo “*1 lata grande de agoardente, e sal e papel para suas cartas - assim como penas*” em troca de um cabrito e uma cabrita enviados anteriormente pelo Dembo TAVARES e SANTOS, 2002: 350).

Cada comandante, nomeado pelo governador, possuía uma estratégia própria de atuação nas colunas contra os Dembos. O ano de 1909 marca o início de uma nova estratégia político-militar liderado por David Magno.

A partir de duas cartas escritas pelo Dembo Caculo Cacahenda ao capitão David Magno temos uma idéia de como se orquestravam as relações entre o Dembo e as autoridades portuguesas, nomeadamente nesse período em que Magno adota uma nova estratégia, baseada na diplomacia e aproximação. As cartas datam do período pouco anterior a entrada de David Magno no Dembo e ilustra as negociações entre o Caculo Cacahenda e o dito capitão. Na primeira carta, o Dembo menciona uma condicionante para a construção de um forte em Caculo Cacahenda (MAGNO, 1909):

V.Ex^a me enviou por senr Sargento Benvindo, portador d’esta [carta], este pediu-me para lhe dizer o dia que eu crio o forte para cá, mais não lhe dei a devida resposta por não estar bem reunido com meus sobetas, e dici-lhe que só darei bôa resposta para o forte quando cá me chegar a pólvora que muitas vezes tenho pedido(...)

Verifica-se também que as decisões tomadas pelo Dembo aparentemente são tomadas em conjunto com os sobetas⁵¹. E que um deles por ter entrado em desentendimento com o dembo Caculo Cahahenda parece ter criado seu próprio dembo (CACAHENDA, 1909):

“(…)pois tenho sido amiançado por os rebeldes *M’bulo Atumba, muene meienga* que foi meu *sobeta* e fez-se ser dembo e o outro *muquiana* que se intitidou como *caculo congolla*, isto é, por eu me dar bem com o Governo, e tornão-me culpa dizendo qui foi por minha culpa o Governo estar forte em Lombigi.”

Conflitos pelo fim da independência dos Dembos

Os dembos foram independentes por 47 anos, mantendo relações “amistosas” com o governo português. Porém, em 1872 o dembo Caculo Cahahenda se revolta devido ao excesso de cobrança dos dízimos, à falta de forças, a falta de recursos da terra e a falta de autoridade portuguesa. A partir de então o governo português organiza uma coluna para dominar o dembo. Fracassada esta coluna dar-se-ia início a uma sucessão de colunas com a finalidade de dominar a região dos dembos.

Paiva Couceiro assume o governo de Angola em 1907 e inicia um projeto de ocupação a qualquer custo. “*Paiva Couceiro sentiu, com sua alma de soldado e de português, a vergonha que era para a nossa soberania a independência [grifo do texto original] dos Dembos*”(GALVÃO, 1935: 12). O plano de ocupação, denominado por Henrique Galvão de “A campanha dos Dembos”, começou a ser executado a partir da formação da coluna de 1907, comandada por João Almeida que era marcada pela violência.

Em 1909 Paiva Couceiro empossou David Magno, comandante militar do Lombige, e o encarregou de organizar uma coluna para estabelecer um forte no Dembo Caculo Cahahenda. Este alferes não descansaria enquanto não cumprisse com sua missão. Salvou a vida de um dos filhos de Caculo Cahahenda, perante o ataque de um “falso” vassalo rebelde. Magno, contou com a ajuda de um “civilizado”, Francisco Pereira Vandunem para jogar os Dembos uns contra os outros e com poucos soldados

⁵¹ Ao que se sabe são doze os sobas subordinados ao Dembo Caculo Cahahenda.

européus e moçambicanos, entrou na Banza do Dembo, lugar antes inacessível para os portugueses (MARRACHO,2008: 85).

Caculo Cacahenda se denominava o maior de todos os dembos, e era de fato o dembo mais poderoso de Angola. Porém, Magno conseguiu convencer Caculo Cacahenda de que a força que estava com ele era apenas uma parte de uma imponente coluna de ocupação que estava por vir. O Alferes foi um bom estrategista e conseguiu dividir o poder dos Dembos agindo de modo contrário ao habitual, usando a diplomacia ao invés da força (MARRACHO,2008: 85).

Desde modo, Magno tentou trocar postos permanentes por uma coluna volante. Ordenando que a sede do comando Lombige fosse transferida de Camabela para Santo Antonio de Caculo Cacahenda. Em 22 de fevereiro de 1910 içou a bandeira portuguesa no alto do Dembo.

Considerações finais

É latente nas fontes a existência de todo um aparato burocrático instalado no interior dos Dembos. A princípio esse aparato parece ter sido criado em função de fatores exógenos, para que fosse possível uma comunicação por escrito entre os Dembos e as autoridades portuguesas, todavia, com o passar do tempo essa burocracia e este tipo de comunicação passou a ser utilizada entre os Dembos e Sobetas.

A partir das fontes utilizadas constatamos a reciprocidade dos contratos de vassalagem. Se por um lado a parte mais favorecida com os contratos era o suserano, por outro os dembos possuíam também certo poder de barganha.

A questão com a qual nos deparamos ao analisar as relações entre portugueses e africanos nesse contexto, decaí sobre quem controla o espaço. Foi possível notar que esse controle teve transformações ao longo do tempo. Até a conferência de Berlim, quando se iniciou uma dominação “a todo custo” sobre os Dembos, quem dominava de fato estes territórios eram os africanos.

Apesar da existência de um considerável número de fontes escritas, o tema nos pareceu ainda pouco explorado pela historiografia. O arquivo Caculo Cacahenda é, sem dúvida, um vasto campo de pesquisa que nos permite pensar a história da África a partir da escrita dos próprios africanos.

Bibliografia

CACAHENDA, Caculo. *Carta ao Alferes David magno, 31/05/1909*. Fundo Privativo de David Magno. Arquivo Histórico Militar, Lisboa.

GALVÃO, Henrique. *Dembos*. Agência Geral das Colônias. [S.l.] Lisboa, 1937.

HEINTZE, Beatrix. *O contrato de vassalagem afro-portugues em angola* In: HEINTZE, Beatrix. *Angola nos Séculos XVI e XVII – Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe. [S.l. : s.n.], 2007.

MAGNO, David. *Guerras Angolanas. A nossa acção nos Dembos*. Companhia Portuguesa Editora. Porto, 1937.

_____. *Carta ao Dembo Caculo Cahenda, 31/05/1909*. Fundo Privativo de David Magno. Arquivo Histórico Militar, Lisboa.

MARRACHO, António José Machado. *Revoltas e Campanhas nos Dembos (1872-1919)*. 47 Anos de Independência às Portas de Luanda. Dissertação (mestrado). Universidade de Lisboa, 2008.

TAVARES, Ana e SANTOS, Catarina (Ed.). *Africae Monumenta. A Apropriação da Escrita pelos Africanos, Arquivo Caculo Cahenda*. Vol. I. Ministério da Ciência e do Ensino Superior e Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa, 2002.

Entre Jornais e Arrematações: o trabalho livre e escravo na construção do núcleo urbano de Mariana durante o período colonial.

Fabício Luiz Pereira*
Carlos Alberto Pereira**

Resumo: Com a implantação do bispado, em 1745, a Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo foi alçada a cidade e batizada de Mariana. Para acomodar o novo bispado fez-se necessário uma série de mudanças no cenário urbano, conforme os planos do engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim e dos preceitos de decoro e da adequação. Esse processo dependeu do trabalho livre dos jornaleiros e dos oficiais mecânicos, bem como da mão de obra escrava. Juntos ergueram prédios públicos, casarões e Igrejas. Conhecer esses personagens possibilita-nos uma maior compreensão da constituição do espaço da cidade de Mariana e da sociedade que nela vivia.

Palavras-chave: Ofícios Mecânicos, Conformação Urbana, mão de obra escrava.

Abstract: Through the implementation of the bishopric in 1745, the Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo was elate and named such *Cidade de Mariana*. To accommodate the new bishopric it was necessary a serie of changes in the urban setting, according the plans of the military engineer José Fernandes Pinto Alpoim and the precepts of propriety and appropriateness. This process has depended on the free labor of journeymen and mechanic officers, as well as slave labor. Together they raised public buildings, churches and mansions. Knowing these characters allows us a greater understanding of the constitution of space in the city of Mariana and the society that lived in it.

Keywords: Mechanical Trades, urban form, slave labor

Formação e consolidação do espaço urbano

* Graduando do curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto e Bolsista de Iniciação Científica, CNPq, para o Projeto de Pesquisa “Oficiais da madeira: carpinteiros, marceneiros e carapinas na Comarca de Vila Rica (1700-1800)”.

** Professor Doutor do Departamento de Engenharia de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto.

O processo de formação e consolidação das *urbes* mineiras no final da primeira metade do século XVIII ligava-se à idéia de civilização⁵². Organizar e estruturar o espaço urbano estabelecia certos parâmetros de civilidade a serem praticados pelos moradores. Conforme Jean-Louis Harouel, este processo seguia teoricamente as seguintes características: “os imperativos de circulação; as exigências de salubridade, em especial a circulação do ar; as retitudes das ruas; o traçado urbano; e por fim a regularidade das fachadas” (HAROUEL *Apud* SILVEIRA, 1996:61-62), esta última seguindo as normas de decoro da época, como se a cidade fosse uma decoração teatral⁵³.

Em 1745, a Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, conforme ordem régia fora alçada a categoria de Cidade para a acomodação do bispado. Para tal, foram necessárias algumas mudanças políticas, conforme salienta Cláudia Damasceno: “as sedes eclesiásticas podiam ser criadas somente em terras livres, segundo as leis da Igreja, esta promoção pressupunha a emancipação do município”. (FONSECA, 1998:40). A autora acrescenta ainda, que “as cidades possuíam a prerrogativa especial de se subordinarem diretamente à Coroa”. (Idem).

Mariana sofreria mudanças abruptas, atrás do antigo “valo⁵⁴” que separava a parte urbana da parte rural seria acomodada parte significativa do novo núcleo urbano que se formava. A parte primitiva da vila que se formara na região do Mata-Cavalos e São Gonçalo iria aos poucos se transformando em um ambiente de “malandros e elementos da escória”. (Ibdem:51). Duas necessidades eram vitais nesse momento,

⁵² A passagem da sociedade europeia de *civilité* para a *civilisation* ainda no século XVII marcou uma busca por maior refinamento e aumento da coação do homem, até mesmo em seus momentos de solidão. “O homem honrado era, cada vez mais, ‘civilizado’ e polido, distante dos gestos bruscos e violentos e da excessividade licenciosa de outrora” CF. SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*. São Paulo: Hucitec, 1996. PP.34-35.

⁵³ Rodrigo Bastos apresenta através de conceitos como o decoro, o qual seria “doutrina capital da ética e das artes daquele tempo [século XVIII], *lei suprema da conveniência e da adequação*”, apresentar uma nova maneira de compreender o fazer artístico religioso da época, mas que se encaixaria numa maneira geral de se compreender o urbanismo da época, sobretudo na preocupação dos colonos para com as fachadas das casas. Cf. BASTOS, Rodrigo. *A maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711-1822)*. São Paulo: FAUUSP, 2009. (Tese de doutorado).

⁵⁴ O valo era, possivelmente, uma linha divisória do rossio, do território da vila, e constituía uma marca urbanística, que limitava e “afastava” o mundo rural, um contorno com a qual “a cidade defendia sobretudo as próprias convicções de sua função e feições urbanas”, desempenhando, assim, o mesmo papel dos frágeis baluartes de alguns núcleos coloniais brasileiros.” Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In. *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.p.35.

reinstalar os moradores longe das inundações do rio e um local para construir a nova Casa de Câmara e Cadeia.

Na tentativa de suprir sua ausência inicial, o governo português estenderia para a colônia brasileira seu complexo sistema administrativo e judiciário. Seriam esses os mecanismos de controle responsáveis pelo desenvolvimento dos núcleos urbanos. A câmara exerceria a função de governo local e seria a instituição responsável pela regulamentação das obras públicas e dos oficiais envolvidos. Neste contexto podemos destacar a figura dos almotacés. Esses oficiais ficavam encarregados de fiscalizar as posturas municipais nas questões de comércio, salubridade pública e construções. De acordo com Thiago Enes, a atuação dos almotacés e a preocupação do ordenamento urbano trazia implícito um caráter fiscalista, empenhado em demarcar para angariar mais receita pública. Igualmente servia para um melhor controle da salubridade pública nas vilas mineiras.(ENES, 2010:82).

As construções civis, públicas e eclesiásticas a partir da segunda metade do setecentos iriam ter um aumento significativo em Mariana. Denise Tedeshi, em sua dissertação de mestrado realizou o levantamento dos livros de receita e despesa da câmara de Mariana entre 1745-1798. O total de despesas da Câmara seria de aproximadamente 293:123\$132 réis, dentre os quais 25% (74:585\$97) teria sido remetidas às obras públicas, o restante estaria investido em expostos, diligências, emolumentos, festividades, dentre outros (cf: TEDESHI, 2011: 122-127).

Dos monumentos aos trabalhadores

A cidade seria mais do que seu plano físico e estrutural, seriam as pessoas responsáveis pela sua transformação diária, inventando o cotidiano e apropriando-se do mesmo. Assim, apresentam-se os oficiais mecânicos, para além dos monumentos criados por estes, o trabalho servil de reinóis, libertos, jornaleiros e escravos, seguindo as normas de decoro e adequação do período e as exigências clientelares, criaram o espaço físico da cidade, seguindo os riscos dos engenheiros militares, adaptando à geografia acidentada, recriando fisicamente o que lhes era apresentado em forma de papel.

O termo oficial mecânico designava-se ao profissional possuidor de destreza ou maestria na prática de determinado ofício. De acordo com Fabiano Gomes da Silva, a principal particularidade do oficial era a liberdade para vender o seu produto ou mesmo a sua própria força de trabalho. Não estavam submetidos a instituições, somente ao mercado consumidor de sua arte, ainda que de forma limitada, pois os oficiais mecânicos estavam à mercê da câmara, como mostram as licenças, as cartas de exame, as posturas e os regimentos, além da regulamentação dos preços. Em geral, conseguiam seus contratos através dos leilões em praça pública, tanto para obras públicas quanto para obras religiosas. No caso das obras públicas, “conforme lei e o estilo, um funcionário da câmara, o porteiro, lia em voz alta e inteligível na praça o edital da construção durante vários dias, estimulando os lançadores (arrematantes) a oferecerem o menor lance (oferta)” (SILVA, 2007:98). O ritual só terminava com a eleição do arrematante com o menor preço, o qual recebia em suas mãos um ramo verde “como sinal público de sua obrigação com a obra” (idem).

Para ser um oficial mecânico, o trabalhador deveria passar por uma série de regulamentos camarários. Na teoria todos que quisessem exercer os ofícios manuais precisavam passar pelos processos de aprendizado (necessariamente com um mestre do ofício em questão), exame (o candidato a oficial passava por uma avaliação baseada no ofício que queria exercer para a Câmara) e licenciamento (concedido pela Câmara).

Em relação ao período de aprendizado com um mestre ou oficial examinador, o oficial nunca ficava menos de dois anos como aprendiz e mais quatro como oficial jornaleiro no caso dos ofícios de carpinteiro e pedreiro. No entanto, os mecanismos de controle das câmaras não abarcavam a totalidade dos ofícios manuais, existindo grande número de trabalhadores sem licença ou cartas de exame no mercado de trabalho. Como o acesso a arrematações de obras públicas era restrito, pois poucos construtores conseguiam constituir redes de proteção (amigos e/ou parentes que ajudavam o oficial a se inserir no mercado de trabalho) e formar fábrica⁵⁵ com escravos especializados, equipamentos e materiais; restava a grande maioria de trabalhadores o trabalho como jornaleiro. (ibdem: 91-116)

⁵⁵ O termo fábrica era usado para aferir idéia de casa ou oficina, relacionada ao fazer mecânico. Tais fábricas reforçavam o ambiente de trabalho coletivo o que favorecia ao grupo de oficiais que arrematassem mais obras. Cf. SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007. (Dissertação de mestrado). PP.91-92

As equipes de trabalho reuniam no mesmo local reinóis, libertos, escravos e nativos. A presença de escravos significaria um reforço ao trabalho, no qual o proprietário também estava envolvido. Alguns estudos sugerem que o aprendizado e o exercício de uma arte ou ofício disponibilizaram, para alguns escravos uma mobilidade social e, por vezes, a possibilidade de coartação ou a alforria (Cf: SANTIAGO, 2008:78).

Em um ambiente de misturas e trocas culturais como fora o constituído na América Portuguesa, a reprodução de elementos europeus corria o risco de ter seus conteúdos e significados incorporados a outras concepções de arte e visão de mundo. A influência africana pode ter sido exercida de forma discreta. Como exemplo dessa relação entre senhor e escravo urbano, Rodrigo José Ferreira Bretas primeiro biógrafo de Aleijadinho ressaltou que, Antônio Francisco Lisboa possuía três escravos entalhadores e que exerciam o ofício junto ao seu mestre: Maurício, Agostinho e Januário. Bretas salienta que era notável a fidelidade do primeiro, mesmo recebendo rigorosos castigos “com o mesmo macete que lhe havia atado às mãos” (BRETAS,1989:14-15).

Na tentativa de compreender melhor os agentes envolvidos nas construções públicas e civis do período elucida-se o inventário de Caetano Lopes de Araújo. Através dessa fonte documental se tem a possibilidade de analisar aspectos da realidade social do período, por conter informações como as relações de créditos, avaliação dos bens móveis ou de raiz, partilhas dentre outros. Soma-se a essa fonte uma ação cível bastante significativa, que suscitará alguns debates adiante.

Natural da freguesia de São Caetano, termo da cidade de Mariana, Caetano Lopes de Araujo “homem descendente do Gentilismo⁵⁶ [sic] morador nesta cidade que vive do officio de carpinteiro⁵⁷”, filho legítimo de Antônio Gomes Lopes e de sua

⁵⁶ O termo gentilismo é como os religiosos descreviam povos não cristãos (pagãos como africanos e asiáticos), pode ser uma alusão ao fato de ser descendente de africanos já que é natural de Mariana e em nenhum momento declara sua cor. O mais provável é que Caetano fosse pardo baseado nessa descrição e na Irmandade na qual era membro. Cf. SILVEIRA, Renato da. *Nação africana no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos*. Afro-Ásia, num. 38, 2008, PP. 245 – 301. Universidade Federal da Bahia. Disponível no site: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/770/77015013006.pdf> Acesso: 20/05/2011.

⁵⁷ AHCSM. Cód.230 Auto: 5730. II ofício.

mulher Catharina de Souza, faleceu em 1800, com aproximadamente 47 anos⁵⁸, achando-se enfermo de cama. Por vinte e cinco anos de sua vida figurou como Irmão da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Mariana, bem como, outros oficiais mecânicos privilegiados em nossa pesquisa. Pedira em seu testamento para ser “sepultado na Arquiconfraria dos Homens Pardos desta cidade [dizia ele,] aonde sou Irmão [e] acompanhado do Reverendo Pároco e comissário da mesma confraria aos quais se dava [corroído] costume e se algum sacerdote me quiser acompanhar pelo amor de Deus”⁵⁹. Por ordem do seu testamento redigido no dia 08 de dezembro de 1799, declarou que depois de pagas as suas dívidas ficava instituída por sua “universal herdeira Maria Lopes de Araujo filha de Maria crioula forra moradora nesta cidade na Rua do Rosário velho de todos os remanescentes dos [seus] bens” (Ibdem. folha 05v).

Caetano Lopes de Araujo declarava-se carpinteiro em seu testamento, embora conste como autor de uma ação cível cobrando o “devedor Manoel de Jesus a quantia de vinte e seis oitavas de ouro por [ilegível] de jornais do seu ofício de carapina”⁶⁰. De acordo com o historiador Caio César Boshi o conceito de artista e artífice (ou artesão) pode se confundir para o período, os limites que separavam as práticas do mundo do trabalho não se delineavam com clareza. Outro aspecto afirma essa falta de definição era o fato dos oficiais exercerem seus ofícios conforme a demanda de trabalho, segundo o autor: “desde logo, surge uma dificuldade: a de pretender identificar e caracterizar o artista colonial mineiro, buscando qualificá-lo e classificá-lo de acordo com sua categoria profissional”. (BOSHI,2009: 16-27), ao que parece Caetano seria um expoente dessa segunda alternativa, carapina ou carpinteiro seria uma adaptação ao trabalho proposto.

Conforme consta em seu inventário a herdeira Maria Lopes de Araujo, 12 anos, recebeu 109\$600 réis de seu pai. Dentre os bens do falecido contava uma “morada de casas na Rua do Rosário velho desta cidade [ilegível] perto do Rio cobertas de telha com seu quintal murada de muros de pedra”⁶¹ e “um sitio de terras de plantas muito

⁵⁸ Agradeço à amiga e pesquisadora Crislayne Gloss Alfagari pela indicação do processo criminal, em que Caetano aparece como uma das testemunhas. Neste, conforme a transcrição que se segue pode-se ter uma noção da idade do carpinteiro em 1783. “Caetano Lopes de Araujo homem descendente do Gentilismo morador nesta cidade que vive do officio de carpinteiro de idade de trinta annos pouco mais ou menos...”. AHCSM. Cód.230 Auto: 5730. II officio.

⁵⁹ AHCSM. Cód.34 Auto: 803 I officio. Folha 05.

⁶⁰ AHCSM. Cód. 418 Auto: 12334. II Officio

⁶¹ AHCSM. Cód. 34 Auto: 803 I officio . folha 04.

cansadas [sic] com pedaço de capoeiras cita nas Águas Claras Freguesia de São Caetano”, aonde Caetano provavelmente retirava as madeiras para a realização de seus trabalhos.

Conforme “lei e o estilo” da época, seus bens foram postos a leilão público, com o objetivo de pagar suas dívidas e provavelmente para garantir a herança de sua filha. A arrematação de um compasso, um enxó, um juntora, um martelo, uma plaina, um prumo, duas goivas, um formão, dois guilhermes, um graminho, dois cortamaons [sic], uma serra, uma travadeira e um caixão fora feita pelo ajudante Antonio Alves Mesquita pela quantia de 3\$100. É significativa a importância dada às ferramentas nos inventários arrolados para todo o período. A Coroa intervinha sobre a compra de ferramentas e escravos, no intuito de angariar receita, segundo Russell-Wood, “a recusa da Coroa a permitir indústrias na colônia fazia com que picaretas, ferro e pólvora fossem importados”(RUSSELL-WOOD, 2005:163).

Já a morada de casas no Rosário fora arrematada por José Alves de Carvalho, pela quantia de 80\$500, com a condição de estarem pagos os foros (impostos da câmara sobre casas particulares). O sitio de plantas não foi arrematado por ninguém, ficando como “reminiscência da herdeira” [sic] (idem).

Em seu testamento, Caetano declarou que possuía várias dívidas de anuais e mesadas à confraria na qual era membro. Pedia ainda que se abatesse a quantia de dez oitavas e quatro vinténs de ouro de jornais, devido ao trabalho na torre da confraria. Anos antes, em 1792, Caetano entrara com um pedido de cobrança de dívidas de seu ofício, conforme já elucidado. Nessa cobrança, o carpinteiro além de exigir o dinheiro de sua jornada reclamava pelo trabalho de seu escravo. Dentre as 26 oitavas de ouro a serem recebidas, consta detalhadamente na documentação os valores de suas jornadas individuais, o valor das taboas e madeiras utilizadas, o trabalho com os bois carreando e por fim as diárias em separado com os dias que Caetano trabalhara com o seu negro, e os dias que o escravo trabalhou sozinho. Conforme ilustrado no quadro abaixo:

Custos da Obra		
Material de consumo:	Táboas	¼ de ouro
	Madeira	¾ de ouro
Trabalho específico:	Carros de boi	1/5'' 2 [sic]
	Dois dias de serragem	½ de ouro
Ferramentaria:	Seis dias de trabalho de	½ ouro

	machado	
Trabalho do carapina individualmente:	Sete dias de trabalho	4 ¼ de ouro
	Três dias de trabalho	¾ de ouro
	Outra semana mais três dias de trabalho	¾ de ouro
	Outra semana mais três dias de trabalho	¾ de ouro
	Trabalho de ajudar a fazer suas casas	6 ½ de ouro
Trabalho com o escravo:	Trabalhos mais três e meu negro [sic]	2 ¼ de ouro
	De andar meu negro trabalhando quatro dias [sic]	¾ de ouro
Soma exposta na ação cível		26 oitavas de ouro

Quadro 1: Custos da Obra de carapina de Caetano Lopes de Araujo.

Fonte: Ação cível (AHCSM. Cód. 418 Auto: 12334. II Ofício)

Essa ação cível é bastante significativa para a compreensão do escravo de ganho, que figurava como um aumento de mão de obra no trabalho e como um recurso a mais de ganho monetário na obra. O que Caetano gastou com material foi uma oitava de ouro, aproximadamente 4% do valor da obra em questão. Segundo o quadro esboçado, o escravo teria trabalhado quatro dias e por eles ganho ¾, o que é muito abaixo do ganho de seu senhor na ação total (perto de 3% da cobrança). Esses dados reforçam a idéia de que o baixo custo do material permitia aos pobres (livres, escravos e forros) um acesso ao ofício de carpinteiro.

É notório que não consta no inventário de Caetano Lopes de Araújo a figura de nenhum escravo dentre os bens arrolados. O escravo poderia está livre ou morto quando dos bens do senhor fora arrolados. Outra hipótese é que este possa ter sido um “negro de ganho” de outro senhor, escravos estes, que trabalhavam em diversos tipos de serviço, contribuindo para mobilidade do escravo urbano se comparado ao das grandes fazendas açucareiras, por exemplo.

De acordo com Marco Antônio Silveira, essa mobilidade contribuiu para a criação de uma população escrava munida de desejos e direitos. Através das análises das devassas civis encontradas no Museu da Casa do Pilar em Ouro Preto, Silveira propõe as relações sociais vigentes para o período guiadas pela vontade da indistinção. Dentro de uma sociedade norteada por valores patrimonialistas, ser escravo dependia do reconhecimento cotidiano, pois “... a escravidão, embora assentada em bases

institucionais, dependia em larga escala da legitimação cotidiana expressa por meio de gestos e comportamentos” (SILVEIRA, 1997: 124) e mais adiante Silveira afirma que, “as relações sociais do escravo não se restringiam ao contato com o senhor e seu círculo; pelo contrário, sabemos que a mobilidade permitia que elas ampliassem e definissem um campo próprio.” (idem).

Ao tratar da mobilidade do escravo urbano, Russel-Wood destacou que cerca 341 mil escravos vieram para as minas durante o século XVIII. Para o autor, em lugar algum houve as relações entre senhores e escravos, as condições de trabalho e a autonomia concedida a alguns escravos caracterizadas por tamanha fluidez. O autor destaca ainda a aflição vivida pelo poder régio frente a essa enorme parcela da população que vivia nas minas, de acordo com o historiador, “o impacto deste súbito fluxo de escravos na administração, na sociedade, na economia da região e na criação de condições que levaram ao surgimento dos libertos de ascendência africana como um setor poderoso”. (ROSSELL-WOOD, 2005: 164).

Destaca-se também o fato de alguns escravos trazerem seus saberes técnicos para as minas, como os escravos mineradores da Costa da Mina e muitos escravos especializados como ferreiros e ourives. No contexto urbano, Russell-Wood salienta ainda, que os escravos de ganho para além da bateia, se envolviam em atividades legais como carregar madeira, limpar roçados, dentre outras atividades.

O universo do trabalho comporta várias outras questões, a vontade de distinção de alguns pardos ao procurarem ascensão através do oficialato mecânico, a aversão dos reinóis aos afazeres servis⁶², a necessidade de sobrevivência através do ofício, dentre outras. Ao que parece, preocupado ou não com o estigma do trabalho, era através do ofício da madeira, com ou sem o escravo, que Caetano Lopes de Araújo obtinha recursos para sua sobrevivência. Entre arrematações e jornais, ele fazia parte de um grupo de trabalhadores contribuiu para um sem número de construções públicas, civis e eclesiásticas, além da fabricação das imaginárias, mobiliário, instrumentos musicais,

⁶² O verbete *mecanico* encontrado no *Vocabulário Português e Latino* do Padre Raphael Bluteau (1712-1728) apresenta os responsáveis pelo trabalho manual como “Officios necessários para a vida humana”. Mas ao fazer uma comparação entre as artes servis e as artes liberais, o autor caracteriza o trabalhador mecânico como “Baixo, humilde, *Sordidus, a, um. Humilis, t.s. Mase [?] Fem. Le, is. Neut.* Excogitou o sábio todas estas cousas, mas parecendo lhe indignas delle, entregou-as a homens mecânicos.” Ver: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. In. <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario> Acesso: 01/05/2011. pp. 47,79,109,379, 380.

carros de bois, dentre outros, podendo até mesmo, figurar como artífices ou artistas, no caso de alguns homens que trabalharam tanto com a talha de altares das igrejas como em obras de carpintaria⁶³.

⁶³ Um desses exemplos encontra-se no dicionário de Judith Martins, Lourenço Rodrigues de Souza figura como entalhador e carpinteiro. Dentre suas obras destacam-se alguns trabalhos de carpintaria na Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia em Ouro Preto, a arrematação da obra do Palácio dos Governadores, e a obra de talha da capela mor da Igreja de São José. MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC/IPHAN, 1974. PP-266-268.

Abreviações:

AHCSM: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana / IPHAN.

Referências

Fontes manuscritas:

AHCSM. Cód.230 Auto: 5730. II Ofício, 1783.

AHCSM. Cód.34 Auto: 803 I Ofício, 1800.

AHCSM. Cód. 418 Auto: 12334. II Ofício, 1792.

Fontes Impressas:

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. In. <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario> . Acesso: 01/05/2011.

Referências bibliográficas:

BASTOS, Rodrigo. *A maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711-1822)*. São Paulo: FAUUSP, 2009. (Tese de doutorado).

BOSCHI, Caio César. *O barroco mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 2009. (1ª reimpressão).

BRETAS, Rodrigo José Ferreira. Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa distinto escultor mineiro mais conhecido pelo apelido de Aleijadinho. In. OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *Passos da paixão: o Aleijadinho*. Rio de Janeiro: Edições Alumbramento/ Livro arte Editora, 1989.

ENES, Thiago. *De como administrar cidades e governar impérios: almotaçaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745- 1808)*. Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2010. (Dissertação de mestrado)

FONSECA, Cláudia Damasceno. O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In. *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC/IPHAN, 1974.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Tradução: Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTIGO, Camila Fernanda Guimarães. Cativos da arte, artífices da liberdade: a participação de escravos especializados no barroco mineiro. In: PAIVA, Eduardo França (org) e IVO, Isnara Pereira (org). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008.

SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007. (Dissertação de mestrado).

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVEIRA, Renato da. *Nação africana no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos*. Afro-Ásia, num. 38, 2008, PP. 245 – 301. Universidade Federal da Bahia. Disponível no site: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/770/77015013006.pdf>
Acesso: 20/05/2011.

TEDESHI, Denise Maria Ribeiro. *Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)*. Campinas, SP: [s.n], 2011. (dissertação de mestrado).

Questões Religiosas e Políticas no Brasil Colônia

“[...] e portanto Ordeno que por Mar, e por Terra se lhes façam todas as possíveis hostilidades, autorizando o Corso, e Armamento, a que os Meus Vassalos queiram propor-se contra a Nação Francesa [...]”: a invasão da Guiana Francesa pelos luso-brasileiros.

Ivete Machado de Miranda Pereira*

Resumo: O objetivo do artigo é acompanhar a invasão da Guiana Francesa por tropas luso-brasileiras auxiliadas por força naval britânica. Busca-se os antecedentes históricos das questões de fronteira entre as duas colônias e acompanhar a invasão a partir da correspondência e ofícios que envolveram a preparação da ação. O recorte temporal tem como balizas o ofício de Dom Francisco de Souza Coutinho ao Senhor João Vasco Manoel de Braun, datado de 30 de Julho de 1790 e a assinatura do Termo da Rendição em 12 de janeiro de 1809.

Palavras-chave: Guiana Francesa, invasão, ofícios, fronteira.

Résumé: Le but de cet article est d’accompagner l’invasion de la Guyane française par des troupes luso-brésiliennes soutenues par la force naval britannique. On cherche les antécédents historiques des questions de frontières entre les deux colonies ainsi qu’à accompagner le déroulement de l’invasion à partir de la correspondance et des documents concernant la préparation de l’action. Le découpage temporel a comme des balises le document de Francisco de Souza Coutinho adressé à João Vasco Manoel de Braun, daté du 30 Juillet de 1790 et la signature du Terme de Capitulation le 12 janvier 1809.

Mots-clés: Guyane française, invasion, documents, frontière.

O presente artigo faz parte de uma pesquisa de dissertação que tem por objeto o estudo da conquista da Guiana Francesa por tropas luso-brasileiras em 1809, a partir do

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

pressuposto de que a invasão faria parte de uma política fomentista visando o patrimônio vegetal que a França cultivava na Guiana. Nesta comunicação pretendemos priorizar os relatos de fronteiras através das correspondências oficiais, como as do Governador do Pará, Dom Francisco de Souza Coutinho, para acompanharmos os vários conflitos fronteiriços que antecederam a invasão. Estes documentos nos relatam as reações defensivas e a crescente insegurança da região que a constante ameaça de invasão francesa levou ao estabelecimento de estratégias e ações que culminariam em finais de 1808 com a expedição que invadiria a Guiana Francesa em janeiro de 1809. Os ofícios do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, nos permitirão conhecer as intenções e estratégias das quais lançou mão, na condução da política externa portuguesa em meio ao cenário europeu de início de século XIX. O ápice dessa política se daria com o manifesto de Dom João, Príncipe Regente, declarando guerra à França. Fontes da época nos narram a preparação do teatro da ação e a própria ação na voz de seu comandante, o Tenente-Coronel Manoel Marques em ofícios ao Governador do Pará, Tenente-General José Narciso de Magalhães e Menezes. Finalizando, os problemas que a vitória trouxe na forma de uma controvertida capitulação.

A invasão da Guiana Francesa em 1809 tem sido vista pela historiografia como consequência do desenrolar dos acontecimentos políticos de fins do século XVIII e início do XIX que culminaram com a vinda da família real para o Brasil e a invasão de Portugal pelo exército francês. Segundo esta historiografia, a conquista de Caiena teria sido uma retaliação à invasão de Portugal, ou ainda teria como objetivo o uso da Guiana como moeda de troca em uma posterior negociação de paz na Europa.

Possuindo uma área aproximada de 90.000 Km², em finais do século XVIII só uma faixa costeira de 5.200 km² da Guiana Francesa estava ocupada, principalmente devido ao fato de noventa por cento de seu território – 8.000.000 de hectares – apresentar cobertura florestal equatorial. Ela é banhada ao norte pelo Oceano Atlântico, mas a costa não favorece a navegação, pois as águas litorâneas são pouco profundas devido ao contínuo depósito de aluviões que vêm da embocadura do Amazonas. No século XVIII, os maiores barcos a vela não podiam aproximar-se da colônia. O único porto, o de Caiena, era bastante deficiente (CARDOSO, 1984: 16).

Em contrapartida, os rios formavam uma rede navegável importante que permitia a penetração e as comunicações internas e a cabotagem era a maneira usual de viajar. Os maiores rios são o Oiapoque, atual fronteira com o Brasil, e o Maroni, fronteira com o Suriname. Os outros rios de importância, Approuague, Sinnamary, Maná, nascem nas terras centrais, no Maciço Central Guianense. Os rios foram importantes para a invasão que se deu em 1809.

Localizada ao Norte do atual estado do Amapá, antiga Capitania do Cabo Norte, a Guiana Francesa esteve envolvida em sérias questões de fronteira com o Brasil desde o início da colonização da Ilha de Caiena em 1633. No final do século XVII, o governo francês em um claro projeto expansionista pleiteia que os limites da Guiana chegassem até o Cabo do Norte, estendendo a fronteira até a margem esquerda do rio Amazonas. Na verdade, o que estava em jogo era a navegação do Rio Amazonas e seus afluentes. Uma expedição militar em 1697 partiu de Caiena e tomou o forte de Macapá, sendo depois expulsa pelos portugueses. Era o começo do litígio entre França e Portugal. Um Tratado Provisório, assinado em 1700, em Lisboa, tornou neutro o território disputado e ordenou a destruição de dois fortes portugueses da área (DORATIOTO, 2001: 78).

E assim, esta região compreendida entre os rios Oiapoque e Amazonas – as terras do Cabo Norte, ou Terras do Contestado, nosso atual Estado do Amapá – passou a ser fonte de discórdia entre as duas nações e a fazer parte dos diversos tratados que ao longo de todo século XVIII e início do XIX assinaram as duas metrópoles: Utrech (1713), Paris (1797), Badajós (1801), Madri (1801), Amiens (1802). Esses tratados espelhavam o curso dos acontecimentos políticos da Europa.

O hiato dos conflitos de fronteira entre 1713 e 1797 se deveu à situação financeira precária da própria França durante o reinado de Luís XIV (1643- 1715) e ao fato da Grã-Bretanha ter se tornado fiadora dos compromissos assumidos pela França e Espanha no que dizia respeito ao território integrante do Brasil, inclusive das terras do Cabo do Norte, no Tratado de Utrech. Na verdade, durante todos esses anos, a França nunca deixou de alimentar expectativas, seja obtendo conhecimentos do terreno através de exploração científica – a viagem de La Condamine é um exemplo – seja por meio de publicações com o objetivo de despertar o interesse pelas vantagens que prometiam as terras da chamada França Equinocial (GOYCOCHÊA, 1963: 35). A silenciosa

infiltração francesa se dava nas viagens através dos rios, no contato dos comerciantes de Caiena com os índios ou na guarita a escravos portugueses fugitivos.

Dom Francisco Maurício de Souza Coutinho assumiu o governo da Capitania do Pará em junho de 1790, portanto, quando estava em vigor o Tratado de Utrech de 1713 que estabeleceu a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa pelo rio Oiapoque ou como era chamado pelos franceses, Vicente Pinzón. Essa fronteira não era respeitada sendo fonte de preocupação e vigilância da parte de Dom Francisco já em julho de 1790, como se percebe pela carta dirigida ao administrador de Macapá, João Vasco Manoel Braun:

A primeira e principal coisa que [Vossa Mercê] deve examinar assim que tiver chegado a Macapá é a situação, e forças do Estabelecimento que os Franceses tem forçado dentro dos limites do Estado. [...] Quanto a situação deste Estabelecimento [Vossa Mercê] me informará qual é a sua latitude; se ele está no interior ou na Costa; se estando a fortificação na Costa se internam algumas Povoações pelo interior; se tem por dentro algum Rio navegável até o Amazonas, se está dentro dos limites Estabelecidos pelo Tratado de Utrech [...] ⁶⁴(GOMES& QUEIROZ& COELHO, 1999: 93)

Dom Francisco foi governador do Pará por treze anos e tudo fez para evitar que a progressão francesa continuasse no território da colônia portuguesa. Em carta a Martinho de Mello e Castro, ministro da Marinha e Ultramar, em Julho de 1791 alertava para o perigo representado pela ocupação francesa:

Tem desde muito tempo tentado os mesmos Franceses internar-se das cabeceiras dos Rios que confluem na Costa de Cayenna, a buscar mesmo por terra comunicação para o Amazonas, [...] e bem é de presumir que não percam de vista a importância de possuírem o Araguay [...], porque semelhante pretensão seria do mais grave prejuízo e das mais pesadas conseqüências para esta e para as outras Colônias de Sua Majestade que pelo Amazonas tem comunicação com ela. ⁶⁵(GOMES& QUEIROZ& COELHO, 1999: 96)

O Grão-Pará, só em 1808 integrado administrativamente ao conjunto brasileiro, era uma região de grande extensão geográfica mas muito limitada em população e recursos. Para a efetiva ocupação do território seria necessária a construção de fortalezas e fundação de núcleos de habitantes, medidas que funcionariam como prevenção e impediriam a progressão francesa. Dom Francisco estava ciente da

⁶⁴ Instituto Histórico do Itamarati – Fundo: Documentação Rio Branco, Códice: 340 – 1 - 3

⁶⁵ Instituto Histórico do Itamarati – Fundo: Documentação Rio Branco, Códice: 340

fragilidade da capitania e o expressava em reiterados avisos e pedidos de ajuda. Em carta de 2 de abril de 1785, ao mesmo Martinho de Mello e Castro, ele dá conta de notícias de que se dirigiram para o Cabo do Norte algumas Fragatas Francesas e pede o urgente concerto das peças de artilharia, muito danificadas da Praça de Macapá, indispensável para impedir a posse pelos franceses da margem Setentrional do rio das Amazonas.⁶⁶(GOMES& QUEIROZ& COELHO, 1999: 19)

Na verdade, o domínio efetivo de Portugal só ia até o forte Macapá, na embocadura do Amazonas. Quando dom João assumiu como Príncipe Regente o governo de Portugal, a 10 de fevereiro de 1792, era essa a situação de fato no território sul-americano ambicionado pela França. Situação que a Revolução Francesa havia tornado ainda mais explosiva. Havia o temor de que “aqueles turbulentos vizinhos se podem servir para introduzir o fogo da discórdia que os consome, muito mais lisonjeando os escravos com a idéia da pretendida liberdade e igualdade”, conforme ofício de Dom Francisco a Martinho de Mello e Castro de 8 de Julho de 1792. Providências são tomadas para “impedir toda e qualquer comunicação destes habitantes com os daquela inquieta nação”.⁶⁷ (GOMES& QUEIROZ& COELHO, 1999: 90)

“Turbulentos vizinhos”, “inquieta nação”. Os temores de dom Francisco se transformam em realidade com a abolição da escravidão em todas as colônias da França, decretada a 4 de fevereiro de 1794. Se antes a fuga de escravos para o lado francês já era prática existente, com a abolição torna-se recorrente. A carta ao Comandante da Fortaleza do Oiapoque, enviada pelo Tenente Francisco Xavier de Azevedo, comandante da embarcação Conceição, em 14 de outubro de 1794, nos dá a conhecer que é grande o número de escravos desertados, assim como o é, o de escravos apreendidos:

Os incessantes trãnsfugas, que de anteriores anos até ao presente tem formado a numerosa e avultadíssima cópia de pessoas desertadas de diferentes qualidades, sendo o maior número escravo, e que achando-se refugiados [...] também nos (domínios) de Cayenna, [...] me fizeram alargar a minha navegação até este limite para que de uma vez cesse o desordenado proceder de semelhantes gentes tão mal intencionadas, que fiadas neste

⁶⁶ IHGB – Coleção Manoel Barata, Lata 281, pasta 6, 102 fls.

⁶⁷ Instituto Histórico do Itamarati – Fundo: Documentação Rio Branco, Códice: 340 – 1 – 3

indiscreto asilo cometem os maiores desacertos [...]”⁶⁸(GOMES& QUEIROZ& COELHO, 1999: 46)

A fim de impedir a evasão de escravos e índios para a Guiana, a fronteira e a costa passam a ser mais bem guardadas com bergantins, lanchas artilhadas e montarias. Em ofício de 10 de janeiro de 1795, Dom Francisco pede o reforço, a Dom Martinho de Mello e Castro, de uma fragata e da charrua Águia, já guarnecida de artilharia⁶⁹. (GOMES& QUEIROZ& COELHO, 1999: 27)

Enquanto as duas colônias seguiam em suas escaramuças fronteiriças, Portugal inicia o século XIX envolvido nas intrigas européias, porém, a buscar a neutralidade. Uma neutralidade parcial, pois a aliança com a Inglaterra datava de épocas remotas, remontando mesmo à primeira dinastia (NOVAIS, 1995: 19). Essa vinculação política com a Inglaterra, potência em permanente rivalidade com a França, torna inviável a pretensa imparcialidade devido aos projetos expansionistas de Napoleão. Impossibilitado de invadir a Inglaterra, Napoleão decidiu isolar o inimigo decretando o “Bloqueio Continental” em 1806. Seu objetivo era arruinar o comércio, a Marinha Mercante e a crescente indústria britânica. Dizia o artigo sétimo do decreto de Berlim: “Nenhum navio vindo diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas será recebido em qualquer porto”⁷⁰

Para a coroa portuguesa o Bloqueio Continental foi o estopim da crise com a França. Segundo Carlos Guilherme Mota:

Deveras dramática foi a situação da elite portuguesa em 1807-1808, obrigada a combater o invasor francês, negociar subalternamente com os ingleses, ficar atenta à Espanha [...] de fato, foram os conflitos entre Inglaterra, em processo de industrialização, e a França revolucionária e expansionista que levaram Bonaparte a anexar Portugal em 1807-1808, confiscando propriedades inglesas e prendendo no porto de Lisboa, numerosos comerciantes portugueses que haviam desobedecido a ordem do bloqueio continental contra a Inglaterra (MOTTA, 2007:70).

De fato, as tropas do General Junot entraram em Portugal pela Beira Baixa em 17 de novembro de 1807 e doze dias depois a Família Real deixou Lisboa em direção ao

⁶⁸ IHGB – Coleção Manoel Barata, Lata 281, pasta 6, 102 fls.

⁶⁹ IHGB – Coleção Manoel Barata, Lata 281, pasta 6, 102 fls.

⁷⁰ Decreto de Berlim, 1806. Disponível em: www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/blog_cont.pdf. Acesso em 30/4/2011.

Brasil escoltada pela Esquadra Inglesa. A idéia de transferir a sede do governo português para o Brasil não era novidade entre os poderosos. Seu maior defensor era Dom Rodrigo de Souza Coutinho que em 1797 exortou o Príncipe Regente a preparar a defesa de Portugal contra a pressão francesa, e “fundar o mais vasto império no Brasil”. Em 9 de novembro de 1798, renovou seus conselhos:

[...] e se forçado por uma adversa Sorte [...] de ceder por algum momento as suas possessões européias aos inimigos da Religião e dos Governos, que deve ir fundar no Brasil um Império muito superior em grandeza e força a todos os que hoje existem na Europa.⁷¹

Desde então, essa proposta reaparecia com freqüência no Conselho de Estado. Em 1807, quando Portugal estava sendo pressionado pela Inglaterra e França, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, que estivera ausente do governo por cinco anos, retoma o centro das decisões políticas convocado por Dom João para participar das reuniões do Conselho de Estado que decidiriam os rumos a tomar. Coerente com suas convicções, defendeu a partida para o Brasil como forma de manter a Monarquia e a manutenção do alinhamento com a Inglaterra.

Desembarcando no Rio de Janeiro no dia 8 de março de 1808, Dom João nomeou para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Esta nomeação já deixava entrever os rumos da política internacional do Príncipe Regente, pois Dom Rodrigo ainda em Lisboa já propunha que Portugal fizesse guerra à França e Espanha (GOYCOCHÊA, 1979: 383). Podia-se prever qual seria a posição de Portugal em relação à Guiana Francesa, sobre a qual Dom Rodrigo possuía um vasto conhecimento acumulado na época em que havia sido Ministro da Marinha e Ultramar (1796-1801). Doze dias após sua nomeação, deu início à correspondência com o então Governador do Pará, Tenente-General José Narciso de Magalhães de Menezes, cujo tema era a Guiana Francesa.

Em ofício de 22 de março de 1808, o Ministro da Guerra anunciou ao Governador do Pará que avisos foram enviados ao Governador de Pernambuco e do Maranhão pedindo o envio para o Pará de mil homens e forças militares no intuito de ajudarem a “[...] reintegrar primeiramente as nossas fronteiras ao que eram antes dos

⁷¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Negócios de Portugal, caixa 714, n.9. Apud MARTINS, Ismênia de Lima. Dom João – Príncipe Regente e Rei – um soberano e muitas controvérsias.

infelizes Tratados de Paz de Badajoz e de Madri, e para destruir Caiena com o socorro dos ingleses [...]”⁷². Voltou ao assunto no ofício do dia 7 de abril a Magalhães de Menezes, pedindo sigilo a propósito do plano que viera de Londres para a destruição de Caiena. Detalhes de ordem prática são mencionados, pois era conhecida a precariedade do Pará:

[...] e lisonjeia-se S.A.R. de que V. Ex.^a fará desse lado os maiores esforços para poder satisfazer as vistas de S.A.R., não obstante as grandes dificuldades, e penúria em que S.A.R. sabe que V. Ex.^a deve achar-se, e que só poderá vencer o seu gênio ativo, e o seu conhecido zelo pelo Real Serviço. [...]⁷³

Segundo Ciro Cardoso (2009: 16), a pobreza era grande na Comarca do Pará no início do século XIX. O comércio exterior estava estagnado e a falta de recursos materiais e militares, percebe-se pelo ofício, era conhecido pelas autoridades. Prova da penúria dos cofres do Pará é o fato de que os uniformes usados pelas tropas lusoparaenses na expedição à Guiana Francesa não foram feitos pelo governo mas, sim, pelas senhoras de Belém, suas filhas e suas escravas, a pedido do Governador Magalhães de Menezes.

Não há notícias da remessa dos mil homens de Pernambuco para o Pará nem do envio de navios de guerra e de transporte do Rio de Janeiro para o Pará na época das ordens do ministro dos Negócios Exteriores e da Guerra. As manobras de Dom Rodrigo estavam à frente das decisões de Dom João. Somente a 1º de maio, o Príncipe Regente assinou manifesto declarando guerra à França. Nele faz uma recapitulação das relações entre os dois países desde a Revolução Francesa até a invasão de Portugal pelo exército de Napoleão. A última parte do documento estabelece a atitude da nação: autorização para os portugueses fazerem guerra aos franceses, por terra e mar, o repúdio aos tratados entre os dois países, principalmente os de Badajoz e de Madri, ambos de 1801, e o de neutralidade, de 1804 que lhe foram impostos. E finalmente a declaração de que as armas só seriam depostas de acordo com a antiga e fiel aliada, a Inglaterra⁷⁴.

⁷² Biblioteca e Arquivo Público do Pará, códice 751. Apud Goycochêa, op. Cit., p. 384.

⁷³ Biblioteca e Arquivo Público do Pará, códice 751. Apud Goycochêa, op. Cit., p. 384.

⁷⁴ Declaração de Guerra. Disponível em: [www.brown.edu/Facilities/John Carter Brown Library/CB/1808_docs/images/L10/L10_p01.pj](http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/1808_docs/images/L10/L10_p01.pj). Acesso em: 30 abril 2011.

Os limites entre América Portuguesa e Guiana Francesa, para os portugueses, voltaram ao Rio Oiapoque estabelecido pelo Tratado de Utrech em 1713. Antes mesmo da Declaração de Guerra, o Governador do Pará já havia sido autorizado por Dom Rodrigo em 27 de abril, a “lançar mão por empréstimos dos dinheiros do cofre dos ausentes e da extinta companhia, para suprir estas extraordinárias despesas”⁷⁵ necessárias ao ataque de Caiena. O Decreto de 10 de Junho de 1808 do Príncipe Regente foi um complemento do manifesto de 1º de maio e ditou os acontecimentos que se seguiram:

Havendo o Imperador dos Franceses invadido os Meus Estados de Portugal de uma maneira a mais aleivosa, e contra todos os Tratados subsistentes entre as duas Coroas [...] convém à dignidade dela (Minha Coroa), e à ordem, que ocupo entre as Potências declarar semelhantemente a Guerra ao referido Imperador, e aos seus Vassallos [...]⁷⁶

Em fins de agosto, Dom Rodrigo de Souza Coutinho recomenda, em nome do Príncipe Regente, ao General Magalhães de Menezes manter a capitania pronta para a defesa contra os franceses se eles porventura viessem tentar restabelecer os antigos limites. No ofício de 10 de setembro, recomenda-lhe o comandante da pequena fragata inglesa *Confiance*, James Lucas Yeo.⁷⁷ Em declaração pública no dia 1º de outubro, o Governador do Pará declara que se pretende restabelecer os limites acordados no Tratado de Utrech e designa o Tenente-Coronel Manuel Marques para comandar a expedição, tendo por imediato o major do 3º regimento Manuel José Xavier da Silva Palmeirim.

Esta expedição contava com 405 homens, com as companhias de granadeiros e caçadores dos três regimentos de linha, e de uma bateria de 4 peças. A força naval e de transporte compunha-se da escuna General Magalhães, capitânia, de 12 peças de pequeno calibre; dos cúteres *Vingança* e *Leão*, cada um com 8 peças de pequeno calibre, três barcas canhoneiras, cada uma com uma peça de calibre 18, da sumaca *Ninfa*, da lancha *Narciso* e um iate. No dia 8 de outubro de 1808, a expedição partiu do porto da cidade de Belém em direção à Vila de Chaves, na parte oeste da Ilha de Marajó

⁷⁵ Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Códice 751. Apud Goycochêa, op. Cit., p. 388.

⁷⁶ Decreto de 10 de Junho de 1808. Disponível em: www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_15.pdf. Acesso em 10 Abril 2011.

⁷⁷ Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Códice 751. Apud Goycochêa, op. Cit., p. 388.

para receber o contingente do 2º regimento que aí se encontrava. A viagem em direção ao Cabo do Norte foi realizada por entre o labirinto das ilhas do Amazonas e por estreitos canais fechados pelas imensas árvores. Devido às dificuldades, a navegação só podia ser feita durante o dia, o que retardou a chegada ao Cabo do Norte, que se deu no dia 12 de novembro (MELLO MORAIS, 1982: 355-363).

Encontrava-se no Oiapoque a corveta inglesa *Confiança*, de 26 peças, comandada pelo Capitão Yeo e os brigues portugueses *Voador*, de 18 peças, *Infante D. Pedro*, também de 18 peças, tendo a bordo a segunda expedição, composta por trezentas praças. Eles traziam novas ordens: o objetivo não seria apenas ocupar a área do Contestado, mas apoderar-se da cidade de Caiena e ocupar toda a Guiana Francesa. O comando das forças terrestres era do Tenente-Coronel Manuel Marques e as operações navais ficaram a cargo do comandante inglês Yeo. Mas o barco britânico *Confiance* com seus 22 canhões, não teve papel preponderante na tomada de Caiena. Por ser de grande calado não poderia atacar do lado do mar devido à falta de profundidade das águas marítimas locais – consequência de aluviões – e também devido à presença de uma artilharia costeira mantida pelo governo francês (CARDOSO, 2009: 16-17).

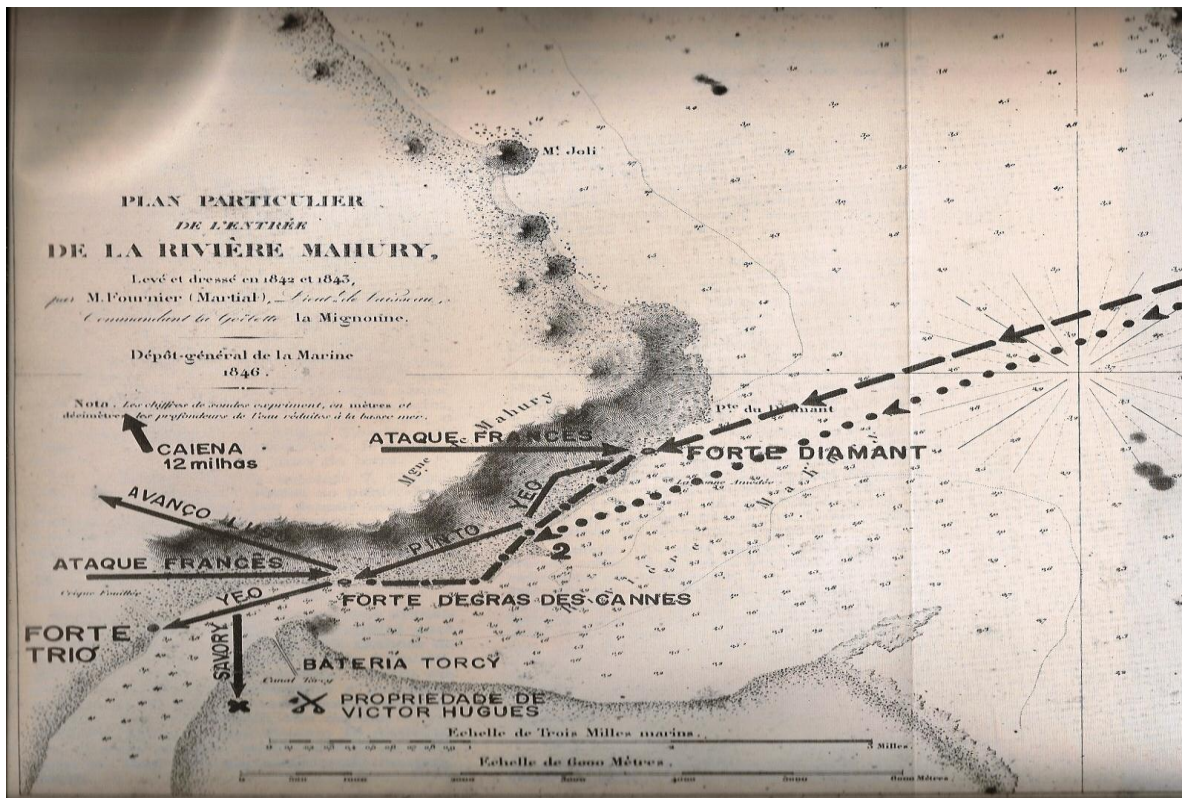
Devido a estas particularidades, as tropas britânicas e luso-paraenses deveriam, para o ataque a Caiena, ser embarcadas em barcos menores para a navegação e combates nos rios. Do Oiapoque a expedição passou para o Rio Approuague, situado entre o Oiapoque e Caiena. Só então o Governador da Guiana Francesa, Victor Hugues, percebeu a intenção da expedição, dando início a medidas destinadas à defesa de Caiena.

Em território francês, no Approuague, o Tenente-Coronel enviou ofício ao Governador do Pará no dia 29 de dezembro de 1808, relatando os últimos acontecimentos: havia desembarcado dia 25 no Approuague com toda a tropa que o acompanhava, sabendo por Mr. Yeo do combate entre as tropas comandadas por ele e as tropas que guardavam a região. Foi deixada uma guarnição de 70 homens no Approuague e uma parte da expedição prosseguiu por mar em direção a Caiena já a bordo de barcos leves providos de artilharia:

No dia 6 ancoramos ao largo, na embocadura do rio e dali marchou o Capitão Yeo com 300 homens, 200 granadeiros do meu comando, e 100 das guarnições da fragata e brigues [...] em pequenas embarcações, com o projeto

de desembarcar no Rio Maiori da parte da ilha; isto se efetuou da meia-noite para o dia 7; numa bateria denominada *Diamante*, de duas peças de ferro de 24 e uma de bronze de 8: nesta bateria foram mortos dos franceses o capitão-comandante e 3 soldados; prisioneiros 16, inclusos 3 feridos; o resto fugiu [...]⁷⁸

MAPA DA ENTRADA DO RIO MAHURY



Fonte: História Naval Brasileira: 2 vol. Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979.

Tomado o Forte Diamante, seguiram as tropas a tomar o Degrad de Cannes, onde foi morto o comandante e feridos três soldados. O próximo foi o Forte Trió, mais bem defendido pela proximidade da habitation ou fazenda do Governador Victor Hugues. Após combates de mais de quatro horas, com 6 mortos no campo inimigo e 30 feridos, os invasores ficaram de posse da toda margem esquerda do Rio Maiori e da

⁷⁸ Ofício de Manoel Marques ao Governador do Pará. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032kp.dll?t=xs&pr=fbn dig pr&db=fbn dig&disp=list&sort=off&ss=new>. Acesso em: 10/09/2010.

entrada que levava à capital. O saldo de franceses mortos foi de 17 e entre os luso-brasileiros de 7 homens ⁷⁹.

No dia 8 reapareceram os inimigos sobre as baterias que defendiam a habitação de M. Hugues; Mr. Macleaster foi enviado como parlamentar ao comandante delas; sendo porém (contra todas as leis da guerra), recebido com fuzilaria, o Comandante Yeo, em consequência deste atentado marchou sobre elas com toda sua gente [...] Mr. Yeo fez por fogo a toda a habitação de M. Hugues [...] ⁸⁰

A partir do dia 10 de janeiro começaram nos “quartiers” de Caiena e Roura os ataques a fazendas e seu incêndio pelos ex-escravos que haviam sido libertados e armados pelos luso-paraenses. Esses estavam senhores de todos os pontos fortificados, impedindo o desembarque na Ilha de Caiena e interceptando toda a comunicação. Assim, o Comandante Manoel Marques enviou emissários ao governador da Guiana Francesa, propondo sua rendição como forma de se evitar derramamento de sangue pois podiam entrar na capital “V. Exa. queira ou não”. Hugues pede a suspensão das hostilidades por 24 horas, e um lugar onde ele peça algumas explicações e faça algumas propostas (MELLO MORAES, 1982: 370).

No dia 11, a capitulação foi discutida entre o Governador da Guiana, o Tenente-Coronel Manoel Marques e o capitão Yeo. O temor de Hugues era de que fosse dada a liberdade aos escravos, no que foi tranquilizado pelos aliados que disseram que esse proceder acabaria logo que a praça se rendesse, “conservando-se e protegendo-se as propriedades com desvelo” (MELLO MORAES, 1982: 370).

A Capitulação proposta pelo Governador Victor Hugues e aceita pelos Srs. James Lucas Yeo, capitão-de-mar-e-guerra de S. M. Britânica e Manoel Marques, chefe do corpo de artilharia do Pará, possui artigos surpreendentes, em que o perdedor é quem dita as regras da rendição. Foi assinada no dia 12 em três versões, francês, português e inglês. No início do texto, a desculpa pela falta de empenho na luta – de que realmente seria acusado mais tarde: “[...] se rende, não tanto à força, como ao sistema destruidor

⁷⁹ Ofício de Manoel Marques ao Governador do Pará. Disponível em: http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032kp.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&ss=new. Acesso em: 10/09/2010.

⁸⁰ Ofício de Manoel Marques ao Governador do Pará. Disponível em: http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032kp.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&ss=new. Acesso em: 10/09/2010.

de libertar todos os escravos que se declaravam pelo inimigo, e de incendiar todas as habitações e postos em que havia resistência”⁸¹. Portanto, no intuito de proteger as propriedades dos colonos, evitando a completa destruição da colônia é que seria assinada a rendição. O comissário entrega a colônia para as forças de S.A.R. o Príncipe Regente, sob 16 condições. Entre elas, o artigo 11 é o mais surpreendente:

As leis civis, conhecidas na França pelo nome de Código Napoleão, e que estão em vigor nesta colônia, serão seguidas e executadas até a paz entre as duas Nações. Os Magistrados não poderão decidir sobre os interesses entre os particulares que não sejam em virtude das ditas leis⁸²

Foi como se os aliados aceitassem o encargo da administração temporária da colônia que continuava a pertencer à França. Aliás, o artigo 14 estipula que:

Desejando conservar a plantação de especiarias, chamada *La Gabrielle*, em todo o seu esplendor e agricultura, fica estipulado que não se destruirá nenhum edifício nem plantação, árvores ou plantas; mas conservar-se-á no estado presente, tal qual se entrega aos comandantes de S.A. o Príncipe Regente⁸³

Ou seja, os derrotados impõem aos vencedores limitações quanto à utilização dos recursos econômicos da colônia. O Governador do Pará, considerando-se o general em chefe da tropa expedicionária, reprovou algumas das estipulações da Capitulação, entre elas a parte que concordava ser o Código Napoleônico o que continuaria em vigor, regendo as leis civis da Guiana. Assim, ordena que seja reformada:

[...] para fazer a respeito da mesma capitulação as adições e declarações convenientes, tanto pelo que pertence à inteligência e conceito público, como à dignidade e interesses do meu Augusto Soberano, hei por bem adicionar e declarar o seguinte [...] é igualmente bem entendido que todos os processos e julgamentos serão em nome do Príncipe Regente de Portugal, como seu

⁸¹ Capitulation. Disponível em: http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032kp.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&ss=new.

⁸² Capitulation. Disponível em: http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032kp.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&ss=new.

⁸³ Capitulation. Disponível em: http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032kp.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&ss=new.

Soberano, pelo absoluto domínio que justamente lhe devolve o direito da conquista e das armas [...] ⁸⁴

As ordens, recebidas 40 dias depois de confirmada a Capitulação, não foram cumpridas. O texto já havia sido impresso no *Mercúrio de Barbados* de 7 de fevereiro, na *Gazeta de Filadélfia* de 20 de março, na *Gazeta de New York*, em uma surpreendente circulação de notícias (Conde de Galveias, 1809, apud MELLO MORAIS, 1982: 392) .

Conclusão

A Guiana Francesa foi administrada pelos luso-brasileiros até 21 de novembro de 1817, quando foi restituída à França com base no Congresso de Viena. O Artigo 107 do Ato Final do Congresso estipulou o limite francês no Rio Oiapoque reconhecendo, portanto, o limite estabelecido pelo Tratado de Utrech de 1713. Embora o termo de posse pelos portugueses tenha sido assinado em 14 de janeiro de 1809, ela nunca foi declarada parte integrante do território brasileiro. O Tenente-Coronel Manuel Marques foi seu primeiro governador. Se no início o plano era destruí-la para que os franceses não voltassem a ocupar a colônia da América do Sul, com o tempo a administração luso-brasileira se ocupou dos direitos de ancoragem, importação e exportação; foi estipulado um câmbio favorável aos guianenses e assegurada liberdade de comércio.

Em sua obra *Coup d'oeil sur Cayenne en 1822*, M. Vignal, habitante da colônia, fez elogios à administração dos portugueses. Segundo ele, quando os portugueses se apossaram de Caiena, eles trataram o país com deferências que formaram um singular contraste com os usos e costumes da administração francesa que lhes sucedeu.

A ordem, a economia e o desinteresse presidiram a conduta dos agentes do governo português. Eles encorajaram o comércio por operações sempre combinadas com o interesse local, dando entretanto, ao comércio estrangeiro, toda a proteção necessária para estender as relações da colônia, e assegurar a saída de suas mercadorias. Eles conservaram os impostos que haviam encontrado estabelecidos, mas não criaram novos (VIGNAL, 1823:41).

⁸⁴ Ratificação condicional do capitão-General do Pará à Capitulação de Caiena. Disponível em: http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032kp.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&ss=new.

A devolução em 1817 não impediu que as relações de fronteiras permanecessem conflituosas entre as duas regiões. Em 1836, tropas francesas ergueram um forte no lago Amapá e recomeçaram os problemas e as negociações entre as partes. O problema atravessou o Império e chegou à República.

Referências bibliográficas

ARNAUT, Luiz. Textos e documentos: **O decreto de Berlim**. Belo Horizonte. Disponível em www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/blog_cont.pdf. Acesso em 01 maio 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984.

_____, Ciro Flamarion S. A tomada de Caiena vista pelo lado francês. In: **Dossiê Caiena**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.revistanavigador.com.br> v.6 n.11-2001. Acesso em 01 março 2011.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Rio Branco e a consolidação da Amazônia brasileira: a questão do Amapá. Revista Múltipla: Brasília, 2001. Disponível em: www.upis.br/revistamultipla/multipla11.pdf Acesso em 10/09/2010.

GOMES, Flávio dos Santos; QUEIRÓZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro César. **Relatos de Fronteiras: Fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX**. Belém: Editora Universitária/ UFPA, 1999.

GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. **A diplomacia de Dom João em Caiena**. Rio de Janeiro: Ed. G.T.L., 1963.

_____, Luís Felipe de Castilhos. **A diplomacia de D. João em Caiena**. História Naval brasileira, 2º vol., tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de documentação geral da Marinha, 1979.

MELLO MORAIS, Alexandre José de. **História do Brasil-Reino e do Brasil-Império**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982.

MOTTA, Carlos Guilherme. Da ordem imperial pombalina à fundação do império do Brasil (1750-1831): o significado da abertura dos portos. In: OLIVEIRA, Luís Valente de; RICÚPERO, Rubens. **A abertura dos portos**. São Paulo: Senac, 2007.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”
ISSN: 2317-0468.
09 a 13 de maio de 2011

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial** (1777-1808). São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

VIGNAL, M. **Coup d’oeil sur Cayenne en 1822**. Paris: Imprimerie Anthelme Boucher, 1823.

Poder Local, Rei e Oficiais Camarários em Vila Rica, 1711-1720*

Luiz Alberto Onellas Rezende **

Resumo: As Câmaras Municipais no Império português exerciam duas funções, muitas vezes opostas: a de instância representativa dos interesses locais; e a de estrutura integrante do sistema de controle régio. A coexistência destas duas funções dentro da mesma instituição nem sempre foi harmônica. Em Vila Rica, desde ao menos 1714 percebe-se uma tendência de reequilíbrio de forças entre estas funções, onde pouco a pouco os interesses régios começam a predominar sobre os interesses locais. Este reequilíbrio de forças se consolida em 1720, mesmo ano da Revolta de Vila Rica, posta em prática por alguns indivíduos ligados a Câmara em anos anteriores. O objetivo desta apresentação é elucidar os movimentos de mudanças na composição dos ofícios ligados ao Senado da Câmara de Vila Rica nos anos anteriores à Revolta de 1720.

Palavras-chave: Câmara Municipal, Vila Rica, Administração.

Abstract: The Town Councils in the Portuguese Empire wielded two roles, often opposite: abody representing the local interests, and the integral structure of the system of royal control. The coexistence of these two functions within the same institution was not always harmonious. In Vila Rica, since 1714 at least one sees a trend of balance of forces between those functions, where little by little the royal interests begin to predominate over local interests. This balance of forces was consolidated in 1720, the year of the Revolt of Villa Rica, implemented by some individuals connected to the Town Council in previous years. The objective of this presentation is to explain the movements of changes in the composition of the crafts connected with the town council of Vila Rica in the years preceding the Rebellion of 1720.

Keywords: Town Council, Vila Rica, Administration.

Introdução

* Esta publicação é parte dos resultados parciais do projeto de pesquisa de Iniciação Científica "O Perfil da Câmara Municipal de Vila Rica, 1716-1724", financiado pela FAPESP, orientado pela Professora Doutora Iris Kantor.

** Universidade de São Paulo

No presente trabalho pretendemos expor uma divisão por nós adotada com o objetivo de facilitar o entendimento de um momento administrativo crucial que é o da instalação das primeiras Câmaras Municipais nas Minas Gerais. O corresponde à segunda década do século XVIII, onde as Câmaras, em especial a de Vila Rica, sofreram grandes transformações na relação de seus membros com o poder régio.

Dividimos nossa análise em três momentos: o primeiro, onde vamos descrever sumariamente o contexto da criação das vilas do ouro em minas; o segundo momento, onde descreveremos também de forma sucinta o processo de eleição dos oficiais camarários no período, um dos elementos centrais na definição das etapas administrativas; e por fim, a descrição de cada uma das etapas administrativas e principais acontecimentos que corroboram tal divisão.

A Criação das Câmaras do Ouro

A criação de uma Vila no Império português era exclusividade régia. Todavia, o pedido poderia ser feito por moradores locais. No caso das Vilas do Ouro, a demanda não veio das elites locais devido as conseqüências esperadas de se criar uma Câmara Municipal. As instalação das vilas foram uma resposta régia aos distúrbios provocados pelo rápido povoamento da região, espontâneo, iniciado em meados da última década do século XVII. A intenção da Coroa era criar uma estabilidade administrativa, social e econômica na região, e consolidar seu poder, cooptando as elites locais. A criação das vilas do ouro era uma tentativa do rei de se fazer presente na região, e trazer para dentro do seu campo, os conflitos entre as elites locais. Desta forma, com os conflitos ocorrendo dentro das Câmaras, portanto dentro da alçada administrativa do rei, era possível tirar proveito das diferenças locais para se exercer um domínio mais eficiente sobre a região. (RUSSELL-WOOD, 1998: 11).

Pode-se afirmar que os primeiros governadores preocuparam-se muito com a aceleração da consolidação do urbano na região das minas. Além de Antonio de Albuquerque, este ímpeto urbanizador foi seguido por D. Brás Baltasar da Silveira, elevou à condição de vila em 1713 São João del Rei, em 1714 fez o mesmo em Vila Nova da Rainha (Caeté) e Vila do Príncipe (Serro), em 1715 elevou ainda Nossa

Senhora da Piedade do Pitangui à vila, e criou as três primeiras comarcas da capitania, Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes, não sendo criada ainda a quarta comarca, Minas Novas. O ímpeto urbanizador foi seguido pelo Conde de Assumar que elevou à condição de vila em 1718 São José del Rei, atual Tiradentes. (SOUZA, 1994: 30).

Como indica Russel-Wood, Albuquerque passou quase um ano viajando nas minas e dialogando com paulistas e emboabas para chegar a um acordo sobre a implementação do governo local. Estas viagens haviam começado em agosto de 1710 e terminado com a instalação da primeira vila em 8 de abril de 1711. (RUSSELL-WOOD, 1977: 33). O diálogo com os grupos era fundamental em um cenário de ameaça contrata francesa e o risco de uma possível aliança de emboabas com franceses, ou mesmo entre paulistas e franceses.

Debatiam-se questões acerca da criação de um governo para as minas, visando uma maior exploração dos depósitos auríferos. A marca do governo de Albuquerque foram, para além da instalação das vilas, a montagem de uma estrutura que consolidasse a posse portuguesa sobre as terras auríferas e encorajasse as futuras descobertas de metais, protegesse as já existentes, e montasse uma máquina burocrática que otimizasse a arrecadação dos quintos. Paralelo a isto, buscava-se a imposição das leis sobre os costumes locais e a apaziguamento das rivalidades na região. (RUSSELL-WOOD, 1977: 35).

Montada a estrutura, as pressas por conta da ameaça francesa e a necessidade de agilizar reforços ao Rio de Janeiro, era preciso manter a ordem e o bom funcionamento da estrutura, em meio a um ambiente ainda muito instável por conta das hostilidades entre emboabas e paulistas, que já estavam novamente nas minas. Neste sentido, Albuquerque colocou em prática uma política de cooptação, que dava prêmios, vantagens e honrarias aos indivíduos que se mantivessem fiéis ao rei. (SOUZA, 1994: 30).

Esta estrutura administrativa associada à política de cooptação conseguiram incorporar as elites locais e seus conflitos para dentro do campo de ação régio, entendido aqui de modo abrangente como os núcleos urbanos, e de modo específico dentro das Câmaras Municipais. Esta união propiciava um maior controle, mediação e enfraquecimento dos poderes das elites locais, mas possibilitou também um convívio mais íntimo e uma tomada de consciência, a longo prazo, da situação de exploração

colonial, que tornou-se mais evidente frente a crescente extorção do aparelho fiscal, cego às dificuldades de extração ao longo do século XVIII. (SOUZA, 1994: 30).

O Processo de Eleição

Os principais cargos da Câmara Municipal (normalmente dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador) só podiam ser ocupados por indivíduos nobres, brancos, de reconhecido destaque social e financeiro. Estes homens de destaque eram conhecidos como “homens bons”, e eram os socialmente aptos a concorrer aos cargos no Senado da Câmara. (RUSSELL-WOOD, 1977: 36). Para além dos cargos, estes “homens bons” constituíam uma espécie de conselho consultivo, o qual era convocado em momentos críticos com o propósito de emitir parecer sobre a melhor ação a se tomar. No período instável que selecionamos, foi uma constante a presença dos homens bons nas vereações, principalmente quando era necessário controlar algum levante, algo freqüente no período. Há registros de levantes nas atas em junho de 1713 em Vila do Carmo, junho de 1717 em Vila Rica e o maior de todos em junho de 1720, em Vila Rica.

Todos os pré-requisitos sociais para integrar o grupo de aptos a exercer as principais funções do Senado da Câmara só eram praticáveis com rigor razoável nas instituições do reino. Nas Câmaras coloniais, e principalmente nas Câmaras do Ouro, era impossível, por exemplo, que os cargos fossem exercidos somente por brancos. Havia poucas mulheres brancas em Minas, principalmente nas primeiras décadas após o descobrimento do ouro, o que fez com que a médio prazo grande parte da população se tornasse mestiça. (BORREGO, 2004: 111). Na prática, o que ocorria era um “branqueamento” social dos indivíduos, grande parte eram mulatos, mas devido à condição socioeconômica, eram vistos, se viam e viam seus iguais como brancos.

Além das questões comuns a todas as Câmaras, como organização urbana, controle social e comercial, entre outras, coube as Câmaras do Ouro durante parte significativa do século XVIII, a incumbência direta de arrecadar os quintos em nome do rei. Mais do que isto, foram capazes, em momentos específicos, de negociar com outros agentes régios taxas menores ou novas formas de cobrança com o propósito de amenizar as perdas das elites locais e, conseqüentemente, sobrecarregar o restante da população.

Quanto à eleição. Existiam basicamente dois tipos processos de eleição, que se complementavam. A primeira era a eleição por pelouros, feita de três em três anos, de onde saíam os nomes de dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador do concelho, isto no caso de Vila Rica, pois em outras Câmaras poderiam haver pequenas diferenças. Descreverei o processo em detalhe nas linhas que seguem. A segunda forma são as eleições da pauta, feitas pelos oficiais da cúpula durante o ano, preferencialmente nas primeiras reuniões, e que visam ocupar os cargos subalternos.

O processo de eleição das Câmaras Municipais do Império Português não foi o mesmo ao longo do tempo, e foi se aperfeiçoando conforme a necessidade. Esta primeira eleição era determinante pois definia os indivíduos que, nos próximos 3 anos, ocupariam a cúpula do poder local e definiriam a ocupação das funções secundárias. Ocorriam as mais diversas manipulações no processo por parte de determinados setores dos poderes locais, interessados em se manter no poder e definir as prioridades locais. Muitas medidas foram adotadas para deixar mais transparente o processo e permitir uma maior alternância de poder nas Câmaras.

Em 1361, por exemplo, o então rei D. Pedro I já havia determinado que não pudesse mais haver reeleição para cargos locais antes que se passasse três anos do final do mandato. Foi uma medida bem intencionada, mas na prática, nos municípios pequenos, era inviável, faltavam pessoas com o perfil exigido para assumir os cargos. (COELHO; MAGALHÃES, 2008: 35).

Mais tarde, em 1391, o então rei D. João I implementou através de uma lei geral, mudanças profundas no processo eleitoral a nível local. Sua intenção era normatizar o processo, definir um padrão a ser seguido em todas as localidades, que evitasse as fraudes por setores das elites locais. Foi neste momento que acordou a necessidade de se listar no livro de vereações todos os indivíduos aptos ao exercício dos cargos que compunham a cúpula camarária: juízes, vereadores e procuradores. (COELHO; MAGALHÃES, 2008: 33-34).

Em meados do século XV, com a elaboração das Ordenações Afonsinas, o sistema eleitoral passaria oficialmente por novas mudanças. A Assembléia geral, ao invés de apontar diretamente os nomes que iriam compor os pelouros, deveria agora indicar 6 homens bons que escolheriam os indivíduos que iriam compor os pelouros. Outra mudança foi a escolha de uma criança considerada pura, de aproximadamente 7

anos, para escolher um dos pelouros onde ficava guardado os nomes que seguiriam para confirmação régia. (COELHO; MAGALHÃES, 2008: 33-34).

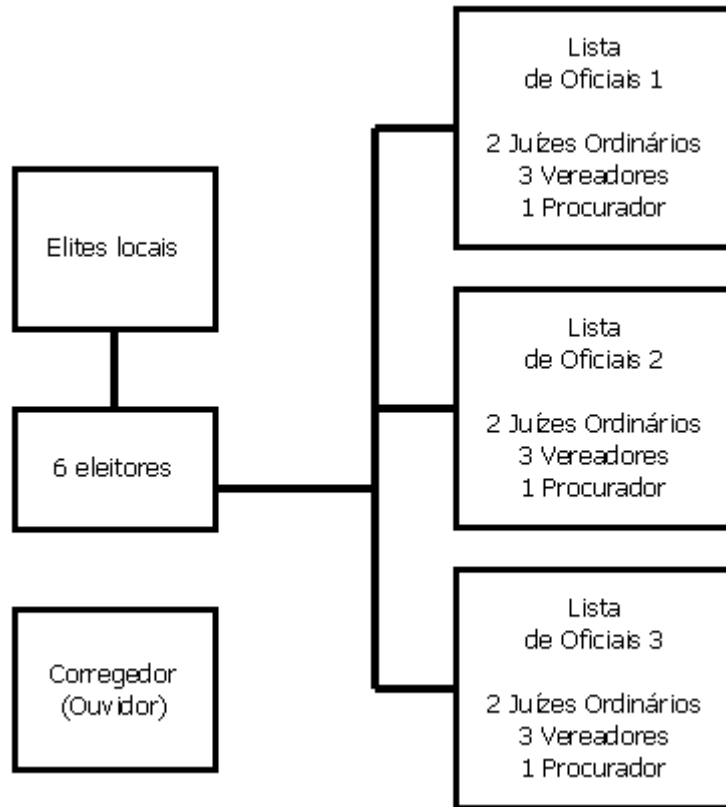
Nos primeiros anos do século XVII, com a reforma das Ordenações Manuelinas e a composição das Ordenações Filipinas, ocorreu uma nova mudança na dinâmica eleitoral a nível local. Ao invés da população escolher 6 indivíduos para elaborar a lista, o corregedor passaria a selecionar duas ou três pessoas mais antigas, nobres preferencialmente envolvidas com a administração municipal, e estas pessoas arrolariam os indivíduos capazes de servir à municipalidade. Esta lista era conhecida como *rol da nobreza*, e guardava os nomes de todos aptos a serem votados, de acordo com o gosto dos dois ou três indivíduos selecionados pelo corregedor. A segunda parte do processo correspondia a etapa em que os moradores, nobres e povo, elegeriam, dentre os nomes constantes no *rol da nobreza*, 6 indivíduos que seriam os eleitores. Na terceira etapa, os 6 mais votados separavam-se em duplas e elaboravam três pautas com os nomes dos que deveriam servir os três anos seguintes, que eram então sorteadas pelo sistema de pelouros como já tratamos nos parágrafos anteriores. (COELHO; MAGALHÃES, 2008: 57-58).

Quanto à participação popular, houve uma clara diminuição, principalmente durante os séculos XVI e XVII. Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães nos indicam que, em diversas localidades do reino, no início do século XVI os indivíduos eram eleitos por até 300 votos, mas avançando no tempo, indivíduos passaram a ser eleitos com 10 votos ou menos. Portanto, o povo foi sendo afastado gradativamente das decisões locais. (COELHO; MAGALHÃES, 2008: 58).

Fica claro que o processo de eleição, bem como a própria instituição, foram sofrendo mudanças ao longo do tempo, foram sendo aperfeiçoados para servirem aos interesses régios e das elites locais. É claro que nem todas as mudanças foram implementadas da mesma forma em todos os lugares, veremos que nas Minas o processo eleitoral deu-se de modo específico, nem sempre em harmonia com o conteúdo das leis. As Ordenações eram regras a serem perseguidas, adaptando-se as condições reais e distantes do reino.

A primeira eleição em Vila Rica ocorreu em 8 de julho de 1711, em junta com as lideranças locais, logo após a criação da vila e da Câmara Municipal. Esta primeira eleição sofreu determinada intervenção do governador, que detalharemos nas linhas

seguintes. O que deve ficar claro, por enquanto, é que, durante o período estudado, tendia-se a seguir o modelo ilustrado abaixo:



Os períodos administrativos

Descrito sumariamente o processo de instalação das Câmaras do Ouro, e detalhado o processo de eleição dos oficiais da cúpula camarária (juizes ordinários, vereadores e procurador), vamos ao foco da apresentação, que são as divisões dos períodos administrativos da Câmara de Vila Rica nos primeiros dez anos de seu funcionamento.

O recorte temporal não é por acaso. Escolhemos o ano de 1711 por ser o da fundação das primeiras Câmaras do Ouro, e 1720 serve como baliza final por ser o ano em que ocorre a Revolta de Felipe dos Santos, que modificou profundamente a orientação da administração local nas décadas seguintes.

Identificamos, com base na leitura das atas da Câmara Municipal de Vila Rica, três grandes períodos. Usamos como critério para esta definição um conjunto de fatores

que vão, desde a análise da oscilação quantitativa dos temas tratados nas reuniões, passando pela mudança na composição dos cargos camarários, chegando a uma análise qualitativa do que foi tratado, observando principalmente a relação dos oficiais camarários com outros agentes régios (como governadores e ouvidores) e com o próprio rei. O quadro é o seguinte:



Vamos, nas linhas que seguem, descrever de forma sucinta estes três períodos, destacando a predominância de determinados assuntos, alguns acontecimentos relevantes que servem para visualizar a relação da Câmara Municipal com os agentes régios e com o rei, observando possíveis mudanças de postura em relação a estes agentes e o próprio rei.

No primeiro período que compreende os anos de 1711, 1712 e 1713, foram poucas as atividades camarárias. Estes primeiros anos corresponderam, como era de se esperar, à instalação da máquina administrativa e seus grandes ajustes. Predominaram os temas relacionados à definição de pesos e medidas, posturas municipais e criação de cargos.

Um momento de destaque neste período é a própria fundação da Vila, criação da Câmara Municipal e eleição dos primeiros oficiais camarários. Todo este processo foi conduzido pelo então governador Antonio de Albuquerque.⁸⁵ O curioso é que o processo não seguiu como de costume. A população presente no momento da votação, elegeu seis indivíduos que formaram o grupo de eleitores. Estes seis eleitores deveriam, como descrevemos acima, formarem, de dois a dois, três listas contendo dois juizes ordinários, três vereadores e um procurador, com vistas a assumirem os cargos em 1711, 1712 e 1713, variando o ano de acordo com sorteio realizado normalmente em dezembro do ano anterior ou no início do ano em questão.

⁸⁵ CRIAÇÃO DE VILAS NO PERÍODO COLONIAL. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 2, Volume 1. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1987. pp. 84-86.

Fato é que o governador, após observar o resultado dos que foram eleitos como oficiais camarários (nomes que não tivemos acesso), decidiu desconsiderar o resultado e, por conta própria, nomear os primeiros oficiais, com base nos nomes que compunham o grupo dos seis eleitores. Vejamos o quadro abaixo:

Eleitores escolhidos pelos “homens bons”	Oficiais escolhidos pelo Governador
<p>Eleitores:</p> <ul style="list-style-type: none">- Coronel Antonio Francisco da Silva- Mestre de Campo Pascoal da Silva Guimarães- Felix de Gusmão Mendonça Bueno- Fernando da Fonseca e Sá- Manuel de Figueiredo Mascarenhas- Manuel de Almeida Costa	<p><u>Juízes:</u></p> <ul style="list-style-type: none">- Fernando da Fonseca e Sá- José Gomes de Melo <p><u>Vereadores:</u></p> <ul style="list-style-type: none">- Manuel de Figueiredo Mascarenhas- Felix de Gusmão Mendonça Bueno- Antonio de Faria Pimentel <p><u>Procurador:</u></p> <ul style="list-style-type: none">- Manuel de Almeida Costa

Note que dos seis indivíduos que compunham o grupo de eleitores, o aproveitou quatro marcados em azul, retirou dois representados em vermelho, e incorporou no lugar destes outros dois representados em preto. Os nomes em vermelho, Antonio Francisco da Silva e Pascoal da Silva Guimarães, tinham desempenhado papel fundamental ao lado do líder emboaba, Manuel Nunes Viana, durante o conjunto de batalhas que ficou conhecido como Guerra dos Emboabas.

Do ponto de vista da relação entre os oficiais camarários, o rei e seus agentes régios, neste primeiro momento, parece ter predominado certo distanciamento. A maior interferência que pudemos observar durante estes três anos foi esta, que ocorreu no

momento de criação da Câmara Municipal. Após sua instalação, houve até 1713 certa autonomia relativa, ou seja, pouca interferência régia, direta ou indireta.

O segundo período por nós demarcado compreende os anos de 1714, 1715 e 1716, e por um conflito nas eleições para o triênio seguinte, que ocorreram em dezembro de 1716, os indivíduos da cúpula camarária de 1716 se estenderam no cargo durante o ano de 1717 e 1718. Este período e sua extensão foram marcados pelo aumento da pressão do rei e seus agentes sobre o poder local. A arrecadação dos quintos, que por ordem régia passou a ser feita pelos oficiais camarários a partir de 1714, é um exemplo desta extensão. O conflito com os agentes régios foi outro traço marcante do período.

Teceremos mais detalhes sobre dois acontecimentos do período. O primeiro é a arrecadação dos quintos pela Câmara Municipal. Isto gerou um profundo impacto local pois criou, de uma hora para outra, muitos cargos com grande potencial de mercê. Arrecadar os quintos em nome do rei, não tenha dúvida, tinha seu peso em qualquer pedido de mercê futuro. Para se ter ideia dos cargos criados, vale inserir a tabela abaixo:

Ano	Total de cobradores eleitos	Cobradores novos na Câmara	Cobradores que não voltaram à Câmara	Só voltaram como oficiais dos quintos	Voltaram em outros ofícios
1715	24	19	5	4	10
1717	38	24	18	4	2
1718	28	7	5	0	2

Outro acontecimento de destaque foi o conflito entre alguns oficiais camarários e o ouvidor, no final de 1716, no momento da eleição de oficiais para o próximo triênio. A situação foi a seguinte:

[...] Queria [o ouvidor] fosse [feita a eleição] sem ser em presença dos oficiais que atualmente servem, mandando para isso dois recados por mim escrivão da Câmara de que dou minha fé [...] O que visto por todos se sentaram todos, exceto o Capitão-mor Manuel Antunes de Azevedo e o Tenente-coronel João Pinto da Silva que foram de contrário parecer porque disseram queriam se observasse a forma da lei, que as regalias do Senado se

não perdessem antes se conservassem com todo o zelo, principalmente por não encontrarem a lei.⁸⁶

O fato é que o conflito se estendeu, foi parar no Tribunal da Relação da Bahia, e os oficiais permaneceram no cargo por mais dois anos. Ocorreu, na prática, vários abandonos de cargo, e outros indivíduos foram sendo escolhidos pelos próprios oficiais para substituírem os que iam deixando a função. A situação ficou mais crítica em 1718, em 1717 houve ainda certa continuidade, embora precária. Vejamos os oficiais de 1716 que seguiram à frente da Câmara Municipal em 1717, e reparemos como todos, apesar do pouco histórico da Câmara, já tinham exercido ao menos um cargo na administração local:

Juízes Ordinários em 1716	
Francisco Viegas Barbosa [barrete]	Vereador em 1715
Manuel Dias de Menezes [barrete]	Almotacé em 1714 Vereador em 1715
Vereadores em 1716:	
Domingos de Araújo Dantas *	Almotacé em 1713
João Pinto da Silva	Almotacé em 1712
Manuel Gomes da Silva [barrete]	Almotacé em 1713 Vereador em 1714 Cobrador dos Quintos em 1715
Procuradores em 1716:	
José Luiz Sol	Almotacé em 1712

* Único que não continua em 1717.

Como vimos, neste segundo período aumenta a pressão régia, direta e indireta, sobre os oficiais camarários. O atrito é inevitável e a administração local, que já trás

⁸⁶ ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Vol. 25, Fasc. 1. Belo Horizonte, julho de 1937.

consigo um forte teor de descontinuidade, pela própria circulação anual dos cargos (com exceção do Escrivão da Câmara, que normalmente fica três anos no cargo e é nomeado pelo rei), torna-se ainda mais precária.

Em 1719, segundo a divisão por nós proposta, retoma-se as eleições e a normalidade na Câmara Municipal. Começa um terceiro período administrativo que se estendeu até 1720, ano da Revolta de Vila Rica. Durante estes dois anos, predominaram os temas relacionados ao abastecimento, motins, e é nítido os atritos entre oficiais camarários, agentes régios e rei.

O que marca este período, além da Revolta de Vila Rica, é uma tendência de renovação nos quadros camarários. Os indivíduos que assumem os principais postos da Câmara Municipal, principalmente em 1720, possuem pouco ou quase nenhum vínculo anterior com o poder local. Vejamos:

Juizes Ordinários em 1720:	
João Domingues de Carvalho	
Santos Martins [pediu para sair do cargo]	Almotacé em 1712
João da Silva Guimarães de Oliveira [substituto, retirado na época da revolta]	Finteiro para caminho em 1712 Almotacé em 1716
Manuel da Costa Reis [substituto]	
Vereadores em 1720:	
Domingos de Souza Braga	Almotacé em 1719
Francisco Peixoto Pinto	Almotacé em 1718
Gaspar Gonçalves	
Procuradores em 1720:	
Manuel Coelho Neto	

Esta renovação pode, sem sombra de dúvidas, ter contribuído ainda mais para o acirramento dos ânimos que culminou na Revolta de 1720. Fato é que este terceiro período é marcado pelo transbordar anunciado das relações entre setores da elite local em formação com o rei, representado por seus agentes régios (governador e ouvidores).

Conclusões

Por fim, cabe reafirmar a importância de se aprofundar o estudo da instituição e do período por nós abordado, por ser uma etapa fundamental para se compreender a política, sociedade e economia mineira do século XVIII. Há uma mudança profunda de orientação e de valores dentro Câmara Municipal de Vila Rica, onde os interesses régios passam a predominar em detrimento dos interesses individuais. O que fica claro é que o rei fragmenta os setores da elite local e coopta os indivíduos que os compõem. O passo seguinte é analisar como esta mudança de orientação deu-se na prática, e para isto é necessário mergulhar no cotidiano da instituição.

Fontes

CRIAÇÃO DE VILAS NO PERÍODO COLONIAL. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 2, Volume 1. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1987.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA RICA, 1716-1721. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Vol. 25, Fasc. 1. Belo Horizonte, julho de 1937.

Bibliografia

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e Práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica Colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume & FAPESP, 2004. 189 p.

COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O poder Concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de História Social*. 2ª Edição Revista. Coimbra: CEFA, 2008.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808". In: *Revista Brasileira de História*. vol. 18, n. 36. São Paulo, 1998.

_____. "O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural". In: *Revista de História*, Ano XXVIII, Volume LV. São Paulo, 1977.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

ISSN: 2317-0468.

09 a 13 de maio de 2011

SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e Miséria das Minas Gerais*. 4ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. 85 p.

História Política e Social no Brasil Império

“Revolução de 1829”: o processo eleitoral e a disputa pelo poder na vila oitocentista de São João del-Rei*.

Carlos Eduardo Maculan**

Resumo: Este artigo através da análise do processo eleitoral de 1829 ocorrido na vila de São João del-Rei pretende identificar os primeiros momentos da formação de grupos políticos em torno da figura de dois proeminentes personagens do cenário social da vila: Baptista Caetano de Almeida e o vigário Luis José Dias Custódio. Estes momentos foram marcados por intervenções no sentido da criação de consensos e de orientações para a realização do pleito, uma das “novidades” do processo de modernização política. Como estratégias de alteração dos resultados das eleições foram realizadas denúncias de fraudes e de compra de votos que culminaram em boatos de uma revolução na província de Minas Gerais.

Palavras-chave: Baptista Caetano; Luis José Dias Custódio; eleições; São João del-Rei.

Abstract: This article through the analysis of the electoral process of 1829 occurred in the village of São João del-Rei intends to identify the early stages of the formation of political groups around the figure of two prominent figures of the social scene in the village: the Baptista Caetano de Almeida and Father Luis José Dias Custódio. These moments have been marked by interventions towards consensus building and guidance for the conduct of the election, one of the "news" of the process of political modernization. As strategies change the election results were allegations of fraud and vote buying that resulted in rumors of a revolution in Minas Gerais province.

*Este artigo é parte integrante da dissertação intitulada “As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida e o projeto civilizacional. Novas perspectivas políticas para a Vila de São João del-Rei (1824-1839)”, realizada no mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Este trabalho aborda Baptista Caetano de Almeida, personagem que se destacou no cenário político sanjoanense sendo um dos principais responsáveis pelo estabelecimento de um projeto civilizacional que alterou a prática política da região da vila mineira.

**Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz e Fora.

Keywords: Baptista Caetano, José Luis Dias Custódio; elections; São João del-Rei.

O estudo da primeira metade do século XIX é essencial para a compreensão da formação do Estado nacional brasileiro. Foi principalmente nas décadas de 20, 30 e 40, que se organizou a esfera administrativa do Estado recém independente. Os primeiros anos do pós-independência foram marcados por dois momentos cruciais na história brasileira: o de afirmação nacional e o do período regencial. Estes, por sua vez, testemunharam um período de intensa disputa entre grupos políticos onde cada um apresentava seu projeto considerado o mais adequado à realidade brasileira.

A ruptura política com Portugal e o engajamento na construção de um Estado que possuísse uma configuração própria desvinculada do país europeu permitiram a conjugação de interesses na figura de Dom Pedro I. Mas, o descontentamento com as políticas do imperador resultou em sua abdicação em 1831. Neste momento da história brasileira marcado pela “vacância do Trono” (BASILLE, 2004: 4) e pela “falta de unidade da elite política imperial”, encontravam-se as condições necessárias para que as facções políticas entrassem em disputa pelo poder. Esse processo ensejou a participação de novos atores no cenário político nacional que ganhando importância precisavam ser incorporados. Neste sentido, encontramos três grupos políticos principais os *liberais moderados*, os *liberais exaltados* e os *caramurus* que vão disputar a direção do poder e tentar atingir o consenso sobre as melhores condições para o desenvolvimento do país.

Liberais moderados, liberais exaltados e caramurus “designavam facções bem definidas que, embora heterogêneas, compartilhavam, em geral, idéias em comum” (BASILLE, 2004: 14) cada uma com uma “identidade própria”. As semelhanças correspondiam inclusive nas formas de se alcançar o consenso: das formas associativas, às aulas públicas, ao estabelecimento de livrarias públicas, passando pela eficiente e decisiva atividade jornalística. A ampliação das práticas políticas correspondeu à ampliação dos espaços políticos, dos seus espaços de discussões. *Liberais moderados, liberais exaltados e caramurus* vão dedicar grande parte de seu tempo em atividades destinadas à afirmação dos seus projetos como os mais condizentes para o Estado brasileiro.

Ao identificar a primeira metade do século XIX como um momento de disputas de projetos políticos este artigo se insere na perspectiva dos estudos que buscam

esclarecer como se deu este processo. Pioneiro nesta perspectiva, Ilmar de Rohloff Mattos propõe que o entendimento do processo de construção do Estado “se [dê] a partir da dinâmica da Sociedade, da interação de estruturas econômicas, sociais, políticas e de ideologias e representações sociais” (SILVA, 2009: 27).

Com base nestes pressupostos este artigo através da análise do processo eleitoral de 1829 na vila de São João del-Rei, pretende identificar os primeiros momentos da formação de grupos políticos⁸⁷ em torno da figura de dois proeminentes personagens do cenário social da vila: Baptista Caetano de Almeida e o vigário Luis José Dias Custódio. Estes momentos foram marcados por intervenções no sentido da criação de consensos e de orientações para a realização do pleito, uma das “novidades” do processo de modernização política. Como estratégias de alteração dos resultados das eleições foram realizadas denúncias de fraudes e de compra de votos que culminaram em boatos de uma revolução na província mineira.

A pesquisa que realizei se inscreve no conjunto de propostas estabelecidas pelo movimento que renovou a abordagem da história política⁸⁸. Para este artigo especificamente foram consideradas as observações de Jean-François Sirinelli (RIOUX & SIRINELLI, 1998) sobre as elites culturais; a história conceitual do político de Pierre Rosanvallon (ROSANVALLON, 1995: 9-22); e ainda, as reflexões sobre as relações de dominação e a cultura política de Ângela de Castro Gomes (GOMES, 2005: 21-44). Fundamentado nestes pressupostos pretendo identificar a intervenção das elites no recém implantado processo eleitoral e a disputa pelo poder institucionalizado. Esta análise possibilita identificar os primeiros momentos da formação dos grupos políticos que passaram a atuar na esfera pública sanjoanense.

A identificação e a análise de tais disputas foram facilitadas pela “publicização” das mesmas. Neste sentido, as páginas do periódico *Astro de Minas* se transformaram em um espaço privilegiado, onde ao público era oferecido o papel de “juiz” inquestionável. O processo eleitoral para vereadores e juiz de paz, as Atas da Câmara Municipal de São João del-Rei, os editais, etc., todo tipo de informação que de alguma

⁸⁷Com esta proposta não elimino a possibilidade de existência de grupos políticos antes do período tratado, ou melhor, é quase certa a sua existência. Para este artigo os primeiros momentos da formação dos grupos políticos estão inseridos em um contexto de modernidade política, com uma maior possibilidade de participação, com novidades, como as eleições.

⁸⁸Inspirado por René Remond o movimento contou ainda com as contribuições de Serge Bernstein, Jean-Pierre Riox, Jean-François Sirinelli, entre outros.

forma fosse considerado de interesse público tinha espaço garantido em suas páginas. Discursos, pronunciamentos, projetos de lei e, principalmente, longas e muito elucidativas cartas fornecem um interessante material de análise.

Elemento essencial do constitucionalismo o sistema representativo foi uma grande novidade defendida por Baptista Caetano de Almeida⁸⁹ e o grupo que se organizou ao seu redor. O processo eleitoral era complexo e realizado em diversos graus: primeiro eram escolhidos os nomes daqueles que deveriam ser eleitores e estes seriam responsáveis pela escolha dos vereadores, deputados e senadores. De acordo com Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, as eleições “legitimaram a soberania e exercitaram a liberdade” (NEVES, 2003:177-178).

Dentre as inovações políticas encetadas pela Constituição de 1824 a eleição para a Assembleia Legislativa e para o Senado foram as que mais representavam a possibilidade de definição dos rumos do Estado. A luta dos *liberais moderados*, dentre os quais Baptista Caetano se inclui, contra as prerrogativas monárquicas foi marcada pela disputa de poder entre o parlamento brasileiro e o monarca. As reformas político-institucionais visavam à redução dos poderes do imperador, ampliando as prerrogativas da Câmara dos Deputados e garantindo maior autonomia ao Judiciário. De modo geral, as reformas pretendiam garantir a aplicação das conquistas liberais previstas na comemorada Constituição de 1824. Contudo, “instaurando uma liberdade que não colocasse em risco a ordem social e as instituições monárquicas” (SILVA, 2009:42).

Em 1828, reuniu-se o Colégio Eleitoral da vila de São João del-Rei ao qual Baptista Caetano foi eleito secretário. Este colégio contava com 63 eleitores e se responsabilizava pelo segundo processo eleitoral do Brasil independente, no qual seriam eleitos os novos deputados e senadores. A participação dos eleitores nos Colégios Eleitorais para a eleição dos deputados e senadores foi exaltada pelo redator do *Astro de Minas*. Segundo ele, o governo da Província encaminhava “na vereda Constitucional”⁹⁰.

A Assembleia Geral se reunindo anualmente seria uma forma de pressionar os ministros e demais agentes do poder a respeitarem a Constituição. No entanto, apenas a Constituição não seria garantia contra um governo despótico: “Constituição tínhamos

⁸⁹Baptista Caetano de Almeida foi um próspero comerciante estabelecido na praça de São João del-Rei na primeira metade do século XIX. Socialmente influente, destacou-se no cenário político regional, contudo, sua maior contribuição para a vila foi a implantação da primeira livraria pública de Minas Gerais, assim como, da primeira tipografia de São João del-Rei.

⁹⁰Esta e as próximas citações foram retiradas de *Astro de Minas*, São João del-Rei, nº 41, 21/02/1828.

desde 1824, e entretanto quantos males não fizeram ao Brasil os Ministros de Estado?”. Estes males foram interrompidos pelo início da primeira legislatura em 1826.

O artigo continua declarando o que os leitores/eleitores deveriam compreender: “que a Constituição é indispensável para a prosperidade do Brasil; mas que é indispensável a reunião anual das Câmaras, isto é da Assembléia Geral”. Pois a Constituição seria a garantia para a própria monarquia, caso contrário, “em seu nome, e debaixo de seu regime se cometerão os maiores despropósitos, e crimes”.

Como forma de garantir o bom funcionamento do sistema constitucional era necessário ainda dois componentes: a liberdade de imprensa e o estabelecimento dos jurados. O sistema constitucional seria sustentado por três pilares básicos: a convocação anual da Assembleia Geral, a liberdade de imprensa e, por fim, a participação dos jurados. Estas instituições tinham como marca a possibilidade de participação de setores não ligados ao governo.

Defensor do sistema constitucional o *Astro de Minas* levou a público a importância central que “o povo” tinha para um governo justo. A legitimidade de um governo estaria ligada à “opinião geral”, que “regra em todas as partes a administração”⁹¹. A “voz pública”, manifestação do povo, colocaria, segundo o periódico, um “obstáculo invencível, à soberba vontade de quem manda”. De acordo com o artigo, seria impossível uma “ilustrada administração” onde os povos tratassem os “grandes negócios públicos, ou com suma ligeireza, ou com descuido absoluto”. “O povo” seria o integrante mais indispensável para um governo ilustrado. Não bastaria um governo ilustrado se “o povo” não estivesse apto a reconhecer e compreender as ações deste governo.

Além disso, “o povo” seria o impulsionador da administração. Um “gênio extraordinário” da administração, ministro, legislador ou qualquer outro, “será inaplicado e inconstante, se a Nação for inconstante e inaplicada, será vazio de gênio e de instrução, se cada um abandonar ao acaso as matérias políticas”. Porém, ao contrário, quando este gênio extraordinário “até então incerto aos seus próprios olhos, confirmado pela opinião pública, ele será mais atrevido, e marchará com os homens que pensam”.

Dessa forma, o sistema constitucional seria a forma de conjugar os dois elementos essenciais para um governo justo: o “povo” e os homens ilustrados. “Povo”

⁹¹Esta e as próximas citações foram retiradas de *Astro de Minas*, São João del-Rei, nº 47, 06/03/1828.

era uma categoria muito ampla que englobava diversos setores sociais. À medida que este grupo crescia apenas a parte inferior e miserável era identificada como povo (NEVES, 2003: 216). “Povo” a partir da Independência “passou a designar os cidadãos em geral, com exceção dos escravos” (CHAMON, *Apud* SILVA, 2009: 145). Na sociedade mineira a categoria povo “ampliava-se à medida da integração econômica de contingentes mais amplos da população, por meio de relações várias com a propriedade, das formas de assalariamento e dos ofícios urbanos” (SILVA, 2009: 147). Seria justamente este “povo” que se distinguia dos “homens ilustrados” e da plebe, alvo da instrução dos periódicos sobre os benefícios do sistema constitucional.

O debate público seria a atitude a ser tomada para a resolução de grandes problemas da administração pública: “porque desde que as matérias, que interessam a administração, forem publicamente debatidas, elas em pouco tempo serão iluminadas; as questões mais embrulhadas tornar-se-ão axiomas claros, que a imperícia de uns, e a infidelidade de outros jamais poderão obscurecer”. Uma má administração seria reflexo de um povo que não interessava-se como deveria aos assuntos de interesse público: “quando os povos se queixam da administração, muitas vezes acusam-se a si mesmos; eles confessam, que não tem prestado aos negócios públicos aquela atenção, que merecem”.

A representação parlamentar era extremamente importante no contexto político inspirado pelo sistema constitucional. Tanto era assim que o período eleitoral inspirava atenção especial das lideranças políticas no sentido de orientar os eleitores. Dentre estas lideranças, Baptista Caetano. Ele exaltou a importância da escolha dos nomes que se responsabilizariam pela escolha dos deputados: “Eu bem quisera estar presente a um ato, para mim o mais majestoso, e para o qual desejaria concorrer com mais talento e luzes, de que aquilo que possuo”⁹².

Baptista Caetano explicou a importância deste processo para a nação: “(...) porque é o único em que a Nação *reassumindo (grifo meu)* seus Direitos, reelege os bons Deputados, e deixa em esquecimento os que mal a serviram ou elegendo novos mandatários (...)”. Ou seja, durante o período eleitoral a nação se colocaria na condição

⁹²Baptista Caetano se encontrava no Rio de Janeiro. Esta e as próximas citações foram retiradas de *Astro de Minas*, São João del-Rei, nº 149, 01/01/1828.

de decidir seu destino. Ela aprovaria ou não a conduta política dos legisladores reelegendo-os, ou elegendo novos membros para as Câmaras.

“Reassumindo” é o termo utilizado por Baptista Caetano para se expressar. A ideia de reassumir está diretamente ligada à noção de soberania popular. Em oposição à noção de soberania monárquica, a defesa da soberania popular implicava na percepção de que ela residiria no conjunto da população e exercida através de seus representantes. Essa ideia de que a soberania deveria residir no povo foi identificada por Rodrigo Fialho ao analisar o *Astro de Minas* (SILVA, 2006: 141).

O deputado seria um dos principais personagens da política liberal. Sobre sua imagem política era identificado um “cidadão honesto, político virtuoso e indivíduo letrado” (NEVES, 2003: 179). O cidadão para os homens das primeiras décadas do século XIX era aquele que estava politicamente ligado à Nação (NEVES, 2003: 180), capaz de exercer plenamente seus direitos, entre eles, o de eleger e ser eleito. Sendo assim, a eleição dos deputados seria o maior ato de ação dos cidadãos porque através dele a prosperidade do país se concretizaria sob leis capazes de permitir o desenvolvimento do Estado. Para Marcello Basille, o conceito de cidadania é entendido de forma genérica “como a forma pela qual as pessoas se relacionam com o Estado” (BASILLE, 2004: 16). De acordo com o autor, esta relação estaria ligada aos “direitos pretendidos ou adquiridos, o exercício dessas prerrogativas, com a participação direta ou indireta na vida pública, e todo o conjunto de sentimentos e valores tendente a expressar ou forjar uma identidade nacional” (BASILLE, 2004: 16).

Baptista Caetano classificava o processo eleitoral como o “(...) ato que julg[ava] ser o único verdadeiramente Nacional (...)”⁹³. Esta afirmação era uma clara identificação processo eleitoral como a autonomia do Estado enquanto nação independente, desvinculada da tutela do governo português.

Segundo o redator do *Astro de Minas*, as eleições seriam responsáveis pela nomeação daqueles que seriam “árbitros de sua sorte”⁹⁴. Homens probos procurariam felicitar a opinião pública “elegendo árbitros Cidadãos de reconhecida probidade, e amantes do Sistema Constitucional”. Este por sua vez, seria o “único capaz de fazer a nossa felicidade, devemos bem augurar do progresso da Causa Constitucional, e por

⁹³*Astro de Minas*, São João del-Rei, nº 149, 01/01/1828.

⁹⁴Esta e as próximas citações foram retiradas de *Astro de Minas*, São João del-Rei, nº 152, 06/11/1829.

consequente da felicidade da Nação”. A garantia do sistema constitucional estaria diretamente relacionada à escolha dos deputados, mais do que dos senadores que passavam pelo crivo do Imperador⁹⁵. Consolidada a via constitucional o Brasil passou a utilizar uma “nova linguagem política, inspirada na crença dos princípios liberais” (NEVES, 2003: 257). A partir desta nova forma de fazer política a “coisa pública” se tornou realmente pública.

Nesta nova linguagem política as eleições eram assuntos de grande repercussão social. A mobilização ocorrida para a sua realização colocava interesses em disputa no foco das atenções. Neste sentido, este período é um momento privilegiado para identificar as posições políticas, a formação de alianças e as rivalidades de grupos pelo poder instituído.

1829: Revolução em Minas Gerais. A eleição de Baptista Caetano a juiz de paz e o grupo de Luis José Dias Custódio.

Instituída pela Constituição de 1824 a eleição era o exercício máximo da cidadania. No entanto, ela não estava ao alcance de todos. O processo eleitoral apresentava um caráter censitário e indireto: economicamente era necessário ter uma renda líquida anual de 200\$ réis por bem de raiz, indústria, comércio ou emprego. Ficavam excluídos do pleito quem não possuía esta renda, os libertos e os criminosos pronunciados em querelas e devassas (SILVA, 2006: 43), além das mulheres e dos escravos.

As eleições para os cargos no legislativo eram ainda uma novidade nas primeiras décadas do século XIX. Assim, a sua realização carecia de uma mobilização por parte dos setores dominantes no sentido de orientar os eleitores. Esta orientação talvez nem estivesse tão relacionada ao esclarecimento sobre a dinâmica do processo e, sim, a perspectiva de formação de consenso acerca dos nomes escolhidos para tão importante função. As divergências surgiram desde a escolha dos nomes dos eleitores, passando pelos nomes dos elegíveis, chegando até o processo de apuração dos votos.

⁹⁵Quanto ao cargo de senador em um edital convocando para as eleições de senadores, “uma das mais Augustas, e Distintas Funções de um Povo que começa a ser livre”. Este edital fora assinado por Baptista Caetano, Manoel Moreira da Rocha, Francisco Antônio da Cunha e José Coelho Mendes. *Astro de Minas*, São João del-Rei, nº 23,10/01/1828.

No cenário político sanjoanense, dois nomes despontavam como figuras chaves: Baptista Caetano de Almeida e Luis José Dias Custódio⁹⁶, identificados pelos contemporâneos como líderes dos grupos que disputavam o poder nas décadas de vinte e trinta do século XIX. A polarização da disputa entre Baptista Caetano e o vigário Dias Custódio em torno dos periódicos *Astro de Minas* e *O Amigo da Verdade* foi objeto de pesquisa de Rodrigo Fialho Silva. Segundo Fialho, os discursos transpareceram “as visões doutrinárias pró e contra o centralismo monárquico de D. Pedro, cuja imagem se encontrava bastante desgastada” (SILVA, 2006: 22).

Como já foi afirmado o processo eleitoral era uma novidade política inaugurada pela Constituição de 1824. Muitas dúvidas surgiram sobre o seu procedimento, e consequentemente, muitos distúrbios. Haja vista da importância de semelhante marco na história política brasileira a repercussão das eleições ganhou destaque na imprensa e encetou a participação incisiva dos grupos que defendiam seus projetos políticos para o Estado.

A rivalidade entre Baptista Caetano e o vigário Dias Custódio atingiu ápice nas eleições para vereadores e juiz de paz em 1829, nas quais Baptista Caetano foi eleito para os dois cargos⁹⁷. A repercussão destas eleições culminou com os boatos de uma revolução em Minas Gerais e envolveu diversas autoridades de âmbitos local, regional e também nacional⁹⁸.

O *Astro de Minas* de 9 de maio de 1829 trouxe documentos que tratavam dos distúrbios ocorridos nas eleições para vereadores e juiz de paz, em 1829 na vila de São João del-Rei⁹⁹. Extraídos de *O Universal* esses documentos eram “certidões autênticas extraídas da Secretaria de Governo” e nos quais baseou-se o presidente da província de Minas Gerais, João José Lopes Mendes Ribeiro. O pedido de explicações feito por ele

⁹⁶Luiz José Dias Custódio era natural da Vila de Penela, Comarca e Bispoado de Coimbra. Filho de Dr. Antonio Dias Custódio e de Damásia Caetana Ribeiro da Conceição. Segundo Fialho, era conhecido em meio à hierarquia eclesiástica e transitava em seus diversos escalões com facilidade, desde que viera para o Brasil. Cursou o bacharelado em Cânone pela Universidade de Coimbra. (SILVA, 2006: 80-82).

⁹⁷Nestas eleições foram eleitos: Francisco de Paula de Almeida Magalhães com 723 votos, Francisco Pereira Pimentel com 656, Baptista Caetano de Almeida com 418, Gabriel Francisco Junqueira com 372, José Fernandes Penna com 311, Reverendo Antonio Joaquim de Medeiros com 294 e o Reverendo João Ferreira Leite com 285 votos. *Astro de Minas*, São João del-Rei, nº 206, 12/03/1829.

⁹⁸É possível que o próprio Imperador tenha tomado consciência dos distúrbios.

⁹⁹*Astro de Minas*, São João del-Rei, nº 230, 09/05/1829.

sobre o que ocorrera nas ditas eleições fundamentava-se em uma denúncia de um movimento que visava estabelecer um governo republicano em Minas Gerais¹⁰⁰.

O processo eleitoral responsável pelos boatos de uma revolução em Minas Gerais iniciou seus trabalhos em 15 de fevereiro de 1829. Ele correu dentro da normalidade até o dia 18 quando surgiu uma denúncia de suborno contra Baptista Caetano. Esta denúncia veio à tona quando os resultados apontavam a eleição de Baptista Caetano ao cargo de juiz de paz. Sendo ainda entregue à mesa por um escravo de propriedade de José Maximiano Baptista, o outro concorrente ao cargo de juiz de paz.

Após a denúncia feita, através de um requerimento assinado por 16 cidadãos¹⁰¹, surgiu um novo requerimento desta vez a favor de Baptista Caetano assinado por 58 cidadãos¹⁰². Os dois requerimentos foram anexados a Ata Particular do processo eleitoral. Os ânimos se acirraram com o surgimento destes requerimentos, momento então no qual o presidente da Mesa, Antônio Felisberto da Costa, convocou as forças policiais para conter o vigário Dias Custódio também membro da Mesa. Depois do tumulto o recinto fora tranquilizado - não tanto pelas forças policiais, o número efetivamente reduzido de oito homens não seria suficiente para conter o número de 400 cidadãos – e o pleito finalizado.

A eleição de Baptista Caetano a juiz de paz suscitou o receio de uma revolução em Minas Gerais com seu foco em São João del-Rei. Os boatos a respeito da Revolução em Minas Gerais e o possível estabelecimento de um governo republicano na província mineira fornecem dados sobre a organização de grupos políticos em São João del-Rei. Estes grupos apresentavam muitas semelhanças entre si, a grande divergência seria a defesa da maior ou menor centralização do poder.

Os dois personagens centrais foram Baptista Caetano e o vigário Dias Custódio considerados os respectivos responsáveis pelos periódicos supracitados. Alguns pontos

¹⁰⁰Pelos limites espaciais inerentes a um artigo não submeterei a uma análise pormenorizada destes documentos. Para quem interessar ela se encontra presente na dissertação a qual este artigo é parte integrante.

¹⁰¹Nomes dos que assinaram a representação que denunciou o suborno nas eleições para vereadores e juiz de paz: João Baptista Machado, Manoel José da Costa Machado, Francisco José Alves S. Tiago, Francisco Izidoro Baptista da Silva, Manoel Gomes de Almeida Coelho, José da Rocha Neves Quintella, Antônio Gonçalves Liberal e Heitor José Alves S. Tiago. *Astro de Minas*, São João del-Rei, nº 331, 31/12/1829.

¹⁰²Os nomes não foram dos assinantes não foram citados.

desta contenda merecem uma análise mais apurada. O primeiro deles é a identificação de Baptista Caetano como líder de partido em São João del-Rei.

O primeiro a se referir à formação de partidos foi João José Lopes Mendes Ribeiro, presidente da província de Minas Gerais, que pedia explicações sobre inquietações ocorridas na vila ocasionadas por “diversos partidos”. O Capitão Comandante dos Destacamentos de São João del-Rei afirmou que sua ação e de seu destacamento consistiu em evitar partidos que poderiam gerar “perniciosas conseqüências”. Os dois relatos identificam os partidos como responsáveis por “inquietações” e possíveis “perniciosas conseqüências”. No entanto, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho foi o mais incisivo nas acusações.

Aureliano Coutinho responsabilizava o juiz de fora e presidente das eleições, Antônio Felisberto da Costa pela nomeação imprudente de dois “declarados, e encarniçados inimigos”: Baptista Caetano e José Maximiano Baptista¹⁰³ para a Mesa responsável pelas eleições. Segundo o ouvidor, os dois poderiam ser considerados “chefes de dois partidos” que trabalharam “um para excluir Baptista da Eleição de Juiz de Paz, e outro para o sustentar”.

A indignação do redator quanto à formação de partidos demonstra a ameaça que representaria à nação a organização de partidos. Estes eram vistos como estruturas desorganizadoras da ordem social que deveriam ser repudiadas. É necessário ressaltar que o sentido de partido na primeira metade do século XIX é diferente da noção moderna de partido. Neste período, partido possuía uma conotação pejorativa, de facção. Somente a partir da década de 1850 é que os partidos passaram a ser aceitos como forma legítima de organização política¹⁰⁴. Ao invés de partidos estruturados, hierarquizados, com estatutos formalizados o que encontramos neste momento é a organização de grupos formados por indivíduos com posicionamentos políticos próximos e que disputavam os cargos públicos. E no caso analisado Baptista Caetano é identificado não apenas por seus aliados, mas também, por autoridades e adversários como o líder de um dos grupos.

Outro fato chama a atenção do observador desta contenda: o que seria capaz de mobilizar um grande número de pessoas, envolver diversas autoridades, ultrapassar as

¹⁰³Apesar de José Maximiano Baptista ser identificado por Aureliano Coutinho como “líder de um dos partidos” é sempre ao vigário Dias Custódio que se referem as acusações dos opositores.

¹⁰⁴Para as noções de partido cf. (MOREL, 2005); e (NEVES, 2003: 194).

barreiras regionais, gerar denúncias de suborno e quase chegar a utilização de forças coercitivas mais drásticas? A resposta: a eleição a juiz de paz.

Os personagens deste artigo tinham motivos ao levar a eleição a juiz de paz às últimas consequências, pois o cargo acumulava funções administrativas, policiais e judiciais. Segundo Ivan de Andrade Vellasco, “a criação do juizado de paz marcava uma mudança importante na configuração do poder judiciário e criava um personagem que marcaria toda a década seguinte, alterando profundamente o cotidiano da justiça” (VELLASCO, 2003: 4-5). O juiz de paz passava a concentrar funções que se encontravam distribuídas por diferentes “autoridades (juizes ordinários, almotacés, juizes de vintena) ou reservados aos juizes letrados (tais como julgamento de pequenas demandas, feitura do corpo de delito, formação de culpa, prisão, etc.)” (VELLASCO, 2003: 5).

O juiz de paz era uma figura do projeto de reformas do judiciário que vieram com a Independência. Sua criação buscava pôr limites aos “abusos e arbítrio praticados pelos magistrados, enfrentar o problema crônico da ineficácia e morosidade dos serviços jurídicos” (VELLASCO, 2003: 5). Uma alternativa a falta de profissionais capazes de exercer a função jurídica o juiz de paz responsabilizava-se também de “prover o Império de leis adequadas ao sistema constitucional e à marcha civilizatória” (VELLASCO, 2003: 5).

A eleição do juiz de paz era feita por eleição direta pelos eleitores da paróquia e Baptista Caetano foi o primeiro juiz de paz eleito em São João del-Rei. O cargo de juiz de paz acumulava diversas e importantes atribuições, mas também, indicava o prestígio social dos eleitos. Neste sentido, é compreensível toda a mobilização dos opositores de Baptista Caetano na tentativa de anular sua eleição.

A realidade era que acumulados os poderes legislativos, judiciais, administrativos e, ainda, policiais Baptista Caetano se tornaria, e se tornou, um dos principais nomes da política da vila de São João del-Rei.

Fontes e Referências bibliográficas

Fonte: *Astro de Minas* (1828-1829).

BASILLE, Marcello Otávio Néri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. IN: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. “Para uma história cultural”. Lisboa: Editora Estampa, 1ª edição, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. IN: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda B. & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.) *Culturas políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Faperj, 2005, PP. 21-44.

GUERRA, F-X & LEMPÉRIÈRE et al. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México: Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centro Americanos, Fondo de Cultura Económica, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Editora Revan/FAPERJ, 2003.

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa, ed. Estampa, 1998;

ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, nº 30, pp. 9-22, 1995.

SILVA, Rodrigo Fialho. *Por ser voz pública: intrigas, debates e pensamento político na imprensa mineira; Vila de São João d’El Rei, 1827-1827*. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2006.

SILVA, Wlamir. “Liberais e povo. A construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)”. São Paulo: HUCITEC; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *O juiz de paz e o Código do Processo: vicissitudes da justiça imperial em uma comarca de Minas Gerais no século XIX*, 2003.

A Maioridade e o Movimento Armado de 1842: dois pontos de vista.

Fernanda Chaves Gherardi*

Resumo: Teófilo Ottoni lutou em nome da Constituição em 1842, na revolta liberal. No entanto, em 1840, defendeu uma causa, cujo o meio constitucional não poderia ser executado – A Maioridade. O que levou este mesmo homem alegar ter se arrependido dela (maioridade) ou lembrar aos seus eleitores esse mesmo arrependimento? Como podemos interpretar, a princípio, a afirmação de Teófilo Ottoni, de que foi o “partido liberal” o iniciador do movimento em favor da maioridade? Trata-se de um exercício reflexivo, para pensar questões como formação de identidades políticas.

Palavras-chave: Brasil Império, Identidades Políticas, Discursos.

Abstract: Teófilo Ottoni fought in the name of the Constitution in 1842, in the Liberal revolt. However, in 1840, he championed a cause, which means the constitution could not be executed – The Majority of the emperor D. Pedro II. What made this same man claims to have repented of it (The Majority) or remind their voters that even repentance? How can we interpret the affirmation of Teófilo Ottoni, that was the “liberal party” the initiator of the movement in favor of majority? It is a reflective exercise to think about issues such as formation of political identities.

Keywords: Brazil Empire, Identity Politics, Speeches.

Considerações iniciais

Em 1860, em função de sua candidatura à eleição para o Senado, Teófilo Benedito Ottoni publicou uma *Circular dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais* na qual, referindo-se à maioridade de D. Pedro II, afirmou: “Mal triunfava a maioridade e já sobravam razões ao **partido liberal** para se arrepender de havê-la iniciado. Podia cobrir a cabeça mesmo no dia do triunfo” (OTTONI, 1860: 88).

* Aluna de Pós-Graduação em História (mestrado) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG).

No entanto, o ex-deputado e futuro Senador pela província de Minas Gerais, vinte anos antes, no dia 17 de julho de 1840, pronunciou um discurso no qual não apenas defendia a maioria, como também defendia esta como sendo uma causa maior que deveria inclusive desautorizar o texto da Constituição:

(...) **quando aparecer o projeto de maioria de S. M. o imperador, votarei por ele**, mas pela razão da **conveniência (apoiados)**, pondo de parte a questão de constitucionalidade, porque, segundo os meus princípios, em certas circunstâncias e ocasiões pode o executor das leis e da constituição tomar sob sua responsabilidade o não proceder inteiramente de acordo com a letra e mesmo espírito da lei, quando motivos muito ponderosos justificam este seu procedimento. Digo a minha opinião francamente, e quando aparecer em discussão na casa um projeto a este respeito, tomarei francamente sobre mim a responsabilidade, e direi à nação – a minha convicção me diz que este artigo é constitucional: eu tenho receio de que a assembléa geral entre na discussão de quais são os artigos constitucionais e de quais o não são: entretanto o governo atual, pela maneira porque procede, abisma a nação: o meio constitucional que simpatizaria mais com meus princípios, e que se acha consagrado na constituição, é inexecutável, trará em resultado tomar-se a medida daqui a dois anos, **quando a nação precisa de remédio imediato**, quando dois anos são bastantes talvez, ou antes quando dois anos são bastantes de certo para acabar-se de perder a nação.¹⁰⁵

O que levou este mesmo homem, que lutou em nome da Constituição em 1842, a defender uma causa, cujo o meio constitucional não poderia ser executado, em 1840 e, vinte anos depois, alegar ter se arrependido dela ou lembrar aos seus eleitores esse mesmo arrependimento? Como podemos interpretar, a princípio, a afirmação de Teófilo Ottoni, de que foi o “partido liberal” o iniciador do movimento em favor da maioria?

Esses discursos pronunciados temporalmente e com objetivos diferentes – uma vez que a *Circular*, como já citei, foi publicada em 1860 e destinou-se a convencer eleitores e a fazer um balanço da própria trajetória política; enquanto *A declaração da maioria de sua majestade imperial o senhor D. Pedro II...* (compilação documental publicada em 1840 por Torres Homem) contém discursos cujos objetivos eram defender ou atacar os projetos para a sucessão regencial, na Câmara dos Deputados – me ajudarão a tentar refletir sobre essas questões, apesar de destacar o caráter embrionário das mesmas. Outros envolvidos nestes dois “contextos” também ajudarão nestas reflexões: o Cônego José Antônio Marinho, “revolucionário” de 1842, e Aureliano de

¹⁰⁵ **A declaração da maioria de sua majestade imperial o senhor D. Pedro II, desde o momento em que essa ideia foi aventada no corpo legislativo até o acto de sua realização.** Rio de Janeiro: Typographia da associação do Despertador, 1840, p. 61-2.

Sousa e Oliveira Coutinho, político que foi deputado por Minas, Ministro da Justiça e dos negócios estrangeiros e atuou ao lado destes dois homens, que futuramente seriam seus inimigos nas batalhas de 42, em favor da maioria.

Alianças improváveis?

No dia 24 de julho de 1840, aqueles que tanto lutaram pela maioria puderam festejar, D. Pedro II nomeou o seu primeiro ministério. Composto completamente por políticos que apoiavam a campanha da maioria, esse gabinete ficou conhecido como o “ministério dos irmãos”, uma vez que dele faziam parte os irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, os irmãos Cavalcanti, futuros Viscondes de Albuquerque e Suassuma, segundo Tavares de Lyra (1979: 345-6), Limpo de Abreu e Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. Segundo Herculano Mathias, no dossiê *A História do Brasil* (MATHIAS et al., 1972: 375), era a vitória do Clube da Maioridade, sociedade secreta em que também participava o Cônego José Antônio Marinho, para quem a vitória do “gabinete liberal”, em 23 de julho de 1840, significava romper com a tendência regressista vivenciada na regência do pernambucano Pedro de Araújo Lima, “futuro marquês de Olinda” (MOREL, 2003: 31):

[...] os **maioristas triunfaram**; seus nomes saíram das urnas carregados de **sufrágios**, e ao país mostrou que estava cansado de sofrer o exclusivo domínio de homens que, com tanto escândalo, o usufruíam, e arruinavam. **O Gabinete**, bem que de um modo atroz guerreado, **ia satisfazendo a expectativa dos bons brasileiros**. Ele **não praticou violência ou perseguição alguma**; deixou em seus empregos, fortes e declarados opositores, **e tudo emprenhou para extinguir as animosidades dos partidos** e a irritação dos ânimos. (MARINHO, 1978: 31-2).

Essa “tendência regressista” gravitava em torno das reinterpretções do Código do Processo Criminal e do Ato Adicional de 1834 feitas por Araújo Lima, o que anulava os aspectos mais democráticos ou descentralizadores da Constituição, segundo Marco Morel (MOREL, 2003: 31). Contudo, apenas nove meses depois, o jovem imperador D. Pedro II, no dia 23 de Março de 1841, nomeou seu segundo ministério, que ficou conhecido como o “Ministério de Março”. Marinho atestava que era “composto dos mais exagerados membros da oposição” e que tinha “um plano gigantesco, cujo remate deveria ser o total aniquilamento do sistema constitucional”. Para ele, a lei da reforma

judiciária – aprovada no dia 03 de dezembro de 1841 – e a lei do Conselho de Estado – aprovada no dia 05 de fevereiro de 1842 (LYRA, 1979: 142) – representavam um “desvario” dessa facção, que atacava a independência dos poderes ao tornar o judiciário uma comissão do executivo. Segundo o Cônego, o direito das municipalidades em interferir nos negócios de Estado era atacado, desde as províncias ao norte, como Ceará e Paraíba até São Paulo e Minas, onde os Presidentes de Província mandavam e desmandavam, silenciando a oposição (MARINHO, 1978: 33-6).

Faziam parte do “Ministério de Março” Candido José de Araújo Vianna (Marquês de Sapucaí), natural de Congonhas de Sabará, Francisco Villela Barbosa (Marquês de Paranaguá), Paulino José Soares de Sousa (DORIA, 1921: 79-89), Miguel Calmon du Pin e Almeida (Visconde e marquês de Abrantes), Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, que foi Visconde de Sepetiba e Ministro dos Negócios Estrangeiros (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1910: ficha descritiva) – o “elemento palaciano” – e José Clemente Pereira. Esse Ministério alegou fraudes nas eleições para a Câmara dos Deputados e conseguiu aprovar um decreto, dia 01 de maio de 1842, dissolvendo a Câmara de Deputados e convocando outra para dia 07 de novembro do mesmo ano, como consta na *A História do Brasil* (MATHIAS et al., 1972: 380). Esta última decisão foi a gota d’água para homens como Rafael Tobias de Aguiar, por São Paulo e, pelo lado de Minas Gerais, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, Teófilo Ottoni e Antônio Marinho, os quais repeliam as acusações dos opositores afirmando que o motivo da dissolução da Câmara se devia a motivos pessoais:

[...] um próximo parente do Ministro da Justiça (o Dr. Belisário), que tem feito sua vida com a deputação por Minas, havia sido excluído; o Desembargador Honório também o fora, assim como o Ministro da Guerra Clemente Pereira, e a candidatura do irmão do Ministro dos negócios estrangeiros havia sido repelida, e era preciso fazer acreditar que as urnas eleitorais só violentadas, estupradas puderam deixar de repetir mil vezes os nomes de tais personagens (MARINHO, 1978: 42).

E é exatamente a partir deste “elemento palaciano”, ou mais propriamente a partir do então Ministro dos Negócios, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, que comecei a tentar racionalizar minhas reflexões. Segundo Julio Bentivoglio, entre 1808 e 1848 há uma reconfiguração no centro do poder político que se caracterizou pela lenta substituição da política como um assunto de bastidores “para se constituir em uma

verdadeira política de partidos”. Porém, o autor afirma que esse processo conviveu com a sombra e a influência permanentes da ação de validos atuando nos meandros da vida política imperial. Para ele, a figura central dessa “facção áulica” era justamente Aureliano Coutinho, “figura querida do jovem imperador”, que intermediava o acesso ao mesmo, pois era no meio palaciano que “circulavam as figuras de maior projeção e de vivência com o imperador, assumindo, portanto, influência e poder de decisão consideráveis no governo e na administração do período” (BENTIVOGLIO, s/d: 187-221). Resumindo, para Bentivoglio:

A presença dos áulicos em meados do período regencial revela que **não foram partidos políticos que conduziram a política brasileira de 1822 a meados de 1842, mas forças políticas que, em determinados momentos se coligaram, a partir de algumas causas comuns.** Nos acontecimentos verificados, sobretudo a partir de 1831, é que as práticas políticas vivenciadas e a experiência política acumulada, em um processo que adquire um caráter de aceleração fez com que as lutas políticas engendrassem os partidos. Assim, **não foram liberais ou conservadores que deram as cartas do jogo político de 1822 a meados de 1840, mas grupos palacianos.** (BENTIVOGLIO, s/d: 194).

Dessa forma, a partir desta contribuição, podemos inferir por que não era improvável pensar em uma aliança entre os grupos provinciais e algumas facções provenientes do elemento palaciano, como esta identificada por Bentivoglio. Uma vez que, assim como diagnosticou Marinho, estavam vendo suas municipalidades perderem espaço nas decisões do Estado, por conta das medidas centralizadoras iniciadas na regência de Araújo Lima, que também fazia parte do elemento palaciano, essas elites políticas provinciais e, mais especificamente, a elite política do sul de Minas se viu incitada a apoiar o projeto da maioria, mesmo que para isso uma de suas principais bandeiras – a constitucionalidade – fosse comprometida. Este, por sua vez, garantiria a Aureliano o status de líder da facção áulica, superando o próprio regente, pois o jovem imperador passaria a administrar o Império e, devido à sua proximidade com Aureliano, logo este começaria a influenciar o jogo do poder. Portanto, a causa da maioria acabou se tornando um meio pelo qual esses grupos, a facção áulica comandada por Aureliano da capital do Império e aqueles provenientes da elite política do sul da Província de Minas Gerais, sobretudo da Comarca do Rio das Mortes, se coligariam.

Os rearranjos políticos

Bentivoglio afirmou que era essa força de aproximação com o Centro que garantia ao elemento palaciano ou membros da nobreza “a expressiva presença em tantas pastas ministeriais ao longo do período imperial”, mas isso não dava era garantias a Aureliano e nem aos seus aliados de participação em todos estes, como demonstrou o autor (BENTIVOGLIO, s/d: 204).

Embora sem questionar a monarquia, o movimento armado, que mobilizou as elites políticas das províncias de Minas Gerais e São Paulo em 1842, lutava contra o projeto político centralizador iniciado em 1837 com a queda do Regente Diogo Feijó e a subida ao poder de Araújo Lima. O que se traduziu na aprovação das leis de Interpretação do Ato Adicional, da Reforma do Código do Processo Criminal e da Restauração do Conselho de Estado, leis que, segundo os principais insurgentes, causaram o movimento. Além disso, o adiamento da Câmara proporcionado pela ação do Ministério de Março, que havia dado continuidade às medidas regressistas de Araújo Lima, opunha radicalmente os palacianos e os grupos provinciais mais ávidos por autonomia, já que os primeiros serão os principais repressores da “revolta”.

Assim, reavaliando a mudança do ponto de vista de Ottoni a respeito da maioria, é possível aventar que em 1860 o então futuro Senador tivesse consciência de que a sua promoção serviu mais para fortalecer os grupos áulicos, à medida que eles estavam protegidos pela legitimidade da figura do imperador, bem como proporcionar a própria centralização política. Ou seja, uma ingenuidade digna de embaraço, pois ao deixar o princípio constitucional de lado para resolver problemas mais urgentes, Ottoni, Marinho e seus aliados deram abertura para que as próprias medidas repressivas do “Ministério de Março”, como a dissolução da Assembleia, ganhassem ares de causa nacional quando, em nome da ordem, da constituição e da monarquia alguns opositores de 1842 e membros desse ministério passaram a pregar o combate à anarquia, que logo associaram ao movimento.

Tendo em vista ainda a tese de Bentivoglio, para o qual foi o elemento palaciano que deu as cartas do jogo político até 1848, a despeito dos partidos conservador ou liberal, podemos inferir também que a consideração de Ottoni ao afirmar que teria sido

o partido liberal que teria iniciado o movimento da maioria se deveu mais ao momento presente em questão do que realmente a uma alusão partidária de fato real.

Conclusão

Cabe apenas comunicar que o projeto – *“Luzias e saquaremas”*: a construção das identidades político-partidárias em Minas Gerais (1837-1844) – ao qual estou me dedicando visa justamente entender como se deu a construção dessas identidades políticas, que por ora me cobra o esforço de evitar pensar em partido liberal ou conservador, mas ter o empenho de identificar os principais envolvidos e suas propostas, por meio de seus discursos em diversas fontes, para tentar configurar quais eram de fato essas identidades mais próximas, durante esse processo de formação do Estado Nacional brasileiro no oitocentos, cujo debate envolve diversos historiadores renomados, como José Murilo de Carvalho, em por exemplo *A Construção da Ordem e Teatro das Sombras* (CARVALHO, 1996), *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil* (CARVALHO, 1990...) entre outros, Miriam Dolhnikoff, em *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX* (DOLHNIKOFF, 2005), Richard Graham, com seu artigo sobre a construção da nação no século XIX e a discussão sobre clientelismo (GRAHAM, 2001), entre outros. Portanto, este é apenas um exercício reflexivo que não pretende fazer filiação a nenhuma interpretação, mas somente pensar em torno das fontes e dos personagens envolvidos nessas conjunturas, tentando ver se essas interpretações podem ou não, de alguma forma, refletir a dinâmica destes grupos políticos.

Fontes e referências bibliográficas

Primárias:

A declaração da maioria de sua majestade imperial o senhor D. Pedro II, desde o momento em que essa ideia foi aventada no corpo legislativo até o acto de sua realização. Rio de Janeiro: Typographia da associação do Despertador, 1840.

DORIA, Escragnolle. Relação de Ministros e Secretários de Estado Mineiros ou Representantes de Minas, de 1822 a 1921. IN: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 19, 1921.

História da Revolução de Minas Geraes, em 1842. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.15 (fasc. 1 e 2), 1910.

LYRA, Tavares de. **Instituições Políticas do Império**. Brasília: Senado Federal em Co-edição com a Editora da Universidade de Brasília, v. 16, 1979.

MARINHO, José Antônio. **História da Revolução de 1842**. Brasília: Senado Federal em Co-edição com a Editora da Universidade de Brasília, 1978.

OTTONI, Teófilo Benedito. **Circular dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. Eleitores de Deputados pelo 2º. Distrito Eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura**. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de M. Barreto, Filhos & Octaviano, 1860, p. 88/173 (arquivo em pdf).

Bibliografia:

BENTIVOGLIO, Júlio. Palacianos e Aulicismo no Segundo Reinado – A Facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da Corte de D. Pedro II. In: **REVISTA ESBOÇOS**. Santa Catarina: UFSC. Volume 17, Nº 23, pp. 187-221.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem e Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará-UFRJ, 1996, p. 55 - 70.

_____. **A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DOLHNIKOFF, Miriam. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. In: **Almanaque Braziliense**, nº 1, maio 2005.

_____. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre Classe, Cultura e Estado. IN: **Diálogos**. DHI/UEM: v. 5, n. 1, 2001.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”
ISSN: 2317-0468.
09 a 13 de maio de 2011

MATHIAS, Herculano; GUERRA, Lauryston; CARVALHO, Afonso Celso V. de.
(Coord.). **A História do Brasil**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A. Fascículo 24, 1972.

MOREL, Marco. **O Período das Regências, (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
Ed., 2003.

**Guido Marlière e a Civilização Indígena: apontamentos sobre um projeto do
Império do Brasil**

Leonardo Bassoli Angelo*

Resumo: Um novo contexto político brasileiro no início do século XIX levou a intenso debate envolvendo o índio, objeto de declarações tanto favoráveis quanto desfavoráveis no que se referia à sua presença na política, sociedade e economia do então recente Império. Em Minas Gerais, o militar francês Guido Tomás Marlière, que chegou ao Brasil com a Família Real em 1808, uniu esforços no sentido de inserir os índios da Província na vida social e econômica, valendo-se da estratégia da civilização e desenvolvendo uma infraestrutura que permitisse esse processo de inserção. Neste trabalho, pretendo analisar reflexos da atuação política de Marlière enquanto Diretor dos Índios da referida Província, através de algumas correspondências enviadas e recebidas pelo militar francês em um curto período de sua atuação de nove anos como Diretor Geral (1820-1829) e da bibliografia utilizada em pesquisa. **Palavras chave:** Política, Brasil Império, civilização.

Abstract: A new Brazilian political context in the early nineteenth century led to intense debate involving the Indian, the object of both favorable and unfavorable statements when it came to his presence in politics, society and economy of the then recent Empire. In Minas Gerais, the French military Guido Tomás Marlière, came to Brazil with the Royal Family in 1808, has joined efforts to enter the Indian Province of the social and economic life, taking advantage of the strategy and civilization by developing an infrastructure that would enable this process of integration. In this work, I analyze the consequences of political action Marlière as Director of the Indians of that Province, through some mail sent and received by the French military in a short period of nine years for his role as Director General (1820-1829) and bibliography used in research.

Keywords: Politic, Brazil Empire, civilization.

* Graduando do sétimo período em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista do Programa de Treinamento Profissional pela mesma instituição, do qual é fruto o presente trabalho.

No pós Independência, apresentava-se no país uma questão marcante desde o fim do período Pombalino: o que fazer com o índio? Ao longo da primeira metade do século XIX, parlamentares e jornais teciam considerações sobre o gentio, ora entendendo sua civilização e inserção social como um fator propulsor da nação que se almejava construir, ora procurando denegrir sua imagem diante da opinião pública, argumentando, por exemplo, que a civilização poderia ordenar uma rebeldia nativa. Enquanto defensor José Bonifácio propôs reformas para a política indigenista em 1823, defendendo a catequese e o aldeamento dos denominados índios bravos do Brasil (ANDRADA e SILVA, 1910: 13), e vários jornais da Província de Minas Gerais exprimiam considerações de parlamentares que, não obstante enfrentassem resistência à civilização, enxergavam positivamente esse projeto atrelado à ideia de uma nação ordenada (SILVA, 2010: 3-9). A polaridade ideológica levava a debates políticos, e José Bonifácio, favorável à civilização, encontrou a oposição de personalidades da época, como Von Martius e Francisco Adolfo de Varnhagen. Não havia consenso entre a função do índio na sociedade e, diante de políticas de civilização praticadas desde o período colonial, inexistia uma determinação Imperial de caráter geral para o assunto, obrigando as províncias a agir separadamente com suas práticas civilizadoras, o que as incomodava, fator esse que vinha acompanhado da disputa entre religiosos e leigos pela administração desse processo, pendência que se arrastou até ao século XX. Em meados do século XIX, houve tentativa de estabelecer diretrizes políticas para esse assunto com o *Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios*, Decreto 426 de 24/7/1845 (CUNHA, 1992: 135-140).

Em 1808, a Família Real Portuguesa chegou ao Brasil. Logo após a chegada, d. João VI desencadeou uma guerra aos índios Botocudos no intuito de liberar a colonização no vale do rio Doce, no Espírito Santo e nos campos de Garapuava, no Paraná, se valendo de uma breve franqueza no combate aos índios, antes fruto de uma retórica que pregava a guerra à vertente bárbara do gentio como um acesso à sociedade civil e ao cristianismo (CUNHA, 1992: 140). Na frota de d. João VI, chega o militar francês Guido Tomás Marlière. Nascido em 03/12/1766, na Alsácia, Lorena ou em Jamage, na França, Marlière estudou Humanidades e Filosofia, entrou para o exército francês na época de Luís XVI e lutou durante a Revolução Francesa. Em 1811, já

residindo na então colônia portuguesa, foi preso sob suspeita de bonapartismo¹⁰⁶ e, inocentado, foi nomeado Diretor dos Índios em 1813, Diretor Geral dos Índios de Minas Gerais e Comandante de seis Divisões Militares do rio Doce em 1820. Adepto do projeto de civilização indígena, Marlière esforçou-se em civilizar os índios da Província de Minas Gerais, adequando funcionários ao projeto e ampliando o quadro de indígenas que exerciam a atividade de intermediários entre os representantes do Governo e o gentio¹⁰⁷. Guido se apoiou nos chamados “línguas”, índios de sua confiança que intermediavam as relações entre o gentio e os agentes civilizadores, sendo alguns exemplos os índios Paulo Kará, Paulo Nokreni e Kilota Mavon Pontinan. O francês optou por uma modalidade de aldeamento branda, sem violência, na continuação de um projeto iniciado em Paraíba do Sul, no qual os índios eram cooptados por utensílios e alimentos, através de contatos pacíficos em pontos escolhidos para instalação de aldeamentos. Atuou muito na 6ª Divisão, região de conflitos que envolviam mineiros, capixabas e indígenas (PARAISO, 2005: 3-7). Não obstante Guido tenha sido nomeado Diretor Geral dos Índios de Minas Gerais em 1820, trabalhou apenas dois anos sob a existência do Diretório dos Índios, possivelmente extinto em 1822 (SAMPAIO, 2009: 183), convivendo, durante toda a sua administração, com a ausência de uma diretriz geral para a civilização, uma vez que o *Regulamento* foi promulgado apenas em 1845. No exercício de suas funções, Guido se valia do contato direto com autoridades provinciais e subordinados, o que proporcionou a ele a estruturação de uma rede de influências, e a documentação pesquisada indica um administrador zeloso em fornecer às esferas superiores informações detalhadas dos índios sobre os quais era responsável. A seguir, procurarei mostrar a atuação política de Guido Marlière através de algumas correspondências oficiais compreendidas entre os anos de 1824 e 1826, através das quais autoridades da época se informavam e por vezes comunicavam ao imperador d. Pedro I sobre o andamento da civilização dos índios de Minas Gerais. Com o intuito de não tornar o artigo repetitivo, selecionei documentos cujos assuntos representam um

¹⁰⁶ A presente acusação pode ser apreciada por um ofício do ministro Rodrigo de Sousa Coutinho ao presidente da Província de Minas Gerais: COUTINHO, Rodrigo de Sousa. *Ofício do ministro ao Governador de Minas*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 11, p. 13-14, 1907.

¹⁰⁷ A atuação de indígenas a serviço do Governo mostra, da parte de Marlière, a crença de que índios selecionados eram agentes em potencial no processo civilizador, cooptando os seus para o projeto imperial.

conjunto muito maior disponível em um banco de dados, e que será gradualmente trazido à análise em outra oportunidade.

Em carta destinada ao Diretor Geral dos Índios (02/05/1825), Estêvão Ribeiro de Rezende afirmava que o imperador tomara conhecimento, por relatório do presidente da Província, do Tenente General Governador das Armas e do próprio Marlière, do bom estado em que se achavam as Divisões dos Índios, da aparição de uma nova Nação de Índios e do fato de que cinco jovens índios se encontravam no Quartel Central em direção à Corte. Lendo o relatório do Diretor, louvava seus feitos e dava condições para o pleno funcionamento das atividades (REZENDE, 1907: p. 34). No dia 11/10/1825, o Presidente da Província e Barão de Caeté, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, escreveu para Guido afirmando quão agradáveis ao imperador foram as notícias dos ofícios de 5 e 9 de agosto, fazendo constar aos concorrentes do conserto da Ponte de Antônio Dias a felicidade de Sua Majestade Imperial pelo patriotismo (VASCONCELOS, 1907: p. 103). Estas duas cartas exemplificam a relevância de Marlière no cenário provincial, uma vez que as boas notícias de sua administração chegavam ao imperador que, apesar de não respondê-las diretamente, o fazia por intermédio de autoridades locais, como o Governador das Armas e o próprio presidente de Província, o que indica uma inserção do francês na vida política provincial. Em carta enviada pelo presidente da Província ao Visconde de Barbacena (10/01/1826), notificava-se que havia sido levado ao monarca um ofício de Guido, o qual, pelos serviços prestados, suplicava para si as mercês de elevação à dignidade de Barão do Rio Doce e a Decoração de Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, e, para seu filho, Leopoldo Guido Marlière, Cadete de 1ª Classe da 6ª Divisão, o posto de Alferes de uma das ditas Divisões vagas agregado ao 2º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha do Exército, com vistas a continuar seus estudos. Guido apontava zelo e atividade próprios em atuação na Província (VASCONCELOS, 1907: p. 74-75). Não tivemos acesso a uma correspondência de resposta a esta petição, mas o pedido em si já nos diz uma liberdade de articulação política da parte do administrador francês. A prática das gratificações aos diretores gerais, presente no *Regulamento das Missões* de 1845, dissertava que estas eram empregadas como remuneração aos serviços prestados (SAMPAIO, 2009: 186). Na época da administração geral de Marlière não havia uma legislação central específica que cuidasse dessa prática, e se vigorou em Minas Gerais

documento abrangendo o âmbito provincial, não conhecemos nem tivemos acesso. Ainda que, no período que nos interessa (segunda década do século XIX) tenha sido comum no Império do Brasil graduar um administrador e militar da alçada de Guido por serviços prestados, fato que não pudemos confirmar, constata-se um discurso político na carta de petição descrita acima, quando feitos eram salientados, mostrando competência e reforçando a confiança em um indivíduo custeado pelos cofres do Governo, além de mostrar um administrador que julgava bem o seu zelo e atenção com os índios, o que pode ser verificado em muitas correspondências, como a de 16/11/1826, na qual o francês explicitava ao Visconde de São Leopoldo (Ministro do Império) que todos os índios eram objeto de sua preocupação e ação, denominando-os inocentes e abandonados súditos do imperador. Nesta correspondência, havia notícias de clamores dos índios Coroado estabelecidos na Aldeia da Pedra, para que o destinatário levasse as demandas ao trono¹⁰⁸.

As correspondências, além de significarem uma espécie de relatório, podem ser vistas como exemplos palpáveis da boa atuação de Guido Marlière na Direção Geral dos Índios se vistos isoladamente, expressando seu envolvimento com a questão indígena (e fazendo jus ao investimento do Governo Imperial) e sua potencialidade como ator político, em um período no qual o Império estava ainda em sua fase inicial e projetos políticos para o Brasil se estruturavam das mais variadas formas. Ainda que não tenha havido, até o presente momento, acesso às correspondências relativas ao período 1820-1823 e 1828-1829, pode-se aferir que, desde sua chegada em 1808, os serviços prestados (ainda que não envolvessem a temática indígena desde o início) resultaram em algumas graduações, algumas delas bastante significativas, como em 1813, ano de sua nomeação como Diretor dos Índios, e em 1820, como Diretor Geral dos Índios da Província de Minas Gerais. Em 1824, durante o exercício deste cargo, foi agraciado pelo imperador d. Pedro I com o Hábito de Cristo, tendo sido também condecorado pelo Governo da França, em outra ocasião, como Cavaleiro de São Luís (PARAISO, 2005: 5). Os títulos no período que nos interessa eram de grande importância, conferindo prestígio, abrindo portas na política e dando capacidade de beneficiar amigos e parentes. A potencialidade do exercício político de Guido Marlière se dá quando analisamos,

¹⁰⁸ MARLIÈRE, Guido Tomás. *Novembro 16. Excelentíssimo Senhor Visconde de São Leopoldo, Ministro dos Negócios do Império*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 11, p. 182-183, 1907.

juntamente com as gratificações, os remetentes e destinatários das correspondências que ora comento, os quais se estendem do Diretor de uma das Divisões Militares sob seu comando até um Ministro do Império, passando pelo presidente da Província e pelo Governador das Armas, extensa rede de contatos muito comum para um administrador como ele.

Guido Marlière atuou em questões provinciais que envolviam sesmarias. Se interpretarmos o início do século XIX no Brasil com uma sociedade eminentemente agrária, podemos aí destacar também uma atuação política do francês. Dedicarei as linhas seguintes ao estudo de alguns casos referentes à posse da terra na região do rio Doce no período proposto neste trabalho. Em 06/07/1827, Marlière escrevia ao Capitão Gonçalo Gomes Barreto, Diretor dos Índios Coroado, para afirmar que Rafael Gonçalves, querendo se apropriar de sobras de sesmarias do Reverendo Vigário na Serra de São Geraldo, se apossou de terras pertencentes à aldeia do índio Coroado Antônio Agostinho. Por ordem de Guido, Gonçalo deveria avisar Rafael que se abstivesse das referidas terras e procurasse outras sem dono¹⁰⁹. Na carta de 15/04/1826, Guido dizia ao Barão de Caeté, presidente da Província, que nem o destinatário e seu Conselho nem ele, Marlière, entenderam que fossem sem limites as terras de que um suplicante, à sombra do despacho que obteve do Barão em 22/09/1825, pretendia usurpar aos índios, que eram mais de 3 sesmarias. No mesmo dia, em carta endereçada a José Antônio de Mendonça, Diretor dos Índios de rio Pardo, Guido Marlière tenta resolver problemas relativos à posse irregular de terras¹¹⁰. Os conflitos envolvendo a terra são muito presentes no período analisado.

Um caso particular envolvendo sesmarias se refere à obra da estrada de ligação de Minas Gerais a Campos dos Goitacases, projeto que demonstra a intenção de Guido de inserir os índios na vida econômica e social da Província através do trabalho, junto com soldados, no conserto da estrada, dando uma contribuição econômica aos sesmeiros da região diante da possibilidade de bom escoamento da produção com uma estrada outrora abandonada, e reafirmando um projeto indigenista que, como demonstramos no início do presente artigo, não era único, o que demarcava posição na esfera política do

¹⁰⁹ MARLIÈRE, Guido Tomás. *Julho 6. Capitão Gonçalo Gomes Barreto, Diretor dos Índios Coroados*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 11, p. 202, 1907.

¹¹⁰ MARLIÈRE, Guido Tomás. *Abril 15. Senhor Diretor dos Índios do Rio Pardo José Antônio de Mendonça*; MARLIÈRE, Guido Tomás. *Abril 15. Excelentíssimo Senhor Barão Presidente*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 11, p. 154, 1907.

período. Na documentação estudada, há uma carta ao Presidente em Conselho (07/01/1826), sem destinatário aparente, através da qual se constata o mau estado em que se encontra a referida estrada, da relevância econômica para os moradores da região diante de uma empreitada com vistas a recuperá-la e da necessidade de esses mesmos moradores angariarem fundos para que os índios possam auxiliar na obra¹¹¹. Em 13/07/1827, Guido Marlière comunica, por Resolução do Conselho de Província de 02/05 aprovado pela Imperial Portaria expedida pelo Ministro do Estado dos Negócios da Guerra, Barão de Lages, de 05/04 antecedente, mandando abrir e consertar a estrada de Minas a Campos dos Goytacazes, pelo Alferes Comandante da 3ª Divisão sob seu comando, Joaquim José da Silva, e as Praças disponíveis da mesma que leva sob o seu comando, as quais seguiriam índios para coadjuvar, logo que recebesse os fundos necessários.¹¹²

Em 1827, intensificaram-se os conflitos entre Marlière e autoridades provinciais, e os recursos para o seu projeto escassearam. Foi acusado de lentidão na resolução de problemas dos sesmeiros, desvio de dinheiro público, responsabilidade pelas revoltas indígenas, desobediência às autoridades e não implantação da linha de defesa na 5ª Divisão, chegando, inclusive, a ser repreendido pelos colonos, que viam sua ação como um obstáculo ao avanço da conquista dos sertões. Diante das pressões, em 1829 o presidente da Província pede ao Ministro dos Negócios do Império que substitua o francês (PARAISO, 2005: 9). Será fruto de nossa atenção, no andamento desta pesquisa, um estudo mais detalhado das circunstâncias que levaram Guido Marlière a ser substituído, uma vez que, não obstante tenha sido o francês preso pouco antes de se envolver sistematicamente no projeto dos índios, foi, como procuramos demonstrar através deste artigo, um personagem político importante na Província de Minas Gerais do início do século XIX, especificamente na região do rio Doce.

Podemos dizer, através das correspondências deste recorte escolhido, que Guido Marlière foi um administrador que soube fazer uso de seus encargos para exercer a política. Sem fazermos qualquer julgamento, nossa intenção foi salientar, ainda que tenhamos analisado um terço de seu mandato de nove anos, as formas com que um

¹¹¹ MARLIÈRE, Guido Tomás. *Janeiro 7. Senhor Presidente em Conselho*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 11, p. 123-124, 1907.

¹¹² MARLIÈRE, Guido Tomás. *Portarias*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 11, p. 203, 1907.

administrador se relacionava com vistas a se promover e auferir prestígio, em um período no qual a estrutura imperial ainda não estava plenamente consolidada. Nossa atenção futura será direcionada para um estudo mais detalhado da ideia que as elites políticas mineiras tinham sobre o índio nesse período, e como essa concepção influenciava as suas ações.

Fontes primárias

Revista do Arquivo Público Mineiro. Direção e Redação de Augusto de Lima. Volume 11. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1907.

Bibliografia

ANDRADA e SILVA, José Bonifácio de. *Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Império do Brasil*. Disponível em: <<http://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/1072/digitalizacao/pagina/1>>. Acesso em: 06/04/2011, 14h45min.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Guido Pokrane, o imperador do rio Doce*. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História (ANPUH), Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/MHParaiso.pdf>>. Acesso em: 06/04/2011, 23h41 min.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Política indigenista no Brasil imperial*. In.: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, Volume I - 1808-1831*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 175-206.

SILVA, Natalia Moreira da. *Representações do índio em Minas Gerais na primeira metade do oitocentos (1808-1845)*. III Simpósio ILB: Itinerários da Pesquisa Histórica: Métodos, Fontes e Campos Temáticos, Ouro Preto, 2010. Disponível em: <<http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/41.pdf>>. Acesso em: 06/04/2011, 23h17min.

Separando o Joio do Trigo? Os indígenas no Império do Brasil

Renata Silva Fernandes*

Resumo: Neste trabalho, ainda em andamento, discutiremos a condição política e jurídica dos indígenas no Império do Brasil. Nosso objetivo central é compreender como o Estado imperial concebia estas populações, principalmente no que se refere à questão da cidadania. Pretendemos perceber as diretrizes traçadas e a condição real destes indivíduos depois de outorgada a Constituição de 1824.

Palavras-chave: Cidadania; Grupos indígenas; Império do Brasil.

Abstract: In this study, still underway, we will discuss the legal and political status of indigenous peoples in the Empire of Brazil. Our main objective is to understand how the imperial state conceived of these populations, especially with regard to the issue of citizenship. Want to see the guidelines set and actual condition of indigenous peoples granted after the 1824 Constitution.

Keywords: Citizenship, Indigenous groups, the Empire of Brazil.

Neste trabalho, discutiremos a condição política e jurídica dos indígenas no Império do Brasil. Nosso objetivo central é compreender como o Estado imperial concebia estas populações, e, para isso, nos guiaremos pela idéia de cidadania. O intuito é examinar as diretrizes traçadas e a condição real dos povos indígenas depois de outorgada a Constituição de 1824¹¹³.

Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico de trabalhos que abordam a temática. Também efetuamos análises de fontes documentais administrativas, em especial, a legislação imperial e as discussões realizadas durante a elaboração da Constituição de 1824 no âmbito da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa de 1823.

* Graduanda do curso de história da Universidade Federal de Juiz de Fora e estagiária do MAEA-UFJF (e-mail: renatacjm@gmail.com)

¹¹³ Adotamos a concepção de cidadania outorgada pela Constituição de 1824.

Os “índigenas imperiais” em evidência

O espaço reservado à temática indígena na historiografia brasileira tem crescido gradativamente. Neste sentido, cabe destacar o papel desempenhado pelo Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena (CPEI) da Unicamp, os trabalhos desenvolvidos por Jhon Monteiro e seus colaboradores, além de pesquisas fomentadas no âmbito de programas de pós-graduação espalhados pelo país. Boa parte desta produção se centra no período colonial. No entanto, cada vez mais são patentes discussões que tomam como recorte temporal o século XIX, especialmente relacionadas à política indigenista e as condições sociais destas populações. O que tem chamado a atenção dos pesquisadores é papel atribuído neste momento histórico a figura do indígena enquanto representativo da identidade nacional.

Vincular os indígenas à nação brasileira significava um apelo de construção identitária, cujo intuito era distinguir o *ser brasileiro* do *ser português*. A figura do índio utilizada neste sentido era utópica. Grupos pretéritos, voluntaristas, que se sacrificavam em favor dos brancos (KODAMA, 2009).

Porém, as discussões sobre os indígenas não tinham como pauta somente a construção da identidade nacional. A condição política e social real destes indivíduos suscitava debates: escravizar ou não os gentios bravios¹¹⁴? considerá-los ou não cidadãos? Estabelecer políticas direcionadas?

Inicialmente é primordial destacar que na Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, não há menções as populações indígenas que habitavam o então recente território brasileiro. Porém, em sua elaboração, os debates travados pelos deputados suscitaram tal questão.

De modo geral, não há restrições específicas a categorização dos indígenas enquanto cidadãos brasileiros. Vale lembrar que o próprio conceito de cidadania era polissêmico neste período¹¹⁵. No caso específico dos nativos, estes eram nascidos no Brasil, livres¹¹⁶ e haviam sido considerados vassalos de Portugal¹¹⁷, logo eram

¹¹⁴ Vanhargen, por exemplo, propunha a escravidão temporária de povos indígenas.

¹¹⁵ Uma discussão interessante sobre este tema é proposta por Keila Grimberg em *O Fiador dos Brasileiros*.

¹¹⁶ Como veremos adiante, a liberdade dos Tapuias não era garantida em todas as províncias.

¹¹⁷ Tanto os grupos indígenas que habitavam a América Portuguesa foram considerados súditos e vassalos de Portugal através do Diretório dos Índios (1757).

cidadãos? Por outro lado, aqueles que não aderiram o pacto social ou que foram considerados incapazes para tal deveriam ser cidadãos? E quanto à população nomeadamente indígena catequizada, que abraçou o pacto social? Qual seu status jurídico e político real?

Buscando responder a estas perguntas, efetivaremos a análise dos debates ocorridos na Assembléia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 no que diz respeito à concepção dos indígenas enquanto cidadãos, bem como da legislação indigenista.

Os debates parlamentares

Para os propósitos deste artigo, reteremos nossas observações nas discussões referentes à elaboração do Título 2º- Dos Cidadãos Brasileiros da Constituição de 1824. Nossa escolha foi fomentada pelo fato de que, por vezes, os indígenas são citados pelos políticos integrantes da Assembléia para a recusa ou aceitação da redação do título e dos parágrafos de tal artigo.

A elaboração da constituição implicava na definição dos indivíduos que configurariam como os cidadãos do Império do Brasil. Esta definição não era nada fácil. Apesar do Brasil não ter sido o único país no qual a “modernidade” conviveu com a escravidão (MATOS, 2010) ou com sociedades consideradas selvagens, obviamente estes fatores representavam complicadores na elaboração de categorias identitárias, as quais, necessariamente perpassam pelo *ser cidadão*.

Para o Sr. França, deputado da Assembléia Nacional Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, era necessário efetuar uma diferenciação entre Brasileiros e Cidadãos Brasileiros. Brasileiro seria aquele que nasce no Brasil, enquanto Cidadão Brasileiro aquele que possui direitos políticos. Esta perspectiva se deve em muito a tradicional idéia¹¹⁸ da diferenciação entre indígenas “civilizados” e “selvagens”. Para o Sr. França, nascer no território brasileiro e habitá-lo não era condição suficiente para o individuo possuir direitos e deveres frente o Estado e o restante da sociedade. “Os

¹¹⁸ Ver sobre assunto o tópico abaixo.

*índios que vivem nos bosques são Brasileiros, e contudo não são Cidadãos Brasileiros, enquanto não abraçam a nossa civilização*¹¹⁹.

Para outro deputado, Sr. Montezuma, não há necessidade de realizar esta diferenciação, pois Brasileiros são os súditos, aqueles que “*gozam dos cômodos de nossa sociedade, e sofrem seus incômodos, que tem direitos e obrigações no Pacto Social, na Constituição do Estado*”. Assim, os índios [não domesticados] estão fora da sociedade, não reconhecem o Império e estão em constante guerra com ele, portanto, não são cidadãos. Como nasceram no território brasileiro, Sr. Montezuma defende que deve haver um capítulo próprio na Constituição para estes indivíduos, o que efetivamente não acontece. Quanto aos cativos, Montezuma defende que estes não são cidadãos brasileiros, pois o termo só pode competir a homens livres¹²⁰.

Então, o Sr. França indaga:

Um Tapuia é habitante do Brasil? É. Um Tapuia é nascido no Brasil? É. Um Tapuia é livre? É. Logo é cidadão brasileiro? Não, posto que, aliás, se possa chamar Brasileiro pois os Índios no seu estado selvagem não são, nem se podem considerar como parte da grande família Brasileira; e são todavia livres, nascidos no Brasil e nele habitantes¹²¹.

Esta situação mudaria apenas quando os índios aderissem os costumes e a civilização e, a partir de então, integrariam a grande família brasileira. Já para o Sr. Vergueiro, a Constituição é feita para os Membros da sociedade Brasileira, dentre os quais não se enquadram os índios. Por isso não seria necessário a elaboração de um capítulo específico para os grupos indígenas não aldeados.

O Sr. Teixeira Vaconcellos, possui perspectiva semelhante a do Sr. Montezuma ao defender que não é necessário realizar distinção entre brasileiros e cidadãos brasileiros, já que “*ou eles estão fazendo parte do pacto social ou não: se no primeiro caso, nenhuma razão para os excluir; se no segundo, por isso mesmo que não são membros, se devem considerar excluídos*”¹²².

¹¹⁹ Diário da Assembléia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil, Seção de 23 de setembro de 1823, p. 90.

¹²⁰ Diário da Assembléia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil, Seção de 23 de setembro de 1823, p. 90.

¹²¹ Id. Ibid.

¹²² Id. p. 112.

Portanto, ficam claras as divergências em relação aos termos com os quais seriam denominados os povos indígenas “selvagens”. No entanto, há consenso de que os tapuias não poderiam integrar a Nação Brasileira nem participar do pacto social que então se estabelecia, a não ser que fossem catequizados e civilizados. A questão envolve elementos a mais que a divergência acerca de nomenclaturas. O que estava em jogo era o papel jurídico e político dos índios [e também escravos]: seriam considerados membros da sociedade ou habitantes do território?

A legislação indigenista

Neste momento, antes de adentrarmos na efetiva situação jurídica e política outorgada na Constituição de 1824, faz-se necessário, para compreensão dos debates supracitados, um retrocesso a política indigenista adotada na América Portuguesa. Tal política, centrava-se em dois campos de atuação: um relacionado aos índios aldeados ou que se submetiam aos aldeamentos e; outro, direcionado ao gentio bravo e indômito (PERRONE-MOISÉS, 1992).

No primeiro campo de atuação, a legislação versa sobre o direito a liberdade dos povos indígenas e a justiça com que devem ser tratados. Os “grupos aliados” seriam direcionados às missões para catequização e, recomendava-se que o tratamento para com eles fosse sempre pacífico. Diversas leis, decretos e alvarás delegam sobre o modo como devem ser realizados os descimentos e os aldeamentos (Id. Ibid.), versando, por exemplo, sobre trabalho, relações sociais, chefia, etc. Já quanto ao gentio bravo, a legislação estabelece diretrizes relativas à escravidão, sendo que o conjunto de leis permitia principalmente três vias para a apropriação da mão-de-obra indígena: os resgates¹²³, a guerra justa¹²⁴ e, a administração particular¹²⁵.

¹²³ Como observa Alencastro (ALENCASTRO, 2000) foi estabelecido pelo alvará de 1574, de acordo com o qual, os índios presos e amarrados para serem mortos poderiam ser resgatados e, teriam seu cativeiro limitado ha 10 anos.

¹²⁴ Declarada contra determinados grupos étnicos durante certos períodos de tempo. Neste caso o cativeiro seria para toda a vida. Exemplo disso é a Carta Régia de 13 de maio de 1808 que autoriza a guerra aos indígenas Botocudos de Minas Gerais e Espírito Santo.

¹²⁵ Como observa Jhon Monteiro (MONTEIRO, 1994) muitos senhores assumiam o papel de administradores particulares dos índios, considerados incapazes de administrar a si mesmos. Assim, os senhores conseguiam direito de propriedade sobre os índios, sem que isso juridicamente fosse considerado escravidão.

Portanto, a legislação indigenista colonial está diretamente vinculada às relações adotadas diante da “dominação”. Não raramente, esta legislação é considerada contraditória. Alguns decretos tornam lícito o cativeiro dos indígenas e, outros o proibem, muitas vezes simultaneamente. De todo modo, está presente uma dicotomia que categoriza os indígenas em duas grandes subdivisões: os “selvagens” e os “em processo civilizatório”.

Os debates parlamentares referentes à inclusão ou não dos indígenas na categoria de cidadãos brasileiros também são perpassados por esta dualidade, a qual estabelece uma diferenciação demarcada entre os indígenas considerados civilizados e os selvagens. Lembramos que apesar das ditas incongruências verificadas na legislação colonial, todos os grupos que habitavam a América Portuguesa foram considerados súditos e vassalos de Portugal através do Diretório dos Índios de 1757, mas súditos especiais que careciam de direitos privativos. Esta idéia também está presente na argumentação do Sr. Montezuma, com a sugestão da criação de um capítulo especial para os grupos autóctones.

No que se refere à política indigenista imperial, apenas em 1845 houve a criação de legislação especial direcionada a estes povos. O Regulamento das Missões (Decreto n. 426- 24/07/1845) foi à primeira diretriz legislativa específica referente aos indígenas formulada no Brasil Imperial¹²⁶. Também nela podemos perceber a mesma dicotomia presente na legislação colonial e nos debates parlamentares ocorridos durante a elaboração da Constituição.

Cabe ressaltar que a legislação indigenista imperial também foi amplamente influenciada pelo projeto de lei apresentado à Assembléia Geral Constituinte, em 1823 por José Bonifácio de Andrada e Silva, os “*Apontamentos para a civilização dos índios bárbaros do Reino do Brazil*”¹²⁷. Seu autor defendia que o melhor modo de civilizar os índios bravios era a catequização, que por sua vez deveria ser efetuada de modo justo e amigável. Para Bonifácio

com o Evangelho em uma mão e, com presentes, paciência e bons modos na outra, tudo deles se conseguirá. Com efeito, o homem primitivo nem é bom,

¹²⁶ Posterior apenas ao decreto de 21 de Junho de 1843, de acordo com o qual o governo manda vir da Itália missionários Capuchinhos.

¹²⁷ Bonifácio originalmente apresentou as idéias sobre a civilização dos índios nas Cortes de Lisboa em 1821.

nem é mal naturalmente, é um mero autômato, cujas molas podem ser postas em ação pelo exemplo, educação e benefícios (ANDRADA E SILVA, 1998: 92)

Não é nosso intuito pormenorizar o projeto de lei de Bonifácio. Mas é importante mencionar que também há pontos comuns em relação à política até então adotada. Há uma clara distinção nas recomendações acerca do tratamento reservado aos índios “bons” e “maus”. Os que não se comportam deveriam ser removidos a qualquer custo, inclusive através da violência. Já os que se comportam bem deveriam receber complacência.

Bonifácio também traz inovações que viriam a figurar no Regulamento das Missões. Dentre elas destacam-se a preposição de controle maior em relação aos índios aldeados e “selvagens”, criação de escolas de primeiras letras, estabelecimento de oficinas de arte, promoção do casamento entre índios e outras raças e exercício de toda vigilância para que os índios não fossem constrangidos.

Dos cidadãos brasileiros

De todo modo, o Artigo 6, Título 2º da Constituição Política do Império do Brasil estabelece que são cidadãos brasileiros:

- I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.
- II. Os filhos de pai Brasileiro, e os ilegítimos de mãe Brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império.
- III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em país estrangeiro em serviço do Império, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brasil.
- IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residência.
- V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalização.

Deste modo, na constituição não há a mesma distinção entre indígenas selvagens e civilizada percebida nos discursos dos parlamentares. Não há indicações nominadas que restrinjam a cidadania aos indígenas. Por outro lado, o Art. 8 define que é suspenso o exercício dos Direitos Políticos “*por incapacidade física ou moral*”. Não é de todo

improvável que os indígenas selvagens fossem considerados incapazes físico e moralmente de exercer a cidadania. Para a comprovação desta hipótese seria necessária uma pesquisa localizada em listas de votantes, com o intuito de verificar com qual frequência os indígenas, catequizados ou não, as integram.

Por ora, nos interessa discutir a efetividade do exercício da cidadania por estes povos. A própria idéia de cidadania neste período é complexa. Por isso, além das variações geográficas e temporais que devem ser observadas, é difícil determinar quais fatores são indicadores deste exercício. No entanto, optamos por discorrer brevemente acerca dos agenciamentos para a Guarda Nacional e sobre as eleições.

A Guarda Nacional tinha como princípio a idéia do “cidadão armado”. Havia distinções entre os indivíduos recrutados para o exército de Linha e os alistados ou qualificados para Guarda Nacional. No primeiro caso estava presente a ação punitiva, enquanto no segundo a cidadania (SALDANHA, 2006). Discussões foram travadas tendo como objetivo estabelecer as condições de elegibilidade dos cidadãos para Guarda Nacional: alguns defendiam que a questão era segurança pública, outros de qualificação da cidadania. O fato é que era necessário ser considerado cidadão brasileiro para o alistamento (GRINBERG, Op. Cit.).

Através da bibliografia por nós consultada, percebemos que em algumas províncias são frequentes a inclusão de indígenas na composição da Guarda Nacional. Exemplo disso são os índios da Vila de Itaguaí, Espírito Santo, alistados como praças em duas armas da Guarda Nacional (MOREIRA, 2005).

Em relação ao segundo ponto, as eleições, não encontramos bibliografia específica que aborde a questão. Entretanto, através da decisão n. 14 de 25 de fevereiro de 1858¹²⁸, da Província de Minas Gerais, podemos aventar algumas hipóteses. Um membro da Junta de Qualificação da Ponte Nova escreve a Presidência da Província de Minas Gerais, indagando se deve incluir na lista de votantes o nome de um indivíduo que é filho natural de índio. Em resposta, “*não podendo deixar de ser considerado cidadão Brasileiro*”, o indivíduo deve ser incluído na lista geral de votantes, desde que não haja impedimento referente à lei de 19 de agosto de 1846, artigo 18¹²⁹; visto que era

¹²⁸ APM, Decisão n. 14 de 25 de fevereiro de 1858. Coleção Leis Mineiras, 1958.

¹²⁹ Lei n° 387, de 19 de agosto de 1846. Regula a maneira de proceder às eleições de senadores, deputados, membros das Assembléias Provinciais, Juizes de Paz e Câmaras Municipais.

filho de pai que não é índio, não caberia a aplicação da lei de 27 de outubro de 1831¹³⁰. Esta passagem nos leva a indagar se em Ponta Nova seria freqüente a inclusão dos indígenas na lista de votantes, diante as dúvidas do membro da Junta de Qualificação. Somente novas pesquisas propiciaram dados para responder esta pergunta e, mais, para verificação de que se esta situação de repete em outros lugares.

Podemos perceber pelos exemplos acima, que, pelo menos em alguns casos, os indígenas estão imersos na cidadania. Por outro lado, apenas no período regencial, em 1831, através da lei de 27 de outubro é que fica revogada a Guerra Justa aos bugres da Província de São Paulo¹³¹ e aos de Minas Gerais¹³², mediante as quais, havia autorização para o aprisionamento e escravização dos grupos específicos. Ora, se não há distinção na Constituição entre os índios selvagens e cativos e ambos, teoricamente são cidadãos, como é possível que sejam escravizados em determinadas províncias e que, mesmo após o fato dado, a prática continue acontecendo até sua revogação em 1831? E mais, mesmo que enquanto selvagens pudessem ser considerados incapazes moralmente, qual seria a situação após a integração nos processos de catequização e alfabetização?

Talvez, esta conformação esteja relacionada às gradações que ao longo do século XIX envolviam o conceito de cidadania. Para Ilmar R. de Mattos (MATTOS, 2004) haviam duas: os cidadãos politicamente não ativos (proprietários apenas de sua pessoa) e; cidadãos politicamente ativos (proprietários de outrem). Os cidadãos ativos corresponderiam a sociedade política, enquanto os não ativos a sociedade civil. Para o autor existiam elementos de distinção relacionados à percepção de uma sociedade dividida em três mundos. O mundo do governo (da Casa e do estado), o mundo do trabalho (escravos) e o mundo da desordem (livres e pobres). As eleições censitárias, por exemplo, reiteravam estas hierarquias¹³³.

Efetivamente, nas discussões parlamentares envolvendo a questão da definição da composição dos cidadãos brasileiros nas quais os indígenas são mencionados, seja

¹³⁰ Revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra, e pôr em servidão os índios.

¹³¹ Estabelecida pela Carta Régia de 05 de novembro de 1808.

¹³² Estabelecida pela Carta Régia de 02 de Dezembro de 1808.

¹³³ Há divergências entre a historiografia. De acordo com José Murilo de Carvalho, a renda mínima para se ter o direito de votar era de 100 mil reis, renda que boa parte da população trabalhadora tinha: funcionários públicos, artesãos, trabalhadores rurais etc. Outra exigência, ser homem com mais de 25 anos, na realidade teria exceções, como o fato de cair para 21 anos no caso de clérigos, bacharéis, etc. Além disso analfabetos podiam votar.

para inclusão ou exclusão, o Sr. Montezuma defende que “*Brasileiro, é ser Membro da Sociedade Brasílica: portanto todo Brasileiro é Cidadão Brasileiro: convém sim dar a uns mais direitos, e mais deveres do que a outros; e eis aqui Cidadãos ativos, e passivos*”¹³⁴. E logo após exemplifica:

Os Índios estão fora do grêmio da nossa Sociedade, não são súditos do Império, não o reconhecem, nem por consequência suas autoridades desde a primeira até a ultima, vivem em guerra aberta conosco, não podem de forma alguma ter direitos, porque não tem, nem reconhecem deveres ainda os mais simples, (falo dos não domesticados) logo: como considerá-los Cidadãos Brasileiros? Como considerá-los Brasileiros no sentido político? Não é minha opinião que sejam desprezados (...) Legislemos para eles; porém nesse sentido: ponhamos um capítulo próprio, e especial para isso em nossa Constituição; sigamos o exemplo dos Venezuelenses. Mas considerá-los já neste capítulo! Isto é novo.

Conclusão

Podemos concluir que a categorização dos indígenas enquanto cidadãos brasileiros foi adotada apenas em algumas províncias. No Rio de Janeiro, por exemplo, ela aconteceu. As leis gerais do Império valeriam para os grupos nativos (MOREIRA, Op. Cit.). Já em Minas, possivelmente os limites não estavam bem delineados, mesmo porque a própria legislação era dúbia. Ora cidadãos não ativos, ora ativos e, em alguns casos, escravos.

Outro aspecto que podemos mencionar é que a inclusão geral dos indígenas enquanto cidadãos não foi acompanhada da elaboração de uma legislação específica. Tradicionalmente havia a perspectiva de tutela dos povos indígenas, seja através da ação da Igreja ou do Estado. Isto não ocorreu com a Constituição de 1824, o que implicou na perda de direitos adquiridos por estas sociedades durante o período colonial, como o direito a terra. No Império do Brasil, não havia limitações para ocupação das terras indígenas. Apenas em 1850, com a Lei de Terras é que o Estado torna juridicamente oficial sua posição de reservar terras devolutas, quando necessário, para a colonização dos grupos¹³⁵ e, em 1845, que cria legislação específica voltada para esta população.

Por fim, apesar do fato de que a Constituição considerou todos os indígenas como cidadãos brasileiros, existiam dispositivos que permitiam exclusão destes da

¹³⁴ Diário da Assembléia [...]. Op. Cit.

¹³⁵ Lei n° 601, de 18 de setembro de 1850.

categoria. Neste sentido estão as guerras justas revogadas em 1831, a exigência de capacidade moral e física para exercício da cidadania e os critérios para o direito a voto.

Fontes

ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII, São Paulo, Companhia das Letras,. 2000

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. “Apontamentos para civilização dos índios bravos do bravos do Império do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

APM, Decisão n. 14 de 25 de fevereiro de 1858. Coleção Leis Mineiras, 1958.

CARTA Régia de 02 de Dezembro de 1808 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_19/CartaRegia_0212.htm capturada em 01/02/2011.

CARTA Régia de 05 de novembro de 1808 disponível em www.planalto.gov.br/.../CartaRegia_0511.htm capturada em 01/02/2011.

CARTA Régia de 13 de maio de 1808 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_18/CartaRegia_1305.htm capturada em 01/02/2011.

Diário da Assembléia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil, Seção de 23 de setembro de 1823.

IMPÉRIO DO BRASIL , Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846

IMPÉRIO DO BRASIL, Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824.

IMPÉRIO DO BRASIL, Decreto de 21 de Junho de 1843

IMPÉRIO DO BRASIL, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.
Império do Brasil”. IN: DOLHNIKOKK, Mirian (org). **Projetos para o Brasil**/José Bonifácio de

KODAMA, K. **Os índios no Império do Brasil**: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. São Paulo: Edusp, 2009.

MATOS, H. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, K. & SALLES, R. (org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. V. 3.

MATTOS, I. R. de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 5 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, V. M. L. De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). **Dialogos Latinoamericanos**, nº 11, Aarhus/Dinamarca, 2005.

PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

SALDANHA, F. H. D. **Os Oficiais do Povo**: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista,. 1831-1850. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006.

Reflexões Sobre a História dos Estados Unidos

Estados Unidos: o eco lockeano na construção da nação.

Cynthia Filipino*

Resumo: Este artigo tem como objetivo demonstrar como os colonos norte americanos romperam com a Inglaterra citando um inglês. As ideias liberais formuladas por Locke principalmente, influenciaram profundamente os colonos e contribuíram para a formação de uma nação onde o espírito da livre iniciativa transformou essa terra em uma “terra da empresa livre”. A partir da obra de Locke e outras que tratam da História dos Estados Unidos e do liberalismo, trato da questão do discurso em prol da liberdade, igualdade e propriedade e como elas se encaixaram no perfil da sociedade americana que se formava.

Palavras- chave: John Locke; Liberalismo; Estados Unidos.

Abstract: This article aims to demonstrate how the North American colonists have broken off relations with England quoting an Englishman. Liberal ideas mainly formulated by Locke, deeply influenced the colonists and contributed to the formation of a nation where the free enterprise spirit turned this land into a "land of free companies". From Locke's work and others that deal with the U.S. and liberalism History, this article approaches the discourse in favor of liberty, equality and property and how they've fit into the profile of the early American society.

Key Word: John Locke; Liberalism; United States

Mas, a América do Norte era habitada apenas por povos errantes que não pensavam em utilizar as riquezas naturais do solo. A América do Norte ainda era, falando propriamente, um continente vazio, uma terra deserta, que esperava habitantes. (Alexis de Tocqueville)

Durante o século XVI, quando os espanhóis se encontravam na América Central, os portugueses na América do sul e os franceses nas terras que seriam o Canadá, uma

* Graduada do 5º período de História da Universidade Federal de Juiz de Fora

grande parte da América permaneceu livre da invasão européia. Essa região ao norte, entre a colônia espanhola e a francesa, viria a ser ocupada por ingleses que em caráter e conseqüências a tornaria diferente das outras colonizações européias na América¹³⁶.

Enquanto isso, na Europa iniciava um movimento denominado Reforma Protestante que de maneira geral propunha uma reforma no catolicismo, protestando contra diversos pontos da doutrina católica. Vários países europeus apoiaram essa reforma. A Inglaterra, no entanto, em 1534, se separou em definitivo da Igreja Católica Romana por iniciativa do rei Henrique VIII por conta do conflito com o Papa Clemente VII, moldando uma nova religião com alguns dos princípios doutrinários e institucionais da Reforma Protestante. Essa nova doutrina, o Anglicanismo, foi estabelecido como religião oficial o que causou certas tensões sociais no país: as pessoas que não aceitaram o anglicanismo foram expulsas, ou obrigadas aceitarem-no.

Em um período posterior a esse, durante o século XVII, começou na Europa uma onda de pensamentos intelectuais que iriam influenciar o mundo inteiro daí em diante. Respondendo as guerras religiosas, o Liberalismo é um conjunto de princípios e teorias políticas que tem como um dos principais ideólogos o filósofo John Locke¹³⁷. Os valores defendidos por ele são bases da democracia moderna.

A filosofia defendida por Locke gira em torno de aspectos centrais como da liberdade, igualdade e propriedade, além de discussões sobre o trabalho e individualismo. Em seu livro “Segundo Tratado Sobre o Governo Civil”, Locke discursa a respeito do governo civil e sobre sua viabilização, baseada no Direito Natural do Homem (liberdade, igualdade e propriedade) e na teoria do Contrato Social¹³⁸.

Para ele, existe uma igualdade que é absoluta e determinada entre os homens e essa igualdade é justificada no fato de que todos são proprietários e juizes, assim todos são iguais porque têm a mesma chance de usufruir tudo que a natureza lhes oferece e julgar aqueles que por algum motivo desrespeitem a Lei da Razão. Neste estado de

¹³⁶ Sobre o assunto ler SELLERS, Charles. MAY, Henry. MCMILLEN, Neil R. Primórdios, 1607-1700. In: **Uma reavaliação da História dos Estados Unidos**: de colônia a potência Imperial. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. pg. 17-33.

¹³⁷ John Locke foi filósofo inglês um dos principais teóricos do Liberalismo. Nasceu em 29 de agosto de 1632 na cidade inglesa de Wrington e faleceu em 28 de outubro de 1704, no condado de Essex, Inglaterra.

¹³⁸ Contrato imaginário entre Estado e cidadão que teria por objetivo garantir os “direitos naturais do homem”. Caso o estado não cumpra essa função, os cidadãos devem defender seus direitos para que sejam assegurados. Essa teoria, como veremos adiante, vai contribuir para uma revolução travada pela libertação de práticas mercantilistas dos ingleses que incomodavam os colonos.

natureza¹³⁹, os homens são guiados apenas pelas suas consciências e escolhas, ou seja, possuem certo poder individual. Todos os homens são livres e estabelecem pactos de acordos mútuos entre si mesmos, sem que seja necessário um agente específico para isso.

Criticando todo direito de hierarquia, pode-se perceber que também defendia a propriedade privada ao dizer que sempre que um homem achar conveniente retirar algo do estado de natureza, onde tudo é comum a todos, através do emprego de seu trabalho, isto se torna propriedade sua. Na sua concepção o trabalho justifica e fixa a propriedade e distingue o que é público do que é privado. Locke defende que este aspecto não funda a desigualdade, visto que todos têm a mesma chance de se tornar um proprietário.

Foi neste contexto de expansão além mar e mudanças sociais e intelectuais que a colonização ao norte do continente americano começou a pleno vapor. Os colonos que aqui se estabeleceram eram, em sua maioria de origem inglesa e vinham fugindo de guerras religiosas ou a procura de uma melhor condição de vida, já que o momento era desfavorável, principalmente para as pessoas de baixa classe no Velho Mundo.

Pode-se perguntar o que todo este contexto de guerras religiosas, expansão territorial e nascimento de uma filosofia iluminada tem em comum para entender a colonização no norte da América. Meu objetivo neste artigo é tentar demonstrar a importância das ideias de John Locke na formação do estado americano, que ao lado do *ethos* protestante¹⁴⁰, e como todo contexto da época fez com que desenvolvesse uma nação bem sucedida que serviu como exemplo para outras de sua época. A união das características próprias dos ingleses com o ambiente livre do Novo Mundo fez dessa sociedade que se formava, um verdadeiro ambiente propício para o desenvolvimento do espírito da iniciativa individual, característica marcante de seus colonos e porque não dizer de seu povo até hoje.

As ideias de John Locke que estavam intrinsecamente relacionadas com o contexto da Revolução Gloriosa, também contribuíram para formular os ideais que levaram as guerras americanas, à elaboração da Declaração de Independência, assim como a Constituição norte americana.

¹³⁹ Entendia que no Estado de Natureza as pessoas eram submetidas à Lei da Natureza o que era possível porque elas eram dotadas de razão, é a ausência de sociedade.

¹⁴⁰ A religião protestante costuma ser a explicação mais utilizada para caracterizar o perfil do norte americano.

Tocqueville em seu livro “*A democracia na América*” nos conta o que mais o impressionou nos Estados Unidos quando foi para lá com seu amigo Beaumont em abril de 1831: a igualdade de condições. Para ele lá ocorreu uma revolução democrática esta nação altamente democrática é muito singular e original

Os emigrantes que vieram a fixar-se na América no início do século XVII separaram de certa forma o princípio da democracia de todos aqueles contra os quais este lutava no seio das velhas sociedades da Europa e transplantaram-no sozinho nas terras do novo mundo. Ali, ele pôde crescer em liberdade e, caminhando com os costumes, desenvolver-se sossegadamente nas leis (TOCQUEVILLE, 2005: 19)

Este trecho que cito do livro de Tocqueville confirma minha hipótese de como Locke influenciou os estadunidenses na construção de suas bases políticas, sociais e econômicas. Locke pode ser considerado como o marco da democracia liberal, pois contribuiu para a difusão da importância da Tolerância, seja ela religiosa ou política. Desenvolvendo essas ideias para negar os abusos do poder absoluto e as guerras religiosas travadas entre católicos e protestantes na Europa de sua juventude, neste novo contexto e local, sua teoria serviu para o sucesso da democracia liberal.

Tocqueville no decorrer do seu livro descreve como o país respeita as escolhas religiosas e como cada estado possui leis que regem de acordo com os costumes da região. Entre outras circunstâncias afortunadas que este solo apresentava para o desenvolvimento dessa verdadeira democracia, Alexis diz que os norte-americanos viviam nesta grande nação porque seus “país” se importaram com os princípios da igualdade e da liberdade, também com a defesa da ordem e legaram seus hábitos, ideias e costumes para a futura geração.

Liberais posteriores professaram a linguagem de Locke. Adam Smith, importante economista e filósofo escocês é considerado o pai da economia moderna. Influenciado pelas ideias de Locke, este economista foi importante para as colônias americanas ao estimular o livre comércio e acabar com os pesados impostos aduaneiros e restrições comerciais que a metrópole impunha a sua colônia no século XVIII¹⁴¹. Sociedades secretas foram fundadas como reação desses colonos as medidas inglesas (Lei do Chá, Lei do Selo e etc.), uma das mais famosas é a chamada “Os filhos da

¹⁴¹ Sobre o assunto ler SELLERS, Charles. MAY, Henry. MCMILLEN, Neil R. A caminho da Revolução, 1763-1775. In: **Uma reavaliação da História dos Estados Unidos**: de colônia a potência Imperial. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. pg. 56-66.

Liberdade” que, estabelecendo redes de comunicações, funcionou como uma espécie de escola de política, onde seus membros liam obras políticas, como por exemplo, as de Locke.

O Iluminismo que estava em curso na Europa chegou até a colônia inglesa na América e fundamentou a revolta dos colonos diante da exploração realizada por seu antigo país sobre eles nas novas terras na América. Locke foi lido pelos chamados Pais Fundadores da América¹⁴² e assim sendo, o lema da Revolução de 1775 não podia ser outro: “Liberdade e propriedade”, claramente preceitos lockeanos. Suas palavras eram ideários revolucionários na época

Quem quer que use força sem direito, como o faz todo aquele que deixa de lado a Lei, coloca-se em estado de guerra com aqueles contra os quais assim a emprega, e nesse estado cancelam-se todos os vínculos, cessam todos os outros direitos, e qualquer um tem o direito de defender-se e de resistir ao agressor (LOCKE, 1994: 21).

Nesta passagem os colonos identificaram a sua própria situação, afinal estavam sendo submetidos pelos ingleses: sem participação política, sem participação para votação de leis, sofrendo exploração de impostos entre outras coisas. Era um motivo e uma justificativa que se encontrava nesses trechos para se fazer uma rebelião.

Logo depois de conquistada a Independência, o filósofo inglês continua a ser invocado pelos recém-independentes: Thomas Jefferson, um dos pais Fundadores, redige em 1776 a Declaração de Independência dos Estados Unidos, com um texto inovador inspirado visivelmente em John Locke¹⁴³.

Se for possível perceber Locke em todos esses momentos da história norte americana, é possível, no entanto, percebê-lo em mais um no mínimo: na chamada “marcha para o Oeste”: política imperialista de expansão para o Oeste, que se estendeu desde a colonização até os oitocentos. Pode-se estabelecer uma comparação nesta empreitada norte-americana com a justificativa de Locke em defesa da propriedade privada, visto que o novo país criado pela Revolução era pouco povoado e provido de uma imensa região quase desabitada. Aquilo que Tocqueville constatou sobre seus habitantes não terem medo de ir buscar por novos territórios, foi uma verdadeira fome

¹⁴² Em inglês *Founding Fathers of the United States*. São os líderes políticos que assinaram a Declaração de Independência ou participaram da Revolução Americana como líderes.

¹⁴³ Sobre o assunto ler KARNAL, Leandro. A ruptura e o novo país. In: **Estados Unidos: A formação da nação**. São Paulo: Contexto, 2001. pg. 79-97.

por terra desses imigrantes que gerou agressões que empurraram fronteiras e destruíram nativos, firmando cada vez mais um sentimento de superioridade racial.

Essa terra, que segundo Tocqueville, parecia ser dada por Deus, era povoada por índios que o expansionismo empurrou para o abismo do desaparecimento. Os índios morreram no isolamento, pois não houve na colonização norte americana quem falasse em prol deles como na colonização Ibérica houve, mesmo que em partes¹⁴⁴.

A campanha empreendida ao Oeste americano fundou uma sociedade que acreditava ser predestinada por Deus para comandar o mundo, e por isso o expansionismo americano é interpretado como cumprimento dessa vontade divina. A doutrina do Destino Manifesto¹⁴⁵ é utilizada para fundamentar a busca por terras ao oeste da região, mas é possível ir além e identificar nela um princípio liberal lockeano.

Ao afirmar que em terras onde não há produção, terras abandonadas, por exemplo, pode e deve haver homens capazes de empregar nela seu trabalho e torná-la produtiva, Locke estava justificando um espírito empreendedorista abraçado pelos norte-americanos. Afinal, havia terras demais naquele local e, melhor que isso, terras habitadas por índios, tidos como povos “errantes” que não sabiam usufruir bem todas as riquezas que ele podia oferecer. A livre iniciativa americana, que começou com a expansão pra o oeste no período colonial pode ser encarada como similar as teorias de Locke em relação a terra e propriedade.

Todo este território habitado por índios era “mal” utilizado, portanto passivo de trabalho por mãos que sabiam e tinham disponibilidade para produzir. A terra agora pertencia claramente aos ingleses porque eles a tiraram do “estado de natureza” e com as próprias mãos a modificou.

Apesar de se identificarem com a versão religiosa para esta explicação, isto é, os americanos como filhos de Deus tal como os israelitas que passaram por grandes provações para alcaçarem a terra prometida e por isso precisam assumir o território ocupado por “invasores”, preferi encará-lo por outro lado: o do viés liberal. Mesmo tendo um início anterior a própria teoria, a expansão para o oeste pode significar um “caráter” intrínseco da própria cultura inglesa. Locke com seu discurso justificatório de

¹⁴⁴ Se na América Latina percebeu-se pelo menos uma tentativa de discussão sobre a questão do índio ter ou não alma, com Las Casas, por exemplo, nos Estados Unidos o lema da conquista foi “índio bom é índio morto”.

¹⁴⁵ Sobre o assunto ler SCHLESINGER JR, Arthur M. A teoria da América: Experiência ou Destino? In: **Os ciclos da História Norte americana**. São Paulo: civilização brasileira, 1992. pg. 3-24.

propriedade deu a esses “valores” existentes uma consistência teórica. Locke por ser um inglês, exteriorizou, um um “modo de pensar” próprio inglês, assim pode-se relacionar seu pensamento com as ações dos colonos norte-americanos pela semelhança que há entre eles.

O homem de fronteira é tão importante para a História dos americanos que Turner tenta demonstrar isso alegando que pode-se enxergar nele o verdadeiro homem norte americano (PRADO, 2009). O homem do oeste, homem de fronteira, quem constrói sua riqueza, se mantém em contado direto com uma natureza praticamente intocada, portanto é ele quem desenvolve a verdadeira democracia. É no contado direto com essa natureza pura onde ainda não houve corrupção, que puderam reflorescer as bases das instituições políticas dos Estados Unidos.

Esta nação que se formou e se fundou na base dos pensamentos liberais e iluministas principalmente de John Locke, pois seus colonos vivenciaram esse movimento de formação do pensamento intelectual esclarecido na Europa, essa bem diferente das terras espanholas na América, onde se enraizaram antigos resquícios medievais e renascentistas (MORSE, 1995). A partir destas e de muitas outras formas, essas ideias atravessaram o oceano e se enraizaram na colônia, passando a fazer parte da tradição norte americana. Mais que o *ethos* protestante, essa sociedade reflete a influência que as Luzes geraram no mundo desde então.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo: Nacional, 2003.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **All the world was America**. John Locke, Liberalismo e propriedade como conceito antropológico. Revista USP, pg 30-53.

KARNAL, Leandro. **Estados Unidos**: A formação da nação. São Paulo: Contexto, 2001. pg. 79-97.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre governo civil**. 4ª. São Paulo: Vozes, 1994.

MORSE, Richard M. **O espelho de próspero**: cultura e ideias nas Américas. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”
ISSN: 2317-0468.
09 a 13 de maio de 2011

PRADO, Maria Lígia. **A formação das nações latino-americanas.** São Paulo: Atual, 2009.

SELLERS, Charles. MAY, Henry. MCMILLEN, Neil R. **Uma reavaliação da História dos Estados Unidos:** de colônia a potência Imperial. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

SHELESINGER, Arthur M. **Os Ciclos da História Americana.** São Paulo: Civilização brasileira, 1992.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América.** Livro I Leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

A Guerra Hispano - Americana de 1898 e o Mundo Intelectual Latino-Americano

Daiana Pereira Neto*

Resumo: O objetivo desse trabalho é compreender as motivações dos Estados Unidos da América para entrarem em guerra contra a Espanha no ano de 1898, e as conseqüências da guerra na intelectualidade latino-americana.

Palavras-chave: Intelectualidade latino-americana, Estados Unidos da América, Guerra de 1898.

Abstract: This article intends to understand the reasons of the United States of America to state war against Spain in the year of 1898, and its consequences in the Latin American intellectuality.

Keywords: Latin American intellectuality, USA, War of 1898.

A Guerra Hispano-Americana de 1898 é considerada um marco para o mundo hispânico. Miguel Rojas escreveu, que ao ler *A Era dos Extremos*, de Eric Hobsbawm, discordou profundamente da afirmação do mesmo em defender que o século XX se iniciou com a 1ª Guerra Mundial, ou seja, nada de mais importante aconteceu nos anos que precederam esse acontecimento. Tal afirmação ignora a Revolução Mexicana e por certo 1898 (MIX, 2000). Para a América Latina “o breve século XX” se inicia com 1898, com a queda do domínio espanhol em Cuba, Porto Rico e Filipinas e o surgimento de uma nova potência internacional: Os Estados Unidos da América.

São muitas as prerrogativas adotadas para se justificar uma guerra com a Espanha. O que iremos tratar nesse artigo são basicamente as pretensões norte-americanas em relação à região caribenha, principalmente suas intenções em relação à Ilha de Cuba e Porto Rico, então colônias espanholas. São muitas as teses encontradas para justificar o comportamento norte-americano em relação à região caribenha. Explicações culturalistas, economicistas e geográficas. Deteremos-nos em algumas delas para tentar compreender a visão norte-americana do conflito.

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: daianapneto@hotmail.com

Em relação a América Latina, a guerra abre uma nova discussão e cria novamente para os países do sul um inimigo comum (MARTIN, 1998: 135). A principal discussão é a preocupação com a marcha do país do norte sobre os países do sul, que passam a enxergar na antiga metrópole espanhola, a vertente positiva espiritualista da cultura ibérica, da qual os países latino-americanos se consideravam herdeiros. Para explicarem essa nova visão alguns intelectuais fazem referência a personagem shakespeariana: Caliban.

Caliban passa a encarnar as características negativas do povo norte-americano, sua mecanicidade, falta de espiritualidade, ou seja, sua ligação mais profunda com as questões mais carnis, em oposição à personagem Ariel, que encarna as características positivas da herança ibérica. Para compreendermos as características dessa geração intelectual recorreremos a dois autores chaves desse período, o poeta Ruben Darío, precursor do movimento modernista na América Latina e o escritor uruguaio José Enrique Rodó, que publica pela primeira vez em 1900 sua mais importante obra: Ariel.

Motivações Norte- Americanas

Ricardo Mendes nos apresenta quatro versões para justificar o surgimento do imperialismo norte- americano. A primeira é a justificativa cultural, ou seja, aquela que vê em um determinado sistema de crenças e valores a motivação para a expansão norte-americana. Na segunda metade do século XIX surge a expressão, cunhada por John O “Sullivan, *O destino manifesto*. Lars Shoutz apresenta ainda outra versão para essa vertente: A crença na inferioridade dos vizinhos do Sul, que até mesmo geograficamente estavam abaixo dos norte-americanos. Essa crença justifica as tomadas de posição em relação aos vizinhos continentais (MENDES, 2005).

Outra vertente a ser apresentada é a primazia das questões políticas estratégicas. Essa explicação justifica o imperialismo norte-americano, com o surgimento de novas potências expansionistas no século XIX, Japão e Alemanha, nações que buscavam reconhecimento no mercado internacional. Nesse sentido a postura norte-americana foi reativa, sendo necessária então uma área de influência no continente americano.

A terceira vertente explicativa fundamenta-se nos fatores econômicos, o comportamento imperialista do país seria fruto do novo poderio econômico alcançado

na segunda metade do século XIX. Em 1884 os Estados Unidos já haviam se tornado os primeiros em produção industrial no mundo. Com o aumento das exportações os homens de negócios começaram a se interessar cada vez mais pelas questões internacionais. O que se concretizou na guerra Hispano-Americana de 1898, guerra que marca a aparição do país no cenário internacional.

A quarta vertente explicativa é o que Mendes denomina de “perspectivas combinadas”, ou seja, a união de todas as vertentes explicativas do surgimento do Imperialismo norte-americano. Todos os fatores: culturais, econômicos e estratégicos possuem o mesmo peso no surgimento desse comportamento do país (MENDES, 2005). Cabe reescrever aqui o seguinte trecho apresentado por Mendes, de Divine na obra, *América Passado e Presente*:

O sentido de isolamento dos americanos (...) foi abalado após a década de 1870 por diversos acontecimentos combinados (...) o fim da expansão das fronteiras, anunciado oficialmente com a publicação do censo de 1890, despertou temores sobre a diminuição das oportunidades internas. (...) os líderes políticos começaram a discutir a importância vital do comércio exterior para a continuidade do crescimento econômico. Alguns deles se deixaram levar pelo entusiasmo da luta mundial pela construção de impérios. (...) a idéia de expansão imperialista pairava no ar, e as grandes potências mediam sua grandeza pelas colônias que adquiriam (DIVINE, 1987, p. 461).

Concordo com Mendes ao afirmar que é a junção dessas três perspectivas somadas que justificam a posição norte-americana na tomada de sua decisão no fim do século XIX, ao entrar em uma guerra com a antiga, ou em termos mais drásticos, decadente potência espanhola.

Para isso recorro a uma temporalização do conflito.

A “Esplêndida guerrinha” com a Espanha

Como afirmado nos pontos anteriores, uma série de fatores justificam, ou tentam explicar as posições norte-americanas no fim do século XIX. A guerra de 1898 foi deflagrada entre os dois países em razão de divergências em relação ao destino de Cuba.

Em Cuba desde 1895 estava estabelecida uma rebelião contra o jugo espanhol.¹⁴⁶ Os nacionalistas cubanos estabeleceram uma junta de apoio nos Estados Unidos, a fim de conquistar a simpatia para a sua causa e arrecadar fundos e armas. O governo americano lidou com a situação com extrema cautela, buscando resolver as questões diplomaticamente, já que parte da população norte-americana era favorável a causa cubana (FARIAS, 2008).

As relações com a Espanha iniciaram-se com duas comunicações diplomáticas, a primeira em 26 de junho de 1897, alertava a Espanha que o país daria tempo suficiente para que a mesma pacificasse a ilha, mas que não ficariam parados por muito tempo e que não admitiriam medidas de extrema violência contra os revoltosos. Posição que foi reiterada em setembro do mesmo ano.

A Espanha por sua vez enfrentava um momento interno delicado, espanhóis nacionalistas defendiam que os revoltosos fossem esmagados, havia ainda a preocupação com a invasão da ilha pelos Estados Unidos. Porém os cubanos exigiam sua independência, o que levava a crer na falência dos planos do primeiro ministro espanhol. Em dezembro de 1897 os Estados Unidos esperavam resultados positivos das medidas reformistas do primeiro ministro espanhol.

Acontecimentos em 1898 mudariam esse contexto de relações pacíficas. A maior deles é a explosão do encouraçado Norte-Americano Maine, que explodiu no porto de Havana matando 260 norte-americanos. Foram abertas investigações para denominar as causas do incidente. Porém a comoção popular aumentou, exigindo a tomada de posição americana, e exigindo medidas de guerra contra a Espanha. O resultado da investigação de que o encouraçado provavelmente foi destruído por uma mina submarina, só vieram a tona em março, no entanto, a opinião pública já havia se convencido da culpa da Espanha. Havia ainda o fato de estarem em época eleitoral o que levaria os votos para a oposição.

Para os Estados Unidos para se evitar a guerra somente seria aceita a declaração da independência cubana e o fim dos conflitos com os revoltosos, porém, para a Espanha estava fora de cogitação declarar a independência da Ilha, foi oferecido

¹⁴⁶ Um dos mais importantes poetas latino-americanos José Martí, lutou na rebelião, sendo morto no início dos conflitos. Sua obra é considerada o primeiro grande trabalho contra o Imperialismo e a defesa de uma América Latina livre. Para saber mais ver: RODRÍGUES, Pedro Pablo. *Martí e as duas Américas*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

autonomia, não independência. Para tentar evitar um conflito com os norte-americanos a Espanha procurou o apoio das potências européias. A reunião dos embaixadores com o presidente americano foi considerada como uma posição de não interferência no conflito (FARIAS, 2008).

Em 19 de abril de 1898 o Congresso Americano reconheceu a independência de Cuba, exigindo a retirada da Espanha da Ilha e dando autorização a presidência, se necessário, a utilizar o exército americano para que essa sansão fosse garantida. Através da Emenda Teller o Congresso ainda garantia a não interferência jurídica na ilha, a não ser para sua pacificação, deixando ao povo o governo da mesma. Sabendo dessas resoluções a Espanha declarou guerra em 23 de abril.

O exército americano também não contava com as melhores condições, cerca de 28 mil homens compunham as tropas. Assim, era necessária a rápida queda da marinha espanhola no Caribe, o que efetivamente veio a acontecer. Se no início das hostilidades as intenções norte-americanas eram apenas libertar a ilha de Cuba do governo espanhol, ao fim do conflito suas exigências para o acordo de paz, incluíam a retirada da Espanha de Porto Rico, e das Filipinas no mar do Pacífico. A Espanha encurralada aceitou as condições do acordo em Paris no dia 10 de dezembro de 1898.

A guerra trouxe mudanças significativas para a política externa dos Estados Unidos: expulsaram a Espanha do continente, fazendo valer a Doutrina Monroe, e ainda fincaram uma bandeira na Ásia. Assim o país saiu de seu papel de não interferir nos assuntos europeus e se afirmou como uma das novas potências mundiais.

A Intelectualidade Latino Americana: A Geração de 1898.

O ano de 1898 vêm sendo tema de diversos trabalhos. Como apresentamos neste ano os Estados Unidos da América emergiu como potência, seu primeiro feito de destaque foi a derrubada dos últimos poderios espanhóis em solo americano e também as Filipinas, no continente asiático. Mas além de 1898 representar uma vitória para a nova potência mundial, significou também o fim do decadente colonialismo espanhol. Como enfatiza Maria Helena Capelato, 1898 produziu mudanças recíprocas, tanto aos olhos dos antes colonizados ibero-americanos, quanto dos espanhóis, surgindo daí o conceito *hispanidad*, pleno de significado ideológico. O Desastre, com D maiúsculo,

teve um impacto muito negativo dentre as camadas mais conservadoras da sociedade espanhola que o tomaram como uma mancha na história militar do país. A derrota na guerra de Cuba foi responsável por uma crise de identidade, que se integrou também a um âmbito mais geral dentro do mundo europeu, que sofreu uma revisão de valores produzida por importantes mudanças econômicas e sociais relacionadas aos processos de industrialização, urbanização acelerada e a emergência de conflitos entre a burguesia e o operariado (CAPELATO, 2003).

O ano de 1898 não significou por completo a independência dos colonizados da metrópole, este momento abriu uma ponte de diálogo entre os intelectuais de ambos os lados do Atlântico, em sua grande maioria, incluindo-se aí Darío e José Enrique Rodó, os intelectuais de finais do século XIX questionavam a expansão do modelo utilitarista dos Estados Unidos em detrimento da cultura rica e espiritualizada da herança latina, base da cultura ibérica. De certa forma, a derrota da Espanha abriu espaço para a dominação de outra potência sobre as terras latino-americanas, submetidas ao poderio militar e econômico anglo-americano, uma ameaça que anos depois foi confirmada.

Essa valorização da cultura latina veio somada a negatividade dada a cultura anglo-americana, traduzida pela metáfora cara ao nosso trabalho, de Caliban. Esse personagem neste primeiro momento encarna a figura dos Estados Unidos da América, a criatura bestial, ignorante que marcha sobre o continente.

Ruben Darío foi um dos primeiros a erguer a voz e conclamar a união dos latinos contra o inimigo comum, que atacava a latinidade. Todo esse fervor contra a dominação anglo fica claro em seu pequeno artigo intitulado “El Triunfo de Calibán”.

Pedro Meira Monteiro, cita um trecho que demonstra bem as incertezas e contradições que varriam a mentalidade destes latino-americanos do início do século, ao mesmo tempo em que amedrontados, eram encantados pelos gigantes do norte, vale transcrever essa citação: “Em uma manhã fria e úmida cheguei pela primeira vez ao imenso país dos Estados Unidos (...) espremido entre a imensidão de Long Sland e a silhueta de Staten Island, a beleza tentava, segundo o poeta, ao lápis, já que não, por falta de sol, à máquina fotográfica” (MONTEIRO, 2010).

Para Monteiro, essa admiração/temor, se expressa em suas obras. Já em 1894, em texto de *Los Raros*, inspirando-se em Paul Groussac, Darío escreve:

“Esses ciclopes”... Diz Groussac; “esses ferozes calibans”... escreve Peladan. Teve razão o raro Sar ao chamar assim esses homens da América do Norte? Caliban reina na ilha de Manhattan, em São Francisco, em Boston, em Washington, em todo o país. Conseguiu estabelecer o império da matéria desde o seu estado misterioso com Edson, até a apoteose do porco, nessa abrumadora cidade de Chicago. Caliban se satura de Whisky, como no drama de Shakespeare de vinho; se desenvolve e cresce; e sem ser escravo de nenhum Próspero, nem martirizado por nenhum gênio do ar, engorda e se multiplica; seu nome é legião. Por vontade de Deus sói brotar do meio desses poderosos monstros algum ser de superior natureza, que estende as asas a eterna Miranda do ideal. Então, Caliban move contra ele Sicorax, e o desterra ou o mata. Isto viu o mundo com Edgar Allan Poe, o cisne desditoso que melhor conheceu o sonho e a morte (MONTEIRO, 2010: 170-171).

Seu artigo intitulado “El Triunfo de Calibán” é uma explosão de idéias provenientes dos acontecimentos de 1898. Nele vemos a expressão da idealidade da herança latina, da defesa da antiga metrópole colonizadora e da necessidade de união dos latino-americanos contra o inimigo comum: o utilitarismo dos calibans do Norte.

Para melhor visualização destes pontos, analisemos o texto. Já nas primeiras linhas vemos a valorização da herança latina quando Darío afirma: “No, no puedo, no quiero estar de parte de esos búfalos de dientes de plata. Son enemíos míos, son los aborrecedores de la sangre latina, son los Bárbaros. Así se estremece hoy todo noble corazón. Así protesta todo digno hombre que algo conserve de la leche de la loba.” Nessas curtas linhas podemos ver a indignação contra os norte-americanos vistos como inimigos e pior como destruidores da cultura latina, os Bárbaros que invadem novamente Roma para destruir sua herança (DARÍO, 1898).

Destaca a participação de Saenz Peña no Congresso Panamericano de 1898, onde o futuro presidente da República da Argentina, discursou em favor da cultura latina, o que para Darío “demonstró em su própria casa Al piel roja que hay quienes velan em nuestras repúblicas por la asechanza de la boca del bárbaro”. Destaca também o discurso de Paul Groussac em Buenos Aires, reconhecendo no intelectual franco-argentino um porta-voz do ideal latino- americano em favor da herança ibérica, no livro *De La Plata Al Niágara* de 1897, “Viva España con honra!” é a frase que impera. Em terceiro lugar destaca o papel de Tanassi, italiano que na visão do autor demonstra o fervor do sangue latino (DARÍO, 1898).

Esses três homens representam para Darío, as três grandes nações de raça latina, Argentina, França e Itália. Conclama assim uma união entre esses povos, que essa união deixasse de ser apenas uma utopia, para que juntos pudessem vencer o inimigo que

vinha do Norte. Para o autor esse vigor cosmopolita, ajudaria a “vigorizar la selva própria”, ou seja a defender os países também em sua individualidade contra os tentáculos do novo país imperialista

De modo menos encantado do que no texto de 1894, apresentado por Pedro Meira Monteiro, Darío mostra-se menos deslumbrado com a “selva de pedra” norte-americana, a terra de Caliban tornou-se aqui algo mais amedrontador ao ideário espiritualista latino-americano.

Ensaísta e intelectual uruguaio, Rodó é outro clássico do pensamento americano. Assim como Darío pertenceu a chamada Geração Modernista, que na maioria dos países surgiu no final do século XIX, geração que proporcionou uma renovação nas letras do continente, recusando-se a fechar-se ao mundo hispânico, abrindo-se as influências que vinham de outros lugares. A literatura latino-americana passa a ter estilo próprio afirmado na prosa e na poesia (CUNHA, 2007: 13).

Escrito em 1898 e publicado pela primeira vez em 1900, o livro de Rodó, *Ariel*, desencadeou acirrados debates ao longo do século XX, em função das diferentes interpretações dadas ao texto. Segundo Antonio Mitre, a obra se tornou uma das maiores influências do pensamento latino-americano, o que pode ser visto inclusive em textos de Sérgio Buarque de Holanda, historiador brasileiro. No entanto, com o passar do século, *Ariel* apenas desperta curiosidade acadêmica em pessoas “preocupadas com as coisas do passado” (MITRE, 2003: 103).

O início do texto rodoniano é clássico, um velho professor, a quem os discípulos gostavam de chamar Próspero, fala a seus alunos em torno da estátua do majestoso espírito do ar. Eis um trecho do texto:

Naquela tarde, o velho e venerado mestre, a quem costumavam chamar de Próspero, numa alusão ao sábio mago de *A Tempestade* shakespeariana, se despedia de seus jovens discípulos, depois de um ano de tarefas, mais uma vez reunindo-os a sua volta.
(...) na sala dominava – como nume de seu ambiente sereno- uma primorosa estátua de bronze, representando o Ariel de *A tempestade* (RODÓ, 1991: 13).

Rodó tem como objetivo de seu texto falar com a juventude latino-americana: “Penso também que o espírito da juventude é um terreno generoso onde a semente de uma palavra oportuna costuma gerar, em pouco tempo, os frutos de uma imortal

vegetação” (RODÓ, 1991: 15). Sendo a juventude vista como a semente para a mudança.

Para Antonio Mitre, após mais de um século da publicação da obra talvez seja mais fácil enxergar em *Ariel*, o tempo histórico do qual foi expressão madura. Segundo ele, os temas principais do ensaio, sejam eles, apologia do ócio, beleza, educação, crítica ao utilitarismo e a deformação democrática, foram antes de tudo respostas ao embate entre tradição e mudança pelas quais passavam os países do Prata na virada do século (MITRE, 2003: 104).

Otávio Ianni afirma que a obra é fruto das mudanças pelos quais passava o Uruguai e todos os países da região do Prata na virada para o século XX, como principalmente a grande onda imigratória, o que exigiria uma “refundação” da pátria (IANNI, 1991). Retamar afirma ainda que a obra de Rodó só pode ser plenamente entendida como produto de uma renovação que vinham experimentando as letras e o pensamento hispano-americano no período compreendido entre 1880 e 1920 (RETAMAR, 1988: 121). Período marcado pela intervenção norte-americana no sul do continente.

Assim, na obra de Rodó, Ariel representa toda a idealização de uma América Latina espiritualizada e humanista, contra os Estados Unidos da América, a terra de Caliban, os utilitaristas vazios. Ariel é o símbolo máximo do que deve ser alcançado e seu pedestal é a Cordilheira dos Andes.

Ariel é a razão e o sentimento superior. Ariel é esse sublime instinto de perfectibilidade, por cuja virtude se engrandece e se converte em centro das coisas a argila humana a que vive vinculada sua luz - a mísera argila de que os gênios de Arimanes falavam a Manfredo. Ariel é, para a natureza, o excelso coroamento de sua obra (RODÓ, 1991: 106).

Caliban é para Rodó o símbolo do utilitarismo norte americano. Afirma o autor:

Imita-se aquele em cuja superioridade ou prestígio se acredita. É assim que a visão de uma América deslatinizada por vontade própria, sem a extorsão da conquista e logo regenerada a imagem e semelhança do arquétipo do norte, paira sobre os sonhos de muitos sinceros interessados em nosso porvir (RODÓ, 1991: 70).

“Temos nossa nortemania”, mas é preciso impor limites. Para Rodó assim como o Caliban de Shakespeare, os Estados Unidos representam o carnal, o material da vida humana. Neste aspecto, em última instância também Caliban serviria a causa de Ariel,

porque para o intelectual também é necessário o bem estar material. Espera que em algum dia a “vontade americana que se serviu apenas a utilidade e a vontade também seja inteligência, sentimento e idealidade” (RODÓ, 1991: 81).

Assim a obra de Rodó é um discurso humanista em favor da educação e do ideal de uma América Latina mais espiritualista. No entanto, seu símbolo Ariel, não se prende somente a América Latina, mas também se estende a Europa. O texto tem como forte referência autores europeus, entre eles Renan.

Considerações Finais

Em conclusão a esse trabalho acredito ser importante destacar questões de diferenciação entre a postura norte e sul- americana. Os norte-americanos embora destaquem posturas culturais para defender seus interesses no continente e também em outras partes do cenário internacional, tendo por base os textos estudados e citados acima, tomam no geral uma postura mais prática da situação.

A maioria dos norte-americanos do período considerava Cuba uma extensão natural do país, até mesmo geograficamente, Cuba é um ponto estratégico para a defesa dos Estados Unidos, ainda mais nesse momento histórico, no qual o país não contava com todo o poderio militar e tecnológico que nos deparamos hoje ao ligar a televisão e ver cenas de guerra. A ilha ocupa posição estratégica, está a poucos quilômetros da costa americana, além de ser um modo rápido de acesso ao rio Mississipi que atravessa uma grande parte do território americano e nesse momento é um importante veículo de integração nacional. Já em 1823 James Monroe, quando proferiu seu pronunciamento, que ficou conhecido como Doutrina Monroe, afirmava que considerava Cuba por sua posição privilegiada no Golfo do México e no Mar do Caribe, como fundamental a segurança dos Estados Unidos e passível de ser incorporada a União. Mckinley, em seu discurso anual de 1899 afirmava que o destino de uma Cuba independente estava irremediavelmente ligado ao destino dos vizinhos do norte.

As questões sobre os acordos de independência foram tratados exclusivamente entre Estados Unidos e Espanha, a opinião dos revoltosos cubanos não foi levado em consideração em nenhum momento dos tratados de paz. O novo governo cubano foi obrigado a aceitar a Emenda Platt em sua constituição, ou seja, os Estados Unidos

passaram a intervir diretamente na Ilha, embora esta não fosse considerada parte da União. Questões como diferença cultural e lingüística não foram levadas em conta pelos norte-americanos.

Os vizinhos inferiores do Sul ainda não estavam preparados para assumirem seus governos sem o apoio norte-americano, ainda mais uma região tão estratégica quanto Cuba. Há ainda a preocupação, em afastar do continente as potências européias garantindo uma grande área de influencia para o país. Um dos argumentos mais fortes para a intervenção em Cuba foi definitivamente a preocupação de que a ilha caísse nas mãos da Inglaterra.

Lordes Malmesbury, secretario de negócios americanos afirmou que:

O governo dos Estados Unidos tem repetidamente afirmado que não iria ver com indiferença a Ilha de Cuba cair sob possessão de qualquer outra potencia européia que não a Espanha. O governo de Sua Majestade compartilha, da maneira mais definitiva, das visões apresentadas pelo Governo dos Estados Unidos, e não poderia jamais ver com indiferença a Ilha de Cuba sob possessão de qualquer potência que não a Espanha (STEARNS, 1928: 127).

As preocupações dos intelectuais latino-americanos são de cunho mais espiritualista e identitárias. A Espanha passa nesse momento a ser a antiga mãe da cultura ibérica, a qual os intelectuais latinos opõem a cultura anglo-americana, fria e metódica.

Abarcam ainda outros debates que incluem também questões lingüísticas, por exemplo, durante os conflitos os intelectuais latino-americanos preferem utilizar o termo hispano-americano ao invés de latino-americano, já que o termo *Hispania*, compreenderia toda a península Ibérica (MIX, 2000: 40).

São muitos os pontos a serem estudados nesse contexto, como analisar mais profundamente as motivações norte-americanas e as respostas latino-americanas. Esse texto é parte de uma pesquisa em desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

CAPELATO, Maria Helena. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. *História*. V. 22. n°. 2. Franca. 2003.

CUNHA, Karla Pereira. *Gabriel Garcia Márquez e Octavio Paz: A questão da identidade Ibero-americana em Cien Años de Soledad e El Laberinto de la Soledad*. 2007. 142 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2007.

DARÍO, Ruben. *El Triunfo de Caliban*. 1898. Disponível em <www.ensayistas.org/antologia/XIXA/dario/> Acesso em 20 de junho de 2010.

DIVINE, R. *América: passado presente*. Trad. Jaime Bernardes e Carlos Araújo. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987. P. 461. Apud. MENDES, Ricardo Antonio Souza. América Latina- Interpretações da origem do imperialismo Norte-Americano. In: *Proj. História*, São Paulo, (31), p. 167-188), 2005. Disponível em: www.revistas.pucsp.br acesso em abril de 2011.

FARIAS, Flávio José de Moura. (2008). *A dimensão estratégica da política dos Estados Unidos no Caribe (1898-1904)*. Dissertação de mestrado (128 p.). Programa de pós-graduação em relações internacionais, Universidade paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade De Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

IANNI, Otávio. *Apresentação*. In: __ RODÓ, José Enrique. Ariel. Tradução Denise Bottman. Campinas: São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

MARTIN, Gerald. Narrative Since c. 1920. In: __BETHELL, Leslie. *A Cultural History of Latin America: Literature, Music and the Visual Arts in the 19th and 20th Centuries*. Cambridge University Press, 1998.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. América Latina- Interpretações da origem do imperialismo Norte-Americano. In: *Proj. História*, São Paulo, (31), p. 167-188), 2005. Disponível em: www.revistas.pucsp.br acesso em abril de 2011.

MITRE. Antonio. *O Dilema do Centauro*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIX, Miguel Rojas. La Generación Del 98 y La Idea de América. In: __ ZEA, Leopoldo; MAGALLÓN, Mario. *1898 ¿Desastre o Reconciliación?* Instituto Panamericano de Geografía e Historia: México DF, 2000.

MONTEIRO, Pedro Meira. As Raízes do Brasil no Espelho de Próspero. In: DOMINGUES, Beatriz Helena; BLASENHEIM, Peter L. *O código Morse: Ensaio sobre Richard Morse*. Belo Horizonte: Editora UMG, 2010.

RETAMAR, Roberto Fernández. *Para o perfil definitivo do homem*. In: *Caliban e outros ensaios*. São Paulo: Busca Vida1, 1988.

RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Trad. Denise Bottman. Campinas: São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”
ISSN: 2317-0468.
09 a 13 de maio de 2011

STEARNS, Foster. Edward Everett, Secretary of State. In: BEMIS, Samuel Flagg(org.). *The Americans Secretaries of State and their democracy*, volume VI. Nova York: Alfred A. Knopf Inc, 1928.

História da Arte

Notas Sobre a Pintura Histórica de Anselm Kiefer

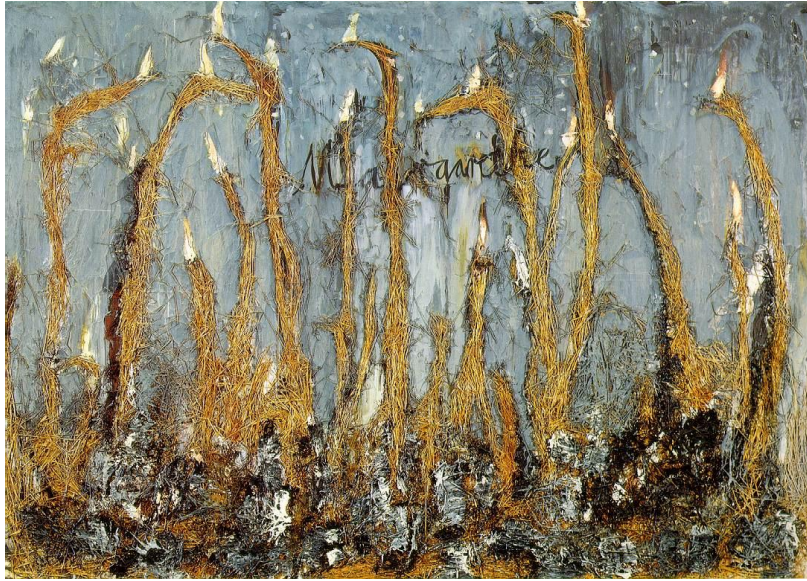
Andréia de Freitas Rodrigues

Resumo: Esta pesquisa aborda a relação entre a produção das artes plásticas e o contexto histórico recente da Alemanha, analisando questões artísticas e seus desdobramentos, no universo das obras de Anselm Kiefer, evidenciando as interseções históricas e a posição crítica do artista que tais trabalhos suscitam, estabelecendo uma retomada do passado e uma crença na pintura como possibilidade de (re)construção do futuro.

Palavras chave: pintura, história, memória.

Abstract: This research addresses the relationship between the production of art and historical context of recent German, examining artistic issues and their consequences, in all the works of Anselm Kiefer, showing the intersections historical and critical view of the artist who raises such work, establishing a recovery the past and a belief in painting as possibility of (re) building the future.

Keywords: painting, history, memory.



Anselm Kiefer

“Margarete”, 1981. Óleo e palha sobre tela, 280 x 380cm. Coleção Saatchi, Londres

Esta pesquisa tem como foco parte da produção artística de Anselm Kiefer, abordando a relação entre a produção das artes plásticas e o contexto da história recente alemã. Analisando e discutindo aspectos da história da arte e do homem, tanto como produtor quanto receptor das produções artísticas, toma como ponto de partida alguns de seus trabalhos, que evidenciam diferentes questões e seus desdobramentos dentro de um contexto histórico, social e cultural, mostrando as interseções históricas e a posição crítica do artista que tais obras suscitam, reunindo reflexões sobre a condição da Arte e do artista, pensando as relações que se materializam em seus trabalhos que investigam as entranhas da cultura alemã antes e após a barbárie e estabelecem uma retomada do passado e uma crença na pintura como possibilidade de (re)construção do futuro.

Para Kiefer, um artista alemão nascido em 1945, seu trabalho não poderia nascer apartado de todo aquele cenário: um país devastado e dividido após a segunda grande guerra. Para Daniel Arasse, é no desejo “desta osmose entre indivíduo e o cosmos, entre o corpo do artista e aquele de sua obra, neste afundamento, nesta metamorfose de um no outro, que surge, nas profundezas ‘míticas do artista’, o impulso íntimo de sua obra” (ARASSE, 2007: p. 322). Impulso que nos permite o entendimento de toda complexidade do confronto da realidade, repleta de referências à história e à mitologia nórdica, à guerra e ao nazismo e à nacionalidade alemã, invocando a reabilitação da memória de um povo.

Em seus primeiros anos, a pintura de Kiefer, que usa materiais inusitados como cinzas, palha, breu e chumbo¹⁴⁷, tem como eixo temático a história e a origem do povo germânico, afirmando a potência dos atos (construir e/ou destruir), o problema gerado pela catástrofe histórica e a necessidade da mudança na concepção tradicional da representação da paisagem e da memória a partir do Holocausto. A influência da poesia de Paul Celan, a memória do horror nos campos de concentração e o convívio com as ruínas do entorno recuperam uma memória anterior e colocam em questão aquele momento. A idéia do conceito de ‘hora zero’, imposta aos derrotados, como a crença em um presente desprovido de passado, como uma amnésia coletiva capaz de extinguir toda e qualquer recordação dos mitos da cultura alemã, do nazismo e de tudo que remetesse à catástrofe histórica, leva Kiefer a realizar trabalhos críticos, de não aceitação ao silêncio e aquela imposição que recusava discussões sobre sua história recente. Para o artista alemão, os acontecimentos têm importância existencial e o apagamento significaria a não superação do trauma e o impedimento da reabilitação de sua cultura, uma vez que para ele, isso seria impossível sem as lembranças dos mais velhos: “vejo todas as camadas. Nos meus quadros, eu reconto as histórias para mostrar o que está atrás da história. Eu faço um orifício e o atravesso” (LAUTERWEIN, 2006: p.28).

Diversas tradições nacionais deveriam ser extirpadas, até mesmo a natureza germânica, elemento possuidor de significado essencial, que devido ao isolamento de suas florestas, permitiu a pouca miscigenação entre os povos nórdicos e os demais europeus, idéia utilizada pelo nazismo para reforçar a tirânica obsessão pela raça pura. Utilizada pela propaganda nazista, a natureza singular aparecia confrontada pela imagem urbana e comercial do povo judeu, em uma subversão de valores capaz de levar, após a Segunda Guerra, à insana constatação de que o ambiente pagaria um elevado preço, ao espelhar ambições humanas.

Na obra ‘Os heróis espirituais da Alemanha’, de 1973, vemos a representação do ateliê do artista, local de ruminação de reflexões, experiências e produções, onde próximos ao solo estão os nomes de treze alemães¹⁴⁸. A construção em madeira¹⁴⁹, com

¹⁴⁷ Os materiais incorporados pelo artista em suas pinturas questionam procedimentos de arte contemporânea e sua tradição dentro da história da arte, refletindo sobre suas funções e significados, confrontando a pintura (obra de arte) com seu passado, presente e futuro.

¹⁴⁸ São eles: Hans Thoma, Robert Musil, Friedrich II, Caspar David Friedrich, Joseph Beuys, Richard Wagner (esquerda), Theodor Storm, Nikolaus Lenau, Mechthild von Magdeburg, Arnold Böcklin,

seu aspecto linear e caráter solene, conduz o olhar ritmado pela disposição das vigas e pilastras, para a pequena porta ao fundo, onde, pela qual não se encontra a saída. Possui janelas que não se abrem para o exterior e as tochas acesas colocadas simetricamente ao longo do espaço, não deixam dúvidas da iminência do perigo: a falta de comunicabilidade e o potencial de destruição e reconstrução do fogo colocam os heróis germânicos frente ao risco de sua extinção.

A pintura de Kiefer procura colocar sempre o espectador além da simples contemplação, propõe críticas e questionamentos acerca da história, da identidade, da memória, do mito, indissociáveis ao fardo pós-guerra.

Nos anos 80, Kiefer volta-se para as poesias de Paul Celan, poeta judeu que vivenciou o Holocausto, o horror que quase dizimou a cultura judaica: Shoah, ‘catástrofe’ em hebraico. Inspirado pelo poema “Todesfuge”, fuga da morte, publicado em 1952 e onde Celan narra a experiência no campo de concentração, Kiefer produziu algumas telas, entre elas “Margarete”(1981) e “Sulamith”(1983): “seus cabelos de ouro Margarete/seus cabelos de cinza Sulamith”. Utilizando palha na primeira, a ariana e cinzas na segunda, a judia, as telas confrontam a ação de aniquilamento dos judeus determinando o empobrecimento do povo germânico. Em Margarete, acima dos cabelos representados pela palha, estão as chamas, o perigo real da combustão e destruição, referência à ameaça do extermínio, daquilo que ao se queimar transmuta-se em cinzas, Sulamith, e dissipa-se em fumaça.

Kiefer também mantém um interesse pela ruína, o acúmulo de vestígios e pelo chumbo, elemento ligado ao planeta Saturno, ambos amplamente utilizados em representações da melancolia.

“Mohn und Gedächtnis”¹⁵⁰ dá nome ao grupo de aviões em chumbo criados pelo artista alemão. O excesso do peso e a imobilidade os tornam obsoletos e antiquados: a moderna tecnologia, que trouxe tantos avanços ao homem, converteu a realização do mítico desejo de voar em uma das mais apavorantes experiências da guerra, o extermínio. Ao eleger o chumbo como matéria, Kiefer manifesta referência clara à

Adalbert Stifter, Joseph Weineber, Richard Dehmel (direita). Esses nomes fazem parte da história alemã, do século XII ao XX, não havendo uma relação direta entre eles, porém usados pela ideologia nazista.

¹⁴⁹ A madeira da construção é o pinheiro silvestre Kiefernholz, confêra da família die Kiefern, típico da região e também bastante simbólico.

¹⁵⁰ “Mohn und Gedächtnis” – “papoula e memória” – papoula, a flor do esquecimento. Livro de Paul Celan publicado em 1952.

tradição artística de representação da melancolia, não somente pela qualidade saturnina e alquímica do chumbo, mas também pela lembrança à “Melencolia I”, gravura realizada pelo mestre Albrecht Dürer, outro artista alemão, em 1514.

Na gravura, diferentes objetos, entre eles o poliedro, remetem à geometria, porém é o anjo de asas, mas que não voa, segurando um compasso que bem representa a personificação tradicional da geometria. Embora os objetos espalhados ao seu redor simbolizem a busca pelo conhecimento, a figura apóia a cabeça na mão e tem o olhar perdido. Afinal, qual a finalidade de tudo aquilo? O desenvolvimento do conhecimento é promissor, mas não aponta uma direção segura, não consegue cumprir suas promessas. Essa frustração produz a melancolia, levando o sujeito a crer que o pensamento ordenado não o permite avançar até o absoluto, inteiramente ineficiente aos seus propósitos. Essa constatação é paralisante. Para Kiefer, a história desenvolve um projeto melancólico, que em diferentes momentos manifesta sua existência.

Nas pinturas, instalações ou esculturas de Kiefer a melancolia aparece tanto na construção do espaço, em ruínas, quanto na densidade pesada dos materiais, referenciando sempre a tradição secular de sua representação, mas principalmente, advertindo para o sentido de que é um sentimento que vem da ruminação, do saber.

Anselm Kiefer resgata, em sua obra, uma memória histórica que, em última análise, tem como objetivo questionar o momento atual. Se em um primeiro momento a reflexão está voltada para o abalo sofrido após a Shoah, passa então a questionar a aceitação do fardo pós guerra, impondo uma manifesta resistência ao afastamento e exclusão e retoma a continuidade de sua cultura:

“Alguns são herdeiros das vítimas, outros dos que as ajudaram ou apresentaram resistência. Outros são herdeiros dos criminosos ou dos que permaneceram em silêncio. Essa herança compartilhada (*diese geteilte Erbschaft*) não resulta, para os que nasceram depois da guerra, em mérito ou culpa pessoal. Para além da culpa individual, existem diferentes contextos que resultam em cargas históricas distintas. Com as formas de vida nas quais nascemos e que formaram nossa identidade, assumimos tipos de responsabilidade histórica (...) completamente distintos. Assim depende de nós a continuidade das tradições nas quais nos encontramos.” (HABERMAS, 1994: p.161)

Bibliografia

ARASSE, Daniel. Anselm Kiefer. Paris: Regard, 2007.

ARCHER, Michael. Arte contemporânea: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DEMPSEY, Amy. Estilos, escolas e movimentos. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

HABERMAS, Jürgen. Geschichtsbewusstsein und posttraditionale Identität. Die Westorientierung der Bundesrepublik, in: “Die Moderne – ein unvollendetes Projekt”, Leipzig: Reclam, 1994.

HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória in Passados presentes: mídia, política, amnésia, Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LAUTERWEIN, Andrea. Anselm Kiefer et la poesie de Paul Celan. Paris: Regard, 2006.

Mário Pedrosa: a crítica de arte e a militância da modernidade.

Beatriz Pinheiro de Campos*

Resumo: O presente artigo pretende expor o um pouco do pensamento do crítico de arte Mário Pedrosa no que condiz a relação da modernidade e das transformações da arte durante o século XX através de dois textos críticos do autor que foram veiculados em jornais e depois organizados em uma só obra pela Professora Dr. Otília Arantes¹⁵¹. Os textos abrem uma discussão sobre dois artistas brasileiros de diferentes épocas: Elyseu D’Angelo Visconti (1866-1944) e Hélio Oiticica (1937-1980). Será abordada a vertente crítica do autor no que concerne o conceito de modernidade. Como Pedrosa pensa a arte moderna (ou as modernidades da arte) em diferentes momentos, tanto nas pinceladas impressionistas de Visconti, quanto na arte ambiental de Hélio Oiticica. O objetivo deste artigo é falar um pouco mais da crítica de arte como objeto de pesquisa na área da História da Arte.

Palavras chaves: crítica de arte, Mário Pedrosa, arte brasileira, história da arte.

Abstract: This article aims to expose a little bit of the work of the art critic Mario Pedrosa and how his production is linked with issues of modernity and the transformation of art throughout the twentieth century through two critical texts of the author which have appeared in newspapers and then organized into a single work by Prof. Dr. Otília Arantes. The text opens a discussion on two Brazilian artists of different eras: Elyseu D’Angelo Visconti (1866-1944) and Hélio Oiticica (1937-1980). Will be addressed to the author's critical stance regarding the concept of modernity. How does the critic understands the modern art (or the fashions of art) at different times, both in the Impressionist brush strokes of Visconti, and in the environmental art of Oiticica. The aim of this article is to speak a little more of the art criticism as an object of research in art history.

Keywords: art criticism, Mario Pedrosa, Brazilian art, art history.

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Trabalho realizado sob a orientação da Prof. Dra. Angela Brandão.

¹⁵¹ PEDROSA, Mário; ARANTES, Otília (org). *Acadêmicos e modernos: textos escolhidos III*. 1ª edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

Formular um breve texto sobre um dos maiores críticos de arte que o Brasil já teve se coloca desde o início como um trabalho extremamente difícil. Dentro da História da Arte quando abordamos fontes impressas, textos, isso se torna ainda mais complexo. O entendimento da crítica de arte como objeto de estudo dentro da História da Arte deve compreender estes dois percalços, talvez de maneira a abranger sua complexidade, pois tratamos de uma fonte que se transpõe da escrita e leva leitor, grau a grau, à imensidão das artes.

Nesse momento, para poder colocar nosso objeto em panorama, torna-se imprescindível colocar o entendimento que se tem sobre a crítica de arte e seu papel para o complexo mundo das artes. Desse modo é citando Argan que se pode compreender como esse objeto, a crítica de arte, se desenvolve em seu meio e abrange o mesmo, para se colocar também como objeto sociocultural.

O facto de, na situação actual da cultura, a crítica ser necessária à produção e afirmação da arte, legitima a hipótese de uma espécie de carácter inacabado ou, pelo menos, de uma comunicabilidade não-imediata da obra de arte: a crítica desempenharia assim a função de mediadora, lançaria uma ponte sobre o vazio que se tem vindo a criar entre os artistas e o público, ou seja, entre os produtores e os fruidores dos valores artísticos. (ARGAN, 1988: 128)

Tendo este entendimento sobre a crítica de arte e compreendendo sua função de mediadora, podemos entender como este objeto se coloca para o historiador da arte. Aqui não será pretendido argumentar a complexidade do objeto em si e seus usos dentro da área de estudo supracitada, mas entender brevemente como o objeto se coloca nessa área para este breve artigo se faz necessário, por não dizer obrigatório.

Mário Pedrosa, pernambucano, nascido no ano de 1900, deixou um legado de críticas de arte que foi publicado e teve sua merecida repercussão não só dentre os interessados sobre o assunto. Otília Arantes realizou talvez o trabalho mais completo sobre a vida do intelectual e colocou o trabalho de Pedrosa ao alcance de um público ainda mais abrangente. A autora demonstra em seus quatro trabalhos sobre o autor um intelectual ativo e preocupado com as questões que envolvem principalmente a arte a modernidade e seus fluxos. Falar de um intelectual tão ativo politicamente mostra-se muito complicado, pela complexidade de sua vida política e militância. Logicamente

esse caráter não será deixado de lado, pois se trata de uma parte intrínseca da obra de Pedrosa, mas será aqui abordada a forma crítica como mediadora e como a mesma está emaranhada de conceitos que estão tão engendrados não só no mundo das artes.

Os textos aqui analisados, reunidos sob a organização de Otília, foram ambos publicados no jornal Correio da Manhã, periódico onde Pedrosa publicou suas críticas por maior tempo. Com uma diferença de apenas 16 anos, os textos abordam artistas que se distanciam e ao mesmo tempo, para o crítico, se comunicam em sua perspectiva de mudança no mundo das artes.

No primeiro texto, datado de 1950, Pedrosa expõe um trabalho criterioso sobre o pintor Elyseu D’Angelo Visconti, pintor ítalo-brasileiro que fez toda sua carreira no Brasil. Nascido em 1866 fez carreira como pintor acadêmico e ganhou em 1893 o prêmio de viagem à Europa pela academia de belas artes. Pedrosa começa seu texto expondo exatamente este lado do trabalho do artista, revelando como a viagem trouxe proveitos e mudou a perspectiva do pintor. O crítico, porém, está convicto de que a ida de Visconti teve seu ponto alto, quando ele se desprende totalmente das “obrigações” da pintura para se dedicar a pura expressão artística, mas também está envolvida na questão do desapego com as partes de seu trabalho que o levariam ao ápice, toda a ingenuidade e mocidade que o Brasil poderia oferecer.

Segundo o crítico, o pintor alcança esse ponto, mas antes tem seu trabalho permeado das responsabilidades que aqui o aguardavam, as muitas encomendas e o peso de aqui, no Brasil, ser um artista renomado e requisitado. O que mais chama a atenção no texto de é o grande vai-e-vem que o artista se coloca nas questões que envolvem luz e cor. Como se trata de um artista que no Brasil foi um dos retratistas mais requisitados de seu tempo, e que chega à Europa e convive de perto com os mestres do Neo-impressionismo, isso já era de se esperar, mas Pedrosa coloca um ponto importantíssimo de sua volta ao Brasil, a luz que aqui, no clima tropical, deveria se abrir em tons claros, se fecha, escurece, e volta aos tons terrosos e dos castanhos. Pedrosa coloca este problema com a relação das obrigatoriedades de um grande pintor que volta a seu país e perde, de alguma maneira, aquele espírito puro e criador que o cercava na Europa, principalmente como demonstram as telas que pintou quando ficou em Paris. Para o crítico esse vai-e-vem da luz e da cor, se coloca como um problema que se

atenua na sua volta ao Brasil e só se ameniza quando o artista se vê livre para compor, já no final de sua carreira.

A questão das viagens para a Europa se coloca como um grande impecílio na visão de Pedrosa. Para o crítico, as viagens são importantes no que condiz a experiência que o artista teria em locais diferentes, seu contato com mestres, suas relações com ambientes e técnicas já destacadas no mundo das artes. Mas isso pode se tornar também um impecílio. O artista que buscava somente se graduar, se formar no exterior, nunca alcançaria uma mudança verdadeira em seu trabalho e não colocaria um diferencial no mundo das artes. Nesse momento, Pedrosa deixa claro sua ideia de ruptura, a ideia de que, mesmo com a dependência de técnicas do exterior, os artistas brasileiros deviam utilizá-la de modo a mudar visões, deviam modificá-la para fazer a diferença. Neste contexto, Visconti era um diferencial. Segundo o crítico ele sai de seu país não somente para diplomar-se, como acontecia geralmente, mas também para aprender e modificar a sua visão da arte, autenticar sua missão como transmissor de conhecimento e, para o crítico, Visconti tinha noção de sua missão como artista plástico.

Para o crítico o modo que Visconti lida com a modernidade está emaranhado nessa complexa rede de aprendizado europeu misturado com a volta ao Brasil, à ingenuidade e mocidade que deixou para trás. Ao conseguir colocar em suas telas as mudanças de cor e luz, deixando cada vez mais de lado a questão figurativa, Visconti embarca na pintura plena, que segundo Pedrosa, é o ápice de seu trabalho. O crítico lê o artista como grande paisagista, apesar de ser reconhecido como retratista, e diz que seu trabalho com as questões cromáticas, mudou de alguma forma as visões de artistas posteriores. Ao encontrar nas telas do final de sua carreira, as paisagens de Teresópolis, no verde brasileiro, o pintor marca o uso das cores e se entrelaça num jogo de luz impecável. É nesse ponto que o retratista também se rende à mágica das cores impressionistas e seus últimos auto-retratos, se enchem de cores, onde Pedrosa deixa clara a convicção neo-impressionista de Visconti, a própria carne, o rosto, as mãos ganham variados tons e luzes, se desprendendo da figura, levando o espectador a um jogo de luzes e cores que se desprendem do figurativismo academicista, até mesmo nos retratos. É nesse momento que o artista rompe e propõe uma nova visão para suas telas.

A crítica de Pedrosa de alguma maneira sempre pontua essas rupturas e liga o leitor ao momento em que o artista rompe com modelos antigos e coloca isso em seus

trabalhos. A crítica então nos dá uma visão de como essas mudanças na maneira de ver e conceber o objeto artístico se forma dentro da produção do artista e se molda durante sua trajetória. Neste texto de Pedrosa, podemos perceber como os momentos de rupturas estão intrinsicamente ligados com as questões da modernidade, o que seria novo e o que seria mera dependência de outros polos, que nada propuseram de diferente.

Não diferenciadamente o crítico analisa Hélio Oiticica, um dos grandes nomes das artes no Brasil. Carioca, nascido em 1937, Oiticica se mostra um artista, que, segundo Pedrosa, tem o ápice de seu trabalho, voltado para a arte pós-moderna. Para o crítico, no que concerne a arte pós-moderna, o Brasil já não é mais um modesto seguidor, como o fez na arte moderna, para ele somos precursores. Hélio Oiticica e Lygia Clark seriam os artistas que chamam mais a atenção de Pedrosa para essa arte pós-moderna precursora.

Aluno de Ivan Serpa e integrante do grupo concretista Frente, Hélio Oiticica rompe com a ortodoxia do concretismo e descobre a obra de arte que não mais pertence ao quadro e sim ao todo, uma experiência segundo Pedrosa, coletiva. Oiticica abdica do quadro, sai dele, vai além. Tão além que sua arte torna-se ambiental, uma experiência que leva o público a experimentar arte e não somente apreciar. Mas o jovem artista segue seu rumo ainda sob o mesmo anseio plástico de Visconti. Para Pedrosa Oiticica vive as cores, trabalha com elas. A cor e a luz passam da percepção visual para o tato. Ainda nas cores, na luz, está a grandeza da pintura, sua forma pura que dá passagem ao grande espírito criador. Pedrosa vê um artista não preocupado com as cores, mas totalmente imerso em seu mundo, e mais, pronto para muda-lo e leva-lo à tona. Este pequeno enlace do trabalho dos dois artistas plásticos com a cor é um ponto importante e muito interessante, porém complexo demais para ser esmiuçado neste pequeno artigo. Porém é a luz e a cor que irão, da mesma forma que modificaram as visões de Visconti, entrelaçar as relações de Oiticica com sua arte, e Pedrosa pontua isso a todo o momento em seu texto.

O crítico compreende a incursão do artista na arte ambiental através de sua viagem para Nova York e seu retorno ao Brasil, que o leva à relação com a população do morro da Mangueira. Para Pedrosa, esse é como o prêmio de viagem ganho pelo pintor do dezenove. Assim como Visconti em Teresópolis Oiticica imerge no cotidiano do morro e lá compõe com maestria as obras mais marcantes de sua carreira, como o

Parangolé. Levado pelo ambiente, suas técnicas mudam, suas visões tornam-se mais abrangentes e o artista já não é somente o produtor da obra, ele a entrega para que esta se modifique a cada segundo. Nesse momento sua obra torna-se coletiva, ela compõe-se a cada instante. Oiticica chama sua arte de ambiental, pois nada nela é isolado. Pedrosa pontua a vontade do artista de fazer com que a arte torne-se uma experiência sensorial, que envolve visão, tato, pensamento, numa gama de cores e luzes que se contrapõem às superfícies, ásperas, lisas, úmidas montadas por panos, caixas, tapumes. Para Pedrosa é essa experiência que pontua a virada da arte moderna para a arte pós-moderna. O crítico coloca para o seu leitor essa mudança, e como ela se dá em todos os níveis.

Na fase do aprendizado e do exercício da “arte moderna”, a natural virtualidade, a extrema plasticidade da percepção de novo explorada pelos artistas era subordinada, disciplinada, contida pela exaltação, pela suprematização dos valores propriamente plásticos. Agora, nessa fase de arte na situação, de arte antiarte, de “arte pós-moderna”, dá-se o inverso: os valores propriamente plásticos tendem a ser absorvidos na plasticidade das estruturas perceptivas e situacionais. (PEDROSA, 2004: 355)

Novamente focado na mudança. A crítica de Pedrosa leva o leitor sempre a este momento, onde o artista rompe com algo que de alguma maneira era colocado como pilar. Porém compor somente essa visão de modernidade é ainda muito simplista e superficial para um intelectual como Pedrosa. Ele acredita que a modernidade vem com o amadurecimento do artista, mas ela está intrinsicamente ligada ao seu poder de expressão pura, longe do mundo e com ele. O artista trabalha com a sua subjetividade, sua abstração, porém quando ele a coloca em contato com sua realidade temos uma mudança, não só de momento, mas de grau.

O contato de Visconti com as paisagens de Teresópolis, sua liberdade criativa de ver e criar as cores das matas, os verdes cariocas, o levaram a abstrair da figura até mesmo em retratos, assim como o contato de Oiticica com a realidade do morro da Mangueira, o fizeram levar sua arte ao ponto mais coletivo, uma arte ambiental, participativa, situacional, onde as pessoas, coisas, o ambiente é o próprio quadro. Ambos os artistas tiveram seus períodos onde beberam de fontes externas, tanto Visconti na sua viagem à Europa quanto Oiticica em sua estada em Nova York, mas essas viagens trouxeram uma dependência de técnicas e visões que foram mudadas, adaptadas à realidade brasileira. Essa adaptação para Pedrosa é a maneira de se fazer

arte brasileira, a maneira de romper, a maneira de ser moderno, ou no caso de Oiticica, pós-moderno.

De alguma forma Pedrosa liga as experiências de rupturas, experiências de inovação, de modernidade, com a maneira com que as mesmas se colocam na sociedade, em contato com a mesma. Este é o ponto de partida para Pedrosa, o que ele defende como arte, e não menos, o deixa claro em suas críticas.

As questões da modernidade estão imersas nas críticas de Pedrosa dessa forma, sempre atentas às mudanças, às rupturas, e à sociedade. Como o artista mudava suas técnicas, chegava a um grau diferente de percepção quando trabalhava sua expressão artística em contato com a sua realidade social. No caso de Oiticica esse contato foi forte e até mesmo com um viés político e social, mas para Visconti esse contato foi a redescoberta de seu mundo, a descoberta da luz e da cor em ambientes que sempre estiveram presentes em sua produção. Para Pedrosa essas descobertas da realidade através da expressão artística é que são o ponto mais alto da produção na modernidade.

Um breve estudo como este pode nos fazer entender como a crítica de arte constitui num papel fundamental de análise no campo da História da Arte. Sendo objeto de estudo, ela nos mostra além do quadro, do artista, ela ainda é o ponto de comunicação com o público e tem o potencial de transbordar para o papel não só a obra em si, que pode ser apreciada a cada linha, com cada descrição, mas transborda noções de tempo e espaço, de situações e conceitos que estavam presentes naquela época e, de alguma forma, se ligam à produção dos artistas. Entender como estes conceitos saem da crítica e entram na obra é também entender não só um pouco mais da arte, da obra, do artista, mas também entender como esta arte chegava ao seu público e como o mesmo teria condições de lidar com estes conceitos em outras áreas da sociedade.

Bibliografia

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *Mário Pedrosa: Itinerário Crítico*. São Paulo, Cosac & Naify, 2004;

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte e Crítica de Arte*. Lisboa, Editorial Estampa, 1988.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

ISSN: 2317-0468.

09 a 13 de maio de 2011

PEDROSA, Mário. *Dos Murais de Portinari aos Espaços de Brasília*. Aracy A. Amaral (org.), São Paulo, Perspectiva, 1981;

_____, Mário. *Mário Pedrosa: Textos Escolhidos I a IV*. Otília Arantes (org. e apres.), São Paulo, Edusp, 1995-2000;

_____, Mário. *Mundo, Homem, Arte em Crise*. Aracy A. Amaral (org.), São Paulo, Perspectiva, 1986;

**Rock Brasileiro: um estranho no ninho
(uma análise da indústria fonográfica nos anos 80).**

Diogo Leitão*

Resumo: A década de 1980 foi decisiva para a consolidação do rock nacional este mesmo rock que sempre foi encarado com a desconfiança de um estrangeiro em sua própria terra natal. Durante os anos 60 o gênero rock, chegou à mídia e ao mercado fonográfico por programas de TV, inspirados por grupos estrangeiros. Na década de 70 surgem novas bandas e artistas que vão flertar com o gênero rock, misturando a este, ritmos regionais brasileiros, mais ainda classificados como “MPB” (Musica Popular Brasileira). Esta análise durante a década de 80 mostrará que neste período o Brasil, de fato, começou a produzir seu próprio rock e a indústria fonográfica carecia de um produto musical novo, que renovasse aquele mercado dominado pela MPB, este rock ganha grande popularidade em todo país, amparado pela mídia e por festivais como o Rock in Rio.

Palavras-chave: rock brasileiro; mercado fonográfico; consolidação.

Abstract: The decade of 1980 this was decisive for the consolidation of the national rock exactly rock that always was faced with the diffidence of an foreigner in its proper native land. During 60 years the sort rock, arrived at the media and the fonográfico market for programs of TV, inspired for foreign groups. In the decade of 70 new bands and artists appear who go to flirt with the sort rock, mixing to this, Brazilian regional rhythms, more still classified as “MPB” (Brazilian Popular Music). This analysis during the decade of 80 will show that in this period Brazil, in fact, started to produce its proper rock and the fonográfica industry lacked of a new musical product, that renewed that market dominated for the MPB, this rock gains great popularity in all country, supported for the media and festivals as the Rock in River.

Keywords: Brazilian rock; fonográfico market; consolidation.

Introdução

* Aluno do 7º Período Curso de História Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

Em várias sociedades, a música dentro de seu processo histórico, tem se apresentado como importante elemento de expressão cultural, aparecendo sempre circunscrita a espaços sociais e políticos definidos. Dos ritos dionisíacos à marginalidade medieval, de artigo de luxo da realeza a elemento subversor condenável, de recurso terapêutico e muitas vezes mágico a expressão rara de produção intelectual do homem, a música foi tornando para si várias formas e significados em muitas civilizações (ATALLI apud DIAS, 2002: 32). Sua relação antropológica com as sociedades foi, sem dúvida, um elemento facilitador elementar para a capacidade de transpor fronteiras e circular, de maneira fluida e transcendente, pelo mundo, que a música apresenta.

Cultura é um termo usado para fazer jus às produções humanas como um todo e, por ser algo tão humano, escapa às generalizações. Para o conjunto da vida social, o esclarecimento proporcionou o advento da sociedade administrativa. A lógica da administração expande-se e contamina, com suas regras matemáticas, previsíveis e padronizadas, todos os âmbitos da vida social. A expansão consegue atingir áreas como a cultura. Essa expansão então se apresenta como forma de dominação, vai eliminando as várias peculiaridades das esferas da vida social, em nome da medida única e abstrata que lhe é conferida. À racionalidade objetiva do objeto cultural, levando e trazendo um pouco de tudo em si. É neste contexto que surge o conceito de “indústria cultural”. Isto é, as manifestações culturais são produzidas socialmente em espaços qualitativamente diferenciados e portadores de subjetividade, perdem sua dimensão de especificidade ao serem submetidas à lógica da economia e da administração. Não acredito que com a consolidação do capitalismo, aconteça o fim por completo da manifestação cultural autêntica. Mas é fato que até manifestações mais originais, vão sendo aos poucos envolvidos pela lógica de produção de mercadorias.

Ao estudarmos a música como mercadoria podemos evidenciar um produto cultural de características muito especiais. Sua relação de proximidade que consegue estabelecer com o indivíduo lhe confere grande poder. A capacidade sensibilizar as pessoas pode levar a reações do mais largo espectro: a angústia ao divertimento, do questionamento à passividade, da liberdade à clausura. Assim o conceito de circularidade cultural está muito evidenciado quando o assunto é música e mais ainda quando esta é o Rock, onde seus formatos e reprodutores praticamente eliminam as

fronteiras para a difusão. As mercadorias musicais estão no rádio, no cinema, na televisão, na publicidade, nos computadores, nos ambientes, nas ruas, nas rodas de amigos e nas altas cifras conquistadas por sua indústria não esquecendo de contabilizar o consumo aleatório e muitas vezes compulsório, a que o cidadão do mundo está exposto, como transeunte. Podendo concluir que a música além de ser uma forma de manifestação artística, também é um produto.

Sua reprodução em larga escala, através de máquinas como o gramofone e as jukeboxes¹⁵² no início do século XX, nos EUA, foi o princípio para a expansão fonográfica, não só neste país, mas em todo mundo. Estas empresas seguindo a lógica do capitalismo, vão buscar novos mercados, instalando filiais em diversos países, buscando na fertilidade musical destes, uma forma de adaptar seus padrões de distribuição e produção musical.

No Brasil, as “multinacionais do disco”, durante a década de 60,70 e 80 vão passar por um grande processo de expansão, devido ao desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação da época, facilitando a difusão dos produtos da indústria cultural deste país. Conseqüência desta expansão é a segmentação do mercado musical e artístico, impulsionado pela mídia já no início dos anos 60. Muitos nomes hoje clássicos da MPB surgiram neste processo como Caetano Veloso, Gal Costa e Gilberto Gil, assim como os movimentos musicais, a Jovem Guarda e a Bossa Nova.

Durante a década de 70, as diferentes manifestações musicais, vão ser ditas e comercializadas pela indústria como MPB, desde gêneros como o samba e até o rock. No início da década de 80 o mercado fonográfico do Brasil se limita á estabilidade do termo “musica popular brasileira”, mesmo que essa já não tivesse tanta relevância cultural para o país, mas ainda apresentava lucros para os donos das grandes gravadoras.

Faltava algo inovador para aquele começo de década, em que o Brasil passava por um processo de abertura política, no qual o mercado jovem se potencializava e não encontrava nas canções de vanguarda da MPB algo com que pudesse se identificar, ao mesmo tempo em que o rock feito no Brasil com grande influência do punk inglês e norte-americano ganhava cada vez mais popularidade entre jovens de todo país. Este foi o contexto histórico, no qual, pela primeira vez o rock feito no Brasil saía das garagens

¹⁵² Jukebox é um aparelho eletrônico utilizado geralmente em bares e lanchonetes. Tem por função tocar músicas escolhidas por clientes que estejam em seu catálogo.

e alcançava a grande mídia, lotada em uma geração que estava muito distante da luxuosa e intelectual produção da MPB e cada vez mais próxima a realidade do seu público.

A indústria cultural brasileira, soube capitalizar em cima do rock, que meados da década de 1980 tornou-se um produto caráter fonográfico, comercializado por várias empresas e veiculado pelos principais meios de comunicação do país se tornando um dos produtos mais rentáveis deste período. Este presente artigo busca analisar como o rock feito no Brasil dos anos 80, veio a se tornar um dos principais produtos culturais, envolvidos na indústria fonográfica da época.

O desenvolvimento da indústria fonográfica no Brasil

O processo de desenvolvimento e expansão dos meios de comunicação, desencadeado no país a partir das décadas de 60 e 70, tem grande importância para o entendimento do contexto no qual se consolida nos anos 80 a grande indústria produtora de discos no Brasil. Este desenvolvimento e em seu conjunto pode ser observado na década de 70, no setor economicamente significativo, uma vez que o mercado de bens culturais está, na maioria das vezes, vinculado ao setor de bens duráveis que começam a ser desenvolvido no governo de Juscelino Kubitschek. Sua expansão interessava profundamente a ideologia do desenvolvimento de segurança vigente no período militar instaurado em 1964. Nos lares brasileiros, junto com aparelhos de rádios que foram se popularizando no país a partir da década de 1940, toca-discos e televisores passaram a estar mais presentes entre 1967 e 1980.

O Estado Brasileiro é responsável por uma modernização conservadora, fornecendo toda a implantação da indústria cultural no país em nome da Segurança Nacional (ORTIZ, 2006: 12). Os setores editoriais formados basicamente livros e revistas também foram amplamente beneficiados por políticas governamentais, que favoreceram a importação de equipamentos e a fabricação de papel, incrementando significativamente a produção. Uma vez consolidadas as condições básicas de produção, a próxima etapa é, estabelecer estratégias, definindo o universo dos conteúdos e as faixas de mercado que deverão ser alcançadas. Em sua forma de expansão e consumo, a produção cultural nacional está em baixa com relação a estrangeira num primeiro momento. Porém, paralelamente a este quadro de dependência, existe um movimento que vai incentivar a produção brasileira e aos poucos a produção nacional cultural vai conquistando autonomia, a ponto de anos mais tarde, a telenovela brasileira se tornar produto de exportação.

O setor fonográfico se expande nesse contexto, favorecido pela conjuntura econômica em transformação. Entre 1965 e 1972 ocorre um crescimento médio de 400% na venda de discos, em 1971 os números crescem de forma estável, média de 20% ao ano. Exceção apenas para 1974 e 1975 quando a falta de vinil (matéria prima na confecção de discos) decorrente de uma crise mundial do petróleo criou uma demanda reprimida, que volta a se estabilizar em 1976. Em 1979 o Brasil alcança a quinta posição no mercado mundial.

Alguns fatores nos permitem compreender a expansão da indústria fonográfica brasileira nas décadas de 60 e 70, entre eles estão: a fertilidade da produção musical dos anos 60, sobretudo meados da década, assim como do início dos anos 70. O movimento musical conhecido como Jovem Guarda, uma das primeiras manifestações do rock brasileiro (DIAS: 2000, 33), que criou seu ícone pop, Roberto Carlos, cantor e rei deste movimento. Outra mudança que favoreceu o panorama fonográfico é alteração na produção e as mudanças estratégicas e econômicas, como a substituição do compacto simples ou duplo, para o LP, restringindo gastos e otimizando investimentos, já que um LP continha o gasto de seis compactos simples e três duplos. Observa-se também a investida da indústria em cantores com a função de intérpretes, de modo a transformá-los em artistas conhecidos e atuantes no *show business* (DIAS, 2000: 58), esta estratégia vai gerar um quadro de artistas que vendiam discos com regularidade e de forma mais segura. E finalmente a chegada cada vez mais constante da música estrangeira embalada pelas facilidades e impostos que geravam menor preço no produto final, além disso o impulso gerado pela censura política que agia no Brasil da época, interferindo na produção de discos da música popular brasileira.

O impulso adquirido pela indústria cultural nos anos 70, a partir do investimento feito em infra-estrutura, a indústria fonográfica adquire agilidade e intensidade nesta estratégia eficaz que contribui para a segmentação do mercado. As trilhas sonoras de novelas trouxeram uma grande contribuição para o setor fonográfico brasileiro, justificado pela ascensão da gravadora *Som Livre*, da *Rede Globo*, que praticamente limitava seu mercado a produção de trilhas de novelas desta emissora no início dos anos 70. Este segmento de trilhas sonoras é ampliado quando chega além das novelas, e se distribui por toda programação televisiva, inclusive aquela acompanhada de publicidade. No conjunto deste processo, entra a maior lei do mercado, ou seja, a parte

mais forte tem todas as vantagens nas negociações. Neste caso, esta parte pertence à Rede Globo, detentora dos mais altos índices da televisão brasileira, onde muitos artistas querem ver suas músicas inseridas. Por outro lado vemos os artistas que já estavam fazendo sucesso, onde seus interesses de integrar uma trilha sonora era menor, pois a compra do disco da novela motivada por uma canção específica, podia significar há não compra do disco do artista, o que não era interessante para sua gravadora. Normalmente as emissoras de TVs ofereciam uma troca, promovendo a música de artistas novos, enquanto a gravadora oferecia canções de um já consagrado.

As estratégias usadas por setores distintos da indústria cultural, mostra como este setor cresceu no país, beneficiando mutuamente outros setores como a publicidade, a mídia e o marketing motivando a interação entre eles, transformando-os numa espécie de máquina musical fonográfica até o começo dos anos 80. Como exemplo podemos observar a década de 1960, marcada musicalmente, pela criação da Jovem Guarda e do termo MPB, dois segmentos que vão dividir o mercado fonográfico nacional.

Em maio de 1965 na Rede Record de televisão estreava o programa, *O Fino da Bossa Nova*, apresentado por Elis Regina e Jair Rodrigues, neste mesmo ano surgia o termo “MPB”, grafada com letras maiúsculas, como se fosse um gênero musical específico, mas que ao mesmo tempo pudesse sintetizar a tradição musical popular brasileira. Esta MPB incorporou nomes oriundos da Bossa Nova, como Vinícius de Moraes e Baden Powell, Sérgio Ricardo, Geraldo Vandré, etc, agregando novos artistas entre eles Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, etc. Três meses depois neste mesmo canal de televisão estreava um novo programa chamado: *Jovem Guarda*. Uma geração influenciada pelo rock da década de 50 que logo se tornaria um dos produtos de grande comercialização na indústria cultural brasileira. Fruto de uma estratégia midiática, cuidadosamente desenvolvida, inventando uma nova forma de compor e cantar o rock em português, utilizando um universo imagético próprio, lançando uma série de produtos ao público jovem, como roupas, anéis, bonecos e principalmente o programa de televisão (como já citado aqui este aparelho teve sua expansão na década de 60 e 70), daria formato ao movimento e ajudaria na construção da imagem dos seus integrantes, bem como na sua popularidade.

Esta música popular esteve no topo da hierarquia musical durante duas décadas, gerando grande vendagem de discos e de subprodutos. Começando a ser abalado por

novas linhas musicais mais comportamentais, marcados pelo pop rock, com incursões na contra-cultura e na música e poesia de vanguarda, popularizando o gênero rock no Brasil.

Trajatória do Rock Brasileiro

Com toda a exportação cultural movida pelo lucro fácil, produtos subculturais também abordaram no Brasil. No caso do rock começou a mudar a linguagem dos jovens brasileiros em meados 1950 e demorou quase três décadas para se firmar. Este princípio foi ingênuo, discos de Elvis Presley, Little Richard, Chuck Berry, entre outros chegavam ao país, misturando e empolgando a cultura geral. Inspirados nos filmes “The blackboard jungle”, dirigido por Richard Brooks em 1955, que no Brasil foi batizado “Sementes da violência” e “Rock around the clock” (“No balanço das horas”), dirigido Fred F. Sears, todos musicados ao som do rock, com performances de Bill Haley and His Comets, Little Richards e The Platers entre outros. Não tardou para que esse novo ritmo recebesse versões brasileiras. As gravadoras seguiram o cinema, inaugurando em Taubaté o rock brasileiro, Sérgio Campello lança “*Boogie do bebê*”, e sua irmã Cely Campello emplaca o sucesso “*Estúpido Cupido*”. Novos ídolos se formavam motivados pelos irmãos Campello e acabaram se espalhando nos grandes centros. Como exemplo temos Sergio Murilo, Demetrius e Ronaldo Cordovil, todos jovens de classe média/alta que curtiam ouvir rock, andar de lambreta e freqüentar bares noturnos, receberam a denominação de “*Juventude Transviada*”.

A segunda geração do rock brasileiro foi gestada dentro da primeira (DAPIEVE, 1995: 13), se espalhando pelo país. Marcada principalmente, pela criação da Jovem Guarda, movimento musical que ocorria em volta de um programa auditório que ocupava as tardes da TV Record. Vários discos e artistas foram lançados ancorados no sucesso deste programa: Roberto, Erasmo Carlos, Wanderléia, Jerry Adriani, Eduardo Araújo, entre outros.

Mas no final da década de 60, uma terceira leva musical brasileira surge no mercado fonográfico. O movimento *Tropicália*, influenciado pela cultura pop nacional e estrangeira, mesclando manifestações tradicionais da cultura brasileira a inovações estéticas radicais. Tinha objetivos sociais e políticos, mas, principalmente comportamentais, que encontraram eco em boa parte da sociedade, sob o regime militar.

O movimento manifestou-se, principalmente na música (cujos maiores representantes foram Gilberto Gil e Caetano Veloso á frente, seguidos por Gal Costa, Os Mutantes e Tom Zé), mas o Tropicalismo foi agrupando poetas (Capinam e Torquato Neto), e um maestro (Rogério Duprat). Mesmo que a linguagem predominante não fosse o rock, havia samba e bolero, a postura grupal era roqueira, sem dúvida (DAPIEVE, 1995: 15).

O Tropicalismo por sua vez, despertou interesse dos militares brasileiros, já começando a entender o componente subversivo do movimento. No Natal de 1968, o movimento perdeu força, quando Gil e Caetano foram presos. Novos grupos, buscavam dar continuidade as incursões na contra-cultura, na música e nas ousadias estéticas, seguindo alguns membros tropicalistas como, Os Mutantes. Consolidando uma linha musical-comportamental que potencializava o sucesso da fórmula rock mais MPB. Entre estes grupos destacam-se: Os Novos Baianos, Secos e Molhados e Raul Seixas e os Panteras.

Este último considerado o patriarca do rock brasileiro, que junto com outros conjuntos formados com o intuito de dar ao rock brasileiro status de arte. Mas curiosamente o que transformaria o nativo rock brasileiro, seria uma minoria criativa nascida da subcultura musical de oposição ao “sistema”¹⁵³, mesmo sem estratégias do mercado fonográfico, começaram a buscar informações de discos e tendências musicais, que não faziam parte da cultura de massas. Ao identificarem-se com o som, as idéias e o visual, jovens moradores dos subúrbios e periferias viram no movimento punk¹⁵⁴ de grupos ingleses e americanos sua válvula de escape e adaptaram o movimento à realidade brasileira. Influenciando assim o panorama desalentador e pouco inovador no início da década 1980.

A cena musical brasileira ligada ao gênero Rock, no início da década de 80 não apresentava nada de inovador para o mercado fonográfico. Ainda hegemônico tanto na mídia, quanto no mercado de discos estava os músicos ligados á MPB, divididos entre seus percussores e os tropicalistas. De fato, o que a indústria fonográfica buscava

¹⁵³ A palavra “sistema” foi muito usada (principalmente) pelas bandas punks dos anos 80 para se opor ao Capitalismo e é numa referência a este modo punk de pensar que ela é usada aqui.

¹⁵⁴ Punk é uma palavra de origem inglesa que, inicialmente, possuía significados como madeira podre, inepto, sujo, pessoa desqualificada, entre outros. Surgiu no final da década de 70, jovens ingleses revoltados e inconformados com a estagnação da sociedade, proporcionaram uma nova corrente musical dentro do rock e nova forma de se vestir que tinha como objetivo chocar e passar uma imagem de violência, externando o que a juventude sofria.

naquele início de década era algo novo para o mercado de discos e que pudesse ser consumido pelo público jovem.

Os meios de comunicação nos anos 80, já haviam alcançado grande desenvolvimento, graças à sua expansão nas duas décadas anteriores, com seus centros entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Esta centralidade fará com que muitos grupos musicais migrem para esses dois estados.

Em 1982, acontece a etapa final do MPB-Shell pela Rede Globo. Era a final do último dos festivais da música popular brasileira e, em consequência disso, o fim do que ficou conhecido como “era dos festivais”¹⁵⁵. Em seus momentos áureos, entre os anos de 1965 e 1972, os festivais foram os principais espaços de valorização da MPB, revelando artistas de peso como Elis Regina, Chico Buarque, Maria Bethânia, entre outros. E o mesmo pode ser dito dos artistas ligados ao rock brasileiro do mesmo período, como Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Jorge Ben, Mutantes, Novos Baianos e Secos e Molhados. Na era dos festivais, esses intérpretes e grupos de rock brasileiro se relacionam com a MPB, seja por assimilação, oposição ou referência. E uma das consequências desse relacionamento é a quase nenhuma participação de grupos de rock nos festivais da música popular brasileira. Destacando-se apenas Festival MPB-81, onde se apresentou o grupo performático, meio pop-rock Gang 90 & As Absurdettes, com a música “*perdidos na selva*”. Na verdade o rock brasileiro que se apresentaria no começo dos anos 80, adotaria a oposição em relação à MPB e ao próprio rock brasileiro das outras décadas, como principal estratégia de autenticidade. A principal influência para esses novos grupos foi o movimento punk inglês e americano, que chegou ao Brasil com alguns anos de atraso, por causa da censura gestada sobre plena ditadura militar que influenciava profundamente a cultura, além da conformação da indústria fonográfica brasileira nos anos 70, favorecendo a produção da MPB, o que solidificou a oposição punk à MPB.

Rock: um estranho no ninho

¹⁵⁵ O termo “era dos festivais” é geralmente utilizado para tratar do período entre a I Festa da Música Popular (Rede Record, 1960) e VII Festival Internacional da Canção Popular (Rede Globo, 1972), (MELLO, 2003).

“*Roqueiro brasileiro sempre teve cara de bandido*”, diz Rita Lee na letra da música “*Ôrra meu*”, do álbum Rita Lee, lançado em 1980. Mas os maus antecedentes do gênero no país estavam para mudar, considerando também o fato de que o rock nacional dos anos 80, proporcionou uma transformação no cenário musical brasileiro.

Não planejado pelas gravadoras, mas essa confusão apareceu e se estabeleceu, tanto na, crítica musical, nos meios de comunicação, ou mesmo, pelo público, quando eles começaram a usar o rótulo “rock brasileiro” para se referir a uma geração de roqueiros que aparecia na década de 80. O rótulo se popularizou, mais especificamente em 1982, tendo como marco inicial o lançamento do compacto “*Você não soube me amar*” do grupo Blitz – até então, falava-se muito em iê-iê-iê e pouco em rock brasileiro. O grupo com linguagem teatral, que misturava samba de breque ao rock, a Blitz direcionava a música ao público jovem retratando coisas banais do cotidiano, se tornou à banda de rock brasileiro, mais bem sucedida na primeira metade da década de 1980.

Na verdade o rock brasileiro que se apresentaria neste começo de década, em sua maioria adotaria uma oposição á MPB e ao próprio rock brasileiro das outras décadas, como principal estratégia de autenticidade. A principal influência para esses grupos foi o movimento punk inglês e americano. Os discos bem produzidos, os arranjos simples mas bem elaborados e a distribuição em massa eram os principais objetos da oposição proposta pelo movimento punk. No Brasil o punk chegou com alguns anos de atraso, por causa da conformação da indústria fonográfica dos anos 70 e solidificou sua oposição á MPB. Por isso não é coincidência que exatamente em 1982, o ano do último MPB-Shell, tenha sido realizado, em São Paulo, o primeiro festival de punk rock do Brasil, *O Começo do Fim do Mundo*. O movimento punk mostrou alguns caminhos a serem seguidos, na ruptura inicial em relação á MPB, que inaugurou o rock brasileiro dos anos 80. Assim, o ciclo iniciado pelos grupos e intérpretes de meados dos anos 60 encontrava seu fim. Nos anos 80, começa outra etapa, a do rock brasileiro que tem relação constante com circuitos alternativos e que dura até os dias de hoje.

O Rio de Janeiro se tornou o centro cultural de maior importância para a cena rock na primeira metade da década 80. E entre os fatores primordiais estavam, o *Circo*

*Voador*¹⁵⁶, a *Rádio Fluminense FM*¹⁵⁷ e as principais gravadoras, que se instalaram no Rio neste período. A parceria entre Circo Voador e Fluminense FM gerou o projeto “Rock Voador”, organizado pela produtora cultural Maria Juçá, o espectador assistia na Lapa, bandas que tocavam na rádio Fluminense. A vantagem da parceria era o aumento da audiência para a rádio, novas oportunidades para os artistas e o assédio gerado pelas gravadoras. Foram 390 grupos/artistas que passaram pelo projeto.

Em janeiro de 1983, foi lançado o LP “Rock Voador”, registrando algumas músicas e artistas de rock desta parceria. Foram seis bandas: Celso Blues Boy, Maurício Mello & Companhia Mágica, Kid Abelha e Os Abóboras Selvagens, Malú Vianna, Sangue da Cidade e Papel de Mil.

Outra demonstração da inclusão por parte do Circo Voador viria ser dada no dia 26 de março de 1983, com o festival Punk Fest Voador. No festival foram reunidas bandas punks da cena carioca e bandas paulistas, além da participação especial dos Paralamas do Sucesso, encorpado por membros do Kid Abelha & Os Abóboras Selvagens. “*Não somos punks, mas apoiamos o movimento. Sempre emprestamos nossa aparelhagem ao Coquetel Molotov e estamos aqui para homenagear vocês*” disse Hebert Viana, líder dos Paralamas (DAPIEVE, 2000: 82). A noite foi um sucesso de público e crítica.

Até então, eram tímidas as aparições de grupos nacionais deste gênero musical, mas a partir de 1983 o rock passou estar presente nos meios de comunicação. Na imprensa escrita, o *Jornal do Brasil*, Jamari França, no jornal *O Globo* e na revista *Pipoca Moderna*, Ana Maria Bahiana, na revista *Som Três* e na rádio *Excelsior FM*, de São Paulo, Maurício Kubrusly e na TV Globo com o programa *Cometa Loucura*, apresentado pelo ator Lauro Corona, onde novos artistas se apresentavam em *playback*¹⁵⁸.

¹⁵⁶ O Circo Voador espaço cultural teve seu primeiro endereço na praia do *Arpoador*, em *Ipanema*. Transferido em outubro de 1982, para a Lapa, fruto do anseio de uma enorme onda de artistas carentes de espaço para atingir o grande público, o Circo foi a grande alavanca para muitos grupos, hoje, consagrados

¹⁵⁷ Desenvolvida pelos jornalistas Luiz Antônio Mello e Samuel Wainer Filho, a Rádio Fluminense FM, apresentou um perfil diferente das rádios da época, entrou no ar no dia 1º de março 1982, com intenção criar uma programação inovadora, colocando mulheres como locutoras e os próprios locutores escolhiam as músicas tocadas na rádio. Criaram um código de ética que funcionou até 1985. “Roqueira até a medula” (DAPIEVE, 2000: 11).

¹⁵⁸ De forma coloquial, é a presença de uma música onde a banda ou artista se apresenta sem a presença do som de seus instrumentos ou voz, representando sob a própria música que está sendo tocada no programa.

Mas o programa que melhor captava o momento social e cultural do país, levando a TV a linguagem das ruas, era o *Perdidos na Noite*, apresentado pelo ex-repórter esportivo Fausto Silva, nos fins de noite de sábado, primeiro na TV Record e depois Bandeirantes. Unindo música, esporte, humor, engajamento político e bizarrices, o programa era muito bem visto pelas bandas de rock, apesar da precariedade, privilegiava as performances ao vivo.

Se o programa de Fausto Silva era o preferido pelas novas bandas de rock do Brasil, o programa *Cassino do Chacrinha*, que estreou no dia 06 de março de 1982 pela Rede Globo, apresentado pelo ex-radialista, José Abelardo Barbosa, era disputado com afincos pelas gravadoras. Em 1970 somente 24% dos domicílios brasileiros possuíam televisor, em 1980 esse número chegava a mais de 56%, e a Globo era hegemônica na década de 80, cobrindo 98% do território nacional, com uma audiência de 50 milhões de telespectadores.

O Cassino do Chacrinha era exibido nas tardes de sábado, com grande audiência e logo se tornou um dos “pilares da programação” da emissora global. “*Era interessante aparecer no Chacrinha. A partir dali você passava a vender discos, a fazer shows, passava a existir*”, declara Toni Belloto guitarrista dos Titãs (ALEXANDRE, 2002: 187).

Outro aspecto importante nesta difusão crescente do rock brasileiro é seu relacionamento com a conjuntura político-econômica vigente. O processo de redemocratização, saindo do Governo Ditatorial Militar rumando para o período da abertura política. Teria sido impossível fazer um rock descente, cantado em português, sob violenta censura (DAPIEVE, 2000: 201). Neste sentido o rock brasileiro equilibrou a balança musical com a MPB, abordando temas político-sociais para uma população jovem inquieta. “*A MPB não supria as necessidades da minha geração, a geração da Abertura*”, confirma Hebert Vianna, membro dos Paralamas do Sucesso. As letras eram mais voltadas para o cotidiano destes jovens de Classe Média, mas sem deixar de serem políticas e apresentarem conteúdo e junto com elas, a democracia dava seus primeiros passos após muitos anos de ditadura.

Uma das maiores manifestações de rua que se havia visto no Brasil de até então – o movimento pelas Diretas – uma das canções criadas por uma das bandas dessa leva roqueira de novos artistas foi imortalizada na voz da multidão, *Inútil* do Ultraje a Rigor.

Ulisses Guimarães que ficou conhecido na época como “Sr. Diretas”, em 13 de janeiro de 1984, dirigiu uma piada provocativa ao presidente militar João Figueiredo, declarando que iria presenteá-lo com um compacto contendo a música “Inútil” lançado pela banda Ultraje a Rigor. Daí em diante esta música se tornou uma espécie de portavoiz da juventude que estava engajada no movimento.

A música “rock” dos anos 80 ultrapassou as barreiras da diversão para transformar-se em um grito muito alto nos ouvidos da sociedade estabelecida. Com o plano econômico, anunciado pelo presidente civil José Sarney (1985-1990), o Plano Cruzado elevou o poder de consumo a cerca de 20 milhões de brasileiros, que viviam com salário mínimo. Foi o ano de grande vendagem de discos e os discos de rock brasileiro foram destaque. “Dois”, do Legião Urbana, vendeu 800 mil cópias, “Selvagem?”, dos Paralamas do Sucesso atingiu 300 mil, o campeão foi “Radio Pirata – Ao Vivo”, do RPM com dois milhões de cópias.

Se algo faltava para o rock brasileiro se consolidar no país, logo não faltaria mais principalmente depois do mega evento organizado no Rio de Janeiro, onde se reuniram artistas nacionais e estrangeiros, com grande cobertura midiática, elevando a produção musical brasileira a parâmetros nunca sonhados. Se a produção musical, a sociedade brasileira e a indústria fonográfica apresentavam algum receio nas novas bandas de rock que surgiram na primeira metade da década de 80, o Rock in Rio, mudaria isso por completo. Como define Tinhorão, o cenário brasileiro durante a década de 80 estava dividido em duas fases: pré-Rock in Rio e pós Rock in Rio (TINHORÃO, 1998: 33). Depois deste mega evento todos teriam certeza que na terra do samba, o rock conquistaria espaço.

A rede Globo transmitiu o festival com exclusividade nacional, em compactos que traziam o melhor dos shows, todos os dias. A emissora teve tanta participação que chegou a influenciar na escolha dos dias de evento, para que pudesse liberar seus funcionários para fazerem a cobertura com tranquilidade. Pela Som Livre a gravadora Globo ainda lançou o disco oficial do evento, com tiragem de 300 mil cópias, trazendo músicas de artistas brasileiros (ALEXANDRE, 2002: 16).

O gigantesco festival Rock in Rio, foi importante também, como um choque de profissionalismo nas bandas brasileiras, como explica Paula Toller, vocalista do Kid Abelha “Depois do Rock in Rio, a gente se profissionalizou na marra”, o rock agora

estava ligado as maiores empresas de comunicação do país, não havia mais espaço para caráter amador, que no começo havia consagrado as bandas emergentes. Uma das primeiras conseqüências, geradas pelo evento, foi o aumento de cachês dos artistas participantes, alguns chegaram a cobrar dez vezes mais.

Essa profissionalização gerada pelo festival favoreceu, toda uma segmentação cultural voltada para os jovens, que entraria no mercado fonográfico em ciclos posteriores. Como o sertanejo e a música baiana nos anos 90, que herdaram toda a infraestrutura tecnológica, comercial e midiática, deixada pela geração roqueira de 1980.

Conclusão

O presente trabalho buscou analisar as transformações culturais, através da história Brasileira e como as “multinacionais do disco”, passaram por um grande processo de expansão, devido ao desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação da época, facilitando a difusão dos produtos da indústria cultural deste país, servindo de pretexto para reflexão a respeito das interferências, na canção popular urbana brasileira, associado ao universo da indústria cultural voltada ao público jovem: o Rock. Essas reflexões nos levaram a um movimento juvenil, que marcou nossa história cultural, modificando conceitos industriais e fonográficos, elevando a música brasileira dos anos 80, a inquietações além do anarquismo revolucionário. Envolvidos pelo lema punk - *do it yourself*, (faça você mesmo), a juventude brasileira redescobriu sua produção musical, com uma música simples, ágil, sem grandes aparatos e muito autêntica, que poderia ser composta e tocada por qualquer jovem, descrevendo suas frustrações, inquietações ou seu dia a dia. O rock brasileiro cresceu, apareceu e se solidificou, na década de 80, isto é fato, mas não sem o apoio da mídia crescente, da indústria fonográfica e da economia em expansão.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. **O fetichismo na música e a regressão da audição**. In Benjamin, Adorno, Horkheimer e Habermas – Os Pensadores. São Paulo: Abril. 1980.

ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ALEXANDRE, Ricardo. **Dias de Luta - O Rock e o Brasil dos anos 80**. São Paulo DBA Artes Gráficas, 2002.

BIVAR, Antonio. **O que é punk**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DAPIEVE, Arthur. **BRock: O Rock Brasileiro dos Anos 80**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

ESSINGER, Silvio. **Punk: anarquia planetária e a cena brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1999.

FRÓES, Marcelo. **Jovem Guarda em ritmo de aventura**. São Paulo: Editora 34, 2004.

MARTIM-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. **História e música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB**. São Paulo, Anna Blume / FAPESP, 2001.

TINHORÃO, José Ramos. **Música popular brasileira**. 5º Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **História social da música popular brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1998.

Diego Rivera, Nelson Rockefeller e o *Homem na Encruzilhada*.

Giovana Loos Moreira

Thalles do Nascimento Castro*

Resumo: O presente artigo tem como objeto de estudo os murais *El Hombre en una Encruzilhada* (1932) instalado no hall de entrada do edifício da *Radio Corporation of America* e *El Hombre en la Máquina del Tiempo* (1934), instalado no Palácio de Belas Artes na Cidade do México. O primeiro dos murais fora destruído e alguns temas ali representados foram reproduzidos novamente no segundo trabalho. Pretende-se investigar os motivos que levaram à destruição do mural de Rivera, considerando o que lhe havia sido proposto inicialmente como tema para a obra, bem como os elementos eleitos pelo artista para compor a obra que causavam ojeriza à família Rockefeller e se mostravam incoerentes por demais à proposta do centro cultural nova-iorquino.

Palavras-chave: Diego Rivera; Nelson Rockefeller; o Homem na Encruzilhada.

Résumé: Cet article a pour objet d'étude les œuvres *El Hombre en una Encruzilhada* (1932) – installée dans le hall du bâtiment de la *Radio Corporation os America* – et *El Hombre en la Máquina del Tiempo* (1934) – installée dans le Palais de Beaux-Arts à Mexico. La première avait été détruite et quelques sujets y peints ont été reproduits à nouveau dans le deuxième travail. On essaye d'identifier les causes de la destruction du fresque de Rivera, les sujets qui lui ont été proposés pour son œuvre, et aussi les éléments élus par l'artiste afin de composer son travail, mais qui étaient incohérents par rapport au centre culturel de New York et qui ont été méprisés par la famille Rockefeller.

Mots-clés: Diego Rivera; Nelson Reckfeller; l'Homme au carrefour.

Tomemos, por exemplo, o caso de um milionário americano que comprasse a Capela Sistina, onde se encontra a obra de Miguel Ângelo... Teria ele o direito de destruir a Capela Sistina?¹⁵⁹ Diego Rivera (LE CLÉZIO, 1993: 182)

* Graduandos em História, Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹⁵⁹ Tradução dos autores do original: “Prenons, par exemple, le cas d'un millionnaire américain qui achèterait la chapelle Sixtine, où se trouve l'œuvre de Michel-Ange... Aurait-il le droit de détruire la chapelle Sixtine?”

A empreitada a qual nos propomos no decorrer destas páginas é a de refletir um pouco à respeito da história de uma obra de arte, considerando os caminhos que a tornaram possível desde sua concepção pelo artista ainda enquanto projeto até a sua realização sobre o suporte mais apropriado à técnica e aos valores preconizados pelo próprio artista. Pretendemos destacar o quão complicado podem ser as relações entre encomendante e pintor, sobretudo se o que é colocado em jogo é o impacto social de uma obra em um mundo bipolarizado cujos símbolos denunciavam a tal ponto as escolhas feitas em relação ao lado apoiado que as manifestações artísticas poderiam ser ditas panfletárias e até mesmo proselitistas – o que não significa dizer que não o sejam hoje em dia.

O artista em questão é o muralista mexicano Diego Rivera – não apenas muralista, no entanto, a maior parte de sua produção é composta de murais tendo renegado o cavalete em favor de uma arte inspirada pelo povo mexicano e, sobretudo, a serviço do mesmo. Nosso objeto de estudo é o mural *O Homem na Encruzilhada, Olhando com Esperança para um Futuro Melhor* (1932) instalado no hall de entrada do edifício da Radio Corporation of America, o Rockefeller Center. Contudo este, destruído em 1934, será reproduzido de forma muito semelhante, repetindo muitos dos temas propostos quando do seu projeto nos Estados Unidos, porém, agora, no Palácio de Belas Artes na Cidade do México, com o nome de *O Homem Controla o Universo* ou *O Homem na Máquina do Tempo* (1934).

O objetivo, então, é de minimamente investigar os motivos que levaram à destruição do mural de Rivera, o que implica considerar aquilo que lhe havia sido proposto inicialmente como tema para a obra, bem como a análise dos elementos eleitos pelo artista para compor a obra que causavam ojeriza à família Rockefeller e se mostravam incoerentes por demais à proposta do centro cultural nova-iorquino. Para tanto, nos utilizaremos especialmente do artigo da estudiosa norte-americana da obra de Diego Rivera em sua fase nos Estados Unidos, Catha Paquette, publicada em um livro dedicado à obra mural do artista mexicano. Descreveremos também a obra que se encontra, hoje, no Palácio de Belas Artes da Cidade do México no intento de compará-las destacando suas semelhanças e diferenças, já que desta obra possuímos mais informações, pois ainda podemos contemplá-la.

*

Diego Rivera, durante sua trajetória artística, passou por diversos países do mundo. Dentre eles está os Estados Unidos da América. Em pleno auge do movimento muralista, em 1930, depois de ter executado grandes obras em sua terra natal, o México, Rivera e outros artistas muralistas de grande expressão foram convidados para ir aos EUA e ali deixar algumas de suas criações em exposições e em encomendas. Uma das encomendas recebidas por Rivera durante sua estadia no país foi um mural para o conhecido Rockefeller Center.

Rivera sempre demonstrou em suas obras sua posição revolucionária, tanto em se tratando da temática da Revolução Mexicana e a afirmação da identidade do país na origem indígena, quanto no contexto cada vez mais dicotômico vivido pelo mundo no período em questão que tendia cada vez mais a uma separação entre os modelos capitalista e socialista, demonstrando grande simpatia pelo movimento socialista da URSS.

Neste momento os Estados Unidos procuravam manter relações mais próximas com o governo mexicano para estabelecer um parque industrial em seu território e manter os monopólios de exploração de produtos minerais, como o petróleo, e para a venda de seus produtos industrializados. Um dos fatos que demonstra essa intenção de uma aproximação favorável foi a criação em 1930, por um dos principais industriais norte-americanos, Nelson Rockefeller, e sua família, do *Mexican Arts Association*, com o objetivo de divulgar no país o muralismo e fazer do meio artístico um elo entre os dois países.

Rockefeller, neste contexto, queria construir em seu país uma base ideológica de sustentação para o capitalismo, que estava sendo questionado com o progresso socialista pelo mundo. Nesta ideologia, o trabalhador deveria enxergar no trabalho um modo de conquistar a felicidade e o desenvolvimento espiritual, pois a tecnologia alcançada até então era o maior exemplo do aprimoramento espiritual do ser humano. O tema posteriormente proposto ao muralista procurava transmitir também a idéia de *homo faber*, estendendo a idéia de que todos os trabalhadores eram construtores, evidentemente, em um sentido mais nobre do conceito de construção, a fim de que o trabalhador fosse impulsionado a se organizar, juntamente com seus patrões, para chegarem a um acordo de interesses comuns, e a partir deles lutar pela construção de um mundo melhor, sem conflitos entre estas partes. Contudo, é notável a incongruência

entre o discurso que a família Rockefeller procurava veicular e a prática adotada em relação ao tratamento concedido às reivindicações dos trabalhadores. A imagem desta família e de sua companhia, a Standard Oil estavam associadas a um episódio ocorrido em abril de 1914, o “massacre de Ludlow”, quando quarenta operários grevistas foram mortos pela milícia da Fuel & Iron Company do estado do Colorado.

Levando a cabo esta ideologia, Rockefeller propôs a sua banca de acionistas o uso da arte como meio de comunicação simplista entre os interesses elitistas e a população em geral, determinando a feitura de uma obra de grande porte que demonstrasse por meio de símbolos toda essa mensagem a ser propagada. Os artistas convidados a executar essa grande obra foram Pablo Picasso, Henri Matisse e Diego Rivera. Os dois primeiros não demonstraram muito interesse em fazer a obra, restando então Rivera como opção. Mesmo sabendo de sua posição contrária ao capitalismo, acreditava-se que Rivera poderia mudar de opinião com a convivência em meio ao mundo capitalista, e, além disso, o pintor mexicano não-raro se posicionava publicamente contra a figura de Stalin e havia sido expulso do Partido Comunista Mexicano. Mas, de fato, o que determinou a escolha de Rivera como artista executor da obra foram dois fatores, o primeiro seria a interferência de Abby Rockefeller, mulher do industrial que encomendara a obra – esta acreditava que Rivera era um grande tradutor da simbologia identitária para a população através de suas obras, como fez no México com seus murais – e o segundo a necessidade posição de aproximação entre os dois países, México e EUA.

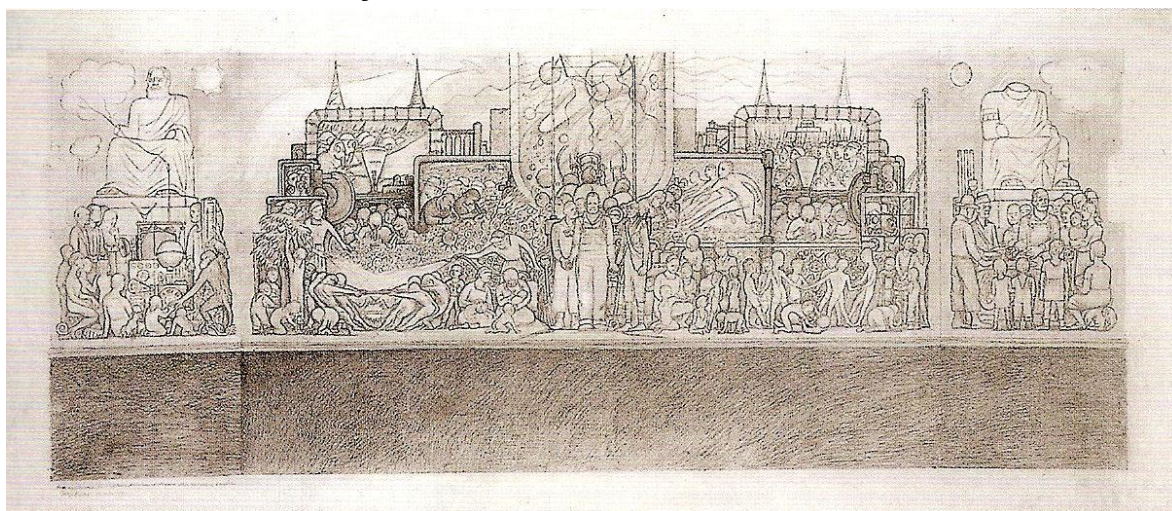
A cúpula decisória, juntamente com Rockefeller, formulou o tema de tal obra, que demonstraria o desenvolvimento tecnológico e científico conquistado pelo homem, conjugando o desenvolvimento espiritual e a felicidade que o trabalho proporcionaria ao trabalhador, mostrando ordem e a quebra do vínculo com dinheiro, visto como fonte de felicidade e bem estar. O quadro deveria ser composto por tons neutros predominando um único tom, com equipamentos industriais, colocando o trabalhador como responsável pela construção de um futuro melhor.

Rivera ao ser convocado para realizar a obra viu naquela oportunidade uma forma de se contrapor aos comentários e acusações de oportunismo que se espalhavam, já que estava conquistando um grande patrimônio com o número de obras encomendadas e venda de quadros em exposições durante sua estadia nos EUA.

Nesta nova obra, ele poderia empregar seu marxismo e dar enfoque ao socialismo revolucionário. Rivera idealizou a obra com a esquerda como representando a inteligência. Os raios que saíam das mãos de Júpiter transformar-se-iam em eletricidade que curariam as enfermidades do homem. Como elementos tecnológicos, a televisão e o rádio uniriam estes elementos. Abaixo destes elementos se apresentaria a escala de evolução natural pelo homem “produto da ciência”. Do lado direito, a capacidade técnica dos trabalhadores estaria representada. Estes teriam a compreensão dos meios de produção e a estátua de César sem a cabeça caracterizaria a eliminação da tirania. No centro um telescópio e um microscópio colocariam ao alcance do homem e dos organismos. Os corpos celestes e a energia cósmica recebida pelo trabalhador deveriam ser convertidos em energia produtiva. (QUINSANI, 2010: 9-10)

Durante a realização da obra, intitulada *O Homem na Encruzilhada, Olhando Pleno de Esperança para um Futuro Melhor* e composta por três partes, à medida em que apareciam as primeiras imagens e que as referências utilizadas se faziam mais claras, a imprensa julgou-a como a favor do movimento socialista e como um canal de crítica do capitalismo, a real intenção de Rivera como havia afirmado no jornal *The Moder Quarterly*, “em ocasiones, un guerrillero puede descarrilar un tren, y otras volar un puente, sin embargo, otras veces no puede hacer nada más que cortar unos cuantos cables telegráficos”. Mudou, então, alguns detalhes da obra como a introdução do rosto de Lênin no lugar de um personagem anteriormente anônimo.

Esboço do Mural *O Homem na Encruzilhada* (1932)



Esboço do mural iniciado primeiro no RCA Building, em Nova Iorque, e mais tarde destruído
O Homem na Encruzilhada, Olhando Pleno de Esperança para um Futuro Melhor (1932)

Lápis sobre papel castanho, 78,7 x 18,8 cm; The Museum of Modern Art, Nova Iorque

Doação anônima

Fonte: KETTENMANN, Andrea. Diego Rivera. 1886-1957. Um espírito revolucionário na arte moderna. Germany: Taschen, 2006, p. 53.

As atitudes de Rivera provocaram grande descontentamento a Rockefeller e seus acionistas, e em nove de maio de 1933 a obra foi suspensa, depois de vários pedidos de Nelson para a retirada do rosto de Lênin, aos quais o pintor respondia de forma radical e agressiva.

Recebendo parte dos honorários prometidos para a obra, Rivera deixou os EUA no mesmo ano prometendo que iria usar o dinheiro para a realização de uma cópia em seu país natal, que foi realizada em 1934 no Palácio de Belas Artes. Irritado com a posição arisca do artista, o industrial exigiu a destruição da obra em definitivo em fevereiro de 1934, causando uma imagem própria de censura artística e radical.

A nova versão do mural de Diogo Rivera foi realizada no Palácio de Bellas Artes no México e recebeu o nome de “*El hombre en la Máquina Del Tiempo*” sendo também conhecida por “*El hombre, controlador Del universo*”. Sua estrutura é bastante semelhante da primeira realizada nos EUA. Ela não é uma composição que se revela num primeiro olhar, é bastante complexa, tendo diversos elementos que dialogam com o período histórico em que foi pintada e com os problemas que a primeira versão sofreu nos EUA.

O Homem Controla o Universo ou O Homem na Máquina do Tempo (1934)



Fresco, 4,85 x 11,45 m; 2.º andar do átrio da escadaria

Palácio de Bellas Artes, Cidade do México, Fotografia: Rafael Doniz

Fonte: QUINSANI, Rafael Hansen. A revolução na encruzilhada: uma análise da arte revolucionária do muralismo mexicano a partir da imagem O homem controlador do universo, de Diego Rivera. História, imagem e narrativas /Nº. 11 outubro/2010 - ISSN 1808-9895 - <http://www.historiaimagem.com.br>

O elemento que numa primeira análise mais nos chama a atenção é a figura do homem ao centro do quadro e todo o aparato maquinário ao seu redor. Esse maquinário compõe a máquina do tempo onde o homem teria uma visão sobre todos os fatos históricos, desde o mais distante ao mais próximo. As denominações da obra já revelam parte do que o mural pretende mostrar. Esse homem branco de olhos claros e cabelos loiros controlando a máquina é apenas um simples operário e cairia sobre ele a função de controle sobre o universo, ou seja, sobre o rumo que o mundo estava tomando já que o período é de um forte embate entre capitalismo e socialismo. O olhar sério e receoso que se desvia de uma massa de operários os quais parecem aguardar sua resposta, expõem o peso da decisão. Há uma evidente divisão entre o mundo capitalista à esquerda da obra e o socialista à direita, e cabia a esse operário a responsabilidade de guiar a humanidade pela melhor escolha. Rivera visou expor que o homem comum também faz parte de forma atuante e fundamental no processo histórico.

O grande volume que as máquinas ocupam no mural expõe o avanço tecnológico, contudo nota-se que ao fundo há uma engrenagem de madeira, fazendo assim referência a rusticidade, mostra-se assim o início desse processo de industrialização que tanto o encantava. É necessário deixar claro que Rivera não era contra o trabalho fabril, e sim criticava a exploração e a alienação do trabalhador.

Há uma exaltação à ciência, sendo apresentados elementos interessantes como o microscópio e o telescópio. Com isso fica evidente o total domínio do homem sobre o mundo, tendo o conhecimento desde o planeta até as células. Existe também um jogo de contraposição entre as células saudáveis à direita, e aquelas cancerígenas à esquerda, junto ao lado capitalista. A representação da fertilidade da terra simboliza uma esperança no futuro, destaca também a riqueza obtida da terra já que pinta uma seringueira sendo extraídos látex e minérios no subsolo. Ainda referente à ciência, pintou ao lado esquerdo Charles Darwin, cientista que formulou a teoria evolucionista, sendo símbolo dessa exaltação a presença de uma escala que vai desde a base com espécies aquáticas à espécie humana. Além disso, ao lado direito a uma estátua romana de César quebrada com o símbolo da suástica, com isso quis mostrar a queda das tiranias de todos os períodos históricos.

O mural é composto por uma quantidade imensa de pessoas. Questionamos então quem são essas pessoas. Iniciaremos a partir da análise das massas até os

personagens isolados retratados com maior destaque. Na parte superior encontramos dois opostos. Ao lado esquerdo existe soldados, todos com os rostos cobertos por máscaras e portando armas de fogo; referência ao holocausto (LOZANO, 2007). Já ao lado direito também há um aglomerado de pessoas, mas estas estão com suas faces expostas e com bandeiras invés de armas, seria o desfile de maio na Praça Vermelha em Moscou. O pintor buscou mostrar a resolução dos conflitos por meio da harmonia como o socialismo propunha, e não pela violência e a guerra como há tanto tempo era feito. Prova dessa crítica é que mais abaixo dos exércitos são expostos policiais reprimendo violentamente uma manifestação.

Destacou a desorganização do sistema capitalista em relação ao socialista. Há um contraponto entre a manifestação e o outro lado do mural, onde pintou uma organizada fileira de mulheres vestidas de branco, com isso simbolizou a organização e a diversidade humana, especialmente pela presença também de mestiças.

Nos lados da figura central (homem operário) temos dois grupos onde fica bastante nítido o jogo de opostos que Rivera montara. Ao lado esquerdo se encontra a elite se divertindo com jogo de cartas, danças e fumo. Já do lado oposto temos a imagem de Lênin e ao seu entorno há uma variedade de componentes como um soldado russo, um homem americano negro e outros mestiços mexicanos. Estaria nesse lado a esperança de um mundo melhor onde o socialismo conseguiria vencer. É necessário destacar que ao lado da massa que circula Lênin, há uma mulher amamentando, simbolizando assim o nascimento de um novo mundo melhor e mais puro.

Segundo Rafael Hansen Quinsani há no mural diversos outros socialistas como Karl Marx e Trotsky. Contudo, a figura de Lênin é a mais destacada devido ao conflituoso embate quando da produção do mural para o Rockefeller Center; foi uma forma de ironizar o mundo capitalista, assim como a representação junto à elite da imagem de Rockefeller Jr (QUINSANI, 2010:10). Ao ironizar as relações em que o homem se encontrava naquele período, Rivera pretendeu demonstrar o homem trabalhador como agente histórico do seu tempo, congregando todas as raças. Porém a obra vai mais longe, propõem como solução para o mundo o sistema socialista, pois acredita que somente quando o homem tomar consciência do modo de produção é que o mundo melhorará.

*

Durante o percurso do mural que acabamos de descrever em poucas páginas pudemos perceber as transformações que a obra sofreu desde o seu esboço para o centro cultural nova-iorquino até a sua concepção no Palácio de Belas Artes na Cidade do México, uma espécie de continuação do mural destruído. A dicotomia capitalismo/socialismo é novamente representada e Rivera insere, além do rosto de Lênin, o de outros personagens de esquerda como Karl Marx e Leon Trotsky, em um ato que pode ser caracterizado como uma desforra a censura sofrida anteriormente.

O trabalhador no centro da imagem – antes idealizado no esboço para a obra de 1932 como um grupo de três homens – apresenta tanto um físico poderoso como uma expressão sombria, sendo observado pelos outros personagens do quadro, estes que esperam por suas decisões. Rivera atribui ao trabalhador um papel central no tratamento dos problemas econômicos, políticos e sociais, ainda aparentemente indeciso quanto à escolha de um modelo capitalista ou socialista. Por fim, o artista acabou por subverter toda aquela idéia de trabalho produtivo capitalista que conduzia ao progresso espiritual, negando a noção de que os Estados Unidos tornavam mais pacíficas as relações entre os trabalhadores e o mundo um lugar melhor.

É, enfim, não somente o relato da expressão através da arte das concepções, crenças ou ideais políticos de um artista que viveu um período conturbado da história de seu país. É, além disso, a exposição de um impasse entre aquele que se pretendia mecenas de um projeto – e por isso este deveria representar de maneira mais fiel possível o seu ponto de vista – e o seu realizador, que não abriu mão, para satisfazer o encomendante, de suas críticas contra o sistema ao qual servia.

Bibliografia

KETTENMANN, Andrea. **Diego Rivera**. 1886-1957. Um espírito revolucionário na arte moderna. Germany: Taschen, 2006.

LE CLÉZIO, J. M. G. **Diego et Frida**. Gallimard, Éditions Stock, 1993.

LOZANO, Luis-Martín; RIVERA, Juan Rafael Coronel. **Diego Rivera**. Obra mural completa. Itália: Taschen, 2007.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

ISSN: 2317-0468.

09 a 13 de maio de 2011

QUINSANI, Rafael Hansen. **A revolução na encruzilhada: uma análise da arte revolucionária do muralismo mexicano a partir da imagem O homem controlador do universo, de Diego Rivera.** História, imagem e narrativas /Nº. 11 outubro/2010 - ISSN 1808-9895 - <http://www.historiaimagem.com.br>

**“A Princesa Isabel, o Povo de Juiz de Fora”:
Monumento à Princesa Isabel no Parque do Museu Mariano Procópio.**

Julliana Garcia Neves
Marcela Franca e Gomes Silva

Resumo: Este trabalho possui como objeto de estudo o processo de concepção e edificação do Monumento a Princesa Isabel no Parque do Museu Mariano Procópio. Os atores da sociedade juizforana e as movimentações políticas em que estes encontravam-se inseridos relevam que esta realização é parte de uma nova concepção de memória e identidade nacional em desenvolvimento no contexto da década de 1930. Desta forma, o Monumento a Princesa Isabel no Parque do Museu Mariano Procópio é mais que uma alegoria à memória, é também um importante documento histórico sobre a interpretação da história e os usos políticos da memória no contexto dos anos iniciais da década de 1930.

Palavras-chave: Monumento, Princesa Isabel, Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora.

Abstract: This work has as its object of study the process of designing and building the monument in Princess Isabel in Park Museu Mariano Procópio. Juiz de Fora society actors and political movements in which they were inserted fall that this realization is part of a new conception of memory and national identity in the context of development in the 1930. Thus, the Monument to the Princess Isabel in Park Museum Mariano Procópio more than an allegory of memory is also an important historical document about the interpretation of history and the political uses of memory in the context of the early years of the 1930.

Keywords: Monument, Princess Isabel, Museum Mariano Procópio, Juiz de Fora.

Introdução

Em 1934 Juiz de Fora assistiria a um ato público pela inauguração do Monumento a Princesa Isabel. O Histórico Jardim da Chácara de Mariano Procópio, espaço situado na residência de seu filho Alfredo Ferreira Lage seria escolhido para a

realização. Local adequado à homenagem, já que a gruta das princesas no parque da residência de Mariano Procópio, era apontada como: “o lugar onde Isabel passava as tardes, junto ao lago”¹⁶⁰ quando a Família Imperial hospedava-se na residência da família Ferreira Lage. Rogério Rezende Pinto aponta que este era o local de preferência da princesa para os momentos de leitura (PINTO, 2008). Este lugar seria marcado com um monumento grandioso; 3,5m de altura, sendo seu projeto assinado pelo escultor Humberto Cozzo (1900 – 1981), que utilizou em sua obra granito branco de Petrópolis e medalhões em bronze. Atendendo ao pedido de José Mariano Filho (diretor da Escola Nacional de Belas artes e crítico de arte), Humberto Cozzo, nome pelo qual o cidadão Bartolomeu Cozzo ficaria conhecido, não cobrou por seu trabalho oferecendo-o ao povo de Juiz de Fora. Desta forma coube a comissão pró-monumento, cuja finalidade se encerra em seu próprio nome, arrecadar os 10:000\$000 (dez contos de réis) necessários para a compra do granito a ser talhado e do bronze a ser esculpido para a realização do monumento (PINTO, 2008).¹⁶¹

Humberto Cozzo valeu-se do imaginário social sobre a Princesa Isabel para produzir sua representação em baixo-relevo, nos medalhões de bronze por ele esculpidos.

Entendemos as imagens representativas em monumentos públicos, como leituras de personalidades históricas a partir de seus feitos que justificam a concretização destes ícones pedagógicos de memória. Desta forma no imaginário social a Princesa Isabel, sucessora de D. Pedro II e principal nome para o 3º reinado do Império Brasileiro, cedeu lugar a Isabel “A Redentora”. Termo utilizado em referência à princesa nos principais jornais que cobriram a inauguração do monumento em 1934 e muito atrelado à escolha do artista ao representá-la na obra que estamos abordando neste trabalho. Portanto, os símbolos e representações observados no monumento são preenchidos de leituras de personalidades, intencionalmente construídos e imortalizados na mentalidade popular com o objetivo de efetivar na sociedade imperial uma imagem positiva da princesa, garantindo assim seu apoio para a sucessão (DAIBERT, 1998). A observação dos símbolos utilizados pelo artista na concepção de sua obra, nos permite compreender a memória que se pretendia imortalizar.

¹⁶⁰Pró-monumento Princesa Isabel. Diário Mercantil, Juiz de Fora, p.1, 28 de out. 1933.

¹⁶¹Voltaremos a abordar as mobilizações em prol do Monumento a Princesa Isabel em capítulos posteriores

Princesa Isabel: “A Redentora”.

A parte superior do monumento é ocupada pelo medalhão de bronze com a imagem da Princesa Isabel. A imagem apresenta os traços físicos da Princesa bem demarcados e bastante semelhantes ao que observamos em suas fotografias amplamente difundidas naquele contexto. A princesa apresenta-se de perfil, posição de importantes personagens históricos, grandes líderes que apresentando-se desta forma tiveram sua imagem imortalizada na mentalidade social. A simbologia desta imagem é preenchida pela representação do escravo liberto, cujo medalhão está posicionado na parte inferior do monumento. As imagens nestes medalhões, uma vez associadas, garantem novo sentido à representação: no momento de observação do conjunto da obra, a imagem da Princesa é substituída pela identificação da Redentora, termo que naquele momento já era utilizado quando a intenção era referenciar à autora de “dois atos sublimes que valheram-lhe a imortalidade na história.” Palavras do Dr. João Penido (1862- 1945) durante o discurso da inauguração do monumento à Princesa Isabel.¹⁶² A “dádiva” da “Princesa Redentora” é representada com os símbolos presentes na imagem do escravo liberto. Os grilhões cerrados marcam a ideia de liberdade (expressão que pauta aquele momento). Os grilhões atraem o olhar do observador para as mãos do escravo liberto: em posição de louvor, exaltação, agradecimento pela dádiva concedida pela redentora bondosa (adjetivo sempre atribuído à princesa) que, num gesto nobre, livra os escravos da situação de sofrimento (visível em sua expressão facial e fragilidade corporal) e mínima dignidade.

Voltamos a afirmar a contribuição simbólica e interpretativa que as representações do Escravo Liberto e da Redentora possuem entre si. O olhar do observador é atraído pela maior proporção do medalhão do escravo e a imagem forte ali impressa. O estilo arquitetônico do monumento – *art-deco* – contribui com sua perspectiva, cujas linhas retas conduzem nosso olhar para a mesma direção do olhar do Escravo Liberto: o medalhão da Princesa Isabel. Assim entende-se a mensagem que aquele conjunto simbólico pretende passar e a memória que deve-se imortalizar.

¹⁶²Diário Mercantil, Juiz de Fora, p.1, 30 de julho de 1934.

Desta forma, o imaginário social sobre a Princesa Isabel é sempre referente à ação de sua autoria mais significativa. Imaginário de fundamental importância para o contexto político do Império, (que consolidaria a Princesa como o principal nome para o terceiro reinado), para a República (que associa a sua ação à possibilidade de progresso – principal pauta deste período) e para o povo: alvo tanto da construção do “mito da Redentora” nos finais do século XIX, quanto dos projetos de apropriação, por parte dos políticos da era republicana, desta mentalidade já consolidada na transição do século XIX para o século XX. Neste sentido a pauta destas representações é datada: 13 de maio de 1888, dia da abolição dos escravos. Robert Daibert Jr. em seu artigo sobre o processo de heroificação da Princesa Isabel chama atenção para o movimento de síntese realizado neste contexto, como se todos os acontecimentos e desdobramentos históricos que culminaram com a abolição no dia 13 de maio de 1888 fossem sintetizados no ato da Princesa neste fatídico dia. É significativo o fato de apresentar-se esta data na base do monumento, englobando toda a simbologia ali apresentada e concluindo as interpretações possíveis daquele conjunto monumental.

“A Princesa Isabel, o Povo de Juiz de Fora”.

Os medalhões com a imagem da Redentora e do escravo, são mediados por uma placa onde lê-se: “ A Princesa Isabel, O Povo de Juiz de Fora”. “A nossa cidade vai saldar uma dívida histórica que estava em aberto com a maior das brasileiras, a Redentora.”¹⁶³ Este trecho publicado no Jornal Diário Mercantil associado à mensagem da placa no monumento leva a formulação de uma nova questão: quem são as personalidades envolvidas na produção deste monumento e que tomam a voz do povo, declarando-os como autores desta homenagem? Admitimos a possibilidade desta realização ser resultado de um clamor social, mas, sabemos que tal realização é dependente da mobilização de um grupo que represente esta coletividade.

Do lado direito do monumento encontra-se uma placa de cobre com a inscrição: “Comissão Promotora”, onde encontram-se citados os seguintes nomes:

- Prefeito Dr. Menelick de Carvalho

¹⁶³Pró-monumento Princesa Isabel. Diário Mercantil, Juiz de Fora, p.1, 28 de out. 1933.

- Alfredo Ferreira Lage
- Raul de Azevedo
- Sr. e Sra. João Bernardino Alves
- Sr. E Sra. Aloysio Penido
- Dr. Mario Bittencourt

Nesta placa apresenta-se alguns dos nomes envolvidos no que ficaria conhecido através da imprensa local como a “Comissão Pró-monumento a Princesa Isabel”. Esta comissão estaria encarregada de concretizar uma ideia que foi “gestada no Centro Carioca por Raul de Azevedo (1875 – 1957) e Alfredo Ferreira Lage” (PINTO, 2008). A princípio havia a intenção de se erguer o monumento na cidade do Rio de Janeiro. Alfredo, que já possuía uma

“casa de Memória Imperial”, aponta a possibilidade desta realização no parque que era até então, os jardins de sua residência particular. Sede de seu Museu Mariano Procópio.

Os nomes acima citados compõem a comissão ”Pró-Monumento à Princesa Isabel colocando-se, portanto, como representantes do povo. Menelick de Carvalho, prefeito da cidade de Juiz de Fora era, também, presidente da Comissão Pró-Monumento a Princesa Isabel. Menelick desde o princípio de seu mandato explicitou sua preocupação com a questão da urbanização da cidade¹⁶⁴.

Os senhores Mário Bittencourt, Sr. e Sra. João Bernardino Alves e os Sr. e Sra. Aloysio Penido, eram os secretários que compunham a comissão. Essas mulheres foram responsáveis juntamente com Raul de Azevedo por vários movimentos para a arrecadação de fundos.

Apoiado por Alfredo Ferreira Lage, e presidente de honra da Comissão, Raul de Azevedo, também presidente de honra, Chefe dos Correios de São Pulo e de Juiz de fora, idealizador do monumento à Princesa Isabel, solicita a ajuda das Senhoras das sociedade para a organização de três eventos que beneficiariam o fundo Pró-monumento. Os jornais locais foram de fundamental importância para a mobilização social e aproximação da população à homenagem destas personalidades, para que participassem dos eventos e contribuíssem para a importante realização. A primeira

¹⁶⁴Diário Mercantil, 19 de out. de 1933.

festa a ser realizada, no dia 03 de dezembro de 1933 com a ajuda das meninas da Escola Normal, seria a Festa da Flor . Nela, toda a população estava convidada a trocar a quantia que se desejasse por um flor oferecida pelas meninas. Apesar de se tratar, segundo os integrantes da Comissão, de um movimento de toda a sociedade, curiosamente a única festa de caráter mais popular realizada em prol do Monumento a Princesa Isabel foi a Festa da Flor.

A segunda festa, seria um chá dançante a ser realizado no Clube Juiz de Fora, organizado por uma grande dama da sociedade a qual o nome não é citado em nossas fontes. Todo dinheiro arrecadado com os convites iria para o fundo “Pró-monumento” cujo tesoureiro era Fausto Musacchio. O tesoureiro é o único membro da comissão pró-monumento que não encontra-se representado na placa “os promotores” onde toda a comissão executiva encontra-se representada (inclusive as senhoras referenciadas juntamente ao nome de seus maridos). É possível observar um vazio na parte inferior da placa com uma pequena elevação que, em rápida análise, poderia identificar-se como uma letra “D”. Fausto era médico e, como todos representados na placa, poderia ser referenciado ali como “Dr. Fausto Musacchio”. Este fato sugere que, por algum motivo, Fausto teve seu nome apagado da placa “Comissão Promotora”. Sob a hipótese de ter ocorrido alguma atitude por parte de Musacchio reprovável por aquele grupo ali representado, poderíamos afirmar que em algum momento poderiam ter julgado o desmerecimento da apresentação de seu nome no monumento. Tal afirmação precisaria de pesquisas mais profundas que são adjacentes ao objetivo principal deste trabalho.

Ainda sobre os eventos para arrecadação de verba: a terceira festa, essa já realizada em Janeiro de 1934, seria um Sarau de literatura, onde as moças poderiam se expressar. Haveria apresentações de piano, declamações de poemas e uma convenção de literatura.

Outro importante ponto de discussão que este monumento permite é relativo ao espaço de atuação social da mulher durante o período aqui abordado. Seus nomes são sempre atrelados ao nome de seus maridos, mas nossas fontes sugerem uma fundamental atuação feminina na concepção destes eventos de arrecadação para o monumento, sendo elas, talvez, os principais agentes de mobilização do público.

Juiz de Fora: tradição e modernidade.

A biografia dos personagens envolvidos nesta Comissão Pró-Monumento a Princesa Isabel, sugere algumas similaridades. Trata-se de homens públicos atuantes no cenário político de Juiz de Fora. Médicos, advogados, personalidades notáveis da cidade na década de 1930. As mobilizações iniciais em torno do nosso objeto de estudo acontecem no ano de 1933. Período conturbado para o contexto local. Ainda notavam-se os desdobramentos da Revolução de 1930. O então prefeito, Pedro Marques cederia seu lugar à Menelick de Carvalho, ex-delegado de polícia que tornaria-se então, prefeito de Juiz de Fora. O contexto era desfavorável. Os primeiros momentos de Menelick na prefeitura possuem grande carga autoritária já que assiste-se a uma eliminação do poder legislativo substituindo-se pelo conselho consultivo. O novo prefeito assume com o adjetivo de “sonhador”, por planejar uma ampla reforma, administrativa e urbana com a finalidade de modernizar Juiz de Fora. O prefeito possui como principal marca de seu governo inúmeras intervenções urbanas de “caráter modernizador” da cidade. Intervenções nem sempre bem aceitas pelo povo de Juiz de Fora que fez dos jornais locais sua principal via de protesto por algumas ações promovidas pela prefeitura de Menelick. Sônia Miranda afirma que um novo espaço urbano se define com a república, através da oposição entre a iniciativa pública e privada. Era a primeira vez que o estado agiria diretamente sobre as questões urbanísticas de Juiz de Fora (MIRANDA, 1990).

Os relatórios De 1933 do Prefeito Menelick de Carvalho apontam as principais preocupações de seu governo, a mais significativa delas, a reforma e saneamento urbano. Era um período de crise devido aos reflexos da Revolução de 1930, como já afirmado. Seus ambiciosos projetos urbanos foram duramente criticados. As críticas ganhariam corpo quando em 1933, Menelick visita o parque do Museu Mariano Procópio sendo guiado por Alfredo Ferreira Lage. Alfredo rememora o passado na presença do prefeito que sensibiliza-se ao perceber a importância daquele jardim e seu estado de abandono. A primeira crônica do que podemos chamar de “seu livro de memórias” traz justamente o relato desta experiência pelo próprio prefeito, onde ele anuncia a ajuda municipal na remodelação no Parque de Alfredo Ferreira Lage e diz ter conhecimento das críticas levantadas contra ele:

No período de remodelação sofreu tiradas nos julgamentos ligeiros. Este homem acaba quebrando-nos. Ao invés de guardar o cobre ou baixar os impostos deu agora para consertar chácaras dos outros. Estamos Perdidos.¹⁶⁵

Nesta mesma crônica Menelick demonstra saber da explícita intenção de Alfredo em doar o conjunto Parque e Museu Mariano Procópio à municipalidade, parecendo já justificar seus investimentos naquele espaço privado. Além disso, os jornais contemporâneos às primeiras iniciativas em prol da revitalização do Parque do Museu Mariano Procópio, trazem algumas reclamações populares sobre a carência de espaços públicos de lazer na cidade, bem como a necessidade de iluminar o jardim da residência de Alfredo Ferreira Lage que já era visitado pelo público. Em síntese, a homenagem a Princesa Isabel no Parque do Museu Mariano Procópio viria no bojo da reforma do parque do Museu Mariano Procópio de iniciativa Municipal. Esta reforma foi, também, uma resposta aos requerimentos populares ao prefeito Menelick e uma forma de reaproximar a elite local de seu governo, já que estes devido à nova organização política daquele contexto haviam perdido parcialmente seu espaço de atuação.

A transferência do espaço para concretização da idéia de Raul de Azevedo e Alfredo Ferreira Lage, do Rio de Janeiro para Juiz de Fora, se justificaria pela atmosférica presença da princesa no espaço por ela escolhido em vida no exercício de sua juventude. Raul de Azevedo, correspondente do Jornal Correio da manhã do Rio de Janeiro e seus prestigiados companheiros de comissão, valeram-se da afetuosidade a Princesa Isabel já firmada na mentalidade popular para garantirem apoio à sua ideia de homenagem. Rapidamente o que se observa é que a população é sensibilizada, estando presente no dia da inauguração, 29 de julho de 1934, aniversário da Princesa Redentora.

É neste contexto que desenham-se as parcerias explícitas na placa “comissão promotora” fixada no monumento. Os projetos urbanísticos modernizadores característicos da administração de Menelick são provenientes do que Sônia Miranda identificou como a principal novidade neste período na administração municipal: a reforma administrativa promovida entre 1933 e 1934. Menelick dedica uma sessão especial em seu relatório em 1934 para os “Visitantes ilustres” que trouxeram seu conhecimento à cidade. Para nós, é significativo que José Mariano Filho e Humberto

¹⁶⁵CARVALHO, Menelick de. Administração Municipal: do Diário de um prefeito em comissão, episódios, observações e estudos de problemas locais. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1940, pág. 24 e 25.

Cozzo sejam nomes citados nesta sessão. A José Mariano atribui-se o estudo urbanístico que balizaria as reformas urbanas. É apontado em estudos recentes como um dos intelectuais mais atuantes no processo de construção de identidade brasileira na década de 1930. Este era amigo de Humberto Cozzo e foi autor do pedido de gratuidade ao escultor para o trabalho pelo monumento a Princesa Isabel.

O projeto de futuro e a apropriação do passado

Durante a realização deste trabalho, procuramos abordar os sentidos implícitos do nosso objeto de estudo: o monumento à Princesa Isabel no Parque do Museu Mariano Procópio. Nos pautamos na análise da carga simbólica nas representações em monumentos públicos e destes como uma tradução concreta do imaginário social sobre acontecimentos e personalidades. Afirmamos o caráter pedagógico destas homenagens em espaço público. No caso específico de nosso objeto de estudo, observamos a concretização de uma leitura monárquica sobre o 13 de maio de 1888 que pautou o processo de heroificação Princesa Isabel. Esta construção pretendia afirmar o caráter renovador, moderno da monarca garantindo-lhe apoio popular para seu efetivo exercício no 3º reinado. Modernidade: está é a grande pauta deste monumento. O que ocorre é um movimento de transferência simbólica. A modernidade antes representada na figura da Redentora cederia espaço para a atuação dos homens públicos da era republicana daquele período. Assim, o grande gesto modernizador que glorificou a Princesa como a Redentora seria ressignificado pela nossa referida “Comissão Promotora”. A Redentora seria glorificada não por sua bondade mas por ser responsável pelo gesto que abriu caminho ao progresso e a modernidade pretendido, naquele momento por Menelick de Carvalho e os integrantes da Comissão Pró-monumento a Princesa Isabel. Ao reformular o centro urbano de Juiz de Fora, o prefeito pretendia atrair recursos, promover o desenvolvimento, devolver o progresso a cidade. Mas tal feito não seria possível sem o apoio da população, conclusão esta proveniente das instruções e visitas de homens sábios como José Mariano e Humberto Cozzo, durante sua administração.

É ainda mais significativo que o monumento, uma ode a modernidade seja erguido na residência de Mariano Procópio: responsável pelo que é apontado como o primeiro movimento de dinamização comercial e urbana da cidade: a estrada União &

Indústria. São monarquistas como Mariano Procópio os merecedores de homenagens e de serem lembrados em instrumentos de memória da cidade como seus pioneiros, fundadores, seus agentes modernizadores. O livro “Salvo Erro ou Omissão” de J. Procópio Filho, possui um pequeno trecho em que repudia ao conceito pejorativo que os comentaristas nacionais faziam em relação à elite do Império dizendo que foram essas pessoas que contribuem para o engrandecimento da cidade (FILHO, J. Procópio. Salvo Erro ou Omissão. Gente juizforana 1979, p. 331) .Deveria-se marcar, a primeira vez que o projeto de modernização e progresso era de caráter público e não privado. Mas o que está sacralizado na memória popular são os elementos e imagens representativas do que é tradicional. Nenhum movimento de modernização se faz sem referência ao que é tradicional. As reformas urbanas de Menelick de Carvalho são um marco histórico nesta oposição entre o tradicional e o moderno. O prefeito utiliza-se dos mesmos mecanismos de aproximação popular varguistas para evitar que o referido conflito transfira-se para a sociedade, cujo apoio era fundamental para alcançar seus objetivos. A modernidade traria o progresso sendo este somente possível através da ordem que é dependente do equilíbrio entre o tradicional e o moderno. Assim cobriu-se a representação simbólica tradicional do moderno escultor Humberto Cozzo com a bandeira do Império brasileiro e os ideais da república: Ordem e Progresso.

“O Monumento a Princesa Isabel no Parque do Museu Mariano Procópio é mais que uma alegoria à memória, é também um importante documento histórico sobre a interpretação da história e os usos políticos da memória no contexto dos anos iniciais do século XX.”

“Monumento a Princesa Isabel no Parque do Museu Mariano Procópio”



Bibliografia

CARVALHO, Menelick de. A Prefeitura de Juiz de Fora em 1933: Relatório Apresentado ao Governo do Estado. Juiz de Fora: Estalecimento graphico Companhia Dias Cardoso. Juiz de Fora. 1935.

_____, Menelick de. A Prefeitura de Juiz de Fora em 1934: Relatório Apresentado ao Governo do Estado. Juiz de Fora: Estalecimento graphico Companhia Dias Cardoso. Juiz de Fora. 1935.

_____, Menelick de. Administração Municipal (do diário de um Prefeito em comissão: episódios, observações e estudos de problemas locais). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1940.

DAIBERT JR, Robert. . Isabel, a "Redentora": a heroificação da princesa brasileira frente à crise monárquica e no advento da República. Revista Eletrônica de História do Brasil, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 90-108, 1998.

FILHO, J. Procópio. Salvo Erro ou Omissão. Gente Juizforana. 1979

MICELI, Sérgio. *Imagens negociadas retratos da Elite Brasileira (1920-40)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, Capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Niterói: 1990 (Dissertação de mestrado, História, UFF).

PINTO, Rogério Rezende. *Alfredo Ferreira Lage, suas coleções e a constituição do Museu Mariano Procópio – Juiz de Fora, MG*. Juiz de Fora: 2008 (dissertação de mestrado, História, UFJF)

OLIVEIRA, Paulino de. *Efemérides Juizforanas: 1698-1965*. UFJF, 1975.

Jornais Pesquisados

Diário Mercantil

O Lince

Jornal do Brasil (Disponível *online*)

Sites

Pesquisados

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=termos_texto&cd_verbete=352

<http://www.bolsadearte.com/biografias/cozzo.htm>

<http://www.artdecobrasil.com/materia.php?id=2&idioma=pt>

Locais pesquisados

Arquivo Público Municipal (Juiz de Fora)

Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes

Banco de Dados de Imigrantes Italianos de Juiz de Fora e região - Arquivo Heliane Casarin.

Arquivo pessoal Maria das Graças Almeida.

Ciência, Cultura e História! Efervescência cultural e modernismo intelectual: um panorama das transformações culturais na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1870-1930.

Leonardo Santana da Silva*

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo elucidar um breve panorama das transformações culturais na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1870-1930. Dentro de um contexto regido pelos ideais da chamada *Belle Époque*, a busca por um modelo de civilização, progresso e modernidade acabaram gerando um cenário altamente contraditório e excludente na sociedade brasileira. É neste contexto intelectual que pretendemos entrelaçar história, ciência e cultura no Brasil entre as décadas de 1870-1930, cuja marca não está somente interligada ao processo de transição do Império para o Período Republicano, mas também à questão de um modernismo hostil dentro deste clima de efervescência cultural da *Belle Époque* em que o debate colocado em pauta perpassava pela questão da identidade nacional – e a falta de unidade – *versus* o atraso brasileiro em comparação ao continente europeu.

Palavras-chave: modernismo intelectual – efervescência cultural – exclusão social – cosmopolitismo.

Abstract: This communication aims to elucidate a brief overview of the cultural transformations in the city of Rio de Janeiro between the decades from 1870 to 1930. Within a context governed by the ideals of so-called Belle Epoque, the search for a model of civilization, progress and modernity eventually generating a highly contradictory and exclusionary in Brazilian society. In this intellectual context that we intend to weave history, science and culture in Brazil between the decades of 1870-1930, whose brand is not only linked to the transition from Empire to the Republican Period, but also the question of modernism in this hostile climate cultural effervescence of the Belle Epoque, where the debate pervaded put in the agenda the question of

* Mestre em História pela Universidade Severino Sombra / USS. Professor do Conservatório Brasileiro de Música.

national identity - and the lack of unity - Brazilian versus the delay in comparison to the European continent.

Keywords: modernism intellectual - cultural effervescence - social exclusion - cosmopolitanism.

No final do século XIX, o país passava por transformações aceleradas nos campos econômicos, político e social. A campanha abolicionista concretizou o seu objetivo de fato em treze de maio de 1888. Um ano e seis meses depois, o regime imperial cedeu lugar para outra forma de governo; a república estava proclamada. Em meio a estas transformações políticas, o Brasil encarava uma intensa crise de valores conseqüentes dos diversos processos de transformações ocorrentes em sua capital: a urbanização, a industrialização e a adoção do novo sistema de trabalho livre e assalariado são alguns dos principais exemplos.

O desenvolvimento urbano, o processo de industrialização, a adoção de todo um aparato tecnológico, o processo de imigração, a transição do trabalho escravo para o livre que gerou um mercado capitalista de trabalho assalariado são circunstâncias que delineiam o quadro contextual da cidade do Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito à classe trabalhadora carioca que veio se formando desde segunda metade do XIX até as décadas iniciais da Primeira República.

Notadamente, esta enxurrada de acontecimentos que acabamos de mencionar são fatos que marcam precisamente a história do Brasil, sobretudo a história do Rio de Janeiro. Ao nos referirmos, por exemplo, à questão da formação da classe trabalhadora carioca, assim como ao dissertarmos sobre desenvolvimento econômico, urbano e populacional tal qual realizado pode até soar, a princípio, um tanto destoantes da proposta de nossa pesquisa. Todavia, o que deve ser considerado é que todas as abordagens feitas estão relacionadas com o contexto do nosso período estudado. Nessa perspectiva, sob a ótica de um contexto urbano e cosmopolita que se encontra num momento de transição socioeconômica, política e cultural, estas interfaces merecem ser consideradas.

Este momento caracterizava-se também por uma presença maciça de imigrantes na cidade – especialmente portugueses – que se vieram juntar aos milhares de brasileiros pobres de cor que já aí se encontravam e continuavam a afluir o interior do país. Cria-se assim uma situação altamente competitiva

para os membros da classe trabalhadora, pois o mercado de trabalho assalariado em formação na cidade não tem condições de absorver esta mão-de-obra abundante. Na verdade, os donos do capital se beneficiavam amplamente da existência deste exército de reserva de capital da República [...]. Quanto aos populares, tinham de conviver com as agruras de um futuro incerto, baixos salários, longas jornadas de trabalho e árdua competição para conseguirem uma ocupação como assalariados da indústria ou do comércio. Muitos optam, temporária ou definitivamente, por desempenharem atividades à margem desse mercado de trabalho em formação, exercendo atividades autônomas que lhes garantiam a sobrevivência [...] a competição pela sobrevivência e pela ascensão social entre populares tendia a colocar em campos opostos de luta imigrantes brasileiros pobres, especialmente os de cor. (CHALHOUB, 1986: pp. 74-75).

Esta abundante mão-de-obra no mercado, como pode ser visto na citação anterior, tornou o preço da força de trabalho cada vez mais baixo, o que é explicado tanto pela regra da oferta e procura, quanto por uma predisposição no anseio das classes dominantes em julgar o negro como mau trabalhador e “em reconhecer no imigrante um agente capaz de acelerar a transição para a ordem capitalista”. (CHALHOUB, 1986: p. 75).

“Em termos práticos, isto significa que os indivíduos que tinham o poder de gerar empregos tendiam a exercer práticas discriminatórias contra o brasileiro de cor quando da contratação dos seus empregados” (CHALHOUB, 1986: 75). Obviamente, isso resultou numa recriação, ou melhor, numa tentativa de manutenção da posição subordinada do negro dentro de uma hierarquia social brasileira.

O antagonismo emergido de todo este processo de modernização, o crescimento demográfico devido à migração e o êxodo rural geraram dissabores e muitos conflitos na sociedade. “Nas esquinas se agrupam pequenas multidões de desempregados que disputam a sua chance de ganhar uma diária” (VELLOSO, 1988: 22).

Muitas dessas pessoas, em alguns momentos, poderiam até ter visto as obras de remodelação da cidade do Rio de Janeiro como uma espécie de tábua de salvação. Porém, logo viram as suas esperanças frustradas ao perceberem a preferência, na grande maioria das vezes, pela mão-de-obra imigrante ao invés da sua.

A priori, a saída para estas pessoas que não conseguiam penetrar no mercado de trabalho assalariado era a de sobreviver através do trabalho informal como vendedores ambulantes, trapeiros, biscateiros, pelo trabalho com jogo do bicho etc. Não resta dúvida quanto ao resultado disso: o aumento da miséria e dos marginalizados.

No âmbito cultural não foi muito diferente. O Rio de Janeiro identificado com o contexto da *Belle Époque* tornava-se palco das inúmeras discussões intelectuais cujo

tema central girava em torno do processo de regeneração de um passado escravista sintonizado a uma sociedade brasileira moderna calcada em um profundo espírito cosmopolita que defendia as idéias de civilização e progresso.

Assim, o Rio de Janeiro – capital cosmopolita e maior centro industrial e comercial do país – recebia afluxos tanto de capitais estrangeiros como de novas idéias, o que geraria a construção de novos padrões de prestígio social, de hábitos de consumo e de moda. “Ser moderno era identificado com ser civilizado, cosmopolita, ou seja, estar atualizado com o mundo. [...]. O grande centro urbano é visto como pólo da cultura, como região privilegiada do encontro e fermentação de novas idéias” (OLIVEIRA, 1986: 236)

Cosmopolitismo, civilização e progresso eis a questão! A geração científicista e os seus discursos em busca do “Ser” moderno.

Este modelo de vida baseado no modo europeu era identificado como referência para a intelectualidade brasileira dominante na época, que tinha como princípios um pensamento evolucionista, regenerador e racista. A missão dentro deste pensamento social brasileiro era discutir de que maneira os intelectuais modernistas poderiam salvar o Brasil do seu atraso sociocultural, transformando-o em um novo país progressivamente desenvolvido e civilizado.

O cenário que se configura nas últimas décadas do século XIX e que se perpetua nas primeiras décadas do século XX é o de transformação sociocultural do espaço público em que a mentalidade da sociedade carioca, assim como o modo de vida e os espaços de sociabilidade da cidade do Rio de Janeiro, sofrem mudanças em nome do processo modernizador.

Dentro de todo este processo tempestuoso de transformação social, o intelecto brasileiro viu a cultura européia como modelo a ser aplicado como medida de salvação de um passado cultural sombrio que assolava a sociedade brasileira. Os intelectuais brasileiros viam nesta perspectiva a possibilidade de desbravar um novo mundo “liberal, democrático, abundante e de perspectivas ilimitadas [...]. A palavra de ordem da geração modernista de 1870 era condenar a sociedade fossilizada do Império e pregar as

grandes reformas redentoras: a abolição, a república, a democracia” (SEVECENKO, 2003: 97)

Observando deste ângulo, nota-se que, de acordo com os novos padrões da cultura européia e o espírito cosmopolita que abraçava a sociedade, os intelectuais brasileiros acreditavam ser pessoas de notória competência em conduzir o país para um futuro sociocultural promissor, diferente daquele presente em que ora se encontrava a nação.

O foco estratégico apontado por estes intelectuais para atingir os resultados positivos esperados era “a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa; a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional; e a elevação do nível cultural e material da população” (SEVECENKO, 2003: 97)

Deste modo, podemos observar e perceber claramente que o discurso incutido neste processo de modernização da sociedade brasileira é de um profundo cosmopolitismo hostil. Assim, podemos delinear o panorama referente à nossa *Belle Époque carioca* a partir do pano de fundo que a sustenta da seguinte forma: na perspectiva sociopolítica das elites, a cidade do Rio de Janeiro necessitava de uma transformação radical. Isso significava que aquela cidade velha, suja e com aspecto feio herdada do período colonial deveria desaparecer para dar lugar ao modelo civilizatório parisiense com suas largas e iluminadas avenidas, beleza, elegância, bom gosto pela moda, belos jardins e bulevares. Ou seja, era a morte daquela sociedade imperial obsoleta e o nascimento da nova estrutura urbana.

Dentro desse contexto intelectual, temos no final do período imperial o surgimento de idéias novas com as correntes científicas baseadas em um discurso ideológico e racial. As teorias que nascem a partir desta geração científicista de 1870 buscam justificar uma hierarquia social calcada na superioridade racial. Neste âmbito, há uma profunda caracterização do negro como sinônimo de inferioridade e uma condenação pessimista e estigmatizada do mestiço, sendo este considerado como o culpado pelo fracasso e pela persistência do atraso do Brasil.

Com esta geração científicista de 1870, há uma ruptura nos parâmetros de análise da cultura brasileira. No período que antecede a década de 70, os padrões temáticos culturais brasileiros eram defendidos por uma literatura romântica que

enaltecia a nossa nacionalidade através da temática do indianismo, do sertanismo e do caboclisto – é o caso das obras de alguns nomes da nossa literatura, como, por exemplo, José de Alencar, Gonçalves Magalhães ou Gonçalves Dias. Isso significa que o nosso passado cultural era retratado por meio do nosso folclore, que era visto como algo positivo diante da civilização brasileira.

Ao ser substituída “pelos ideais universalistas a nossa cultura passa ser avaliada por uma escala de valores padronizada [...] tornando-se insustentável a auto-afirmação da cultura brasileira nos moldes românticos” (VELLOSO, 1988: 7). Com isso, a cultura brasileira passou a ser vista, na verdade, como uma subcultura fadada à inferioridade e que trazia em seu âmago elementos arcaicos, bárbaros e brutalmente selvagens. Compartilhando de uma mesma visão racista, pode-se destacar os nomes de Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, João Baptista Lacerda e Silvio Romero como exemplos. Estes intelectuais são alguns daqueles que interpretaram a nossa cultura a partir do ponto de vista cientificista.

De um modo geral, recaiu sobre o Brasil deste período um holofote de observações devido a todo processo de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que atravessava todo o país. Em dimensões mais particulares, o Rio de Janeiro, capital do Império e da República Federal cosmopolita, viu surgir em seu ambiente modernizante uma incipiente classe média que estava associada à questão da nacionalidade. Sem dúvida, é neste clima de cidade moderna que o papel de metrópole modelo incide sobre o Rio de Janeiro.

Sede do governo, centro cultural, maior porto, maior cidade e cartão de visita do país, atraindo tanto estrangeiros quanto nacionais. O desenvolvimento dos novos meios de comunicação, telegrafia sem fio, telefone, meios de transporte movidos a derivados de petróleo, a aviação, a imprensa ilustrada, a indústria fonográfica, o rádio e o cinema intensificarão esse papel da capital da República, tornando-a eixo de irradiação e caixa de ressonância da República das grandes transformações em marcha pelo mundo, assim como no palco da visibilidade e atuação em território brasileiro. O Rio passa a ditar não só as novas normas de comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima. (SEVECENKO, 1998: 522)

Segundo o próprio *Sevcenko*, o decurso desta metamorfose é originário de quatro princípios fundamentais que o regeram. Assim sendo, o autor expõe de maneira sistemática estes quatro princípios fundamentais que estavam incutidos no cerne da

transformação deste espaço público. Para ele, em primeiro lugar, havia uma condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; existia, também, uma negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; houve a adoção de uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e, para concluir, isso tudo seria resultado de um cosmopolitismo agressivo profundamente identificado com a vida parisiense. (SEVECENKO, 1998: 43)

É neste contraste da nova ordem urbana e cosmopolita do Rio de Janeiro que se configurará também um caráter contraditório, excludente, desolador e drástico frente à bandeira do progresso, da regeneração, da civilização e da reurbanização implantada com a idéia de modernização. Criou-se, então, um verdadeiro mito da modernidade e da cidade moderna.

Se, em nome de todo esse progresso civilizador, foram excluídas as camadas populares que eram vistas e definidas como incompatíveis com a nova ordem progressista, qual seria então a verdadeira essência do espírito modernizador surgido com a *Belle Époque*? O termo modernizar em seu sentido literal não significa avanço, atualização e desenvolvimento? Por que essas ideologias não foram aplicadas como medidas sociopolíticas a uma camada popular que sofria discriminação por ser herdeira de um passado escravista?

Pelo visto, nem a abolição da escravidão ou a proclamação da República, com seu caráter cosmopolita, tiveram em seus ideais a preocupação com uma política social que viesse amenizar, na prática, a concorrência desleal que a própria sociedade moderna impunha ao ex-escravo e aos afro-descendentes.

Embora se possa considerar que no Brasil pós-abolição o racismo tenha colocado negros e mestiços em uma circunstância particular, diferente da política segregacionista legalizada em seu aspecto espacial e institucional como a que foi estabelecida na África do Sul e nos Estados Unidos, estamos cada vez mais convictos de que vivíamos um período de segregação racial na prática. Mesmo que não houvesse restrições ao acesso a locais públicos, aos meios de transportes, às igrejas, às escolas e aos hospitais, fato é que o segmento negro foi alvo de perseguições e obrigado a deixar os bairros do centro urbano, tendo que se aglomerar em bairros periféricos e favelas.

É partindo desta realidade que concordamos em número, grau e gênero com o fato de não se conhecer “caso na história da humanidade em que as revoluções sociais tenham sido precedidas por uma preparação das classes para um melhor desempenho na fase histórica subsequente” (SIQUEIRA, 2006: 132). “Teria ocorrido isso na supressão da servidão feudal? Nas revoluções industriais ou burguesas? Na própria revolução socialista?” (SIQUEIRA, 2006: 132). Essa assertiva que, subseqüentemente, transforma-se em indagação serve de hermenêutica para a interpretação dos acontecimentos.

O processo de transição do Império para a República não adotou políticas que igualassem o negro e o branco no sentido de lhes dar realmente uma mesma condição de oportunidades no mercado competitivo de trabalho. A concepção de que o negro era incapacitado de concorrer com a mão-de-obra importada da Europa devido à sua condição moral e material, ao seu legado cultural biologicamente herdado ou ainda em razão de um estado de “anomia”¹⁶⁶ – como bem defende Florestan Fernandes – foi resultado de um raciocínio deturpado, que atribuiu aos negros, supostas condições que justificariam a dificuldade que eles tinham para se adaptarem e se inserirem na sociedade de classes, alegando que possuíam desqualificações.

Por essa linha de pensamento, a culpa da dificuldade de inserção do negro ao meio social hierarquizado seria do próprio negro por carregar intrinsecamente a eterna condição de inferioridade étnica em seu gene, o que inocentaria a ação discriminatória por parte da classe dominante. Segundo a própria tese defendida por Florestan Fernandes, a herança cultural, psicológica e biológica do negro e do mulato são fatores que interferem “negativamente em sua adaptação aos diferentes níveis de organização da vida no mundo urbano” (FERNANDES, 1964: 201). Interpretação completamente débil de argumento e incoerente em nosso ponto de vista.

Pelo que podemos perceber, as contrariedades da modernização da nação são mais do que evidentes. É como bem especifica Mônica Pimenta Velloso ao analisar a conjuntura deste período de sonhos e pesadelos da cidade moderna. A autora afirma que, ao ser pressionada por interesses do capital internacional que exigia um maior controle das doenças tropicais, a administração pública do governo brasileiro assumirá

¹⁶⁶ Sobre esta questão da conceituação do estado de anomia social como um dos empecilhos para ascensão social do negro na sociedade de classes ver o capítulo 2 de FERNANDES, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1964.

uma postura em nome do saneamento científico e do progresso, convertendo o espaço urbano em preciosa fonte de arrecadação de capital. (VELLOSO, 1988: 11)

Ao assumir a postura de defesa por melhores condições de vida para a população carioca, as autoridades político-administrativas esculpíram um modelo desapropriador e demolidor da população pobre do Rio de Janeiro. A política do “Põe abaixo” não atingiria somente ao patrimônio material representados pelos casarões e prédios da cidade; ela também feriria as manifestações culturais tradicionais e imateriais das camadas populares, consideradas degenerativas e decadentes devido à sua matriz africana.

O resultado de toda esta força repressiva que objetivava diluir de vez com as manifestações culturais tradicionais das camadas populares acabou atingindo um radicalismo a tal ponto que as inúmeras expressões culturais de cunho musical ou religioso passaram a ser alvo de perseguições, o que é pior, de maneira legitimada pela legislação. Assim, a justificativa para a repressão e proibição das serestas, das rodas de choro, das rodas de capoeira, do violão, do candomblé, dos cordões carnavalescos e de todo tipo de demonstração cultural representada pelas camadas populares era a constatação da suposta desordem pública que estava vinculada a tais práticas.

Já se sabe que o caráter excludente do projeto modernizador direcionado para as camadas populares foi deveras massificado nos espaços de sociabilidade da sociedade, o que não significa dizer que não houvesse, por parte das camadas populares, algum tipo de resistência à implantação do modelo cultural cosmopolita.

“Na realidade, a europeização da cultura brasileira não foi aceita tão passivamente quanto se supõe” (VELLOSO, 1988: 16). O exemplo que se pode trazer para a superfície dos fatos é o próprio episódio da concentração da chamada Pequena África nas mediações da Praça Onze. Nela, inúmeras quantidades de pessoas se agrupavam para praticar seus ritos e costumes festivos com objetivo de fazer valer as suas tradições frente a esta cultura europeizada da classe dominante.

Para esta comunidade negra, as suas reuniões constituíam-se em uma verdadeira maneira de perpetuar a sua identidade, além de proporcionar um espaço de sociabilidade, integração social e de resistência a uma cultura branca e européia que se estabelecia na cidade carioca com o cosmopolitismo.

Um exemplo de significativa magnitude da resistência negra e desta grande concentração cultural em um espaço urbano carioca é a casa da Tia Ciata. Parafraseando Roberto M. Moura, “esta baiana de nascença, africana de corpo e carioca de coração” (MOURA, 2004: 35) abriu as portas de sua casa para que lá se pudesse fortalecer os valores culturais e as tradições de um grupo marginalizado pela sociedade de classes.

Em meio a tantas discrepâncias raciais contidas nos combates violentos aos afro-descendentes e à sua multiculturalidade, a casa de Tia Ciata conseguiu resistir a estas toscas perseguições, reafirmando, então, a concentração de uma grande comunidade popular. As reuniões festivas e religiosas que ocorriam com frequência na casa de Tia Ciata muito foram beneficiadas, contra as perseguições policiais, por meio da ajuda de João Batista da Silva, seu marido.

Quanto às festas, que se tornam tradicionais na casa de Ciata, a respeitabilidade do marido, funcionário público depois ligado à própria polícia como burocrata, garante o espaço que, livre das batidas, se configura como local privilegiado para as reuniões. Um local de afirmação do negro onde se desenrolam atividades coletivas tanto de trabalho – uma órbita do permitido apesar da atipicidade de atividades organizadas fora dos modelos da rotina fabril – quanto de candomblé, e se brincava, tocava, dançava, conversava e organizava. (MOURA, 1995: 100)

Toda essa estrutura que compunha as bases para uma construção sólida desta manifestação cultural visava à resistência e à propagação da cultura negra diante de toda discriminação e repressão. É neste sentido que a trajetória da casa de Tia Ciata é ressaltada neste trabalho pelo seu fornecimento de um grande laço de fortalecimento devido à persistência em perpetuar as suas matrizes culturais. (SILVA, 2010)

“Este apoio incluía um sentimento de tentar suprir as carências familiares daqueles irmãos de cor que viam bater em sua porta devido à dispersão familiar que a herança da escravidão na maioria das vezes havia causado” (SILVA, 2010). Esta era uma medida notoriamente plausível tomada por estes grupos étnicos com a expectativa de se ter verdadeira liberdade e conquista de espaço na sociedade brasileira desta época. Dentro desse clima de tensão, a intelectualidade brasileira apostou no rompimento da nossa cultura identificada com os temas do folclore, da nossa ancestralidade indígena e africana ou propriamente a mestiça.

Desta forma, o que deveria ser feito para aniquilar de vez esta “mancha” e, conseqüentemente, para a sociedade brasileira ser vista com bons olhos perante o

mundo europeu, era apagar de suas memórias a existência de um Brasil mestiço, uma vez que, na concepção do pensamento da classe dominante da época, o nativo, o negro e o mestiço eram sinônimos de atraso econômico, cultural, de inferioridade e de pessoas incivilizáveis. A idéia era extirpar principalmente a figura do negro, que era sempre vista pela elite como uma presença incômoda, ignorante e atrasada devido às suas superstições, consideradas bárbaras e primitivas.

Diríamos, então, que o palco estava armado! E é este cenário encoberto de hostilidades que servirá de pano de fundo para o debate fundamentado em doutrinas científicas que ocorreu entre cientistas de diversas áreas e instituições, buscando justificar uma hierarquia social através do discurso ideológico racista que pairava sobre o Brasil no período de 1870 a 1930.

Vale à pena ressaltar que, em meio a toda esta cientificidade apontada para a explicação da inferioridade da raça e para a busca por supostas soluções às mazelas que esta raça tida como inferior trazia para a sociedade, houve respostas por parte de uma intelectualidade que não comungava das mesmas doutrinas de cunho racistas. Houve, portanto, uma manifestação não passiva diante de tais discursos que explicavam a inferioridade e o atraso brasileiro por conta da raça, embora os modelos teóricos do racismo científico entrassem no Brasil de forma avassaladora.

A esta era triunfante da ciência no ocidente que marcou o século XIX e que teve grande influência nos discursos do pensamento social brasileiro é que nos ateremos a partir deste momento. Desejamos também salientar que não iremos entrar no mérito da questão no sentido de realizar uma historiografia totalizante da ciência durante todo o século XIX. O que estamos propondo é analisar os discursos científicos proferidos no contexto social brasileiro sob a égide de um modelo explicativo para o atraso deste país calcado nas diferenças raciais, o que levaria, a partir desse viés científico, às determinações de inferioridades étnicas. Neste sentido, precisamos considerar que é importante perpassamos pela explicação do teor de algumas destas teorias de pensamento surgidas no contexto internacional, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, que foram absorvidas e utilizadas como modelos no pensamento social brasileiro.

Para início de conversa é preciso compreender quais foram as motivações que levaram as doutrinas raciais do século XIX a serem adotadas por intelectuais brasileiros

de diversas áreas científicas. A adoção dessas novas idéias interpretativas da nação não ocorreu de maneira aleatória. Alguns fatores preponderantes ditaram a tônica que levou a essa compreensão.

Em primeiro lugar, temos o dismantelamento do sistema escravista desde suas leis emancipacionistas, com a necessidade da realização de um novo projeto político para o país com a derrubada oficial do regime de trabalho escravo. “Para além dos problemas prementes relativos à substituição de mão-de-obra” (SCHWARCZ, 1993: 18), a política de imigração representava, entre linhas, um papel voltado para o ideal do branqueamento através do estabelecimento de uma grande massa ariana pura em territórios brasileiros. O cruzamento de brancos europeus com a população brasileira, já bastante mestiça, permitiria a evolução desta população. O que estava em voga era justamente encontrar uma maneira adequada para manter a hierarquia social. Outro fator foi a própria questão da existência de uma sociedade altamente híbrida, o que despertaria nessa elite ilustrada a preocupação com o futuro desta sociedade como nação.

Neste emaranhado conjunto de teoremas racistas, as interpretações gerais que eram aplicadas ao caso brasileiro objetivavam encontrar uma solução para acabar de vez com o obstáculo que impedia o progresso da vida social que estava ligado diretamente a composição étnica e a perspectiva de como a nação se desenvolveria futuramente. Por assim dizer, apresentaremos três questões básicas que fundamentam essas teorias racistas, a saber:

O primeiro foco dos debates se dirigia diretamente para a hierarquia racial, discutindo-se, se, de fato, indivíduos e grupos humanos “não brancos” eram biologicamente inferiores ou se eram outros fatores de ordem não racial, como o ambiente físico e o entorno social, que determinavam as possibilidades de desenvolvimento. A segunda questão se refere às uniões entre o que se definia como diferentes raças humanas, cabendo avaliar se a mistura de raças, como aquela que os autores constataavam no Brasil, trazia consigo riscos efetivos, ou, se ao contrário, abria novas possibilidades para a nação. O terceiro eixo do debate tratava diretamente da evolução biológica, em sua conexão com o progresso social. Discutia-se, por exemplo, em que medida habilidades e faculdades desenvolvidas ao longo da vida para melhor ajuste ao meio podiam ser transmitidas às gerações futuras, de sorte a assegurar a adaptação e o aperfeiçoamento progressivo dos membros da nação a seu entorno físico e social. (COSTA, 2006: 156)

É neste sentido que todos os discursos dessas linhagens teóricas se confundiam em determinados aspectos, sejam em momentos de divergências em alguns pontos, ou

simplesmente na repetição dos mesmos ideais sustentados pelos adeptos de cada teoria. O que nos interessa observar é o fato de, independentemente do rótulo que designa cada teoria racista, assim como da existência de diferenças por meio de um detalhe entre uma teoria e outra, tais questões não apagam ou mitigam o seu caráter racista.

Assim, torna-se explícito que não há uma teoria racista melhor do que a outra, já que não podemos denominar qual seria a menos racista – se é aquela que tem em sua ideologia a oportunidade de eliminar os negros e mestiços progressivamente ou se é aquela outra que condena de forma radical o cruzamento entre as raças. Ou seja, todas possuem em sua essência o mesmo objetivo, qual seja, resolver o problema da presença de negros e mestiços que supostamente assolavam a sociedade brasileira.

Dentro deste cenário contextual, o evolucionismo social, o naturalismo, o positivismo, o darwinismo social, o racismo científico, a teoria do branqueamento, a eugenia, a antropometria e a frenologia são algumas dessas teses que visavam explicar por meio de sua cientificidade as diferenças e desigualdades da raça humana, buscando propiciar a melhora da raça considerada inferior.¹⁶⁷

Referências bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

¹⁶⁷ Em síntese, as teorias raciais que se disseminavam pelo mundo ocidental tinham a preocupação de classificar as raças subjugando-as conforme o seu caráter étnico. Assim, justificar as novas formas de inferioridade racial através dos modelos explicativos científicos era o mesmo que manter de maneira fundamentada a continuidade hierárquica de uma sociedade escravista. Neste sentido, negros e mestiços seriam sempre considerados inferiores. No darwinismo social analisava-se justamente a diferença entre as raças e sua natural hierarquia sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Nesta sua perspectiva, os darwinistas sociais viam de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que não se transmitiam caracteres adquiridos, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, todo cruzamento, por princípio, seria entendido como um erro, uma vez que as raças constituiriam fenômenos finais e resultados imutáveis. As máximas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos puros” – e, portanto não sujeitos a processos de miscigenação – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social.

Na teoria do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, ou seja, elas estavam em constante evolução e aperfeiçoamento, eliminando-se a idéia de que a humanidade era uma. Conforme os evolucionistas sociais, a espécie humana seria desigual entre si, ou melhor, hierarquicamente desiguais em seu desenvolvimento global. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. Op. Cit., pp. 18, 58 e 62.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1964.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Coleção Biblioteca Carioca, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1995.

_____, Roberto M. *No princípio, Era a Roda: Um estudo sobre samba, partido-alto e outros pagodes*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil; um estudo sobre o nacionalismo brasileiro*. São Paulo: USP. Tese de doutorado, 1986.

SEVECENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnica ritmos e ritos do Rio*. In: *Historia da vida privada no Brasil*. V. 3. São Paulo: Companhia Das Letras, 1998.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2003.

SIQUEIRA, José Jorge. *Entre Orfeu e Xangô: A emergência de uma nova consciência sobre a questão o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SILVA, Leonardo Santana. *Da Praça Onze para além do horizonte: A trajetória da casa de Tia Ciata e o reduto do samba carioca*. www.historiaehistoria.com.br, 27/11/2010.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988, p.

Alejo Carpentier: Uma América em Construção

Pedro Henrique Leite*

Resumo: Alejo Carpentier (1904-1980) – escritor, ensaísta e músico cubano - procurou ao longo de sua vida refletir sobre o papel da América Latina no cenário internacional, bem como a sociedade que se gestava então. Sua preocupação em demarcar uma identidade própria na América Latina esteve clara em seus discursos e, sobretudo, em seus principais romances. Porém, devemos também levar em consideração sua trajetória de vida que acabou definindo sua própria identidade. Assim, o objetivo de nosso trabalho é verificar a partir dos discursos do autor em questão, e de detalhes de seus romances de forma geral, como ele pensou a América Latina, e como se define essa identidade em sua ótica, levando em consideração também, aspectos de sua trajetória de vida.

Palavras-Chave: Alejo Carpentier, América Latina, Identidade, Literatura, Romances.

Abstract: Alejo Carpentier (1904-1980) - writer, essayist and Cuban musician- sought throughout his life to reflect about the role of Latin America in the international arena, as well as the society gestated until then. His concern to demarcate its own identity in Latin America was clear in his speeches and especially in his major novels. However, we must also take into account his life story that has come to define his identity itself. Therefore, the objective of our article is to verify from the speeches, and from details of his novels in general, how he thought Latin America, and how this identity is defined by his point of view, taking into account also aspects of his life story.

Keywords: Alejo Carpentier, Latin America, Identity, Literature, Novels.

Introdução

“De fato, sua ‘verdade’ pessoal jaz em seus romances, e não seus ensaios.”¹⁶⁸
(MORSE, 1996: 123). A afirmação feita pelo historiador norte americano Richard

* Mestrando do curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, dentro da linha de pesquisa: *Narrativas, Imagens e Sociabilidades*.

¹⁶⁸ “Indeed, his personal ‘truth’ lies in his novels, not his essays.”

Morse sobre a importância dos romances de Alejo Carpentier nos coloca no rastro de uma das figuras mais importantes da literatura latino-americana do século XX, e nos faz pensar sobre o papel dos romancistas e escritores nos debates e discussões sobre os problemas e desafios encontrados na América como um todo.

Assim, o presente trabalho posiciona-se de antemão, em parte, favorável à afirmação supracitada, alinhando-se à perspectiva de Morse, reconhecendo o papel fundamental assumido pelos romances de Carpentier ao tentarmos entender suas preocupações sobre a América, e até mesmo suas opções de vida. Contudo, partimos da premissa básica de que não podemos compreender as idéias de Carpentier em sua completude sem levar em consideração também seus ensaios e discursos em conjunto com seus romances. Seguindo essa idéia propomos demonstrar como este escritor cubano pensou ao longo de sua carreira a questão identitária na América Latina, uma de suas maiores preocupações, expressa em toda sua obra.

Alejo Carpentier: Raíces.

Alejo Carpentier y Valmont, nascido em dezembro de 1904, foi um premiado e renomado romancista que procurou ao longo de sua carreira ilustrar a partir de seus romances sua visão particular da América Latina. Agente histórico de sua época, Carpentier soube como poucos enxergar o momento em que vivia, e principalmente buscou vivenciá-lo. Filho de Jorge Julián Carpentier, um arquiteto francês, e Lina (ou Catherine) Valmont, uma professora de línguas russa, Alejo cresceu em Cuba onde obteve uma educação bilíngüe, e onde teve seus primeiros contatos com a música, estudando piano assim como sua mãe (seu pai era violoncelista). Em 1912 parte com a família para Paris, e em 1921, de volta a Cuba, ingressa na Escola de Arquitetura da Universidade de Havana, mas não chega a completar seus estudos. É nessa mesma época que o autor inicia sua carreira como jornalista cultural escrevendo inclusive sobre música, uma de suas paixões.

Comprometido politicamente, foi contra o regime de Gerardo Machado y Morales, sendo inclusive preso por escrever e publicar um manifesto contra do ditador

em 1927¹⁶⁹, se exilando na França no ano seguinte. É nesse momento que o autor entra em contato com o movimento surrealista, que acabou por colaborar na sua concepção de Real Maravilhoso, expresso publicamente no prólogo de seu romance: *O Reino Deste Mundo* (1949), que tem como temática a Revolução Haitiana. Além disso, aliou-se aos ideais esquerdistas, apoiou a Revolução Cubana e, como partidário de Fidel Castro assumiu cargos públicos no Governo exercendo também funções diplomáticas.

Um aspecto a se destacar, do ponto de vista biográfico, foram as constantes viagens realizadas pelo novelista que influenciaram direta e, indiretamente, seus romances e discursos apresentados durante a vida. Foi a partir das experiências com outras realidades que Carpentier pode perceber melhor a sua própria, e assim deixar um vasto legado expresso em suas publicações.

Em 1940 se casa com Lilia Esteban, e nessa mesma década publica *Oficio de Tenieblas* e *Viaje a la Semilla* (ambos de 1944), *Los Fugitivos* (1946), além do já citado *O Reino deste Mundo* (1949). Em 1945 muda-se para Caracas, onde se dedica a trabalhos radiofônicos e ao ensino de história da cultura, trabalhando também como publicitário. A partir daí publica diversas outras obras nas décadas de 1950 e 1960, e em 1966 é nomeado Ministro Conselheiro da Embaixada de Cuba em Paris, cargo que ocupou até sua morte em 1980 (COLLARD, 2004: 7).

O Autor e Sua época

Marcado por turbulências, revoluções e ideais políticos variados, o período vivido por Carpentier acabou também por ser definidor no âmbito das múltiplas identidades que formam nosso Continente. Entre quase um século de transformações e conflitos, o autor esteve em meio a um mundo em plena ebulição. Idéias e ideais foram difundidos, e novos paradigmas foram criados tentando dar conta das múltiplas realidades de então. O chamado “Terceiro Mundo”, ganha destaque e, a América Latina mais do que nunca serve de palco para a confluência de diversos atores políticos.

Ciente de sua realidade, Alejo Carpentier procurou ao longo da vida participar ativamente da construção dessa nova sociedade, entendendo que isso jamais seria

¹⁶⁹ O referido manifesto é o “Manifesto Minorista”, escrito e publicado pelo Grupo Minorista do qual Carpentier fez parte.

possível sem a definição de um posicionamento político claro. Em “Literatura e consciência política na América Latina”, um discurso pronunciado no Primeiro Congresso de Escritores e Artistas Cubanos de 1961 em Havana - dois anos após a revolução de 1959 - o autor deixa isso bem claro ao dizer:

Não é em vagas teorias de gabinete, de reuniões de café, de colóquios eruditos, que se encontram as soluções dos problemas fundamentais, vitais, deste continente... A história contemporânea nos tem demonstrado que um simples quadro estatístico, uma simples informação econômica, nos oferece lições de história contemporânea muito mais úteis que as especulações dos pensadores “de gabinete” que opinam, conforme a cor da lente com que olham, sobre o destino, o presente e o futuro da América. (CARPENTIER, 1987: 30-33)

No mesmo discurso o autor, partidário do até então recente regime castrista, expressa sua opção política, e mais ainda, coloca em foco as marcas de seu tempo:

A Revolução Cubana, com os meios de expressão que põe e porá em nossas mãos... deu um sentido novo a nossos destinos. Muitos assim o entendem, no continente e no mundo... Entendemo-nos com todos os latino-americanos, que como nós, pensam no verdadeiro futuro da América. Entendemo-nos com todos os intelectuais dos países socialistas... e até com muitos norte americanos, cada vez mais numerosos nos meios intelectuais, que interpretam corretamente os princípios da nossa Revolução e o pensamento revolucionário de Fidel Castro. (CARPENTIER, 1987: 33)

Para além do discurso com foco político, Alejo Carpentier enxergou o momento que vivia e as transformações pelas quais a América Latina passava até então. Com uma percepção diferenciada sobre sua época, evidenciou as mudanças que ele e seus contemporâneos presenciaram, e mais que um momento de mudança, viu uma América em plena construção. Em um discurso pronunciado na Aula Magna da Universidade Central da Venezuela, em 15 de maio de 1975 - por ocasião de uma homenagem que lhe renderam a própria Universidade, o Ateneu de Caracas, a Associação de Escritores Venezuelanos e a Associação Venezuelana de Jornalistas - intitulado “Consciência e Identidade da América”, Carpentier faz um balanço em que enxerga o latino-americano em meio a uma “América de concreto armado”:

Aos latino-americanos da minha geração coube um estranho destino que por si só bastaria para diferenciá-los dos europeus; nasceram, cresceram, amadureceram, em função do concreto armado... o latino-americano nascido nos albos deste século de inventos prodigiosos, mutações, revoluções, abria

os olhos no âmbito de cidades que, quase que totalmente estagnadas durante o século XVII ou XVIII, com um baixíssimo aumento de população, começavam a agigantar-se, a estender-se, a espalhar-se, e elevar-se, ao ritmo das misturadoras de concreto. (CARPENTIER, 1987: 35)

E completa:

E, de repente, eis que nossas modorrentas capitais se tornaram cidades de verdade (anárquicas em seu desenvolvimento repentino, anárquicas em seu traçado, excessivas, desrespeitosas em seu afã de demolir para substituir), e o nosso homem, consubstanciado com a cidade, torna-se homem-cidade, homem-cidade-do-século-XX que dizer: homem-História-do-século-XX, em povoados que rompem com seus valores tradicionais, passam, em poucos anos, pelas tremendas crises de adolescência e começam a firmar-se com características próprias, ainda que em atmosfera caótica e desacertada. (CARPENTIER, 1987: 35)

Desta forma, percebemos o romancista como um agente que demonstra consciência da sua realidade, que visualiza e expressa através de seu ofício, a sociedade que se desenvolve e se transforma ao seu redor.

Identidade como base em Carpentier

Um desdobramento possível ao se pensar este “homem-cidade-do-século-XX” ou o “homem-História-do-século-XX” colocado por Carpentier, é observá-lo do ponto de vista identitário. Ou seja: Como este mesmo “homem-cidade-do-século-XX” coloca-se em relação ao seu meio, quais suas preocupações, com o que se identifica. Nesse sentido entramos em um ponto chave das idéias de Alejo Carpentier, e para melhor entendermos é necessário que observemos em conjunto, tanto o autor quanto sua obra. Assim, os discursos e romances carpenterianos devem ser levados em consideração, e mais do que isso, temos de estar atentos ao fato de que eles são na verdade frutos da vivência e reflexão do próprio autor.

Inicialmente precisamos ter em conta um primeiro aspecto: Para o autor, só conseguiremos entender quem somos; que papel devemos desempenhar na realidade que nos circunda, e dar um sentido a nossos destinos, se estudarmos a história da América como uma grande unidade. Como ele mesmo diz: “como a de um conjunto de células inseparáveis umas das outras” (CARPENTIER, 1987: 41). Dessa maneira, o “homem-cidade-do-século-XX” latino-americano só consegue definir sua identidade e

seu futuro, se levar em consideração a história do continente em conjunto, e não de forma separada. Além disso, percebemos o papel fundamental que a história exerce nas reflexões do mesmo; sem conhecê-la a fundo, sem olhar o passado em conjunto, não podemos entender o que é o homem latino-americano.

Outra característica importante ao estudarmos a forma com que o autor pensa a questão identitária, é que esta se reflete claramente em seus romances. Suas novelas, ou a maior parte delas, de alguma forma tem como pano de fundo a preocupação em definir uma identidade, ou alguma reflexão relacionada com o tema. Seus personagens, em algum momento da trama, ou na trama em conjunto, sempre apresentam alguma reflexão de cunho identitário. Esse caráter introspectivo dos atores em Carpentier acaba refletindo a condição do próprio autor em face de sua realidade.

Um primeiro exemplo disso pode ser encontrado na novela *O Reino deste Mundo* (1949). Inspirada numa viagem do autor realizada ao Haiti em 1943, a trama recria os momentos precedentes da independência haitiana em pleno período republicano, onde há a transição de uma colônia francesa governada por brancos para uma nação negra regida pelo primeiro monarca coroado no novo mundo. De forma bastante resumida, o livro traz a questão da identidade a partir da ótica da formação de uma revolução, expressa sob a égide do Real Maravilhoso, percepção que Carpentier desenvolveu ao se deparar com a história do Haiti.

Em *Os passos Perdidos* (1953) temos o momento de plenitude criativa de Carpentier, além é claro de ser sua novela mais pessoal. Também foi inspirada em uma de suas viagens, desta vez na Venezuela em 1945. Nela um musicólogo (assim como o autor na vida real) sai da vida urbana de Nova Iorque numa viagem a uma das raras regiões do mundo, onde a civilização ainda não chegou: as altas extensões do rio Orinoco. À medida que vai adentrando nos labirintos da floresta, a viagem acaba se tornando um regresso às etapas históricas mais significativas da América, e o que era uma viagem em busca de instrumentos musicais indígenas para um museu organológico, torna-se uma viagem de reconhecimento de si mesmo, de uma identidade própria assim dizendo. Um trecho em que essa tomada de consciência fica clara está expresso já no final do livro onde o personagem diz:

Tratei de endireitar um destino torcido por minha própria debilidade e de mim brotou um canto- agora truncado- que me devolveu ao velho caminho,

com o corpo cheio de cinzas, incapaz de ser outra vez o que fui.
(CARPENTIER, 2009: 297)

O fato de o personagem principal reconhecer sua incapacidade de “ser outra vez o que foi”, mostra a percepção de uma identidade que se forma a partir da “morte” ou fim de uma identidade anterior, que já não serve mais.

Um terceiro romance, e onde talvez a questão identitária esteja mais em evidência, é *Concerto Barroco* (1974). Baseado no libreto da ópera *Moteczuma*¹⁷⁰ de Antônio Vivaldi, o penúltimo romance de Carpentier antes de sua morte em 1980 apresenta uma fase de maior reflexão sobre a própria carreira do novelista. O enredo narra a viagem de um milionário da prata mexicana do início do século XVIII, neto de conquistadores maltrapilhos e aristocrata há pouco tempo, em direção à Europa idealizada de seus antepassados. Acompanhado de seu criado Filomeno, desembarcam em Veneza em pleno carnaval, onde acabam sendo protagonistas de um concerto sem igual, reunindo Antônio Vivaldi, Domenico Scarlatti e Georg Friedrich Haendel, prodígios da Ópera barroca. Desse encontro nasce a união das músicas do velho e novo mundo. O personagem principal, atendendo na história por Amo, na medida em que entra cada vez mais em contato com o mundo europeu, se vê menos identificado com esse, e mais identificado com o mundo americano que havia deixado para trás. Em um de seus diálogos com Filomeno, ao final da obra, o Amo expressa sua tomada de consciência de uma nova identidade, onde afirma:

Às vezes é preciso afastar-se das coisas, por um mar no meio, para ver as coisas de perto. (CARPENTIER, 2008: 77)

E continua:

Já me deitei com a Ancilla, com a Camilla, com a Zulietta, com a Angeletta, com a Catina, com a Faustolla, com a Spina, com a Agatina e com muitas outras cujos nomes esqueci – e basta! Volto para o meu canto ainda esta noite. Para mim é outro o ar que, ao me envolver, me esculpe e me dá forma. (CARPENTIER, 2008: 77)

¹⁷⁰ *Moteczuma* é tida como a primeira ópera européia com temática americana da história. Datada de 1733, esteve por muito tempo perdida. Recentemente foi reconstruída, baseando-se no libreto de G. Giusti que permaneceu intacto, e de trechos da partitura original que foram encontrados em Berlim em 2002. Através do *pasticcio* (e de acordo com a prática setecentista) feito com fragmentos de outras óperas do próprio Vivaldi, foi possível reconstituir as partes que faltavam.

Nas alegorias de *Concerto Barroco* enxergamos a expressão de uma identidade definida pelo resultado do contato com um “outro” estereotipado. O personagem Amo, no início do enredo, vê na Europa sua origem, o local onde seus antepassados deram o sentido da sua existência. Na busca por encontrar suas raízes parte em sua viagem, notando posteriormente que a América que havia deixado para trás era o que melhor lhe definia. Esquemáticamente, no início a Europa é o referente, posteriormente a América assume esse papel. Logicamente este é apenas um dos pontos de vista presentes no romance, uma análise pormenorizada dos personagens seria necessária para dar conta de perceber a amplitude das múltiplas identidades colocadas em confronto. Contudo, a partir dos exemplos dos romances supracitados temos uma idéia de como Alejo Carpentier, a partir de referenciais históricos, desenvolve sua idéia de identidade e como ela aparece como uma constante em suas principais obras.

Porém resta uma última questão: Porque Carpentier fez da busca por definir uma ou mais identidades um de seus principais tópicos durante a vida?

Carpentier: uma identidade em possível conflito.

Tentando trazer uma possível resposta à questão supracitada, focaremos nossa análise na biografia do autor estudado. O leitor atento notará que, ao tratarmos das raízes biográficas de Alejo Carpentier, foi omitido um detalhe que pode ser bastante elucidativo em nosso trabalho: sua origem. A proposital omissão se deve ao fato de que estudos recentes revelam um tópico importante da vida do autor que tem sido pouco trabalhado nas pesquisas, mas que consideramos de grande importância para respondermos a questão colocada. Esse tópico consiste na revelação de que Alejo Carpentier teria nascido suíço, e não cubano, como ele mesmo declarou inúmeras vezes em entrevistas e trabalhos.

Um ensaio publicado por Roberto González Echevarría em uma revista em comemoração ao Centenário do novelista¹⁷¹, intitulado “La Nacionalidad de Alejo Carpentier: Historia y Ficción”, traz a polêmica sobre a nacionalidade do escritor refazendo todo o percurso dessa descoberta, destacando os personagens envolvidos, os

¹⁷¹ Trata-se da Revista de Flandes y Holanda, Foro Hispánico de 2004, que traz uma série de artigos a respeito do autor em comemoração ao seu Centenário.

silenciamentos que perturbam, enfim todo o trajeto que culminou na publicação de uma certidão suíça com o nome de Carpentier.

Echevarría trabalha com a idéia de que, se comprovada a veracidade do documento, Carpentier teria vivido auto proclamando-se nascido em Cuba numa farsa desnecessária:

Lo que sí sigue teniendo interés, sin embargo, es la mentira, por ser aparentemente innecesaria, y lo que ésta puede revelar precisamente por eso sobre las ficciones literarias de Carpentier. (ECHEVARRÍA, 2004: 75)

Embora lide com um terreno de muitas especulações, Echevarría aborda com inteligência as questões concernentes ao tema e acaba chegando à conclusão de que mais importante do que o lugar de sua origem é o local onde foi criado, as influências que recebeu, o lar bilíngüe em que cresceu (Sua mãe era russa e seu pai francês), e qual foi sua língua literária de eleição, citando como exemplos autores que não escreviam e suas línguas natais, como Joseph Conrad (polonês, escrevendo em inglês), e Samuel Beckett (irlandês, escrevendo em francês).

Acreditamos nesse sentido que mais do que uma farsa, o fato de Carpentier se proclamar nascido em Cuba, representou uma escolha por parte do autor, uma filiação ao local onde foi criado, onde de fato “nasceu para o mundo”. Entretanto, permanece o fato no mínimo curioso desta certidão que, se comprovada a veracidade, aparece como um importante documento biográfico e sem dúvida uma importante fonte de pesquisa.

Ainda, o possível fato de Carpentier ter nascido na Suíça e não em Cuba, e este ter se colocado como um cubano ao longo da carreira, pode ter significado a busca por uma definição de identidade própria, que estaria inclusive expressa em seus romances através de seus personagens e ligada às suas filiações durante toda a vida. Um fato que corrobora essa idéia é de que o período vivido pelo escritor foi marcado fortemente pela definição de nacionalidades em toda a América Latina, o que acabou refletindo também em seus intelectuais, romancistas, envolvidos politicamente ou não. Talvez parta daí a necessidade de Alejo Carpentier se definir como cubano. Porém são meras conjecturas.

O ponto mais importante, e que talvez seja o aspecto mais claro ao estudarmos as questões sobre identidade presentes na vida e obra de Carpentier, é o de que essa identidade, ou essas identidades, na ótica do autor são definidas por inúmeros fatores,

que podem passar desde o estranhamento a uma nova realidade, a filiação política, a retomada de uma história unificadora, ou até mesmo a partir de viagens de auto-reconhecimento, sempre em constante movimento. Isso nos permite afirmar a título de conclusão que Alejo Carpentier se preocupou ao longo de sua vida em demarcar a formação de identidades, e mais do que isso, enxergou na América de seu tempo, um espaço de constante construção, onde a demarcação de uma identidade foi apenas um de seus fatores mais contundentes.

Referências bibliográficas

CARPENTIER, Alejo. *A Literatura do Maravilhoso*. Trad. Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, edições Vértice, 1987.

_____. *O Reino deste Mundo*. Trad. Marcelo Tápia. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Os Passos Perdidos*. Trad. Marcelo Tápia. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Concerto Barroco*. Trad. Josely Viana Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

COLLARD, Patrick. “Presentación: El legado de Alejo Carpentier”. & ECHEVARRÍA, Roberto G. “La Nacionalidad de Alejo Carpentier: Historia y Ficción”. In: *Foro Hispánico- Revista Hispánica de Flandes y Holanda*. n. 25, abril de 2004.

MORSE, Richard M. “The Multiverse of Latin American Identity, c.1920- c. 1970”. In: BETHEL, Leslie. *Ideas and Ideologies in Twentieth Century Latin America*. United Kingdom: Cambridge University Press. 1996.

Trajes, Trapos e Traças: o corpo da memória no guarda-roupa do menino rei.

Samuel Mendes Vieira*
Fabiana da Silva**

Resumo: Motivados pela relação simbólica dos homens com as roupas e nos diversos símbolos que contêm a indumentária, o presente estudo propõe-se a analisar três peças que fazem parte do acervo do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora; precisamente, o fardão da maioridade, o traje de sagração e coroação, bem como o traje de casamento de D. Pedro II. A partir da identificação que esses indumentos possuem com a História do Brasil e com a Instituição que atualmente os abriga, buscaremos, à luz da tese de Halbwachs sobre *memória e memória coletiva*, compreender o papel das roupas enquanto fontes para estudos históricos e de outras áreas do conhecimento.

Palavras-chaves: Indumentária; Memória; D. Pedro II; MMP.

A indumentária funciona como parte essencial da existência humana, representa uma maneira de perceber os meandros da sociabilidade e os estudos sobre os vestíveis são uma oportunidade de aprofundamento no campo da história cultural e social cujo alcance ultrapassa a suposta superficialidade que as roupas denotam. Paul Valéry em sua conhecida expressão “o mais profundo é a pele” nos ajuda a compreender que as roupas são espaços onde a superficialidade se revela em sua profundidade, portanto elas são arquivos culturais privilegiados, guardam as reminiscências dos receios, pudores e sonhos de seu tempo, são espaços de memória de um determinado grupo social, bem como dos gostos e gestos de homens e mulheres.

Dessa forma, estudar as roupas requer a apreciação das mesmas, pois estas, nas palavras do historiador Daniel Roche “são fontes originais e diretas, as roupas antigas precisam ser vistas” (ROCHE, 2007: 23), mas diante da dificuldade imposta pela inoperabilidade do Museu Mariano Procópio, não foi possível que os autores tivessem acesso aos indumentos, objetos deste estudo. São eles, a farda usada na antecipação da maioridade do

* Especialista em Moda, Cultura de Moda e Artes pelo Instituto de Artes de Design da Universidade Federal de Juiz de Fora (IAD/UFJF); bacharel em Direito pelo Instituto Vianna Jr., acadêmico e monitor do Curso de História do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF).

** Acadêmica do Curso de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (ICH/UFJF).

Imperador D. Pedro II, o traje de sacração e coroação e a farda usada na cerimônia de seu casamento com a Imperatriz Teresa Cristina. Portanto, em relação à visualidade dos trajes usaremos fotografias de catálogo e outras reproduções onde os mesmos aparecem, com o objetivo de se estabelecer uma relação desses indumentos com a memória do Imperador e do colecionador que os adquiriu. Valemos-nos também de outras fontes secundárias onde os mesmos trajes são tratados, na tentativa de preencher as lacunas impostas a visualidade, dessa forma, buscamos analisar a potencialidade memorável das vestes em relação a fatos da história do Brasil e da instituição que hoje as abriga, pois as mesmas funcionam como um elo de ligação entre o monarca e seu povo no momento em que foram utilizadas e posteriormente tornaram-se “reliquias” importantes para coleção do Museu Mariano Procópio (MMP), sobretudo para o projeto de memória do criador do museu, Alfredo Ferreira Lage (1865-1944).

Do guarda-roupa do Rei para um Museu Mineiro

O MMP se caracteriza por seu acervo eclético intimamente ligado ao gosto pela história e pelas artes de seu idealizador, o advogado e colecionador Alfredo Ferreira Lage. Sem dúvida o maior número de peças é voltado para a memória do Segundo Reinado no Brasil, isso porque Alfredo era filho do comendador Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872), homem importante durante o reinado de D. Pedro II, responsável por obras* significativas para a história nacional; a *Villa*, que faz parte do complexo do Museu foi construída para ser residência de verão dos Ferreira Lage e para receber visitas do próprio imperador. Isso nos revela a proximidade da família com a corte e com a pessoa do imperador, o que, provavelmente, deixou marcas afetivas em Alfredo, ligando sua pessoa a um determinado grupo social.

Entre os objetos que compõem o rico acervo do museu estão algumas peças têxteis e de indumentária. É de extrema importância apontar essa coleção, pois são pouquíssimos museus brasileiros que conservam peças dessa natureza, devido ao difícil acondicionamento que as mesmas requerem.

No Museu são conservadas as fardas do Conselheiro Afonso Penna e as do visconde de Lima Duarte, o uniforme do fidalgo cavalheiro e moço fidalgo do colecionador Motta

* As obras importantes realizadas por Mariano Procópio foram a Estrada de Ferro D. Pedro II e a primeira estrada macadamizada do Brasil. (COSTA e JR. DAIBERT, 2008)

Maia, que era médico de Pedro II, o manto de corte da princesa Isabel, o traje de corte da irmã do Duque de Caxias, a baronesa de Suruhy, que também era dama de corte da imperatriz Tereza Cristina. Além de uma farda da guarda nacional, um quepe vermelho com o número 14 no distintivo, um capacete vermelho com um penacho vermelho e branco, uma peça têxtil também figura no acervo, trata-se de uma cortina de crivo em labirinto cerzido[†] com a inscrição “Independência ou Morte – 1822-1922”, que foi apresentada na ocasião da Exposição Internacional de Produtos Tropicais, em 1924, na cidade de Bruxelas pelo governo do Ceará. E finalmente, os fardões do imperador, que figuram entre as peças mais importantes do museu, são o cartão de visita da instituição criada por Alfredo (PINTO, 2008: 162).

A doação de sua coleção ao município foi feita no ano de 1915, mas a inauguração “oficial” do Museu se deu no ano de 1921, ainda para poucos, somente no ano de 1936 a doação foi realmente oficializada e as portas foram abertas ao público, as coleções de Alfredo saíam da esfera privada para o deleite e apreciação coletiva.

Uma das grandes aquisições entre os inúmeros leilões e exposições de que Alfredo participou, foi sem dúvida a dos fardões do Imperador Pedro II do Brasil, principalmente pela polêmica que a compra das vestes incitou. Elas foram compradas das mãos de um “belchior” no Rio de Janeiro, esse termo foi cunhado por Pedro Calmon (1902-1985) em um artigo que publicou na *Gazeta de Notícias*, jornal da mesma cidade. Tratava-se de um negociador de antiguidades, que pretendia vender as vestes para museus estrangeiros, mais precisamente nos Estados- Unidos ou Inglaterra. Quando tal boato se espalhou e chegou aos ouvidos do jurista e historiador Otávio Langaard (1866-1944) a polêmica em torno das roupas do imperador se inflamou e um grande debate entre os intelectuais brasileiros foi travado. Afinal eram “reliquias” que faziam parte de fatos importantes do império brasileiro e da história do Brasil como um todo. Travou-se uma ampla discussão em torno do patrimônio nacional, pois Alfredo demonstrou seu grande interesse em adquirir as vestes imperiais, enquanto os demais museus se abstiveram, pois a quantia pedida era vultosa. As três peças foram confeccionadas pela firma G. de Miguel & Companhia e Alfredo pagou por elas ao tal “belchior” a quantia de

[†]Crivo é uma técnica que data do século XVI e é feito tradicionalmente com linha branca sobre tecido branco, compondo os motivos com ponto cheio e retirando ou recortando parte do tecido fundo. Labirinto é um tipo de bordado feito no nordeste (Ceará) pelas mulheres bordadeiras, é o bordado de fio cortado, distendido numa armação de madeira, quadrada ou quadrilateral, chamada grade; é a seguir cheio, isto é, recoberto de bordados feitos à agulha. O cerzido é a passagem da linha, substituindo os fios retirados e formando, assim, o desenho. (site: <http://www.jangadabrasil.com.br/maio57/of57050b.htm> - acesso em 05/05/2011).

10:000\$ (10 contos de réis), assim as peças foram incorporadas no ano de 1926 ao acervo do colecionador juizforano (PINTO, 2008: 176-177).

Segundo informações levantadas em jornais da época para sua pesquisa, Rogério Rezende ainda aponta que os trajes imperiais foram presenteados e conservados por Paulo Barbosa da Silva (1790-1868), que foi mordomo, camarista e guarda jóias da Casa Imperial, era pessoa de alta estima do imperador. Quando de sua morte, a viúva Francisca de Paula dos Anjos Alpoim (1794-1871) se tornou guardiã dos fardões, mas quando esta veio a falecer também, as vestes passaram para as mãos do amigo de Paulo, Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, este as conservou até morrer em 1897 e sua viúva, Francisca de Oliveira as herdou. Como as vestes foram parar nas mãos do “Belchior” e antes do momento da aquisição de Alfredo, o pesquisador não pode apurar (PINTO, 2008: 178). É importante notar que a transmissão estabelecida em torno dos trajes, nas palavras de Stallybrass, “é uma transmissão de riqueza, de genealogia, de conexões reais, mas também de memória” (2008: 29). Essas pessoas, de alguma forma, partilhavam da intimidade ou conheceram o imperador, e sabiam que essas roupas estavam ligadas a fatos que, segundo elas, mereciam ser lembrados através da materialidade das vestes que o jovem rei portou um dia.

Uma roupa nova para o menino Rei

Impossível falar, de roupas, rituais honoríficos, etiqueta e tantas outras práticas que cercam o sistema monárquico sem lembrar-se da figura do rei francês Luis XIV, que como nosso imperador Pedro II, foi entronado muito jovem, mais precisamente aos 4 anos de idade, no ano de 1643. Este monarca se cercou de um sistema de representações que fizeram encarnar em sua pessoa todo o Estado francês, a ele é atribuída a famosa frase, “*L’Etat c’est moi*” (“O Estado sou eu”). Para tornar a França um Estado centralizado foi preciso mais do que combater a Fronda (1648-1653)[‡] e nesse caso Peter Burke afirma ser caro ao monarca o que ele define como representação, termo apropriado do teatro pelo antropólogo americano

[‡] “Pode ser definida, entre outras coisas, como um conflito entre duas concepções de monarquia: limitada versus ‘absoluta’. Na primeira concepção, o poder do rei de França era limitado pelas chamadas “leis fundamentais” de reino, cujo guardião era o Parlamento de Paris. Na segunda concepção, que prevalecia na corte, o rei tinha ‘poder absoluto’. (...) A Fronda, que foi derrotada em 1652, teve considerável efeito no modo como o jovem rei e seu governo foram apresentados ao público. Em 1654, uma estátua de Luís pisando um guerreiro prostrado (símbolo da Fronda) foi instalada no pátio do *Hôtel de Ville*, em Paris. (Gilles Guérin, **Luís XIV esmagando a Fronda**. Mármore, 1654. Musée Conde, Chantilly). BURKE, Peter. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública d Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 52.

Clifford Geertz, que em seus estudos chamou de “Estado de teatro”. Dessa forma, representação, tinha para época do monarca francês como

Um de seus principais significados era “desempenho”. O jesuíta Menestrier, um especialista em emblemas, espetáculos e outras formas simbólicas, publicou um livro sobre “representações musicais” em 1681. Quando viu pela primeira vez a duquesa de Borgonha, então com 11 anos, Luís comentou com Madame de Maintenon que, quando chegasse para a menina o momento de representar seu papel no palco da corte, ela o faria com graça e encanto (*Quand Il faudra un jour qu'elle représente, elle sera d'un air et d'une grâce à charmer*). Outra definição de representação num dicionário desse período é: “imagem que nos traz de volta à ideia e à memória os objetos ausentes” (*Image qui nos remet en idée et en la mémoire les objets absents*). (BURKE, 1994: 20)

Esses significados da palavra “representação” nos permitem fazer muitos desdobramentos sobre os objetos que estudamos. As roupas, enquanto objetos inanimados, são uma maneira de “apresentação do eu” (BURKE, 1994: 19). Luís XIV, provavelmente ficaria incógnito sem sua peruca, seus trajes honoríficos e seu famoso “*tallon rouge*” (salto vermelho), tão bem representado no retrato de Rigaud[§].

Assim como o monarca francês, nosso Pedro de Alcântara, herdeiro de Pedro I, abandonado pelo pai aos 5 anos de idade, se viu, ainda jovem, tendo que assumir o Império Tropical deixado pelo pai.

O dilema da maioridade é fato importante na História do Brasil, ele surge como forma de unificar novamente a nação, que durante a Regência encontrava-se fragmentada devido a uma série de Atos Adicionais feitos na constituição, que davam poderes as províncias através da criação das Assembléias Provinciais (CARVALHO, 2007: 36).

A antecipação da maioridade de Pedro surge como uma solução ao período “mais conturbado da história do Brasil” (CARVALHO, 2007: 36). O partido Liberal, paradoxalmente engendra o golpe colocando o jovem Pedro, então com 14 anos, no trono em 23 de julho do ano de 1840. O país estava dividido frente à figura do rapaz que colocavam no trono, havia aqueles que gritavam: “Queremos Pedro Segundo,/ Embora não tenha idade;/ A nação dispensa a lei,/ E viva a maioridade!” ou ainda, “Quem põe governança/ Na mão de criança/ Põe geringonça/ No papo da Onça” (SCHWARCZ, 1998: 74). Disputas a parte,

a expectativa de um imperador capaz de por sua posição garantir segurança e estabilidade ao país é tão presente que D. Pedro, em uma de suas primeiras proclamações aos rebelados rio-grandenses-do-sul, em agosto de 1840, fala como o grande pai (...) Unindo a autoridade da qual se via ungido à metáfora poderosa de

[§] Hyacinthe Rigaud, **Retrato de Luís XIV**. Óleo sobre tela, 1700. Louvre, Paris

Luís XIV, o brilhante rei sol, o pequeno monarca tornava-se grande à frente de seus súditos, tanto quanto a peça que se montava. O imperador iniciava sua vida cívica envolto de um suntuoso teatro, o da sua precoce maturidade. As roupas de adulto, os gestos maduros, as lições avançadas, a fama de filósofo, tudo contribuía para fazer do monarca um personagem excepcional, estranho a si mesmo. (SCHWARCZ, 1998: 70-71)

As roupas nesse caso cumprem o papel fundamental pelos quais lançamos mão até hoje, o de passar uma mensagem, e no caso de Pedro, a mensagem a ser codificada era a de um monarca preparado para assumir o futuro da nação. Assim, o fardão de veludo azul com ricos bordados dourados e delicados botões cravados com a coroa e as iniciais do imperador, que ao vermos hoje no Museu Mariano Procópio acusar o franzino corpo do monarca de 14 anos, a sua época dotou o mesmo de magnitude e maturidade.

As cerimônias seguintes a antecipação da maioridade, foram a sagração e a coroação realizadas em 18 de julho de 1841, nelas o imperador já com 15 anos completos, usou uma túnica de seda cor de creme, também ricamente bordada com fios de ouro em estilo romântico, os sapatinhos de couro e cetim complementavam o traje, usado na cerimônia que “estava mais para um modelo napoleônico, ou era antes uma recuperação dos mais requintados rituais das monarquias européias do que uma exaltação da ‘modernidade’”. É importante ressaltar que a sagração foi um ritual recuperado por Pedro I, apenas dois reis lusitanos haviam sido ungidos, D. Afonso I e D. Sancho I, os demais eram aclamados, isso denuncia o caráter fortemente contraditório da monarquia constitucional brasileira, pois a sagração demarcava uma espécie de poder sagrado do soberano. Assim nasceu o Segundo Reinado no Brasil.

Aos dezoito anos, idade que já o tornava de fato maior, quase homem feito para época, se tornou necessário encontrar uma noiva para desposar o imperador. Mais uma etapa da vida de Pedro era absorvida em nome do “Estado de teatro”, as palavras do mordomo e homem de confiança Paulo Barbosa são enfáticas: “Lembre-se da dignidade do seu cargo, um casamento entre reis e imperadores é um negócio de Estado”, na tentativa de acalantar o rapaz que choramingava: “Enganaram-me!” no regaço da Dadama. Isso porque a mulher do retrato que lhe fora antes apresentado, era, pessoalmente, muito diferente. Tereza Cristina era quase quatro anos mais velha, baixa, gorda e manca. Mas a cidade celebrou as bodas alheia ao sofrimento do jovem Pedro, que portou, como um verdadeiro soberano, a casaca durante toda a cerimônia. Cerimônias que eram custosas ao jovem, em seu diário escreveu: “Quanto me custa um cortejo, como mói!” (CARVALHO, 2007: 41).

Pedro representou com responsabilidade e empenho, mesmo a custa de seus sentimentos pessoais, o seu papel na corte tropical, entre tantas festas, aclamações e gestos, já não se sabia mais onde estava o menino e o rei, pois ambos vestiam as mesmas roupas.

O projeto de Alfredo: a memória do Império na República.

Alfredo era monarquista convicto, homem de transição, viu o império e toda sua classe degradingolar com a instauração da república. De forma que, o menino que antes colecionava artefatos ligados a história natural, se viu, num segundo momento incentivado, quase que por um gesto de reminiscência tardia, a dedicar mais atenção a recolher e selecionar objetos e peças de caráter histórico e artístico. Portanto, o projeto de memória de Alfredo passava pela responsabilidade de guardar um tempo, que os republicanos queriam esquecer.

Isso nos remete ao conceito de memória do sociólogo francês, Maurice Halbwachs (1877-1945), que foi o primeiro estudioso a pensar a memória para além de seu caráter individual. Ao contrário das teses psicologizantes que postulavam que a memória individual não é só uma condição necessária, mas também suficiente para o reconhecimento e recordação das lembranças, Halbwachs postulava que não só nós nunca lembramos sozinhos, como também o fato de que a memória se esvai quando nos afastamos do grupo que estava a ela ligado. Ecléa Bosi sintetiza bem a ideia do sociólogo, apontando que:

Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelas matérias que estão, agora, à nossa disposição no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. A menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória. Por essa via, Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade. (BOSI, 1994: 55)

As coleções históricas e artísticas de Alfredo são o momento capital para ressaltar e celebrar o valor do caráter passado da nobreza brasileira, o colecionador talvez tenha percebido que tudo poderia se dispersar, desaparecer. O historiador Ulpiano Bezerra de Menezes afirma que:

Seria interessante pensar numa das implicações do conceito de representar, que significa apresentar de novo. Apresentar de novo porque algo está ausente. Aquilo

que se representa não está presente, nem é um duplo. Representar não significa desfazer a ausência. E esta é a ambigüidade da representação, em qualquer de seus vetores: a imagem visual, a palavra, o som, as coisas etc. Representar significa, ao mesmo tempo, tornar presente o que está ausente, mas pela própria presença da ausência, acentuar a ausência. O museu não haveria de escapar desta ambigüidade fundamental, porque é da natureza da representação o jogo entre presença e ausência. O museu, portanto, não reproduz a vida, ele é parte da vida, atendendo a nossas necessidades de representação. (MENEZES, 2010: 18-19)

Dessa forma, a verdadeira odisséia que foi a aquisição das vestes do imperador não apresenta gestos deslocados de um colecionador compulsivo, essa não era a personalidade de Alfredo, que sem dúvida viu nas roupas uma possibilidade reconstruir seu passado afetivo com a monarquia, principalmente porque as roupas são a materialização da ideia contida na reflexão de Ulpiano, “a presença da ausência”. Peter Stallybrass nos ajuda, mais uma vez, a compreender melhor esse papel das roupas em nossa sociedade:

Numa sociedade da roupa, pois a roupa é tanto uma moeda quanto um meio de incorporação. À medida em que muda de mãos, ela prende as pessoas em redes de obrigações. O poder particular da roupa para efetivar essas redes está estreitamente associado a dois aspectos quase contraditórios de sua materialidade: sua capacidade para ser permeada e transformada tanto pelo fabricante quanto por quem a veste; e sua capacidade para durar no tempo. A roupa tende pois a estar poderosamente associada com a memória ou, para dizer de forma mais forte, a roupa é um tipo de memória. Quando a pessoa está ausente ou morre, a roupa absorve sua presença ausente. (STALLYBRASS, 2008: 13-14)

Portanto, o ato de recolher peças e dar a elas uma carga simbólica, mas que seriam possibilitadores de outras pessoas conseguirem ver o invisível através da sua orientação, foi para Alfredo a maneira de resguardar a memória de seu grupo no seio de uma nação associada a um novo sistema político que se apunha a esse passado. Transformar sua coleção privada em um museu foi o último passo para ligá-la a tradição, fazendo de seu projeto parte da memória coletiva da sociedade de Juiz de Fora e do Brasil.

Referências

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública d Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu e a questão do conhecimento. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (organizadores). **Futuro do pretérito**: escrita da história e história do museu. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/Expressão Gráfica editora, 2010, p. 18-19

PINTO, Rogério Rezende. **Alfredo Ferreira Lage, suas coleções e a constituição do Museu Mariano Procópio – Juiz de Fora, MG**. Juiz de Fora: 2008 (Dissertação de Mestrado, História, UFJF).

ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências**: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII). São Paulo: editora SENAC, 2007.

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

História Oral e Educação

Um Estudo Comparado do Ser Nacional e da Violência no Brasil, no México e na Alemanha do Início do Século XX: inspirando futuros pesquisadores professores, e professores pesquisadores.

Ana Luiza de Oliveira Duarte Ferreira*

Resumo: Minha idéia nesta comunicação é analisar aspectos teóricos e educacionais dos chamados estudos comparados, e apresentar modos de se trabalhar comparativamente o nacionalismo e a violência. O propósito é abordar um exemplo de reflexão, e instigar graduandos tanto interessados em pesquisa acadêmica, quanto em se preparar para a docência no ensino básico. Como historiadora, comprometida com a análise do tempo histórico, problematizo textos produzidos em dados recortes espaciais e temporal (Brasil, México e Suíça/Alemanha do início do século XX): *Raízes do Brasil* (1936), de Sergio Buarque de Holanda, *El perfil del hombre y la cultura en México* (1934), de Samuel Ramos, e *Wotan* (1936), de Carl Gustav Jung.

Palavras-chaves: nacionalismo; violência; Estudos Comparados; História Comparada; Ensino de História; Sergio Buarque de Holanda; Samuel Ramos; nazismo.

Abstract: My idea in this paper is to analyze theoretical and academic aspects of the so-called Comparative Studies, and to introduce ways of studying comparatively the concepts of nationalism and violence. The purpose is to present an example of reflection, and to instigate both graduates interested in academic research and graduates that want to teach in primary schools. As a historian, committed to the analysis of historical time, I approach texts produced in the following temporal and spatial profiles: Brazil, Mexico and Germany, in the early twentieth century; they're *Raízes do Brasil* (1936), by Sergio Buarque de Holanda, *El perfil del hombre y la cultura en México* (1934) by Samuel Ramos, and *Wotan* (1936), by Carl Gustav Jung.

Keywords: nationalism; violence; Comparative Studies; Comparative History; Teaching History; Sergio Buarque de Holanda; Samuel Ramos; Nazism.

* Doutoranda pelo PROLAM/USP

Quando decidi inscrever-me para apresentar algumas reflexões nesta Semana de História, ocorreu-me o propósito de organizar uma comunicação que pudesse ser útil especificamente aos graduandos desta instituição. Minha idéia era não só abordar o tema do evento – o nacional e a violência –, mas fazê-lo através de um modelo de abordagem, de uma metodologia, que fosse útil tanto para pesquisas universitárias, quanto na preparação de aulas de qualidade para o Ensino Fundamental II e Médio.

Quando cursava História, há alguns anos, aqui na UFJF, a mim e a meus colegas, desde os primeiros anos, rondava uma certa ansiedade em relação ao futuro como profissionais da História. Alguns começaram, pouco a pouco, a participar de núcleos e pesquisas de professores, outros passaram a se dedicar ao cursinho popular e afins; mas todos queriam tomar um rumo pessoal, escolher um tema que nos motivasse intimamente e ao mesmo tempo tivesse pertinência acadêmica e social. Ora, acredito que os Estudos Comparados constituem um campo bastante profícuo.

A professora Maria Ciavatta Franco, da Universidade Federal Fluminense, considera importante a abordagem comparativa do tema nacional ainda hoje, porque recorrente e possivelmente muito profícuo. É comum se dizer que as identidades nacionais, no mundo altamente globalizado, não chegam a ser tão fortes e significativas como outros tipos de identidades como a sexual, a religiosa, a étnica e a política. A formação de blocos regionais, porém, põe em pauta o que há de comum entre os cidadãos de tais ou quais nações, formalmente integradas, e retoma a temática do nacional inevitavelmente a partir do comparativismo. Além disso, seguimos vivendo em e de acordo com as leis estipuladas pelas instituições nacionais; assim, nas idas e vindas entre o globalizado e o local, a comparação entre povos mais ou menos desenvolvidos, povos mais ou menos organizados, povos mais ou menos felizes, segue sendo pertinente (FRANCO: 198).

Franco nos lembra que a comparação é uma operação mental das mais fundamentais. É a partir da comparação que definimos quem somos, quem são aqueles com quem convivemos, se gostamos ou não de algo, e quais são os nossos desejos, projetos e sonhos. É por meio da aproximação, identificação, oposição, comparação com o outro que enriquecemos culturalmente, intelectualmente e eticamente (FRANCO: 198 e 200). Conforme a antropóloga italiana Matilde Calari Galli, “Em uma sociedade como a atual, cheia de

tensões crescentes, educar para o diálogo, para o confronto – e, portanto, para a escuta – torna-se sempre mais necessário, porque sem esta capacidade, sem esta vontade, condenaremos as futuras gerações ao conflito permanente, à luta e à violência, e talvez, a se tornarem protagonistas da destruição de nosso planeta” (CALLARI GALLI, 1996: 28).

Visando ser didática, dividirei minhas reflexões a respeito do comparativismo em três partes: (I) uma síntese das principais estratégias de comparação para análise da história das sociedades, das nações e dos tipos nacionais, ao longo da história das Ciências Sociais; (II) algumas especulações sobre possibilidades e potencialidade de estudos, hoje, em História Comparada; e (III) algumas sugestões de abordagem comparativa para as aulas de História.

Todas essas partes serão percorridas por considerações sobre a violência no Brasil, no México e na Alemanha. Essas considerações serão historicizadas a partir de conceitos elaborados no início do século XX, que se desdobraram nas décadas seguintes, e têm, até hoje, importância e significado. Esses conceitos foram elaborados por autores muito importantes naqueles primeiros anos dos noventa e na atualidade: trata-se do brasileiro Sergio Buarque de Holanda, do mexicano Samuel Ramos, e do suíço Carl Gustav Jung.

Vocês podem argumentar, porém, que dois desses homens não chegaram jamais a ser citados ou a ser profundamente abordados por nenhum de seus professores. “Falamos muito em Sergio Buarque, é verdade. Mas Jung? Samuel Ramos?” – vocês podem estar se perguntando.

De fato, Jung é pouco referido por historiadores, apesar de ter uma concepção de história e do ser humano na história bastante interessante (o mesmo é válido para outros interessados na análise da psique, dentre os quais o mestre Sigmund Freud). Entretanto, não se pode dizer que carecemos de acesso à obra de Samuel Ramos, pois foi ele a grande inspiração para a elaboração do sempre-lido *El labirinto de la soledad*, do também mexicano Octavio Paz – esse nome vocês certamente conhecem (PAZ: ANO 2006).

No início do século XX esses três autores publicaram textos sobre três países, e prontamente ganharam audiência: Holanda escreveu o intrigante *Raízes do Brasil*, Ramos escreveu o polêmico *El perfil del hombre y la cultura en México*, e Jung escreveu *Wotan*, sobre o povo alemão.

Jung se interessou por seus vizinhos, que naqueles idos demonstravam uma força nunca dantes imaginada; pretendeu entender o ser alemão, e seu destino. Não pôde concordar, então, que o fenômeno nazista correspondesse a algo como um acesso de “fúria”. Os alemães, sob

seu ponto de vista, não estavam apenas furiosos, magoados, coléricos. Mais do que isso, sentimentos arrebatadores assumiram as mentes de todo aquele povo, e de tal forma que o punha fora dos eixos, fora das rotas convencionais; o desvirtuavam e condenavam ao medo, à angústia e à iminência da destruição absoluta, da morte (JUNG, 1988: 9).

E isso não ocorria, conforme sua análise, por sedução de um líder. A Alemanha, na década de 1930, tratava-se de um caso de “possessão” não por Hitler, como as mentes incautas diriam, mas por Wotan (p. 8).

Conforme contam lendas e cantos, Wotan era um deus nórdico, cultuado por jovens que em sua homenagem marchavam do norte da Europa ao sul, até a Sicília. Wotan era a representação do espírito errante, agitador, tumultuador dos destinos (JUNG, 1988: 4), “desencadeador de tempestades” (JUNG, 1988: 10). Divindade de ímpetos violentos, extasiantes, do ódio e do delírio amoroso; e, também, divindade dos mortos, do mistério e da revelação (JUNG, 1988: 11).

De acordo com Jung, Wotan acabara de despertar de um longo sono, iniciado com a cristianização da Europa central, e percebera-se sonolento mas vivamente estendido na selva do inconsciente da juventude hitlerista (JUNG, 1988: 5). Wotan era, assim, um mito, um tipo, uma metáfora que sintetizava os impulsos e mobilizações recentes do povo alemão.

De maneira semelhante a Jung, Holanda e Ramos sintetizaram a percepção que tinham a respeito de seus concidadãos em metáforas: respectivamente, o “homem cordial” e o “pelado”. O homem cordial, ao contrário do que muitos pensam e reproduzem, não seria, ao ver de Holanda, um ser propriamente amoroso, festivo, hospitaleiro e severamente pacífico. Seria o ser de baixa auto-estima que se esconde através de uma postura artificialmente amigável; mas que é capaz de tudo para defender seus próprios interesses, e os interesses daqueles com quem possui vínculos familiares e afetivos. Para Holanda, esse “tipo” se formou historicamente, através dos tempos, no território onde hoje se localiza o Brasil, e podia ser considerado representativo do nosso povo ainda na década de 1930 (HOLANDA, 1997).

Isso difere consideravelmente a análise de Holanda da análise de Gilberto Freire, em *Casa-grande & senzala*, entre outros. É certo que não consta na obra de Freire o difundido conceito de “democracia racial”, mas me parece indiscutível que a idéia está sim, ali efetivamente presente. Em *Raízes do Brasil*, não está, não.

Quer dizer então que o “homem cordial”, que a publicidade vende como homem pacífico e pacifista, aos olhos de Holanda poderia ser também um homem disposto à guerra?

Conforme o autor de *Raízes do Brasil*, sim, mas nunca em defesa de ideais abstratos ou propósito coletivo; o homem cordial pegaria em armas apenas para defender um chefe, com o qual possui laços que, obviamente, lhe repercutem em benefícios materiais pessoais e específicos (HOLANDA, 1997: 61).

Holanda de fato afirma que “detestamos notoriamente soluções violentas”, “desejamos ser o povo mais (...) brando do mundo”, “fomos das primeiras nações que aboliram a pena de morte”, que “tudo isso são feições bem características de nosso aparelhamento político [institucional]”, e tão características, que nos podem levar a pensar que na prática vivemos uma realidade desigual mas pacífica. Lê-se em *Raízes do Brasil*, porém, que não é isso que ocorre, efetivamente: há, a bem da verdade, “um desequilíbrio singular” entre discurso político e vida social. Não se engane, portanto, o leitor: isso constitui, ao ver de Sérgio, uma grave anomalia (HOLANDA, 1997: 177).

É certo que Ramos tem, a respeito dos mexicanos, uma visão um tanto distinta; porém sua análise, no final das contas, apresenta fundamentações semelhantes às de Holanda.

Ramos também caracteriza o homem do México por seu sentimento de inferioridade, mas pontua que, naquele país, o sentimento de inferioridade não tentou revestir-se em simpatia artificial, e sim num comportamento feroz, bruto, grosseiro. O mexicano é chamado pelo autor de *El perfil del hombre y la cultura en México* de “pelado”, porque, por mais que deseje ser visto como um chefe bem vestido, ornamentado de jóias mexicas, grandes sombreros e com um largo cartucho de balas cruzando as costas, sente-se nu, exposto, inseguro e disposto a reagir violentamente a qualquer aproximação física ou íntima, considerada sempre inconveniente (RAMOS, 1975).

O que dizer sobre a relevância de tais conceitos, nos dias de hoje? É de fato importante trabalhar tais temas na atualidade? Será que aos alemães a metáfora de Wotan ainda lhes incomoda? Será que hoje a idéia de cordialidade nos desconforta? Os mexicanos já não mais se interessam pela noção de “pelado”? Acredito ser realmente pertinente tentar responder tais perguntas.

E a alguém pode ocorrer que respostas pontuais para cada um desses casos talvez não resultem em proposições tão profícuas quanto tecer respostas *articuladas*. É justamente aqui que entra em questão a problemática da comparação.

I. Desde o início do século XX um número considerável de renomados pensadores têm se perguntado sobre a pertinência de se trabalhar comparativamente. A princípio, se dedicaram a essa tarefa expoentes das Ciências Sociais. Ora, era difícil para os historiadores, centrados tradicionalmente na concepção de fato histórico singular, se interessarem por uma abordagem que prezasse pela relação, mistura e, enfim, pela generalização.

Émile Durkheim foi um dos cientistas sociais que concedeu maior importância à comparação. Considerava que era ela uma condição essencial da abordagem científica, porque, após selecionar e comparar fontes, por indutivismo era possível se chegar a conclusões mais precisas sobre o objeto de análise “sociedade humana”. A comparação, assim, para Durkheim, era inerente e indispensável às boas pesquisas em Ciências Sociais (DURKHEIM, 2003).

Max Weber também considerou a comparação como estratégia fundamental. Através do conhecimento das fontes, Weber formulava os chamados “tipos ideais”, generalizações testadas através da reavaliação de novas fontes. Não, ao contrário do que propõem muito historiadores Weber não promovia uma generalização, seguida de classificação: ele estabelecia, através da formulação dos “tipos ideais” padrões de referência de análise (WEBER, 2004).

De maneira semelhante trabalhou Jung. Em 1921 ele publicou o livro *Tipos psicológicos*, no qual abordou duas referências de comportamento, pensamento e afetividades: a introversão e a extroversão; elas duas se desdobravam, por sua vez, cada qual, em quatro principais subtipos: o pensativo, o sentimental, o sensitivo e o intuitivo. A proposta não era, como perceberam muitos de seus críticos e como afirmam muitos RHs, compor um catálogo com rótulos dos quais os analistas pudessem dispor, para classificar seus pacientes, e, a partir de então, ministrar tratamentos. Jung criou os tipos como referência de abordagem: usava-os para ser melhor compreendido pelos pacientes e pelos familiares dos pacientes; como ponto de partida para explorar o que havia de peculiar e único em cada individualidade (JUNG, 1976).

Em livros posteriores, Jung passou a trabalhar o conceito de arque-tipo, quer dizer, algumas referências simbólicas, entranhadas em todos os seres humanos, das gerações e civilizações as mais variadas, e vislumbradas em sonhos, delírios e na literatura universal. Ele não queria com isso dizer que existem fórmulas para interpretação, por exemplo, de sonhos; nada disso. Ele apenas notou, com base em anos de experiência como psicólogo e após

profunda investigação sobre civilizações orientais, que alguns símbolos se repetem. Caberia ao analista, em cada um dos casos, levar os pacientes a elaborarem seus significados (JUNG, 2008).

Vejam bem: Wotan é, propriamente, um arquétipo jungiano. Jung considerava que aqueles que acreditavam e confiavam piamente nos mitos eram, a bem da verdade, tão ingênuos quanto aqueles que julgavam serem os mitos invenções supersticiosas. Os mitos eram, conforme seu entendimento, “*personificações de formas psíquicas*”, correspondiam à maneira como os antigos e dos contemporâneos, com grande sabedoria e profundidade, abordavam as razões e desrazões da mente humana – em metáforas.

Escreveu Jung em *Wotan*: “O paralelo entre Wotan redivivo e a corrente social, política e psíquica que sacode a Alemanha atual pode valer, ao menos, como uma semelhança ou um ‘como se’” (JUNG, 1988: 8).

Como se sabe, Weber foi o principal referencial teórico de Sergio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*. Sim, Holanda analisou documentos sobre a história de nosso país, textos diversos de modalidades diversas, contrastou características nossas com características de anglo-saxões, ibéricos e outros latino-americanos, e veio a elaborar o tipo “homem cordial”. Notem que, tal como Weber, o propósito de Holanda não era elaborar um cardápio de tipos, visando enquadrar os norte-americanos neste, os portugueses naquele, os mexicanos nesse outro. A idéia de Holanda era usar essa generalização para avaliar as peculiaridades de cada povo, inclusive o povo brasileiro.

Pode ser que lhes ocorra a questão: todo brasileiro seria “cordial”, conforme o entendimento de Holanda? É evidente que não. Mas perceber o todo, o corpo social, como associável ao complexo de características do “homem cordial” não pode nos ajudar a melhor compreender como vivemos coletivamente, como nos relacionamos?

É hora de vocês tomarem nota, então, de que Carl Gustav Jung é justamente a principal referência metodológica de Samuel Ramos, em *El perfil del hombre y la cultura en México*. E que, como vocês já devem imaginar, tal como Holanda e Jung, o autor mexicano não intenta meramente rotular seus conterrâneos. O propósito de Ramos era, após comparar mexicanos e norte-americanos, mexicanos e espanhóis, e mexicanos e outros latino-americanos, apresentar uma síntese-conceito, a ser estudada, e para a qual se buscariam medidas de superação. Ramos não percebia, ademais, o pelado de maneira “fechada”; muito pelo

contrário, intentou desdobrar seu perfil em três: o pelado intelectual, o pelado urbano, e o pelado burguês (RAMOS, 1975).

Note-se que nem Jung, nem Holanda nem Ramos apostavam na imutabilidade dos tipos por eles propostos. Jung percebia que Wotan não habitara intermitentemente os corações alemães; aliás, ele muito recentemente havia despertado de seu sono. Ramos acreditava profundamente que uma educação mais realista e ao mesmo tempo erudita poderia transformar o povo do México. Talvez apenas Holanda fosse um tanto mais pessimista; entretanto, não deixou de apostar em um tipo de revolução nosso – “Nossa Revolução” é o título do último capítulo de *Raízes do Brasil* (HOLANDA c. 7).

II. O comparativismo de Jung, Holanda e Ramos é bastante distinto do comparativismo legitimado entre os historiadores, sobretudo a partir da consolidação da *École des Annales*. O annalista que se celebrou pelo interesse pela História Comparada foi Marc Bloch. Ele, tomando como referência teórica Durkheim, desejou que as comparações ocorressem, em pesquisas históricas, de maneira a garantir a cientificidade; quer dizer, cumprindo um certo rigor, e concentrando-se na análise de fatos históricos singulares (BLOCH, 1928).

Isso mesmo: Bloch sugeriu que os historiadores se restringissem a abordar sociedades contíguas, de maneira que se pudesse perceber, facilmente, como determinada semelhança ou diferença denotavam influência ou afastamento entre elas.

Vocês notaram como o comparativismo dos franceses se distingue do comparativismo de Jung, Holanda e Ramos? Enquanto esses exploram generalizações, aqueles se mantêm alinhados à tradição de que sínteses mais amplas, o estabelecimento de leis, e a construção de tipos, seria atributo das Ciências Sociais, e não da História.

Meu modo de entender as coisas é, porém, um tanto distinto. Todo historiador, mesmo os alinhados à herança de Febvre e Bloch, não trabalha, todo o tempo, com conceitos generalizantes como feudalismo, escravidão, ou mesmo nação? E feudalismo não é algo como um “tipo” de estrutura produtiva; escravidão não é um “tipo” de relação social; e nação um “tipo” de ordenamento social? Sim, considero um despropósito o receio dos annalistas frente ao que é generalização, especulação subjetiva, porque, inevitavelmente, todo investigador o faz, a todo tempo, em toda pesquisa. E o digo pautada, por um lado, em Reinhard Koseleck,

autor de *Futuro do passado* (KOSELLECK, 2006), e, por outro, em Marcel Detienne, autor de *Comparar o incomparável* (DETIENNE, 2004).

Vocês devem ter percebido que tampouco minha abordagem da violência e do ser nacional na Alemanha, no Brasil e no México coincide com a sugestão de Bloch, porque ignora sua concepção tradicional de contiguidade, e não visa perceber trocas culturais entre as sociedades alemã, brasileira e mexicana. Mas, notem bem, meu propósito tampouco é apresentar um sistema onde o tipo alemão, conforme Jung, o tipo brasileiro, conforme Holanda, e o tipo mexicano, conforme Ramos, aparecem articulados em uma linha evolutiva. Não, como historiadora me interessa também pela singularidade de cada um desses tipos nacionais; pela forma peculiar com que cada um desses autores percebeu o modo de vida dos habitantes de determinados países. Interesse-me também pela maneira especial com que, supõem seus formuladores, o ser nacional que designam perceberia o uso da violência.

Meu propósito é propor a reflexão sobre tradicionais e recorrentes clichês nacionais. E é também apresentar a violência como característica das mais diversas conformações sociais, a despeito de serem essas conformações sociais umas mais, outras menos desenvolvidas tecnologicamente; umas mais, outras menos críticas.

A relação entre violência e tipo nacional pode ser explorada em diversos âmbitos, pelo pesquisador de história: desde a violência exercida pelo Estado, passando pela criminalidade, e incluindo manifestações em prol de direitos sociais que recorrem às armas e com a intenção de mobilizar transformações revolucionárias.

Note que, entre Jung, Holanda e Ramos prevalece a noção de que a violência não se opera apenas de cima para baixo, nem organizadamente de baixo para cima. Ela se dissolve nas relações sociais, que justificam e legitimam medidas arbitrárias e injustas por parte dos governos. Em se tratando do Brasil, o Estado deve manter uma imagem que condiga “com a doçura de nosso gênio” (HOLANDA: 176), sugerindo-nos que nos “acolhe”; embora, evidentemente, não o faça. Em se tratando do México, é de se desconfiar que Ramos, que viveu e escreveu durante a Revolução Mexicana, aborda “la lucha de las generaciones” como meramente intelectual, e não um confronto propriamente armado (RAMOS: c. 12).

No caso da Alemanha e da análise de Jung, essa violência se justificaria por um sentido maior, uma ordem superior, transcendente mas real e geral. No caso do Brasil e do México de Holanda e Ramos, a violência se explica pelo contrário: pela desordem social,

pelas tensões dissonantes, pela exacerbação dos individualismos, pela falta de comprometimento com a coletividade.

Um colega mestrando em Literatura na New Mexico State University, Fabio Salem Daie, pontuava-me, por esses dias, que efetivamente as maneiras de se entender o termo “violência” variam muito, de contexto para contexto. Voltando de uma longa estadia nos Estados Unidos, contou, rindo, que chamar alguém de “loser” constitui ali uma agressão humilhante. Entre nós, brasileiros, o deboche não tende a ser encarado como ofensa, certo?

Porém, Daie não deixa de se preocupar com a elucidação de dadas proporcionalidades. E cita a teórica feminista indiana, Gayatri Spivak, que faz notar a considerável diferença entre a realidade feminista nos EUA, e na Índia.

Em outras palavras, para Daie, a despeito de cada comunidade possuir lógicas próprias de comportamento e para entendimento do mundo, temos a obrigatoriedade ética de pensarmos limites para o relativismo. Dizia-me ele, em nossa última conversa: “Se não pesamos bem, acabamos por perder todas as medidas, não?”

Bom, me parece que está ficando bastante claro que a História comparada tem de fato uma grande importância política. Não é estranho que não são muitos historiadores que se vinculem hoje, no Brasil, formalmente aos estudos comparados?

Há poucas instituições de pós-graduação no Brasil que se dedicam especificamente à abordagem comparativa. Deve-se citar a USP e a UnB, respectivamente com os programas PROLAM e ECA, interdisciplinares e com foco na América Latina. Há diversos institutos que trabalham a Literatura Comparada como área de concentração: além da USP, a UFRJ, a UERJ, a UFC, a UFBA, a UFRN, a UPel, a UESC, etc, etc, etc. Mas há apenas um que trabalha a História Comparada: na UFRJ.

O Programa da Universidade Federal do Rio de Janeiro começou a ser gestado em 2001 por um grupo de 20 pesquisadores, foi credenciado à Capes em 2004, e hoje conta com quase 30 professores titulares, que se subdividem em 3 linhas de pesquisa: História Comparada das Diferenças Sociais, História Comparada das Formas Narrativas e História Comparada das Formas Políticas. Dentre os entusiastas do programa figuram nomes como o de Maria Yeda Linhares.

Focando o nacional, muitos temas vêm sendo trabalhados comparativamente; são exemplos bem clássicos: a economia, a política, a demografia, as migrações. Mas, hoje, vários outros se destacam como preferência: arte, literatura, religião, urbanização e educação escolar.

Há pesquisas sobre violência escolar (muitas delas considerando os professores como vítimas; e a precarização do ensino em diversos países da América Latina), sobre violência contra a mulher, violência racial, criminalidade e tráfico de drogas.

III. Fala-se muito, nas escolas de ensino básico paulistas, da chamada Taxonomia de Bloom, quer dizer, de referenciais estabelecidos pelo norte-americano Benjamin Bloom para que os professores estabeleçam objetivos educacionais. Conforme o estudioso, os educadores deveriam se concentrar em investir no desenvolvimento, por parte dos educandos, de seis principais habilidades: relembrar, compreender, aplicar, analisar, avaliar e criar (BLOOM, 1972).

Trabalhei em uma escola que estruturava seu Projeto Pedagógico e cujos professores deveriam enquadrar seus planos de aula nessa dita Taxonomia. E, sempre que ia cadastrar minhas atividades, sentia falta da opção “comparar”. Ora, você pode comparar/associar para lembrar; pode melhor compreender a partir de uma comparação; pode se fazer entender melhor a partir de uma analogia; pode optar pelo mais apropriado após comparar; pode perceber relações causais dantes nunca pensadas; pode julgar com mais parcimônia; e também pode criar versões e projetos que sejam inovadores. Cheguei assim, a partir de minha prática em sala de aula, e também de minhas teorizações a respeito dessa prática, à conclusão de que a habilidade mais importante a ser desenvolvida por um aluno é a de comparar.

E não pensem vocês que tal habilidade é tão trivial e generalizada quanto deveria ser. Os alunos do Ensino Fundamental II e Médio têm, por n motivos, grande dificuldade em bem comparar. Ora, como crianças tendem a ser naturalmente auto-centrados. E, como estudantes, tendem a ter o raciocínio fragmentado.

Em grande parte das primeiras atividades do ano, quando solicitava que comparassem duas imagens, dois conceitos, dois momentos históricos, apresentavam respostas incoerentes. Aliás, em razão disso, lhes faço desde já um apelo: não permitam, quando professores, que seus alunos dêem respostas estruturadas em itens e subitens. Incentivar tal procedimento e proceder assim em resumos e no quadro negro é um desserviço que lhes prestamos, porque contribui para o hábito de raciocinar de maneira esquemática e, em geral, simplificada.

O equívoco mais comum é, em esquemas, ao invés de propriamente comparar, os alunos justaporem descrições dos elementos comparáveis. Assim, podem vir a dizer que o trabalho do fotógrafo português João de Carvalho inspira tristeza, e que a *Guernica* de Picasso

mostra mulheres, crianças e cavalos mortos. Vejam bem: a percepção de cada um desses objetos parte de olhares distintos; portanto, eles não estão sendo propriamente comparados, mas caracterizados, separadamente. Tal operação mental não apenas tende a gerar resultados medíocres, quanto exercita uma quantidade reduzidíssima de neurônios.

Vocês podem achar engraçado, mas isso é muito comum. É muito comum também que os alunos se revelem bastante felizes quando percebem e assumem esse equívoco, que praticam com muita frequência, dentro e fora da escola. A percepção do erro gera maturidade; o engajamento em uma visão lógica e ar-ti-cu-la-da do todo há de gerar bons frutos.

Outro equívoco bastante comum (aliás, bastante óbvio, dado o nível cognitivo e repertório cultural): os alunos têm bastante dificuldade em relativizar conceitos subjetivos tais como beleza, felicidade, desenvolvimento ou *violência*. Partem de clichês ou de percepções muito pessoais para julgar condutas, preferências e a mentalidade de homens e mulheres que viveram no passado; se sentem quase sempre superiores. Ora, não podemos enquadrar duas pessoas absolutamente distintas nos mesmos parâmetros de valoração, correto? Através da comparação, estruturada conforme a lógica, crítica e honesta, podemos levar nossos alunos a se habituarem a definir suas percepções de mundo de maneira menos arbitrária e mais humana.

Como um professor do ensino básico poderia abordar, comparativamente, as noções de nacionalismo e violência?

Primeiramente, destaco que pode ser profícua trabalhar análise de Barrington Moore Jr, em *As origens sociais da ditadura e da democracia*, no 9º ano do Ensino Fundamental II e/ou no 2º/3º do Ensino Médio. Como muitos de vocês bem já devem ter estudado, Moore Jr. percebe três rotas de desenvolvimento político-social, assumidas pelas grandes potências do século XX: a da Revolução Camponesa, cumprida pela Rússia, a da Revolução pelo Alto, cumprida pela Itália e Alemanha; e a da Revolução Burguesa, cumprida pela França, pela Inglaterra e pelos Estados Unidos (MOORE JR: 1983).

O professor pode distribuir os capítulos do livro didático selecionado sobre A Revolução Russa, sobre a ascensão do fascismo e do nazismo, e, por fim, sobre a Crise de 1929 e o New Deal, e tomá-los como correspondentes aos três eixos da proposta de *As origens*. E pode trabalhar com os alunos o texto do livro adotado e trechos da obra de Moore Jr, provocando as crianças e jovens a perceberem como cada país, na primeira metade do

século XX, fez opções político-econômicas e administrativas próprias, com aspectos semelhantes e distintos, para enfrentar a crise do Liberalismo.

Pessoalmente, notava que, antes de estruturas a matéria dessa forma, a alguns alunos restava, ao estudar o século XX, a impressão de que a Rússia e a Alemanha haviam optado por um modelo político repressor e violento, enquanto os Estados Unidos viviam oásis de liberdade, felicidade, paz, desenvolvimento e mesmo “inteligência”. Isso não é o que fotografias e reportagens de jornais norte-americanos da década de 20 e 30 nos revelam... Isso é um estereótipo que pode ser quebrado, se alteramos a maneira de observar os objetos.

Nas universidades, muitas pesquisas analisam as opções políticas feitas em países latino-americanos; nesse caso, sobretudo repercutiram os estudos dos populismos brasileiros, argentino e mexicano. Quanto aos livros didáticos, pouco têm trazido de relevante e interessante a respeito dos governos de Getúlio Vargas, Juan Perón e Lázaro Cárdenas; daí a necessidade de ocuparmos nossos alunos com investigações mais vastas.

Boas referências para os professores são os estudos de Maria Ligia Prado, *Populismo na América Latina: Argentina e México* (Coleção Primeiros Passos), de Maria Helena Capelato, *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, de Boris Fausto e Fernando Devoto, *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada* e de José Luis Bendicho Beired, *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*.

É importante que nos identifiquemos com nossos irmãos mexicanos e argentinos, porque, em oposição à dominação cultural norte-americana, podemos nos sentir fortes e encontrar em nosso próprio solo caminhos em direção a uma maior paz social. Não estou querendo dizer que os populismos sejam os programas mais autênticos e mais interessantes para países latino-americanos. Foram certamente violentos fisicamente e castradores, no que diz respeito à educação e demais projetos culturais, inclusive no México de Cárdenas (ao contrário do que se costuma divulgar). Porém, tampouco devemos nos dobrar a encarar os populismos como uma degeneração do nazismo alemão, para o qual imagina-se que a única saída é o liberalismo econômico capitalista, acompanhado por férreas ditaduras – no Brasil e na Argentina tivemos, na sequência dos regimes populistas, a implantação das já referidas ditaduras militares; e no México tivemos a manutenção de um mesmo partido no poder por mais de 30 anos.

Os alunos consideram o governo dos Estados Unidos realmente pacífico? As guerras por ele deflagradas se justificam? Que tipo de informações eles têm sobre a presença de ideais neonazistas na Alemanha de hoje? Como caracterizam e explicam os casos de violência amplamente divulgados pela imprensa brasileira? E a criminalidade no México e a formação de Estados mexicanos paralelos? E a criminalização dos movimentos sociais brasileiros e mexicanos – sobretudo o Movimento dos Sem Terra e o Exército Zapatista de Libertação Nacional? Como os alunos relacionam a noção de “impunidade” à de criminalidade, nos três contextos aqui fixados – Alemanha, Brasil e México? Convém apresentar-lhes todas essas questões.

Vocês percebem como a boa comparação nos ajuda a desdobrar nossas reflexões em novas reflexões e inovadoras perspectivas? Percebem como ela nos libera dos rótulos, e nos habilita à crítica? Espero que vocês tenham acompanhado meu raciocínio...

O que pretendi ao longo desta Comunicação, para a História Comparada universitária como para a comparação no Ensino de História, era atentar para a importância de se investir e divulgar as noções de alteridade, de solidariedade e de esperança.

Comparar não é escolher o melhor, não é estabelecer padrões de hierarquização. As duas principais vantagens da comparação são viabilizar chegarmos à conclusão de que somos todos iguais, em nossa diversidade; mas também percebermos as relações de reciprocidade, de opressão e possibilidades de transformação social. Como diz meu colega Fabio Salem Daie, o mundo não se compõe por coincidências fora do eixo. Como escreveu José Saramago, “o caos é uma ordem por decifrar”.

Bibliografia

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Revue de synthèse historique*. V. 1. N. 2. 1928.

BLOOM, Benjamin. *Taxionomia de objetivos educacionais*. Porto Alegre, Globo, 1972.

CALLARI GALLI, Matilde. *Li spazzio dell'incontro – percorsi nella complessità*. Roma : Meltemi Editore, 1996.

DETIENNE, Marcel. *Comparar o incomparável*. S/l: Ideias & Letras, 2004.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

JUNG, Carl Gustav. *O homem e seus símbolos*. S/l: Nova Fronteira, 2008.

_____. *Tipos psicológicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *Wotan*. In: ---. *Aspectos do drama contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo. Martins Fontes, 1983.

PAZ, Octavio. *Labirinto de la soledad*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

RAMOS, Samuel. El perfil del hombre y la cultura en México. In: ---. *Obras completas*. México: Universidad Nacional Autónoma, 1975.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

A Luta pela Memória: o vídeo *Lapa Azul* e o testemunho dos veteranos juiz-foranos.

Hélio de Mendonça Rocha*

Humberto Ferreira Silva*

Resumo: O envio de tropas brasileiras à Itália durante a II Guerra Mundial soa de maneira estranha e nova para muitas pessoas em nosso próprio país. Analisando o documentário O “Lapa Azul” – Os homens do III Batalhão do 11º RI na II Guerra Mundial; buscamos destacar esse vídeo como meio de divulgação dos testemunhos e história de alguns brasileiros que integraram a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira, Documentário.

Abstract: The sending of Brazilian troops in Italy during World War II is strange and new to many people in our own country. Analyzing the documentary "Lapa Azul" - The men of the Third Battalion of the 11th RI World War II, sought to highlight this video as a means to disseminate the testimonies of history and some Brazilians who joined the Brazilian Expeditionary Force (FEB).

Keywords: Brazilian Expeditionary Force, Documentary.

Introdução

A participação militar brasileira na II Guerra Mundial (1939-1945) está contextualizada na política do Estado Novo do presidente Getúlio Vargas (1937-1945) em meio a implicações diplomáticas em voga no alinhamento do Brasil no segundo conflito mundial. A economia brasileira era baseada no setor agrícola e a política econômica controlada pelos interesses externos, dependente da importação de produtos para o mercado interno. A população brasileira, com números entre 41 e 42 milhões de habitantes, sendo 70% desses habitantes viviam em localidades rurais, caracterizados em muitas áreas pela pobreza, doenças e desnutrição em um interior de agricultura de monocultura, como o café, cacau e o algodão. (MCCANN,1995:25-48)

* Graduando em Comunicação Social - UFJF desde agosto de 2007.

* Graduando em História - UFJF desde agosto de 2007.

A iniciativa de Vargas visava diversificar a economia brasileira, retirando o país da dependência agrícola. Para isso, a indústria representava um campo a ser desenvolvido, tendo assim iniciado negociações com os E.U.A., Alemanha e Inglaterra. O empréstimo de 20 milhões de dólares pelos americanos possibilitou a construção da Usina de Volta Redonda (RJ), estabelecendo os primeiros compromissos com os ianques.

Em meio à situação de guerra na Europa, os E.U.A. visualizavam o Nordeste brasileiro como posição estratégica, permitindo driblar os alemães nos mares do Atlântico Norte. Já o governo brasileiro mantinha uma posição neutra, tendo elementos do governo pró-Eixo e outros favoráveis a uma aliança com os americanos. Em julho de 1940 ficou acordado em Havana, que qualquer agressão a um país americano representaria um país americano representaria um atentado a toda América. O ataque a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941, acarretou em uma grande pressão norte-americana ao governo brasileiro, e a partir de uma conferência no Rio de Janeiro em janeiro de 1942, segundo a maioria dos países latino-americanos o mesmo ato. Assim, os norte-americanos estabelecem bases aéreas em Natal, Recife e Belém, levando a idéia de que iriam reequipar as Forças Armadas brasileiras.

Com o alinhamento do Brasil aos Aliados, o Eixo inicia uma campanha submarina, torpedeando os navios brasileiros mercantes brasileiros entre fevereiro e agosto de 1942. Após intensa campanha popular, o governo brasileiro declara estado de guerra contra a Alemanha e Itália em 31 de agosto de 1942. Um mês após a declaração, militares e o governo planejam o envio de tropas para responderem a afronta sofrida e angariar uma melhor posição internacional no pós- guerra. Depois de negociações com os americanos no início de 1943, fica decidido o emprego de tropas brasileiras na guerra, sendo criada as bases da Força Expedicionária Brasileira (FEB) em uma portaria de 9 de agosto de 1943.

A formação e o envio da FEB representa um dos momentos mais importantes do Brasil no cenário internacional no século XX. Inicialmente eram planejados 3 divisões de Infantaria, no total com 60 mil homens; possibilidade que se viu inviável na prática. Fica então confirmado o envio de uma divisão, a 1ª DIE com pouco mais de 25.000 homens, com 3 regimentos de Infantaria. A entrada dos brasileiros em combate na Itália com os Aliados representou uma experiência inédita para o Exército Brasileiro ao combater em outro continente. Após a guerra, o retorno ao Brasil, a falta de apoio das autoridades e o posterior esquecimento pela sociedade tornou ainda mais relevante, a importância na formação de

museus da FEB, monumentos escrita de livros de reminiscências como forma de resistir ao panorama de silenciamento.

O “Lapa Azul”: memória em combate.

Em seus estudos sobre o documentário e as narrativas dos ex-combatentes brasileiros da II Guerra Mundial, o professor Cássio dos Santos Tomaim destaca a conotação revolucionária do documentário quanto ao ato de rememorar, “potencializar a experiência do outro em um sentido de revelação ou de salvação de significados, sentimentos ou ressentimentos ocultos/silenciados”.(TOMAIN:2009,8) Considerando essa perspectiva, destacamos o documentário O “Lapa Azul” como elemento de divulgação e testemunho de alguns dos veteranos da FEB. O filme, dirigido por Durval Jr., destaca os relatos dos pracinhas intermediados por textos explicativos, dando uma visão da participação brasileira na guerra pelos próprios ex-combatentes. Ressaltando a origem humilde dos personagens, em sua maioria mineiros da Zona da Mata, que de uma vida pacata no interior foram a Europa enfrentar os soldados nazistas e fascistas. Fica claro a inspiração no documentário Sozinhos, mas juntos – Os homens da Companhia Easy, escrito por William Richter e dirigido por Mark Cowen; daí a oposição: se por um lado o vídeo americano destaca a história dos homens da Companhia Easy e seus feitos no dia D (6/6/1944), a batalha de Bulge e a rendição do quartel de Adolf Hitler em BBerchtesdagen, em “um tempo em que homens comuns eram recrutados para fazerem coisas extraordinárias” ao caso dos brasileiros remanescentes da FEB e a sua luta pela memória. Não se trata apenas destacar a história de um batalhão, companhia ou regimento e sim a idéia de rememorar o envio da FEB e seu emprego em combate pelos seus próprios atores, no chamado pelo professor Tomaim “reenquadramento da memória dos ex-combatentes para divulgar os feitos desses homens para o Brasil e o mundo”. (TOMAIN:2009,9)

Ao iniciar o documentário, após apresentação dos pracinhas, são destacados acontecimentos importantes no contexto da entrada do Brasil na guerra: dos torpedeamentos aos navios mercantes brasileiros a mobilização da opinião pública e a declaração de guerra do Brasil a Alemanha e Itália em agosto de 1942. O relato dos veteranos corrobora a narrativa do documentário, feita por manchetes de jornais noticiando os torpedeamentos a declaração de guerra e pequenos textos. Sobre a preparação da FEB são destaque as dificuldades de

recrutamento e a influência da missão francesa vinda ao Brasil após a I Guerra Mundial, e a sua herança ao Exército Brasileiro até o ingresso na II Guerra Mundial: totalmente ultrapassada segundo o veterano Sérgio Gomes. Da escola francesa a doutrina de guerra dos E.U.A. fica admiração dos pracinhas brasileiros aos americanos pela organização e poder bélico.

Os relatos referentes a Campanha na Itália (1944/1945) ganham destaque com os relatos do historiador italiano Giovanni Sullà: quem eram os inimigos a serem enfrentados, a “Linha Gótica” feita pelos alemães nos montes apeninos e as condições adversas enfrentadas pelos brasileiros no inverno europeu. Seus comentários valorizam a apresentação do cenário enfrentado pelos pracinhas e estabelecem uma relação de “latinidade”, segundo o historiador, entre o soldado brasileiro e o povo italiano, que muitas vezes recebia o auxílio material de membros da FEB. Essa abordagem aproxima a história dos brasileiros relatada no documentário com a relação próxima de muitos veteranos com a população italiana.

Outro aspecto interessante do enredo é a questão racial destacada, o historiador Francisco César Ferraz cita que apesar das unidades brasileiras serem as únicas racialmente integradas, existia um “racismo cordial”, encobrindo relações sociais bastante desiguais. (FERRAZ: 2005,53) A narrativa apresenta a segregação existente no Exército Americano, a 92ª Divisão de Infantaria “Buffalo Division”, unidade de infantaria composta por negros, também empregada em combates na Itália. Combatendo do mesmo lado estavam os brasileiros e sua formação diversa: negros, brancos, indígenas, asiáticos, etc. Os relatos dos veteranos ressaltam a admiração dos soldados negros americanos para com a “mistura” entre os homens da FEB, difundindo o valor igualitário de cada cidadão, seja em tempos de guerra ou de paz.

A luta no continente europeu representava a busca pelo ideal democrático, a fala dos pracinhas ressalta a postura ditatorial do governo de Vargas e a contradição de lutarem contra esse sistema na Itália; a deposição de Getúlio após a II Guerra Mundial é explicada pelo regresso junto dos febianos da bandeira da democracia. Se o fim da guerra trouxe a volta vitoriosa dos pracinhas e as homenagens dos italianos aos seus libertadores, o documentário ressalta o descaso de seus compatriotas em uma grande contadição. Ao abordar tópicos sobre a participação brasileira na II Guerra pelos relatos de seus atores sociais, o vídeo o “Lapa Azul” representa uma importante ferramenta de estudos e difusão sobre as memórias dos veteranos brasileiros.

“Conheça a história destes bravos brasileiros”: ANVFEB e a luta pela memória.

O retorno ao Brasil dos expedicionários representou uma nova luta, agora contra o esquecimento; se a promessa do então presidente Getúlio Vargas era de que não lhes faltaria amparo, a realidade apresentada foi bem diferente. A maioria dos veteranos retornou aos seus lares e trabalhos, mas uma boa parcela dos febianos encontrou grandes dificuldades ao voltar a vida normal, sem o preparo do governo e da sociedade brasileira para recebê-los. A formação dos primeiros núcleos associativos visava retornar os laços de amizade que havia iniciado na Itália, já em 1945 foi criada a Associação dos Ex-combatentes do Brasil; 18 anos após surgiu o Clube dos Veteranos no Rio de Janeiro que a partir de 1969 denominou-se Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB). (RIGONI: 2010,1) Não pretendendo entrar nas cisões e fragmentação dessas instituições, buscamos apresentar a ANVFEB como espaço de resistência: onde os veteranos puderam reivindicar seus direitos, assistir aos companheiros necessitados e manter o cachimbo da vitória aceso, com seus museus, bibliotecas, monumentos e os encontros nacionais entre as associações espalhadas por todo o país. Identificamos esse aspecto como o enquadramento de memória deixado pelos objetos materiais (museus, bibliotecas, monumentos), vislumbrando inscrever suas lembranças contra o esquecimento. (POLLAK: 1989, 7)

Se muitas vezes a historiografia associou a FEB ao golpe militar de 1964, desconsiderando a composição das tropas com elementos de várias classes sociais e posições políticas, novas pesquisas recompõem esse panorama e destacam diversos episódios que são elucidativos sobre a campanha brasileira na Itália. A história oral ganha espaço com a presença dos veteranos nas associações, sendo o documentário (A Cobra fumou, Senta a Pua! e O “Lapa Azul”, citando Pollak, “um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva e através da televisão, a memória nacional”(POLLAK: 1989, 9) Visualizamos então documentário focado no artigo como tentativa de inserção na história e memória nacional, visando incorporar as memórias à experiência do espectador. O uso e apropriação desse vídeo pelos veteranos, professores e organizadores de eventos em Juiz de Fora - MG comprova nossa idéia sobre o documentário como difusor e fonte de novos conhecimentos e indagações que aproximam cada vez mais os veteranos e suas memórias a sociedade juiz-forana

Bibliografia

FERRAZ, Francisco César. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

MCCANN, Frank D. **Aliança Brasil – Estados Unidos 1937/1945**. Rio de Janeiro: Bibliex Editora, 1995.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol. 2, n.3, 1989.

RIGONI, Carmen Lúcia. **O futuro das associações de ex-combatentes no Brasil**. Curitiba, 2010.

TOMAIN, Cássio dos Santos. **O documentário e as narrativas dos ex-combatentes na Segunda Guerra Mundial**. Campinas: Doc On-line, Agosto 2009.

Audiovisuais:

E a cobra fumou, 2002. (Vinícius Reis).

O “Lapa Azul” – a história dos homens do III Batalhão do 11º RI, 2007. (Durval Jr).

História Oral: a memória de Petrópolis no tempo industrial.

Pedro Aiello

Resumo: A vida do operariado em Petrópolis é o foco principal deste texto; por meio de um exercício de história oral, elaborado a partir depoimento de duas senhoras de mais de noventa anos, que fizeram parte da rede social do operariado petropolitano no início do século XX, buscou-se entender a formação demográfica do operariado petropolitano e sua vivência nos campos social e econômico. Busca-se, dessa forma, um estudo que contemple a trajetória de famílias operárias e suas vidas no mundo do trabalho nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave; história oral, operariado, trajetória.

Résumé: La durée de vie des travailleurs de Petropolis est le principal objectif de ce papier, à travers un exercice dans l'histoire orale fait à partir du témoignage de deux femmes de plus de 90 ans qui ont fait partie du réseau social des ouvriers petropolitanos au début du XXe siècle, nous avons cherché comprendre la formation démographique des ouvriers à Petrópolis et son expérience dans le développement économique et social. L'objectif est donc une étude portant sur la trajectoire des familles ouvrières et leurs vies en milieu de travail et de la société de Petropolis dans les premières décennies du XXe siècle.

Mots-clé; histoire orale, ouvriers, trajectoire.

Introdução

A cidade de Petrópolis se localiza na região serrana do Estado do Rio de Janeiro e é conhecida como “Cidade Imperial”, uma vez que se formou em virtude das temporadas que a família real passava durante o Segundo Reinado (1840-1889). Fundada em 1843, Petrópolis teve também uma rica história voltada à formação de estabelecimentos têxteis a partir das três últimas décadas do século XIX, o que fez com que fosse referência nacional na produção industrial (DIEGUES JR, 1964:151-152). Entretanto, o mercado turístico da cidade e a sua historiografia tradicional valorizam quase que exclusivamente o passado aristocrático da cidade imperial, fazendo com que o passado industrial da cidade seja pouco contemplado em

estudos sistemáticos, o que leva a escassez de estudos a respeito da vocação industrial de Petrópolis.

Nesse sentido, busca-se neste trabalho salientar o cotidiano da vida em Petrópolis no século XX tendo como perspectiva os operários que compunham parte da sociedade petropolitana de então. A esse respeito, contempla-se a vida do operário jornalista João Dias Carneiro, trabalhador da Companhia Petropolitana de Tecidos e que fundou o Jornal de Cascatinha em 1927, bem como se contempla a trajetória de uma família de operários das Companhias São Pedro de Alcântara e Dona Isabel, indicando como que se criou uma rede de sociabilidade dentre os operários em questão.

Para tanto, este estudo será levado a termo com grande uso da **história oral**, uma vez que “a contribuição da história oral é sempre maior naquelas áreas pouco estudadas da vida social em que predominam zonas de obscuridade, seja no estudo das elites, seja das grandes massas” (ALBERTI, 1990: 10). Consideramos que o passado industrial de Petrópolis e a realidade social dos operários sejam áreas pouco estudadas e com pontos de obscuridades que trataremos de investigar por meio do testemunho oral de pessoas contemporâneas àquela realidade passada.

É dessa forma que neste texto temos o objetivo principal de *registrar* a memória da senhora Castorina Essinger, cunhada do operário jornalista João Dias Carneiro, filha de Felipe Essinger, operário da Companhia Dona Isabel e de Maria Essinger, operária da Companhia São Pedro de Alcântara. Também nos valem do depoimento de Maria Ramos da Silva, ex-operária da Companhia Petropolitana e que também trabalhou na Companhia Cometa, vivenciando diretamente a rotina de trabalho no período industrial de Petrópolis.

Buscaremos com base nesses depoimentos *apresentar* novos pontos de vista a respeito da realidade dos trabalhadores têxteis durante o século XX e do cotidiano social naquele período por meio dos depoimentos que tão valiosamente nos foram fornecidos para este texto, enriquecendo, por conseguinte, o estudo que ora desenvolvemos a respeito da vida operária em Petrópolis na dissertação de mestrado.

História Oral: notas preliminares.

O passado de uma sociedade pode ser constatado de diferentes formas, muitas vezes a memória daqueles que viveram em tempos anteriores ao nosso pode representar uma rica

interpretação de realidades sociais distintas, vividas em tempos distantes e presenciadas por expectadores sociais que nos podem fornecer uma forma eficaz e rica de entender o passado social do qual eles participaram.

A História oral é um fator novo de pesquisa que data dos anos 70 se popularizou a partir dos anos 90, tornando-se gradativamente aceita como parte do arsenal metodológico de profissionais da História e de demais disciplinas afins. (AMADO. FERREIRA, 1998: 17) No Brasil a História Oral foi inicialmente trabalhada no Laboratório de História Oral criado na Fundação Getúlio Vargas e que se caracterizou como a experiência precursora desta metodologia historiográfica que vem se tornando cada vez mais popular no Brasil. Verena Alberti (ALBERTI, 90:23) organizou em 1990 um manual relatando a experiência pioneira do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Certamente a partir do início da década de 90 até os dias atuais, o relato oral vem ganhando papel de destaque no ofício de historiador.

A esse respeito, temos de considerar o relato oral como uma das visões do passado e não a única verdade do passado em si, de mesma forma que devemos saber que a memória é alterada ao longo do tempo e possui inúmeras armadilhas que podem fazer com que o relato oral seja carregado de confusões e esquecimentos, bem como o depoimento se mostra como uma visão específica do passado, podendo se alterar na medida em que outras pessoas se manifestem sobre o mesmo período em questão.** (ALBERTI, 1990: p.2) Cumpre observar, entretanto, que as fontes escritas também apresentam distorções e falhas, de forma que o trabalho de interpretação do historiador é fundamental no sentido de se valer de todos os vestígios do passado como representações carregadas de valores e emoções de períodos sobre os quais nos debruçamos no estudo da história.

É assim que nos valeremos neste texto do depoimento oral de duas senhoras que viveram o passado industrial de Petrópolis. A primeira entrevistada possui 98 anos e foi cunhada do operário jornalista João Dias Carneiro, foi filha de um operário da Companhia Dona Isabel, Felipe Essinger, e de uma operária da Companhia São Pedro de Alcântara, Maria Essinger. A segunda entrevistada, Maria Ramos, de 91 anos, foi operária da Companhia Petropolitana de Tecidos e vivenciou diretamente a realidade de trabalho naquela indústria.

A análise das redes de sociabilidade entre os operários do período tem muito a ganhar com o uso da história oral. A memória serve para dar voz àqueles que não deixaram vestígios

** A esse respeito, a diferença entre depoimentos de pessoas que tratem do mesmo contexto é também objeto de estudo do historiador, ou seja, entender em que medida pode tal realidade ter sido apreendida de formas distintas por agentes históricos que a presenciaram.

materiais do seu passado e da sua vivência social. A esse respeito, a história oral vem ao encontro das atuais premissas historiográficas de contemplar o que se convencionou chamar “história vista de baixo”, ou em outros termos, contemplar a historicidade de agentes sociais que não necessariamente compunham parte da elite política e econômica de seu tempo. (BURKE, 1992: 165). Há de se considerar que nem só das pessoas pouco famosas se ocupa a história oral; ela se manifesta em buscar na memória traços do passado em si, seja ele relacionado a qualquer contexto e aos indivíduos que dele participaram. O que vale ressaltar é que a história oral acaba por ser uma forma de resgatar a historicidade de grupos sociais que não deixaram vestígios para o presente.

Não se pode ver a História Oral no âmbito exclusivista de um depositário de informações dadas por parte de agente excluídos da história sem que haja qualquer preocupação no sentido de interpretar e analisar as informações prestadas, caso não haja o trabalho de interpretação e análise, pode-se reduzir a História Oral ao que Jorge Eduardo Lozano trata como um estilo *difusor populista* da História Oral e que deve ser superado por uma metodologia completa; entendendo-se por completo o confronto que se faz do depoimento oral com demais fontes e o estabelecimento de diálogos com outras disciplinas. (AMADO. FERREIRA, 1998: 23)

O depoimento das duas senhoras são enriquecedores da realidade operária de Petrópolis na primeira metade do século XX e são ótimas fontes de estudo para recuperar a memória de Petrópolis do tempo industrial, uma vez que “convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema que o pesquisador pretende investigar e que podem dar depoimentos significativos”. ((ALBERTI, 1990:14).

Cumpramos observar que os depoimentos foram gravados em imagem e áudio e estão à disposição. Na verdade, tal como se buscam nas pesquisas que contemplam a História Oral, as entrevistas são gravadas para que sirvam de fonte de pesquisa; como se fossem documentos históricos produzidos ao longo do estudo (VISCARDI, 2006: 51). A esse respeito, Janaína Amado e Marieta Ferreira criticam o fato de não existir “a preocupação por parte dos pesquisadores de realizar entrevistas no sentido de convertê-las em fontes para outros pesquisadores no futuro, o que implicaria, necessariamente, a obediência a determinados critérios de organização do depoimento e a observância de certos padrões técnicos de gravação” ((AMADO. FERREIRA, 1998: XXV – parte da apresentação)

Neste texto procurou-se gravar em imagens e sons os depoimentos que produzimos no sentido de servir de material histórico para pesquisas vindouras; tais entrevistas podem ser requeridas por meio do e-mail que está indicado adiante.

Será, portanto, por meio desses depoimentos que visaremos reconstituir uma rede de sociabilidade operária analisando a lembrança de pessoas que viveram no contexto da cidade de Petrópolis no tempo das indústrias têxteis e cujas memórias nos ajudam a buscar pontos do passado que não são contemplados nos documentos históricos à disposição; tal como jornais, livros, fichas de operários e atas de reunião das diretorias, complementando o arsenal de representações do passado à disposição do historiador.

Trajetórias familiares e redes operárias^{††}

1. Dias Carneiro

No virar dos séculos XIX e XX, em Barbacena, Minas Gerais, vivia a família do ferreiro Francisco Dias Carneiro. Ele era casado com Maria da Silva e ao que parece a situação de vida encontrada por eles em Minas Gerais não era das mais propícias em termos econômicos. O casal possuía já alguns filhos e acabou optando por se mudar para o distrito petropolitano de Pedro do Rio, onde se dedicaram a cuidar de um armazém que vendia gêneros variados. Nem todos da família foram embora de Minas Gerais, somente o casal foi com seus filhos para Petrópolis.

O distrito Pedro do Rio era um local predominantemente agrícola, possuía inúmeras fazendas ao longo do vale do rio Piabanha. Naquela região o casal Carneiro possuía sua venda e buscava a subsistência. Alguns de seus filhos foram nascer pedrorrienses, completando o total de nove filhos; Francisco, Maria, João, Leonor, Ângelo, Angelina, Otávio, José e Joaquim, os três últimos são, com toda a certeza, nascidos no Estado do Rio de Janeiro, os mais velhos são, supostamente, mineiros^{‡‡}. O que vale perceber é que a família não se alojou

^{††} A trajetória aqui descrita foi feita com base nos depoimentos de dona Castorina Essinger sem ser a transcrição direta do que a entrevistada relatou. Embora o depoimento prima em informações detalhadas, não foi possível à entrevistada recordar as datas com precisão, isso justifica a aproximação temporal em termos não exatos presentes no texto feito com base no depoimento. As informações que não constam no depoimento possuem a referência de onde foram extraídas. O vídeo completo com a entrevista de dona Castorina Essinger e de dona Maria Ramos podem ser requisitados por e-mail: pedropauloiellomesquita@yahoo.com.br

^{‡‡} No depoimento de dona Castorina não há certeza a respeito do local de nascimento dos filhos anteriores ao seu marido Otávio, que, segundo a entrevistada, era nascido em Pedro do Rio. João Dias Carneiro, o terceiro dos

definitivamente no contexto rural de Pedro do Rio. Petrópolis nessa época vivia um surto industrial de primeira ordem e havia companhias têxteis de grande produtividade na cidade, eram elas: a Companhia Cometa, Dona Isabel, São Pedro de Alcântara e, principalmente, a Companhia Petropolitana. Esta última possuía um grande pavilhão situado no distrito de Cascatinha, para lá migrou grande contingente de operários italianos e mineiros, sobretudo da Zona da Mata (FREITAS, 2010: 2). Foi para lá que a família Carneiro resolveu mudar, o casal Francisco e Maria juntou os filhos, muitos deles pequenos ainda, e toda a família foi para Cascatinha trabalhar na Companhia Petropolitana de Tecidos.

Esse fluxo de mineiros nas indústrias de Petrópolis, portanto, não era raridade. A presença de indivíduos vindos de Minas Gerais foi responsável por inúmeras características da sociedade petropolitana no que tange à sua culinária e no modo de falar. Cita-se em especial a formação do vocábulo ruço, termo usado para designar o nevoeiro e que teria sido trazido por mineiros que migraram para Petrópolis. (AMBROZIO, 2005:234).

Em Cascatinha, a família Carneiro tinha todos os seus filhos empregados na Companhia Petropolitana, mesmo os de mais tenra idade, tal como era o caso de Otávio, que mesmo antes dos dez anos já compunha o operariado daquela companhia, situação de trabalho fartamente encontrada nos estabelecimentos industriais na República Velha. João Dias Carneiro foi contratado em 1923, com 22 anos de idade.

A família morava em uma das casas da vila operária que se formou nas proximidades da fábrica. A Companhia oferecia uma escola de formação primária aos alunos, além de inúmeros benefícios aos operários, evitando suas manifestações contrárias à ordem. As crianças da família Carneiro se matricularam na escola da Companhia Petropolitana.

Naquela rotina de trabalho, já se situando no século XX, o terceiro dos filhos; João Dias Carneiro, viria a ter uma atuação destacada em prol do operariado. Mesmo não possuindo formação jornalística, João Dias Carneiro fundou um jornal nas partes dos fundos de sua casa na vila operária da Companhia Petropolitana; o jornal foi fundado em 1927 e se chamou Jornal de Cascatinha, em alusão ao bairro em que se situava a fábrica e sua vila operária. A proposta do jornal era justamente dar voz aos operários frente às dificuldades encontradas no cotidiano do trabalho, bem como noticiar os mais diversos fatos ocorridos na vivência social que se praticava no bairro operário de Cascatinha.

filhos, nasceu em 04 de janeiro de 1901, conforme indica a sua ficha cadastral organizada pela Companhia Petropolitana e que hoje se localiza no acervo do espaço cultural destinado à fábrica que funciona na antiga estação de trem.

A casa de João Dias Carneiro, bem como o jornal que ele construiu nos fundos, ficavam bem em frente ao Clube Bogary. Aquele clube, que até hoje existe, era um ponto de encontro e sociabilidade intensamente freqüentado pelos operários no despoitar do século XX; espetáculos de teatro, ilusionismo e até mesmo sessões de cinema eram realizados naquele clube e largamente anunciadas no Jornal de Cascatinha.

O jornal não possuía uma grande vitalidade econômica; afinal não poderia dispor de muitos recursos um tecelão na manutenção e tiragem do periódico; tanto que em 1929, ano de grande crise mundial, João Dias Carneiro escreveu inúmeras reportagens salientando o consumismo e o sistema capitalista como grandes causadores daquela situação, em outras reportagens escrevia sobre a saúde financeira débil pela qual o jornal passava e lamentava ter de aumentar o preço do mesmo para que pudesse sobreviver à crise^{§§}.

O jornal conseguiu sobreviver, até hoje é vendido em Petrópolis e tem o nome de João Dias Carneiro e a data de sua fundação (1927) bem em evidência em baixo do nome do jornal. O irmão de João, Otávio Dias Carneiro, também escrevia no jornal; não com a mesma intensidade do irmão, mas publicava versos no jornal operário. Aliás, Otávio trabalhou desde a infância na Companhia Petropolitana, abandonando a mesma por volta dos vinte anos de idade, quando foi estudar contabilidade e se tornou funcionário público.

A vida de João se voltou à questão operária. Casou-se com Leocádia Dias Carneiro, com quem teve sete filhos. De todos os filhos, dois tinham grande aproximação junto ao jornal; Leide, apelidada de Lola, e Lester. Trabalhavam com o pai na tipografia do jornal situada nos fundos da casa.

João Dias Carneiro era um indivíduo calmo, comunicativo e sempre disposto a encontrar alguma nota para seu jornal. Tinha especial predileção pela causa operária, fazendo com que se vinculasse à Aliança Nacional Libertadora (ANL) para concorrer às eleições municipais para vereador em Petrópolis, no ano de 1934. Ele não conseguiu ser eleito, bem como a ANL seria perseguida e fechada pelo governo de Getúlio Vargas em 1935, tendo muitos de seus membros presos, inclusive João Dias Carneiro (MACHADO. 2005: 92). A esse respeito, a entrevistada, dona Castorina Essinger afirma que João Dias Carneiro, seu cunhado, ficou pouco tempo preso e que as razões de sua prisão seriam a vinculação ao comunismo. A entrevistada associa diretamente ANL ao Comunismo, bem como se lembra que os comunistas não eram “bem quistos” nos anos 30.

^{§§} A respeito das reportagens de João Dias Carneiro em meio à crise de 29 e a sua ameaça de fechar o jornal, ver CARNEIRO, J.D. Não Posso. *Jornal de Cascatinha*. Ano III, número 106. 04 de agosto de 1929

Após a morte de João Dias Carneiro, seu filho Lester assumiu a direção do Jornal de Cascatinha e continuou o trabalho de seu pai. Após o fim dos trabalhos na Companhia Petropolitana nos anos 70 e o fim da vida operária no bairro de Cascatinha, o jornal foi vendido e outro grupo assumiu a direção do periódico, que funciona atualmente na Rua Washington Luiz, próximo aos resquícios de outra importante companhia têxtil – a Companhia São Pedro de Alcântara.

2. Essinger

Na virada dos séculos XIX e XX trabalhava e vivia em Petrópolis Felipe Essinger, era um petropolitano descendente da colonização germânica da cidade; trazia o sobrenome germânico e trabalhou em fábricas que tiveram destacado papel dos alemães em sua fundação. Na sua juventude trabalhou na Cervejaria Boêmia, a primeira do gênero no Brasil e que foi fundada por descendentes dos colonos alemães. Mais tarde, Felipe foi trabalhar na indústria têxtil, tornando-se operário da Companhia Dona Isabel. Essa companhia têxtil foi exceção frente às demais; enquanto que a Companhia Petropolitana, São Pedro de Alcântara e Cometa foram fundadas a partir de investidores vindos da cidade do Rio de Janeiro por parte de capitalistas que buscavam investir no negócio têxtil em Petrópolis, a Companhia Dona Isabel surgiu eminentemente de capitais petropolitanos, dentre os quais, até os anos 30, os principais investidores eram os alemães do município. (MARTINS, 1978:13-14)

Felipe Essinger trabalhava na Companhia Dona Isabel e tinha o hábito de freqüentar a barbearia de um português chamado Manoel que tinha seu estabelecimento próximo à Companhia São Pedro de Alcântara. Na verdade, o dito barbeiro assentou-se inicialmente no bairro operário de Cascatinha, para onde foi com sua família após abandonar a cidade de Paraíba do Sul, local aonde tinham uma pequena fazenda e aonde nasceu sua filha, chamada Maria Paula e que viveu na fazenda em Paraíba do Sul até os 12 anos.

Em Cascatinha Maria Paula viveu alguns anos durante os quais seu pai teve por lá sua barbearia; entretanto, a dita jovem nunca foi operária da Companhia Petropolitana. Em Cascatinha Maria Paula pode ter conhecido Felipe Essinger, mas a hipótese é pouco provável visto a distância que há entre a Companhia Dona Isabel – onde Felipe trabalhava – e o bairro Cascatinha ser maior que dez quilômetros. O mais provável é que Felipe tenha conhecido Maria já quando Manoel transferiu a barbearia e sua residência para as proximidades da

Companhia São Pedro de Alcântara, que ficava bem mais próxima da Companhia Dona Isabel.^{***}

Maria Paula, filha do barbeiro Manuel, tornou-se operária da Companhia São Pedro de Alcântara. A respeito das condições de trabalho, Maria pegava das sete às onze da manhã, tinha uma hora de almoço e retomava as atividades até as dezesseis horas. Havia apenas o domingo como dia de folga. O pagamento era feito com base na produtividade; não havia um ganho pré-estabelecido, se recebia o equivalente ao produzido. Esses detalhes do cotidiano do trabalho são fornecidos com extrema clareza no depoimento de dona Castorina e mostram bem a realidade do trabalho na República Velha no que tange aos ganhos e à falta de um salário mínimo, criação do governo Vargas e inexistente naquele momento.

A fim de situar Maria Paula no tempo é possível ter uma ideia a partir da informação de que ela teria se casado com Felipe Essinger por volta de 1911. Felipe conheceu sua esposa na barbearia de Manuel e com ela se casou, o que fez com que Maria Paula tivesse seu nome de casada modificado para Maria Essinger, suprimindo o nome Paula. Além disso, Felipe teria feito com que sua esposa saísse da Companhia São Pedro de Alcântara, para ele não havia a necessidade de sua mulher trabalhar, sendo mais conveniente que ficasse em casa, cuidando dos afazeres domésticos.

Maria Essinger atendeu o pedido do marido e se afastou de seu emprego, mas não foi para sempre; na verdade voltaria ao trabalho por volta de 1920, justamente para ajudar o marido na construção de uma casa para a família. Os Essinger não moravam nas casas oferecidas na vila operária da Companhia São Pedro de Alcântara, bem como Maria Paula, em tempo de solteira, morava com o pai em residência própria, situada nos anexos da barbearia.

Após casada, os anos em que Maria Essinger se afastou da Companhia São Pedro de Alcântara foram de grande efervescência política, principalmente em 1918. Ao consultarmos os números do jornal *Tribuna de Petrópolis* que saíram entre julho e agosto daquele ano, é possível perceber que houve uma intensa greve protagonizada na Companhia Cometa e com participação de operários da Companhia São Pedro de Alcântara em protesto contra a situação de trabalho. Conta que a União dos Operários em Fábricas de Tecido teve forte papel na organização do operariado naquela ocasião, sendo uma das responsáveis pela vitória dos

^{***} A entrevistada e filha do casal Felipe e Maria, dona Castorina, não sabe exatamente aonde seus pais se conheceram e deixa a dúvida no transcorrer da entrevista.

trabalhadores, que conseguiram, entre outros direitos, a jornada de oito horas diárias de trabalho.

É nesse sentido, que possivelmente a descrição feita por dona Castorina no que tange ao fato de sua mãe trabalhar oito horas diárias na Companhia São Pedro de Alcântara seja relacionada ao segundo momento em que Maria atuou na companhia. Isso é muito plausível até mesmo pelo fato de dona Castorina só ter mesmo presenciado o cotidiano de trabalho da mãe nessa segunda etapa, visto que a primeira foi antes do casamento e do nascimento dos filhos da operária.

No que tange ao depoimento de dona Castorina, cumpre assinalar que ela manifesta sua relação com João Dias Carneiro em uma esfera diferente da vida no mundo do trabalho; sua relação se dava no campo da vivência familiar e não havia, por conta disso, muito assunto relacionado à vivência de João Dias Carneiro como operário e jornalista. Na verdade, é bem plausível imaginar tal situação uma vez que realmente a política não atinge tamanho grau de exclusivismo na vida das pessoas, havendo outras esferas de sociabilidade entre os atores sociais. Certamente dona Castorina pertencia à uma esfera alheia da sociabilidade de João Dias Carneiro no campo de trabalho e na qualidade de cunhada, pertencia às relações familiares do operário jornalista.

3. Maria Ramos da Silva: lembranças de uma ex-operária da companhia petropolitana.

A outra entrevista deste trabalho foi realizada com a senhora Maria Ramos da Silva de 91 anos, ex-operária da Companhia Petropolitana de Tecidos. Conforme seus dados na carteira de trabalho, foi admitida naquela fábrica no dia 08 de agosto de 1935, trabalhando até 1952. Trabalhou durante um ano da Companhia Cometa – outro importante estabelecimento têxtil de Petrópolis – entre 1961 e 1962 e no ano de 1968 retornou à Companhia Petropolitana, onde trabalharia até fevereiro de 1977.

Procuramos neste trabalho ressaltar as lembranças de dona Maria no que tange ao trabalho na Companhia Petropolitana antes dos anos 50.

A respeito da trajetória familiar de Maria Ramos, pode-se ver que apresenta certa semelhança com a de João Dias Carneiro (seu contemporâneo nas jornadas de trabalho da Companhia Petropolitana); os pais da ex-operária não eram de Petrópolis e foram para a cidade serrana em busca de trabalho nos estabelecimentos têxteis; da mesma forma que os

pais de João Dias Carneiro migraram de Barbacena para Petrópolis, os pais de Maria Ramos migraram de Paty do Alferes, cidade do Vale do Paraíba, próxima do limite com Minas Gerais. A busca de trabalho na serra atraía pessoas vindas de regiões vizinhas.

A mãe e o pai e a tia de Maria Ramos trabalharam na Companhia Petropolitana, Maria Ramos foi contratada pela Companhia Petropolitana com cerca de quinze anos e dedicaria praticamente toda sua juventude ao trabalho como operária têxtil.

Maria Ramos da Silva fora contratada em 1935, um ano de extrema efervescência política em Petrópolis por conta do conflito entre Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB). Naquele ano as diatribes políticas iriam a ponto de culminar na morte do operário Leonardo Candú, trabalhador da Companhia Dona Isabel, morto por um disparo vindo da sede da AIB durante em um protesto organizado pelos operários por conta de Getúlio Vargas ter colocado a ANL na ilegalidade. (MACHADO: 2005, 83).

Tal como vimos acima, vários integrantes da ANL foram presos, inclusive João Dias Carneiro; mas nessa mesma época, Maria Ramos prosseguia suas funções na Companhia Petropolitana, alheia aos problemas políticos, tal como é de se esperar de uma menina de quinze anos que vivia seu primeiro ano de trabalho.

Quanto às relações de trabalho ela parece manifestar poucas mágoas. Lembra-se que o pagamento era “bom”, possuía pagamento de hora extra e quanto aos diretores diz que eles “não eram ruins”. A despeito de toda movimentação política, lembra-se que não houve greves em “seu tempo” associando as greves ao “antigamente”, ou seja, ao período anterior à sua permanência na Companhia.

Dessa forma, ela parece comungar de uma visão pacifista das relações de trabalho, tal como era construída pela classe dirigente da Companhia Petropolitana, centrada em imobilizar os ímpetus reivindicatórios dos operários por meio de uma série de benevolências a eles oferecidas. Isso se mostra, pois a entrevistada se coloca firmemente numa postura defensiva quanto às relações de trabalho; no tom de voz parece criticar a greve “no meu tempo não tinha greve não”, diz ser “bom” o salário e não vê como ruins os dirigentes da fábrica.

Maria Ramos trabalhou já no período Vargas, possuía carteira de trabalho e seu expediente era de sete horas da manhã até às dezesseis horas, com a hora de almoço contabilizava oito horas de trabalho. O pagamento era de quinze em quinze dias

A melhoria das condições de trabalho postas em lei durante o governo Vargas eram frequentemente burladas na prática (FRENCH, 2001:15) mas no caso da Companhia Petropolitana temos indícios claros, por meio dos relatórios da diretoria, que tais medidas legais eram respeitadas. Isso gerava uma melhoria nas condições de vida do operariado, inclusive de dona Maria Ramos que guarda de Getúlio Vargas a lembrança de ter sido “bom”.

Diferentemente de tantas pessoas que trabalhavam na Companhia Petropolitana, dona Maria Ramos não morou em nenhuma casa da vila operária daquela Companhia e não frequentava o Bogary Club, que tal como vimos, era um importante local de sociabilidade dentre os operários de Cascatinha e tinha seus eventos altamente noticiados no Jornal de Cascatinha de propriedade de João Dias Carneiro.

A lembrança do tempo em que foi operária pode ser percebida de forma bem presente na memória de dona Maria Ramos, que em seu depoimento mostra um reflexo de sua realidade como operária nos anos 30 na Companhia Petropolitana; ela não morava na vila operária daquela companhia, nem frequentava o Bogary, diferentemente da maioria de seus colegas de trabalho, tal como João Dias Carneiro, que morava em tal vila operária e tinha alto foco em salientar o Bogary como centro de sociabilidade operária em Cascatinha.

Conclusão

A busca de fazer um exercício de História Oral se mostrou um grande desafio e também um prazer muito grande neste texto. Por certo que não há aqui a pretensão de se ter feito um trabalho de fôlego e impecável na metodologia da História Oral. Entretanto, o contato com a bibliografia referente a essa metodologia da História confrontada com as duas entrevistas nos deram um material para reflexões desafiadoras e um grande desejo de continuar a investigar a oralidade como matéria prima da História.

Os depoimentos de dona Castorina e dona Maria foram de uma riqueza sublime para o estudo que venho fazendo a respeito da vida industrial em Petrópolis no século XX; além de dados e visões de mundo que só poderiam ser capturados por meio da oralidade, ter visto as senhoras falando do período inicial do século XX com tamanha naturalidade sobre pessoas, instituições e dinâmicas familiares dos operários com a facilidade que só os que viveram em tais períodos têm, causou um espasmo de alegria neste historiador que viu o passado industrial de Petrópolis viver naquelas mentes, viu aquelas vozes dizerem como se fosse

ontem aquilo que só se conhece em jornais amarelados e arquivados e em raros livros sobre o tema; ou seja, em tempos de tamanho relativismo do conhecimento histórico, o discurso oral, ainda que seja uma representação social, faz ver que o passado existiu sim e está ali, bem vivo diante do gravador.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. **História Oral: A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990

AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta. (org). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998

AMBRÓSIO, Júlio. **Geografia Petropolitana**. 2.ed. São João Del Rey. Ponte da Cadeia: 2005

CARVALHO, Áurea. M. de Freitas. Petrópolis: Novo Ano, Novo Século, Novo Milênio e Novas Perspectivas. In: **Site de Instituto Histórico de Petrópolis**. <http://www.ihp.org.br/ihp/site/> Acessado em 01 de outubro de 2010.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, Urbanização e Industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas e Educação. 1964

FRENCH, John. **Afogados em Lei**. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros .São Paulo: Editora Perseu Abramo. 2001

MACHADO, Paulo Henrique. **Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial**. A luta antifascista em Petrópolis em 1935. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2005

MARTINS, Ismênia de Lima. **Subsídios para a História da Industrialização em Petrópolis**. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 1978

VISCARDI, Cláudia. **História Oral: teoria, educação e sociedade**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006

Fontes

CARNEIRO, J.D. Não Posso. **Jornal de Cascatinha**. Ano III, número 106. 04 de agosto de 1929

COMPANHIA PETROPOLITANA. **História da Companhia Petropolitana – Atas da Diretoria**.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”
ISSN: 2317-0468.
09 a 13 de maio de 2011

DEPOIMENTO de dona Castorina Essinger. Realizado em 05 de maio de 2011. Petrópolis

DEPOIMENTO de dona Maria Ramos. Realizado em 09 de maio de 2011. Petrópolis.

A Recepção da Psicanálise no Rio de Janeiro (1914-1944): atores e fontes no projeto para a civilização brasileira.

Rafael Dias de Castro^{†††}

Resumo: Neste texto, apresentarei minha hipótese de que, a partir de 1914, com a tese de Genserico Pinto apresentada à Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, tendo como título *Da psicoanalise: a sexualidade das neuroses*, até o ano de 1926, o que se vê são apresentações, discussões e avaliações (positivas e negativas) da novidade teórica e prática da psicanálise. Por volta de 1927, passa-se a defender e projetar as possibilidades que a teoria psicanalítica oferecia para o conhecimento psiquiátrico intervir na população brasileira e moldá-la, para que pudessem, enfim, atingir o patamar civilizado. Essa perspectiva se mantém até meados da década de 1940, quando a psicanálise começa a mudar de características no Rio de Janeiro por causa da criação do Centro de Estudos Juliano Moreira, fundado por jovens psiquiatras insatisfeitos com a psicanálise ensinada na Faculdade de Medicina pelo professor Henrique Roxo.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, recepção, psicanálise, psiquiatria.

Abstract: In this paper I will present my hypothesis that, since 1914, with the Genserico Pinto thesis presented to the Faculty of Medicine in Rio de Janeiro, with the title of “Psychoanalysis: the sexuality of the neuroses”, until the year 1926, appeared presentations, discussions and reviews (both positive and negative) about the new theory and practice of psychoanalysis. By 1927, begins to defend and project the possibilities that psychoanalytic theory offered to psychiatric knowledge to intervene in the Brazilian population and shape it so that they could finally reaching the level of civilization. This perspective was maintained until the mid-1940s, when psychoanalysis begins to change characteristics in Rio de Janeiro because of the creation of the Center Juliano Moreira, founded by young psychiatrists dissatisfied with psychoanalysis taught in medical school by professor Henrique Roxo.

Keywords: Rio de Janeiro, reception, psychoanalysis, psychiatry.

^{†††} Doutorando em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz (RJ), sob a orientação da Prof. Dra. Cristiana Facchinetti.

O objetivo de minha tese é compreender e delinear a recepção e apropriação da psicanálise no Rio de Janeiro para a construção do projeto para um Brasil moderno e civilizado. Meu foco são os psiquiatras, atores principais na divulgação e na formulação de tal projeto, através da publicação de livros, artigos científicos e palestras ao público médico e leigo (pelo rádio, jornal, na Associação Brasileira de Educação, nas Sociedades Médicas). Meu recorte temporal se inicia no ano de 1914, quando Genserico Aragão de Souza Pinto defendeu sua tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com o título: “*Da psicoanalise: a sexualidade das neuroses*”. Sua tese é considerada pelos médicos seus contemporâneos, e também pela historiografia sobre o tema, como o primeiro esforço de divulgação e emprego dos princípios freudianos em território brasileiro. Em meados da década de 1940, porém, a psicanálise começa a mudar de características no Rio de Janeiro por causa da criação do Centro de Estudos Juliano Moreira, fundado por jovens psiquiatras ligados ao Serviço Nacional de Doenças Mentais, insatisfeitos com a psicanálise ensinada na Faculdade de Medicina pelo professor Henrique Roxo.¹⁸² Tais psiquiatras se reuniam para o estudo da obra de Freud e almejavam que a formação de psicanalista no Rio de Janeiro se desse nos moldes propostos pela IPA (International Psychoanalytical Association). Com isso, tanto a prática da psicanálise quanto a formação de analista passa a ser realizado sob as orientações de tal organização, fazendo com que o projeto de nação esboçado pelos psiquiatras, baseado nos preceitos psicanalíticos, perca força, e a divulgação e utilização de tal teoria seja regulamentada.

Mas qual o contexto em que a psicanálise foi recebida no Brasil? Quem eram os psiquiatras que receberam e se apropriaram da teoria psicanalítica no Rio de Janeiro? Quais eram seus interesses e expectativas? O que vem a ser o projeto destes psiquiatras para um Brasil moderno e civilizado?

Aparatos teórico-metodológicos para a pesquisa sobre a recepção da psicanálise no Rio de Janeiro

Ao iniciar o estudo sobre a recepção da psicanálise no Rio de Janeiro, é necessário salientar que o historiador não pode e nem deve julgar ou ajuizar a maneira como determinada obra é entendida pelos leitores, nem valorizar determinadas recepções (julgadas mais corretas

¹⁸² Foram seus fundadores: “José Affonso Netto, Danilo Perestrello, Elso Arruda, Julio Paternostro, Oswaldo Domingues de Moraes e Walderedo Ismael de Oliveira. A esse grupo inicial, vieram se juntar mais tarde, José Leme Lopes, Souza Vianna, Januário Bittencourt, Mário Pacheco de Almeida Prado e Marialzira Perestrello” (PONTE, 1999, p. 80).

09 a 13 de maio de 2011

ou próximas dos originais) em detrimento de outras: “It is not only rare but almost forbidden that a literary historian should hold judgments of quality concerning the works of the past ages. Rather, he prefers to appeal to the ideal of objectivity of historiography, which only has to describe ‘how it really was’”. (JAUSS, 1982: 5)

A partir desta constatação, a metodologia, os conceitos e terminologias da *Estética da Recepção* podem ser esclarecidos, pois se delimita o princípio-chave de tal proposta: não existem interpretações falsas e corretas quando se fala em recepção de textos, mas sim que a *experiência estética* na *recepção* de determinado texto perpassa não somente pelo *horizonte de expectativas* do produtor e receptor, como também a *compreensão do sentido do texto* se revela a partir da práxis histórica e social de onde este é produzido e recebido:

Quem deseja apreender as condições de diferentes constituições do sentido sobre um texto deve pesquisar *as interações entre um autor e seus leitores*, pois *a ação social do autor é tanto condição para a compreensão do texto pelo leitor, como a ação social, provável dos leitores, age como premissa para a produção textual do autor*. (GUMBRECHT, 2001: 175)

Acompanhando o estudo de Alejandro Dagfal (2004), percebe-se a necessidade de explicar, também, que entre os textos pertencentes ao campo literário e aqueles que pertencem ao campo da psicologia existem diferenças:

En primer lugar, es necesario reconocer que en los textos literarios prima una voluntad de transmisión eminentemente estética, mientras que en los textos psicológicos lo que suele querer comunicarse son los principios de una teoría o las particularidades de una práctica. Sin embargo, aun cuando la dimensión estética no quede en primer plano, no puede negarse que, incluso en los textos de tipo teórico, ella juega un papel insoslayable. Aunque el simple placer estético no sea su objetivo principal, la producción y recepción de este tipo de textos también están condicionadas por los cánones literarios de cada época, que determinan en el lector una cierta afinidad o un rechazo que no pueden explicarse solamente por razones inherentes a los «contenidos teóricos». Es que en el estilo de enunciación de las ideas, en su articulación, en su forma misma, ya hay en juego algo del orden de lo estético que, independientemente del «contenido propiamente dicho», favorece o no la aceptación de determinados enunciados. (p. 12)

De acordo com Dagfal, quando um autor escreve uma obra de psicologia o faz por razões e interesses intelectuais que são muitas vezes sociais e idiossincráticos, além de serem compartilhados pelos pares: “Parafrazeando a Jauss, podría decirse que todo autor es en primer lugar un lector, que como tal está atravesado por la fusión de un horizonte de expectativas disciplinar y otro horizonte de expectativas más general, propiamente social” (p. 13). Sendo assim, segundo ele, justamente estes horizontes de expectativas que são importantes reconstruir: “A partir de allí podrán entenderse operaciones de lectura que, en

otro tiempo o en otro lugar habrían resultado descabelladas, omisiones imperdonables o sincretismos que habrían parecido ridículos” (p. 16).

Neste sentido, deve-se observar o horizonte de expectativas interno ao texto e o horizonte de expectativa social. Nas palavras de Dagfal (2004):

Este concepto de horizonte, precisamente, es central para la estética de la recepción, e implica una doble bipartición en los planos diacrónico y sincrónico. Por um lado, permite una continua puesta en relación del presente y el pasado, ya que se aplica tanto al lector (en el momento que interpreta un texto) como al autor (en el momento en que lo escribe), lo cual abre a una continua tensión entre el texto del pasado y el horizonte del presente. Por otra parte, diferencia un horizonte de expectativas de tipo social, más general (sostenido por una precomprensión de la realidad cotidiana, del mundo y de la vida) y un horizonte más propiamente literario, regido por los códigos estéticos de la literatura de la época. De este modo, en el proceso de recepción, el sentido de una obra surge de una doble fusión de horizontes, que continuamente pone en relación dialéctica al presente con el pasado y a la literatura con la sociedad. (p. 11)

Determina-se, assim, que a recepção dos textos influi sobre o campo de experiência do leitor, da mesma forma que o conteúdo da obra e suas interpretações são vinculados ao horizonte de expectativas tanto do produtor quanto do público leitor. Hans Ulrich Gumbrecht, analisando os estudos sobre a recepção, propõe algumas condições para se avaliar a construção do sentido do texto, tanto pelo autor quanto pelo público leitor. Ele propõe o exercício de “uma história descritiva, mais atenta aos modos peculiares de estruturação de sentido em contextos determinados”. (ROCHA, 1995: 7)

A proposta de Gumbrecht parte do princípio de que uma ‘ciência da literatura fundada na teoria da ação’ (sua sugestão para a superação dos impasses da estética da recepção) não tem só como objeto os textos tradicionalmente literários, mas deixa entrever uma ampla consolidação metodológica de uma parte da prática de todas as disciplinas de orientação sócio-histórica: “porque, de um modo geral, o seu campo inclui o conhecimento social dos sujeitos da ação comunicativa, como condição, não tematizada em textos, das interações a que os textos servem de meio”. (GUMBRECHT, 2001: 181)

Para Gumbrecht (2001), a constituição de sentido, como produção do texto por parte do autor e a constituição do sentido como compreensão do texto, por parte do leitor, distinguem-se por aspectos básicos. Segundo ele, ambas as constituições do sentido são, contudo, ligadas por meio da possibilidade de serem descritas como ações e, de modo mais preciso, como ações reciprocamente relacionadas:

09 a 13 de maio de 2011

A função de cada texto precisa ser determinada pelo menos duas vezes; a primeira, como alteração do conhecimento de seus receptores, intencionada pelo autor (*função intencionada*), a seguinte, como alterações buscadas e realizadas pelos receptores quanto a seu próprio conhecimento (*necessidade/função realizada*). (p. 179)

Gumbrecht (2001) propõe que pela seqüência “vivência/experiência/ação”, se podem compreender as etapas do processo de constituição do sentido, conforme a crescente participação do sujeito. O primeiro passo para a pesquisa sobre recepção é a leitura do texto a ser interpretado (obra), com o propósito de desenvolver problemas, a partir dos quais, por meio de exposições e testemunhos dos leitores, se podem colher informações sobre seu lugar na vida: “Devemos por exemplo poder avaliar aproximadamente quando o texto foi produzido, que posição social ocupam os interlocutores, a que servia o texto como meio, que experiências e motivos os uniam ou diferenciavam” (p. 183). O passo seguinte é realizar uma análise da estrutura, onde são indagados todos os fenômenos textuais, do ponto de vista de sua contribuição para a constituição do sentido intencionado e, portanto, para a realização da alteração intencionada do conhecimento do receptor:

As doações de sentido realizadas por determinados leitores (ouvintes) a um texto e os motivos (necessidades) de suas ações de compreensão só poderão ser reconstruídos com uma certa margem de confiança ao dispormos de testemunhos, verbalmente articulados, de sua recepção. (p. 185)

Gumbrecht afirma que esse trabalho de reconstrução do sentido deverá dar acesso não somente aos esquemas de ação e de experiência do produtor do texto, como, além disso, para a reconstrução e para a comparação das constituições de sentido realizadas por diferentes leitores.

A recepção da psicanálise no Rio de Janeiro: atores e fontes no projeto para a civilização brasileira.

Ao desenvolver a teoria psicanalítica, o objetivo de Sigmund Freud era diferenciá-la daquilo que se entendia como psicologia na segunda metade do século XIX: a tradição da introspecção, onde o objeto era a consciência (amparada no cogito cartesiano). A idéia de Freud era propor uma psicologia que não entendesse o sujeito apenas no campo do pensamento (consciente), pois o psiquismo seria mais amplo. Desta forma, ele sugeria uma

09 a 13 de maio de 2011

realidade psíquica além da consciência, com a existência de pensamentos cooperativos que o sujeito não teria consciência (sintomas, sonhos, lapsos, ato falho).¹⁸³

A perspectiva freudiana se distanciava da teoria da degenerescência, que pressupunha uma progressiva degeneração mental conforme se sucedessem as gerações (Morel), e/ou que pressupunha um estado patológico em que os desequilíbrios físico e mental do indivíduo degenerado interrompiam o progresso natural da espécie (Magnan).¹⁸⁴ A degeneração ocupava lugar destacado no campo médico psiquiátrico de então, pois quando não se conseguia reduzir a loucura ao modelo anátomo-clínico, o discurso da degeneração assumia o lugar de fundamento explicativo:

Foi através do desmonte do conceito de degeneração que Freud conseguiu enunciar que a sexualidade se sustenta num eixo definido pela oposição prazer-desprazer que constitui o conceito de pulsão. (Freud, 1905/1980, vol. VII). Tal proposta derruba a questão da reprodução e da funcionalidade da sexualidade e a vincula de modo fundamental à questão do prazer. (FACCHINETTI, 2004: p. 7)

Neste pequeno esboço, podemos perceber a importância de se determinar as expectativas de Freud e no que sua teoria se diferenciava das perspectivas então em voga. Neste sentido, refletindo sobre as características da recepção da psicanálise no Rio de Janeiro, de que forma, porque e em que sentido ela pode ser entendida vinculada a teoria da degenerescência, tendo como principal enfoque a sexualidade enquanto reprodução da espécie? Se a psicanálise se distanciava da abordagem de tal teoria, como ela pode ser complementar à leitura psicanalítica realizada no recorte em questão? São leituras equivocadas ou podemos relacioná-las a experiências e expectativas diferentes (quicá opostas)?

Como ressaltou Jauss e Gumbrecht, é a partir da leitura e definição do campo de experiências e do horizonte de expectativas do produtor da obra, que se pode começar a avaliar sua recepção em contextos e tempos específicos. É necessário identificar tal momento para entender também como a experiência e as expectativas dos psiquiatras cariocas fizeram com que se interpretasse a psicanálise exatamente naquilo em que seu autor procurou se afastar: a relação com a teoria da degenerescência. Esse é o primeiro passo para descrevermos a recepção da psicanálise no Rio de Janeiro. O passo seguinte é identificar os leitores da obra de Freud.

¹⁸³ Tais apontamentos foram realizados pelo Professor Dr. Joel Birman, em sua aula de Teoria Psicanalítica ministrada no curso de graduação em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, da qual participei como aluno no primeiro semestre de 2010.

¹⁸⁴ *Ibidem*.

09 a 13 de maio de 2011

A definição dos atores parte, essencialmente, do levantamento de fontes, artigos e/ou outras publicações (livros e palestras), que indicam vestígios da apropriação da teoria psicanalítica no Rio de Janeiro. Os periódicos consultados foram: *A Folha Medica* (1920-1944), *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* (1925-1939), *Arquivos Brasileiros de Medicina* (1911-1944), *Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria* (1905-1942), *Boletim da Academia Nacional de Medicina* (1914-1944), *Boletim de Eugenia* (1929-1933), *Brazil Medico* (1910-1944) e *Imprensa Medica* (1927-1944).¹⁸⁵

Desta forma, o que proponho é uma abordagem que parte dos atores, que ajuda a identificar, por exemplo, o horizonte de expectativa dos psiquiatras e a experiência na recepção da teoria psicanalítica. Dizer que eles estão interessados em transformar a população do Brasil em um povo civilizado, devido ao fato de possuírem o *status* social de uma elite médica e burguesa, diz pouco, principalmente porque a discussão sobre a vastidão territorial e cultural do país, o campo de atuação política e social desta elite no seio da sociedade carioca e o contexto do saber médico frente às demandas que o país apresentava naquele período, são cruciais para definir a estrutura social no qual estes se inserem, ou seja, o horizonte social e o campo de experiência a que pertenciam. Pretendo, aqui, demarcar e apontar os caminhos que, ao longo de minha tese, serão importantes nas discussões sobre a recepção e apropriação da psicanálise no Rio de Janeiro.

Assim, tendo como base conceitos advindos da estética da recepção, percebe-se que, de 1914 (tese de Genseric Pinto) até 1926, o que se vê são apresentações, discussões e avaliações (positivas e negativas) da novidade teórica e prática da psicanálise. Com a criação da *Liga Brasileira de Higiene Mental* (1923), o psiquiatra Julio Pires Porto-Carrero inicia com mais afinco seus estudos em psicanálise, e o tratamento dado a tal conhecimento científico começa a se transformar no seio da psiquiatria carioca. Foi com o acelerado desenvolvimento do movimento sanitarista (a partir de 1918), aliado a um pensamento higienista e à crescente difusão do pensamento eugênico, que a psicanálise começa a ser inserida em debates acerca do desenvolvimento do país e da constituição do povo brasileiro. Por volta de 1927, passa-se a defender e projetar as possibilidades que a teoria psicanalítica oferecia para o conhecimento psiquiátrico intervir na população brasileira e moldá-la, para que pudessem, enfim, atingir o patamar civilizado. Essa perspectiva se mantém até meados da

¹⁸⁵ Os periódicos *A Folha Medica*, *Arquivos Brasileiros de Medicina*, *Boletim da Academia Nacional de Medicina*, *Brazil Medico* e *Imprensa Medica* foram consultados devido a sua relevância no contexto médico e acadêmico em questão. Os periódicos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, *Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria* e *Boletim de Eugenia*, além do motivo citado acima, também foram consultados por serem *locus* privilegiado das discussões dos médicos psiquiatras do período.

década de 1940, quando a psicanálise começa a mudar de características no Rio de Janeiro por causa da criação do Centro de Estudos Juliano Moreira, fundado por jovens psiquiatras insatisfeitos com a psicanálise ensinada na Faculdade de Medicina pelo professor Henrique Roxo.

Não estou propondo marcos rígidos e precisos, pois a apresentação e divulgação da teoria se manteve até meados da década de 1940, assim como a inserção desta teoria nas técnicas de tratamento das doenças mentais. O que defendo é que existe uma coerência em determinados períodos na maneira como se apropria a teoria psicanalítica: divulgação e possibilidades de cura das doenças mentais, num primeiro momento; inserção, num projeto amplo, para definir a identidade da população e alça-la ao patamar civilizado, num segundo momento; e declínio das diversas formas de apropriação de tal teoria, devido à criação do grupo de estudos e da institucionalização realizada junto a IPA.¹⁸⁶

No primeiro momento, se identifica um grupo de psiquiatras que apresentavam e discutiam a teoria psicanalítica: Antonio Austregésilo (1914; 1919; 1922), Juliano Moreira (1920), Henrique Roxo (1919; 1921), Afrânio Peixoto (1923), e o aluno de Austregésilo, Genserico Pinto (1914). Destes, Afrânio Peixoto questionava a teoria psicanalítica, Genserico Pinto se apropriava da teoria para o tratamento das neuroses e os demais apresentavam e discutiam a validade, as inovações, as aplicações e os limites de tal conhecimento.

Como se percebe, tais autores eram alguns dos principais psiquiatras cariocas do período. A importância de tais psiquiatras fica evidente na comissão da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, criada para elaborar uma classificação psiquiátrica brasileira:

Por proposta do Prof. Austregésilo foi designada uma comissão para apresentar um projeto de classificação de doenças mentais, o qual pudesse servir de base às estatísticas dos manicômios nacionais. Eleitos membros dessa comissão foram os drs. Eiras, Afrânio Peixoto, Austregésilo, Roxo e eu [Juliano Moreira]. (*Apud*: FACCHINETTI; VENÂNCIO, 2006: 152)

¹⁸⁶ Roberto Sagawa, interessado no desenvolvimento da psicanálise em São Paulo, define da seguinte forma a recepção da teoria freudiana naquele contexto: “Há uma diferença fundamental entre os precursores e os pioneiros. Enquanto os precursores tiveram um interesse apenas teórico pela nascente Psicanálise, os pioneiros já se interessaram, desde o início de seu envolvimento com a Psicanálise, pela ciência e pela profissão clínica”. (SAGAWA, 2010). Chamo atenção para o fato de que os médicos dos dois estados têm diferentes expectativas ao se apropriarem da psicanálise. Mas o paralelo entre tais recepções pode contribuir na demarcação do meu objeto.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

Genserico Pinto, enquanto aluno e discípulo de Austregésilo, foi o primeiro a sistematizar a teoria freudiana enquanto técnica no tratamento das doenças mentais. A este respeito, é interessante o depoimento de Juliano Moreira (1920):

Nos convencemos de que não era indispensável, pelo menos no momento, a publicação da revista crítica que havíamos feito a mandado da Sociedade Brasileira de Neurologia, e que, aliás, apenas se propunha a vulgarizar as ideias do venerado Professor de Vienna. Depois um interno do Prof. Austregésilo, o Dr. Genserico Pinto, fez da psycho-analyse materia de sua dissertação inaugural. (p. 366)

As expectativas destes intelectuais giravam em torno da definição de um campo de atuação da psiquiatria e no enquadramento das doenças mentais como responsabilidade da ciência psiquiátrica. Eles irão, por exemplo, tentar ampliar a autonomia da psiquiatria para além das fronteiras da instituição asilar, no intuito de implantação de um novo modelo de atenção à saúde mental no país.

Em relação à psicanálise, percebe-se que estes psiquiatras tinham como finalidade a vulgarização da teoria freudiana, não tendo compromisso ou desígnio de apropriação de tal conhecimento num projeto para a civilização brasileira. Mas, como se percebe, tais estudos são importantes por serem parte inaugural da literatura psicanalítica e por servir de fonte de consulta, poucos anos depois, aos psiquiatras que pretenderam propor um projeto para um Brasil moderno apoiados nos preceitos psicanalíticos.

José da Costa de Medeiros e Albuquerque, membro da Academia Brasileira de Letras e homem de muito prestígio na cidade do Rio de Janeiro, não era médico. Entretanto, devido a sua importância no cenário carioca, pode realizar uma conferência (publicada nos *Archivos Brasileiros de Medicina* em 1919) na Policlínica no Rio de Janeiro apresentando a psicologia de Freud e suas teorias sexuais. Mesmo não se enquadrando no campo médico-psiquiátrico, suas exposições sobre Freud são cruciais para se discutir a recepção da psicanálise no Brasil, pois sua leitura difere em pontos específicos da abordagem realizada pelos psiquiatras (MEDEIROS e ALBUQUERQUE, 1919; 1922).

Considerado o grande entusiasta da teoria psicanalítica em solo brasileiro, Julio Pires Porto-Carrero inicia, segundo ele próprio, seus estudos sobre a psicanálise em 1918. Em 1923, torna-se membro da *Liga Brasileira de Higiene Mental* e começa a estudar com afinco a teoria de Freud. Antes disso, no ano de 1922, ele publica um artigo pedindo a criação do serviço de neuropsiquiatria e medicina legal para a Marinha Brasileira, instituição na qual atuava como médico e professor:

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

O surto do progresso da psiquiatria brasileira ainda não encontrou, infelizmente, o devido eco na organização da Saúde Naval. A Marinha Brasileira ainda não possui uma clínica neuropsiquiátrica nos seus hospitais e muito menos um gabinete de psicologia experimental por onde passassem os candidatos ao serviço do mar e onde periodicamente retornassem os que já servem sob a bandeira. (PORTO-CARRERO, 1922: 181)

Neste artigo, a intenção de Porto-Carrero é instituir na Marinha uma consciência médica, para que tal instituição organizasse adequadamente seus serviços de saúde, criando um serviço de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal. Ao falar em psicologia, ele não menciona Freud, psicanálise ou outro aspecto vinculado a tal teoria.

Durante seus primeiros anos como membro da *Liga*, ele aprofunda seus estudos e começa a se tornar o grande entusiasta da teoria de Freud no Rio de Janeiro. Em 1926, ele divulga nos *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria* um texto onde apresentava os aspectos clínicos da psicanálise: “Não vou trazer novidade: apenas referir alguns aspectos clínicos da psicanálise, segundo se me têm apresentado no decorrer do exame e tratamento de alguns neuroticos”. (PORTO-CARRERO, 1926: 96)

Em 1927, diante do acelerado desenvolvimento do movimento sanitário (a partir de 1918), aliado a um pensamento higienista e à crescente difusão do pensamento eugênico no Rio de Janeiro, a psicanálise começa a ser inserida em debates acerca do desenvolvimento do país e da constituição do povo brasileiro. Neste sentido, passa-se a defender e projetar as possibilidades que a teoria psicanalítica oferecia para o conhecimento psiquiátrico intervir na população brasileira e moldá-la, para que pudessem, enfim, atingir o patamar civilizado.

Entre 1927 e 1929, os livros de Deodato de Moraes (1927) (que não era médico, mas contou com a colaboração de Porto-Carrero para escrever seu livro) e de Porto-Carrero (1929) passam a ser referências àqueles que procuravam se apropriar da teoria psicanalítica. Relacionando psicanálise e educação, os autores observavam que os desafios encontrados pela pedagogia poderiam ser solucionados pela via psicanalítica. Porto-Carrero, apresentando o livro de Deodato de Moraes, afirma:

A psychanalyse vem resolver os fundamentos da pedagogia; alguma pedra ha de ficar de pé (...). Freud vem mostrar que o psychismo merece ser estudado, antes de educado, e que não é possível submeter a todos á mesma craveira, ou construir homens em serie, como faz Henry Ford aos seus automoveis (...). Os professores que amam a infancia, os educadores que amam a sua patria muito terão lucrado se lerem e meditarem as paginas que seguem (PORTO-CARRERO, 1927, p. 7).

Obviamente, nem todos concordavam com as opiniões expressas por tais autores. O educador Renato Jardim era um dos que criticavam alguns pontos sobre a aplicabilidade da

09 a 13 de maio de 2011

psicanálise à educação. Para ele, o problema estava em que a psicanálise não colocava em questão nenhum dos problemas principais da educação: os fins (a educação como eminentemente social) e os meios (processo de ensino):

A Psychoanalyse, com o apriorístico das suas interpretações, com as arrojadas hipóteses não verificadas em que se ergue, com o espírito mystico em que immerge e de que se nutre, não será jamais a orientadora da educação. Não ha no momento e não se denuncia uma “pedagogia psychanalysta” (JARDIM, 1931, p. 6).

Percebe-se que o horizonte de expectativas daqueles que se interessavam pela psicanálise se transfere da simples vulgarização e/ou discussão da novidade teórica de Freud para a possibilidade que a teoria oferecia no enquadramento da identidade da população brasileira para a construção de um projeto para a mesma. No caso do exemplo acima, através da relação entre psicanálise e educação.

Outros vieses também foram seguidos por aqueles que se apropriavam da teoria psicanalítica. Com a criação dos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* em 1925 (tendo sido interrompida sua publicação neste mesmo ano, voltando somente no ano de 1929) e do *Boletim de Eugenia* (1929), a teoria psicanalítica passa a ter um local privilegiado de discussão, desenvolvimento e propostas. Nestes e em outros jornais e periódicos, passava-se a discutir soluções para os problemas do alcoolismo (NEVES-MANTA; AYROSA, 1934), da educação e da conduta sexual (EDITORIAL, 1930; AUSTREGESILO, 1934), dos casamentos e de suas proles (EDITORIAL, 1931; PORTO-CARRERO, 1931), da infância (RAMOS, 1933; 1934). Desta maneira, a psicanálise se transforma de técnica da psiquiatria para tratamento das doenças mentais, em um método capaz de identificar os problemas nacionais e tratá-los de forma com que a população resolvesse seus problemas médicos, psicológicos e eugênicos.

Diversos livros também foram lançados, no intuito de demonstrar, a um público mais amplo, a importância da psicanálise no ajustamento e na prevenção dos problemas médicos e psicológicos da população (NEVES MANTA, 1932; PORTO-CARRERO, 1933; AUSTREGÉSILO, 1934). Muitos ainda procuravam divulgar a teoria, através de livros e artigos, reafirmando a importância da psicanálise para a psiquiatria e para a solução dos problemas sociais. Dentre eles, Gastão Pereira da Silva (discípulo de Porto-Carrero) foi o mais profícuo (SILVA, 1931; 1934).

Em última instância, partindo de pressupostos psicanalíticos, o projeto destes psiquiatras definia quem se inseria dentro daqueles que consideravam passíveis de serem civilizados, daqueles que não se enquadravam. Ou seja, era uma leitura da teoria psicanalítica

vinculada à teoria da degenerescência, leitura essa a que Freud, desde o início, procurou se opor incisivamente.

Considerações finais

Em meio a debates a respeito da “função do médico no saneamento social” (BOCCANERA, 1932) e incorporada ao projeto de higiene mental da população, alguns psiquiatras se apropriaram da psicanálise para que um projeto para civilizar o Brasil pudesse vir a ser proposto e alcançado. Neste sentido, a psicanálise pode ser vista como uma doutrina capaz de dar conta não só da explicação dos sintomas e das origens dos problemas mentais mas, sobretudo, da prevenção, detecção e correção dos mesmos.

Percebemos que na apropriação da psicanálise, as expectativas dos psiquiatras se inserem no viés já adotado por correntes médicas em momentos anteriores: intervir na sociedade a partir do discurso higienista e/ou eugênico, alegando a necessidade de condução, pela medicina, para que a população pudesse se civilizar. As propostas da medicina, da segunda metade do século XIX até (pelo menos) as três primeiras décadas do século XX, quando a psicanálise se inseriu no meio médico, se organizavam em torno da gestão da vida, mais do que na ameaça de morte.¹⁸⁷

Em suma, definido os atores e seus interesses, identifica-se com maior precisão o grupo dos psiquiatras interessados em se apropriar da teoria psicanalítica, assim como as expectativas que estes possuíam. Situando o contexto social e médico do período, percebe-se como a mudança de expectativas se dá dentro de um contexto do acelerado desenvolvimento do movimento sanitarista (a partir de 1918), aliado a um pensamento higienista e à crescente difusão do pensamento eugênico, onde a psicanálise começa a ser inserida em debates acerca do desenvolvimento do país e da constituição do povo brasileiro.

Proponho, com isso, que a difusão da psicanálise no Rio de Janeiro, nas décadas de 1920 e 1930, se deu através de discursos médicos psiquiátricos que tentavam dar conta de detectar, educar e corrigir os comportamentos da população brasileira considerados inconvenientes, com ênfase no tratamento (alcoolismo, criminosos) e na prevenção dos

¹⁸⁷ Inserem-se dentro do que Michel Foucault denominou como o campo da biopolítica. Conferir, dentre outros: FOUCAULT, 2002; 2008. Sobre as discussões a respeito do papel da medicina brasileira no período compreendido entre 1830 e 1930, conferir, dentre outros: ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão – médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001; CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das letras 2004.

09 a 13 de maio de 2011

mesmos (infância, consultas pré-nupciais). Tal era o projeto destes psiquiatras para o Brasil moderno, sendo a teoria psicanalítica fundamental para alcançar seus objetivos.

Referências bibliográficas

AUSTREGÉSILO, Antonio. *Conduta sexual*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1934.

_____. Debilidade nervosa. IN: *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Medicina Legal*, anno X, nº 1 e 2, 1914. p. 3-20.

_____. Psycho-analyse nas doenças mentaes e nervosas. In: **Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria**, ano 4, v. 1, n. 1/2, p. 87-114, agosto 1922.

_____. Sexualidade e Psico-Neuroses. In: *Arquivos Brasileiros de Medicina*, anno IX, Rio de Janeiro, 1919. p. 85-91.

AYROSA, Carneiro. O alcoolismo – suas raízes psicologicas segundo a psychanalyse. In: *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, anno VII, nº 1, janeiro-março de 1934. 17-26 p.

BOCCANERA, Sílio. O medico em função do saneamento social. In: *Brazil Medico*, ano 46, número 53, 31 de dezembro de 1932.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das letras 2004.

DAGFAL, Alejandro. Para una “estética de la recepción” de las ideas psicológicas. In: *Frenia*, volume IV, nº 2, 2004.

EDITORIAL. Consulta pré-nupcial. In: *Boletim de Eugenia*, anno 3, nº 36, dezembro / 1931. 1 p.

_____. Inquerito sobre educação sexual. In: *Boletim de Eugenia*, anno 2, nº 24, dezembro / 1930. 1 p.

ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão – médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001.

FACCHINETTI, Cristiana. Dr. Sigmund Freud: da neurologia à neurose. In: *XI Encontro Regional de História – ANPUH Regional – RJ, Grupo de Trabalho: Simpósio: História da Medicina*, 2004.

FACCHINETTI, Cristiana; VENÂNCIO, Ana T. Entre a psicanálise e a degenerescência: sexualidade e doença mental no início do século XX no Brasil. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. IX, 2006.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

_____. Aula de 10 de janeiro de 1979. In: *Nascimento da biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Sobre os interesses cognitivos, terminologia básica e métodos de uma ciência da literatura fundada na teoria da ação. In: LIMA, Luiz Costa. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

JARDIM, Renato. *Psychanalyse e educação*. Resumo commentado da doutrina de Freud e critica de sua applicabilidade á educação. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931.

JAUSS, Hans Robert. Literary history as a Challenge to Literary Theory. In: *Toward an Aesthetic of Reception*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1982.

MEDEIROS e ALBUQUERQUE, A. A psicologia de um neurologista – Freud e as suas teorias sexuais. In: *Arquivos Brasileiros de Medicina*, anno IX, Rio de Janeiro, 1919. p. 887-907.

_____. *Graves e Fúteis*. Rio de Janeiro, Livraria Leite Ribeiro, 1922.

MORAES, Deodato de. *Psicanálise e Educação*. Rio de Janeiro, Mendonça, Machado e Cia, 1927.

MOREIRA, Juliano. O pan-sexualismo na doutrina de Freud, pelo Prof. Franco da Rocha. In: *Brazil Medico*, ano 34, nº 23, 5 de junho de 1920. p. 365-366.

NEVES MANTA, Inácio. *A Psicanálise da Alma Coletiva*. Rio de Janeiro, Flores e Mano, 1932.

_____. Psychanalyse do alcoolista e therapeutica da psychose alcoolica. In: *Imprensa Medica*, ano VIII, nº 133, 20 de dezembro de 1932. 431-432.

PEIXOTO, Afrânio. *Ensinar a ensinar: ensaios de pedagogia aplicada à educação nacional*. São Paulo, Companhia Nacional, 1923.

PINTO, Gensericó Aragão de Souza. *Da psicoanalise: a sexualidade das neuroses*. Tese defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1914.

PONTE, Carlos Fidelis da. *Médicos, psicanalistas e loucos: uma contribuição à história da psicanálise no Brasil*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola Nacional de Saúde Pública / Fundação Oswaldo Cruz. Outubro de 1999.

PORTO-CARRERO, Julio Pires. Aspectos clinicos da psychanalyse. In: *Arquivos Brasileiros de Neuroiatria e Psiquiatria*, III e IV trimestres, 1926.

_____. É aconselhável um tal casamento? In: *Boletim de Eugenia*, anno 3, nº 36, dezembro / 1931. 1-2 p.

_____. *Grandezas e Misérias do Sexo*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1929.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”
09 a 13 de maio de 2011

_____. Prefácio. In: MORAES, Deodato de. *Psicanálise e Educação*. Rio de Janeiro, Mendonça, Machado e Cia, 1927.

_____. **Sexo e Cultura**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, Waissman, Koogan, 1933.

_____. Um serviço de Neuropsiquiatria e Medicina Legal para a Marinha Brasileira. In: *A Folha Medica*, anno 3, nº 16, 15 de agosto de 1922.

RAMOS, Arthur. A technica da psychanalise infantil. In: *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, anno VI, nº 3, julho-setembro, 1933. p. 195-205.

_____. Os furtos escolares. In: *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, ano VII, nº 3, junho-setembro, 1934.

ROCHA, João Cezar de Castro. Apresentação. In: GUMBRECHT, Hans Ulrich. *O campo não-hermenêutico / Adeus à interpretação*. Cadernos da Pós / Letras, UERJ, 1995.

ROXO, Henrique. Doutrina de Freud. IN: *Manual de Psiquiatria*. (4ª Ed.) Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1946. (1ª Ed: 1921). p. 496-516.

_____. Sexualidade e demência precoce. In: *Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria*, 1º trimestre, 1919, p.337-349.

SAGAWA, Roberto. Um recorte da história da psicanálise no Brasil. Disponível em: <http://www.cocsite.coc.fiocruz.br/psi/pdf/artigos1.pdf>. Acesso em: 15/08/2010.

SILVA, Gastão Pereira da. *A Psico-Analyse: ensaios*. Rio de Janeiro, Aderseb, 1934. 162 p.

_____. Para compreender Freud. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1931. 238 p.

História Medieval

***“L’incontro di una Religione Troppo Giovane con uno Stato Troppo Vecchio”*: o processo de inserção do poder católico no poder temporal.**

Filipe Queiroz de Campos

Resumo: Nosso trabalho intenciona analisar como se deu o desenvolver do processo de aproximação entre o poder régio e o poder clerical católico. Para avaliar tal desenvolvimento nos deteremos primeiramente ao episódio da conversão do Imperador Constantino e os sucessivos acontecimentos que desembocaram no ano de 392 de nossa era com o imperador Teodósio e a ratificação da religião católica como a religião oficial do império. Para visualizarmos mais detalhadamente a configuração da relação dos dois gládios, faremos uma análise crítica da inserção do poder católico no poder temporal no reino dos merovíngios.

Palavras chave: poder católico, poder régio, dois gládios.

Abstrat: Our article intend to analyze how was the development of the approximation process between king’s power and catholic’s power. To assess this development, we first will study the conversion episode of emperor Constantine and its successive happenings until 392 of our age with emperor Theodosius, when Christianity became the official empire’s religion. From this first reflections we will be able to show how began the firsts relations between this two powers and to see some specifically case of this meeting, the insertion process of catholic’s power in the King’s power in the Merovingian kingdom.

Keywords: Catholic’s power, King’s power, two swords.

A intenção de nosso trabalho nas seguintes linhas será de enunciar e analisar como o Império Romano, oficialmente pagão acabou por tornar se cristão. Após analisarmos mais detalhadamente como o cristianismo se instalara na máquina imperial, faremos um salto direto para o reino dos francos, onde analisaremos mais especificamente como os bispos se aproximaram do poder temporal e construíram um modelo de realeza cristã que irá imperar em todo reino franco, dando ênfase para um episódio já bastante trabalhado e discutido, a conversão de Clóvis, percebendo a invenção de um modelo de rei cristão no formato “Constantiniano”. A partir de então poderemos perceber como o poder espiritual católico

09 a 13 de maio de 2011

embrenhava se decisivamente nas malhas do poder temporal, em uma espécie de “mutalismo” de poder que gerava então a unicidade ocidental medieval na representação máxima da figura do rei. Ainda para detalharmos esta nova espécie de poder que se erigia, enfocaremos como esta “realeza cristã” se instalara na Península Ibérica, mais especificamente no Estado Moderno português. Desta vez, porém, iremos analisar este período, não com o intuito de explicitar a união e harmonia entre o temporal e espiritual, mas seus intensos embates, disputas e desentendimentos.

A Igreja cristã, no século IV, sofria as mais intensas e violentas perseguições, de 303 a 311, segundo o historiador especialista em história antiga, Paul Veyne, (VEYNE, 2010:11) nestas perseguições milhares morreram. Em 311, com o poder imperial dividido, parecia chegar se ao consenso de que perseguir não estava adiantando já que muitos cristãos que renegaram sua fé para salvar a própria vida não estavam efetivamente voltando se para o paganismo. Em relação ao paganismo é interessante lembrarmos que de fato era a religião do consenso geral, já o cristianismo se encontrava em uma tremenda desvantagem, considerando se que apenas entre cinco ou dez por cento da população do Império compunha se de cristãos, uma verdadeira minoria que ainda era perseguida e mal vista pela força máxima religiosa concentrada nos imperadores. Por um movimento totalmente contrário à maioria e à tradição, em 312, Constantino se declarava o primeiro imperador romano cristão. Um historiador inglês, J. B. Bury comenta em “*A History For the later Roman empire*” que em meio à situação que se encontrava o império, a atitude de Constantino fora o ato mais audacioso já cometido por um autocrata, pois segundo Bury, desafiava e desprezava a massacrante maioria dos súditos romanos. Muitas são as interpretações que se faz a respeito da índole e personalidade de Constantino. Veyne aponta uma grande maioria de historiadores que o definem como cínico, calculista, indecifrável ou supersticioso, mas de acordo com sua própria interpretação, Constantino fora um homem de larga visão, pois sua conversão teria então lhe permitido participar de uma verdadeira epopéia sobrenatural e conseqüentemente a salvação da humanidade. Quando tornara se chefe de todo ocidente romano, com aproximadamente 35 anos, quase que instantaneamente posicionou se a favor dos bispos católicos, escrevendo em 314 às autoridade eclesiásticas como seus “queridíssimos irmãos”. De acordo com as palavras do próprio imperador, “*a santa piedade eterna e inconcebível de nosso Deus se recusa de modo absoluto a permitir que a condição humana continue por mais tempo nas trevas*”. Por esta palavras percebemos clara e distinta posição de Constantino para com a salvação da humanidade e um decidido arrependimento por perceber que até então a humanidade

09 a 13 de maio de 2011

caminhara nas trevas, longe da verdadeira luz. Estas palavras também nos remete a uma analogia irresistível, entre Constantino e Santo Agostinho. Em sua conversão, Agostinho, também se arrependia em seu “Tarde te conheci”. Nas palavras de Agostinho, “*Tarde vos amei, ó beleza tão amiga e tão nova, tarde vos amei! Eis que habitavas dentro de mim e eu lá fora a procurar-te...*” (AGOSTINHO, 2000:201). Assim podemos notar uma carga de sinceridade religiosa na conversão do Imperador, que Paul Veyne faz contrastar com as interpretações que viam Constantino apenas como um imperador racional, como se sua conversão fosse premeditada em prol puramente de um interesse político.

Sem Constantino a religião cristã teria então permanecida apenas como uma seita de vanguarda. O historiador que estamos referendando realmente enxerga o indivíduo do Imperador como o grande modificador, causador de um evento histórico que desencadearia mudanças profundas em todo curso da história, e busca vê-lo por um ângulo “alternativo”. “*Como se vê, não pretendo fazer de Constantino um puro espiritual, mas os historiadores que só vêem em Constantino um político calculista não conseguem ir muito longe*” (VEYNE, 2010:109). Porém, em nosso trabalho não discutiremos a posição de Veyne, mesmo sabendo que muitos historiadores preferem considerar Constantino como uma parte de um todo e que o cristianismo ganharia força suficiente, e inevitavelmente apareceriam outros “Constantinos”. Nosso foco não é esmiuçar este debate em torno da inevitabilidade da tomada do poder cristão, mas enfatizar a decisão de Constantino como vital para o início da construção de uma realeza cristã. Para tanto, narremos brevemente o que levou o militar a ser imperador. No início do século IV o Império Romano estava dividido entre quatro Imperadores, dois repartiam o oriente, como Grécia, Turquia, Egito, Síria e outros lugares, enquanto o ocidente repartia se entre Licínio e Constantino, que governava Gália, Inglaterra e Espanha. Constantino deveria governar também a Itália, mas Maxêncio a roubava de seus domínios. Foi na busca pela reconquista da Itália, uma difícil batalha, que Constantino teria recebido a visão do Deus cristão, apresentando-lhe uma cruz de fogo, lhe dizendo que sob aquele símbolo ele venceria as batalhas contra Maxêncio, e deveria a partir de então apresentar publicamente sua nova religião. De fato, em 28 de Outubro de 312, ele venceu Maxêncio com seus homens utilizando o símbolo cristão em seus escudos, uma vitória então conhecida como vitória de Ponte Mílvio. Importante lembrar, que apesar de utilizar o símbolo cristão e então utilizar do cristianismo nos meios imperiais, Constantino estava ciente do risco que corria ao anunciar uma religião contrária à tradição pagã imperial, o que nos confirma suas ações futuras que apresentaremos a seguir.

09 a 13 de maio de 2011

Ao contrário de Constantino, Licínio permanecia pagão, mas teria também tido um sonho. Neste sonho, Licínio teria visto um “anjo”, que lhe prometeu a vitória da batalha contra o imperador do Oriente se ele fizesse uma prece a um determinado “deus supremo” pedindo e este deus que lhe garantisse a vitória. Destarte, a vitória fora alcançada, Licínio tornara-se imperador do Oriente e, apesar de permanecer pagão, mandava fixar um edito de Tolerância abrandando as movimentações de perseguição, antes incentivadas pelo antigo imperador. Para estabilizar o enorme império que tornava-se cada vez mais pesado e lento, os dois imperadores, realizaram um acordo em Milão para que os assuntos pagãos e cristãos fossem tratados em pé de igualdade.

Cabe agora, porém, enfatizarmos as radicais diferenças entre um governante tradicionalmente pagão e o que se poderia esperar dele, e um governante inovadoramente cristão, cujas ações e cujo Deus eram desconhecidos e poderiam provocar diferentes reações nos súditos e principalmente nas elites da época. Por exemplo, quando Augusto vencera Antônio e Cleópatra, pagou sua dívida a Apolo construindo um templo e um culto local. Poderia-se esperar de Constantino, alguma atitude semelhante por ter vencido sob o símbolo do crisma de Cristo. Augusto relacionava-se com Apolo de forma contratual e ocasional, diferentemente, o Deus cristão era mais exigente, Constantino assumia inteiramente e o tempo todo como servo de Cristo. Recorrentemente manifestava-se como servo de Deus. Uma mudança nítida nas configurações de poder. Agora, o imperador se tornava servo de Deus, mesmo que como um escolhido ou um verdadeiro representante de Deus na terra, o imperador não poderia ter nunca mais o seu poder comparado a de um deus, estava a partir de então, extinta a possibilidade de apoteose. Apesar de servidor de Cristo e de convertido declarado, era nítida também mais uma diferença. Constantino não enxergava o cristianismo como uma ideologia a ser imposta, imbuída em seus súditos por um cálculo político. Mais tarde, em 342, Constantino derrotava Licínio e estendia pela primeira vez o cristianismo a um nível “mundial”. Uma posição era clara no governo de Constantino. Declarava o paganismo como insensato, mas não aviltava seus discursos de muitas críticas aos pagãos, não punia pagãos, não os proibia nem impunha sua religião pessoal ao poder romano. Assim, a religião de Roma não era de Constantino, pois para ele estava claro o risco que poderia correr se impusesse o cristianismo à maioria pagã, o imperador deixava claro, que se seus súditos preferissem continuar com seus “templos de mentira” estes não seriam destruídos. Apesar da não imposição, já podemos porém notar a mudança radical no discurso do governador de Roma, antes a religião tolerada era o cristianismo, agora, era o paganismo. Principalmente a partir de

09 a 13 de maio de 2011

324, Constantino estava integrando a Igreja à máquina imperial apesar de mantê-la pagã, Constantino distribuía enormes somas para a Igreja, aproveitando se do direito de ser mecenas, ou bem feitor. O mais urgente aos olhos do Imperador não era converter pagãos, mas extinguir os sacrifícios de animais aos falsos deuses. Constantino instituía a si mesmo deveres eclesiásticos e procurava punir com mais severidade os maus cristãos e hereges. O imperador esforçava se também para não ferir gravemente as tradições romanas. Como todo bom imperador, realizara muitas construções, cobrindo de igrejas, Roma e Jerusalém. Mantinha a fachada tradicional do Império, seus próprios súditos ainda em grande maioria permaneceram pagãos, e ao morrer em 337, entrava para a categoria dos deuses, ou *divus*, seguindo uma regra ancestral defendida pelo senado de Roma. O senado funcionaria ainda durante muito tempo como verdadeira fortaleza do paganismo.

Passados trinta anos após a morte de Constantino, Valentiniano continuava a política de liberdade de culto, apenas em 416 ficava se proibido aos pagãos assumirem cargos públicos. Apesar dos esforços mencionados em prol do cristianismo, porém não podemos obviamente aqui declarar que fora Constantino o grande e único responsável pela introdução do cristianismo no poder temporal. Após o fim de sua dinastia naturalmente seu filho e seus seguidores próximos darem continuidade à essa nova união, com Juliano em 361 forçava se porém, a superioridade do paganismo, e exibia o cristianismo como um lapso no tempo, um parênteses na história romana. Após Juliano, os clãs que escolhiam os imperadores, por muito pouco acabaram escolhendo Valentiniano, um imperador cristão, não por causas religiosas mas por interesses políticos e facilidade maiores que trazia o nome de Valentiniano. Será o filho deste ultimo que garantirá o trono a Teodósio em 391, no oriente. No ocidente, Teodósio mandara governar um coimperador mais jovem. Para assegurar uma possível inabilidade do jovem e as faltas militares ocidentais, o imperador oriental também nomeou junto de seu coimperador, Argobast, um chefe germânico. Argobast conseguira se erguer como chefe militar e seu poder estava dominando o ocidente, o jovem príncipe nomeado por Teodósio morrera e dava se inicio a uma dinastia de poder germânico pagã no ocidente. Estes germânicos não tinham direito de se tornarem imperadores e por isso governavam como fantasmas, por traz de nomes romanos. Roma, que funcionava com o “vaticano do paganismo” aprovava o poder que se erigia. Arbogast pediu a Teodósio que aceitasse Eugênio, seu fantoche, como imperador do ocidente mas Teodósio recusa e imediatamente os dois imperadores entram em guerra, da qual muitos historiadores consideram como a primeira guerra religiosa, o paganismo contra o cristianismo.

09 a 13 de maio de 2011

Teodósio diante da beligerante ameaça decide de uma vez por todas proibir definitivamente o culto pagão e os sacrifícios vetando até as menores das oferendas pagãs. Destarte, desenvolvia-se o que Paul Veyne chama de revolução religiosa, motivada pela disputa do trono. Várias batalhas do partido pagão perderam em campo de batalha assim como em uma revolta religiosa no Senado de Roma. Eugênio fora decapitado pelos vencedores e Arbogast suicidou-se.

A partir de então, não devemos ignorar e simplificar, dizendo que a partir da vitória de Teodósio e da oficialização do cristianismo como religião do império tenha-se extinguido o paganismo. A questão é que mesmo existindo ainda muitos focos de paganismo como entre as aristocracias tradicionais ou os meios rurais mais afastados, as malhas de poder dos bispos se estreitavam, ritmando um processo lento de cristianização da população. Pouco a pouco, as pessoas começavam a nascer cristãs assim como nasciam anteriormente pagãs, tornava-se rotina e tradição, levando por média de dois séculos para que então as práticas pagãs estivessem extintas ou quase extinta.

Devemos levar em consideração a intensa e profunda mudança que a cristianização da sociedade fora uma transformação composta de inúmeras diferenças. Tanto nas sociedades pagãs quanto em sociedades cristãs e de outras variações de crença, a religião servia de um manto fausto para legitimar relações, explicar fenômenos, suprir lacunas de história, inventar tradições, construir hábitos, em fim, a religião servira desde as remotas sociedades como uma importante ferramenta social adaptando-se às mais diferenciadas características sociais e temporais no sentido de legitimação de uma identidade. Como nos informa o historiador especialista em Grécia antiga, Jean Pierre Vernant, a religião no mundo grego era um manto perene nas relações sociais. Envolvia todas as relações interpessoais e a relação entre os indivíduos e o Estado. Obviamente estamos nos referindo à religião pagã, na qual as divindades quase nunca se referiam diretamente ao indivíduo, uma configuração completamente diferente da cristã. Os deuses não atendiam a anseios pessoais, mas às necessidades do corpo social, o coletivo antes do indivíduo. O paganismo grego clássico atendia às necessidades coletivas sendo, nas palavras de Vernant, um *“fundo da natureza, o tecido inesgotável, a tapeçaria sempre em movimento”*, (VERNANT, 1990:250) neste sentido uma falta cometida contra a sociedade era também uma falta cometida contra as divindades. Segundo Vernant, quando um indivíduo era expulso de sua cidade também perdia sua comunicação com o divino ou em outras palavras, a vida religiosa estava integrada completamente à vida social. Com a implantação da religião cristã, principalmente a partir de

09 a 13 de maio de 2011

312 com Constantino, a relação entre homens e um suposto mundo metafísico de fato não mudou radicalmente, mas sim, foram realçadas, intensificadas. É a partir de um pensamento cristianizado e uma nova forma de encarar o mundo, sacralizando as relações entre homem e natureza que se desenvolve grande parte de um “entendimento medieval” expressado por exemplo na área do imaginário. Segundo Paul Veyne os deuses antigos tinham pouco relacionamento direto com os homens, pareciam que *“cuidavam mais de si próprios do que serviam de fundamento transcendente ao poder (...) junto a seus cidadãos os imperadores pagãos não tiravam sua legitimidade da graça dos deuses (...) mas eram levados a governar pela vontade cívica”* (VEYNE, 2010: 112), ou por um suposto consenso entre os cidadãos do império. Diferente do delicado equilíbrio entre deuses antropomórficos, dotados de sentimentos humanos, lutando pela hierarquia do Olimpo, com intrigas e sentimentos puramente humanos, pouco atenciosos às lamúrias mortais, o Deus judeu e cristão se reclinava para amparar seus filhos de forma sábia e benevolente. O que houve a partir de Constantino foi de fato uma modificação profunda na metafísica, uma modificação com repercussões tanto no poder, que agora provinha de Deus e longe de se colocar como ministro dos cultos o imperador estava de fato a serviço da religião, tanto como no entendimento intelectual e popular, a providência divina garantia pelo menos a segurança de um mundo celeste mais bem organizado, uma lógica mais clara para a explicação dos acontecimentos como desastres, acidentes ou para o sobrenatural. As explicações já não eram provenientes de um intrincado jogo de interesses divinos mas de um Deus que sabia exatamente a ordem certa das coisas. Constantino fazia triunfar a verdadeira religião e dava peso supremo a sua crença. O Deus cristão sondava profundamente o coração dos homens, tinha um interesse incomum em chamar a atenção para seu amor. Segundo Veyne, Javé era um Deus ciumento, essa era a principal diferença entre ele e os deuses pagãos, pois buscava o homem oferecendo-lhe misericórdia mas exigia rejeição de todos os outros deuses. Nas palavras do próprio Constantino podemos notar uma carga de sinceridade religiosa e a convicção do imperador para com a nova filosofia religiosa, *“acontecia-me faltar ao respeito para com a justiça divina e eu ignorava que um Deus penetrava os segredos do meu coração”* (VEYNE, 2010: 117).

De fato, a religião cristã modificou de cima para baixo as relações entre poder central e religião e entre os indivíduos e seu relacionamento com o além. Obviamente, a transformação mental não se deveu apenas à transformação religiosa, mas a um extenso conjunto de ações as profundas mudanças econômicas, com a queda da economia escravista do mundo antigo o

09 a 13 de maio de 2011

declínio e a desestruturação do poder central a partir da crise do século terceiro ou a queda do comércio marítimo no Mediterrâneo (ANDERSON, 1982:28). A reorganização de uma sociedade baseada em relações interpessoais voltadas para o cristianismo como verdadeiro redentor da identidade ocidental, passada então a se auto-declarar a cristandade, vários foram os fatores que formatavam um “entender medieval” que irá ser configurado e ao mesmo tempo configurar o poder régio.

Para enfocarmos melhor as relações entre o poder régio e o clerical, a partir das linhas seguintes nos concentraremos em citar as relações deste poder no reino dos francos.

Segundo Marcelo Cândido, o processo de cristianização da realeza merovíngia, não se resume em um conjunto de exortações piedosas dirigidas pelos clérigos aos reis, sendo uma verdadeira falácia a idéia de que havia um modelo certo e simplista de um rei cristão. Para Marcelo é necessário ampliar o terreno de visão e enxergar além do domínio das idéias, enxergar a relação entre o poder político e a sociedade.

Os reis francos buscavam o tempo todo concentrar seu poder e legitimá-lo. Para tanto, enfatizavam vínculos hierárquicos com o Império Romano. Não apresentavam sua autoridade como algo dissociado do Império que segundo Cândido funcionava como fonte de legitimidade para o *Regnum Francorum*. Porém com o aumento do poder local dos bispos, que também buscavam forças locais de autoridade e legitimação iniciava se um processo de criação de laços, de conveniências. Um dos reis mais associados à idéia de realeza cristã é Clóvis. Na França Clóvis fora exaltado na historiografia francesa e no imaginário da nação como o primeiro rei Frances, aquele que funcionou para a França como Constantino funcionara para o Império Romano. O testemunho mais rico que se tem de Clóvis fora escrito por Gregório de Tours. Após o triunfo sobre os alamanos teria mandado chamar o bispo de Reims e este teria convencido o rei a aceitar a salvação. A questão é que o relato de Gregório traz um problema. Há fortes indícios de que a batalha de Tolbiac, contra os alamanos, teria ocorrido depois do batismo de Clóvis. Este “erro” de Gregório de Tours segundo Marcelo não parece ser um mero acaso, o que nos leva a entender o processo de criação ou invenção da imagem de Clóvis. Uma movimentação entorno de sua figura para legitimar e eufemizar os contratempos que poderiam ter ocorrido na união entre o poder real e o clero.

Gregório construirá a idéia de que Clóvis era como Constantino, de fato um Novo Constantino. De acordo a narração do bispo, “*Foi o rei quem primeiro pediu para ser batizado pelo pontífice. Ele avança, novo Constantino, em direção à piscina para curar se da doença de uma velha lepra e para apagar, com água fresca, manchas sujas feitas*

antigamente...” (CÂNDIDO, 2008: 84). Destarte, o legado de Constantino era repassado à Clóvis de onde se erigia os primeiros passos da “amizade” entre clero e rei.

No reino merovíngio a idéia de uma união entre o poder militar do rei e da sagração e conselhos do bispo desenvolvia se com Gregório Magno, a exemplo de suas cartas a Brunilda, Fredegonda, Childeberto II, Clotária II Teudeberto e Teuderico.

Assim como Gregório, Gregório de Tours e Aureliano de Arles desenvolveram reflexões a respeito dos reis francos e seus deveres para com seus súditos antes mesmo de Gregório Magno. Estes bispos de forma geral valeram se de argumentos para estabelecer um comportamento cristão nos reis o que acabou por gerar um paradigma do que Marcelo Cândido chama de realeza cristã.

O poder real, legitimado pela carta de São Paulo aos romanos deveria garantir a ordem e a justiça. Inicialmente o poder real e sua relação com a fé cristã limitava se à punição dos pecados, um símbolo da cólera divina e um verdadeiro instrumento para cumprimento de profecias bíblicas. Porém o autor salienta que esta relação entre poder temporal e espiritual se modificava paulatinamente sendo que a partir do IV século podemos ver uma nova configuração desta relação. Os governantes começavam a ser tomados por verdadeiros símbolos da redenção humana.

A partir do Edito de Milão que acordou a liberdade de culto e à Igreja o status de *religio licita* e posteriormente o edito de Teodósio em 392, a religião católica se tornava a oficial religião do império. Destarte, o Estado havia se tornado cristão e por isso novas posições ao rei deveriam ser formatadas. Eusébio de Cesaréia iniciava o debate com a “economia da salvação” afirmando que a responsabilidade do príncipe era modelar o reino aos moldes da Jerusalém celeste, construir um reino dos céus na terra.

Nesta situação voltemos aos reis merovíngios. Remígio nasceu em 475, tornou se bispo de Reims ainda jovem e estabeleceu se como bispo metropolitano. Remígio foi quem levou Clóvis à pia batismal, o aconselhou e o tornou rei modelo para a realeza cristã. Considera se Remígio para o mundo franco da mesma forma que Silvestre para com o império romano. Porém apesar desta colocação, Remígio era considerado um pai espiritual e um caro conselheiro do rei, não mais que isso. Aconselhava Clóvis à justiça à retidão e benevolência, pois apenas como um bom cristão ele alcançaria um bom governo. Deveria ser um nobre, no sentido de ser reto em seus caminhos e caridoso para com os necessitados. Desta forma, Remígio incutia em Clóvis os valores da *utilitas publica*. O chefe do poder

09 a 13 de maio de 2011

deveria por fim último ser o símbolo máximo da identidade cristã que agora se fazia coletiva, deveria ser a tônica máxima da cristandade e o cimento de seu governo deveria ser a religião.

Novos termos começam a aparecer para redefinirem o perfil do rei, agora inclinado a valores como a misericórdia, a generosidade e a concórdia e principalmente o vocábulo antes inconcebível aos pagãos, o *humitas* que lembrava que o príncipe deveria se submeter a Deus e seus mandamentos, diametralmente oposto ao *superbia* dos romanos, formatando então uma realeza cristã e retotestamentária.

No exemplo de Remigio, Marcelo Cândido nos informa a respeito de Venâncio Fortunato de Poitiers, que encorajava e fortalecia Brunilda no catolicismo. Fortunato deixava claro que a dinastia merovíngia era de fato forte e prospera mas que entrava em grande glória e elevava-se sem precedentes quando abraçara a fé católica.

Porém não devemos superestimar os laços que forçosamente se criavam e fortaleciam. O bispo Gregório de Tours criticara incisivamente o rei Chilperico, como responsável por assassinato de sua esposa quebrar com valores cristãos, sendo então comparado a Nero, Herodes e às perversidades dos antigos imperadores romanos. Ao que tudo indica, na verdade, Chilperico estava bastante incomodado com o poder dos bispos e sua ação preponderante nas decisões dos reis e por isso realizara poucas nomeações tentando diminuir a influência episcopal na *civitates*, o que então teria gerado a opinião depreciativa de Gregório de Tours. Desta forma Marcelo tenta desconstruir a figura do rei teocrático por ele vista como muito simplista, ocorrendo na verdade uma releitura do poder espiritual por parte dos reis francos em um estreitamento entre os poderes temporal e espiritual e não de fato uma coadunação única e indivisível entre os dois poderes, visto que muitas vezes eles se estranhavam e encontravam diferenças.

Com a queda gradual do império Romano quem assumia as posições dos funcionários civis, com responsabilidades de construção de pontes, recolhimento de impostos e manutenção de uma infra-estrutura básica para a época eram os bispos. Os bispos ganhavam espaço no poder público e acumulavam terras cada vez mais intensamente sendo que o poder local era completamente dominado pelo braço clérigo em determinadas regiões. Nesta situação, o poder temporal principalmente militar se encontrava recorrentemente com o poder clerical desencadeando formas de poder como a que vislumbramos nas linhas passadas a respeito do reino dos francos. Passemos agora nosso olhar para a Península Ibérica, em Portugal na formação de seu Estado moderno, em mais um exemplo das relações de poder real e clerical, para por fim finalizarmos nossa análise.

09 a 13 de maio de 2011

A título de informação, o leitor que se interesse pela relação entre poder temporal e clerical no início da construção de Portugal e Espanha, sugerimos o texto, que utilizamos de base para nosso artigo, “História Medieval da Península Ibérica” (RUCQUOI, 1985: 37), concentraremos, porém, no Estado Moderno Português.

A historiografia atual concorda de maneira geral que é entre 1270 e 1360 que a monarquia intensifica suas ações e competências em uma movimentação que conduziu à formação do Estado Moderno (VENTURA, 1949: 98), e é na formação deste Estado que se observa grande número de embates entre os limites do poder temporal e clerical, pois é nesta situação que o monarca começa a intensificar seu poder e sua independência de outros órgãos, apesar de ainda extremamente dependente, entrando em conflito direto com a Igreja. Neste período o poder régio pagava seu apoio e assegurava os futuros distribuindo mercês e privilégios, em uma relação de “negociação de autoridades”. A estrutura da monarquia começava a se modificar significativamente com d. Duarte, que recebia desde infante responsabilidade administrativas em 1411, e como legislador em 1418. É nesta época que a Igreja de Portugal se torna finalmente unida, há novas condições internas, novas situações de diplomacia em fim, d. Duarte posicionava se como um novo governante, editando as chamadas quarenta leis jacobinas pelas quais realizava se significativas reformas. Destas leis apenas doze das que tocavam diretamente a vida da clerezia foram expostas ou publicitadas. A maioria destas leis modificava privilégios e no todo, afirmava situações que cerceavam o patrimônio da Igreja. Em 1426, reúnem se em Braga clérigos representantes da insatisfação para com os agravos das leis jacobinas onde realizou se uma lista dos agravos que deveriam receber emenda do rei por ferirem a liberdade da Igreja. Devemos nos atentar para esta questão pois, quando o monarca realizara as leis delimitando privilégios ao clero estava indo de encontro a uma premissa religiosa tradicional dos pobres reis portugueses anteriores. Margarida Garcês nos explica que as liberdades régias e as liberdades clericais eram delimitadas de acordo com a chamada lei divina ou natural. No século XV d. João Vicente acreditava em uma consideração jurídica para a liberdade de todos os homens que fundamentava se nas leis divinas, naturais, no direito canônico e na lei civil. O homem segundo d. João Vicente, gozava de sua plena liberdade, mas a partir do pecado original todos os direitos e deveres foram alterados o que daria origem também à hierarquia social. Por causa destas limitações das liberdades alguns homens deveriam se sujeitar a outros e nessa relação apenas dois tipos estariam isentos de encargos por causa de suas funções, ou seja, apenas estes dois tipos de homens estariam isentos de deveres e dotados de privilégios, que

seriam os homens que “servem a coisa pública” e os “homens que servem a Deus”. Aqueles que não obedecessem á estas leis estariam passíveis de serem condenados á excomunhão.

Desta forma quando fora promulgada as leis jacobinas os agravos em relação à liberdade da clerezia estavam também atacando uma premissa tradicionalmente aceita não apenas pela Igreja mas pelo próprio rei de Portugal, uma ação que consiste em quebra de contrato por parte do rei para com o poder clerical. Mesmo ciente destes problemas, o Estado que se fortalecia, mais independente das vontades eclesiásticas, tomava mais força e mais espaço uma ameaça cada vez maior aos bispos que começavam a se confrontarem recorrentemente com o poder temporal.

A lista contra os agravos das leis jacobinas realizada em 1426 fora levada ao rei e em 1427 em Santarém era aprovada uma concórdia de noventa e quatro artigos que resolvia todos os agravos entre poder régio e clerezia. Os acordos entre rei e Igreja se tornavam cada vez menos globais e a partir da concórdia de 1427, os conflitos entre os dois poderes só tenderiam a aumentar, mostrando nos como esta união artificial e forçada entre clero e monarca estava longe de findar.

Bibliografia

AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. Rio de Janeiro Editora Brasiliense, 1982.

RUCQUOI, Adeline. *História medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Ed. 70, 1985.

SILVA, Marcelo Cândido da. *A realeza Cristã na Alta Idade Média*. São Paulo: Alameda, 2008.

VENTURA, Margarida Garcez. *Igreja e poder no século XV*. Lisboa: Colibri História, 1949.

VERNANT, Jean Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VEYNE, Paul. *Quando nosso mundo se tornou cristão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Democracia e Grupos Minoritários no Século XX

A “Experiência Coletiva” dos Trabalhadores na Justiça do Trabalho (Juiz de Fora, década de 1950).

Alessandra Belo Assis Silva *

Resumo: Pretende-se analisar como os processos trabalhistas da Junta de Conciliação de Julgamento (JCJ) de Juiz de Fora, instalada em 1944 na cidade, podem nos elucidar acerca da experiência coletiva dos trabalhadores nas lutas por direitos na arena judicial, evidenciando como esta mesma experiência implica muitas vezes em relações que se constituem nos espaços de trabalho e na sociabilidade dos trabalhadores. Acreditamos, pela análise dos dissídios individuais, que a relação dos trabalhadores com os patrões e as instituições do Estado assume muitas vezes uma dimensão coletiva em detrimento de um caráter normativo e jurídico que apela para sua expressão individualista.

Palavras-chave: experiência coletiva, trabalhadores têxteis, Justiça do Trabalho.

Abstract: The aim is to analyze how the labor processes of Juiz de Fora’s Board of Conciliation and Arbitration (JCJ), installed in 1944 in the city, can shed some light on the collective experience of workers in struggles for rights in the judicial arena, emphasizing how this experience often involves relationships that are in work places and in workers’s sociability. We believe, by the individual bargaining’s analysis, that the ratio of workers with employers and state institutions often assume a collective dimension rather than a normative and legal appeals to individualistic expression.

Keywords: collective experience, textile workers, Labor Court.

Introdução

A Justiça do Trabalho (JT), embora ainda possa ser considerada alvo de poucos estudos nas áreas de história e ciências sociais, conheceu a partir da década de 1990 e

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: alessbelo@gmail.com.

09 a 13 de maio de 2011

principalmente na década de 2000, por todo o Brasil, estudos [ainda esparsos] que privilegiam as experiências dos trabalhadores dentro do espaço judicial permitindo encontrar, ali, aspectos de definição e redefinição das próprias relações sociais¹⁸⁸. Como se sabe a JT foi na última década, colocada no centro das atenções, ameaçada sem sucesso por projetos de governo que previam transformações profundas ou mesmo sua extinção¹⁸⁹, o que pode explicar entre outros motivos, o interesse por estudos sobre esta instituição.

Esta instituição foi formalmente criada em 1934, pela Constituição, e só foi inaugurada no Brasil em 1941, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, sendo instalada no município de Juiz de Fora no ano de 1944. Foi criada com o objetivo de arrefecer a luta de classes no país e deslocá-la para a esfera institucional, isto é, para o âmbito do Estado. A justiça trabalhista constituiria, portanto, espaço privilegiado para a solução de conflitos, tornando-se decorrer de sua evolução, instrumento fundamental para os trabalhadores, como pretendeu o Estado Novo, deixando-a como legado para os governos posteriores. A instituição, segundo Noronha, faz parte da tradição *legislada* que caracteriza a sociedade brasileira, tal como atesta o fato de que o país viveu pouco tempo de trabalho regulado sem a presença de tal instituição (NORONHA,2000:241-290). O Estado, de acordo com o sistema legislado, tornava-se o lugar por excelência de formulação das normas e regras de uso do trabalho, bem como das normas e regras de distribuição do fruto do trabalho através da legislação social. Este fato, ligado ao processo de judicialização das relações de classe como nos atesta Luiz Werneck Vianna, prova que o recurso à Justiça do Trabalho, juntamente com as demais formas de manifestação de reivindicações dos trabalhadores, fazem parte da tradição brasileira de luta pelos direitos dessa classe¹⁹⁰. (VIANNA, 1999:149)

¹⁸⁸ Alguns destes trabalhos: BARBOSA, Denílson Gomes. *Conflito Trabalhista e Uso da Justiça do Trabalho: Estudo de Caso do Município de Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em História).Universidade Federal de Juiz de Fora,2008. CORRÊA, Larissa Rosa.*Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo - 1953 a 1964*, Dissertação (Mestrado em História).UNICAMP,2007. MENDES, Alexandre. *Classe trabalhadora e Justiça do Trabalho: experiências, atitudes e expressões do operário do calçado* (Franca – SP, 1968 a 1988). Tese de doutorado, Unesp, Franca, 2005. PACHECO, Jairo Queiroz. *Guerra na fábrica: cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra – o caso de Juiz de Fora – MG*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Usp, São Paulo, 1996. OREL, Regina L. de Moraes e MANGABEIRA, Wilma. *Velho” e “novo” Sindicalismo e uso da Justiça do Trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional*. Dados 37, nº1, 1994.

¹⁸⁹ Para que se tenha uma ideia mais aprofundada das transformações que envolveram a Justiça do Trabalho consagradas na Constituição de 1988 e seus desdobramentos na década de 1990, sobretudo inseridos no processo de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho ver, GOMES, Ângela de Castro. *Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados*. Revista de Estudos Históricos, nº 37, jan-jun 2006. Ver também, DELGADO. Mauricio Godinho. As duas faces da nova competência da Justiça do Trabalho. In: COUTINHO, Grijalbo Fernandes e FAVA, Marcos Neves(orgs).*Nova competência da Justiça do Trabalho*.LTR. Anamatra.2005.

¹⁹⁰ Entende-se por *judicialização das relações de classe (ou sociais)* a expansão do direito para novas esferas da vida social, papel este desempenhado pela Justiça do Trabalho.

09 a 13 de maio de 2011

Algumas destas pesquisas tem atentado, ainda de forma pontual, para a necessidade de observar o caráter individualista ou coletivo da instituição, sob o ponto de vista do trabalhador. O objetivo deste trabalho é evidenciar que embora, na maneira como funciona, isto é, no seu âmbito normativo/formal, a JT tenha contribuído para reforçar uma dimensão individual em que o trabalhador tem direito ao acesso a ela através de dissídios individuais, as ações judiciais possuem, em geral, um caráter coletivo, desde sua intenção e construção (muitas vezes com o apoio do Sindicato de Classe) até o resultado do processo.

Samuel Fernando de Souza em estudo recente, questiona a análise de John French a este respeito (FRENCH, 2001: 61). Segundo Souza,

French, ao discutir a “consciência legal” dos trabalhadores brasileiros, atentou para um caráter individualista da JT no Brasil. Este caráter individualista seria resultado da própria dinâmica do próprio dissídio individual, estabelecido na legislação do trabalho. Acredito que a dimensão formal da reclamação individual em nenhuma hipótese nega o caráter coletivo da relação dos trabalhadores com patrões e instituições de Estado. (SOUZA, 2006: 58)

Souza baseou suas afirmações nas análises que fez de dissídios individuais da indústria calçadista na década de 1970 em que evidenciou que todas elas tinham um caráter coletivo, fator que nos chama mais a atenção por se tratar do período da ditadura. De fato, torna-se perigoso para o historiador analisar a dimensão individual, ou a experiência individual do trabalhador atentando apenas para a teoria, afinal o caráter individual é um conceito de ordem jurídica, em que esta experiência seria “determinada pela nomenclatura legal, em cumprimento de uma suposta vontade do legislador”.¹⁹¹ Ao chegarmos às fontes, trabalho necessário a qualquer historiador, não corremos o risco de afogarmos em teorias, porque nelas o que se nota é que a experiência coletiva em torno da legislação implica em relações construídas nos espaços de trabalho, no Sindicato e na sociabilidade dos trabalhadores.

Partindo deste preâmbulo, vamos às fontes. O que pude observar na análise dos processos da JCJ de Juiz de Fora é que muitas ações, mesmo que consideradas dissídios individuais, são impetradas coletivamente, ou seja, por muitos trabalhadores em um mesmo processo, evidenciando como a experiência coletiva pode se estruturar de maneira surpreendente no espaço judicial. É o caso, por exemplo, da maioria dos processos contra as Indústrias Têxteis, principalmente entre os anos de 1953 e 1957¹⁹². Como são estruturadas

¹⁹² Processos trabalhistas da Justiça do Trabalho de Juiz de Fora (1944-1964). Disponível para pesquisa no Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora.

09 a 13 de maio de 2011

estas ações? No termo de reclamação, no início do processo há uma listagem completa dos outros reclamantes que tem como objetivo a reivindicação do mesmo objeto. Esta seria então o que se chama de *ação plúrima* pelo direito atual (BIAVASCHI, 2007: 267), embora tenhamos encontrado uma outra “nomenclatura” nos primeiros processos da JCJ de Juiz de Fora com esse tipo de ação: *ação individual cumulativa* ainda na década de 40¹⁹³. Só em 1957 encontramos 22 processos que funcionam por essa lógica. Nada melhor que a CLT para explicar. De acordo com o Artigo 842: “Sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento¹⁹⁴”.

Podemos perceber, então, que a lei permite que os trabalhadores da mesma empresa que tenham reclamações em comum possam entrar com um único processo na Junta, até mesmo visando-se a economia processual. Não podemos esquecer que estas ações entram no mérito do direito individual e que dissídios coletivos são elementos completamente diferentes. Mas a economia processual de longe explica o dinamismo de tais ações. O nosso objetivo é mostrar que muitas dessas ações revelam um caráter diferenciado das meramente individuais, porque nelas torna-se evidente que os trabalhadores organizaram-se de maneira peculiar no sentido de reivindicarem seus direitos na Justiça, que podem ter sido organizados pelo Sindicato ou de forma autônoma. E isto, nos evidencia voltando as afirmações de Souza o quanto a sociabilidade e a experiência coletiva foram determinantes para as lutas no espaço judicial, fugindo completamente nas necessidades de seguir as normas da instituição jurídica que se justifica contrastando dissídio individual de coletivo. Obviamente, e isto deve ser considerado, não eram todas as ações coletivas que apresentavam nuances e em algumas delas o que se visava era apenas a economia processual, algo comum na Justiça do Trabalho, daí reunir por exemplo, dois, três reclamantes em um mesmo processo. Contudo, o que dizer das ações que envolviam 20, ou 300 reclamantes? Elas seriam então ações que somente se explicariam por interesse individual? A minha análise evidencia que muitas das vezes essas ações continham significados particulares que ganhavam contornos para além da reivindicação judicial, relativos à organização e união dos têxteis que, juntos, pleiteavam na Justiça por um ou mais direitos dando coesão a força da própria ação coletiva.

A quantidade de ações plúrimas, referentes aos trabalhadores têxteis na década de 1950, estão sistematizadas no quadro a seguir, onde é considerado que cada processo deste

¹⁹³ Processo nº 117/44.

¹⁹⁴ Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del5452.htm>

09 a 13 de maio de 2011

tipo consiste em um único processo com mais de um reclamante. É interessante observar que os anos de maior atividade grevista por todo Centro-Sul, segundo Sandoval, batem com os anos de maior procura à Justiça, através destas ações. 1954, por exemplo com 24 processos coletivos houve uma greve de grandes proporções na cidade de Juiz de Fora e 1957, com 27 processos estourou a greve dos 400 mil em São Paulo, por exemplo. 1959 aparece como o ano com maior número de ações coletivas, 28 no total. Aqui, interpretamos tal crescimento a partir de duas questões: as mudanças salariais constantes no governo JK e o desrespeito dos patrões aos aumentos, e em segundo lugar à uma maior politização dos trabalhadores, de suas organizações e movimentos que vai crescendo em intensidade no fim da década, e que, ganharão um “boom” no início da década de 1960, sendo interrompida obviamente pelo golpe militar de 1964. O ano de 1953, no que se refere ao setor têxtil juiz-forano deve ser analisado de forma diferenciada devido a um caso excepcional envolvendo os menores trabalhadores.

**PROCESSOS TRABALHISTAS DO TIPO COLETIVOS NA DÉCADA DE 1950.
(SETOR TÊXTIL)**

ANO	QUANTIDADE DE PROCESSOS COLETIVOS
1950	19
1951	9
1952	10
1953	27*
1954	24
1955	6
1956	23
1957	27
1958	21
1959	28

Fonte: Processos Trabalhistas relativos ao setor têxtil da JCF de Juiz de Fora. Disponível no Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Em seguida na próxima tabela, sobre os tipos de reclamação mais comum, podemos ver como a reclamação “Diferença Salarial” destoa dos demais. Diferença salarial entendamos que é a diferença entre o que o reclamante recebe do que deve receber. Nesse sentido, o grande número de reivindicações desse tipo não só confirma que a questão salarial é a grande questão da década nas lutas trabalhistas, corroborando em primeiro lugar com os arrochos salariais do segundo governo Vargas (1951-1954) e em seguida com um número significativo

09 a 13 de maio de 2011

de aumentos salariais não só impostos pelo Governo JK (1956-1961)¹⁹⁵ como conquistados por dissídios coletivos regionais, que impulsionava os trabalhadores a buscarem seus salários devidamente impostos pela lei. Por outro lado, isto também confirma como o empresariado têxtil é mais propenso em burlar a lei e em pagar os devidos salários aos seus empregados. Obviamente o número deste tipo de reclamação no setor têxtil, diz respeito também ao caso dos menores operários que pleiteavam pelos salários mínimo integral em 1953, como veremos a seguir. Interessante observar que Salário Retido, também aparece com 8,6% das reclamações. Este tipo de reclamação significa o não pagamento do patrão dos salários de um mês ou mais, isto é, a retenção do salário. Se pensarmos que a essência dos dois tipos de reclamação refere-se à mesma coisa e somarmos, temos que as reclamações referentes a SALÁRIO, somam em 42,3% do total de reclamações, número bastante significativo. A reclamação “Aviso Prévio” que aparece em segundo lugar com 14,7%, se refere aos casos em que os trabalhadores foram demitidos sem o pagamento do Aviso ou este pagamento foi considerado incompleto. Muitas vezes, nas ações coletivas, os trabalhadores uniam-se em reivindicar não só o Aviso Prévio, mas como suas demissões foram injustas. Na maioria dos casos, Aviso Prévio e Indenização por Dispensa, que vem em quarto lugar com 10,7% das reclamações, eram pleiteados juntos. É curioso observar que a reclamação “Férias”, a terceira em número com 12,9%, foi também uma prática observada após a demissão, em que os trabalhadores reivindicavam as férias em atraso durante a vigência do contrato de trabalho. Isto indica que a maioria dos trabalhadores não se arriscavam a reivindicá-las quando estavam trabalhando. Temos ações coletivas em que os trabalhadores pleiteiam no mesmo processo, os quatro tipos de reclamações mais comuns: Diferença Salarial, Aviso Prévio, Férias e Indenização por Dispensa.

Em seguida, temos um número surpreendente de reclamações que envolviam “Descansos Semanais”, com 5,4%, que diz respeito à não remuneração do repouso semanal que de acordo com a Lei instituída em 1949, deveria ser paga “para os que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, à de um dia de serviço; para os que trabalham por hora, à sua jornada normal de trabalho; para os que trabalham por tarefa ou peça, o equivalente ao salário correspondente às tarefas ou peças feitas durante a semana, no horário normal de trabalho,

* Estamos considerando alguns processos impetrados individualmente, mas de caráter coletivo. Fala-se aqui do caso dos menores trabalhadores, que incitou uma grande procura por esses trabalhadores à Justiça do Trabalho. Isto se deve, sobretudo, a um Decreto do Governo no final de 1952, que regulava o trabalho do menor aprendiz diferenciado-o de qualquer outro trabalhador. Esta discussão está presente em nosso trabalho mais adiante. (Ver item 3.3)

09 a 13 de maio de 2011

dividido pelos dias de serviço efetivamente prestados ao empregador.”¹⁹⁶ Em último lugar aparece as reclamações de “Suspensão” com 2,9% das reclamações. Este tipo de reivindicação era comum no setor têxtil, em que o trabalhador suspenso reclamava por ter sido tal atitude injusta, requerendo a remuneração dos dias de suspensão. A maioria desses casos dava Improcedente ao trabalhador devido a dificuldade do mesmo em encontrar testemunhas dispostas a depor no tribunal a favor do colega de trabalho e diante do patrão, e também devido à posição da JT que dizia-se incompetente para julgar questões disciplinares.

Tabela II

Tipo de reclamação mais comum nos processos coletivos (Década de 1950)

Tipo de Reclamação	Porcentagem % (Entre 1950-1959)
Diferença Salarial	33,7%
Aviso Prévio	14,7%
Férias	12,9%
Indenização por Dispensa	10,7%
Salário Retido	8,6%
Descanso Semanal	5,4%
Suspensão	2,9%
Outros	33%

Fonte: Processos Trabalhistas relativos ao setor têxtil da JCJ de Juiz de Fora. Disponível no Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Na última tabela desta análise quantitativa podemos ver os resultados por processo coletivo. Como podemos observar de antemão, as diferenças percentuais entre cada resultado é muito pequena o que demonstra uma variação de casos, que uma análise quantitativa não pode mensurar. De qualquer forma, é possível obter por esta análise um panorama destas reivindicações, ainda que bem superficial e geral. A predominância dos acordos demonstra uma característica da JCJ de Juiz de Fora não só para o setor têxtil mas para todos os setores, com exceção do setor de couros embora tenha sido para um período diferenciado 1944-1954. (BARBOSA, 2008: 106). Mas esta predominância mostra que esta característica local é concomitante com a própria essência da Justiça do Trabalho (daí ser este tipo de Justiça considerada especial) que orientava-se, desde sua criação, pelo princípio da conciliação entre as partes, o que a levou a incorporar os chamados juízes classistas ou vogais, representantes de empregados e empregadores, vistos como facilitadores nos processos de conciliação.

¹⁹⁶ LEI Nº 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949. Disponível para consulta no site: <http://www.planalto.gov.br>

09 a 13 de maio de 2011

Daí, as Juntas terem em seu próprio nome a palavra “Conciliação”. Contudo, esta tendência dos tribunais, foi interpretada por John French como produtora do que denominou de “Justiça com Desconto”. (FRENCH, 2001:19). Mas a análise aqui mostra que esta Justiça Especial por ter como característica a busca pelos acordos não é necessariamente uma Justiça com (ou do) desconto.

Obviamente, acordos e resultados parcialmente procedentes, estes últimos que aparecem aqui em terceiro lugar com 18,1%, demonstram que há sim uma predominância da distância entre o que se pede o que é recebido. Contudo há que se levar em conta dois fatores: primeiro, a presença das reclamações Procedentes em segundo lugar, com 20,2% demonstra que a distancia entre o que se pede e o que é recebido não deve ser considerada como algo generalizado. Outro fator, é que não se pode afirmar com clareza que todos os processos que tem como resultado o acordo dará ao reclamante apenas parcialidade do que pede. Em alguns processos, por exemplo o reclamante rescinde o contrato e recebe uma quantia bem maior do que pediu. Há também os casos em que o resultado sendo Acordo ou parcialmente procedente dá aos trabalhadores, mais benefícios do que realmente eles parecem merecer. De fato, em alguns processos, principalmente os coletivos, nota-se pelos depoimentos e argumentos que os trabalhadores são levados pela “maré” comandada por outros no sentido do “o que vier é lucro”. Este fato já desmonta de antemão, a ideia de uma “Justiça do Desconto”, afinal o próprio trabalhador elabora para si o que esta Justiça pode representar, apropriando-se deste mecanismo para obter algum ganho, com ou sem merecimento.

Nesse sentido, entendemos o porquê de haver muitas desistências, (12,9% dos resultados), que segundo Jairo Pacheco significavam muitas vezes um “acordo por fora” boa opção, uma vez que desobrigava os trabalhadores de comparecer nas audiências. (PACHECO,1996:104). No caso destes processos, vemos que muitos desistiam no desenrolar da trama judicial, e outros continuavam e obtinham resultados diferenciados. A partir daí, pode-se comprovar a afirmação acima de que muitos apenas seguiam a “maré”. Os Arquivamentos (10,3%) também seguem de perto esta lógica uma vez que significavam a ausência do reclamante. Estes dois resultados nos chama a atenção para o fato de que os processos coletivos muitas vezes significavam um perigo para os trabalhadores de perderem seus empregos ou de se complicarem na fabrica,daí alguns desistirem ou não comparecerem. Ora, a entrada maciça conjunta de muitos trabalhadores na Justiça do Trabalho, sejam 10 ou 300 evidenciava que em caso de procedência para os trabalhadores, o empregador despenderia

09 a 13 de maio de 2011

uma grande quantia, que poderia acarretar uma atitude reacionária do patrão para com aqueles que se juntaram para pleitear direitos.

Por fim, os resultados Improcedentes aparecem em penúltimo lugar evidenciando que nestes processos, principalmente os que tinham um numero expressivo de reclamantes, não era comum que a Junta se posicionasse totalmente contra a reclamação, dando a ela algum sentido. Nos casos improcedentes temos algumas suspensões, por exemplo, seguindo a lógica de que a Junta considerava-se inapta para julgá-las.

Tabela III

Resultados por processo coletivo (Década de 1950)

TIPO DE RECLAMAÇÃO	PERCENTUAL (Entre 1950-1959)
Acordo	26,4%
Procedente	20,2%
Parcialmente Procedente	18,1%
Desistência	12,9%
Improcedente	11,9%
Arquivamento	10,3%

Fonte: Processos Trabalhistas relativos ao setor têxtil da JCJ de Juiz de Fora. Disponível no Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Considerações finais

Optamos, por demonstrar neste trabalho, uma análise quantitativa destes tipos de processos coletivos para trazer um panorama geral de como se configuraram na cidade de Juiz de Fora. Em outros trabalhos pudemos analisar qualitativamente alguns deles, evidenciando como os trabalhadores utilizaram da experiência coletiva não somente para lutar por direitos, como para efetivamente obterem causa ganha. (SILVA, 2010). Estes processos representavam a verdadeira “consciência legal” dos trabalhadores, para reutilizar um termo do próprio French. Uma espécie de “consciência de classe”, indissociável da percepção da injustiça ou da desigualdade. Neste aprendizado, considero que a dinâmica da disputa assumida na JT, muitas vezes, colocava os trabalhadores unidos em seus processos, com as mesmas reivindicações e ainda com um evidente diálogo com o conjunto da categoria e da sociedade.

Fontes

Consolidação das Leis do Trabalho. (CLT). Disponível para consulta no site <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del5452.htm>

Processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento (1944-1960). Disponíveis para consulta no Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Denílson Gomes. *Conflito Trabalhista e Uso da Justiça do Trabalho: Estudo de Caso do Município de Juiz de Fora.* Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

BIAVASCHI, Magda. *O Direito do Trabalho no Brasil – 1930-1942.* São Paulo: LTr e JUTRA, 2007. P. 267.

CORRÊA, Larissa Rosa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo - 1953 a 1964,* Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP, 2007.

FORTES, Alexandre (Org.). *Na luta por direitos: Estudos recentes em História Social do Trabalho.* Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

FRENCH, J. *Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. *Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados.* Revista de Estudos Históricos, nº 37, jan-jun 2006.

LARA, Silvia e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e Justiça no Brasil.* Campinas – SP: Editora Unicamp, 2006.

MENDES, Alexandre. *Classe trabalhadora e Justiça do Trabalho: experiências, atitudes e expressões do operário do calçado (Franca – SP, 1968 a 1988).* Tese de doutorado, Unesp, Franca, 2005.

NORONHA, Eduardo G. *O modelo legislado de relações de trabalho no Brasil.* Revista de Ciências Sociais, v.43, n.2, p.241-290. 2000

OREL, Regina L. de Moraes e MANGABEIRA, Wilma. *Velho” e “novo” Sindicalismo e uso da Justiça do Trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional.* Dados 37, nº1, 1994.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

PACHECO, Jairo Queirós. *Guerra na fábrica: cotidiano operário fabril durante a segunda guerra – o caso de Juiz de Fora-MG*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1996.

SILVA, Alessandra B. A. *O caso dos menores operários: justiça do trabalho e operariado têxtil (Juiz de Fora, 1953)* In: IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo - III Simpósio do Laboratório de História Política e Social, 2010, Juiz de Fora, Minas Gerais. Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo. , 2010. Disponível em : <http://www.ufjf.br/lahps/publicacoes-do-lahps/>

SOUZA, Samuel Fernando de. *“Coagidos ou subornados”*: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 30. 2007. 228 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

VIANNA, Luiz Werneck. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, p.149, 1999.

Os Movimentos Populares em Juiz de Fora nos Anos 80

Fabiana Aparecida de Almeida *

Resumo: A década de 1980 foi marcada pela eclosão de vários movimentos populares em todo Brasil. O cenário era de redemocratização após anos sob um regime ditatorial e em Juiz de Fora não foi diferente. Nesses termos, o objetivo do trabalho é mostrar como esses movimentos aconteceram em Juiz de Fora e quais as repercussões desses na história da cidade, baseando-se nas mobilizações para a conquista da democracia, as passeatas e campanhas políticas, os movimentos sindical, estudantil e negro, a campanha pelas Diretas Já e também os movimentos para a preservação do patrimônio histórico da cidade.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Juiz de Fora. Preservação patrimonial.

Abstract: The 1980s was marked by outbreaks of several popular movements throughout Brazil. The scene was re-democratization after years of dictatorial rule and in Juiz de Fora it wasn't different. In these terms, the aim is to show how those movements occurred in Juiz de Fora and which repercussions it had in the city's history, basing itself on the mobilization for the achievement of democracy, the political campaigns and parades, the trade union movements, student and black, the campaign for Now direct Elections movement and also movements for the preservation of historical heritage.

Keywords: Social movements. Juiz de Fora. Preservation of heritage.

A história de Juiz de Fora sempre esteve ligada a industrialização de Minas Gerais. Desde seus primórdios, quando era chamada de “Manchester Mineira” e foi escolhida para abrigar a primeira hidrelétrica da América do Sul, a Usina de Marmelos, até as últimas décadas do século XX, a cidade sempre atraiu indústrias que ajudaram no seu desenvolvimento, fazendo como que essa se destacasse como pólo econômico da Zona da Mata Mineira.

Na década de 1980, a cidade começou a escrever um novo capítulo no seu desenvolvimento industrial. Foi no início dessa década que a cidade passou a sediar duas importantes indústrias de base: a Siderúrgica Mendes Júnior e a Cia Paraibuna de Metais. Segundo o jornalista Jorge Sanglard no livro “JF: anos 80”, de Humberto Nicolini,

* Mestranda do programa de pós-graduação em história na linha de pesquisa “Narrativas, imagens e sociabilidades” pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

A partir de junho de 1980, a Cia Paraibuna de Metais, atual Votorantim, inaugurava sua unidade em Juiz de Fora. No segundo semestre do mesmo ano, a Siderúrgica Mendes Júnior, depois Belgo e atual ArcelorMital, cravava a primeira estaca de sua usina na cidade e, em 1984, entrava em operação comercial. Mais tarde, em 1996, a Mercedes-Benz instalava uma montadora em Juiz de Fora. (NICOLINI, 2010, 11)

Esse desenvolvimento industrial acabou gerando na cidade novas esperanças e planos. Todo esse progresso prometido fez com que as pessoas começassem a lutar também para melhorias no plano social. Esse cenário de desenvolvimento econômico que as novas indústrias traziam, somado à abertura política que começava a ocorrer também nessa época, fez com que vários movimentos populares fossem organizados em Juiz de Fora, a exemplo das manifestações espalhadas por todo país e que estavam ganhando cada vez mais espaço no cenário nacional. É sobre as manifestações ocorridas em Juiz de Fora que nos dedicamos a falar a partir de agora.

A luta política

A década de 1980 vivenciou uma grande transformação política, econômica e social em todo o Brasil. Depois de quase duas décadas de repressão pelo regime militar, o país tinha de novo a chance de viver em um regime democrático e com liberdade de expressão. Essa abertura “lenta, gradual e segura”¹⁹⁷ deu espaço para que vários movimentos populares se espalhassem pelo Brasil e Juiz de Fora não ficou fora desse processo. A cidade foi pólo regional em Minas Gerais para os movimentos de redemocratização e vivenciou grandes manifestações políticas.

Assembléias e protestos, campanhas eleitorais e mobilizações, eventos artísticos e flagrantes do cotidiano, tudo apontava novos rumos e deixava marcas profundas na cidade e nas pessoas que ajudavam a construir este novo tempo. (...). A inquietação foi o ingrediente determinante e o desejo de mudança foi o oxigênio que impregnou cada pessoa e cada momento da década de 1980. (NICOLINI, 2010, 12)

Em relação aos grandes comícios políticos, que reuniram milhares de pessoas nas ruas da cidade, destacamos nesse trabalho dois partidos que sensibilizaram um maior número de pessoas: o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Esses partidos, assim como vários outros, surgiram depois da aprovação da nova

¹⁹⁷ Esse foi o lema do governo do presidente Ernesto Geisel.

09 a 13 de maio de 2011

lei Orgânica dos Partidos, de 1979, que colocava fim ao bipartidarismo e da qual Sanglard também descreveu. Segundo o jornalista:

A cidade antes dividida entre as sublegendas da Arena e do MDB, passaria a experimentar a diversidade partidária com o surgimento de outras siglas, como o PT, PMDB, PDS, PDT, PFL e PP, além do ressurgimento de PTB, PSB, PCB e PCdoB e, depois, em 1988, com a criação do PSDB. (NICOLINI, 2010, 13)

O PT organizou na cidade várias passeatas e inúmeras reuniões para fixar suas ideias na região. Em março de 1982, o ex-presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva veio a Juiz de Fora para semear os princípios do Partido dos Trabalhadores e também falar da importância dos movimentos sindicais para as conquistas de direitos e melhores condições por parte dos trabalhadores. Lula visitou trabalhadores nas fábricas da cidade, participou de uma passeata pelas ruas do centro de Juiz de Fora, ao lado de dirigentes que mais tarde se tornariam grandes nomes dentro do partido, como Paulo Delgado, e autografou o livro “Lula sem censura”. A noite ele foi aplaudido “*entusiasmadamente por milhares de pessoas em comício na histórica Praça da Estação, debaixo de chuva*”. (NICOLINI, 2010, 14). O comício realizado pelo PMDB, também na Praça da Estação, em 12 de novembro de 1982, contou com a presença de grande número de populares e com grandes nomes do partido como Tancredo Neves e seu assessor na época, Aécio Neves, Sebastião Helvésio, Itamar Franco e Tarcísio Delgado, que depois se elegeu prefeito da cidade.

Outra grande sensibilização política que levou muitas pessoas às ruas foi o movimento a favor das eleições diretas para presidência da república: as Diretas Já!, que explodiu em todo o país em 1984. Em 21 de janeiro foi realizada uma grande passeata em Juiz de Fora, que contou com a presença de Itamar Franco. Cerca de um mês mais tarde, em 29 de fevereiro, a cidade presenciou o maior comício de sua história para as eleições diretas. Com a presença de 30 mil pessoas, aproximadamente, o comício na Praça da Estação trouxe a Juiz de Fora nomes importantes no cenário político nacional, como Tancredo Neves, Itamar Franco, Cristina Buarque de Holanda, Gonzaguinha, entre outros. Nos meses seguintes, o Brasil vivenciou os maiores comícios nacionais para esse mesmo fim: o da Praça da Candelária, no Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1984, e o do Vale do Anhangabaú, em São Paulo, no dia 16 de abril. Juiz de Fora também fez uma grande vigília no Parque Halfeld, em 25 de abril para a votação parlamentar sobre as eleições diretas. Um placar foi instalado no local e mostrava voto a voto a decisão dos parlamentares. A emenda Dante de Oliveira, para as eleições

diretas, teve 298 votos, mas precisava de 320 para aprovação. Com o resultado, o Brasil viveu um clima de derrota e em Juiz de Fora esse clima não foi diferente.

Nesse mesmo cenário de movimentos políticos, a cidade também foi protagonista de intensos movimentos sindicalistas, movimentos contra o preconceito racial e movimentos de estudantes. Em relação ao sindicalismo, a organização de uma das maiores greves da história do país, entre abril e maio de 1980, o movimento sindical paulista, liderado pelos metalúrgicos do ABC e com Lula à frente, influenciou outros trabalhadores a lutarem por seus direitos trabalhistas. Em Juiz de Fora, foi difundido um folheto, os Cadernos do CET, publicado pelo Centro de Estudos do Trabalho, que era dedicado inteiramente à greve em Juiz de Fora, trazendo notícias nacionais e regionais, entrevistas, reportagens e informações importantes sobre o movimento sindical.

Em relação ao movimento negro, em 31 de outubro de 1985 foi realizada uma grande manifestação no Calçadão da rua Halfeld para chamar a atenção das pessoas para a discriminação racial e lutar contra o preconceito. Os estudantes, por sua vez, empolgados pelos movimentos políticos pela liberdade de voto e por direitos políticos a todos, engajaram-se também na luta e organizaram várias manifestações pelas ruas da cidade exigindo maior atenção para a educação e também a realização da Assembléia Nacional Constituinte. (NICOLINI, 2010, 13).

Os movimentos preservacionistas

Dentro desse conjunto de movimentos políticos e sociais, destacou-se também em Juiz de Fora uma outra “categoria” de manifestações: aquelas que lutavam pela preservação do patrimônio histórico e artístico juiz forano. Marcada pela industrialização, Juiz de Fora não se enquadrava nas características artísticas, históricas e arquitetônicas das cidades barrocas de Minas Gerais, porém, ao longo de sua formação, a cidade viu erguer edifícios que constituiriam uma parte de sua história.

Considerada uma cidade de arquitetura eclética, sem um estilo arquitetônico dominante, Juiz de Fora, a partir de finais da década de 1970, começou a sofrer um processo de demolições de suas casas antigas em decorrência de sua inclusão no Programa Nacional de Cidades de Porte Médio, que fez a cidade se modernizar e passar a sustentar inúmeros novos edifícios em suas ruas. “*A memória se conservou enquanto a cidade era pequena, à qual, à medida que cresce se não tiver essa memória organizada, acaba por perdê-la*”. (O LINCE,

1976, 5). A avenida Rio Branco presenciou bem essa transformação. Pouco a pouco viu seus casarões, antes pertencentes aos grandes produtores de café da região, darem espaço à grandes prédios. A cidade “aceitou” essas demolições até um prédio em especial ser ameaçado pela especulação imobiliária: o antigo colégio Stella Matutina.

Construído em 1902 pelas irmãs Servas do Espírito Santo para servir de internato para as moças de boa família da cidade, parte do colégio foi desapropriado na década de 1960 para a construção da Avenida Independência. Já com dificuldades financeiras e sem condições de atender as novas regras do Ministério da Educação para as escolas (exigência de área de lazer e laboratórios, por exemplo) a congregação optou pela venda do colégio e da capela anexa a esse e com o dinheiro das vendas construiu uma nova sede na Avenida Independência, onde funciona até hoje. A venda do colégio se concretizou em 1972 aos irmãos Delmonte que tinham o objetivo de construir um shopping center no local. Já a capela foi adquirida pelo empresário Sidivam Ribeiro que a transformou em galeria de arte, função que exerceria por dez anos.

A demolição do colégio em 1978 gerou revolta em artistas, jornalistas e parte da população da cidade que se ligava de uma forma ou de outra ao colégio através de laços afetivos. Esse grupo tentou intervir para uma possível preservação do bem, porém Juiz de Fora, nessa época, ainda não possuía uma legislação de preservação de seu patrimônio e como o imóvel não era considerado importante histórico e artisticamente para a nação como um todo, nada pôde ser feito. No entanto, a demolição não foi totalmente em vão. As frequentes reportagens na imprensa que tentaram destacar a importância do Stella para a história da cidade, fizeram as pessoas perceberem que essa história estava aos poucos sendo demolida. A cidade carecia de um órgão que cuidasse de sua cultura antes que não sobrasse mais nada dessa. Com esse pensamento foram criados dois órgãos destinados a tratar dessa questão: o Instituto de Pesquisa e Planejamento (IPPLAN), criado em 1977 para pensar a cidade e suas organizações urbanas e a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), criada em 1978 para ser um setor dentro da administração municipal para tratar dos assuntos culturais do município. Em 1982, Juiz de Fora seria pioneira no estado, com exceção das cidades históricas, a possui uma legislação específica para cuidar de seu patrimônio.¹⁹⁸

No entanto, mesmo após a existência da lei, Juiz de Fora ainda sofreria duas perdas que indignaram sua população em 1986: a demolição do Palácio Episcopal, ou Casa do Bispo para a construção de um prédio comercial, onde hoje funciona o Empório Bahamas, na

¹⁹⁸ A lei 6108 foi promulgada em 13 de janeiro de 1982.

09 a 13 de maio de 2011

avenida Rio Branco, e a destruição da Capela Galeria de Arte, antiga Capela do Stella Matutina, demolida para a construção do hoje edifício Stella Central.

A Casa do Bispo ganhou esse apelido após servir durante anos como sede da arquidiocese de Juiz de Fora, função que o imóvel adquiriu após ser doado para esse fim por seus últimos proprietários. Em 1982, o então arcebispo de Juiz de Fora, Dom Juvenal Roriz, cogitou uma possível venda do imóvel, alegando usar o dinheiro da venda para obras de caridade da igreja. Se tal venda se confirmasse, o palacete seria demolido em decorrência da alta valorização da área que se encontrava. Para impedir tal desfecho, foi aberto um processo de tombamento para o imóvel no mesmo ano, mas o assunto acabou sendo esquecido. O Palácio Episcopal deixou de ser sede da Arquidiocese e durante quase três anos não se falou mais em venda da propriedade, mas em 1985 começou-se nova especulação de venda e de uma possível demolição do imóvel. Esse fato acabou sensibilizando a população e o meio intelectual da cidade que haviam perdido o Stella Matutina e não estavam dispostos a perder a Casa do Bispo. Mesmo com as negativas do arcebispo sobre a nova venda, o que se notou foi que, aos poucos, o Palácio Episcopal começou a ser demolido através de um alvará concedido pela prefeitura que o retirou logo que ficou sabendo do processo de tombamento aberto. O assunto foi novamente discutido pela Comissão Permanente Técnico Cultural (CPTC), criada juntamente com a lei 6108, e essa aprovou o tombamento do imóvel em reunião de 7 de dezembro de 1985, deixando a decisão final para o prefeito Tarcísio Delgado. Foram realizadas vigílias à casa, passeatas nas ruas da cidade, manifestações em frente a prefeitura e abaixo-assinados, tudo para pressionar o poder público a tombar o palacete. O prefeito, porém, dividido entre as pressões da especulação imobiliária e a decisão da CPTC, resolveu levar a assunto para ser debatido pelo Conselho Comunitário¹⁹⁹ e esse, em reunião extraordinária de 26 de fevereiro de 1986, decidiu pela não preservação do imóvel.²⁰⁰

O mesmo processo se notou em relação a Capela Galeria de Arte. Após servir para essa finalidade por 10 anos, em 1985 seu proprietário anunciou o interesse de venda do imóvel. A decisão foi recebida por manifestações contrárias pelos mesmos defensores da Casa do Bispo. Um processo de tombamento foi aberto no início de 1986 e a CPTC optou pela preservação do imóvel por sua importância histórica e artística para o município. Novamente a decisão foi repassada para o prefeito, que daria a palavra final, e esse, pressionado pelos

¹⁹⁹ Órgão criado em 1983 e era formado por representantes de SPM dos bairros de Juiz de Fora e outras instituições, com o objetivo de fazer a sociedade participar do governo municipal. O órgão não possuía voto deliberativo nas decisões governamentais, mas era consultado para a tomada de algumas decisões pela administração municipal.

²⁰⁰ As informações foram tiradas das atas das reuniões do Conselho Comunitário Municipal.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

mesmos motivos descritos acima, deixou a decisão para o Conselho Comunitário, que, como no primeiro caso, não aprovou o tombamento da capela e essa teve o mesmo fim do palacete do bispo.

Apesar dessas duas perdas significativas, os movimentos preservacionistas da cidade também obtiveram vitórias. As duas que citaremos nesse trabalho foram as campanhas para preservação do Cine Theatro Central e da antiga fábrica Bernardo Mascarenhas.

Ocorridos nos anos de 1982 e 1983, os movimentos “Mascarenhas Meu Amor” e “O Central é Nosso”, conseguiram sensibilizar uma grande parte da população de Juiz de Fora que viam a história daquelas duas construções se confundirem com a história de suas vidas. Em relação à Mascarenhas, uma grande passeata foi organizada para tentar não apenas preservar o prédio, mas também transformá-lo em centro cultural para atender aos artistas da cidade que não possuíam um espaço reservado para exporem sua arte, seja ela qual fosse. O jornal Diário Mercantil noticiou dessa forma a passeata:

Quem passava ontem pela Halfeld, parava para observar a movimentação de vários grupos e artistas da cidade em prol da transformação da antiga fábrica Bernardo Mascarenhas em um centro cultural. Megafone, distribuição de panfletos “Mascarenhas, Meu Amor”, tintas para as crianças pintarem e muita gente, cada uma com uma opinião. (REIS, 2010. 3).

Já o movimento “O Central é Nosso” se organizou após boatos da Cia Central de Diversões, então proprietária do teatro, cogitar uma venda desse devido a decadência que se encontrava. Apesar de não possuir o mesmo esplendor dos seus primeiros anos, o Cine Theatro Central estava marcado na vida de quase todo juiz forano. O movimento conseguiu o tombamento municipal do teatro e em 1993 comprovou-se também a sua importância nacional, sendo o teatro tombado pelo IPHAN. No entanto, após sua preservação municipal, o imóvel ainda enfrentaria uma longa batalha: a de recuperação de toda sua glória e beleza. Esse fato só foi possível na década de 1990, quando o Cine Theatro Central foi adquirido pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em parceria com a prefeitura e submetido a uma grande reforma estrutural e artística. Essa se deu também, em grande parte por incentivo político de dois cidadãos juiz foranos que ocupavam cargos políticos importantes na esfera federal e que também queriam ver o grande patrimônio da cidade recuperado: estamos falando de Murilo Hingel, então Ministro da Educação e Itamar Franco que ocupava o cargo de presidente. Um vídeo foi feito com depoimentos de grandes nomes da música popular brasileira, como Milton Nascimento e Chico Buarque, mostrando aos juiz foranos o que a sua cidade possuía, comparando o teatro a grandes teatros nacionais. Depois de uma reforma que o deixou

09 a 13 de maio de 2011

impecável, com recuperação de todas as pinturas originais de Ângelo Bigi, em um trabalho preciso de restauração, o Cine Theatro Central pôde dar novamente a população de Juiz de Fora o orgulho de possuir uma obra de arte em forma de edifício.

A Bernardo Mascarenhas foi transformada na sonhada “Fábrica de Cultura” da cidade e hoje abriga o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas, a Biblioteca Municipal e o Mercado Municipal de Juiz de Fora.

Percebemos, ao longo desse trabalho, que Juiz de Fora não estava análoga ao cenário nacional nos anos 80. A cidade mostrou, através desses movimentos, que seus habitantes não aceitariam mais as condições que viviam, tanto política, quanto socialmente e que sua população estava disposta a lutar por aquilo que acreditava.

Os movimentos preservacionistas mostraram que Juiz de Fora tinha sim um patrimônio a ser protegido e que esse patrimônio era muito rico, não para a história do Brasil ou de Minas Gerais em sua maioria, mas para a história da cidade e para a história de seus cidadãos. Através desses movimentos percebemos também o jogo de interesses políticos e podemos concluir que a vontade da população, apesar de ser importante para as mudanças mais significativas, ganha mais força quando também há uma boa vontade da administração pública. Essa seria a grande diferença entre a preservação e a demolição de um bem histórico.

Bibliografia

Atas das reuniões da Comissão Permanente Técnico Cultural de Juiz de Fora. Prefeitura de Juiz de Fora/ DIPAC.

Atas das reuniões do Conselho Comunitário Municipal de Juiz de Fora. Arquivo Histórico da UFJF: Coleção “Puxando pela memória”, série 002

LINCE, O. N. 510, ago./set. 1976

REIS, Mateus da Rocha. **A questão cultural no movimento Mascarenhas Meu Amor**. Anais os II Seminário de Graduandos e Pós Graduandos da UFJF. 2010.

SANGLARD, Jorge. A essência de JF nos anos 80. Texto de abertura do livro “**JF Anos 80**”, do fotógrafo Humberto Nicolline.

Análise da Democracia no Governo Fernando Henrique Cardoso por meio das Charges

Marcelo Romero*

Resumo: O objeto de estudo desta pesquisa circunscreve-se à análise da questão da democracia no Governo Fernando Henrique Cardoso por meio das charges publicadas entre os anos de 1994 a 2002, com o intuito de identificar as interpretações que os caricaturistas elaboraram sobre o tema. O presente estudo objetiva identificar e analisar a presença do tema referente à democracia no Brasil contemporâneo nas charges, a fim de contrastá-las com as práticas políticas e a fala presidencial difundidas ao longo do período. Procura-se com isso verificar o impacto que as práticas políticas engendradas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso exerceram sobre o processo de construção democrática do país visando a apreender os significados históricos das suas consequências para a organização da formação social brasileira.

Palavras-chave: Democracia. Charge. Governo Fernando Henrique Cardoso.

Abstract: The object of study of this research is bounded to the analysis of the subject of the democracy in the Government of Fernando Henrique Cardoso through the political cartoons published among the years from 1994 to 2002, with the intention of identifying the interpretations that the caricaturists elaborated about the theme. The present study aims at identifying and analyzing the presence of the theme regarding the democracy in contemporary Brazil in the political cartoons, in way to contrast them with the political practices and the spread presidential speech along the period. It is sought with that to verify the impact that the political practices engendered by the Government of Fernando Henrique Cardoso exercised on the process of democratic construction of the country seeking to apprehend the historical meanings of their consequences for the organization of the Brazilian social formation.

Keywords: Democracy. Political Cartoon. Government of Fernando Henrique Cardoso.

Este artigo é resultado parcial da pesquisa que tem por objetivo analisar como a questão da democracia no Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi retratada

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP e Professor do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/JF.

pelas charges²⁰¹ publicadas nos jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* entre os anos de 1994 a 2002, com o intuito de identificar as interpretações que os caricaturistas elaboraram sobre o tema.

A opção por investigar essa temática resulta do interesse em perceber de que maneira esses setores da Sociedade Civil compreenderam o impacto que as práticas políticas oriundas do Governo Fernando Henrique Cardoso exerceram sobre o processo de construção da democracia no país e as suas consequências para a formação social brasileira contemporânea. Para tanto, a pesquisa se propõe a situar as representações²⁰² sobre a democracia brasileira existentes nas charges em relação ao desenvolvimento desse tema no interior do debate acadêmico, com o objetivo de contrastá-los com as práticas políticas implementadas entre os anos de 1994 e 2002 e a concepção de democracia enunciada por Cardoso ao longo do mesmo período.

A escolha das charges como fontes de pesquisa decorre do amplo alcance que as mensagens difundidas por meio de imagens adquirem em qualquer formação social, especialmente naquelas em que parcelas significativas da população não são alfabetizadas ou são avessas à leitura da escrita. Seu impacto atinge tanto as parcelas iletradas da população, contribuindo para a sua politização (BURKE, 2004: 182), quanto as alfabetizadas, colaborando para que sintetizem as mensagens mais rapidamente e as assimilem de maneira mais eficaz do que por meio de outras formas de transmissão de ideias (MOTTA, 2002: 89).

A inclinação pela escolha desse material imagético procede também da histórica capacidade que demonstrou ter, no sentido de exercer a influência dos pontos de vista de seus elaboradores, sobre a esfera e o debate públicos no país e no mundo. As charges exprimem visões de mundo revestidas de historicidade, pois manifestam a representação que sujeitos históricos construíram acerca da época em que viveram. Ao traduzirem o que entendiam ser pertinente, os caricaturistas muniram seu trabalho de narrativas históricas que trazem a “marca do individual e do coletivo” (LEMOS, 2006: 05) e levam o historiador a remeter-se ao passado, a fim de apreendê-lo, o que atribui à charge a condição de fonte histórica.

²⁰¹ De acordo com José Marques de Melo (1985: 123), a charge é caracterizada por remeter-se a fatos e acontecimentos específicos. Por sua vez, Pedro Corrêa do Lago (2001: 10) entende a charge como uma crítica dirigida a pessoas e situações específicas.

²⁰² Roger Chartier (1990: 17) define o conceito de representação como: “[...] classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real.[...]”. Rodrigo Patto Sá Motta (2002: XXV) infere que representação também diz respeito ao “[...] processo de construção de ideias, signos ou imagens por meio do qual os homens interpretam e conferem sentido à realidade. [...]”.

09 a 13 de maio de 2011

A popularidade das charges no Brasil é marcante e comprova-se pela contínua presença na maioria dos jornais do país desde o século XIX. É possível verificar nelas faces representativas da sociabilidade brasileira, assim como seus hábitos e costumes. Historiadores há muito se valem das charges como forma de apreensão de elementos do passado acerca dos quais há dificuldades para a identificação dos significados que se tornaram específicos de uma época (LIMA, 1963: 28).

Em virtude de sua natureza essencialmente crítica, as charges também demonstraram aproximação histórica com os temas políticos – inclusive influenciando-os – constituindo-se, além de um espaço de discussão política no interior da esfera pública do país, em elemento mobilizado para a própria disputa política. Como observou Lima,

Desse modo, [...], não há porque se estranhar a virulência da caricatura política no Brasil, logo ao se iniciar no país a divulgação dessa grande arte, que se tornaria, com o tempo, a mais poderosa arma de combate à escravatura, e à monarquia, como ao caudilhismo, à tirania e à opressão, na República (LIMA, 1963: 175).

Refletir sobre a construção democrática brasileira com base na presença dessa temática nas charges implica em observar a relação que a imprensa escrita estabelece com o Estado e com a Sociedade Civil. Verifica-se atualmente que, na falta de uma mídia pública vigorosa, os jornais têm cumprindo um papel de intermediação do debate público no país. De acordo com Carolina Matos,

[...] dada a ausência de um forte setor de mídia pública no Brasil, a imprensa comercial, apesar dos limites impostos pelo mercado, tem funcionado como mediadora influente do debate público, principalmente entre grupos de elites divididos em relação aos rumos que o país tomaria no período pós-ditadura (MATOS, 2008: 23-24).

Assim compreendidos, pode-se lhes atribuir relevante participação na definição de uma agenda de discussão e difusão de ideias políticas no interior da formação social brasileira. Desse modo, as tradicionais charges nessas publicações acabam por adquirir inserção relevante no debate e, assim, influenciam a formação de opiniões no âmbito da esfera pública no Brasil.

Um dos inúmeros exemplos de conjuntura histórica influenciada pelo debate político, no qual estiveram presentes os caricaturistas, foi o período anterior ao golpe civil-militar de 1964 sob a presidência de João Goulart. Rodrigo Patto Sá Motta, certamente, não atribui a responsabilidade pela queda de Jango às charges, mas percebeu a sua contribuição na campanha de desmoralização do presidente na opinião pública. Para ele, “suas críticas

09 a 13 de maio de 2011

ajudaram a enfraquecer o governo, divulgando imagens que alimentaram o medo e a insegurança, caldo de cultura em que o golpe foi gerado” (MOTTA, 2006: 12-13).

Essa influência, entretanto, ocorre entre expressivos limites e restrições. Os jornais de circulação nacional do país – especialmente a partir da últimas décadas do século XX – estão, cada vez mais, sob a órbita do processo de comercialização da notícia, o que faz com que o peso das determinações advindas dos anunciantes seja decisivo nas redações. Existe, ademais, a tradicional dependência financeira das empresas de comunicação com as propagandas pagas pelo Estado, o que retira das mãos dos seus funcionários a decisão em favor de uma atuação autônoma perante o poder público (MATOS, 2008: 10). Se comparado a outros países, outro elemento que leva a matizar a influência que as charges publicadas nos diários de circulação nacional exercem sobre a formação de opiniões da esfera pública é o diminuto consumo²⁰³ da mídia impressa no Brasil, cenário que vem, todavia, se transformando positivamente, sobretudo em virtude da ampliação do acesso à internet entre a população e à participação, cada vez maior, das imprensa escrita nesse tipo de mídia.

Mais um argumento a se ponderar acerca do papel de intermediação que os jornais podem realizar no plano da esfera pública do país reside nas consequências que a constituição de oligopólios no setor de comunicações traz para o debate político. O controle do mercado de comunicação por grandes conglomerados econômicos (ROMANCINI; LAGO, 2007: 215-216) orienta-se, por exemplo, para forjar o “consenso passivo” observado no interior da imprensa brasileira ao favorecer a candidatura de Fernando Henrique Cardoso contra a de Lula nas eleições de 1994 e 1998 (KUCINSKI, 1998: 145). Percebe-se, dessa maneira, a receptividade da imprensa ao peso das determinações de natureza econômica, o que a tornou suscetível aos grupos interessados na abertura do setor de comunicações do mercado brasileiro ao capital internacional, como prometido por Fernando Henrique Cardoso (SIQUEIRA, 2002: 238-240).

Isso não transforma a imprensa brasileira, no entanto, em veículo orientado apenas para a reprodução do pensamento dominante. Existem variadas dissensões no interior das empresas de comunicação que impedem que um único ponto de vista possa alçar-se à condição de posição exclusivamente hegemônica em seu interior. Tais empresas constituem-

²⁰³ De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), os jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Extra* e *O Estado de São Paulo* são os quatro mais lidos no país e têm, somados, uma circulação de pouco mais de um milhão de exemplares por dia em média. Em relação aos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* observou-se, inclusive, uma diminuição na sua circulação ao comparar o ano de 2005 com o de 2000. O Instituto contabilizou, além disso, que a circulação de todos os jornais no Brasil, ao longo de 2005, somou 3,433 milhões de exemplares diários (ROMANCINI; LAGO, 2007: 238-240).

09 a 13 de maio de 2011

se em espaços que se tornam palco de disputas acerca das quais “[...] nem os donos, acionistas, governo ou anunciantes detêm controle total” (MATOS, 2006: 17).

Entendida sob essa perspectiva, pode-se definir a capacidade de intermediação do debate na esfera pública brasileira pela mídia como um espaço caracterizado por um “campo de batalha” (LINS DA SILVA, 1982), em que posições divergentes digladiam-se – mesmo em condições assimétricas – não somente para tornar o seu ponto de vista hegemônico, mas também para assegurar a sua difusão e influência. É isso que se verifica com as charges produzidas sobre o Governo Fernando Henrique Cardoso, a despeito do apoio que a mídia ofereceu às suas campanhas e ao Governo, a produção dos caricaturistas foi essencialmente crítica em relação à política por ele praticada quando estava no poder.

É nesse cenário, portanto, que se insere o trabalho do caricaturista. Permeada por relevantes conflitos e severas restrições, a sua produção deve ser vislumbrada com base nas relações políticas e econômicas que estabelece com as empresas da área de comunicação – no caso específico desta pesquisa, com a imprensa escrita – e das relações que a última promove com o Estado e a Sociedade Civil.

Assim, no que tange ao recorte temático e temporal da investigação proposta, as charges sobre o Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso mergulharam no campo da discussão política por meio do posicionamento crítico que historicamente se atribuiu aos caricaturistas brasileiros. Abordou-se o processo de construção da democracia brasileira na contemporaneidade por meio de assuntos variados, como as relações que o Poder Executivo estabeleceu: com o Legislativo e o Judiciário; com os partidos de situação e de oposição; com setores da Sociedade Civil e os movimentos sociais organizados; com a coalizão de alianças políticas de centro-direita que caracterizaram o Governo de Cardoso (SALLUM JR., 2000: 41; FIGUEIREDO, LIMONGI, VALENTE, 2002: 50) e dos seus esforços em virtude da reeleição presidencial.

As charges também cobriram outras temáticas relacionadas, mesmo que indiretamente, com a questão democrática como a dependência da economia brasileira com o Fundo Monetário Internacional (FMI), as situações de crise econômica nos cenários internacionais e no plano interno da nação, a reforma da previdência, entre outros. Há, com isso, farto material a ser investigado de forma que permita a caracterização dos significados históricos do Governo Fernando Henrique Cardoso e a identificação das consequências de sua passagem pela presidência da República, especialmente no que diz respeito ao processo de construção

da democracia no Brasil, por meio das charges produzidas ao longo da vigência do seu Governo.

Fernando Henrique Cardoso notabilizou-se pelas reformas que empreendeu no Estado brasileiro. Embora tenham sido ressaltadas principalmente as transformações realizadas no plano econômico, promoveu-se, também, significativas alterações na maneira pela qual se estabeleceu a relação política entre Estado e Sociedade Civil no país durante o seu Governo.

O sociólogo transformou-se no primeiro presidente a se reeleger na história republicana do Brasil. Além de realizar uma série de alterações na Constituição, se valeu da decretação de inúmeras medidas provisórias para engendrar importantes alterações na legislação brasileira, como a lei que introduziu a reeleição para os cargos do Poder Executivo e a legislação relativa ao sigilo dos documentos oficiais. Cardoso esteve, também, ainda na condição de ministro de Itamar Franco, à frente do plano econômico que criou a nova moeda, o *Real* e, ao longo de seus dois mandatos presidenciais, empreendeu uma série de reformas na economia do país que visaram, principalmente, à privatização de empresas estatais e à maior abertura do mercado interno ao capital internacional. Iniciativas nesta direção acabaram por comprometer a competitividade de determinados setores da indústria brasileira. A solução encontrada pelo Governo foi reduzir o custo do trabalho, promovendo uma série de mudanças na legislação trabalhista, muitas delas por meio de medidas provisórias. Tais medidas atentam contra o desenvolvimento da democracia, uma vez que mitigam o diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil, composta de diversos setores contrários àquelas medidas e que, no entanto, não chegaram a ser ouvidos pelo Governo. Todo esse processo diz muito sobre a democracia brasileira e foi fartamente retratado pelos cartunistas, o que revela a importância das charges como fonte histórica.

Cumprido, ainda, mencionar que, para o estudo da democracia no Brasil entre os anos de 1994 e 2002, a utilização das charges produzidas nesse período como fontes históricas adquire relevo na medida em que as questões referentes ao debate se organizaram tanto em uma estrutura verbal, sob o formato de texto, quanto em uma estrutura plástica, na forma de imagens. Da mesma maneira que os interlocutores organizam seus argumentos preocupados com os aspectos do debate que desejam salientar em seus textos, as charges têm a elaboração de suas formas criadas com base naquilo que o caricaturista selecionou do repertório pictórico para a melhor transmissão da sua mensagem.

Consensos e dissensos acerca da democracia no Brasil contemporâneo

A definição de democracia no interior do debate acadêmico – tal qual a produção das charges publicadas na imprensa escrita – também situa-se em um campo conflituoso, entremeado por dissensões teóricas que adquirem relevo na medida em que se observa o posicionamento dos interlocutores no debate, assim como o lugar de onde falam.

Entre as variadas análises existentes no debate acadêmico sobre a caracterização da democracia, pode-se encontrar posições heterogêneas e, até mesmo, divergentes entre si. A ausência de consenso entre os analistas denota não somente a complexidade do processo histórico em que se desdobrou essa temática no país como, igualmente, a dificuldade em estabelecer uma definição apropriada para a questão.

As principais divergências entre os teóricos estão na escolha dos critérios para a definição de democracia. O conceito de *accountability*²⁰⁴ e a premissa do controle civil sobre os militares²⁰⁵ têm sido os elementos mais usualmente mobilizados para tanto. Talvez esteja em Robert Dahl, contudo, uma perspectiva mais interessante e satisfatória para orientar a definição de democracia na contemporaneidade. Ao valer-se “[...] do pressuposto de que uma característica-chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais [...]”, o autor define uma formação social democrática como aquela capaz de promover o maior processo de inclusão na participação política e de contestação pública possíveis. Adquirir-se-ia tal cenário por meio da garantia, a todos os cidadãos, de “[...] oportunidades plenas: 1. De formular suas preferências; 2. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual ou coletiva; 3. De ter as suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência” (2005: 25-31).

De maneira sintética, é possível identificar no debate, portanto, ao menos três posições gerais acerca do processo de construção da democracia brasileira durante as últimas décadas. Existem aqueles que a percebem como consolidada, identificando o fim da transição política com a elaboração da Carta de 1988 e com o restabelecimento das eleições diretas para

²⁰⁴ Ver os textos de O’DONNELL, Guillermo. Acerca de varias accountabilities y sus interrelaciones. In: PERUZOTTI, E.; SMULOVITZ, C. (Eds.) **Controlando la política**. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 2001. e PRZEWORSKI, Adam. Accountability social em América Latina y más allá. In: PERUZOTTI, E.; SMULOVITZ, C. (Eds.) **Controlando la política**. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 2001.

²⁰⁵ Sobre esse assunto ver: MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Classificando regimes políticos. **Dados**, vol. 44, n. 4, p. 645-687, 2001. e as obras de OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia**. São Paulo: Papius, 1994; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Democracia e defesa nacional**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2005. Ver também: ZAVERUCHA, Jorge. O Ministério da Defesa brasileiro. In: _____. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

09 a 13 de maio de 2011

presidente da República em 1989 (CARDOSO, 1995; BRESSER PEREIRA, 1996). Há os que a observam como um processo ainda em construção e em uma perspectiva positiva no que se refere à sua consolidação, mesmo que no futuro (VIANNA, 2002; VIANNA, CARVALHO, 2004). Existem, ainda, os que a compreendem cerceada pela presença de obstáculos tão significativos a ponto de permitirem a sobrevivência de uma legislação autoritária, não obstante o retorno ao Estado de Direito no Brasil (ZAVERUCHA, 2005).

Para o primeiro tipo de compreensão acerca da democracia no Brasil, a Constituição de 1988 e o restabelecimento do sistema de representação política têm sido, usualmente, apresentados como expressão de sua consolidação. Sugere-se com isso que a formação social brasileira passou a se organizar democraticamente na medida em que manteve a regularidade dos processos eleitorais constituídos para a escolha dos seus governantes. Exemplo do que se quer dizer encontra-se no discurso de Fernando Henrique Cardoso no Congresso Nacional por ocasião da sua posse como presidente da República. Cardoso afirmou que:

[...] viramos a página do autoritarismo que, com nomes diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação. [...] Para os jovens de hoje, [...] assim como para as pessoas da minha geração [...] a democracia é uma conquista definitiva. [...] Todos percebem hoje por que a nossa transição foi mais lenta, e por vezes mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda. A um só tempo restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1995).

A fala do, então recém-empossado, presidente da República indica que o mais recente processo de transição democrática do país, em curso desde o final da década de 1970, teria se encerrado com a sua eleição (SALLUM JR., 1996). Desse modo, não somente a transição da ditadura para a democracia teria se completado como a própria democracia teria encontrado sua plenitude em terras brasileiras.

Bresser Pereira, integrante da equipe econômica que elaborou o Plano Real e ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso, ao comentar a natureza das transformações políticas que acompanharam as reformas do Estado empreendidas na década de 1990, proferiu um diagnóstico semelhante ao de Cardoso. Para ele, “[...] as mudanças políticas caracterizaram-se por um enorme aumento dos cidadãos com direito a voto e pela consolidação da democracia [...]” (BRESSER PEREIRA, 1996: 253). Importa ressaltar que as proposições anteriores de Cardoso e Bresser, quando falavam na condição de intelectuais, não atestavam a consolidação da democracia no Brasil. É sintomático, inclusive, que somente tenham se colocado assim depois de se constituírem em quadros políticos do Estado brasileiro.

09 a 13 de maio de 2011

A percepção que compreende o desenvolvimento pleno da democracia em virtude da regularidade dos processos eleitorais está presente no que se convencionou denominar de uma definição minimalista de democracia. Sua origem remete-se à reflexão desenvolvida por Joseph A. Schumpeter em seu livro *Capitalismo, socialismo e democracia* (1942). Para esse pensador, a democracia pode ser definida como um método político de escolha dos governantes pelo eleitorado sem que lhe seja subjacente algum tipo de conteúdo ou substância social (SCHUMPETER, 1961).

As demandas presentes no interior da formação social brasileira durante o processo de transição para a democracia, contudo, não vislumbravam apenas o restabelecimento dos procedimentos eleitorais de maneira regular e pelo voto direto. Decerto que a escolha dos governantes pelo eleitorado se configurou em uma das principais bandeiras da luta contra a ditadura, no entanto, ao lado das reivindicações por democracia política coexistiram, também, os anseios por democratização social. De acordo com Luis Werneck Vianna,

a solidarização desses dois elementos [...] fora a responsável pela ultrapassagem da pauta do Estado de Direito – enunciado simplesmente referido à reconquista das liberdades democráticas – pela do Estado de Direito Democrático, consagrado afinal, no texto da Carta de 1988, onde encontravam combinação as demandas por democracia política e por democratização social (VIANNA, 1995: 14).

Esse discernimento aparta-se da concepção minimalista de democracia justamente por vislumbrar, e até mesmo por reivindicar, o processo de democratização social em curso no país como substância ou conteúdo social da construção democrática brasileira, percebida como algo positivo mas ainda em curso.

Uma perspectiva orientada para a definição de democracia sem entendê-la como consolidada, porém compreendendo-a em uma trajetória favorável nesse sentido, pode ser encontrada na reflexão desenvolvida por Robert Dahl em sua obra *Poliarquia* (1971). Dahl utiliza-se da expressão poliarquia, em substituição ao termo democracia, pois considera que em país algum ela se apresenta de maneira plena e consolidada. Mesmo nos países em que a sua construção se deu originariamente e que os procedimentos democráticos foram mais eficazes na criação de formações sociais pluralistas este é um processo inconcluso (DAHL, 2005).

O terceiro tipo de compreensão sobre a democracia no Brasil pressupõe obstáculos demasiados para adjetivar a formação social brasileira como democrática. Ela se distancia dos outros dois pontos de vista ao identificar a sobrevivência de dispositivos institucionais autoritários no interior da legislação do país – como a Lei de Segurança

09 a 13 de maio de 2011

Nacional, a Lei de Imprensa, o Estatuto dos Estrangeiros, a Lei sobre o sigilo dos documentos oficiais, etc. (ZAVERRUCHA, 2005: 15) – de modo que permita a existência de práticas autoritárias, emanadas do Estado brasileiro, não obstante o restabelecimento do Estado de Direito pela Constituição de 1988.

A ênfase em uma legislação que se desvencilhe de formas autoritárias de organização social – além da compreensão de que a democracia se desenvolve por meio de “uma luta longa e certamente incompleta” – pode ser encontrada nos critérios apresentados por Barrington Moore Jr. em *As origens sociais da ditadura e da democracia* (1967) para a definição de democracia. De acordo com o autor são necessários pelo menos três aspectos para a conquista de uma formação social democrática: “(1) controlar governantes arbitrários; (2) substituir leis arbitrárias por leis justas e racionais e (3) conseguir que a população participe na elaboração das leis” (MOORE JR., 1983: 408).

Os dois últimos posicionamentos elencados até aqui indicam, em alguma medida, o desdobramento do debate sobre a caracterização da democracia no Brasil contemporâneo. A mobilização em favor da institucionalização do processo de democratização social, em curso desde o final da década de 1970 e ao longo da década seguinte, incentivou o surgimento de análises voltadas para a compreensão das relações institucionais existentes na formação social brasileira.

Desse modo, os anos de 1980 vivenciaram a emergência do movimento neoinstitucionalista (DAHL, 2005: 20), caracterizado pelos estudos acerca das relações que os Poderes Executivo e Legislativo estabeleceram entre si e com o sistema partidário. O otimismo presente nessas análises, em virtude da vitalidade política da formação social no Brasil, cedeu, no entanto, a partir das décadas seguintes, às assertivas que apontavam para os limites da construção democrática brasileira. De modo que “[...] nessa operação, reavivaram-se as dúvidas – presentes em tantas versões interpretativas do Brasil – quanto às possibilidades de que o país pudesse reiterar o feliz resultado da democracia política no Ocidente moderno” (CARVALHO; VIANNA, 2004: 198-199).

A despeito das variadas definições, a discussão acerca da questão da democracia remete-se, essencialmente, ao processo histórico pautado pela conquista de direitos, sejam eles civis, políticos e/ou sociais (CARVALHO, 2004: 07-10). Desse modo, não é difícil presumir que a maior quantidade de direitos conquistados, assim como a capacidade de torná-los abrangentes e de mantê-los, é o caminho, por excelência, para um processo de construção da democracia que vise aproximá-la de sua plenitude.

09 a 13 de maio de 2011

É assim, portanto, que a fala de Fernando Henrique Cardoso sobre a consolidação da democracia no Brasil, por ocasião da sua ascensão à presidência da República, constitui-se em uma proposição repleta de significados. O primeiro deles pode ser observado à luz da interpretação da produção acadêmica de Cardoso quando sociólogo, como a que foi realizada por José Carlos Reis:

Na nossa perspectiva, defini-lo [Cardoso] como burguês ou intelectual orgânico da burguesia não é uma definição pejorativa e negativa. [...] Ele oferece à burguesia uma representação de si mesma que não é autoritária, mas democrática, pluralista, de uma classe social que acumula capital extraindo mais-valia relativa [...] (REIS, 2005: 255).

O historiador, ao atribuir ao pensamento do sociólogo Fernando Henrique Cardoso um viés otimista, no que tange à representação democrática que fez da burguesia no Brasil, não deixa de perceber, no entanto, os limites e a ambiguidade dessa posição:

[...] na medida em que se especializou na burguesia e se tornou um seu assessor [sic] e informante, ele, por um lado, tornou-se aliado e cúmplice da sua ação autoritária e excludente e, por outro, tornou-se um “civilizador da burguesia”, seu professor de democracia, de tolerância e de simpatia pelos excluídos (REIS, 2005: 265).

Ao atribuir o papel de “civilizador da burguesia” e a condição de seu “professor de democracia” a Cardoso, José Carlos Reis vislumbra a colaboração do sociólogo para o processo de construção da democracia no Brasil no sentido de demonstrar aos grupos dominantes que a dominação social sob a égide do capitalismo pode realizar-se sem a restrição dos direitos políticos dos cidadãos. Em outras palavras, mantida a participação política nos limites do sistema de representação, a burguesia brasileira poderia reconhecer a legitimidade da participação política de outras classes – como a do proletariado por exemplo – sem colocar em xeque a sua condição de classe dominante.

Com isso, vem à tona outra dimensão presente na fala de Cardoso. Além da obviedade de constituir-se em uma estratégia de poder, a afirmação sobre a consolidação da democracia no Brasil leva ao questionamento acerca do tipo de dominação que se deseja fomentar durante o seu Governo. A redução do processo de construção da democracia no Brasil à regularidade dos procedimentos eleitorais visa à restrição da esfera pública ao plano institucional. Ou seja, o debate acerca das políticas públicas e da própria relação entre o Estado e a Sociedade Civil deveria circunscrever-se, quando muito, ao âmbito das relações entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além dos partidos políticos majoritários.

Considerando a tradicional proeminência do Poder Executivo no Brasil (CARVALHO, 2004: 221-222) e a capacidade de se sobrepor aos demais poderes, a restrição

09 a 13 de maio de 2011

da participação política ao plano institucional favorece e estimula a usual ingerência do Palácio do Planalto, especialmente na esfera de atuação do Legislativo. Exemplo disso foi o uso indiscriminado de medidas provisórias por Fernando Henrique Cardoso. Sucessivas reedições – em alguns casos por até oitenta vezes – fizeram com que certas “leis provisórias” vigorassem por sete anos sem apreciação por parte do Congresso Nacional, “preservando o quase-monopólio da função Legislativa pelo Executivo no Brasil” (PESSANHA, 2002: 174-178). Daí que a associação do processo de construção democrática apenas à conquista dos direitos políticos significa propor uma redução da esfera pública no país de maneira ainda mais drástica e temerária.

Pode-se inferir que a definição de democracia subjacente à fala de Fernando Henrique Cardoso objetivava, portanto, criar as condições necessárias para a implementação das reformas do Estado com o mínimo de resistência possível. Isso significa que a participação política admitida como ideal seria apenas aquela que legitimasse o projeto de poder em questão. De acordo com Maria A. Rezende de Carvalho e Luiz Werneck Vianna, uma leitura dos procedimentos democráticos à luz da chamada “democracia radical” leva ao questionamento da

[...] interpretação individualista da liberdade, em que a autonomia pessoal do indivíduo é concebida como algo independente de processos de interação social, e a versão reducionista de participação política que acompanha essa noção de sujeito – vista, hoje, negativamente, como circunscrita à função de legitimar periodicamente a ação estatal (CARVALHO; VIANNA, 2004: 200).

Contudo, talvez tenha sido Brasília Sallum Jr. quem melhor caracterizou o significado da fala presidencial em favor de uma definição de democracia voltada para a restrição da participação política aos processos eleitorais. De acordo com o cientista político,

[...] trata-se de uma concepção de democracia representativa que não se abre – exceto excepcionalmente – à incorporação no espaço público de organizações sociais portadoras de interesses coletivos. Com efeito, na elaboração de políticas públicas, o governo Fernando Henrique, ancorado no apoio difuso da população, restringiu a um mínimo sua articulação direta com grupos de interesses ou agrupamentos não-partidários de opinião. No exercício do poder, sua estratégia foi insular-se sistematicamente dos movimentos da sociedade organizada, concentrando seus esforços nas arenas institucional e de influência (SALLUM JR., 2000: 44-45).

A popularidade adquirida por meio do controle da inflação, com o lançamento do plano Real em julho de 1994, permitiu ao Governo de Fernando Henrique Cardoso suplantarem a agenda política de democratização social, tida como realizada, em favor das reformas do Estado com ênfase nos seus aspectos econômicos.

No entanto, embora o Governo tivesse procurado isolar-se das influências externas ao âmbito institucional da prática política, setores da Sociedade Civil ofereceram resistência e promoveram a crítica ao tipo de democracia que se queria tornar hegemônica. Parte dessa crítica pode ser encontrada na produção das charges que os caricaturistas brasileiros publicaram nos jornais de circulação nacional do país. Torna-se possível, assim, encontrar nas charges, publicadas na mídia escrita brasileira entre os anos de 1994 a 2002, interpretações de setores da Sociedade Civil acerca da questão da democracia no Governo Fernando Henrique Cardoso, de maneira a permitir o contraste com a compreensão de democracia existente nas falas de Fernando Henrique Cardoso como presidente da República.

A discussão sobre o processo de construção da democracia no Brasil contemporâneo conduz, portanto, a uma série de questionamentos. Por exemplo: de que maneira os caricaturistas abordaram o tema da democracia? Essa abordagem reflete a caracterização da democracia existente nas falas presidenciais? Quais são os aspectos da concepção de democracia difundida por Cardoso contemplados na produção imagética? Quais caricaturistas abordam esses aspectos, quais não o fazem e por quê? Existem elementos sobre a questão da democracia no Governo Fernando Henrique Cardoso abordados nas charges que não são contemplados pela concepção emanada do Poder Executivo? Se existem, quais são? Se não existem, quais os motivos desse silêncio? A proposta desta pesquisa consiste, assim, em buscar respostas para as indagações apontadas.

Referências bibliográficas

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Discurso de posse do presidente da República Fernando Henrique Cardoso no Congresso Nacional**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DISCURS.HTM>. Acesso em: 07 nov. 2008.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. Participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2005.

FIGUEIREDO, Argelina Cheilub; LIMONGI, Fernando; VALENTE, Ana Luzia. Governabilidade e concentração do poder institucional – o Governo FHC. In: **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, vol. 11 n. 02, p. 49-62, 2000.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

LAGO, Pedro Corrêa do. **Caricaturistas brasileiros**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2001.

LEMOS, Renato (Org.) **Uma história do Brasil através da caricatura** (1840-2006). 2. ed. Rio de Janeiro: Bom texto, 2006.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. vol. 1.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo; FADUL, A.; SANTORO, L. F. (Orgs.) **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez/Intercom, 1982.

MATOS, Carolina. **Jornalismo e política democrática no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2008.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

_____. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

PESSANHA, Charles. O poder executivo e o processo legislativo nas constituições brasileiras. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002. p. 141-194.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

REIS, José Carlos. Anos 1960-1970: Fernando Henrique Cardoso. In: _____. **As identidades do Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. p. 235-268.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SALLUM JR., Brasília. O Brasil sob Cardoso. Neoliberalismo e desenvolvimentismo. In: **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, vol. 11 n. 02, p. 23-47, 2000.

_____. **Labirintos: dos generais à Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SIQUEIRA, Ethevaldo. **Telecomunicações**. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **FHC: a era FHC, um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002. p. 215-240.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Experiência brasileira e democracia. In: CARDOSO, Sérgio (Org.). **Retorno ao republicanismo**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. p. 197-227.

VIANNA, Luiz Werneck. O inferno ainda não é o outro: notas sobre o primeiro ano de governo do quarto presidente da transição. In: **Cadernos de conjuntura**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

Mulheres e História: Representação feminina nos processos criminais da década de 1980 em Teixeira Soares-PR.

Solange Mierzwa *

Hélio Sochodolak **

Resumo: A partir da década de 1960, as mulheres aparecem como objeto da História, a qual durante longo tempo privilegiou os acontecimentos políticos e os atos dos heróis nacionais. Porém, uma das dificuldades que surge no momento em que se busca, através da escrita da História, romper com o silêncio que envolvia as mulheres, diz respeito à questão das fontes. Nesse aspecto, os arquivos policiais e judiciários têm papel importante, por apresentarem informações ricas no que diz respeito às mulheres. Apoiado em autores que problematizam os processos criminais e também autores que trabalham com a temática das mulheres este trabalho tem como objetivo analisar historicamente como as mulheres são representadas nos processos criminais de lesão corporal da década de 1980, no município de Teixeira Soares-PR.

Palavras-chave: Representação feminina; Processos criminais; História.

Abstract: Since the 1960's women appear as object of History, which for a long time privileged politics events and acts of national heroes. However, one of the difficulties that arise from the moment of the search, through the writing of History, breaking the silence that involved women, deals with the question of the sources. In this respect, police records and judicial proceedings have an important role, for presenting rich information regarding women. Supported by authors who problematize the criminal processes and also working with the theme of women issues, this work aims to analyze historically how women are represented in criminal cases of injury in the 1980's, in the city of Teixeira Soares-PR.

Keywords: Female representation; Criminal cases; History.

Processos criminais e História

* Graduanda do Curso de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste — UNICENTRO — *Campus* de Irati.

** Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO – *Campus* de Irati.

09 a 13 de maio de 2011

Uma das primeiras preocupações do historiador diz respeito à questão das fontes, dos documentos a serem utilizados na pesquisa. Aliás, depende do objeto de pesquisa definido pelo historiador e dos seus interesses, a maior ou menor importância atribuída a determinado tipo de fonte ou arquivo — sejam arquivos pertencentes ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário, ou ainda arquivos cartoriais, eclesiásticos ou privados.

Segundo Bacellar, os arquivos judiciários são importantes para a pesquisa histórica, embora a documentação de seus acervos, acumulada ao longo de muitos anos seja tratada ainda com certo descaso. Embora sejam fontes oficiais, os documentos provenientes desses arquivos dão a possibilidade de ouvir as vozes de pessoas, muitas vezes, silenciadas na História. Nas palavras de Bacellar, os processos criminais “dão voz a todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor” (BACELLAR, 2005: 37)

Os processos criminais nos deixam conhecer várias características dos envolvidos nos processos, bem como da sociedade e da época em que viviam. Conforme Gringerg,

através dos dados obtidos em processos criminais, podemos saber onde as pessoas envolvidas viviam, quem eram seus vizinhos, quantas pessoas moravam em uma casa, e daí, com os cuidados necessários, chegar a conclusões mais gerais sobre os vários contextos aplicáveis à cena. (GRINBERG, 2009: 129)

Principalmente no momento em que se convocam as testemunhas, sobretudo quando se tratam de homicídios, de agressões físicas, é possível perceber “relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado” (BACELLAR, 2005: 37)

Segundo Rosemberg e Souza (2009), os historiadores que utilizam documentos judiciais consideram que os processos-crime revelam aspectos do dia-a-dia de uma população marginalizada. Porém, esse debate não é tão tranquilo como pode parecer. Para alguns, não há como ir além de uma análise do próprio discurso jurídico, sendo possível apenas coletar dados para uma história da justiça ou para perceber algumas representações existentes no meio social.

Para trabalhar com esse tipo de documentação, o historiador precisa entender a sua lógica de constituição, bem como a maneira como se dá a sua utilização como fonte para a pesquisa histórica. Segundo Grinberg, ao utilizar qualquer tipo de documentação,

é preciso saber ao certo do que ela trata, qual é a sua lógica de constituição, bem como as regras que lhe são próprias. No caso dos processos criminais, é fundamental ter em conta o que é considerado crime em diferentes sociedades e como se dá, em

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

diferentes contextos e temporalidades, o andamento de uma investigação criminal, no âmbito do poder judiciário. (GRINBERG, 2009: 121-122)

Um dos primeiros requisitos para a compreensão dos documentos judiciais é conhecer o contexto em que foram produzidos e a legislação vigente no período. De outro modo, não há como entender o desenvolvimento do processo, as sentenças, interpretações e argumentações dos funcionários da Justiça.

Também, é necessário conhecer a forma como se desenvolve a investigação do crime, visto que esta obedece a regras específicas. O direito processual penal diferencia-se do direito penal. Conforme Bajer, o direito penal é responsável por

definir e explicar os atos proibidos (crimes), aos quais a lei atribui pena criminal. Já o direito processual penal regulamenta o modo como é investigado o crime; o modo como é demonstrada a verdade sobre o fato e sobre a responsabilidade criminal; e o modo como a decisão judicial deve resolver o conflito entre o interesse de punir e o interesse de liberdade que nasce com o crime. (BAJER, 2002: 8)

Sendo assim, é o direito processual penal que estabelece as regras quanto ao andamento dos processos criminais. Segundo Grinberg,

um *processo criminal* origina-se a partir de uma queixa ou denúncia de um crime, quando se institui o *sumário de culpa*. Antes dele, tem lugar um *inquérito policial* (denominado dessa maneira desde 1871), para comprovar a existência do crime. Ato verificado, a denúncia é feita por inspetores de quartelão, promotores, delegados ou subdelegados de polícia, ou então pela própria vítima, segundo o que estipula a legislação em cada momento. A partir daí, faz-se o *auto de corpo de delito*, a *qualificação do acusado* e as partes envolvidas, bem como as testemunhas por elas arroladas são interrogadas. O sumário termina com o cumprimento de todas essas fases, quando a autoridade responsável (juiz de paz, delegado ou subdelegado de polícia, dependendo da época) considerar que existem informações suficientes para pronunciar o acusado. Caso não existam, ou caso o juiz municipal não aceite as acusações, o processo é encerrado. (grifo do autor). (GRINBERG, 2009: 122)

Sendo aceitas as acusações, inicia-se o julgamento, segunda fase do processo, na qual, com base na legislação criminal pronuncia-se o acusado que tem seu nome lançado no rol dos culpados. Mediante autorização do juiz, o processo tem sequência com o “*libelo* crime acusatório redigido pelo promotor público, *contrariedade do libelo* crime acusatório feito pelo advogado defensor do réu, novo parecer do juiz de direito” (GRINBERG, 2009: 122). Quando os argumentos das duas partes satisfazem o juiz, os autos são encaminhados para a reunião do júri, ou então, ele pode pedir outras provas, ou o advogado pode recorrer de alguma ação da posição contrária. No final, a sentença é pronunciada.

Podemos notar que, os processos-crime referem-se a ações consideradas criminosas pelo Estado, algo que varia conforme o período. Assim, vale ressaltar a importância de se observar os processos dentro do contexto de sua produção, pois do contrário, a pesquisa pode acabar se tornando apenas uma descrição dos elementos que o compõem.

De modo geral, utilizar processos-crime como fonte para a pesquisa faz com que o historiador tenha que enfrentar alguns desafios. Além das dificuldades no momento de interpretar esses documentos, não é nada fácil localizá-los, pois podem estar armazenados em instituições diversas, públicas ou privadas. Também, há problemas relacionados às condições de armazenagem, o que acaba prejudicando sua conservação.

Segundo Grinberg (2009), a partir da década de 1980, os processos criminais têm sido utilizados por historiadores e antropólogos. Eles já haviam sido usados antes, principalmente em estudos sobre criminologia, mas é a partir desse momento que passam a ser analisados em várias perspectivas históricas e antropológicas. Segundo Grinberg, é nesse mesmo período, que se difundiu no Brasil a História Social com a aproximação da História e da Antropologia, principalmente sob as influências de Geertz, e teve grande repercussão a obra *Vigiar e punir*, de Michel Foucault. No caso de obras baseadas em documentos judiciais, influenciaram a historiografia brasileira Carlo Ginzburg, Michelle Perrot, E. P. Thompson, Natalie Davis.

Para Grinberg (2009), há algumas leituras obrigatórias para quem pretende iniciar pesquisas na área, das quais cita três: *Crime e cotidiano* (1984), de Boris Fausto; *Trabalho, lar e botequim* (1986), de Sidney Chalhoub; e *Crime e escravidão* (1987), de Maria Helena Machado. Estas três obras são marcos na historiografia referente ao tratamento com processos-crime, pois contribuíram para a sua consolidação como fonte para a História.

Segundo Rosemberg e Souza (2009), a obra de Maria Helena Machado exemplifica bem a legitimação dos documentos judiciais como fonte para a pesquisa histórica. Ela estudou, a partir da vivência dos escravos, o processo de dominação escravista. Para eles, também, tal tradição teria tido início com Maria Sylvia de Carvalho, que estudou a questão dos trabalhadores livres no período em que predominava o escravismo, analisando processos-crime.

Mesmo considerando que os processos-crime “mentem”, Sidney Chalhoub procura mostrar que, é possível atentar

às ‘coisas’ que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

com frequência. (...) cada história recuperada através dos jornais e, principalmente, dos processos criminais *é uma encruzilhada de muitas lutas* (...). Resta ao historiador a tarefa árdua e detalhista de desbravar o seu caminho em direção aos atos e representações que expressam, ao mesmo tempo que produzem, estas diversas lutas e contradições sociais. (CHALHOUB, 2001: 41-42)

Em *Crime e cotidiano*, Boris Fausto realizou um trabalho inédito de quantificação estatística da criminalidade em São Paulo, a partir dos arquivos judiciais do Estado. Nas palavras de Rosemberg e Souza, Fausto procurou, “a partir do estudo da ação dos funcionários da justiça e certos padrões da vida cotidiana dos indiciados, reconhecer regularidades que permitissem estabelecer valores, representações e comportamentos sociais” (ROSEMBERG; SOUZA, 2009: 171).

Segundo Fausto,

Na sua materialidade, o processo penal como documento diz respeito a dois ‘acontecimentos’ diversos: aquele que produziu a quebra da norma legal e um outro que se instaura a partir da atuação do aparelho repressivo. Este último tem como móvel aparente reconstituir um acontecimento originário, com o objetivo de estabelecer a ‘verdade’ da qual resultará a punição ou a absolvição de alguém. Entretanto, a relação entre o processo penal, entendido como atividade do aparelho policial-judiciário e dos diferentes atores, e o fato considerado delituoso não é linear, nem pode ser compreendida através de critérios de verdade. Por sua vez, os autos, exprimindo a materialização do processo penal, constituem uma transcrição/elaboração do processo, como acontecimento vivido no cenário policial ou judiciário. Os autos traduzem a seu modo dois fatos: o crime e a batalha que se instaura para punir, graduar a pena ou absolver. (FAUSTO, 2001: 31-32)

Para Fausto, a partir do momento que o processo criminal é estabelecido no âmbito da Justiça, tem início uma batalha, onde os representantes do Judiciário, acusados, testemunhas, objetivam estabelecer uma “verdade”, a qual implicará na punição ou na absolvição do réu.

De modo geral, para os historiadores que se propõem a utilizar os processos criminais como fonte de pesquisa, seria possível ir além da linguagem e do discurso jurídico e, mesmo que de forma corrompida, perceber atitudes, visões de mundo, conflitos, experiências das pessoas envolvidas no processo. Desses documentos podem transparecer valores, comportamentos sociais que, muitas vezes, não aparecem em outras fontes.

A abordagem adotada por alguns autores, tais como Mariza Corrêa e Yvonne Maggie, critica e nega o caráter objetivo das fontes criminais. Dessa maneira, não teria como relacionar objetivamente o acontecimento processado no documento jurídico com o acontecimento em si, podendo haver apenas representações sociais de um contexto mais

09 a 13 de maio de 2011

amplo, demonstradas pelos indivíduos representantes da Justiça, os quais constroem o processo.

Então, devemos considerar que,

processos criminais são fundamentalmente fontes oficiais, produzidas pela Justiça, a partir de um evento específico: o crime e seu percurso nas instituições policiais e judiciárias. Por conta disso, é fundamental que os processos sejam tomados também como ‘mecanismos de controle social’, marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão. (GRINBERG, 2009: 12)

É importante conhecer as atividades realizadas pelos sujeitos que compõem o sistema jurídico-policia, os quais Mariza Corrêa chama de “manipuladores técnicos” — advogados, juízes, promotores. Estes utilizam-se de estratégias a fim de “transformar o real específico numa realidade manipulável, flexível” (CORRÊA, 1983: 25). Para ela, a partir do momento que atos tornam-se autos, fatos viram versões, diminui-se a importância atribuída ao acontecimento em si, e o debate passa a ocorrer entre os profissionais do sistema jurídico-policia.

Segundo Corrêa,

no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do ‘real’ que melhor reforce o seu ponto de vista. Nesse sentido, é o real que é processado, moído, até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência. (CORRÊA, 1983: 40)

Conforme Corrêa, quando um crime é cometido, normas jurídicas são questionadas, mas não são somente elas que definem o destino do acusado. Também a forma como ele se comporta em relação a outras normas sociais contribui para que o crime seja considerado como tal, ou então, seja legitimado e visto como não-crime. Assim,

Se o crime é um questionamento, uma quebra de determinada regra jurídica, ele servirá ao mesmo tempo como pretexto para o escrutínio da adequação ou não do acusado (e da vítima) a outras normas de convívio social e ao seu reforço ou enfraquecimento. Se sob certas circunstâncias o crime pode ser redefinido como não-crime, ser legitimado, caberá aos julgadores desse ato, basicamente, decidir se a pessoa a quem julgam agiu corretamente. Essa correção será estabelecida nos termos de quem julga e a partir dos termos de quem processa. (CORRÊA, 1983: 24-25)

Nessa perspectiva, Mariza Corrêa, estudando processos de homicídio e tentativa de homicídio que ocorreram entre casais, a partir de uma perspectiva que problematiza os processos criminais, considera que todos aqueles envolvidos nos casos estudados foram

09 a 13 de maio de 2011

contra a norma não matar, mas é o descumprimento de outras regras que definem sua condenação ou absolvição.

Dessa forma, Corrêa considera que os processos não permitem a recuperação dos fatos ocorridos, demonstrando a necessidade de levar em consideração a complexidade da documentação judiciária. De acordo com Corrêa, a utilização de processos penais para a pesquisa apresenta “uma complexidade que não pode ser apreendida apenas através da reprodução pura e simples de alguns processos selecionados ou de uma descrição de seus elementos componentes, múltiplos e pela sua própria definição, contraditórios” (CORRÊA, 1983: 23).

Segundo Rosemberg e Souza, Yvonne Maggie, em seu trabalho intitulado *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*, considera os processos criminais como construção daqueles que representam o sistema jurídico-policial e como resultante de idéias e valores presentes no restante da sociedade de forma mais ampla. Para ela haveria relação entre as representações percebidas nos discursos dos profissionais da Justiça e nos discursos da sociedade. Conforme Maggie,

o juiz julga o que está nos autos e não o que se passou ‘na verdade’. Portanto, o que não está nos autos não pode ser levado em consideração. O processo refere-se, assim, àquilo que contém. Invertendo o ditado, porém, pode-se dizer, sem medo, que ‘o que está no processo está no mundo’, isto é, os princípios que regulam e norteiam o discurso dos juízes são também princípios ordenadores de discursos da sociedade de um modo geral. (MAGGIE apud ROSEMBERG e SOUZA, 2009: 173)

De modo geral, ao utilizarmos processos criminais como fonte histórica, devemos considerar o fato de que, tais documentos tem como objetivo não a reconstituição de determinado acontecimento, e sim a tentativa de construção de uma verdade, quando da quebra de normas ou leis. Então, deve-se tomar cuidado para não confundir a “verdade” proclamada através da Justiça com a “verdade” presente no “mundo real”. Desse ponto de vista, o depoimento de cada um dos indivíduos não passaria de ficção, a qual desempenharia o papel de procurar influenciar o final da história.

Conforme Feriani,

há uma seleção dos eventos: enquanto que uns são incluídos, outros são excluídos da análise, o que demonstra uma intencionalidade, um objetivo. Trata-se de documentos históricos e oficiais, devendo-se, portanto, levar em conta as dimensões de poder e interpretação neles presentes. (FERIANI, 2009: 38)

09 a 13 de maio de 2011

Cabe ao historiador procurar conhecer a constituição dos documentos judiciais, bem como seu processo de produção, visto que o mesmo é envolvido por informações contraditórias e incoerentes. Além do mais, devemos considerar o processo-crime como fruto de diversos discursos sobre o crime e o real, levando em conta as várias versões sobre um mesmo acontecimento.

Conforme Corrêa,

Um processo são muitas falas, registrando de diversas maneiras os mesmos atos e caminhando para a sua identificação com as formas pré-definidas dos códigos, as falas se adequando a uma gramática legal que prevê e enquadra qualquer ato proibido (e permitido, por extensão), tornando-se equivalentes entre si. (CORRÊA, 1983: 299)

Nas palavras de Rosemberg e Souza, é preciso compreender o processo crime, pois nele, “existe uma pluralidade de vozes que se cruzam, se esbarram e se complementam num mesmo processo” (ROSEMBERG; SOUZA, 2009: 177). Então, faz-se necessário aprender trabalhar com as diversas versões, percebendo a forma como as mesmas são constituídas e, levando em conta que as mesmas são vistas de forma desigual, o que implica que cada elemento do processo seja abordado de maneira singular.

As mulheres nos processos criminais

A partir de 1960 as mulheres passaram a ser sujeito e objeto da História. Segundo Soihet, é praticamente unânime o fato de se considerar que a História das Mulheres é resultado, “de um lado, da atuação das historiadoras preocupadas com essa questão e, de outro, do movimento feminista, ocorrido a partir dos anos 60” (SOIHET, 1997: 58). De modo geral, as mulheres surgem na História num momento em que esta deixa de se preocupar apenas com os acontecimentos políticos e os heróis nacionais e, volta seu olhar também para aqueles que por longo tempo foram excluídos da historiografia, dentre os quais estão as mulheres.

Porém, uma das dificuldades que surge no momento em que se busca, através da escrita da História, romper com o silêncio que envolvia as mulheres, diz respeito à questão das fontes. Segundo Perrot, a questão das fontes, dos vestígios, dos documentos “é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos destruídos” (PERROT, 2008: 21).

09 a 13 de maio de 2011

Nesse aspecto, os arquivos policiais e judiciários têm papel importante, por apresentarem informações ricas no que diz respeito às mulheres. Conforme Soihet (2006), os documentos policiais e judiciários são privilegiados quando a questão é revelar a contribuição das mulheres no processo histórico. Diante dessa possibilidade, o objetivo desse trabalho é desenvolver uma análise histórica de como as mulheres são representadas nos processos criminais de lesão corporal da década de 1980, no município de Teixeira Soares-PR.

Dentre os processos encontrados no Fórum da Comarca de Teixeira Soares-PR, um deles nos chama mais atenção. É um caso de violência em que o marido agride a mulher com quem vivia, e também a filha mais velha do casal.²⁰⁶ Embora esteja envolvida também a filha, essa é uma forma de violência que ocorre no âmbito da relação homem/mulher. Segundo Soihet, no que se refere “às formas de violência específicas da condição feminina, aquela relativa ao relacionamento homem/mulher revestia-se de caráter especial” (SOIHET, 2006: 367).

Além de especificar quando a violência ocorre no âmbito do relacionamento homem/mulher, não podemos considerar a questão da mulher de forma generalizada. Rachel Soihet, em seu trabalho intitulado *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*, pesquisou casos de violência envolvendo mulheres das camadas populares. Ela observa que,

O estereótipo do marido dominador e da mulher submissa, próprio da família da classe dominante, não parece se aplicar in totum nas camadas subalternas. (...) As condições concretas de existência dessas mulheres, com base no exercício do trabalho e compartilhando com seus companheiros da luta pela sobrevivência contribuíram para o desenvolvimento de um forte sentimento de auto-suspeito. Isso lhes possibilitou reivindicar uma relação mais simétrica, ao contrário dos estereótipos vigentes acerca da relação homem/mulher que previam a subordinação feminina e a aceitação passiva dos percalços provenientes da vida em comum. (grifo da autora) (2006, p. 376-377)

No processo que citamos anteriormente o réu é acusado pelo crime de lesão corporal. Como consta nos autos, o acusado que trabalhava na lavoura, depois de chegar em casa, enraiveceu-se com sua amásia, com quem vivia a mais de quinze anos, agredindo-a com “socos e pontapés”, o que resultou em ferimentos de natureza leve. Depois de agredir a companheira, agrediu a filha mais velha, menor de idade, com um “cabresto de corda de náilon” causando vários ferimentos de natureza leve.²⁰⁷

²⁰⁶ Processo 3187, ano 1987. Poder Judiciário – Estado do Paraná. Juízo de Direito da Comarca de Teixeira Soares.

²⁰⁷ Idem.

09 a 13 de maio de 2011

Segundo Corrêa, o processo inicia-se a partir de uma crise, neste caso a agressão. Mas no decorrer dos autos, vão-se desvendando crises que vinham ocorrendo anteriormente, mas “que só sairão do âmbito doméstico quando o comportamento do acusado e da vítima é publicamente questionado” (1983: 124). No caso estudado, os conflitos já existiam antes do crime, o que pode ser percebido no depoimento das testemunhas. Tanto a menina que foi agredida, como a sua irmã, disseram que seu pai batia quase todos os dias em sua mãe e que, ele bebia de vez em quando, mas na última vez que batera nela, não estava bêbado. Outras duas testemunhas, irmãos do réu, afirmaram que a vítima sempre reclamava dizendo ser espancada por companheiro.

Segundo Corrêa, “é importante observar em nome de que princípios são feitas as acusações e a escolha de absolver ou condenar” (1983: 125). Os conflitos que aconteciam antes do crime são deixados de lado no julgamento, em nome da idéia de que o agressor estaria corrigindo a companheira e a filha, pois ele alegou que estas teriam roubado vários pés de mandioca da propriedade de um vizinho.

Na visão de Corrêa (1983), isso acaba demonstrando o desvio que ocorre a partir do momento que as ações se transformam em autos e a discussão passa a ocorrer a partir daquilo que está presente no processo. É o que nos aponta Soihet, quando afirma que os envolvidos acabam sendo julgados

muito mais pela adequação de seu comportamento às regras de conduta moral, consideradas legítimas, do que propriamente pelo ato criminoso em si. Igualmente, o modelo ideal de mulher que se distinguia nos autos era o de mãe, ser dócil e submisso cujo principal índice de moralidade era sua fidelidade e dedicação ao marido. O homem se definia pela dedicação ao trabalho, pois sua obrigação fundamental era prover a subsistência da família. Emergia, assim, uma imagem assimétrica da relação homem/mulher, ou seja, do homem exercendo completa dominação sobre a mulher submissa. (SOIHET, 2006: 382)

O processo em questão demonstra também as contradições que aparecem num mesmo documento. No início do primeiro interrogatório, realizado ainda na fase policial, o réu confessou ter batido na amásia, e tentou justificar a agressão dizendo que pediu café a ela, mas a mesma fez apenas chá. Ele afirmou também que agiu dessa forma, “somente para amedrontá-la e para que faça as coisas que ele manda”.²⁰⁸ Na filha, “bateu com um cabresto de nylon que é usado na cabeça de animal, (...) porque ela não sabia fazer uma conta sobre

²⁰⁸ Processo 3187, ano 1987. Poder Judiciário – Estado do Paraná. Juízo de Direito da Comarca de Teixeira Soares.

09 a 13 de maio de 2011

uma compra e um troco”.²⁰⁹ Também, o fato de o réu ter dito que queria amedrontar e fazer com que a mulher obedecesse, reforça o estereótipo da mulher submissa, que deve ser dócil e se dedicar ao marido e aos filhos. No mesmo interrogatório, mais adiante, ele afirmou também que sempre espancava a mulher e os filhos, pois eles não o obedeciam.

Já na fase judicial, interrogado novamente, o acusado disse ter dado empurrões e tapas em sua mulher devido ao furto dos pés de mandioca pertencentes ao vizinho. Afirmou que bateu na filha também, pois esta teria acompanhado a mãe nos furtos. No final do processo, foi essa afirmação que teve maior peso, visto que algumas informações são privilegiadas, o que demonstra uma intencionalidade, que não se trata de reconstituir o acontecimento, mas construir uma “verdade”.

Na conclusão do processo podemos perceber de forma mais clara que os fatores que fazem com que o réu seja absolvido, ou visto como culpado não se referem apenas ao crime em si. No debate, diferentes versões são apresentadas, mas uma delas será mais forte no momento da decisão da Justiça.

A versão do representante do Ministério Público opta pela condenação do acusado, destacando a ideia de que a materialidade do crime foi comprovada, bem como a autoria. Também, o réu confessou os atos e os seus antecedentes não o favoreciam. Ele cita também a repercussão e a intensidade da infração praticada, e o fato de não se justificar a agressão a uma filha.

À advogada de defesa, não foi possível negar a autoria do crime, visto que o réu confessou seus atos. A saída encontrada por ela foi direcionar seu discurso principalmente em torno do furto dos pés de mandioca. Do seu ponto de vista, as agressões na mulher teriam insignificantes, e o fato de bater na filha se justificaria por tratar-se de um meio de correção. A defensora do réu atesta que este deve ser absolvido “pois ele assim agiu para corrigir e evitar um mal maior, que seria ver sua amasia e filha serem taxadas de ladras, o que atentaria contra a boa reputação de seus familiares”.²¹⁰

A Juíza extraiu das falas do Promotor de Justiça e da advogada de defesa alguns elementos no momento de apresentar sua decisão final. A Juíza decidiu pela absolvição do acusado, por tratar-se “de crime de lesões corporais leves praticado por pai contra filha menor, bem assim contra sua companheira, com quem vive em estado de casado há mais de

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Processo 3187, ano 1987. Poder Judiciário – Estado do Paraná. Juízo de Direito da Comarca de Teixeira Soares.

09 a 13 de maio de 2011

15 anos.”²¹¹ Nessa fala, a juíza parece considerar natural e aceitável ao homem bater, estando na condição de pai ou esposo. Ainda mais quando a questão é corrigir aqueles que estão sob sua responsabilidade.

Reforça-se novamente o estereótipo de mulher submissa, diante do fato de caracterizar o homem como o responsável não apenas por garantir o sustento da família, mas também por evitar que esta se desvie do comportamento aceitável pela sociedade.

Os depoimentos das testemunhas foram desconsiderados, pois a Juíza nem os citou e considerou a confissão do réu insuficiente para embasar a sua condenação. Além disso, a condenação poderia aumentar o número de casais separados e filhos abandonados. Juntamente com o modelo de mulher, como boa mãe e boa esposa, contrastado com o modelo de homem, trabalhador, honesto, pode-se perceber um ideal de família em que ambos exercem adequadamente os seus papéis.

De modo geral, os processos criminais apontam um caminho que permite ser possível, através deles ouvir as vozes das mulheres, embora, muitas vezes de forma distorcida ou limitada pela forma como são produzidos. Através de sua utilização é possível contribuir para questionar as condições impostas, bem como contribuir para que os estereótipos não se reforcem ainda mais.

Fonte

Processo 3187, ano 1987. Poder Judiciário – Estado do Paraná. Juízo de Direito da Comarca de Teixeira Soares.

Referências

BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BAJER, Paula. **Processo penal e cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2.ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sociais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

²¹¹ Idem.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: A criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FERIANI, Daniela Moreno. **Entre pais e filhos**: práticas judiciais nos crimes em família. Dissertação de mestrado: Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2009. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=000436664>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

GRINBERG, Keila. *A história nos porões dos arquivos judiciais*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. Trad.: Angela M. S. Corrêa. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luiz Antônio Francisco de. *Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica*. In: **Patrimônio e Memória. Unesp – FCLAs – CEDAP**, v.5, n.2, p. 168-182, 2009. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v5.2/artigos/documentos_judiciais.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2010.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero em debate**: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

Aproximações Entre História e Literatura

A Construção do “Mito do Salvador” no Livro “A Quarta Humanidade” de Plínio Salgado

Luiz Mário Ferreira Costa^{*}
Pedro Ivo Dias Tanagino^{**}

Resumo: O presente trabalho versa sobre o processo de elaboração teórica daquilo que propomos chamar de “mito do Salvador”, a partir de um estudo estrito do livro *A Quarta Humanidade* (1934), uma das principais obras do ideólogo e líder integralista Plínio Salgado. Nesse sentido, buscamos compreender a publicação deste livro, enquanto um projeto inserido numa “cultura política” autoritária, que se caracterizou por ideais nacionalistas, mitos fundadores e discursos unificadores na década de 1930. Analisaremos a figura de Plínio Salgado, claramente associável ao “Salvador” – o principal símbolo do integralismo – um personagem a meio caminho entre o chefe político e o chefe religioso. Logo, o objetivo geral deste trabalho é analisar o modelo institucional da Ação Integralista Brasileira no âmbito de revitalização e re-significação de antigas narrativas políticas do contexto em estudo.

Palavras-chave: Plínio Salgado, integralismo, autoritarismo, cultura política.

Abstract: This present work aims to analysis the theoretical process of what we propose to call “The savior’s myth”, starting from a strict stud of the book *A Quarta Humanidade* 1934 (The fourth Humanity), one of the most important books of the Brazilian Integralist Action (AIB) ideological leader, Plinio Salgado. In this line, we look for a comprehension about this book, as project inserted in an authoritarian “politic culture”, characterized by nationalist ideas, foundation’s myth and pro-union discourses in the 30’s. We must analyze the Plinio Salgado’s image, clearly linked at the “savior” image – the principal integralist symbol – a persona in half way between the political and the religious leader.. So, our general objective in this work is to analysis the institutional model of the AIB in a sphere of revitalization and re-signification of old political narratives in the studied context.

Keywords: Plinio Salgado, integralism, authoritarianism, political culture.

^{*} Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

^{**} Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Introdução

Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí, região do Vale do Paraíba (SP), no ano de 1895, no berço de uma família tradicionalista de homens letrados. Seu pai fora um prestigiado coronel e político local. A morte deste teria frustrado os planos do jovem Salgado de ingressar na carreira acadêmica, pois tivera que abandonar os estudos aos 16 anos. Ainda jovem, trabalhou como agrimensor, donde afirma ter surgido o seu interesse pela situação do homem do campo. A partir de 1919, Salgado passou a desenvolver um extenso estudo acerca das filosofias materialistas, em especial Marx e Spencer, incorporando em suas análises o “materialismo histórico”.

Após ter contraído gripe espanhola, suas perspectivas filosóficas alteraram-se, e seguiram por um viés exacerbadamente espiritualista, influenciado sobretudo pelas obras de Farias Brito e Jackson de Figueiredo. Numa época em que o clima nacionalista era evidente, desde a febre ufanista do período da I Guerra Mundial, insuflada por escritores como o conde de Afonso Celso, Olavo Bilac, Alberto Torres e Monteiro Lobato. Em 1922, após uma participação marginal na *Semana de Arte Moderna*, Salgado ingressou na corrente “direita” do movimento modernista, que ficou conhecida como o “verdameísmo”. Como afirma Helgio Trindade, a partir daí Salgado se tornou um escritor engajado e passou a “invocar” a interferência dos intelectuais nos rumos da política nacional. Em 1932, depois da derrota paulista na *Revolução Constitucionalista*, Salgado fundou a Ação Integralista Brasileira.

Naquilo que se refere à associação da obra de Salgado às chamadas “mitologias políticas” torna-se necessário algumas informações preliminares, a começar pelo próprio conceito de mitologia empregado neste trabalho, que diferentemente do seu significado clássico, será abordado como uma noção mais ampla e diversificada. Entretanto, a definição filosófica de que o mito pode ser entendido como uma narrativa sobre a origem de alguma coisa será preservada, assim como, a ideia de autoridade daquele que narra. O narrador seria um “escolhido” e, deste modo, sua palavra (o mito) era entendida como algo sagrado, quase que incontestável e inquestionável.

Para Marilena Chauí em, *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, o mito pode ser entendido como, “(...) a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade.” (CHAUÍ, 2000: 9). Na base de nosso “mito do Salvador” está presente a ideia do pátrio poder enquanto princípio incontestável de autoridade. Salienta-se ainda o aspecto espiritualista de uma narrativa que se desenrola a partir de imagens como: a terra prometida, o povo eleito, luta entre Deus e o Diabo e o milenarismo nos sermões do padre Vieira. (CHAUÍ, 2000: 77).

Assim o “mito do Salvador” é aqui entendido como àquela proposta de Salgado sobre à criação do “homem integral”, antes de tudo uma narrativa política que sagra a História e o governante do povo numa ordem estável segundo a vontade de Deus. Esta narrativa mítica funciona como a base da doutrina integralista, que culminava na ideia de um “Deus criador do Universo e da história” e num projeto de “unicidade eterna”. Tal proposta implicava também a concepção de um conceito próprio de ordem e progresso histórico. Além disso, a posição e a autoridade de quem desempenhava as funções de liderança não deveriam ser contestadas. Desta maneira, a vinda do “salvador” traria o aperfeiçoamento da civilização, via liderança autoritária e moral e, que no caso específico da doutrina integralista, era investida na pessoa do próprio Salgado. Ainda segundo a construção do “mito do salvador” podemos perceber que seria vital para a realização de tal “profecia” a adequação do indivíduo ao ideal de “homem integral”, o único capaz de abdicar de sua individualidade em prol da coletividade nacional.

Nosso intuito é demonstrar como Salgado, através deste livro, registrou a idealização de uma “nova consciência” a respeito da sociedade brasileira. Nesta perspectiva, a obra de Dominick Lacapra surge de forma paradigmática, sobretudo, porque estamos voltados para as produções textuais. O passado se nos apresenta enquanto “textos” – e às vezes costumamos chamá-lo de “contextos passados” – nada mais são do que uma construção elaborada por meio da palavra escrita e lida. Por isso, segundo Lacapra, é importante não perder de vista que os textos não podem ser compreendidos, apenas, como meros reflexos das práticas sociais, pois estes fazem parte de uma realidade social. Assim, no momento em que o texto se dedica a pontuar referências do real, ele ao mesmo tempo funciona na criação de uma outra realidade. (LACAPRA, 1998).

Ao partir dessas premissas teóricas de Lacapra, propomos encontrar a intertextualidade e as formas discursivas comuns e/ou contraditórias, presentes na referida obra, uma vez que as relações entre a vida do autor e seus textos não podem ser desconsideradas, mesmo que essas relações extrapolem as intenções manifestas do próprio autor. Para isso é preciso destacar a necessidade de se ler verdadeiramente os textos, para não restringir esta abordagem a um simples esforço historicista e documental, que recriaria somente o diálogo de outros e excluiria o nosso próprio diálogo. Neste sentido, torna-se possível elucidar como os empréstimos ou pontos em comum funcionam de fato nestes textos, e a partir daí descobrir como as idéias comuns operam nas obras e instituem certa comunidade de discurso. (LACAPRA, 1998).

Desenvolvimento

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

O livro *A Quarta Humanidade* de Plínio Salgado, cuja primeira edição data de 1934, trata-se de uma coletânea de artigos e palestras proferidos entre os anos de 1926 e 1934, que podem ser relacionados em ordem cronológica: (1926) *Pelo destino do Brasil* - “oração” lida na Rádio Educadora Paulista e publicada no Correio Paulistano, em 1926. (1931) *O otimismo na vida de Machado de Assis* - Conferência pronunciada na Academia Paulista de Letras em 1931. (1931) *Politeísmo – Monoteísmo – Ateísmo – Integralismo* - Conferência pronunciada na Faculdade de Direito de São Paulo em 1931. (1933) *No limiar do século XX* - Conferência pronunciada na Faculdade de Direito de Recife em 1933. (1934) *A resposta da Atlântida* - Artigo publicado originalmente em: *A Offensiva*, 7 de junho de 1934. A primeira edição é de 1934, e foi publicada pela Editora José Olympio. Sobre a segunda e a terceira edição ainda não temos informações satisfatórias. A quarta é referente à coleção Obras Completas da Editora das Américas de 1955 (volume V). E a quinta foi publicada pela Editora de Gumercino Rocha Dorea (GRD) em 1995.

No prefácio à segunda edição o autor expressa suas expectativas com relação ao efeito que deseja produzir com o lançamento da obra:

Possam um dia as gerações sul-americanas, construindo a Civilização do Espírito, ver neste livro uma humilde centelha na treva da Civilização Materialista, anunciando os tempos felizes. Possam elas compreender nossos sofrimentos neste período cruel de transição, em que assistimos ao Crepúsculo da Cidade dos Homens Brutais, antevendo a aurora dos Homens espirituais. E possa a América Latina ser a Nova Atlântida onde terá início a Quarta Humanidade! (SALGADO, 1955: 11-12)

De modo geral a linguagem erudita utilizada no texto indica-nos que o mesmo fosse destinado à formação da elite dirigente integralista, em discrepância ao simplismo pedagógico que orientavam as obras destinadas à doutrinação ideológica das bases do movimento. Nesse sentido, percebemos a envergadura da “mudança social” almejada por Salgado. Seu modelo de harmonia social é derivado de sua Filosofia da História, acreditando ser a civilização monoteísta criada pelos hebreus uma das principais realizações da humanidade, por preconizar um Universo Total, integral entre o Deus criador em comunhão com suas criaturas. (ARAÚJO, 1988: 34). Como fica evidenciado, a figura de Plínio Salgado estaria claramente associável ao “Salvador” – o principal símbolo do integralismo – um personagem a meio caminho entre o chefe político e o chefe religioso. (TRINDADE, 1979: 166).

Quanto às possíveis influências presente na construção teórica do texto destacamos as obras do abade Joaquim de Fiore²¹². Esse calabrês que se tornou beneditino, depois cisterciense, retira-se

²¹²No prefácio que Cláudio de Cicco faz à 5ª edição do livro *A Quarta Humanidade*, de 1995, menciona o abade Joaquim de Fiore e as teorias das Idades da Trindade e das Três Humanidades (politeísta, monoteísta, ateísta), onde Salgado acrescenta o Integralismo, a Quarta Humanidade. (SALGADO, 1995).

09 a 13 de maio de 2011

como eremita para as altitudes do planalto de Sila em 1188-9 e aí funda, em Fiore, um mosteiro que o papa Celestino III reconhece como cabeça de uma nova ordem, a ordem de Fiore. Gioacchino morre em 1202 deixando uma obra cuja rápida difusão exercerá influência extraordinária nas fronteiras da ortodoxia e da heresia. Em *O Deus da Idade Média*, Jacques Le Goff (2007: 50), afirma que os principais herdeiros de seu pensamento foram os franciscanos, no meio dos quais os chamados joaquimitas [ou joaquinitas], aqui também ortodoxos ou hereges, serão numerosos e ativos.

Le Goff faz uma descrição oportunamente mais densa das teorias do abade, as quais podem deslocar o historiador para outras perspectivas que fazem multiplicar os sentidos dos significantes contidos pela ideologia em estudo.

Gioacchino da Fiore – e é isso que o torna importante aos olhos do historiador – inscreveu Deus numa dinâmica renovada da história. Se bem que a idéia de concórdia seja essencial no seu pensamento, ele dá à história como padroeiras sucessivas as três pessoas da Trindade. A idade do Pai, instaurada pela lei (antes e depois das leis ditadas a Moisés), deu lugar à idade do Filho, que é a idade da graça e da Igreja (*ordo clericalis*), na qual vive a humanidade de seu tempo. A idade do Filho cederá lugar, por sua vez, a uma terceira e última idade da humanidade, a idade do Espírito Santo e de uma ordem propriamente espiritual. (...) Sua visão da história termina de maneira muito ortodoxa na parusia, a segunda vinda do Cristo glorioso sobre a terra e o juízo final. (LEGOFF, 2007, p. 50-51).

Esta constatação nos despertou para a importância do culto do “Espírito Santo” no imaginário integralista enquanto elemento fundamental para uma compreensão, em maior profundidade, dos fatores de coesão os quais compunham o discurso integralista. Marilena Chauí identifica a corrente milenarista do abade de Fiore como a linha mestra da tessitura discursiva de Plínio Salgado. O padre Antonio Vieira seria, segundo Marilena Chauí (2000), um dos mais caros intérpretes do joaquimismo no Brasil.

Numa interpretação minuciosa dos grandes profetas, particularmente de Daniel e Isaías, versículo por versículo, o Padre Vieira demonstra que Portugal foi profetizado para realizar a obra do milênio e cumprirá a profecia danielina, instituindo o Quinto Império do Mundo, tendo à frente o Encorbeto, um rei que será o último avatar de El Rei Dom Sebastião. (CHAUÍ, 2007: 76).

A partir do entendimento da mencionada obra de Salgado, enquanto teleologia filiada ao milenarismo português através principalmente dos discursos do padre Vieira, que deriva do pensamento de Joaquim de Fiore, também podemos depreender grande parte do sentido que Salgado atribui à sua função de liderança. Para conseguirmos captar as dimensões sociais do discurso de Salgado, também se torna imprescindível a análise deste escopo filosófico, o qual irá

tornar possível uma maior vazão de sentidos, tanto do papel da liderança de Salgado, quanto ao seu projeto de Homem e sociedade.

Justamente sobre a Teoria das Idades da Trindade, cujo *corpus* filosófico é pedra fundamental do livro *A Quarta humanidade*, sugerimos que o integralismo foi um movimento, com efeito, devedor da tradição católica portuguesa, em especial sob a forma do “culto do Espírito Santo”, tão vivo em Portugal, somado a correntes milenaristas nascidas da Teologia católica, em especial o Joaquinismo e o Sebastianismo, este último, culto vicejante em Portugal até os dias presentes, e parte integrante do imaginário religioso brasileiro.

Conduzindo nossa pesquisa ao estudo do Culto do Espírito Santo, presente nas teorias do abade herético Joaquim de Fiore, o qual previa a liderança de santos de tipo monástico à testa da Idade do Espírito Santo, poderemos explicar o sentido que Salgado atribui à sua liderança, como o guia dos “brasileiros e sul-americanos rumo à Quarta Humanidade” (SALGADO, 1995). O colonizador português trouxe para nosso universo americano a perspectiva da “esperança no futuro”, na qual se baseia o nacionalismo integralista, de forma diferente do caso fascista na Europa, fundamentado na restauração da “glória do passado”, em Impérios de outrora.

Outra importante reflexão pode ser verificada no prefácio da segunda edição de 1936, quando Salgado atribui à obra uma finalidade imodesta: “Dar uma consciência política aos povos do Novo Mundo; uni-los no grande objetivo de criar uma Civilização, a do Último Ocidente.” (SALGADO, 1955: 11), portanto:

Anunciar uma Nova Humanidade em que se realize o “Homem Integral” penetrado no sentido profundo do Cosmo, como a Primeira Humanidade; iluminado pelo Verbo Divino, como a Segunda; Senhor dos elementos, como a Terceira; e, com tudo isto, criando a luminosa Era em que a ciência, orientada pela Consciência, não seja mais a serva do ódio, porém o instrumento da Bondade. (SALGADO, 1955: 11).

Dentro de sua concepção dialético-idealista de alternância entre os estágios da Humanidade (civilizações politeístas, monoteístas e ateístas), Salgado agrega ao integralismo uma finalidade teleológica de consolidar um novo estágio de civilização no Brasil, baseado na família patriarcal, nas corporações profissionais e na autoridade do Estado, sendo o cristianismo o elemento totalizante que torna possível a coesão dessa sociedade planejada. “O nosso cristianismo tem um sentido de humanidade profundo, uma delicadeza incomparável, que exprime, de modo eloquente, o próprio temperamento do povo”. (SALGADO, 1955: 68).

Para Salgado, a Providência destina à América Latina a capacidade e a vocação vanguardista para o desenvolvimento da *Quarta Humanidade* na Terra, para além de sua “unidade”

09 a 13 de maio de 2011

religiosa no cristianismo. O caráter étnico seria, segundo o autor, uma propriedade determinante no grau de elevação da Humanidade, o aspecto sintético dos povos mestiços latino-americanos seria um índice do projeto de Deus para o Novo Mundo, a Nova Atlântida, como o mesmo a nomeia após a “revolução do espírito” que nos conduziria à Humanidade Integralista.

A raça brasileira e, de um modo geral, a sul-americana, tem um sentido cósmico originado das fontes étnicas. Cumpre observar que as ondas imigratórias arianas e semitas, que se espriam em nosso continente, não alteram a fisionomia profunda da alma americana. Assim como existe um meio físico, existe um “meio étnico” imperativo. (SALGADO, 1955: 66)

Para o autor a História possuía uma definição para além da observação empírica, o que o faz um opositor ao marxismo, metodologia científica da esquerda que se propõe a combater, “Mas é preciso dilatar o critério da História. Dilatar e aprofundar. Para surpreendermos as leis essenciais dos ritmos humanos, a teoria dos movimentos do Homem em torno do Absoluto” (SALGADO, 1955: 20). O que Salgado compreende por “dilatar o critério da História” se trata justamente de se aceitá-la enquanto um projeto finalista de Deus, segundo a teologia de Santo Agostinho, que supõe uma História providencial. Os “tempos novos” que o autor anuncia; a *Quarta Humanidade* integralista; se consolida na implantação do Estado Integral, a materialização da Idade do Espírito Santo na Terra.

Mas, os que são moços pertencem à outra Humanidade, que está nascendo. E que saberá, em cada país, criar novos padrões de cultura, de moral, de direito, de administração e de política. E criará uma nova autoridade, baseada numa concepção de origem e de finalidade do mundo. E criará um novo processo de relações sociais e econômicas. E criará o Estado Integralista, consultando, a um tempo, a aspiração do Infinito da criatura humana e as contingências da vida material. O Estado, que salve o homem da ditadura cruel do materialismo finalista e da ditadura sem finalidade da plutocracia democrática e das oligarquias políticas e financeiras. O Estado, que defenda o Indivíduo contra a Sociedade e a Sociedade contra o Indivíduo. O Estado que seja opositor do equilíbrio, o mediador máximo, o juiz, o orientador, o propulsor. O Estado capaz de renovar-se, por si mesmo, “de conformidade com as novas e crescentes necessidades da vida humana”. O Estado que procure suas origens na própria origem do Universo e do Homem. E rume para a finalidade suprema do Espírito, integrando nas suas próprias forças todas as forças humanas superiores. O Estado que faça circular as produções estagnadas e arranque da avareza acumuladora do ouro e cetro com que esta impera sobre os governos do mundo, anestesiados pela falsa democracia. (SALGADO, 1955: 64-65).

Nesse sentido, a publicação do livro, assim como as suas várias edições, pode ser inserida numa “cultura política” autoritária específica, que se caracterizou por ideais nacionalistas, mitos fundadores e discursos unificadores na década de 1930. O conceito de cultura política empregado refere-se a um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano e que expressou uma identidade coletiva. Dito de outra maneira é um

09 a 13 de maio de 2011

sistema de representações complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma determinada realidade social. Assim como bem observou, Ângela de Castro Gomes (2005) esta noção além de fornecer leituras comuns do passado também fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.

Como escreveu Miguel Reale (1934) em a *Formação da Política Burguesa*, ao abandonar a ênfase no decalque das ciências naturais e na explicação causal dos fatos, que tipificavam tanto os enfoques liberal, marxista e fascista “os movimentos integralistas deixam o peso morto da premissa burguesa (o naturalismo), marcando o ritmo espiritualista dos novos tempos pela reafirmação do principio de finalidade como complemento do de causalidade. Nesta perspectiva o discurso de Salgado, em meio aquele contexto de crise do liberalismo e avanço dos preceitos socialistas, concatenava um projeto de Estado autoritário, uma sociedade corporativista onde as categorias profissionais se tornariam estamentos.

Segundo José Chasin (1999), a proposta de Estado de Salgado figurava-se numa economia arcaísta configurada num projeto característico do capitalismo hiper-tardio além de ser uma ideologia supra-nacional, pois destinava-se a todos os latino-americanos e uma Filosofia da História baseada no milenarismo medieval. Neste sentido, os líderes na Nova Era, do Império do futuro – a Nova Atlântida – transforma-se em um elemento sagrado, assim como a insubordinação civil em pecado, a oposição política em blasfêmia, a revolução em sacrilégio.

O segundo tipo de Humanidade (a Monoteísta) apresentar um caráter de fusão, como a primeira (Politeísta) apresentou uma índole de adição. Na primeira somam-se os clãs, somam-se os deuses, somam-se as províncias, somam-se as causas. Na segunda, todos esses elementos se fundem numa idéia totalitária, que abarca toda a compreensão do Universo e todos os movimentos humanos. Fonte remota desse sistema de movimentos, é o povo hebreu, antítese do povo grego. Ele será a origem da civilização cristã e influirá na civilização sarracena. Dará ao mundo um conceito de autoridade, um objetivo final, uma estrutura social. A Nação judaica não tem base física ao nascer. Seu fundamento é exclusivamente moral. (SALGADO, 1955: 33).

Considerando o integralismo enquanto estágio último do projeto de Deus para a Humanidade, universalmente, Salgado se entende não somente como líder da pequena burguesia decadente, nem como porta-voz do bacharelismo, tão pouco como guia da redenção nacionalista brasileira, se projeta, no discurso, enquanto líder da “nova Humanidade” por antonomásia. Deste modo, a criação desta narrativa era legitimada através do poder entregue a Salgado, uma mistura de misticismo e fé que se firmava justamente como a fonte verdadeira da doutrina. Na carta que redigiu em 1934 remetida aos bacharelados de Jaboticabal intitulada *Elogio da ausência*, Salgado afirma que: “o Chefe não é uma pessoa, mas uma ideia”:

Camisas Verdes! Quando quiserdes ver o vosso Chefe, olhae para os vossos companheiros. Quando quiserdes ouvir a voz do Chefe, rufai os vossos tambores e soprae os vossos clarins. Quando quiserdes sentir o espírito do Chefe, marchas porque elle estará no rumor dos vossos passos: os pensamentos andam como pernas. E quando quiserdes alegrar o Chefe, reuni-vos em torno da Bandeira azul e branca. E si, nos recessos do sertão de nossa Pátria, perdido na floresta e no silêncio, não tiverdes nem companheiro, nem bandeira e, mesmo assim, quiserdes ver o Chefe, procurae no espelho dos rios, das lagoas, dos igarapés e das restingas, a vossa própria imagem: e si, nos seus olhos, rutilar esta fé que nos abraza nos destinos grandiosos do Brasil, tereis visto, no brilho dos vossos próprios olhos, a presença do Chefe. O Chefe não é uma pessoa: é uma ideia. (SALGADO, 1935: 19-20)

Considerações finais

No âmbito do modelo institucional proposto na obra, podemos perceber que Salgado se esforçava para “guiar” as preferências de seus leitores e seguidores por meio de uma combinação de doutrinação e experiência através da educação. Segundo o autor o ideal de educação integral tinha como fundamentos os três grandes marcos Deus, Pátria e Família. Deste modo, a doutrina preconizava uma formação completa, sendo ela, física, intelectual-científica, cívica, espiritual-religiosa e artística. Desta forma, o conjunto de signos adotados pelo movimento e largamente empregado nos discursos políticos possuía uma função pedagógica muito eficaz, pois conduzia o militante pelos caminhos do nacionalismo radical.

Assim Salgado utilizou-se da “palavra escrita” e também de conferências direcionadas, sobretudo, aos intelectuais e estudantes com o objetivo de divulgar suas idéias. Os locais escolhidos eram quase sempre as faculdades e as academias literárias, pois pretendia com isso consolidar um movimento que era muito mais cultural do que político, ou seja, um verdadeiro “despertar da Nação”. Tal modelo filosófico canalizava para a ação política as angústias e temores dos setores médios, constituindo-se como instrumento de sua incorporação ao processo político vigente.

Na ótica de Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro (2007), a obra doutrinária da AIB deve ser entendida como pertencente a um momento de reflexão sobre os destinos políticos, sociais e econômicos do Brasil. A autora apontou que os intelectuais integralistas tentaram formatar o movimento brasileiro de acordo com as características históricas e culturais que percebiam como representativas da nossa nacionalidade. Diferentemente da análise de Gilberto Vasconcellos (1979) que acreditava que o pensamento integralista repetia a “tragédia fascista”, sendo mais um dos vários mimetismos encontrados na cultura brasileira.

Do modo como salientou Rogério Souza Silva (2010), o líder supremo do Integralismo apresentava-se como a reencarnação dos heróis nacionais, o novo Tiradentes, o único com os

09 a 13 de maio de 2011

preceitos éticos e morais fundamentais à salvação da pátria. Aliás, esta associação com o mártir da Inconfidência mineira foi feita numa das visitas de Salgado à cidade histórica de São João Del Rei. Além disso, apesar da modéstia do Chefe e de sua aparente resistência a um culto de personalidade, todas as edições de *Anauê!* estavam ilustradas com diversas frases laudatórias. Os camisas-verdes não atribuíam a ele nenhum poder divino, contudo, havia uma ênfase na sua bondade, no seu esforço, na sua inteligência, na sua humildade, na sua vontade de ir aos lugares mais remotos do país para divulgar a doutrina, na sua capacidade de conquistar adeptos. Tudo isso o diferenciava dos outros humanos com isso o caráter político da AIB (disputas, projetos, rivalidades) era substituído por um perfil religioso marcado pela predestinação de seu guia.

Não foi por acaso que uma das principais idéias contidas em *A Quarta Humanidade* era a de se “fundar” uma nova sociedade, elaborada a partir de uma cultura política espiritualista e orgânica, respaldada por um Estado forte e cristão. Propunha que a concepção do Estado e da sociedade estaria ligada à concepção do próprio universo, assim a idéia de uma “Ordem suprema” deveria suprimir todas às vontades individuais em prol de um “bem” maior, à unidade do Brasil. Para tanto, seria necessária a criação de uma “sociedade integral” homogeneizada e, conseqüentemente, a supressão de todas as diferenças de classe, raça ou cor. Ainda segundo Salgado, aquele período era o começo de uma “Grande Era Humana”, que de alguma forma ligava-se a um período “crepuscular de formação dos primeiros núcleos sociais antecipadores das primeiras nacionalidades”. (SALGADO, 1934)

Por fim resta-nos sugerir que a proposta do autor era despertar em seus leitores a vontade de interferir através da ação política, na organização de um Estado brasileiro cuja tônica era a centralização do poder e o controle do setor produtivo através do sistema corporativo. A partir de uma doutrina com forte inspiração tanto na Encíclica de Leão XIII a *Rerum Novarum* (1891), quanto nas manifestações intelectuais, organizativas e ritualísticas do fascismo italiano. Entretanto para o líder da AIB esta identificação com a espiritualidade católica marcava a diferença em relação a quaisquer modelos racionalistas de construção do Estado. Pois, distinguia-se do integralismo francês de Charles Maurras, do integralismo lusitano, do racismo alemão, e ainda, do fascismo italiano, ao qual somente assemelhava-se no concernente à nova atitude do estado, em face da luta social. Tratava-se, portanto, de um movimento original, genuinamente brasileiro, com uma filosofia própria e “um nítido pensamento destacado na confusão do mundo contemporâneo”. (SALGADO, 1955: 83)

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Totalitarismo e Revolução**: o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CARNEIRO, Márcia. **Do Sigma ao Sigma** – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas. Tese de Doutorado (História), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado**: formas de regressividade no capitalismo hiper-tardio. 2 ed. Belo Horizonte: Una, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. in: _____; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo: Paz e Terra, 1985. p. 17-149.

_____. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel et al (org). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad. 2005.

LACAPRA, Dominick. Repensar la Historia Intelectual y Leer Textos. In: PALTÍ, Elias José. **Giro Linguístico e Historia Intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p.237-293.

LE GOFF, Jacques. **O Deus da Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1987.

PADILHA, Leonardo Ayres. Origens do Integralismo em Debate: pensando a biografia de Plínio Salgado nos anos 20. In: SILVA, Giselda Brito (org). **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: Edufrpe, 2007, p.27-43.

SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista Anauê! In: Revista Brasileira de História Rev. Bras. Hist. vol.25 no.50 São Paulo July/Dec. 2005. Disponível on line: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882005000200004&script=sci_arttext. Acesso em 02 de outubro de 2010

TRINDADE, Héglio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1979.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

VASCONCELLOS, Gilberto. **Ideologia Curupira: análise do discurso integralista.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

Fontes

Carta Encíclica Rerum Novarum. (1891). Disponível em:
http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso em 15 maio. 2010.

REALE, Miguel. **Formação da Política Burguesa.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

SALGADO, Plínio. **A doutrina do sigma.** São Paulo: Revista dos tribunais, 1935.

_____ **A Quarta Humanidade.** Rio, Ed. José Olympio, 1934.

_____. **A Quarta Humanidade.** 5 ed. São Paulo: GRD, 1995.

_____ **Manifesto Integralista de 7 de Outubro de 1932.** In: *A Doutrina Integralista.* Porto Alegre, AIB, Província do Rio Grande do Sul, s.d.

_____. **Manifesto de Outubro de 1932.** São Paulo: Voz do Oeste, 1982.

A Periferia Contemporânea e o Jogo de Interesses das Classes Dominantes

Márjori Corrêa Mendes*

Resumo: A sociedade brasileira, desde os primórdios de sua colonização, está inserida num jogo de poder que envolve dominação, submissão e preconceitos. No cotidiano contemporâneo a situação continua a mesma, embora as formas de ação da classe dominante estejam mascaradas por valores aparentemente nobres e politicamente corretos. Este trabalho tem como objetivo promover uma reflexão sobre a situação da periferia brasileira nesse contexto de dominação dos bens culturais, financeiros e ideológicos, bem como uma análise dos prós e contras da promoção das periferias urbanas através da mídia e das organizações não-governamentais. : O trabalho vai se desenvolver a partir do conto “Solar dos Príncipes”, de Marcelino Freire, e utilizará como fontes teóricas obras como *Pode o subalterno falar?*, de Gayatri Spivak, *A Globalização e as Ciências Sociais*, de Boaventura de Souza Santos.

Palavras chave: periferia brasileira; globalização contra-hegemônica; imaginário coletivo

Abstrat: The Brazilian society, since the primordium of its colonization, is inserted in a game of power that involves domination, submission and prejudices. In the present days, the circumstances are still the same, although the forms of action of the dominant classes are disguised by false values of nobility and rightness. Thus, this paper aims to promote a reflection on the condition of Brazilian *periferia* immersed in this context of domination of cultural, financial and ideological property. Also, an analysis of the pros and cons of the endorsement of *periferias* throughout the media and nongovernmental organizations is made. In order to accomplish that, it is used the tale “Solar dos Príncipes”, written by Marcelino Freire amongst other theoretical sources, such as, *Can the subaltern speak?*, by Gayatri Spivak and *A Globalização e as Ciências Sociais*, by Boaventura de Souza Santos.

Keywords: Brazilian *periferia*; globalization and society; collective imagery

A Periferia Contemporânea e o Jogo de Interesses das Classes Dominantes

* Graduada em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com ênfase em Literatura Brasileira e Língua Inglesa. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. E-mail : spicepulga@hotmail.com

09 a 13 de maio de 2011

“Favela, semifavela e superfavela... a isso chegou a evolução das cidades”. É com essa citação de Patrick Geddes que Mike Davis abre o seu livro *Planeta Favela*. Denominada favela, comunidade, periferia, gueto, quebrada,..., o espaço favela ocupa hoje uma posição notável no cenário urbano brasileiro. Mas que lugar é esse? O que a menção do termo favela acarreta no imaginário da sociedade contemporânea? De onde surgiu esse interesse cada vez maior em tentar decifrar as peculiaridades desse espaço? As favelas são iguais em qualquer parte do mundo? São problema ou solução? Qual o papel que o fenômeno da globalização vai desempenhar nesse espaço? Muitas outras questões poderiam ser aqui propostas, uma vez que o espaço favela está cercado por uma série de idéias componentes de um imaginário coletivo que, desde um primeiro vislumbre, remete às idéias do senso comum relacionadas a termos como “perigo”, “transgressão”, “marginalidade”, “falta de oportunidade”, “vadiagem”, dentre muitos outros. Embora o surgimento deste espaço no Brasil já tenha completado um século, é complicado pensá-la na contemporaneidade. Talvez porque o tema levante uma quantidade muito maior de questionamentos que de respostas em si, ou talvez em decorrência da barreira criada por conceitos e visões que já estão, mesmo que inconscientemente, arraigados na sua maneira de pensar, o que acaba cegando o senso crítico. De uma maneira ou de outra, é fato que na sociedade atual a favela tornou-se um objeto de atenção por parte das pesquisas acadêmicas, da mídia, das organizações não-governamentais, no cenário musical, literário, cênico e de quem mais estiver interessado.

O objetivo deste trabalho vai se concentrar justamente em discutir como está ocorrendo esse processo de transformação da periferia brasileira em objeto de estudo e produtor de cultura e se existem perspectivas de deslocamento de seus habitantes da marginalidade – social, cultural e ideológica – para uma condição de possibilidade de acesso²¹³ que hoje estão exclusivas de uma minoria.

Para orientar essa discussão, será utilizado o conto “Solar dos Príncipes”, de autoria de Marcelino Freire. A partir dele, será proposta a problematização de questões importantes sobre a constituição da favela brasileira, tais como o negro como sendo o principal constituinte da população periférica e de sua condição também periférica na sociedade como um todo; o estereótipo criado para o favelado e o processo de produção e alimentação do

²¹³ Quando falo da possibilidade de acesso, me refiro à oportunidade de acesso à cultura, educação, moradia, reconhecimento, alimentação e uma série de outros benefícios que hoje são renegados à população de baixa renda. Essa negação deve ser vista como parte do processo discriminatório pelo qual as pessoas estão passando na atualidade, como deixa claro Érica Nascimento, em seu livro *Vozes Marginais na Literatura*: “Vaz vai além ao dizer que já é discriminatório morar na periferia e não ter acesso aos equipamentos culturais para práticas de lazer tidas como cultas”(2009: 238)

09 a 13 de maio de 2011

preconceito. Também vai ser analisado o imaginário que se cria da favela como sendo um local onde se toca “samba” e se “ouve bala”²¹⁴, reforçando uma idéia que existe no âmbito internacional a respeito do país como um todo, sendo reafirmada pela própria sociedade, numa comparação feita a partir da relação classe média/periferia. Finalmente, será feita uma reflexão sobre a exposição da favela através da mídia, que é uma condição controversa a ser pensada: afinal de contas, até que ponto essa abordagem é válida? Até que ponto ela contribui para uma mudança no imaginário coletivo da sociedade como um todo? Será que ela muda ou reforça a visão que os dito não-favelados tem desse espaço?

Apesar de muitos outros aspectos poderem ser levantados através dessa leitura, no presente texto serão tratados principalmente os acima destacados.

Pensando um pouco em termos de construção do espaço urbano que hoje é denominado favela, Lícia do Prado Valladares vai fazendo uma análise dos processos de formação da favela carioca, em seu livro intitulado *A Invenção da Favela*. Segundo a autora, a fundação deste espaço está estritamente relacionada com os cortiços, muito comuns no século XIX. Esses locais estavam ligados à pobreza, sendo “local de moradia tanto para trabalhadores, quanto para vagabundos e malandros, todos pertencentes à chamada ‘classe perigosa’” (2005:24). Ainda segundo Valladares, estes locais eram vistos “como um verdadeiro ‘inferno social’” (2005:24). Com a demolição desses espaços – que se localizavam no centro da cidade – seus moradores precisavam encontrar um novo local de moradia. E esse processo foi aumentado quando se juntaram aos ex-habitantes dos cortiços os ex-combatentes da Guerra de Canudos: foi quando estes passaram a ocupar o Morro da Providência, que tornou-se conhecido como Morro da Favella. Citando M. Abreu, Lícia Valladares esclarece-nos a origem do termo favela como caracterização geral de certo espaço:

Segundo Abreu (1994:35) – em pesquisa realizada no Jornal Correio da Manhã entre 1901 e 1930 -, foi apenas durante a segunda década do século XX que a palavra favela se tornou um substantivo genérico não mais referido, exclusivamente, ao Morro da Favella. Surge, assim, uma categoria nova para designar um hábitat pobre, de ocupação ilegal e irregular, sem respeito às normas e geralmente sobe encostas (2005, p.26)

Ainda sobre o tema, a autora salienta “o fenômeno da existência das favelas como claramente anterior ao aparecimento da categoria favela” (2005:26). Assim sendo, pode-se pensar no espaço favela como possuidor de uma imagem marginal – e aqui me refiro a

²¹⁴ Termos extraídos do conto “Solar dos Príncipes”, de autoria de Marcelino Freire.

09 a 13 de maio de 2011

marginal tanto no sentido de transgressão do termo, quanto no sentido de estar à margem do centro social – desde os seus primórdios. A sua constituição populacional, a arquitetura de suas construções, a falta de higiene descrita pelos “estudiosos” desse ambiente desde o momento de surgimento das favelas contribuíram para que se cristalizasse, até hoje, o pensamento de que este é um lugar à parte da sociedade, um espaço de segregação, que não pertence à cidade dos mais ricos e que deveria, da maneira mais rápida e eficaz possível, ser eliminada de seus domínios.

Este é um pensamento que perdura até hoje. É impossível pensar numa gênese para o preconceito e a construção de barreiras sociais, mas analisando a seguinte fala de Mattos Pimenta, num discurso no Rotary Club em 1926, pode-se desenvolver algumas suposições interessantes a respeito disso:

Desprovidas de qualquer espécie de policiamento, construídas livremente de latas e frangalhos em terrenos gratuitos do Patrimônio Nacional, libertadas de todos os impostos, alheias a toda ação fiscal, são excelente estímulo à indolência, atraente chamariz de vagabundos, reducto de capoeiras, valhacoito de larâpios que levam a insegurança e a intranqüilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e dos furtos (Pimenta apud Valladares, 2005:42)

Apesar de ter sido proferido em 1926, percebe-se claramente que o discurso de Pimenta é o discurso de uma boa parcela da população brasileira na atualidade.

Nesse viés, passemos ao conto de Freire. Fazendo uma breve introdução sobre, é importante ressaltar que ele foi retirado de seu livro intitulado *Contos Negreiros*, publicado em 2005 pela editora Record, e que trabalha uma série de textos que visam abordar temáticas polêmicas para o cotidiano contemporâneo, num sistema no qual cada capítulo é chamado de canto e compõe, de forma geral, uma unidade quando se pensa na obra como um todo.

Dito isso, vamos a uma primeira análise do texto em si. O discurso carregado de preconceito de Pimenta é reforçado através do pensamento do porteiro do prédio: “Filmando? Ladrão é assim quando quer seqüestrar. Acompanha o dia-a-dia, costumes, a que horas a vítima sai pra trabalhar. O prédio tem gente de banco, médico, advogado” (2005:23). A construção do estereótipo favela/morador de favela, desenhada desde antes de Matos Pimenta, se mostra ainda hoje presente no imaginário coletivo, reforçando a idéia de barreira social, claramente mostrada na relação que o porteiro faz entre ser negro e morador de favela (e conseqüentemente ladrão...) com o fato de morarem naquele prédio médicos, bancários e advogados. Chega-se, dessa maneira, a duas problematizações propostas na introdução deste trabalho: o negro na constituição populacional da favela e o problema do estereótipo.

09 a 13 de maio de 2011

Primeiramente, me deterei na questão do estereótipo. Como definição do termo, usarei a que Homi K. Bhabha faz em seu livro *O Local da Cultura*. Em seu texto, Bhabha analisa a “fixidez” como sendo uma importante estratégia do discurso colonial, e define o estereótipo como uma de suas bases:

Do mesmo modo, o estereótipo, que é a sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre ‘no lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido...como se a duplicidade essencial do asiático ou a bestial liberdade sexual do africano, que não precisam de prova, não pudessem na verdade ser provadas jamais no discurso. (1998:105).

Dessa maneira, pode-se pensar no estereótipo como uma rotulação do indivíduo, que passa a concentrar características generalizantes de determinado grupo. Isso promove uma limitação do conhecimento que se poderia ter da individualidade desse indivíduo, uma vez que o primeiro contato com o sujeito estereotipado acontece já com um pensamento que abriga preconceitos e bloqueiam a abertura a novas opiniões. Logo, estereótipo vai pressupor pré-julgamento do outro, impedindo, assim, que haja uma desconstrução dessa opinião formada por um senso comum já estabelecido.

Nessa linha, quando se pensa no estereótipo criado – e alimentado durante décadas – para o favelado brasileiro, nota-se que ele está na base do preconceito da sociedade: o fato de a pessoa morar na favela passa a ser sinônimo de predisposição ao crime, prostituição e vadiagem. Passa a representar falta de cultura, escolaridade e capacidade. Passa o sentimento de insegurança. Voltando ao texto de Érica Nascimento, temos um exemplo claro e real desse tipo de situação, quando a autora relata experiências pessoais do escritor Ferréz, maior expoente da Literatura Marginal, nesse conflito sujeito/estereótipo/preconceito: “Ferréz relata ter perdido oportunidades de emprego por causa da má fama de violência do local (a favela onde morava – grifo meu) e por estar frequentemente vestindo calças largas, bonés e camisetas.” (2009:203). Assim sendo, percebe-se que o indivíduo passa a carregar as marcas generalizantes do grupo social do qual faz parte e escolha de estilo que assume. E a partir dessa generalização, que consolida o preconceito, poderá começar um processo de exclusão.

Exclusão porque preconceito pressupõe uma imagem ruim a respeito de algo. E assim como se queria expulsar da sociedade os mais pobres em 1926, ainda se quer fazê-lo hoje. A privação do direito de cesso a condições, senão igualitárias ao menos melhores, de sobrevivência, educação e inserção num patamar de maiores oportunidades, faz com que ocorra o processo de exclusão. E o que aqui eu chamo de exclusão vai de encontro ao que José Maria Gómez diz: para ele, os excluídos são “grupos e categorias sociais, zonas, países e

09 a 13 de maio de 2011

até continentes que, rapidamente, tornam-se irrelevantes porque não conseguem integrar-se à dinâmica da economia mundial.” (Gómez apud Walty, 2005:17). Pensando sob essa perspectiva, o sujeito sofrerá exclusão não somente baseado no preconceito, mas também na sua impossibilidade de integração nas relações globalizadas, que regem o planeta na atualidade. Mais adiante essa questão será discutida com mais calma.

Retornando ao conto de Freire, é notória a abordagem que o autor faz do preconceito e estereotipação do indivíduo. E é notório também que o porteiro seja o agente ativo dessas ações. Isso acaba sendo importante por algumas razões: (i) Ele ocupa uma posição considerada subalterna na sociedade em que vivemos, logo já sofre preconceitos somente por isso. (ii) O porteiro é negro e nordestino, sendo novamente vítima de preconceito, por conta de sua qualidade de migrante e cor de pele. Mas o fato é que, assim que vê os cinco indivíduos parados em frente ao prédio, associa-os a idéia de perigo e quando descobre de onde eles vêm e escuta a seqüência “metra” em meio ao que eles dizem, faz uma ligação com armas/violência/situação perigosa. Esse tipo de comportamento é exatamente o que Dugueto Shabazz classifica como *guetofobia*²¹⁵. E esse tipo de comportamento é muito mais comum do que se pode imaginar, chegando a ser muitas vezes algo inconsciente, que a pessoa faz sem o perceber: e essa imagem do favelado vai se enraizando cada vez mais nas idéias do senso comum, contribuindo para o aumento da segregação já existente na sociedade e reforçando a idéia das fronteiras.

Um exemplo marcante de como esse conceito de favela e favelado estão relacionados às idéias de perigo, instabilidade e cautela, está presente no filme “5x favela – agora por nós mesmos”, uma compilação de cinco episódios que ilustram situações vividas na periferia e por moradores de periferia. Um desses episódios, intitulado “Deixa Voar”, conta a história de Flávio, morador de favela, que se vê em um dilema: é obrigado a ir buscar a pipa do amigo que deixara cair na favela vizinha – um lugar desconhecido e temido pelo garoto. O jogo cênico realizado no momento em que o garoto entra nessa outra favela é impressionante e faz com que o espectador sinta todo o receio do menino, pressinta perigo e enxerga o preconceito que existia na cabeça do menino com relação a este outro espaço. Quer dizer, apesar de também ser morador de periferia e sofrer preconceito por conta disso, o menino não deixou de ser preconceituoso com relação ao favelado vizinho, reafirmando o imaginário

²¹⁵Esse conceito pode ser entendido a partir do seguinte trecho do rap “Epidemia”, de autoria de Shabazz:
“ A pressão sobe, o coração acelera. / Alergia a pobre, pavor de favela. / Pesadelos, pânico, inquietação, insônia. / Guetofobia: estes são os teus sintomas.” (NASCIMENTO, 2009:15)

09 a 13 de maio de 2011

coletivo de a favela ser um lugar de suspeitas. O que vai dialogar diretamente com o comportamento do porteiro no conto de Marcelino Freire.

Passemos agora a refletir a questão do negro na composição populacional da favela, seu papel na literatura marginal e a abordagem que o autor faz do mesmo em seu conto. Para fazer tal análise, utilizei principalmente dados contidos no livro *Culturas e Diásporas Africanas*, resultado da reunião de artigos apresentados no *II Colóquio de Culturas e Diásporas Africanas*, que aconteceu em 2008 na Universidade Federal de Juiz de Fora. Começo então citando uma parte do artigo escrito por Júlio César Tavares:

A saga dos africanos trasladados pela empresa mercantil colonial em direção à América do Sul percorreu caminhos tortuosos. Desde a travessia à descaracterização e homogeneização cultural, foram submetidas formas de pensar e sentir o mundo totalmente estranhas às suas tradições, o que resultou no despedaçamento de toda a existência e humanidade daquelas almas e corpos. Foi como se o precioso vaso da árvore da vida desabasse de uma grande altura e ao solo se espatifasse. Cacos de alma e corpo esparramam-se durante e após o holocausto da travessia atlântica. O ato de sobreviver, mais do que nunca, impõe-se como o maior desafio. (2009:11)

É de conhecimento geral que os colonizadores europeus, uma vez no Brasil, tentaram de todas as formas suplantar a cultura do índio e do negro, impondo suas crenças, seus valores, formas de conduta e noções de certo/ errado. Essa marca do processo de colonização brasileiro acabou gerando uma visão do negro como sendo um elemento inferior nos processos sociais, econômicos, culturais... Sobre essa relação de conquista nos processos colonizadores latino-americanos, Silvano Santiago, em seu artigo “O entre lugar no discurso latino americano”, nos diz: “A América transforma-se em cópia, simulacro que se quer mais e mais semelhante ao original, quando sua originalidade não se encontra na cópia do modelo original, mas na sua origem, apagada completamente pelos conquistadores.”. Com isso, Santiago quer dizer que os conquistadores buscavam implementar nas colônias latino-americanas uma unicidade, que iria desde uma dominação através da linguagem à imposição de um deus único e salvador. Para eles, a idéia de algo uno estava extremamente relacionada com a idéia de algo verdadeiro.

Pensando por essa linha, fica bastante claro que o parâmetro do que é certo e bom estava baseado no que era europeu. Talvez na contemporaneidade o continente tenha perdido um pouco dessa força influenciadora, mas seu lugar teria sido ocupado pelos Estados Unidos. E muito embora se pense que no mundo globalizado no qual vivemos hoje não exista espaço para tal tipo de pensamento, isso é um engano. Fazendo um recorte estatístico, baseado no artigo de Marcelo Paixão, que compara o espaço do negro e do branco em certos patamares

09 a 13 de maio de 2011

econômico-sociais na sociedade brasileira do ano 2000, tem-se que: a participação do negro na renda disponível do país era de 27,62% (contra 70,37% para a população branca); eles representavam 59,4% da população abaixo da linha de pobreza e 64% da população abaixo da linha de indigência. Citando Sansone, Paixão ainda deixa outro importante fator em evidência:

Se é verdade que no padrão local de contatos inter-raciais existem zonas de franco convívio entre os diferentes, no que diz respeito aos mecanismos de mobilidade social- acesso à educação de qualidade, mercado de trabalho em posições mais bem posicionadas e prestigiadas-, tais espaços passam a ser quase inexistentes (SANSONE apud PAIXÃO, 2009:73).

Esses dados só comprovam estatisticamente o que pode ser visto de maneira prática no cotidiano brasileiro: o negro ainda sofre com o legado deixado pela escravidão, apesar de existirem discursos que tentam dizer e provar o contrário. E esse é um fato notadamente marcado no texto de Freire. A primeira frase de seu conto é: “Quatro negros e uma negra pararam na frente deste prédio”(2005:23). A partir dela, ele deixa claro qual foi o primeiro pensamento do porteiro, que também é negro, com relação ao grupo: “A primeira mensagem do porteiro foi: “Meu Deus!”. A segunda: “O que vocês querem?” ou “Qual o apartamento?” ou “Por que ainda não consertaram o elevador de serviço?””(2005:23). Como é perceptível, desde um primeiro momento o autor coloca em questão os ser negro na sociedade atual. Será que se o grupo fosse composto por pessoas de pele branca a reação dele seria a mesma? O fato de o porteiro negro mostrar-se desconfiado do grupo por eles serem negros não corrobora a idéia de um imaginário realmente coletivo, que abarca tanto a parcela dominante quanto a dominada sob uma mesma visão preconceituosa?

É interessante, antes de prosseguir, fazer um comentário a respeito da estrutura do conto de Marcelino Freire. O pensamento do personagem porteiro, as intervenções do narrador e as falas dos personagens negros estão de tal maneira interligadas que não obedecem a uma ordem canônica na mesma de estruturação do texto escrito. É como se ele fluísse na mesma seqüência na qual os pensamentos fluem, de maneira rápida, desordenada, e de repente a voz do discurso muda de posição.

Uma coisa que deve ser bem observada no conto em questão, e conseqüentemente nos textos literários que passam a ser produzidos na contemporaneidade, é que o negro se afirma como tal, da mesma forma que o morador do morro se assume como morador do morro e o indivíduo assumem que tem sua própria cultura. E acredita e ressalta essa cultura. Esse é um fato muito importante e inovador se pensarmos em termos de Literatura Brasileira.

09 a 13 de maio de 2011

Fazendo um rápido panorama, deve-se pensar no negro submisso da poesia de Gregório de Mattos, seu processo de embraquecimento no período romântico. Na década de 1930, destaca-se seu processo de animalização e erotização, bem como sua rotulação de representante da identidade nacional, estando ligado à tradições e valores mais populares²¹⁶. Isso pode ser notado explicitamente no seguinte trecho da obra de Monteiro Lobato:

Tia Nastácia não sei se vem. Está com vergonha, coitada, por ser preta. – Que não seja boba e venha- disse Narizinho- eu dou uma explicação ao respeitável público... – respeitável público, tenho a honra de apresentar [...] a princesa Nastácia. Não reparem ser preta. É preta só por fora, e não de nascença. Foi uma fada que um dia a pretejou, condenando-a a ficar assim até que encontre um certo anel na barriga de um certo peixe. Então o encanto quebrar-se-á e ela virará uma linda princesa loura (LOBATO apud PEREIRA, 2010:30).

Como é perceptível, a reflexão proposta por Marcelino Freire no conto analisado é extremamente importante no que diz respeito à possibilidade de discussão e de transformação do imaginário coletivo existente em nossa sociedade.

Passemos agora a outro ponto que merece destaque quando pensamos na periferia brasileira na contemporaneidade: a atenção que ela tem recebido. É importante pensar em como tem sido abordada a temática periferia através dos diversos veículos de pensamento, em como essa abordagem tem contribuído para a realização de mudanças significativas no imaginário que cerca este local.

Baseado no capítulo “Linha de Horizonte”, inserido no livro *A Globalização e as Ciências Sociais*, de Boaventura Santos, pode-se chegar a certo ponto de discussão para o tema. O autor vai tratar dos efeitos da globalização nas estruturas sociais da sociedade contemporânea. Comumente pensa-se que numa sociedade globalizada as diferenças sociais seriam menores, uma vez que o termo passa a falsa impressão de inserção. Citando um trecho escrito por Santos, temos que:

Frequentemente, o discurso sobre globalização é a história dos vencedores contada pelos próprios. Na verdade, a vitória é aparentemente tão absoluta que os derrotados acabam por desaparecer totalmente de cena. Por isso, é errado pensar que as novas e mais intensas interações transnacionais produzidas pelos processos de globalização eliminaram as hierarquias no sistema mundial (SANTOS, 2002:56).

Partindo dessa fala de Boaventura Santos, pode-se pensar a relação globalização/periferia sob três perspectivas principais. A primeira delas está relacionada ao

²¹⁶ : Parágrafo baseado no artigo de Sônia Maria Coelho Pereira, intitulado “Negro: imagem e semelhança de quem?”, publicado na edição nº34 da revista *Conhecimento Prático- Literatura*.

09 a 13 de maio de 2011

grupo que consegue perceber esse processo de aumento das diferenças sociais no contexto de globalização e buscam se inserir nesse sistema, projetando os moradores da periferia urbana para as grandes corporações, a fim de promover uma mobilidade sócio- econômica desses indivíduos. O segundo grupo estaria interessado em se beneficiar com a publicidade advinda da atenção que a periferia tem recebido nos últimos anos. Assim como o primeiro grupo, eles não estariam interessados em promover o deslocamento do imaginário do senso comum para a quebra do estereótipo já formado, mas sim em mascarar atos que supostamente seriam vistos como politicamente corretos sem buscar uma modificação efetiva no pensamento coletivo. Esses processos estariam dentro do que Boaventura Santos vai chamar de globalização hegemônica.

Já o terceiro grupo estaria posicionado em favor de um movimento de resistência, influenciado pelas idéias dos comunistas dos anos 70 e 80. Buscam uma forma de estar fora do sistema de uma maneira bem marcada. Coincidência ou não, esse é o tipo de abordagem que menos circula na mídia na atualidade. Esse grupo, em oposição aos supracitados, tenta promover uma mudança real na forma de pensamento do coletivo como um todo, negando as formas cristalizadas de hierarquias presentes na sociedade. É o que o autor vai classificar como globalização contra-hegemônica.

Marcelino Freire também aborda esse assunto em seu texto. E essa crítica à abordagem que tem sido feita da periferia está fortemente presente em seu conto. A todo momento fica claro a questão do surgimento de documentários, filmes e livros que ao abordarem a temática periferia só acabam por reforçar a visão preconceituosa que a sociedade como um todo tem desse lugar. E esse ponto de vista fica claro na seguinte passagem: “A gente não só ouve samba. Não só ouve bala. Esse porteiro nem parece preto, deixando a gente preso do lado de fora.” (2005:25). O fato de estar “preso do lado de fora”, onde supostamente deveria existir um espaço livre, diz muito sobre esta maneira de pensar a periferia que vem sendo construída na atualidade. É como se fosse algo bonito de ser estudado e aclamado, mas que não é pra ser levado pra dentro da vida do indivíduo. E se esse processo de inserção não ocorre na vida pessoal de cada um, fica difícil pensar em um possível deslocamento do imaginário coletivo a fim de quebrar o estereótipo e o preconceito criados através de décadas de dominação.

Dessa forma, fazendo uma aproximação entre as questões discutidas neste trabalho e a produção literária que ocorre hoje nas periferias brasileiras, pode-se pensar num processo de resistência ao que se convencionou chamar de sistema, visando alterar o sentido de

pensamento da sociedade, mais especificamente de quem é morador desse espaço considerado marginal no Brasil atual.

Assim, pode-se concluir que existe um imaginário coletivo que guia o senso comum na sociedade. Este é responsável pela formação de determinados estereótipos que, por sua vez, guiam o preconceito nas suas formas mais cruéis e parciais. A literatura de resistência, lutando contra esse processo característico do que é reconhecido como sistema, busca romper com esta situação, assumindo seu estigma e tentando causar a subversão de seus leitores, engajando-os na luta pelo deslocamento do imaginário e, como consequência, a mudança do processo de estereotipação que existe na sociedade, através do desenvolvimento de seu senso crítico.

Bibliografia

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Culturas e Diásporas Africanas. Organização: Cláudia Regina Lahni... [ET AL]. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. – São Paulo: Boitempo, 2006.

FREIRE, Marcelino. “Solar dos Príncipes”. In: *Contos Negreiros*. 1ª edição – 2005. Rio de Janeiro – Editora Record.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. -11. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JAGUARIBE, Beatriz. *O choque do real: estética, mídia e cultura*. –Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

LAPLANTINE, François; TINDADE, Liana Sálvia. *O que é imaginário*. – São Paulo: Brasiliense, 2003. – (Coleção Primeiros Passos).

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. *Vozes Marginais na Literatura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. (Tramas Urbanas; 12).

SADER, Emir [org]. *7 Pecados do Capital*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SALLES, Écio. *Poesia Revoltada*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007. (Tramas Urbanas; 3).

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”
09 a 13 de maio de 2011

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Globalização e as Ciências Sociais*. 3ª edição. São Paulo-Cortez, 2005.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A Invenção da Favela: Do Mito de Origem a Favela.com*. Editora: FGV; 2008.

WACQUANT, Loïc. *As duas faces do gueto*. – São Paulo: Boitempo, 2008.

WALTY, Ivete. *Corpus Rasurado: exclusão e resistência na narrativa urbana*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas: Autêntica, 2005.

YÚDICE, George. *A Conveniência da Cultura – Usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Outras fontes

Revista *Conhecimento Prático- Literatura*; edição número 34.

Genocídio em 2228: a propaganda eugenista brasileira.

Pedro Victor Monteiro de Carvalho*

Resumo: Este artigo analisa a influência da Eugenia na história brasileira das primeiras décadas do século XX. A partir da leitura da obra *O Presidente Negro*, de José Bento Monteiro Lobato, objetivamos entender a propaganda eugenista no Brasil, destacando suas singularidades, bem como sua forma de atuação em meio às elites políticas e intelectuais. Considerando os significados raciais – que perpassam desde o mundo do trabalho até a própria noção de nacionalidade brasileira – a ciência oitocentista – evolucionista, determinista, positivista – e o ideal de modernização, defendemos que os referenciais teóricos da Eugenia possuíram vasto campo de atuação no Brasil, influenciando gestores públicos, intelectuais e até mesmo a opinião pública.

Palavras-Chave: História do Brasil; Eugenia; Francis Galton; Monteiro Lobato.

Abstract: In this paper, the influence of Eugenics in the first decades of twenty century of Brazilian history is analyzed. From the book, *O Presidente Negro*, wrote by José Bento Monteiro Lobato, we have the aim to understand the eugenics advertisement in Brazil, pointing its singularities, as well as its way to act among the intellectual and political elites. Having in mind the racial meaning – wich pass through since the world of work to the notion of Brazilian nation – the nineteenth century science – evolutionist, determinist, positivist – and the goal of modernization, we defend that the background of Eugenics theory had a wide field of actuation in Brazil, so that such background had influence over public administrators, intellectual and even the public opinion.

Keywords: History of Brazil; Eugenics; Francis Galton; Monteiro Lobato.

Introdução: “Suplantando Estoques Humanos Ineficientes”: a Eugenia de Francis Galton.

* Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

09 a 13 de maio de 2011

“*To replace Natural Selection by other processes that are more merciful and not less effective*” (GALTON, 1908: s/p). Eis o objetivo de Sir Francis Galton (1822 – 1911) ao propor a Eugenia na segunda metade do século XIX, com o status de disciplina científica, destinada a promover melhoramentos genéticos. Baseado em uma série de pesquisas teóricas e laboratoriais sobre hereditariedade, o pesquisador inglês formulou sua teoria de como otimizar a evolução, utilizando-se métodos substitutivos aquele descrito como natural por seu primo Charles Darwin.

O ponto de partida para Galton é que os indivíduos são biologicamente diferentes entre si, ao ponto de concebermos diferentes raças entre os humanos. “*I do not join in the belief that African is our equal in brain or in heart*”, dizia ele ao britânico *The Times* em 26 de dezembro 1857 (GALTON, 1857: s/p). Além de diferentes, as raças possuem para o pesquisador certa hierarquia, estão em pontos distintos da evolução e transmitem a seus descendentes suas qualidades inatas. Nesse sentido, o pesquisador afirma em *Memories of my Life* de 1908, que é natural que os professores alemães tenham conseguido alto grau de desenvolvimento devido ao costume de casarem suas filhas e irmãs entre seus pares. A transmissão dos genes inclinados para a sabedoria, segundo ele, teria propiciado “*the enormous intellectual digestion of German literary men*”. Segundo essa lógica, Sir Galton prometia que a Inglaterra poderia melhorar sua Câmara dos Lordes, se seus membros casassem suas filhas de forma salutar. No fragmento transcrito a seguir, ele propõe aumentar as habilidades financeiras do Senado através de casamentos com milionários que possuem os genes propícios aos negócios: “*As many members of our House of Lords marry the daughters of millionaires, it is quite conceivable that our Senate may in time become characterized by a more than common share of shrewd business capacity, possibly also by a lower standard of commercial probity, than at present*” (GALTON, 1908: s/p).

Após debruçar-se por quase vinte anos no estudo da hereditariedade dos talentos, Galton na década de 1880 proporia uma segunda investigação: demonstrar que assim como o talento, a doença também é hereditária. Em 1883 utilizou pela primeira vez o termo Eugenia naquela que ficaria sendo sua obra de referência no assunto: *Inquiries into Human Faculty and its Development*, na qual afirmou que os métodos propostos eram “igualmente aplicáveis aos homens, aos brutos e as plantas” (GALTON, 1883 apud: DIWAN, 2007: 41). Sendo assim, a lógica de arranjos matrimoniais descrita anteriormente passaria, na tese anunciada, de um recurso acelerador da evolução da espécie, para o risco de a mesma degenerar-se pela liberdade conjugal. Em uma época em que o crime, a marginalidade, a preguiça e o

09 a 13 de maio de 2011

alcoolismo eram considerados doenças mentais, a teoria de que tais enfermidades são resultantes de heranças genéticas intensificará o *ethos* persecutório às ditas *classes perigosas*, com o amparo da alcunha científica.

Pelo exposto, cremos ser possível sintetizar o pensamento de Galton a partir do seguinte trecho onde o autor revela suas principais intenções:

My general object has been to take note of the varied hereditary faculties of different men, and of the great differences in different families and races., to learn how far history may have shown the practicability of supplanting inefficient human stock by better strains, and to consider whether it reasonable, thus exerting ourselves to further the ends of evolution more rapidly and with less distress than if events were left to their own course (GALTON, 1883: 1).

Galton é tributário da ciência oitocentista, a qual, de modo geral, apresenta-se como mentora dos avanços promovidos pela industrialização. As cidades passaram nessa época a serem os *outdoors* da afirmação burguesa dessa ciência positiva e determinista, que se colocava cada vez mais prepotente. Com ela, o progresso decorrente da industrialização poderia continuar seguro – “um progresso linear e determinado” (SCHWARCZ, 2005). Assim como a ciência tinha proporcionado os avanços técnicos necessários ao crescimento industrial, ela também racionalizaria os problemas urbanos decorrentes do progresso, sejam: o inchaço citadino, a falta de saneamento, a marginalidade fruto do desemprego, as doenças que se espalhavam com rapidez devido às aglomerações, etc.

Nos marcos da transição do pensamento miasmático para o microbiológico, o movimento higienista ganhou força para sanar tais questões urbanas. Trousseau afirma que, ao contrário da clínica de até então, na qual usava-se “para uma moléstia cem medicamentos”, aquele movimento “para cem moléstias um só remédio empregava”: a higiene (TROUSSEAU, s/d. Apud: MENEZES, 1911). Tratava-se de sanear e higienizar as cidades, a partir de obras públicas empreendidas por engenheiros, arquitetos e, principalmente, médicos. Obras estas que visavam *prevenir, remediando*.

Ainda sobre a ciência do século XIX, é possível identificarmos certa conciliação entre as Ciências Naturais e as Humanas. Na verdade, trabalhos como o de Darwin estabeleceram “as bases para a afirmação de uma espécie de paradigma de época, com a imposição da noção de evolução” (SCHWARCZ, 2005: 116) e também contribuíram para uma certa “biologização da sociedade” (DIWAN, 2007: 30). Em outras palavras, as leis anunciadas pelas Ciências Naturais seriam apropriadas pelos diversos outros campos do saber como leis universais e aplicáveis em todos os setores da sociedade. Não somente, as frases de fácil entendimento divulgadas pelos contemporâneos de Darwin baseadas em sua obra – “luta

09 a 13 de maio de 2011

pela sobrevivência”, “lei da selva: só os mais fortes sobrevivem!” – funcionariam como jargões comuns, contribuindo ainda mais para a generalização das idéias evolucionistas.

Frequentemente, a academia e a crítica apontam a *eugenes* como matéria ultrapassada, baseada em falsas premissas e fruto da confusão mental dos homens do passado. Não somente, há aqueles que a consideram uma ideologia disfarçada de ciência, criada pelos aristocratas para discriminar e segregar, sem nenhum fundamento experimentável com imparcialidade. Ainda, trazendo a discussão para o senso comum, encontramos um imaginário recheado pelas atrocidades nazistas provocadas durante a Segunda Grande Guerra. Imaginário este que condena prontamente qualquer simpatizante dessa idéia.

É comum também o espanto quando descobrimos que algum célebre antepassado, destacado por grandes obras, tenha se envolvido com grupos eugênicos. É o que acontece geralmente em torno do escritor José Bento Monteiro Lobato (1882 – 1948). Independente da validade e pertinência das colocações supracitadas, nossa intenção – como é de se esperar de uma pesquisa em História – é tão somente analisar qual inserção a Eugenia possuiu no Brasil, sem questionar a veracidade da teoria em si, pois o que importa é que os sujeitos históricos estudados acreditavam nela enquanto ciência legítima. Se por um lado temos em mente que as idéias da “boa linhagem” possuíam certa aceitabilidade enquanto estudo científico e, conseqüentemente, para nossa propositura, não devem ser questionadas, por outro precisamos nos esclarecer de que a Eugenia não se resume ao que os nazistas dela fizeram liderados por Adolf Hitler, nas décadas de 1930 e 1940. Cada país utilizou de forma particular as teorias de Francis Galton, mesclando-a a outros preceitos difundidos pela ciência da época.

A Alemanha foi sim o primeiro Estado a institucionalizar em 1933 a Eugenia em um único projeto que abrangesse todo seu território nacional. Entretanto, ela é antecedida em quase trinta anos pelos norte americanos, que aprovaram, já em 1907, leis de esterilização para os considerados degenerados. Ao contrário, porém, dos alemães, os Estados Unidos da América não tiveram um programa nacional devido ao seu sistema federativo, que permite cada Estado criar programas independentes. Inaugurado por Indiana, outras trinta e quatro unidades federativas americanas aprovaram leis de eliminação dos *estoques ruins* desde aquele ano até 1931. Os EUA foram também o país em que tais projetos duraram mais tempo. Somente na década de 70 do século passado seriam abolidas todas as leis eugênicas. Estima-se que cerca de cinquenta mil pessoas foram esterilizadas (ver MAGNOLI, 2009 e DIWAN, 2007).

09 a 13 de maio de 2011

A Suécia e a Suíça também conduziram programas eugenistas semelhantes, sendo que aquela, proporcionalmente, esterilizou mais que os EUA. Mesmo nos países que não extremaram suas ações a esse ponto que temos mencionado acima, podemos notar diversas influências referenciadas ao pensamento eugênico, como, por exemplo, os testes físicos antropométricos da teoria lombrosiana, adotados em praticamente todos os países europeus e diversos outros na América, além dos testes de *QI*, utilizados como critério para processos de imigração (Idem).

O Brasil não conduziu nenhum programa oficial caracterizado como eugênico, o que não significa que as idéias de Galton não fizeram-se presentes entre certa intelectualidade brasileira e entre os gestores públicos. Nosso trabalho tem sido mostrar que é possível encontrar referências eugênicas no movimento higienista de início do século XX – que, perpassando o ideal de modernização do país/nação, conecta-se às questões trabalhistas postas pós Lei Áurea (ver CHALHOLB, 1996). Os limites do presente texto, todavia, encerram-se na análise da propaganda elaborada pelo escritor Monteiro Lobato em torno da Eugenia, enquanto um projeto político destinado a resolver o atraso brasileiro em relação aos países ditos civilizados.

Genocídio em 2228 no olho do *porviroscópio*.

José Bento Monteiro Lobato era um conceituado escritor quando em 1926 escreveu *O Presidente Negro* ou *O Choque das Raças*. A essa altura, o descendente de cafeicultores paulistas já havia falido sua fazenda, mudado para cidade, se consagrado com seu *Urupês*, culpado o *Jeca Tatu* pelas mazelas do Brasil, se desculpado com o Jeca, prosperado no mundo editorial e falido no mesmo. Monteiro também já havia se engajado nas causas higienistas, escrevendo um conjunto de crônicas para *O Estado de São Paulo* em 1918, na forma de uma campanha pró saneamento, nas quais elogiava o *Instituto Manguinhos* de Oswaldo Cruz (HABIB, 2003: 37).

Suas crônicas sobre *O Saneamento do Brasil*, inspiradas na obra de mesmo título escrita por Belisário da Pena, criticava a apatia financeira do Brasil, dizendo que de nada adiantava possuir uma rica fauna e flora se não tivermos riqueza monetária. Nelas, o autor escrevia direcionado para os *Jecas* espalhados pelo território. Com um caráter claramente pedagógico, narrava com detalhes os ciclos das doenças, os caminhos percorridos pelas bactérias e a forma como os sertanejos eram assolados pelas doenças. Por conseguinte,

09 a 13 de maio de 2011

retirava a culpa do fracasso nacional imputada ao *Jeca Tatu* em *Urupês*, reconhecendo que a causa da preguiça dos trabalhadores brasileiros era a *Opilação*, doença causada pelo verme *Ankilostomus Doudenalis*, que infectava a população principalmente pelos pés e que ficou conhecida popularmente nos anos seguintes como *doença de Jeca Tatu*. O problema agora para Lobato não era propriamente o *defeito de uma raça*, mas o hábito deseducado de andar descalço. “Como calçar o país?” indagava-se o escritor, criticando as autoridades políticas por não fornecer a educação higiênica necessária (HABIB, 2003: 39 e 40).

Duas considerações nos parecem adequadas a esse respeito. A primeira é que apesar de Monteiro escrever direcionado para os caboclos, obviamente, ele era lido na verdade pelos intelectuais, burgueses, políticos e outras classes dominantes de São Paulo. A pedagogia e a crítica, nesse sentido, tinham como destino os compradores de jornais, nos quais os caboclos em sua maioria não se enquadravam. Suas crônicas, portanto, possuem um caráter *panfletário*, como nos alerta Habib (2003: 42), com um projeto político bem elaborado. A segunda consideração diz respeito a certa ironia que detectamos em relação também ao personagem *Jeca*. Em *Urupês*, de 1914, Lobato havia denunciado as mazelas nacionais culpando os sertanejos, mas, subjacente a denúncia, estava o desabafo pelas dificuldades de administrar dois mil alqueires de terras em plena crise decorrente da Primeira Guerra Mundial. Ou seja, as *mazelas nacionais*, eram sua própria desgraça financeira e a falência da fazenda (HABIB, 2003: 21). Porém, aquele a quem ele atribuiu seus prejuízos, figurou como uma de suas tentativas de obter lucro quando em 1924 o *Jeca Tatuzinho* se tornou garoto propaganda do *Biotônico Fontoura*, bebida que prometia curar a opilação e melhorar os ânimos do flagelado (DIWAN, 2007: 102). 1925, todavia, marcou a falência de sua empresa *Cia Gráfico-Editora Monteiro Lobato*, ano em que o cronista se mudou para o Rio de Janeiro.

Podemos perceber, portanto, que a figura de Monteiro Lobato é muito controvertida, sendo difícil acompanhar uma linha evolutiva em seu pensamento. Apesar de ter transformado o *Jeca* de culpado para vítima ainda na década de 1910, nos anos seguintes voltaria a considerar a raça como modelo de explicação para o desenvolvimento social, como é o caso da obra que dá título a este trabalho. Não podemos perder de vista também, que, além dessas obras notórias de Eugenia e Higienismo, seus trabalhos em escritos infanto-juvenil possuem subjacentes um projeto político onde modelos raciais figuram como pano de fundo. Não somente, já em 1936, em carta remetida ao seu amigo Renato Kehl, Lobato afirmava que “país que nasce torto não se endireita nem a pau”. Na sequência, o escritor propunha uma receita para “concertar o Brasil (...) Um terremoto de 15 dias, para afogar a terra; e uma chuva

09 a 13 de maio de 2011

de... adubo humano de outros 15 dias, para adubá-la” (LOBATO, 1936 apud DIWAN, 2007: 137).

O Presidente Negro é um hino pela Eugenia e, apesar de ser anterior cronologicamente ao trecho supracitado, é a tal receita que os amigos procuravam em 1936. Transformado em livro *a posteriori*, o romance foi a público em forma de folhetim durante vinte e um dias nas edições do jornal *A Manhã* (HABIB, 2003: 84). Vangloriada por uns e criticada por outros (assim como foi toda sua carreira), a obra ficaria nos anos seguintes guardada na gaveta, sem as constantes reedições que marcaram os seus demais trabalhos.

Na primeira página, do terceiro ao quinto parágrafo, o autor já diz a que veio. Em um diálogo aparentemente desprezioso os personagens reclamam da demora na fila de recebimento de cheques: “esta demora no pagamento do mais simples cheque, donde provém? Da necessidade de controle em vista dos artifícios da desonestidade (...) como seria as coisas cá na terra se um sábio eugenismo desse combate à desonestidade por meio da completa eliminação dos desonestos. Que paraíso!” (LOBATO, 2008: 23). Veremos mais a frente que a Eugenia na obra combateria também em outras frentes.

O enredo principal da trama inicia-se quando o personagem *Ayrton Lobo*, humilde trabalhador de uma sapataria, tem contato com o misterioso professor *Benson*, famoso na cidade pelos seus acertos em investimentos nas seções de câmbio e pelos seus estudos laboratoriais. Este professor havia criado uma engenhoca chamada *porviroscópio*, que permitia ao observador enxergar o futuro. O porvir observado por ele e narrado a *Ayrton*, é o do sublime destino daqueles que tomarem consciência da profícua Eugenia, de Francis Galton, e, ao contrário, o da desgraçada miséria para os que insistissem na *libertinagem conjugal*. No primeiro caso, “o cego ficou para trás. Cegueira, mudez, surdez, estupidez, tudo isso não passava de reminiscências de um tempo de que os homens sorriam com piedade.” (LOBATO, 2008: 119)

Próximo ao ano de 2228, teria acontecido nos Estados Unidos da América o “surto das idéias eugenísticas de Francis Galton”, quando as elites pensantes convenceram-se que era mais importante qualidade na reprodução, do que quantidade. Criou-se, baseados nessa idéia, o *Ministério da Seleção Artificial*, o qual decretou duas leis: a *Lei Espartana* – para dar cabo dos mal-formados fisicamente – e a *Lei Owen* – que cuidaria dos desgraçados mentais. A lista dos males extirpados da sociedade foi enumerada por Lobato, dentro da qual ele inclui a desonestidade, reclamada na primeira página de seu livro. Não somente, os itens citados revelam a leitura cuidadosa das obras do pai da Eugenia e também a leitura de Cesare

09 a 13 de maio de 2011

Lombroso, revelada a partir da idéia do *delinquente nato* (LOMBROSO, 2007): “Desapareceram os peludos – os surdos-mudos, os aleijados, os loucos, os morféticos, os histéricos, os criminosos natos, os fanáticos, os gramáticos, os místicos, os retóricos, os vigaristas, os corruptores de donzela, as prostitutas, a legião inteira de malformados no físico e no moral, causadores de todas as perturbações da sociedade humana” (LOBATO, 2008: 97).

O tom da narrativa parece girar sempre em torno da naturalidade desses conceitos. Quanto Ayrton se assusta diante da lei que matava as crianças deficientes físicas à moda espartana, tem como resposta: “Se o senhor Ayrton visse, como eu vi, o resultado dessa e de outras leis semelhantes, só se admiraria da estupidez do homem em retardar por tanto tempo a adoção de normas tão fecundas” (LOBATO, 2008: 97). Nesse ponto, se por um lado a proximidade entre Galton e Lobato em termo de conteúdo se torna clara, por outro, podemos notar que também a forma de suas propagandas é similar. O cientista inglês, assim como Monteiro, recorre sempre à explicação daquilo que é natural – uma espécie de *ação tradicional* weberiana. Recortamos o trecho abaixo que ilustra essa estratégia de persuasão.

So far as beauty is concerned... it is not so very long ago in England that it was thought quite natural that the strongest lance at the tournament should win the fairest or the noblest lady. The lady was the prize to be tilted for. She rarely objected to the arrangement, because her vanity was gratified by the glacial of the proceeding. Now history is justly charged with a tendency to repeat itself. We may therefore reasonable look forward to the possibility, I do not say the probability, of some such practice of competition. What an extraordinary effect might be produced on our race if its object was to unite in marriage those who possessed the finest and most Suitable natures, mental, moral, and physical! (GALTON, 1908: s/p).

A raça branca americana conscientizou-se através do surto das idéias galtianas, passando a primar por qualidade. A negra, por sua vez, continuou se avolumando em quantidade. Com o tempo, o número de cidadãos negros americanos em idade eleitoral equiparou-se ao número de brancos e ao número de brancas, cada um representando a terça parte. Foi, na ficção, a *ruptura da balança* ou a *inflação do pigmento*, usando as duas expressões do autor. As eleições presidenciais que até então eram dominadas pelos brancos, passaria a ter a concorrência negra. Nas eleições anteriores a 2228, o grupo dos negros havia sido assediado pelo movimento feminista, que, sem sucesso, estimava fazer a primeira presidenta da história americana vencendo os homens brancos com o apoio dos negros. Porém, naquele ano, quando o assédio se repetia, o líder dos negros se lançou candidato, vencendo as eleições para presidência.

O ponto que nos é mais revelador está justamente aí, na *inflação do pigmento* decorrente da falta de consciência. Ora! A idéia subjacente é que mesmo que a classe

09 a 13 de maio de 2011

pensante – grupo do qual o autor faz parte – em seu abnegado sacerdócio de promover o progresso de todos, sensibilizar parte da população dos benefícios de uma doutrina ou outra, ainda sim haverá um grupo que não atenderá ao chamado por bem: as *classes perigosas*. Além de não concorrer para o progresso, freará este, sob o risco mesmo de degradar toda a espécie. A este respeito Galton afirmou claramente que os *inaptos* deveriam ser impedidos de virem ao mundo, já que “*though doomed in large numbers to perish prematurely (...) Eugenics on bringing no more individuals into the world than can be properly cared for, and those only of the best stock*” (GALTON, 1908: s/p).

Mais uma vez destacamos o caráter panfletário das obras lobatianas. Ao mesmo tempo em que critica a apatia brasileira (principalmente nesse momento a de seus governantes), fornece a receita de como solucionar o problema, através de uma pedagogia simples e ameaçadora. No contexto conturbado da década de 1920, quando a crise da República Oligárquica se evidencia e fica clara a impossibilidade da mesma em promover uma sociedade nova (LAHUERTA, 1997: 93), o projeto de Monteiro Lobato não é dos mais aceitos. As escolhas que guiaram os rumos da história brasileira tendiam mais para a elaboração de um discurso que valorizasse a miscigenação, fazendo dela um motivo de orgulho. Entretanto, chamamos a atenção para a semelhança nas preocupações de todos os grupos que se fizeram presentes em tal contexto. Seja valorizando ou criticando, os intelectuais de 1920-30, de forma geral, procuravam entender a nação e os motivos do atraso, propondo medidas para a modernização.

A este respeito, é comum termos uma visão mais idílica de um ou de outro grupo da década de 1920. Porém, como ressalta Lahuerta, todos os movimentos daquela época possuíam em si um caráter ambíguo, que lidará ao mesmo tempo com os padrões burgueses e aqueles herdados do patriarcado rural. E mesmo aqueles que buscaram reduzir as distâncias entre o erudito e o popular, o fizeram de longe.

É por isso que entre os intelectuais inspirados no modernismo, ainda que haja uma pretensão de rever o racismo e de criticar a retórica do academicismo, permanece um culto à erudição e um sentimento de ser parte da elite tal qual eram cultivados nos salões aristocráticos (...) Nesse sentido, o movimento modernista – considerado pela crítica um marco, uma ruptura – é exemplar de como uma intelectualidade viajada, apoiada por uma aristocracia ilustrada, vai ao encontro do povo como se este fosse um objeto exótico, quase uma massa à qual é preciso dar forma, flertando a distância (...) (LAHUERTA, 1997: 97).

Apesar de, contudo, o projeto de modernização do escritor não ser o mais aceito, não significava que o pensamento eugênico não se fazia presente na sociedade brasileira. Ele teria adeptos ainda por longos anos e muitos que o criticavam eram orientados frequentemente por

09 a 13 de maio de 2011

referências típicas da Eugenia. O higienismo e a polícia, por exemplo, de forma geral, permaneceu empregando métodos de antropometria lombrosiana.

Retornando ao romance, resta-nos narrar resumidamente a *solução final* encontrada pela *raça mestra da humanidade* ao impasse gerado pela possibilidade de se submeterem à *raça inferior*. Os negros foram exterminados silenciosamente através de um produto para alisar o cabelo. Um novo produto que alisava o cabelo em definitivo foi lançado no mercado, ao passo que todos os negros compraram-no apressadamente. Ele, ao mesmo tempo em que tornava os cabelos lisos, esterilizava o usuário. Os negros não trariam ao mundo mais nenhum descendente. Transcreveremos a seguir parte do diálogo final entre o presidente negro eleito e o candidato branco derrotado. Tratar-se da síntese do pensamento de Lobato e da Eugenia em geral, com referências ao darwinismo social.

- Tua raça foi vítima do chamarás de traição do branco e do que chamareis as razões do branco (...) Não há traição quando a senha é vencer (...) Não há moral entre raças, como não há moral entre os povos. Há vitória ou derrota. Tua raça morreu, Jim (...) Com a frieza implacável do Sangue que nada vê acima de si, o branco pôs um ponto final no negro da América (LOBATO, 2008: 190).

Destacamos, por último, que o projeto de Lobato combatia, ao exaltar o extermínio de toda a raça negra, a miscigenação. Tida, por alguns, como positiva e, por outros, como o caminho para o branqueamento, *O Presidente Negro* a condenava de forma veemente. Talvez, tenha sido a própria noção da impossibilidade de se suplantar o mestiço em um país supermiscigenado, que tenha imposto os limites da ação da Eugenia no Brasil.

Bibliografia

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

GALTON, Francis. *Inquiries into Human Faculty and its Development*. Londres: Macmillan, 1883.

_____. *Memories of my life*. Londres: Methuen, 1908. Capítulo XXI: Race Improvement.

_____. *Negroes and the Slave Trade*. Londres: The Times Journal, 26 de dezembro de 1857.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. *“Eis o Mundo Encantado que Monteiro Lobato Criou”*: Raça, Eugenia e Nação. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas em 2003.

LAHUERTA, Milton. *Os Intelectuais e os Anos 20: moderno, modernista, modernização*. In LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (organizadoras). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. São Paulo: Editora Globo, 2008.

LOMBROSO, Cesare. *O Homem Delinquente*. Tradução Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007.

MENEZES, Eduardo. *Cidade Salubre – código sanitário Fundamentado e justificado feito para a cidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Typographia Brazil, 1911.

MAGNOLI, Demétrio. *Uma Gota de Sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

SCHWARCZ, Lilian M. A. *“Era dos Museus de Etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX*. In FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves e VIDAL, Diana Gonçalves (org). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Historiografia em Análise

Richard Morse e Gilberto Freyre: visões e concepções comparadas sobre uma pré-história das Américas.

Mariane Ambrósio Costa *

Resumo: O presente artigo demonstra, a partir de uma perspectiva comparada, as concepções elaboradas por Richard Morse e Gilberto Freyre acerca dos antecedentes europeus que foram cruciais para o desenvolvimento da cultura brasileira, entendendo que ambos consideraram a colonização da Ibero - América algo positivo, fruto de uma opção cultural feita por Portugal e Espanha. Busca também analisar como ambos definiram a chamada “Pré-História das Américas”, ou seja, os costumes, hábitos, influências religiosas, mestiçagem racial e cultural que estavam presentes na Península antes do descobrimento e como estes elementos foram, de forma consciente ou não, absorvidos pelas colônias americanas, principalmente no caso brasileiro.

Palavras Chave: História Comparada, Richard Morse, Gilberto Freyre.

Abstract: The follow article demonstrates, from a comparative perspective, the concepts developed by Richard Morse and Gilberto Freyre about the european's backgrounds which were crucial to the development of Brazilian culture, considering that both understand the colonization of Latin America like something positive, the result of a cultural choice made by Portugal and Spain. It aims even to analyze how both defined the called “Pré História das Américas”, in other words: the customs, habits, religious influences, cultural and racial miscegenation that existed on peninsula before the discovery and how these elements were, consciously or not absorbed by the American colonies, specially in the Brazilian case.

Keywords: Comparative History, Richard Morse, Gilberto Freyre.

Introdução

* Mestrado em andamento pelo Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: mariane.ambrosio@yahoo.com.br

09 a 13 de maio de 2011

Na década de 1940, Richard Morse, em visita a São Paulo, declarou que tinha a intenção de fazer de sua próxima obra (MORSE, 1958) um contraponto urbano de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre²¹⁷. Essa declaração nos diz muito nos dias de hoje. Até que ponto a obra Freyreana serviu de base para influenciar, ou mesmo deixar marcas, nos escritos de Morse? Partindo da idéia de que ambos dividiram não só o mesmo espaço temporal, mas também o mesmo espaço físico, e levando-se em conta a ampla divulgação da obra de Gilberto ao redor do mundo, desperta-nos aqui um grande interesse por esta rica e pouquíssimo explorada fonte de trabalho: uma comparação entre os dois autores. Eis este o objetivo deste artigo. Delinear as semelhanças e diferenças entre os dois ensaístas que brindaram o século XX com suas obras mais significativas.

A idéia da comparação entre os autores se baseia teoricamente em uma das ramificações da História das Idéias que mais ganhou força no último século: a História Comparada. O exercício da comparação na história das idéias foi sendo desenvolvido desde o período entre guerras, por historiadores que buscavam fugir da História Nacionalista que era amplamente desenvolvida pelas diversas escolas (BARROS, 2007: 280). Comparar se tornou um esforço de sistematização, uma forma de se abrir a pesquisa ao diálogo. Rompendo com a clássica idéia de que o Historiador precisa se especializar em determinado tempo/espaço, a história comparada permite que coloquemos frente a frente dois momentos historiográficos. O historiador adepto de tal modalidade trabalha com um espaço e um tempo geminado, onde o mesmo é obrigado a atravessar as duas realidades culturais analisadas, jamais separando seu texto do contexto analisado, dando uma importância de igual valor tanto as semelhanças quanto às diferenças dos objetos estudados. Comparar é uma forma específica de propor e pensar as questões. É um método onde se ilumina um objeto a partir de outro, fazendo analogias, identificando semelhanças e diferenças, e analisando sempre se há alguma variação em alguma direção específica (BARROS, 2007:299). Aquele que compara tem que ter em mente seus limites, forçando o historiador que utiliza tal método a definir o que pode ou não ser comparado, em quais condições essa comparação pode se estabelecer, formular estratégias e modos de observação das diferenças e as variações do objeto estudado (BARROS, 2007: 305).

²¹⁷ Morse era um admirador explícito de dezenas de escritores brasileiros, como Mário e Oswald de Andrade, Sérgio Buarque de Hollanda, e do próprio Gilberto. Sobre Morse analisando Gilberto Freyre ver FLORES-BÓRQUEZ, Melissa. “Seven months' milk: A note on Gilberto Freyre” In: Intercapillary Space (<http://intercapillaryspace.blogspot.com/2007/09/seven-months-milk-note-on-gilberto.html>).

09 a 13 de maio de 2011

Amparando-se na proposta teórica demonstrada acima, neste artigo, o objeto estudado é a concepção de Freyre e Morse à chamada Pré-história das Américas. Onde o conceito interessa mais do que o nome, busca analisar as visões de ambos sobre o período vivido pela Ibéria antes do momento do encontro com o continente americano. Verificar como é trabalhado na obra de cada um, em uma concepção comparativa ou analítica, dependendo do caso, questões fundamentais, tais como: Como viviam Portugal e Espanha nos séculos imediatamente anteriores a chegada a América? Quais eram seus dilemas intelectuais? Quais eram as suas situações perante o resto da Europa? Como era a relação do Estado com a Igreja, e como isso influenciava a vida em sociedade? E o mais importante: como todos estes fatores foram trazidos para os que se estabeleceram na Ibero - América, como eles se difundiram aqui, e ainda, como eles foram incorporados e fundamentais para o desenvolvimento da sociedade e da mentalidade ibero-americana. É fundamental que tenhamos em mente que estamos lidando com autores que tem uma diferença significativa de origem. Morse é um autor estadunidense, pouco conhecido pela intelectualidade ibero americana, e que ganha notoriedade quando publica o *Espelho de Próspero* no início da década de 1980, momento em que seu país passava por uma crise de paradigmas que poderia se transformar em um momento chave para uma interpretação do mesmo. Principalmente, as suas origens. A intenção de Morse é escrever uma auto-análise para seus conterrâneos, mas a idéia é comprada justamente pela intelectualidade latina (nos Estados Unidos, o livro não possui publicação até hoje). Já Freyre, um autor do Sul, publica *Novo Mundo nos Trópicos* em 1971, em um momento delicado para o Brasil, mas brilhante para sua carreira. Ao analisar esses fatores, o objetivo geral é fazer uma análise teórica da visão de cada um acerca do período.

Até onde vão nossos conhecimentos, não foram encontrados registros que demonstrem se houve algum conhecimento da parte de Gilberto sobre a produção do historiador norte americano, mas a relação inversa ocorreu, como dito anteriormente. E toda esta admiração pela obra e pela pessoa de Freyre resultou em um ensaio escrito por Morse, publicado em 1995: *The Multiverse of Latin American Identity, c.1920- c. 1970* (MORSE, 1996). Neste livro, uma espécie de análise que Morse fez da questão de identidade em pensadores brasileiros e latino-americanos, desde o Modernismo dos anos 1920 até a década de 1970, ele defende a tese principal de que os modernistas desempenharam um papel fundamental ao modelar a sensibilidade dos anos 20, que tomou contornos mais definidos com os ensaístas e romancistas dos anos 30, destacando, em fins da década de 40 e início da de 50, os filósofos, particularmente aqueles ligados à fenomenologia e ao existencialismo, na reabilitação da

09 a 13 de maio de 2011

imagem intelectual do continente, ainda que fossem desconhecidos de significativa parte do público. Eles teriam antecipado os cientistas sociais por duas décadas na profissionalização de suas disciplinas com um vocabulário que explicitou alguns *insights* dos modernistas, bem como os dos romancistas e dos ensaístas, elevando-os a altos planos de generalização.

Dentro da temática da importância do ensaísmo da década de 1930 como um misto de questionamento acerca de fatos recentes, reflexões epistemológicas e especulações audaciosas, Morse dedica um pequeno artigo (MORSE, 1996: 70) onde ressalta a importância do pensamento de Gilberto Freyre, destacando que seu talento transpôs a fronteira entre as ciências sociais e a literatura, das quais ele resguardou categorias de ambos os modos de sensibilidade. O segredo da distinção de Freyre, segundo Morse, repousa além das brigas sobre a sua erudição, seus complexos políticos, suas opiniões sobre a civilização brasileira, sua incessante visão dos processos históricos, ou suas ambíguas definições de paternalismo, escravidão, raça, sexo e mulheres.

A verdadeira chave de interpretação deve repousar no lado otimista com o qual Freyre sempre observou tais características da sociedade brasileira. E ainda, este otimismo é a característica principal que une ambos os ensaístas na construção daquilo que chamamos aqui de Pré História Das Américas: coube a ambos demonstrarem em seus escritos que apesar de estarem em uma relação “diferente” do resto dos países europeus, as escolhas intelectuais de Espanha e Portugal foram de fundamental importância para o que veio a se transformar a Ibero – América. Morse buscou mostrar aspectos positivos de nossa tradição ibérica, através de um olhar estrangeiro, que “devorou nossa cultura no sentido sugerido pela antropofagia modernista e, como os executantes do ritual canibal, saiu dessa experiência modificado” (DOMINGUES, 2010: 78), assim como Freyre buscou em toda a sua obra ver soluções onde os demais pensadores viam problemas, com base nos antagonismos insuperáveis e insuperados que fundamentariam a sociedade brasileira (SOUZA, 2007: 161).

Antes de chegar a esta aproximação proposta por Morse, ambos publicaram ensaios que se tornariam imprescindíveis para delinear a perspectiva de cada um acerca dos eventos que antecederam a descoberta do continente americano. Em 1971, Gilberto publica, dentro do livro *Novo Mundo nos Trópicos*, um capítulo chamado *Antecedentes Europeus* (FREYRE, 1971: 33-56), onde busca demonstrar as raízes que fizeram do Brasil não apenas uma extensão da Europa, mas um território dotado de características próprias, um verdadeiro misto de Europa e África, de Cristianismo e Maometismo (FREYRE, 1971: 34). Após mergulhar de cabeça na cultura brasileira, devorando-a e deglutindo-a, e saindo

09 a 13 de maio de 2011

completamente modificado de tal experiência, aliado a um momento em que seu país de origem, os Estados Unidos, passava por uma intensa crise de paradigmas, Richard Morse publica, em 1988, *O Espelho de Próspero*, onde, para basear suas propostas de um novo olhar da cultura do norte para a cultura do sul, identificando-a como algo positivo, escreve sua primeira parte chamada *Pré História* (MORSE, 1988: 21-68), onde demonstra as origens de nossa tradição ibérica, mostrando que somos fruto de uma opção cultural feita por Portugal e Espanha. Isso nos leva a importância de se ressaltar a intencionalidade de ambos, ou antes disso, a forma escolhida por cada um para descrever esta influência. Mesmo partindo da herança ibérica deixada na América, eles têm finalidades diferentes. Morse se utiliza de uma erudição incrível e faz uma análise de cunho filosófico das correntes de pensamento que delinearão o pensamento ibérico, sempre comparando com as idéias inglesas, uma vez que sua intenção é fazer uma análise comparativa entre os dois modos de pensar ainda na Europa, e de que forma isso foi trazido para as colônias americanas. Enquanto Gilberto faz uma análise mais acerca dos fatores que delinearão a cultura e a sociedade portuguesa, as influências de judeus e africanos para tal confluência, utilizando da mesma erudição, claro, mas buscando demonstrar as origens do “jeito” brasileiro de ser. Ou seja, enquanto Morse usa das filosofias correntes para delinear o espírito ibérico, Gilberto utiliza-se de influências mais pontuais acerca do mesmo tema. São essas visões, complementares, que serão discutidas a seguir.

Gilberto Freyre e as origens do “equilíbrio dos antagonismos”

Gilberto inicia seu texto dizendo que ao Brasil deu-se o nome América Portuguesa, e isso faz com que por vezes o mesmo seja considerado como uma mera extensão da Europa em suas principais características. Português, hispânico, Ibérico e católico, um ramo latino ou variante do Cristianismo. Mas as raízes brasileiras não fazem dele mera extensão da Europa, isto porque nem Espanha nem Portugal, mesmo convencionalmente Estados Europeus, nunca foram ortodoxos em suas condições de vida e características principais, sendo assim, praticamente um misto de Europa e África, de Cristianismo e Maometismo.

A península ibérica sempre foi uma zona de transição entre os dois continentes, além de ter sido dominada pelos africanos durante oito séculos. Os árabes deixaram ali profundos traços culturais. Foi uma região intermediária entre dois climas, duas raças e duas culturas. E essa concepção antagônica da vida ibérica não se deu de forma sem conflito, mas

09 a 13 de maio de 2011

principalmente baseada na fusão, na interação, onde ficou claro que tais artifícios eram mais úteis do que a oposição. Isso fez com que os povos da península se tornassem mais psicologicamente ricos e culturalmente mais complexos, com maior capacidade de suportar as contradições.

A preparação inconsciente para a descoberta do continente americano durou os oito séculos de dominação, pois, se durante esse tempo houveram períodos de intolerância e luta, também ocorreram períodos de compreensão e cooperação. Durante a dominação de Castela houve uma tentativa de se rejeitar tal influência, numa espécie de seleção de grupo étnico, e a Inquisição foi um dos instrumentos utilizados para isso. Porém, nem a centralização, nem a Inquisição conseguiram reprimir o processo de acomodação cultural. Os territórios espanhóis haviam se tornado plurais demais para abrigar um comando único. Ou seja, o segredo do sucesso foi o equilíbrio entre os antagonismos.

Os árabes forneceram grandes coisas positivas à cultura ibérica, como a língua, por exemplo, o que fez da mesma um produto relativamente harmônico, em uma espécie de cooperação paradoxal entre talentos diversos. Nas palavras de Freyre:

A diversidade regional proveniente das condições peninsulares do solo, da situação geográfica e do clima deve igualmente ser tomada em consideração por quanto se interessam pelos antecedentes do Brasil. Antecedentes europeus que não foram puramente europeus, mas também africanos infiltrados na Europa hispânica; que não foram puramente cristãos mas também judaicos e maometanos; que não foram somente agrários (como poderia parecer pela importância dos senhores de terra nos primeiros dias de Portugal) mas marítimos e comerciais, pelo lado dos nórdicos e dos judeus. Antecedentes notáveis não apenas pela capacidade para o trabalho duro, contínuo e monótono de uns, e pela sua inclinação, para a vida sedentária de campo, como pelo espírito de aventura e de cavalaria romântica de outros. (FREYRE, 1971: 37)

Essas forças uniformes foram necessárias para que Portugal e Espanha se desenvolvessem enquanto potências colonizadoras, pois em cada uma delas não houveram forças ortodoxas nem governamentais, nem religiosas, não perdendo assim sua vitalidade regional e sua cultura. Apesar da força da Inquisição e da eminente expulsão, os judeus nunca deixaram Portugal. Muitos deles viviam ocultos na sociedade portuguesa. Por vezes o próprio rei ajudava a esconder os judeus das leis inspiradas na pureza religiosa. Foram eles, os judeus, os responsáveis por grande influência na vida cultural e social de Portugal, não só pela sua atividade comercial e seus contratos cosmopolitas que garantiam o crescimento de desenvolvimentos marítimos. Nas palavras do autor, “foi da mistura dos portugueses com os judeus que se explicou a capacidade do povo português de se aclimatar em todas as regiões do planeta, inclusive, no tropical.” (FREYRE, 1971: 45).

09 a 13 de maio de 2011

Muitos povos invadiram a península, fazendo com que seja difícil remontar um passado que não fosse heterogêneo. Além do que o povo português também já era miscigenado, pois conheciam os negros que penetraram como escravos domésticos no continente, além dos índios orientais, fazendo com que houvesse uma diversidade de tipos antropológicos e culturais.

Richard Morse e a escolha ibérica

A análise do texto de Morse começa com a constatação do mesmo de que a pré história européia tornou-se o pano de fundo da colonização do Novo Mundo, onde a Inglaterra vivia a primavera do poder mundial, e Portugal e Espanha, o outono. O que antes era uma parte da missão de se construir uma “história mundial” passou a se tornar uma obrigação, uma espécie de corrida para ver quem conquistaria o Novo Mundo primeiro. A civilização passou a ser um encargo, onde a preocupação geral era com a evolução, não com a história. No caso da Ibero e da Anglo América, é importante termos em mente que a questão fundamental para se compreender suas respectivas tradições surgiram de uma mesma matriz moral, intelectual e espiritual, e que, dentro desta matriz forjada foram feitas opções e escolhas que vieram a definir os padrões da civilização ocidental. Do ponto de vista da América, Morse vê isso como uma coisa obscura, pois de um lado o continente era dominado pelas tradições ibérica e britânica, enquanto outras culturas importantes como a italiana e a francesa eram deixadas de lado; e por outro lado, os povos americanos ficaram à margem da História, uma vez que tiveram a sensação de começar a partir de uma nova base, mas na verdade estavam vivendo a continuação do momento de suas metrópoles, ou seja, as colônias americanas foram o resultado da opção feita por suas colônias.

Ao analisar a opção adotada pela Ibéria, Morse nos mostra que a Espanha pouco se influenciou pela Reforma protestante ou pelo Renascimento em sua forma italiana, não foi afetada por nenhuma teoria do contrato social. Mas isso não é uma coisa ruim, pelo contrário, deu importantes contribuições a filosofia do Direito e a modernização da metafísica. Ou seja, mesmo furtando-se às “grandes revoluções” do pensamento corrente, a Ibéria foi sensível as tendências advindas de outras partes da Europa, mas soube absorvê-las internamente. O que torna evidente que as tradições européias que deram forma à Ibero América foram essencialmente Ibéricas. Neste momento, a vida intelectual espanhola era baseada no consenso com o restante da sociedade, em um momento de extrema tolerância, e isso se

09 a 13 de maio de 2011

refletia em certos pontos sobre a natureza do governo, tais como as fontes de legitimidade, o alcance do seu poder de sua missão civilizadora. Neste período de fervor intelectual, as universidades se tornaram fontes indispensáveis de letrados para integrar a administração que estava em franca expansão.

Logo concluímos que a Espanha estava absorvida em um programa nacional estabelecido com muito mais clareza do que qualquer outro povo europeu da época, e possuía instituições político-religiosas melhor legitimadas para construir uma colonização na América. O homem europeu deste período estava preocupado em construir: um novo Estado, um novo homem, e um novo mundo.

Conclusão

Utilizar-se das prerrogativas da História Comparada, uma vez tão utilizada no estudo de sociedades, sistemas de governo, no campo da História das Idéias e dos discursos intelectuais é uma proposta antiga, mas pouco utilizada se comparada a outras formas de historiografia. Uma de suas noções básicas se aplica na idéia de que, mais do que semelhanças e diferenças, também devemos nos dedicar a idéia de complementaridade, ou seja, em que aspectos cada discurso analisado pode ser útil na compreensão do outro, em que aspectos eles se complementam, e onde podemos encontrar os silêncios de um no outro. No caso deste estudo, as visões de Morse e de Freyre devem ser encaradas como complementares. Levando em conta o conhecimento da obra de Freyre por Morse, podemos considerar até mesmo certa intencionalidade por parte do historiador americano na idéia de tentar complementar o que foi dito pelo brasileiro. Obviamente isso é apenas uma especulação sem nenhuma forma de comprovação. Morse busca mostrar que o lado intelectual do homem espanhol foi fundamental para que se constituísse na Ibero - América uma tendência a uma visão compreensiva e unificadora, baseada na vontade geral e na tolerância, enquanto Gilberto nos mostra que foi a tolerância do povo português às invasões culturais que fez com que o povo português se tornasse adaptativo e trouxesse essa capacidade para a América. O que nos leva a crer, desta forma, que ambos buscam na Pré História das Américas a origem para a tentativa de resposta das perguntas mais inquietante que temos: “quem somos?”, “qual nossa verdadeira identidade?”. Nenhum dos dois respondeu a estas perguntas que acredito serem sem resposta, mas ambos nos mostram que se perguntar “de onde viemos” é tão ou mais importante do que elas. Ambos enfatizam, de forma velada ou não, o quanto foi positiva a

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

escolha feita pela Ibéria. Ambos nos mostram que a colonização da Ibero – América não foi um erro, e sim, o resultado de tal escolha.

Se existem diferenças em relação as suas proposições, também existem semelhanças, e são muitas. Destaco aqui a opção pela longa duração, fundamental para se percorrer toda a genealogia americana, e principalmente, o otimismo. A visão otimista foi o ponto que os uniu ao escrever esses textos, que são verdadeiros elogios a tolerância Ibérica. Se Morse se inspirou em Freyre neste aspecto de uma visão positiva da colonização ibérica não posso afirmar com certeza. Mas se o fez, seguiu a risca a proposta de seu “inspirador”.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D’Assunção de. História Comparada: atualidades e origens de um campo disciplinar. In: *História Revista* (UFG), v. 12. 2007. P. 280.

DOMINGUES, Beatriz H. Próspero devorando Caliban: Richard Morse e o modernismo brasileiro. In: *O Código Morse: ensaios sobre Richard Morse*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 78.

FLORES-BÓRQUEZ, Melissa. “Seven months’ milk: A note on Gilberto Freyre” In: IntercapillarySpace. Disponível em: <http://intercapillaryspace.blogspot.com/2007/09/seven-months-milk-note-on-gilberto.html>.

FREYRE, Gilberto. Antecedentes Europeus. In: *Novo Mundo Nos Trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. P. 33-56.

MORSE, Richard M. *From Community to Metropolis: A Biography of São Paulo, Brazil*. Gainesville: University of Florida Press, 1958.

_____, Richard M. *O espelho de Próspero: Cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.p. 21-68.

_____, Richard M. The Multiverse of Latin American Identity, c.1920- c. 1970. In: BETHEL, Leslie. *Ideas and Ideologies in Twentieth Century Latin America*. United Kingdom: Cambridge University Press. 1996.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Gilberto Freyre e as razões do Otimismo. In: *Identidade Nacional e Modernidade Brasileira*. Belo Horizonte: Autentica 2007. p. 161.

O Jovem Warburg e o Laocoonte de Lessing

Serzenando Alves*

Resumo: A tese de Warburg sobre Botticelli apresenta semelhanças com a obra de Lessing, o *Laocoonte*. De fato, Aby Warburg em sua juventude leu a obra de Lessing e ficou fascinado com a interpretação proposta por Lessing da pintura e da literatura na antiguidade clássica. Desta forma, manteve um diálogo com os problemas lançados por Lessing. Neste sentido, o objetivo deste estudo é, portanto, perceber o diálogo entre o jovem Warburg e o pensamento estético de Lessing visando uma melhor compreensão dos problemas ao redor de sua tese sobre Botticelli.

Palavras-chave: Lessing, Warburg, historiografia

Abstract: Warburg's thesis on Botticelli shows similarities with the work of Lessing, the Laocoön. Indeed, Aby Warburg in his youth read the work of Lessing and became fascinated with the interpretation proposed by Lessing of the painting and literature in classical antiquity. Thus, he maintained a dialogue with the problems introduced by Lessing. In this sense, the aim of this study is, therefore, see the dialogue between the young Warburg and Lessing's aesthetic thought seeking a better understanding of the problems around her thesis on Botticelli.

Keywords: Lessing, Warburg, historiography

A obra de Aby Warburg (1866 – 1929) é uma das mais importantes contribuições do pensamento alemão do século XIX para a historiografia da arte e da cultura. Warburg foi o fundador do instituto que leva o seu nome, deixou uma valiosa contribuição à historiografia do renascimento, e ainda foi o fundador do método iconográfico, sendo assim o pai de uma tradição de estudo da arte e da cultura que integra nomes como: Fritz Saxl, Ernst Cassirer, Erwin Panofsky, Edgar Wind e Ernst H. Gombrich. O primeiro trabalho de Warburg, sua tese sobre o *Nascimento de Vênus* e a *Primavera* de Sandro Botticelli publicada pela primeira vez em 1893, representou o primeiro esforço do pensador em construir uma narrativa histórica que visa perceber toda a psicologia social de uma época. Este trabalho, oriundo de suas investigações da juventude, é permeado pela influência de diversas correntes teóricas e de

* Graduando em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista de iniciação científica do projeto “A pintura segundo os gêneros: Jacob Burckhardt entre a arte e a civilização do renascimento na Itália” orientado pelo Prof. Dr. Cássio da Silva Fernandes e pela Prof. Dra. Maraliz de Castro Vieira Christo.

09 a 13 de maio de 2011

diferentes intelectuais do final do século XIX, proveniente, principalmente, do contato com importantes expoentes das mais diversas áreas do conhecimento e da sua formação erudita. Um dos pontos que chama atenção na tese de Warburg é sua semelhança com um dos clássicos do pensamento estético alemão, o *Laocoonte* de Lessing.

Antes de entrar na universidade de Bonn, Warburg leu a obra de Lessing de 1766, o *Laocoonte*. Não foi a cultura literária clássica que fascinou a imaginação do jovem Warburg, mas os problemas psicológicos de ética e de expressão trabalhados na obra. Desta forma, o *Laocoonte* de Lessing, a partir de sua análise da representação do sofrimento e da expressão de estados emocionais extremos, constituiu uma influência no pensamento de Warburg que, conforme já ressaltou Gombrich (GOMBRICH: 35), nunca será abandonada por completo.

O contexto histórico e a repercussão do pensamento de Lessing ao longo do século XVIII e XIX lançam luz sob esta influência. No *Laocoonte*, Lessing continuou o fascínio pela antiguidade clássica iniciada por Winckelmann. O pensamento de Lessing serviu de inspiração para jovens pensadores do movimento *Sturm und Drang*, como Goethe e Schiller, já que o próprio Lessing se aproximava do movimento à medida que lutava por um teatro nacional e exaltava os valores alemães. O projeto do *Sturm und Drang* saiu vitorioso, fato que conferiu grande credibilidade a estes pensadores no meio acadêmico alemão.

Desta forma, no final do século XIX a autoridade de Lessing estava firmemente estabelecida. Neste sentido, o diálogo com Lessing foi decisivo para a formação do jovem Warburg. Um trabalho apresentado por Warburg no ano de 1889, em seminário ministrado pelo seu professor de história da arte, Carl Justi, mostra a preocupação de Warburg com a lei do caráter estático da pintura presente no *Laocoonte* de Lessing e revela o diálogo que o jovem estudante mantinha com os problemas lançados por Lessing. O diálogo prosseguiu, já que na sua tese sobre o *Nascimento de Vênus* e a *Primavera* de Sandro Botticelli é possível perceber elementos semelhantes com a reflexão de Lessing.

Este estudo tem, portanto, o objetivo de mostrar este diálogo da tese de Warburg com o *Laocoonte* de Lessing, já que, movimento, relação entre artes plásticas e poesia, interesse pelo clássico, são questões trabalhadas pelos dois pensadores. Este diálogo permeado de pontos em comum e de conclusões divergentes revela, ainda, a diretriz que o método historiográfico fundado por Warburg manteve em relação às reflexões estéticas.

A vida e o pensamento estético de Lessing

09 a 13 de maio de 2011

Gotthold Ephraim Lessing nasceu no ano de 1729 em Kamenz, Saxônia, filho do ministro Johann Gottfried Lessing. Em Leipzig, no ano de 1746, iniciou seus estudos em teologia e medicina, abandonando-os em 1748. Lessing decidiu viver, a partir de então, como escritor, o que acarretou vários anos de instabilidade financeira. Entre 1760 e 1765 Lessing trabalhou como secretário do general Tauentzien em Breslau, adquirindo, dessa forma, um pouco de estabilidade. Em 1767 estabeleceu sua própria companhia junto com Johann J. C. Bode, não obstante, a companhia foi fechada poucos anos depois por complicações financeiras. Em 1770 Lessing conseguiu uma posição de bibliotecário em Wolfenbüttel, na qual permaneceu até sua morte em 1781.

Lessing foi um grande escritor alemão. Escreveu diversas obras nos campos da literatura, dramaturgia, estética e teologia. Em vida conheceu importantes pensadores contemporâneos e outros jovens estudantes que se tornaram mais tarde grandes nomes do pensamento alemão. Nas obras de Lessing é possível observar uma forte influência da cultura clássica. Esta presença se faz notável, sobretudo, pela influência de Winckelmann no pensamento alemão. Conforme mostra Bornheim, a partir de Winckelmann a Alemanha se desprende do exclusivismo intelectual do pensamento de Lutero para buscar na antiga Grécia as fontes para os seus novos alicerces culturais (WINCKELMANN, 1975: 10). Lessing foi ainda um grande amante da Alemanha e sonhava com a unificação nacional de seus inúmeros principados. Por exemplo, o teatro de Lessing foi, sobretudo, um esforço para retratar a vida da classe que ele acreditava ser o futuro da Alemanha, a saber, a burguesia (LESSING, 1964: 18). Outra característica marcante das obras de Lessing é o seu aspecto polemista, o que inclusive rendeu mais tarde elogios do filósofo Nietzsche, o qual descreveu Lessing como sendo o mais honrado dos homens teóricos (NIETZSCHE, 2008: 90). A partir deste direcionamento, Lessing valorizou a busca pelo conhecimento mais do que o conhecimento final, fechado em si mesmo. A citação a seguir fecha esta questão mostrando nas palavras do próprio Lessing o direcionamento que teve o seu pensamento:

Se Deus tivesse na mão direita toda a verdade e na esquerda o sempre ativo e precioso impulso em direção à verdade, mas com a condição de nunca encontrá-la, e me dissesse “escolhe”, eu tomaria humildemente sua mão esquerda e diria: “Pai, concede-me esta, a verdade pura é só para ti.”²¹⁸ (GOMBRICH, 1991: 45)

²¹⁸ “Si Dios tuviera em la mano derecha toda La verdad y em La izquierda el siempre activo y precioso impulso hacia La verdad, pero com La condición de no llegar a Ella, y me dijera “escoge”, yo tomaria humildemente su mano izquierda y diría: “Padre, concédeme esto; la verdad pura es solo para ti.””

A contribuição de Lessing ao pensamento estético está contida na obra em questão neste estudo: *Laocoonte: um ensaio sobre os limites da pintura e da poesia* publicada em 1766. Nesta obra, Lessing analisa a escultura do século primeiro anterior à nossa era conhecida como Grupo Laocoonte. Ao longo da obra entra em problemas intrínsecos à escultura em questão, mas também adentra, em outros momentos, em questões mais gerais, direcionando sua reflexão para além do Grupo Laocoonte.

Lessing inicia sua obra mostrando a validade da concepção de *nobre simplicidade e serena grandeza* de Winckelmann, porém já aponta, a partir de exemplos da literatura clássica, a incapacidade deste ideal ser a razão para a não representação do choro na escultura do grupo Laocoonte. Lessing volta a esta questão, propondo a solução somente no capítulo dezesseis de sua obra. Antes, porém, de propor a sua tese principal capítulos depois de ter levantado o problema, Lessing faz uma profunda reflexão sobre o belo, a poesia e a pintura. A reflexão de Lessing parte, sobretudo, da reflexão a partir da literatura grega. Lessing utiliza vários exemplos da descrição dos poetas clássicos de episódios que foram retratados nas artes plásticas, percebendo a relação entre as duas formas de representação. Com isso, o belo assume uma questão central na representação. Por exemplo, Lessing justifica a representação da escultura do grupo Laocoonte em estado de nudez, a partir da idéia de que mesmo que esta representação não seja realista, já que os sacerdotes estariam, na realidade, utilizando vestimentas, a representação do nu atinge com mais eficácia o ideal de beleza (LESSING, 1984: 37-39). A partir desta mesma lógica, a não-representação do sofrimento na pintura clássica é justificada por Lessing a partir do ideal de beleza e harmonia (IDEM: 24). Desta forma, a pintura clássica buscou a representação harmônica da natureza visando a beleza das formas. Lessing contrapõe este universo da pintura ao da poesia. A poesia clássica, segundo Lessing, comporta a manifestação do sofrimento. Isto ocorre, já que, na poesia a representação do não-belo e do sofrimento não causa repulsão como ocorre quando esta representação é feita na pintura. As características inerentes à poesia permitem que esta comporte a representação destas formas sem contrariar a harmonia e o ideal de beleza (IDEM: 126). A partir desta questão da representação do belo e não-belo nas artes nos diferentes âmbitos da pintura e da poesia, Lessing volta na questão levantada no capítulo primeiro de sua obra e elabora sua tese central. Para Lessing a pintura lida exclusivamente com corpos enquanto a poesia lida com ações (IDEM: 78). Como os corpos estão inseridos no espaço e num momento determinado, a pintura é essencialmente estática. Portanto, a tentativa de representar ações contradiz a lei inerente à pintura, rompendo, desta forma, com a harmonia

09 a 13 de maio de 2011

que esta arte deveria apresentar. Da mesma forma, as ações se relacionam intimamente com a sucessão de tempo, o que confere o caráter dinâmico da poesia. Representar corpos a partir da poesia requer uma descrição enfadonha que quebra a harmonia e beleza da poesia. As leis intrínsecas à poesia e à pintura são assim defendidas por Lessing, a partir destas em sua íntima relação com a representação do belo.

O objetivo de Lessing foi atingido com eficácia. Conforme mostrou Rosenfeld, Lessing conseguiu “combater a literatura idílica, mostrando que o domínio da literatura é a “ação”” (LESSING, 1964: 12). Lessing também conseguiu trabalhar com eficiência problemas de representação de toda uma época. Apreendeu a cultura clássica como um todo, não se atendo em sua obra a uma simples descrição e problemas históricos da escultura do grupo Laocoonte. Desta forma, chamou atenção à cultura clássica, ou seja, à nova referência espiritual de toda uma geração na Alemanha.

Não obstante, a obra de Lessing possui alguns limites. Primeiramente, a obra *Laocoonte* compreende a primeira parte de um projeto inacabado. Lessing pretendia escrever outros dois volumes (LESSING, 1984: XXV). Outra consideração é a confusão entre escultura e pintura. Lessing não diferenciou estas duas formas de representação. Em Lessing, pintura deve ser entendida como artes visuais em geral e poesia como arte progressiva no tempo. Outra fraqueza da obra, conforme mostrou Edward McCormick é basear os argumentos na razão ao invés da experiência direta (IDEM: XXVII).

É exatamente neste último ponto que Warburg rompeu diretamente com Lessing. Ao adotar um método de investigação baseado na experiência direta, Warburg avançou em relação ao pensamento estético de Lessing propondo a compreensão da arte e da cultura de uma época tomando por base um contexto específico e integrando a representação do movimento à pintura vista por ele nos artistas do *Quattrocento* Florentino, conforme será mostrado a seguir.

Os problemas do Laocoonte de Lessing no jovem Warburg

Aby Warburg nasceu no ano de 1866 na cidade de Hamburgo. Filho primogênito de Mortiz Warburg, banqueiro de grande expressão na Europa. A família Warburg, tradicionalmente judia, conferiu uma sólida educação religiosa à Aby Warburg desde sua infância. Contudo, já na adolescência, Warburg começou a se desprender das raízes de sua família: o mundo financeiro e a religião judaica. Interessou-se profundamente pela leitura e

09 a 13 de maio de 2011

pelo saber enciclopédico. Ao terminar os estudos secundários, decidiu estudar história da arte, escolha que contrariou veementemente os projetos de sua família para ele. A leitura do *Laocoonte* de Lessing acompanhada de seu professor Oscar Ohlendorf, reforçou este interesse do jovem Warburg pelo estudo da história da arte, sobretudo, pelo caminho apontado por Lessing para o estudo cultural e psicológico a partir da arte. Suas experiências e conflitos interiores contribuíram para que sua atenção fosse direcionada a essa problemática.

Com isso, o jovem Warburg adentra no universo intelectual alemão e aproxima desse interesse tão divulgado pela cultura clássica. O *Laocoonte* de Lessing a partir de sua imersão na cultura clássica contribuiu para esta inserção. Para citar um exemplo, a compreensão de Warburg do Renascimento Italiano enquanto momento de grande êxito cultural e de desprendimento dos medos primitivos aproxima-o da visão idílica da antiguidade de Lessing. Aqui, no entanto, cabe uma importante consideração. Ainda que no pensamento de Warburg possa ser percebida esta relação com um interesse despertado mais de cem anos antes de seu nascimento, Warburg viveu em uma época de contestação da concepção idílica da antiguidade defendida pelos primeiros classicistas, sobretudo, a partir de uma visão de mundo pessimista. Desta forma, a percepção do conflito entre o racional e o irracional no Renascimento, revela a sintonia de Warburg com o desenvolvimento contemporâneo nas diversas áreas do conhecimento. O diálogo com a visão Dionísia da antiguidade de Nietzsche é evidente, embora, como já ressaltou Gombrich, há o distanciamento de Nietzsche à medida que Warburg rejeitou a dicotomia entre artes plásticas e poesia (GOMBRICH: 10).

No ano de 1886 Warburg iniciou os seus estudos na universidade de Bonn. Com Henry Thode e Carl Justi assistiu aulas de história da arte; com Reinhard Kekule von Stradonitz, arqueologia; com Hermann Usener, mitologia clássica e; com Karl Lamprecht, filosofia da história. A partir do contato com esses grandes mestres Warburg desenvolveu sua primeira formação e direcionou os problemas que instigavam sua imaginação. Em sua formação foi construído o alicerce sobre o qual se fundamentou grande parte dos problemas que investigou durante sua vida de historiador da cultura e da arte. Nesta primeira formação, se Warburg teve um mestre, este foi Karl Lamprecht (IDEM: 47).

Karl Lamprecht influenciou Warburg através de sua concepção científica adaptada às humanidades, que se baseava no final, em uma psicologia social científica (IDEM: 41-2). O foco de Lamprecht foi a evolução histórica e os estágios inerentes à civilização. Suas concepções teóricas convergiram com as questões que interessavam ao jovem Warburg. Dessa forma, durante seus primeiros anos na universidade de Bonn, Warburg preocupou-se

09 a 13 de maio de 2011

com questões teóricas levantadas a partir da concepção científica que se desenvolvia com grande força naquele período.

A influência antagônica na formação de Warburg veio do seu professor Carl Justi. Justi era admirado por Warburg pelo seu vasto conhecimento sobre a história da arte, embora Warburg considerasse suas posições muito conservadoras. Sua orientação se baseava no individualismo metodológico. Estudou os círculos eruditos como forma de compreensão da história, na época já havia escrito sua monumental biografia de Winckelmann. Justi pertenceu à tradição historiográfica iniciada por Jacob Burckhardt e foi o responsável por lançar as bases metodológicas que Warburg adotou em suas investigações. Desta forma, contrabalanceou a influência do estritamente teórico no pensamento do jovem Warburg, impedindo com isso, que ele se tornasse outro Lamprecht (IDEM: 61). Mais ainda, é a partir da metodologia de Justi que Warburg investigou em sua tese o problema do movimento na pintura.

Em finais de outubro de 1888 Warburg abandonou o ambiente estritamente teórico da universidade de Bonn viajando para Florença. Em Florença trabalhou no grupo de estudos orientado por August Schmarsow. Este período foi fundamental, pois foi quando conheceu de perto a arte italiana e formulou idéias que foram base para a escolha do tema de sua tese de doutoramento. Nesta sua estadia em Florença, teve o seu interesse pelo gesto e movimento e pela expressão corporal violenta estimulado por Schmarsow, consolidando esses elementos como cruciais em seu sistema de pensamento (IDEM: 53). A arte do Renascimento Florentino instigou sua imaginação e mostrou a incompatibilidade no âmbito prático da teoria estética de Lessing. Nas pinturas de Filippino Lippi e de Sandro Botticelli a partir das representações dos vestidos ao vento, encontrou além do movimento, a contradição da tradicional interpretação da arte do *Quattrocento* florentino como arte que representou a natureza de maneira fidedigna (IDEM: 54). A representação do movimento sugeriu à Warburg a herança da cultura clássica nos artistas do *Quattrocento* florentino.

Em 1889 Warburg retornou à Bonn. O período em que trabalhou em Florença concedeu o aparato empírico para investigar mais a fundo os problemas intelectuais que desafiavam sua imaginação. Portanto, a partir de suas reflexões sobre a arte Florentina, apresentou em seminário ministrado pelo seu professor de história da arte, Carl Justi, um trabalho intitulado: “Para uma crítica do *Laocoonte* de Lessing à luz da arte Florentina dos *Quattrocentos*”.

09 a 13 de maio de 2011

Neste trabalho, Warburg rompeu com a teoria de Lessing, elegendo como tema os relevos de Ghiberti, que era um dos temas favoritos de Schmarsow (IDEM: 59). Contudo, Carl Justi censurou o trabalho do jovem Warburg. O enfoque teórico e os problemas propostos na investigação foram considerados revolucionários demais pelo conservador Carl Justi. O diálogo de Warburg com as teorias de Hermann Usener e Karl Lamprecht conectava-o diretamente com as perspectivas evolucionistas e psicologizantes da época, fato que intensificou o pouco interesse de Justi pelo trabalho. Justi recomendou que Warburg orientasse seus estudos a partir da procura por provas concretas para as abstrações teóricas. Warburg ficou desestimulado. Quando restabeleceu seus ânimos, decidiu continuar seus estudos em outra universidade.

No segundo semestre de 1889 foi para a universidade de Estrasburgo, onde Hubert Janitschek era o catedrático de história da arte. Diferentemente de Justi, Janitschek simpatizou-se com a formação teórica de Warburg e se dispôs a orientá-lo em sua tese de doutoramento. A partir daí Warburg prosseguiu com seus estudos que resultaram, em 1893, em sua tese sobre Botticelli.

Em 1893, a tese de Warburg intitulada “*O nascimento de Vênus e a Primavera de Sandro Botticelli*” foi aceita. Warburg inicia sua tese explicitando os seus objetivos, a saber, comparar os quadros mitológicos o *Nascimento de Vênus* e a *Primavera* de Sandro Botticelli com as representações contemporâneas equivalentes da literatura buscando compreender os aspectos da cultura clássica que interessavam aos artistas dos *Quatrocentos*, sobretudo, a partir da recorrente representação do movimento. A partir daí traçar a estética psicológica entorno dos artistas e de suas criações (WARBURG, 2005: 73). Os problemas psicológicos e a sobrevivência da cultura clássica são problemas claramente presentes em sua tese, contudo o método de Warburg orientado a partir da busca por provas concretas visando a sustentação de um quadro teórico fez com ele saísse das discussões de estilo. Esta escolha de Warburg pode ser avaliada como um erro metodológico, contudo conferiu os resultados positivos de sua tese (GOMBRICH: 65).

Warburg passa então à análise do círculo erudito que rodeava Botticelli. Poliziano aparece como figura central no contato do artista com a cultura clássica. Para Warburg, Poliziano foi o mentor de Botticelli, o responsável pela transmissão da cultura clássica ao artista. Para sustentar esta afirmação, compara a descrição do nascimento de Vênus na poesia de Poliziano e nos livros Homéricos (WARBURG, 2005: 74-76). Em seguida, levanta a hipótese da influência do *Livro da Pintura* de Alberti na busca de Poliziano pela

09 a 13 de maio de 2011

representação do movimento (IDEM: 79). Warburg mostra também a tentativa de reprodução do movimento na poesia de Poliziano inspirada pelos poetas antigos Ovídio e Claudiano (IDEM: 80). Desta forma, Warburg conclui sua primeira parte da tese afirmando que o *Nascimento de Vênus* bem como uma série de outras obras evidencia a recorrência dos artistas à antiguidade sempre que se propunham representar a vida em seu movimento externo (IDEM: 87). No tocante à *Primavera* recorre novamente às recomendações de Alberti (IDEM: 92). Na *Primavera*, Warburg percebe a influência da poesia na representação pictórica, estabelecendo a conexão entre Botticelli e Ovídio através de Poliziano (IDEM: 96-98). Finalmente, Warburg conclui que Poliziano foi o mentor de Botticelli e que o movimento tanto no *Nascimento de Vênus* quanto na *Primavera* só pode ser entendido se analisados os círculos eruditos em torno da obra e do artista. Em sua tese Warburg também mostra sua preocupação com a representação da pictórica, a exemplo da discussão sobre a deusa primavera, levantando a hipótese dela ser a representação de Simonetta (IDEM: 107). Porém, o que interessa aqui, mais do que a interpretação dos quadros propriamente dita, é perceber que Warburg esteve atento a agregação de fatores externos quando propôs sua interpretação dos quadros mitológicos de Botticelli.

Esta é a síntese das proposições de Warburg em sua tese. O problema de uma psicologia social presente em sua tese reflete a influência de pensadores como Karl Lamprecht em Warburg, enquanto o método adotado por Warburg para alcançar tal quadro se baseia, sobretudo, no estudo dos indivíduos. Este é um dos grandes méritos de sua tese, propor uma solução empírica para um problema intrinsecamente teórico e abstrato. Este trabalho de 1893 também trás uma questão que foi trabalhada por Warburg em toda sua vida intelectual e, que inclusive foi recorrente em outros pensadores desta tradição historiográfica, a questão do *Nachleben der Antike*, ou seja, a preocupação pela representação das formas clássicas na modernidade tão bem expressa logo na introdução de sua tese. Por fim, a tese contribui com a historiografia do Renascimento Italiano a partir da exploração de uma área pouco conhecida, constituindo-se, ainda, como o primeiro trabalho entre uma série destinado ao estudo dos círculos eruditos entorno dos artistas Florentinos do século XIV

Conclusão

A tese de Warburg é de difícil leitura. A própria organizadora da primeira edição dos escritos de Warburg, Gertrud Bing, afirma que o ensaio sobre o *Nascimento de Vênus* de

09 a 13 de maio de 2011

Botticelli não é uma boa introdução ao pensamento de Warburg em decorrência de sua complexidade (IDEM: 63). Gombrich em sua biografia intelectual de Warburg (GOMBRICH, s.d.) mostra os diversos problemas que circundam sua tese, apresentando-a como resultado de anos de formação com diferentes professores, cada um contribuindo em certo sentido para a problematização de Warburg. Portanto, a partir das observações apresentadas acima, algumas considerações podem ser feitas intercalando a obra de Lessing à tese de Warburg, mostrando o diálogo entre os dois ensaios, objetivando com isso uma maior compreensão dos problemas presentes em sua tese.

Em primeiro lugar, Lessing em sua obra *Laocoonte: um ensaio sobre os limites da pintura e poesia* coloca em questão duas dimensões artísticas distintas percebendo a relação entre estes dois universos artísticos recorrendo diversas vezes ao longo de sua obra à literatura clássica como forma de interpretação da pintura. Para citar um exemplo, a escultura em questão, o Grupo Laocoonte, é relacionado em diversos momentos com o Laocoonte de Virgílio. A relação entre artes plásticas e poesia é a questão central na tese de Warburg. Os quadros em questão são relacionados com a poesia contemporânea, sobretudo, a de Poliziano, o que remete, por sua vez, aos clássicos de Homero, Ovídio e Claudiano. Neste sentido, a tese de Warburg se parece muito com o *Laocoonte* de Lessing, já que se atenta para a representação de uma mesma cena mitológica na poesia e na pintura.

Lessing mostra a maneira de representar característica à cultura clássica. Em sua obra analisa a arte não só referente ao Laocoonte, mas de toda cultura clássica, traçando, com isso, o seu quadro cultural. Warburg direciona um olhar muito parecido ao universo Florentino. Desta forma, percebe a cultura Florentina a partir de suas representações na pintura e na poesia, tendo em vista, a permanência das formas provenientes da cultura clássica. Portanto, o interesse pelo clássico e a compreensão de toda a cultura de uma época a partir da arte, constitui um ponto em comum entre os dois pensadores que assinala uma influência duradoura de Lessing no pensamento de Warburg.

E para finalizar, Warburg rompe em relação à Lessing no sentido de buscar a base de sua interpretação em instâncias mais concretas, enfocando as relações entre os indivíduos no período estudado. É neste ponto que reside o grande avanço da interpretação histórica de Warburg. Enquanto Lessing se volta para reflexões intelectuais trabalhando um quadro mais generalizante, Warburg investiga problemas muito semelhantes aos de Lessing, problemas que englobam toda a cultura de uma época, como foi mostrado, mas voltando-se para o estudo do particular em detrimento das generalizações teóricas. Este direcionamento do pensamento

09 a 13 de maio de 2011

de Warburg permitiu que visse o movimento na pintura renascentista como prova concreta do dinamismo da pintura e como ponto de contato entre o artista dos *Quattrocentos* e a cultura clássica, rompendo, dessa forma, com a interpretação estática da pintura proposta por Lessing vendo a conciliação do movimento com a pintura, a partir dos quadros de Botticelli.

Referências bibliográficas

GOMBRICH, E. H. *Aby Warburg*. Madrid: Alianza Editorial, s.d.

_____. *Tributos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

LESSING, Gotthold Ephraim. *De teatro e literatura*. São Paulo: Editora Herder, 1964.

_____. *Laocoon: an essay on the limits of painting and poetry*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1984.

NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

WARBURG, Aby. *El Renacimiento del paganismo: aportaciones a La historia cultural del Renacimiento europeo*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

WINCKELMANN, Johann Joachin. *Reflexões sobre a arte antiga*. Porto Alegre: Editoria Movimento, 1975.

História Política e Social na República

Seguridade e Sociabilidade: um projeto de pesquisa sobre o cotidiano de mutuais de imigrantes em Juiz de Fora (1872-1919).

Antonio Gasparetto Júnior*

Introdução

Foi somente na década de 1990 que o estudo do mutualismo assumiu notoriedade na historiografia brasileira. Enquanto em outros países as associações beneficentes já eram estudadas, no Brasil eram tratadas somente *au passant*.

As associações mutualistas consistiram em alternativas de auxílio para os trabalhadores, nacionais e imigrantes, na ausência de políticas públicas que fornecessem o amparo necessário para enfrentar o avanço do capitalismo no Brasil. Em geral, as mutuais ocupavam a lacuna provocada pela ausência de seguridade dos trabalhadores em caso de doenças, acidentes, aposentadoria e falecimento, concedendo, neste caso, pensão à família, embora tal prerrogativa fosse mais exceção do que regra. As associações se organizavam sob as mais diversas categorias, a saber: por ofício, patronais, étnicas, regionais, literárias e de lazer, científicas e mistas (JESUS, 2006).

As associações se apresentam como passo importante para análise do avanço da cidadania e também para a formação de uma cultura associativa. O sociólogo T. H. Marshall estabelece a conquista de três direitos fundamentais para o avanço da cidadania na Europa ocidental, são eles: o civil, o político e o social. Tais direitos foram conquistados respectivamente em três séculos consecutivos, o XVIII, o XIX e o XX. O direito civil representa o direito à liberdade individual, o político prevê a participação no exercício do poder público e o social confere proteção social na ausência de recursos econômicos e o direito de levar a vida de, segundo Marshall, um ser civilizado, o qual desfruta de sistema educacional e serviços sociais (MARSHALL, 1967: 63-64). Pelas atividades geralmente desenvolvidas pelas mutuais, de auxílio econômico e seguridade, elas encaixam-se como elemento para avanço do direito social. No caso brasileiro, enquanto o país não implantava leis sociais que garantissem o mínimo de segurança para o trabalhador, os indivíduos se organizavam em associações que exerciam atividades que deveriam ser prestadas pelo Estado.

09 a 13 de maio de 2011

Em certa medida, as mutuais influenciaram as políticas sociais através do exemplo dado durante os vários anos de atividades. Reinhard Bendix diz que os limites entre a sociedade e os órgãos que representam as autoridades são sempre tênues e mutáveis (BENDIX, 1996: 51), o que permite que ações sociais organizadas possam influenciar na postura do Estado. O mesmo Bendix reforça dizendo que membros de classes menos favorecidas têm direito a certo padrão de bem-estar, o que a expansão da cidadania pode conceder (BENDIX, 1996: 121). No livro *A Produção do Direito no Brasil*, Paulo Cesar Santos Bezerra destaca que, historicamente, a legislação produzida no país contemplava em maior escala os interesses da administração e dos agentes políticos do que os interesses da sociedade civil (BEZERRA, 2008: 20). Contudo, o direito é resultado dos esforços do Estado e também da sociedade, o que permite que grupos socialmente organizados ofereçam suas parcelas de contribuição para o avanço da cidadania (BEZERRA, 2008: 25).

Outro papel importante das mutuais era a formação de espaços de sociabilidade e de lazer para seus integrantes. No caso dos imigrantes, suas associações tendiam a ser mais duradouras, pois, deixando a proteção social em caráter secundário, priorizavam o reforço da identidade étnica. A promoção de eventos culturais fazia parte do cotidiano das associações de imigrantes, destacando as raízes culturais de cada etnia.

A participação de trabalhadores nacionais e imigrantes em tais ambientes de sociabilidade acabou desenvolvendo uma cultura associativa. Segundo Cláudio Batalha, o próprio termo “cultura associativa” já comporta um duplo significado que, em primeiro lugar, remete ao hábito de associar-se em sociabilidades diversas, e, em segundo lugar, se refere a uma cultura das associações que demonstra como os membros percebem o mundo e a si mesmos (BATALHA, 2005: 96-97).

Em nossa monografia de bacharelado abordamos as associações de imigrantes em Juiz de Fora (GASPARETTO JÚNIOR, 2011), temática que temos objetivo de aprofundar. Por se tratar da continuidade de uma pesquisa que já vem sendo desenvolvida há dois anos, dispomos de grande parte das fontes necessárias. Para avançar na pesquisa, o presente projeto visa abordar as maiores mutuais que existiram de italianos, portugueses e alemães em Juiz de Fora. Assim, enfocaremos a Associação Beneficente Umberto I, de italianos; a Sociedade Auxiliadora Portuguesa, de portugueses; e a Sociedade Alemã de Beneficência, de alemães. Nossas balizas são o ano de 1872 – data de fundação da mutual alemã, a primeira a surgir – e o ano de 1919, o qual reúne em si um marco amplo de referência, o fim da guerra, e por ser o ano da promulgação da primeira lei social, a Lei Adolpho Gordo sobre acidentes de trabalho.

O estudo do associativismo no Brasil se desenvolveu através de pesquisas com foco regional. Trabalhos iniciais apareceram em São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e em Minas Gerais. Esteve na vanguarda do estudo do mutualismo o trabalho de Tânia Regina de Luca, publicado em 1990, no qual a historiadora abordou as mutuais e suas atuações nas cidades de São Paulo e Santos (LUCA, 1990). Cláudio Batalha deu início a uma série de estudos sobre o associativismo no Rio de Janeiro que avançou pela década e entrou no novo milênio²¹⁹. Ainda abordando a região sudeste, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi foi pioneira na abordagem do tema no estado de Minas Gerais²²⁰. Da região Sul veio um respeitável trabalho, sob autoria de Adhemar da Silva Júnior (SILVA JÚNIOR, 2005).

Lançadas as sementes do estudo do mutualismo no Brasil, novos trabalhos desenvolveram-se. Destacamos as pesquisas de Vitor Fonseca, sobre associações no Rio de Janeiro (FONSECA, 2008); Ronaldo Pereira de Jesus, que se focou nas associações do período imperial e seu relacionamento com o Conselho de Estado (JESUS, 2007); Patrícia Gomes Furnaletto, que aborda o associativismo italiano em Ribeirão Preto durante a Primeira República (FURLANETTO, 2007); Rafaela Leuchtenberger, sobre as associações de socorro mútuo em Florianópolis (LEUCHTENBERGER, 2009); Cláudia Viscardi, com seus trabalhos sobre o mutualismo no Rio de Janeiro²²¹; Luigi Biondi, acerca da organização dos trabalhadores italianos em São Paulo (BIONDI, 2002); e Aldrin Castelucci, que aborda a temática em Salvador (CASTELUCCI, 2008).

No tocante ao debate das associações urbanas, trazemos para Juiz de Fora uma abordagem ainda pouco explorada no Brasil: as especificidades das associações de imigrantes. Em Juiz de Fora, é notória a presença dos imigrantes já no surgimento da cidade. Centenas de trabalhadores alemães foram trazidas em meados do século XIX para participar da construção da Estrada União e Indústria, a qual abriu caminho para consolidação da cidade. No decorrer da segunda metade de tal século, foram vários os esforços promovidos pelo Governo

²¹⁹ Citamos: BATALHA, C. H. M. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo**. Campinas, v.6, n.10/11, 1999. / BATALHA, C. H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T.; FORTES, A. (Orgs.) Campinas: Editora UNICAMP, 2005.

²²⁰ Citamos: VISCARDI, C. M. R. As Experiências Mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. ALMEIDA, C. M. C. & OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2006. / VISCARDI, C. M. R. Mutualismo e Filantropia. In: **Revista Locus**. Juiz de Fora: v. 10, n. 1, 2003.

²²¹ Citamos: VISCARDI, C. M. R. Estratégias Populares de Sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. **Revista Brasileira de História**, vol. 29, nº 58, São Paulo: 2009, p. 291-215. / VISCARDI, C. M. R. Experiências da Prática Associativa no Brasil (1860-1880). **Topoi – Revista de História**. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 7 Letras, volume 9, número 16, p. 117-136, 2008.

09 a 13 de maio de 2011

Provincial para atrair mão-de-obra imigrante, uma vez que as medidas pela abolição da escravidão foram progressivas. O clássico trabalho de Norma de Góes Monteiro relata como a província de Minas Gerais se empenhou para não padecer da escassez da mão-de-obra escrava através da utilização do trabalhador livre imigrante europeu (MONTEIRO, 1994). Também Ana Duarte Lanna demonstra como a busca por trabalhadores imigrantes não rendeu os frutos esperados em Minas Gerais (LANNA, 1988). Já Mônica Oliveira comenta sobre as iniciativas do governo imperial para atrair mão-de-obra imigrante e quais eram os artifícios de alemães e italianos para sobreviverem em Juiz de Fora na transição da monarquia para a república, questionando a ideia de que foram os responsáveis pela industrialização da cidade (OLIVEIRA, 1991). Deivy Carneiro, por sua vez, aborda as formas de resistência dos alemães perante as condições de vida que encontravam em Juiz de Fora, analisando processos criminais (CARNEIRO, 2004).

Juiz de Fora vivia um contexto de industrialização singular em Minas Gerais no momento da criação das mutuais aqui relacionadas. Como a cidade estava localizada na região do eixo do café, o acúmulo de capital permitiu o investimento em iniciativas fabris. A associação dos dois investimentos econômicos possibilitou um desenvolvimento diferenciado da cidade (PIRES, 2004), o que atraiu mais investimentos do governo provincial e a atenção de imigrantes. O florescimento econômico estimulou a urbanização de Juiz de Fora, na qual os imigrantes encontraram espaço para o desenvolvimento de atividades alheias ao café. Assim, as associações citadas não contavam em seus quadros com trabalhadores das lavouras de café, mas sim com empregados da zona urbana. O intuito, então, é analisar o que esses trabalhadores urbanos imigrantes buscavam nas mutuais. Acreditamos que, em primeiro lugar, estava o interesse pelo reforço da identidade de suas respectivas nacionalidades, utilizando as mutuais para a manutenção de raízes. E, em segundo lugar, a necessidade de suprir as carências sociais da vida urbana juizforana que não correspondia, em geral, às propagandas de imigração. Logo, o mutualismo dos imigrantes preencheria a lacuna das políticas sociais que não prestavam seguridade aos trabalhadores e também a ausência de políticas públicas que prestassem serviços aos imigrantes especialmente.

Em busca do interesse dos imigrantes

Este projeto é fruto de pesquisas desenvolvidas durante as atividades de Iniciação Científica sob orientação da Professora Doutora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. Nos estudos

desenvolvidos em tal contexto, notamos a lacuna existente acerca das mutuais de imigrantes no Brasil e, especialmente, em Juiz de Fora.

O tema proposto é importante para tentar compreender como se deu a construção da cidadania dos imigrantes em Juiz de Fora, observando através do viés das mutuais. Estes espaços de sociabilidade e seguridade garantiram algum amparo social para trabalhadores carentes de direitos e distantes da terra natal. O estudo dos imigrantes é importante em Juiz de Fora porque os mesmos foram numerosos na cidade na época que pretendemos abordar. A presença do imigrante foi notória e estimulou diversos trabalhos acadêmicos sobre o assunto. Entretanto, não há pesquisas específicas sobre mutuais de imigrantes em Juiz de Fora, já que se destacaram também com suas associações, e tampouco trabalhos no Brasil que comparem mutuais de diferentes etnias, identificando suas peculiaridades, em uma mesma localidade.

Tais associações cobriram como puderam a carência dos direitos sociais no período proposto para pesquisa, 1872-1919. Como já citado, o recorte cronológico da pesquisa se baseia no surgimento da primeira entre as três mutuais abordadas – a Sociedade Alemã de Beneficência, em 1872 – e na junção de dois outros marcos para estabelecer o limite: o fim da Primeira Guerra Mundial e a promulgação da primeira lei para amparo aos trabalhadores. O descaso do Estado em ofertas de leis sociais permitiu o florescimento de tais instituições até a década de 1940. Muito embora as mutuais tenham desenvolvido uma cultura associativa e influenciado na conquista de direitos, associá-las diretamente com os sindicatos não é adequado. As mutuais não consistiram em história inicial dos sindicatos, uma vez que as orientações de cada caso são diversas (FORTES, 1999).

Nossa pesquisa dedica-se a explorar as ações de tais associações no contexto da deficiência da política social e que coincide com a grande chegada de imigrantes em Juiz de Fora. Nessa linha de orientação, alguns trabalhos iniciais foram publicados²²². O intuito é aprofundar as análises do cotidiano dessas associações de imigrantes em Juiz de Fora.

Objetivos

²²² Citamos: GASPARETTO JR, A. Imigração na Zona da Mata Mineira: fases e características entre 1850 e 1914. In: **Anais do I Encontro de Pesquisadores da História da Zona da Mata Mineira**. Rio Pomba, 2010. / GASPARETTO JR, A. Associativismo Urbano: estudo de caso em Juiz de Fora. In: **Anais do II Simpósio do LAHPS - 90 Anos da OIT**. Juiz de Fora: Publicações LAHPS, 2010. p. 37-47. / GASPARETTO JR, A. "Lo Stato di Minas Geraes": a propaganda como elemento da política imigratória. In: **IV Encontro Nacional dos Pesquisadores do integralismo / III Simpósio do LAHPS**, 2010, Juiz de Fora. / GASPARETTO JR, A. Associações de Socorro Mútuo: estratégias dos trabalhadores imigrantes na Primeira República. In: **Anais do Seminário Cultura e Política na Primeira República**, 2010, Ilhéus.

09 a 13 de maio de 2011

Buscamos analisar o cotidiano das maiores associações mutualistas de italianos, portugueses e alemães em Juiz de Fora entre 1872 e 1919, comparando suas características de auxílio aos sócios e revelando as peculiaridades das organizações de cada etnia. Para isso, percorremos um caminho que inclui a análise da política para imigração promovida por Minas Gerais no final do século XIX e início do século XX, do fluxo imigratório em Juiz de Fora no final do século XIX e início do XX, das condições de vida social dos imigrantes das etnias em questão em Juiz de Fora, das atividades e dos benefícios oferecidos aos associados pelas mutuais em questão e a análise do relacionamento das mutuais com outras associações e com órgãos públicos.

A pesquisa segue a mesma direção dos poucos trabalhos sobre mutualismo de imigrantes apresentados anteriormente. Porém, a proposta se diferencia, inicialmente, pelo fato de Juiz de Fora não oferecer os mesmos recursos de estabilização dos imigrantes – como oferta de emprego e salários mais elevados – da forma como ocorria no estado de São Paulo. As condições de adaptação eram mais árduas em Minas Gerais, o que ocasionou a migração de muitos estrangeiros para o estado vizinho. E em segundo lugar, por não se prender a uma única etnia. A pesquisa pretende revelar as diferenças do cotidiano e os problemas relativos a cada etnia, identificando as características de suas respectivas formas e recursos para superar as adversidades.

A sociabilidade supõe um vínculo entre um grupo de indivíduos que possui características comuns, o qual é capaz de agir em união para solucionar suas necessidades. Neste sentido, as mutuais de imigrantes tiveram seu forte impacto no reforço das identidades e também prestaram seus serviços, através do cotidiano, para auxiliar na construção da esfera pública. O projeto identifica as mutuais como formas de organização da sociedade civil em torno do direito à proteção social.

Para alcançarmos os objetivos deste projeto, buscamos em diferentes arquivos as fontes para cada associação. Para a Associação Beneficente Alemã, dispomos de fontes digitalizadas que foram colhidas no Instituto Teuto-Brasileiro e no Arquivo Histórico Municipal. São relatórios das atividades produzidos pela própria associação, fotografias variadas, diplomas – que eram formas de inscrição dos sócios – documentos diversos (cartas, notas fiscais, recibos, etc.) e recortes de jornais do período.

Para a Associação Beneficente Umberto I, as fontes foram colhidas no Arquivo Histórico Municipal, no Arquivo do Setor de Memória da Funalfa e no Arquivo da Casa

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

d'Itália. São estatutos, correspondências diversas, notas fiscais, recibos e recortes de jornais de época, fontes que já se encontram também digitalizadas.

Para a Sociedade Auxiliadora Portuguesa, tivemos acesso às fontes no Arquivo Histórico Municipal e no Clube Recreativo Português, local este onde estão guardados alguns arquivos remanescentes da associação. As fontes envolvem estatutos, correspondências diversas, fichas dos associados e recortes em jornais do período trabalhado, todas já digitalizadas.

Acerca da imigração em Minas Gerais, utilizaremos os relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais e relatórios do Ministério da Agricultura, que estão todos disponíveis na internet²²³. Além de documentos diversos colhidos no Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, e já digitalizados, que englobam correspondências do governo provincial com o imperial sobre o fim da escravidão e documentos da Associação Promotora de Imigração e da Hospedaria de Imigrantes. Essas fontes serão úteis para a construção do contexto da chegada dos imigrantes na cidade e para compreensão dos esforços feitos pelos governos municipal e provincial para atrair os estrangeiros.

Os dados obtidos na pesquisa serão cruzados com as informações obtidas na leitura de diversas fontes secundárias que seguem o caminho de abordagem do “Estado da Arte”, como foi descrito anteriormente.

Referências bibliográficas

BATALHA, C. H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T.; FORTES, A. (Orgs.) Campinas: Editora UNICAMP, 2005.

_____. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo**. Campinas, v.6, n.10/11, 1999.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paula: EDUSP, 1996.

BEZERRA, Paulo Cesar Santos. **A Produção do Direito no Brasil**. Ilhéus: Editus, 2008.

²²³ A Universidade de Chicago disponibiliza documentos brasileiros oficiais no seguinte endereço: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil> (acessado em 25 de setembro de 2010).

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

BIONDI, Luigi. **Entre Associações Étnicas e de Classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP. Campinas: 2002.

CARNEIRO, Deivy. **Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora: 1858 – 1921)**. 2004. (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CASTELUCCI, A. A. S. **Trabalhadores, Máquina Política e Eleições na Primeira República**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UFBA. Salvador, 2008.

FONSECA, Vitor M. M. **No Gozo dos Direitos Civis: associativismo no Rio de Janeiro (1903-1916)**. Rio de Janeiro: Faperj e Muiraquitã, 2008.

FORTES, A. Da Solidariedade à Assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. In: **Cadernos AEL – Sociedades Operárias e Mutualismo**. Edição 10/11, Volume 6. Campinas, UNICAMP/IFHC, 1999.

FURLANETTO, P. G. **O Associativismo como Estratégia de Inserção Social: as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)**. São Paulo, 2007. (Tese defendida na USP)

GASPARETTO JR, A. Associações de Socorro Mútuo: estratégias dos trabalhadores imigrantes na Primeira República. In: **Anais do Seminário Cultura e Política na Primeira República**, 2010, Ilhéus.

_____. **Associativismo Imigrante: trajetórias de mutuais portuguesas, italianas e alemãs em Juiz de Fora (1872-1920)**. Monografia de Conclusão de Curso em História apresentada à UFJF, 2011.

_____. Associativismo Urbano: estudo de caso em Juiz de Fora. In: **Anais do II Simpósio do LAHPS - 90 Anos da OIT**. Juiz de Fora: Publicações LAHPS, 2010. P. 37-47.

_____. Imigração na Zona da Mata Mineira: fases e características entre 1850 e 1914. In: **Anais do I Encontro de Pesquisadores da História da Zona da Mata Mineira**. Rio Pomba, 2010.

_____. “Lo Stato di Minas Geraes”: a propaganda como elemento da política imigratória. In: **Anais do III Simpósio do LAHPS**. Juiz de Fora, 2010.

GOMES, A. M de C. **Burguesia e Trabalho: Política e legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

JESUS, R. P. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). In: **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História/ Departamento de História, 2007 v. 13, n. 01.

_____. História e Historiografia do Fenômeno Associativo no Brasil Monárquico (1860-1887). In: **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. ALMEIDA, C. M. C. & OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

LANNA, A. L. D. **A Transformação do Trabalho**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

LEUCHTENBERGER, R. **O lábaro protetor da classe operária. As associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932)**. Dissertação de História – UNICAMP, 2009.

LUCA, T. R. de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto Brasília, 1990.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MONTEIRO, N. de G. **Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994.

OLIVEIRA, M. R. de. **Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1929)**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFF, 1991.

PIRES, Anderson. Café e Indústria em Juiz de Fora: uma nota introdutória. In: **Juiz de Fora. História, Texto e Imagem**. NEVES, J. A. P.; DELGADO, I. J. G. & OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). Juiz de Fora: FUNALFA, 2004.

SILVA JR, A. L. da. **As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio grande do Sul – Brasil, 1854-1940**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC, Porto Alegre, 2005.

VISCARDI, C. M. R. Estratégias Populares de Sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. **Revista Brasileira de História**, vol. 29, nº 58, São Paulo: 2009, p. 291-215.

_____. As Experiências Mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história**

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

econômica e social. ALMEIDA, C. M. C & OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

_____. Experiência da Prática Associativa no Brasil (1860-1880). **Topoi – Revista de História.** Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 7 Letras, volume 9, número 16, p. 117-136, 2008.

_____. Mutualismo e Filantropia. In. **Revista Locus.** Juiz de Fora: v. 10, n. 1, 2003.

Micro-história e Canudos: a religiosidade como chave de leitura da saga conselheirista.

Edgar Luiz Felipe da Silva*

Resumo: No presente artigo procuramos estruturar uma análise interpretativa do movimento de Canudos (1893-1897), tomando como base a religiosidade e o catolicismo popular exercido pelo líder do movimento. Para tal pesquisa utilizamos a abordagem teórica da Micro-história. A pesquisa no âmbito da História do Brasil ao final do século XIX se dá por meio de documentação bibliográfica. Como fontes, utilizamos publicações de Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, entre outros, além dos discursos de Antônio Conselheiro transcrito pelo historiador Ataliba Nogueira. Dessa maneira, pretende-se edificar as teias de relações que envolveram o ocorrido da Guerra de Canudos.

Palavras-chave: Micro-história; Canudos; Antônio Conselheiro; Religiosidade.

Résumé: Dans cet article, on cherche structurer une analyse interprétative du mouvement de Canudos (1893-1897), en se basant sur la religiosité et le catholicisme populaire exercés par son meneur Antônio Conselheiro, à partir de l’approche théorique de la Microhistoire. La recherche sur l’Histoire du Brésil de la fin du XIX^e a été faite à travers d’une documentation bibliographique. Comme des références, on a les textes publiés para Carlo Ginzburg et Giovanni Levi, parmi d’autres auteurs, et les discours d’Antônio Conselheiro translittérés par l’historien Ataliba Nogueira. Ainsi, on a pour but la compréhension du réseau des rapports qui concernent ce qui s’est passé à Canudos.

Mots-clés: Microhistoire; Canudos; Antônio Conselheiro; Religiosité.

Introdução

A centralidade da análise que trataremos por meio da religiosidade sertaneja, desloca o personagem de Antônio Conselheiro – líder máximo da comunidade de Belo Monte e uma das figuras principais da Guerra de Canudos (1896-1897) – como determinante para compreender a edificação do movimento. Por intermédio da abordagem micro-histórica detivemos contorno

* Graduado em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/JF. Endereço eletrônico: edgarluizxxi.blogspotmail@yahoo.com.br

a esta pesquisa que visa uma ferramenta interpretativa para compreensão deste ocorrido na história do Brasil do século XIX.

Micro-história: uma análise de Canudos

Nos anos 70 do século XX, período originário da micro-história, iniciaram-se novos debates políticos e culturais levando a crença otimista de que o mundo seria radicalmente transformado. Incluindo modificações no campo da historiografia que se encontrava inválido diante dos acontecimentos políticos e das realidades sociais. Tais acontecimentos e realidades estavam em inconformidades com explicações marxistas ou funcionalistas, obrigando os historiadores a colocar novas propostas às metodologias e interpretações. (LEVI, 1992: 134).

O ponto de vista do historiador na micro-história torna-se parte intrínseca do relato em que o processo de pesquisa é explicitamente descrito. O leitor não é abordado como *tabula rasa*, diante disto as formulações, linhas de pensamentos e hipóteses não estão escondidas dos olhos do não-iniciado. O significado do trabalho histórico não pode ser reduzido à retórica, mas, sobretudo, deve dar relevo à interlocução entre historiador e seu leitor.

A manifestação do gênero surgiu na linha editorial da coleção italiana publicada pela Einaudi; tendo como maior expoente desse marco teórico o historiador italiano Carlo Ginzburg. (VAINFAS, 1997a: 147). O historiador – e sinônimo de micro-história – Carlo Ginzburg no ano de 1976 publicou “uma obra ímpar”. Recuperando em **O queijo e os vermes** (1987) o conflito de classes em dimensão sócio-cultural. (ROSA, [20--]: 5-7).

Carlo Ginzburg analisou os autos do Tribunal do Santo Ofício do séc. XVI, e sobre uma farta documentação moldou “a cultura e o contexto social” do moleiro condenado pela Santa Inquisição²²⁴, Domenico Scandella – o Menocchio. (GINZBURG, 1987: 12). A figura do moleiro Menocchio trazida por Ginzburg, mostra por meio do processo de circularidade cultural²²⁵, um indivíduo letrado “egresso das classes subalternas”, que lendo

²²⁴ Não sendo o intuito do presente artigo debates em torno da Inquisição, porém vale dizer que, “[...] Inquisição é o termo pelo qual é mais comumente conhecido o Tribunal do Santo Ofício, órgão de investigação e repressão instituído pela Igreja Católica na Idade Média que teve seu apogeu depois da Reforma Católica; a partir do século XVI.” E “[...] nesse período, a preocupação maior da Igreja era com os hereges, pessoas ou grupos católicos que se desviavam da conduta regulamentada pelo papado e criavam novos dogmas.” (SILVA K.; SILVA M., 2005: 234).

²²⁵ Vale problematizar aqui uma ocorrência de apropriação conceitual, ocorrendo então uma ressignificação da circularidade cultural, conceito de antropologia utilizado por Carlo Ginzburg. “A inspiração teórica de Ginzburg veio do marxista Mikhail Bakhtin em seu livro *L’oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Age et sous La Renaissance* (1965), publicado na França em 1970. Bakhtin percebeu com brilho a possibilidade de se resgatar a cultura das classes populares na França daquele período por intermédio da obra de um letrado, percebendo nisso um conflito de classes no plano cultural [...]” (VAINFAS, 1997a: 152). No caso

09 a 13 de maio de 2011

textos produzidos pela classe dominante os interpretava a seu modo. (VAINFAS, 1997a: 152). No prefácio à edição inglesa de **O queijo e os vermes** (1987), em torno das questões da circularidade cultural o historiador italiano descreve:

Pode-se ligar essa hipótese aquilo que já foi proposto, em termos semelhantes, por Mikhail Bakhtin, e que é possível resumir no termo “circularidade”: entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo [...]. (GINZBURG, 1987:12).

Ronaldo Vainfas elabora uma análise do livro de Ginzburg buscando definir que o estudo do historiador italiano demonstrou “a cultura popular em oposição à cultura letrada ou oficial das classes dominantes”; o termo cultura seria uma definição na existência da interação dinâmica entre estes dois planos, gerando o conceito de circularidade cultural. Como fonte de inspiração teórica, Carlo Ginzburg dialogou com o marxismo, porém em um conflito de classes no plano cultural. (VAINFAS, 2002b: 62). Em outra passagem, desenvolvendo as perspectivas da micro-análise, Vainfas relata que a pesquisa sobre os documentos é conceitual em:

[...] um método de investigação e narrativa com forte dimensão experimental, preocupada em vasculhar as estratégias individuais ou comunitárias de ação em um tempo histórico determinado, buscando exemplos ou grupos típicos. [...] a micro-história não se ocupa em definir a fundo a priori, quer na pesquisa, quer na exposição dos casos, o caráter da sociedade na qual se insere o enredo, a comunidade ou o personagem estudado. Mais importante que o caráter geral da sociedade estudada [...] é a teia social concreta onde os atores se movem, exercendo múltiplos papéis sociais e individuais. Assim, na micro-história prevalece, no tocante à delimitação do campo social estudado, procedimentos de nomeação dos atores e da caracterização de perfis individuais no interior de determinado grupo ou classe, mais do que a definição geral da classe ou do grupo ao qual pertence. (VAINFAS, 2002b: 113-117).

A síntese de pensamento em torno da micro-história estruturada por Vainfas discute a busca do historiador por observar o que seria corriqueiro e habitual, o particular e ampliá-lo ao geral; ou seja, um relacionamento interligado entre o subalterno e o dominante. Tendo esta perspectiva conceitual, a historiadora brasileira Sandra Jatahy nos diz:

É próprio do método da micro-história estabelecer esta grade de múltiplas relações, o que o faz uma espécie de *laboratório de experiências*. Na medida em que estas relações pressupõem um *in* e um *out* com relação à escala escolhida, a micro-história seria ainda o método que jogaria com as dimensões do geral e do específico, do todo com a parte, do particular com o geral, da regra com a anomalia, do consensual com a diferença ou ainda do texto com o contexto. [...] A micro-história possibilitaria, com a sua grade de malha fina, fornecer ao historiador imagens visuais nítidas,

de enriquecimento observar o artigo de Daniela B. de Oliveira (2010), **A República do Carnaval: um olhar estrangeiro sobre Canudos**.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

incisivas, memoráveis, precisas, fruto de um vasculhar incessante do passado, daria uma tradução quase visual das coisas e gentes acontecidas em um outro tempo. Esta estratégia implicaria ver o mundo como um sistema de relações, como um universo de múltiplas reações a serem descobertas. (PESAVENTO, [20--]: 183-186)

Em face do assunto das escalas de análise, Giovanni Levi infere que o estudo intenso dos documentos e a micro-análise propiciam independência do historiador quanto ao objeto pesquisado.

A micro-história como prática é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intenso do material documental. [...] Para a micro-história, a redução da escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado. [...] A idéia de que a escala tem sua própria existência na realidade é aceita, até por aqueles que consideram que a micro-análise só opera através do exemplo, ou seja, como um processo analítico simplificado [...] em vez de funcionar como um ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização. (LEVI, 1992: 136-138)

Por meio da abordagem micro-analítica do qual empreenderemos junto à Micro-história italiana de Carlo Ginzburg se viabiliza descrições circunstanciadas a pesquisa. Apontamos individualmente o objeto da religiosidade, e por esta via, dentre os personagens envoltos eleva-se a figura de Antônio Conselheiro que possibilita ao historiador determinar de modo preciso e explícito uma chave de interpretação ao ocorrido de Canudos.

Reduzindo as escalas: um novo olhar sobre o beato Conselheiro

A construção do arraial de Canudos não pode ser justificada por uma concepção marxista²²⁶; pois na fazenda em que fora construída Canudos estava formado um grupo social de hábitos culturais que pouco detinha atenção dos proprietários de terra naquele período.

[...] por se tratarem de quase sempre, fazendas semi-abandonadas e com alto grau de absenteísmo de seus proprietários. Exatamente por estarem em áreas de baixíssimo valor econômico. A falta de produtividade, a hostilidade do solo e da vegetação, além das secas permanentes conduziam a uma alta rotatividade populacional que, aliada à presença da violência para solução de conflitos cotidianos, acabou transformando uma área [...] em uma espécie de espaço reservado [...] de grupos despossuídos. (HERMANN, 1997: 7).

²²⁶ Para externar tais concepções dispostas na tese de doutorado (1993) endereçada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo orientada pela professora Maria Lígia Prado, Marco Antônio Villa defendia “[...] a necessidade de compreender a experiência conselheirista como um grande momento da história nordestina, onde os sertanejos lutaram para construir um mundo novo, enfrentando o Estado dos *landlords* (senhores de terra).” (VILLA, 1995: 12). Em outras palavras: “O trabalho de Villa se mantém ao lado dos que percebem em Canudos a busca de uma sociedade alternativa ao ‘Estado dos *landlords* (senhores de terra) [...] não aceitando qualquer argumentação que tenha por base a vivência religiosa.” (HERMANN, 1997: 9)

09 a 13 de maio de 2011

Perante tal afirmativa, o interesse pela abordagem teórica da micro-história, por intermédio da obra de Ginzburg para entendimento do movimento de Canudos, é complementar ao historiador, uma vez que Antônio Vicente Mendes Maciel – o Conselheiro – foi uma liderança popular da cultura sertaneja, que refletiu em sua vida e trajetória a expressão religiosa do beatismo²²⁷.

Por essa razão também, a micro-história enriquece a interpretação; inferindo “[...] o emprego do termo cultura [...]” como “[...] conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprio das classes subalternas num certo período histórico [...]” (GINZBURG, 1987: 16). Afirmando-se esta posição, dando seguimento à concepção da micro-história como ferramenta de análise, nos diz o historiador Giovanni Levi, na obra **A escrita da história: novas perspectivas** (1992), que:

A micro-história é essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas. O método está de fato relacionado em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador, e assim, a micro-história não pode ser definida em relação às micro-dimensões de seu objeto de estudo. (LEVI, 1992: 133).

Posicionar Antônio Conselheiro como líder popular da cultura sertaneja no período referente aos ocorridos de Canudos é tratá-lo como indivíduo permeado na circularidade; entre as características da vida subalterna e os aspectos corriqueiros como: as secas atenuantes e subsequentes crises econômicas do sertão, e das características nas classes dominantes – em que Antônio Conselheiro fora um indivíduo de educação letrada.²²⁸ Enfatizar a cultura permite que se evitem teorias do homem civilizado – do litoral – superior ao homem primitivo – o sertanejo; propondo evitar colocações da cultura como idéia evolucionista, mas determinando a cultura como um elemento intrínseco ao objeto analisado. (LEVI, 1992: 146).

O arraial de Canudos²²⁹ teve sua construção no ano de 1893, sob liderança de Antônio Conselheiro que trazia consigo não pessoas que estavam interessadas em algum tipo

²²⁷ Naqueles tempos ser beato não era coisa exótica, mas era um personagem social inserido no mundo sertanejo com funções delimitadas e aceitas. Era uma maneira de se inserir na comunidade, esses membros participavam da organização social, política e ideológica da massa sertaneja. “[...] o fenômeno do ‘beatismo’ [...] foi parte integrante das formas do catolicismo popular.” (MACEDO; MAESTRI, 1997: 16)

²²⁸ A educação de Antônio Vicente Mendes Maciel, afirma-se na seguinte passagem do autor: “O pai de Antônio Vicente provavelmente quisesse ajudá-lo a ter um futuro diferente daquele em que estava envolvida a família na época.” Em outra passagem o autor nos diz: “[...] o menino era aplicado nos estudos e aprendeu matemática, geografia, português, francês e latim na escola do professor Fernando Nobre. Talvez encontrasse nos novos conhecimentos uma alegria que sabia não poder encontrar no próprio lar.” (COSTA, 1990: 7).

²²⁹ “A origem do nome é simples e pitoresca. Anteriormente ali se aglomerava uma população estranha e perigosa, armada até os dentes e cuja ocupação quase exclusiva consistia em beber aguardente e pitar estranhos

09 a 13 de maio de 2011

de remuneração pelas suas obras, mas aquelas que se dedicavam a seu líder em função de sua pregação. (DOBRORUKA, [20--]b: 6). Tendo como origem social²³⁰ adeptos, em sua maioria, oriundos de extratos mais humildes da sociedade de então; os habitantes desempenhavam atividades como mestres-de-obras, pedreiros, pequenas vendedoras, cozinheiras, entre outras. (MACEDO; MAESTRI, 1997: 51).

Antônio Conselheiro e o discurso: a religiosidade popular

Enfocando por final das análises é fundamental observarmos as prédicas de Antônio Conselheiro. Os discursos que pregava aos seus fiéis eram longos; no entanto seus manuscritos expressam a ótica religiosa do mundo que vivia e a postura moralmente cristã que pregava. Em sua história, Canudos teve ao todo de sua completa destruição a invasão de quatro expedições militares²³¹; em meio aos destroços, o médico João de Souza Pondé²³² encontrou um livro manuscrito. (DOBRORUKA, [20--], 2010b: 1). O analista destes manuscritos, Ataliba Nogueira (1997) afirmou em seu livro **Antônio Conselheiro e Canudos** que “A obra é autêntica e do punho do Conselheiro”. (NOGUEIRA, 1997: 35).

Segundo Vicente Dobroruka, as escritas em torno de Canudos têm buscado um caráter milenarista ou messiânico ao movimento; porém poucos se deram ao trabalho de examinar o texto deixado por Antônio Conselheiro. No primeiro ângulo de análise, Conselheiro expõe sua

cachimbos de barro em canudos de metro de extensão – segundo as informações do vigário de Ipu. Os tubos eram naturalmente [...] formados pelas salonáceas (canudos de pito) [...]” (MONIZ, 1984: 44).

²³⁰ “[...] Os registros documentais e os testemunhos contemporâneos indicam a existência de indivíduos brancos, negros, mas sobretudo de grupos mestiços. Ali se encontravam, majoritariamente, pardos, cafuzos e mamelucos, oriundos da mestiçagem sucessiva entre brancos, negros e índios. Esses traços, aliás, correspondiam à imposição genérica do processo de formação étnica dos sertões nordestinos. O caboclo constituía o resultado do complexo amálgama iniciado com a colonização brasileira.” (MACEDO; MAESTRI, 1997: 49).

²³¹ Não retrataremos as invasões da Campanha de Canudos, contudo vale dizer que das expedições militares contra o movimento dos conselheiristas resultaram os seguintes dados: a primeira expedição, em novembro de 1896, comandada pelo tenente Pires Ferreira, levaram a Canudos 100 soldados finalizando no abandono da expedição e saque pelos militares da cidade de Uauá. Na segunda expedição, em janeiro de 1897, comanda pelo major Febrônio de Brito, levou a Canudos 600 soldados que bateram em retirada. Na terceira expedição em fevereiro e março de 1897, comandada pelos generais Moreira César e Tamarindo, levou a Canudos 1.200 soldados que também bateram em retirada. Ao fim na quarta expedição, de julho até outubro de 1897, comandada pelos generais Artur Oscar, Salvaget, Silva Barbosa e Girard levaram a Canudos 9.500 soldados com morte de 4.500 completando na vitória da expedição e total destruição do arraial. Deve-se observar que a quarta expedição, em relação à primeira, traz 95 vezes mais soldados para o ataque. (COSTA, 1990: 47).

²³² O Dr. João de Souza Pondé (1874-1934), pertencente a uma das antigas e ilustres famílias da Bahia, nasceu na vila de Itapicuru de Cima, onde, ainda criança, beijou a mão de Antônio Conselheiro. Ocupou elevados cargos. Foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Deixou, além de outros, os seguintes filhos: professor Lafayett de Azevedo Pondé, da Faculdade de Direito e reitor da Universidade Federal da Bahia, ex-secretário de Estado e ex-presidente do Tribunal de Contas; Dr. João Pondé Filho, da saúde Pública; general de divisão Francisco de Paula e Azevedo Pondé; vice-almirante Jaime de Azevedo Pondé e Regina Pondé Falcão, casada com o Dr. Pedro de Cerqueira Falcão, clínico em São Paulo. – O desembargador João Pondé Sobrinho, presidente do Tribunal de Justiça da Bahia. (NOGUEIRA, 1997: 35).

09 a 13 de maio de 2011

visão sobre Cristo dando ênfase a sua pobreza e condenando a hipocrisia como mal maior, deixando claro sua tentativa de construção de uma moral cristã dentro de Canudos. (DOBRORUKA, [20--], 2010b: 1-6). Segue trecho do seu discurso:

[...] Se alguém que vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me. Assim disse nosso Senhor Jesus Cristo. O homem deve carregar sua cruz debaixo de qualquer forma que se apresente, deve penetrar-se assim de júbilo, sabendo que em virtude dela vai ao céu. Também deve render as devidas graças ao Senhor por lhe haver feito tão grande benefício. Ora, podem crer que lhes têm verdadeiro amor aqueles que renunciam à cruz que o Senhor lhes envia? Jesus Cristo não buscou comodidades, [...] mas sacrificou tudo isto e a própria vida para a nossa salvação. Jesus, pelo amor que nos tinha, não buscou os prazeres da terra, mas os sofrimentos e a morte, e, entretanto, era inocente. [...]. Um piedoso solitário rogava a Deus que lhe ensinasse o que poderia fazer para chegar a amá-lo perfeitamente. O Senhor lhe revelou que para chegar a um perfeito amor de Deus não havia exercício mais útil que meditar muitas vezes na sua paixão. (NOGUEIRA, 1997: 171).

Indo para além com as análises, outra passagem do manuscrito de Conselheiro, expressando o catolicismo ortodoxo que pregava, gravita em torno da concepção de Maria enaltecendo suas virtudes advindas da virgindade:

Estando nesta perturbação, o Anjo a tranqüiliza, dizendo respeitosa que não temesse pois Deus a escolhia para sua Mãe. Mas a Senhora tendo só em mente a conservação da preciosa jóia de sua virgindade, responde: como poderá isso assim acontecer se eu sou virgem e Virgem quero permanecer? Oh! Como a incomparável Maria nos dá neste passo uma lição sublime! perturba-se à vista do enviado celeste, este a tranqüiliza e lhe explica o mistério dizendo que será Mãe do Messias, sem deixar de ser a flor das Virgens, pois Deus, que é a mesma santidade, é quem vinha nela encarnar. Admiremos pois em Maria tanto temor nesta saudação, tanta prudência na resposta e tanta cautela no zelo da sua virgindade. (NOGUEIRA, 1997: 65-66).

Certamente que Antônio Conselheiro, pregando seu catolicismo ortodoxo, tivesse também consciência de sua tamanha importância como beato a erguer igrejas para os seguidores fiéis; na seguinte passagem, relata a natureza da fundação da Igreja Católica:

[...] Foi nosso senhor Jesus Cristo, fiéis, que fundou a sua Igreja e conseqüentemente só ela é a verdadeira, cujo ensino vem do mesmo Senhor: nela não há erro, porque o seu fundador é a fonte de toda sabedoria, santidade e perfeição. Portanto, a Igreja é a consagração dos fiéis que, por dever indeclinável, devem curvar-se reverentemente diante de Deus, rendendo-lhes as devidas adorações, invocando seu nome com amorosa confiança, tendo por certo que Deus lhe será propício. Vejam, fiéis, se não é de grande utilidade e agradável aos divinos olhos do nosso Bom Deus a construção dos templos? Á vista destas verdades quem deixará de concorrer para a construção dos templos? Quem ainda se nutrirá da tibieza e indiferentismo para fim tão útil e importante, que se bem considerasse a criatura os merecimentos que em vida mesmo alcança de Deus, certamente não deixaria de concorrer com suas esmolas e com o os seus braços para construção de tão belas obras. Cabe-me ainda o prazer de declarar-vos que já rendi as devidas graças ao Bom Jesus por me ter prestado o seu poderoso auxílio a fim de eu levar a efeito a obra do seu servo, que a não ser tão belíssima pessoa, certamente não conseguiria realizá-la. Praza aos céus que os habitantes de Belo monte saibam agradecer cordialmente os benefícios que acabam de receber do

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

Bom Jesus, que é uma prova que atesta do modo mais significativo os tesouros da sua infinita bondade e misericórdia. (NOGUEIRA, 1997: 183-184).

A visão de mundo que tinha Conselheiro era totalmente centrada na vontade divina. Na passagem a seguir, sua visão explicita seus descontentamentos sobre o novo regime político e coloca a função principal que cabe ao povo, segundo ele, seguir a vontade de Deus; sendo assim, “[...] a questão da visão de mundo de Conselheiro, poderíamos sintetizá-la dizendo que ela é conservadora, teocêntrica e teocrática”. (DOBRORUKA, [20--], 2010b: 14). Vale a longa passagem aprofundando os pareceres:

[...] Todo poder legítimo é emanção da Onipotência eterna de Deus e está sujeito a uma regra divina, tanto na ordem temporal como na espiritual, de sorte que, obedecendo ao pontífice, ao príncipe, ao pai, a quem é realmente ministro de Deus para o bem, a Deus só obedecemos. Feliz aquele que compreende esta celestial doutrina, livre da escravidão do erro e das paixões, dócil à voz de Deus e da consciência, goza da verdadeira liberdade de princípio falso e dele não se pode tirar consequência legítima: sustentar o contrário seria absurdo, espantoso e singularíssimo; porque, ainda que ela trouxesse o bem para o país, por si é má, porque vai de encontro à vontade de Deus, com manifesta ofensa de sua divina lei. Como podem conciliar-se a lei divina e as humanas, tirando o direito de quem tem para dar a quem não tem? Quem não sabe o que o digno príncipe, o senhor Dom Pedro [...] tem poder legitimamente constituído por Deus para governar o Brasil? Quem não sabe que [...] Dom Pedro II, de saudosa memória, não obstante ter sido vítima de uma traição a ponto de ser lançado fora do seu governo, recebendo tão pesado golpe, que prevalece o seu direito e, conseqüentemente, só sua real família tem poder para governar o Brasil? Negar estas verdades seria o mesmo que dizer que a aurora não veio descobrir um novo dia. O sossego de um povo consiste em fazer a vontade de Deus e para obter-se a sua glória é indispensável que se faça a sua divina vontade. (NOGUEIRA, 1997: 186-187).

Antônio Conselheiro estruturou também pensamentos acerca dos decálogos²³³, julgando o roubo como um grave pecado passível de rigorosa punição; pois, incentivava a mendicância visando ao hábito da caridade, ato que, segundo ele, agrada ao próprio Deus.

Que ofensa terrível comete neste preceito aquele que furta qualquer coisa do próximo. Se a criatura considerasse na gravíssima responsabilidade de semelhante dano, nunca o haviam de cometer. Se o primeiro passo dado pelo ladrão na carreira do crime fosse logo rigorosamente punido, a ponto de não sair da cadeia, não haviam de se ver tantas desgraças. Fugam deste pecado que é enorme. [...] Tomem o exemplo de São Luís rei de França que, quando distribuía as esmolas com os pobres, não fazia exceção de pessoas, até aos infieis socorria; e por essa causa muitos se converteram a nossa santa fé: por verem a grande caridade com que um rei cristão procedia para com eles. [...] Considerem o valor que tem a caridade diante de Deus, para não deixarem de praticá-la pelo incomparável bem que dela resulta. Um brado unânime se deve pronunciar contra os ladrões, pelos prejuízos que causam com tão enorme procedimento. Sim, não deve protegê-los para exemplo daqueles que os queiram imitar. Quem desconhecerá que a impunidade daquele que comete o furto serve de animação aos outros para cometê-lo? O homem não pode pois justificar o seu procedimento a respeito de tirar o alheio por mais pobre que ele seja, deve atirar-

²³³ Decálogos: “Os dez mandamentos da lei de Deus.” MELHORAMENTOS. Minidicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos. p. 287

09 a 13 de maio de 2011

se ao trabalho para dali tirar o meio da sua subsistência e de sua família.
(NOGUEIRA, 1997: 140-141)

Colocados os trechos das amplas prédicas de Antônio Conselheiro, proferimos uma análise seguida de breves comentários não turvando o entendimento do que pode ser mapeado ao longo de toda obra manuscrita examinada por Ataliba Nogueira. E mesmo não seguindo linearmente as palavras de Conselheiro, fica clara a ortodoxia dos ensinamentos ali contidos. (DOBRORUKA, [20--]b: 5). Canudos foi uma aglomeração de sertanejos religiosos que em seus hábitos se amalgamaram moralmente pela religiosidade cristã de seu líder. Uma liderança que infringira regras do mandonismo da Igreja Católica, incomodando seu poder e desafiando a autoridade dos coronéis com sua autarquia.

Considerações finais

O enfoque no estudo deste tema buscou acentuar que 114 anos depois a importância de reestruturar análises sobre o tema de Canudos reside em privar de fugas interpretativas o personagem central do drama histórico como líder messiânico, pregador milenarista, fanático religioso, entre outras. Assim como o movimento de Canudos ser abordado como reduto expressivo da luta de classes entre sertanejos e latifundiários.

O cristianismo sertanejo teve como militante genuíno o beato Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, tendo a religião como ponto central, aglutinador e fundador da população do movimento que ergueu Canudos. Perorar a questão da religiosidade e Antônio Conselheiro como agente interlocutor de conhecimento erudito e transeunte guia da cultura subalterna é uma hipótese para entender este momento trágico da história do Brasil que se transformou em marco funcional da República.

Fontes

COSTA, Nicola S. **Canudos**: ordem e progresso no sertão. São Paulo: Moderna, 1990.

DOBRORUKA, Vicente. **A teologia de Antônio Conselheiro à luz de seu manuscrito de 1897**: observações sobre pontos específicos do pensamento conselheirista. [S.I., 20--]. Disponível em: <http://www.pejunb.org/downloads/art_teologia_ac.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2010a.

DOBRORUKA, Vicente. **Antônio Conselheiro, profeta do sertão?** [S.I., 20--]. Disponível em: <www.pej-unb.org/downloads/art_conselheiro.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2010b.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HERMANN, Jacqueline. Canudos: a terra dos homens de Deus. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 9 out. 1997. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/Brasil/cpda/estudos/nove/jacquel9.htm>>. Acesso em: 20 abril. 2010.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. **Belo Monte**. Uma história da Guerra de Canudos. São Paulo: Moderna, 1997.

MELHORAMENTOS. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1988.

MONIZ, Edmundo. **Canudos**: a luta pela terra. São Paulo: Global, 1984.

NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

OLIVEIRA, Daniela B. de. A República do Carnaval: um olhar estrangeiro sobre Canudos. In: Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. **O Brasil em Conflitos Armados**: guerras, revoltas e revoluções. Juiz de Fora, UFJF, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **O corpo e a alma do mundo**. A micro-história e a construção do passado. [S.I., 199-]: UNISINOS. Disponível em: <http://www.unisinus.br/publicacoes_cientificas/images/stories/sumario_historia/vol10n8/18h_istorian10vol8_artigo12.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2010.

ROSA, Helena. **História Oral e Micro-História**: aproximações, limites, e possibilidades. [S.I., 20--]. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Helena%20Rosa.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997a.

_____, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002b.

VILLA, Marco Antônio. **Canudos – O povo da terra**. São Paulo: Ática, 1995.

**Canudos: genocídio ou despreparo militar. Um estudo sobre as campanhas militares
contra Antonio Conselheiro.**

Marcos Antonio Tavares da Costa *

Resumo: Em 1897, o sertão baiano foi testemunha de um dos maiores embates armados dentre todos aqueles ocorridos no território brasileiro. Os sertanejos, liderados por Antônio Conselheiro, lutavam por sua existência, dentro de uma vida tão castigada; o Exército Brasileiro procurava se impor como uma instituição tradicional, invicta nos campos de batalha e respeitável. Nesta luta entre irmãos, emergiria um das grandes catástrofes de nossa história.

Abstract: In 1897, the bahian hinterland was witness of one of the greater strikes armed amongst all those occurrences in the brazilian territory. The man of the hinterland, led for Antônio Conselheiro, fought for its existence, inside of a life so punished; the Brazilian Army looked for to impose itself as a traditional institution, invincible in battlefields and the respectable. In this fight between brothers, one of the great catastrophes of our history would emerge.

Introdução

Em meados do século XIX, o Brasil vivia mergulhado em incertezas políticas e econômicas decorrentes da instabilidade que se seguiu após a mudança do regime monárquico para o republicano, em 1889.

A sociedade brasileira, refém das decisões dos poucos homens que detinham o poder, adquirido por meio da força de seus recursos ou pela opressão ao povo, pouco participava da vida política, seja pelo desinteresse ou total impossibilidade imposta por lei. Sofria com a desatenção do Estado e com a falta de investimentos em setores como saúde, educação, infraestrutura e trabalho.

No Norte e no Nordeste, regiões que sempre se ressentiram do distanciamento, físico e de interesse, do centro governamental do país baseado no Sudeste, sofriam, também, com as consequências das secas, das doenças endêmicas, da fome pelas condições de falta de emprego, das precárias condições de vida e pelo banditismo existente nas regiões mais ermas.

* Mestre em História, Cultura e Poder pela UFJF.

09 a 13 de maio de 2011

Na região mais árida da Bahia, a forte religiosidade do povo paupérrimo, contrastava com a descrença na vida terrena guiada por políticos e poderosos donos do poder que há décadas dominavam as localidades sem demonstrar a intenção de amenizar as dificuldades da população, mas mantendo a paz por meio de poucas benesses e da vigilância cerrada `a oposição do equilíbrio favorável a esta elite.

Em outubro de 1896, um homem simples, conhecido profeta da região de Arraial de Canudos, Antonio Vicente Mendes Maciel, o “Antônio Conselheiro”, já agregava dezenas de pessoas com a promessa de fundar uma sociedade crente na palavra de Deus, autosuficiente no que se refere ao controle público e secular e às necessidades econômicas. Naquele mês, iniciariam eventos que marcariam para sempre o sertão baiano e a história do Brasil.

O Exército Brasileiro tivera importante participação no processo de instauração na República, como instituição garantidora de uma nova Ordem que substituiria a combalida monarquia dirigida por D. Pedro II, que, todavia, ainda gozava da confiança de boa parte da população e da sociedade política que creditavam à Coroa brasileira a grandeza do País.

Os militares, acionados tantas vezes para garantir a paz e a unidade da Nação, eram também as máquinas para consolidar o poder republicano, que nascia mal arquitetado nas brasas de uma monarquia ainda lembrada. A liderança do Exército em conduzir os rumos do jovem país, nunca estivera tão à prova como nos primeiros anos do novo regime.

Nos últimos anos daquele século, o povo descalço de Conselheiro e o invicto Exército Brasileiro, vencedor na Guerra da Tríplice Aliança e de Duque de Caxias, se enfrentariam naquelas que se tornariam umas das mais incompreensíveis batalhas da nossa história.

Este artigo tem por finalidade analisar as campanhas militares desenvolvidas pelo Exército Brasileiro contra o povo do Arraial de Canudos, em 1897, destacando as ações que conduziram ao aniquilamento da sociedade criado por Antônio Conselheiro.

A República e o Exército

O início da república brasileira foi o resultado, entre outras causas, da insatisfação dos militares quanto ao descaso do Imperador D. Pedro II em relação a não satisfação de promessas feitas à tropa, logo após a vitória na Guerra contra o Paraguai. Não foram, inclusive, amparadas famílias de homens mortos nos combates, contribuindo para a desconfiança quanto à lealdade do monarca aos soldados que garantiram a paz no continente. Além disso, os escravos que lutaram ao lado de libertos e dos brancos ganharam a simpatia

09 a 13 de maio de 2011

dos militares para a busca pela abolição, levando ao Exército a se recusar perseguir negros fugidos das fazendas.

Em 1883, o Tenente-Coronel Sena Madureira foi punido ao criticar o projeto do Visconde de Paranaguá em obrigar que os militares contribuíssem para o Montepio, um fundo que tratava de possibilitar a melhoria da qualidade de vida e de saúde.

Após novos desentendimentos entre atitudes tidas como de insubordinação de oficiais do Exército, como o próprio Sena Madureira e o Coronel Cunha Matos, que criticavam decisões do governo por meio da imprensa, as relações entre os militares e D. Pedro II acabaram se tornando tensas, levando a que os ideais republicanos fossem facilmente apreendidos por parte da tropa, principalmente com a criação do Clube Militar, em 1887.

Em 1889, após estratégias políticas dos novos republicanos, Deodoro da Fonseca proclamou a República, sem nenhuma oposição do monarca, dos seus seguidores monarquistas e do povo.

A República permaneceu instável politicamente devido à ruptura abrupta da monarquia, o que gerou ambições devido a esse “vácuo” de poder que não fora ocupado pelo novo regime. Então, em 1892 e 1893, eclodiram as Revoltas Federalista e da Armada, respectivamente. Apesar das vitórias das Forças Armadas legalistas, auxiliando na consolidação republicana, as ações vitoriosas do tipo guerrilha dos revoltosos no Sul apontavam para as dificuldades encontradas pelo Exército neste tipo de enfrentamento, já que principalmente após a Guerra do Paraguai, seu aparato bélico havia sofrido grande retrocesso.

Sofrendo com péssimos salários, a Escola Militar optou, a partir de 1874, em priorizar o ensino teórico e formal dos seus oficiais, inclusive concedendo o título de bacharel em Ciências Físicas e Matemática, criando um fosso entre os militares experientes dos quartéis, que foram apelidados de “tarimbeiros” e os bacharéis, que consideravam o trabalho nas tropas abaixo de suas qualidades.

Aliado a isso, eram negativas as faltas de modernização de armamentos e de líderes que chamassem a atenção dos militares quanto à responsabilidade na defesa do país e não à constante preocupação com a política e com conspirações internas.

Um desses bacharéis foi o renomado escritor Euclides da Cunha, que também foi contumaz crítico da monarquia e seguidor do positivista Benjamim Constant, professor na Escola Militar da Praia Vermelha. Cunha foi reintegrado ao Exército logo após a proclamação de 1889, e entre outras atividades, quase sempre na área acadêmica, foi convidado pelo jornal *O Estado de São Paulo* para cobrir o fim da campanha em Canudos, em 1897. Suas

09 a 13 de maio de 2011

experiências como militar e escritor foram preponderantes para o entendimento do conflito e para o amplo conhecimento deste evento ao longo da História.

A falta de atrativos salários do Exército tornava a profissão pouco procurada e extremamente desprestigiada pelos governos, mesmo com as revoltas internas. A falta de rumos para o setor de defesa e de aparente paz no subcontinente sul-americano, contribuíram para a falta de adestramento de suas tropas, da falta do conhecimento de novas técnicas de guerra, do desprezo do estudo do passado que poderia contribuir para a evolução tática do presente e do conhecimento dos diversos ambientes de combate do próprio país, que seria primordial para a Guerra de Canudos.

A República manteve, como a Monarquia fizera, a crença nas Forças Armadas, principalmente no seu invicto Exército, para garantir a integridade do Brasil e a paz diante de líderes locais em busca de mais poder, baseada, sobretudo, no Coronelismo e suas relações, da cobiça sempre presente de outros países e da possibilidade de uso da agitação popular em prol de ambições políticas. Canudos surgiria como uma revolução puramente popular, de origem religiosa e messiânica, que escapava do controle da Igreja e do Estado, seguindo suas próprias necessidades e interesses.

Antonio Conselheiro e o povo de Canudos

O homem do sertão baiano da época de Antonio Conselheiro era “retrógrado” como testemunhou Euclides da Cunha, mas não era um selvagem, não era alheio às convenções legais e morais nas quais, inclusive, se via como ativo participante, pois comungava de um catolicismo rígido capaz de punir àqueles que transgrediam das normas da Igreja.

O sertanejo era produto de uma sociedade que vivia de uma decadência anterior ao retrocesso vivido pelo homem do litoral, que desde o século XVIII, assistiu o aumento da importância das capitanias mais ao sul, devido à descoberta do ouro e o conseqüente direcionamento administrativo por parte da Coroa, para esta região. Sua sociedade vivia sob o permanente isolamento causado pelas constantes secas que matavam pessoas, plantações e gado, ampliando a pobreza e a desesperança daquele povo. Isolamento agravado pelo esquecimento de todos os poderes da nação, desde os reinados portugueses e brasileiros, passando pelos governos estaduais e pela novíssima República.

09 a 13 de maio de 2011

O homem do Sertão, como afirmou Pernambucano de Mello²³⁴, fora forjado sob os combates contra os índios, contra a natureza que contava com uma agressiva fauna que incluía onças e porcos-do-mato. E, ainda, da vegetação rasteira e espinhosa da caatinga, que exigia altas doses de perseverança do povo para a lida na roça, criando e plantando sob um causticante sol apenas com a esperança que a chuva viria com o próximo inverno.

O sofrimento tornou o homem da caatinga corajoso diante de adversidades, embrutecido perante a dor e o sangue. Tornou-o parte daquele meio que exigia mais do que oferecia, completando um ciclo de isolamento e miséria que caracterizava o semi-árido nordestino.

“Coisa de cabra-macho” é a afirmação do nordestino para demonstrar sua qualidade mais valiosa, a coragem. O homem que doma desde cedo o gado e se embrenha no sertão à procura do alimento, não fazendo planos para o futuro, mas acreditando na sua fé que viverá um dia após outro. Com a coragem vem a violência que resolve suas questões pessoais, a garantia de que a honra e os impasses serão resolvidos na faca ou na bala.

Para o povo do litoral e, principalmente, para a população do centro administrativo brasileiro, a compreensão daquela porção do país era ou de puro desconhecimento ou de puro preconceito. O banditismo materializado pelos pistoleiros, pelos assaltantes, pelos jagunços e pelos cangaceiros, fortalecia no imaginário da sociedade “civilizada” a noção de terra sem lei, tipicamente medieval ou pré-colonial, em que todos os que ali habitavam nutriam da mesma fonte de violência desmedida e agressividade. Na verdade, havia lei nestas terras, mas era incompreendida por um povo que se ressentia do Estado, da Justiça e até da Igreja para os suas mais básicas necessidades cidadãs, com a incompreensão, surgia a lei do mais forte, da vingança e da violência.

Neste mundo de rusticidade surgiu Antônio Conselheiro, nascido Antonio Vicente Mendes Maciel, da cidade de Quixeramobim, no Ceará. De origem humilde, órfão desde criança de sua mãe, ex-comerciante, ex-professor primário, ex-advogado prático, traído pela esposa, tornou-se pregador e profeta nas regiões mais pobres da Bahia, onde conseguiu seguidores e admiradores, inclusive ex-escravos em busca de esperança. Andarilho de Deus em uma terra em que profetas e beatos não eram incomuns, Conselheiro só alcançou sua parte na História, muito provavelmente com os acontecimentos catastróficos de Canudos. Ninguém poderia explicá-lo sem ligá-lo a sua comunidade, era um personagem atrelado ao evento, que

²³⁴ MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol*. 2004. Ed Girafa.

09 a 13 de maio de 2011

por sua vez, estava fadado ao seu líder. Não existiria Canudos sem Conselheiro, não haveria esse profeta sem o fatídico Arraial.

Considerado santo para aquele povo, Conselheiro fundou o Arraial de Canudos, em 1893, na região conhecida como Vaza Barris, próximo à Juazeiro. Nela prometeu fundar uma sociedade crente na palavra de Deus, igualitária e distante dos pecados dos homens. Em pouco tempo, milhares de pessoas acorreram à Canudos em busca de Conselheiro e das áridas terras para cultivar, mas para as autoridades nada havia a temer, ainda era um povo atrasado, inculto e insignificante.

Em outubro de 1896, um desentendimento causado pela não entrega de um carregamento de madeira para a construção de uma igreja no Arraial, causou uma histeria coletiva na cidade de São Francisco, que alimentava um temor de que Conselheiro e seus homens atacariam a população em represália pelo acordo não cumprido. O profeta ameaçou cumprir o acordo à força, o que foi a justificativa para que o Juiz de Juazeiro, um antigo desafeto de Conselheiro, solicitasse apoio de tropas ao governo estadual da Bahia, visto que as guarnições policiais de Juazeiro e imediações não seriam suficientes para garantir a segurança.

Da característica própria do sertanejo em resolver suas pendências à força, aliada ao desejo de vingança de um magistrado e o preconceito quanto à gente pobre de Canudos, os elementos iniciadores de uma tragédia estavam postos às mãos de indivíduos ignorantes no conhecimento de seus adversários. Faltava o entendimento do modo de vida do sertanejo vivente no Arraial, bem como faltava a este perceber que os rumos da República, haja vista os acontecimentos no Sul do país, eram dirigidos para retaliar qualquer ameaça a sua consolidação.

A figura noturna e fantasmagórica de Antônio Conselheiro ampliava o temor e o ódio cada vez mais motivadores de uma ação dos membros de uma “civilização” que se julgava mais moderna:

Vestia túnica de azulão, tinha a cabeça descoberta e empunhava um bordão. Os cabelos crescidos sem nenhum trato, a caírem sobre os ombros; as longas barbas grisalhas mais para brancas; os olhos fundos raramente levantados para fitar alguém; o rosto comprido de uma palidez quase cadavérica; o porte grave e ar penitente²³⁵.

A caminho da barbárie

²³⁵ CUNHA, Euclides. Os Sertões. pag 99.

09 a 13 de maio de 2011

Em 7 de novembro de 1896, o tenente Manuel da Silva Pires Ferreira chegava em Juazeiro com pouco mais de cem homens vindos da capital com a certeza do Estado que seriam suficientes para a debelar a pretensa revolta que temiam pudesse ocorrer.

O cenário de desolação de que já vivia a cidade e as histórias de crueldade que eram ouvidas no litoral, mas que foram observadas de perto pelos soldados de Manuel Ferreira, criaram um efeito de apreensão semelhante aos modernos padrões de guerra psicológica que os Exércitos mais preparados costumam empregar. Mentalmente, aqueles homens já chegavam derrotados ao sertão, mas não havia como recuar antes dos primeiros disparos. Eram soldados, e o adversário era apenas um bando de famintos sertanejos.

Despreparados, porém, para enfrentar uma caminhada forçada de 200 Km, a guarnição não possuía meios de alimentação e água suficientes, nem mesmo armamento e munição capazes de enfrentar combates mais longos, mesmo assim o seu comandante decidiu prosseguir, com dois guias, em meio à caatinga desconhecida pela tropa, que já ansiava retornar antes de lutar.

No dia 19 de novembro chegavam ao Arraial de Uauá, após sete dias de marcha à pé, em que o sol exauria as forças dos homens desacostumados com um calor de mais de 40° após às 10 horas da manhã. Neste local, compreenderam a reação de medo e de fuga da população, diante do que viria pela frente, renunciando o combate que aconteceria. Os observadores de Conselheiro já acompanhavam a tropa logo em que se aproximava da região, avaliando decerto sua força numérica, seu estado moral e físico e seu armamento. Viram uma tropa exausta, que se jogou para descansar em qualquer local à sombra, sem perceber o êxodo dos moradores nem determinar medidas de segurança e proteção para evitar ações dos jagunços. Passaram mais um dia apenas descansando e reverberando planejamentos inúteis, cujo tempo perdido foi salutar para a preparação de Antônio Conselheiro.

Na manhã de 21, um movimento semelhante a uma procissão aproximou-se de Uauá demorando a despertar os soldados de seu profundo sono, provocando uma reação quando já estavam próximos da orla do Arraial. Houve uma agitação desproporcional ao que poderia vir, a ponto de desorganizar o que já não era propriamente um exemplo de tropa acampada à espera de um combate. Os cânticos ouvidos ao longe estavam mais para antigas rezas do que gritos de guerra que antecederiam as batalhas medievais, mas para a força estadual já abatida somente com o cansaço da marcha e a pressão psicológica do enfrentamento iminente, as lamúrias características desses cantos religiosos, apavoraram a tropa.

09 a 13 de maio de 2011

Não havia, a princípio, atitudes mais agressivas dos sertanejos, haja vista que se dirigiram à Uauá pela manhã, e não utilizaram as cobertas naturais proporcionadas pela noite para emboscar os soldados. Estavam armados de velhas espingardas, chuços de vaqueiros, foices e qualquer outro utensílio comum ao homem do sertão que pudesse ser empregado como arma. Caminhavam talvez para o provável apocalipse que aconteceria com a ação de uma tropa vinda da capital, bem uniformizada e pronta para o combate. Estavam resignados para o juízo final. O que encontraram foram homens despreparados para a guerra e para o diálogo que poderia impedir a carnificina que se seguiu e até evitar as próximas expedições.

Agitados e descoordenados, os soldados atiraram para todos os lados, sem atender aos comandos de seus chefes, e estes, por sua vez, demonstraram a surpresa de serem investidos por aquele povo, que não sentia o temor da morte. A surpresa também ocorreu pelo lado dos sertanejos, que sem a formação devida para o combate, foram sendo dizimados pela tropa. Dos mais de mil homens, alguns relatos dizem três mil, mais de 150 foram mortos, sendo que os militares tiveram dez vítimas fatais, segundo Cunha.

O destempero causou a decisão de retirar-se da área, mesmo com a possibilidade de ação contra Canudos, que afinal não havia sido alcançada. A chegada em Juazeiro, após quatro dias, apresentou homens visivelmente combalidos pelo terreno difícil, calor, fome e sede, mas principalmente pela demonstração de tenacidade que o povo de Conselheiro agira. Esta visão somente ampliou a preocupação das autoridades quanto à necessidade de aniquilar Canudos e agravou o sentimento de repulsa e temor do povo das cidades, que também não compreendia os seguidores do beato.

Procurando a reação, as autoridades estaduais e agora com o auxílio federal, compuseram uma nova tropa com mais de 500 homens, armada com 4 metralhadoras Nordenfeldt e 2 canhões Krupp, de origem alemã. Homens de Sergipe e de Alagoas reforçaram as tropas baianas. Uma estratégia estava traçada, que consistia em atacar Canudos por dois pontos, a partir do distrito de Queimadas, de forma que o Arraial fosse cercado e os sertanejos ou se rendessem ou fossem abatidos.

No fim de 1896, a nova formação chegou à Monte Santo, recebida com festa pela população e pelas autoridades, aumentando a confiança dos militares quanto à certeza da vitória. Muitos dias, no entanto, se passaram naquela localidade sem que houvesse planejamentos ou reconhecimentos da região. Não houve preocupação com a logística que deveria ser aprimorada para se contrapor às dificuldades impostas pelo clima e pelo terreno difícil. A soberba dos comandantes militares quanto à superioridade em relação aos sertanejos

09 a 13 de maio de 2011

os fez, mais uma vez, não enxergarem as deficiências quanto ao desconhecimento de um ambiente que era o reduto do adversário.

As tropas partiram em 12 de janeiro de 1897, da mesma forma que a desastrosa coluna do tenente Ferreira. Estava uniformemente agrupada em uma estrada estreita como se caminhasse para um treinamento e não para uma guerra. As dificuldades eram ainda maiores devido à necessidade de alimentar uma tropa mais numerosa e pelos movimentos lentos dos canhões krupp, puxados por carros de boi em caminhos pedregosos.

No dia 17 de janeiro já não havia mais alimentação de reserva para os homens, somente um guia permaneceu fiel à tropa. Os acampamentos eram semelhantes ao desastre anterior, com soldados jogados ao chão sem se preocupar com a segurança. O desânimo já era evidente e à apenas 10 quilômetros de Canudos, os homens descansaram rodeados de elevações e vegetações que serviriam de abrigos e cobertas para os sertanejos. Ao prosseguirem no outro dia, pelos caminhos estreitos da Serra do Cambaio, foram surpreendidos pelos jagunços camuflados em meio às pedras e arbustos, utilizando-se habilmente o relevo, como fizeram mais de 200 anos antes, os pernambucanos em Guararapes nas Guerras Holandesas.

O major Febrônio, comandante das tropas, ainda procurou manobrar as frações, que contra-atacavam os sertanejos entrincheirados nos morros, mas se tornavam alvos fáceis pela inaptidão em moverem-se através do terreno difícil.

Os canhões foram uma surpresa para os jagunços, que não conheciam o armamento, mas sua utilização não causou baixas aos homens de Canudos, pela dificuldade em colocá-lo em posição. Os sertanejos, no entanto, criavam condições próprias de superar a maior qualidade do armamento das tropas. Utilizavam o salitre, o carvão e o enxofre da região, juntamente com pedras em vez de balas de ferro, para empregarem nas velhas espingardas, bem como tinham uma peculiar técnica de atuarem em grupos de 4 ou 5 homens numa mesma posição de modo que o melhor atirador sempre tivesse uma arma à mão, enquanto os outros responsabilizavam-se pelo carregamento.

Apesar das baixas, a tropa seguiu para Canudos e com salvas dos Krupp, demonstrou sua força, enquanto os soldados lutavam no corpo à corpo com os sertanejos. A vitória poderia ter acontecido, se houvesse mais homens em reserva e organização nas suas fileiras. O próprio Conselheiro já esperava o pior, quando Febrônio optou pela retirada.

Uma vez mais, a falta de suprimentos, de alimentação, água e munição, prejudicava o combate, agravado ainda mais pela falta de experiência daqueles homens em conflitos

09 a 13 de maio de 2011

naquele ambiente. Os sertanejos, apesar de maior número, não seriam páreo para as tropas de linha, mas a astúcia foi mais importante naquele momento.

Os soldados que restaram, inclusive seu comandante, chegaram à Monte Santo maltrapilhos, sujos, feridos e derrotados. O Exército invicto de Caxias temia pelo fracasso. Alguma providência teria que ser tomada.

Para a 3ª expedição, convocaram um herói da campanha contra os revoltosos federalistas do Rio Grande do Sul: o Coronel Antônio Moreira César.

Moreira César foi um oficial conhecido por sua coragem diante de situações de risco e de uma peculiar inflexibilidade, como ficou comprovado nas ações devastadoras contra os insurretos na pacificação de Santa Catarina. Apesar de sua experiência, Moreira César era um homem doente, que sofria de ataques epiléticos constantemente. Além disso, se assemelhava com a falta de habilidade para o diálogo do Governo de Prudente de Moraes, que seria necessária para que o conflito chegasse ao final sem mais derramamento de sangue. Então, foi formado mais um agrupamento de tropas, mas os erros anteriores não foram assimilados.

Mais uma vez aumentaram-se os efetivos de tropas de linha, como que somente isso fosse a solução para finalmente vencer os homens de Conselheiro. Foram agrupados soldados do Nordeste e até de São João Del Rei, tropas de artilharia e de cavalaria, totalizando 1300 homens, com farta munição (15 milhões de tiros de espingarda e 70 de canhões). Para as autoridades públicas, uma nova derrota era fora de qualquer previsão.

Saíram de Monte Santo em 22 de fevereiro, seguindo novamente com uma formação inflexível, que chegava a ter 3 quilômetros de extensão, por meio de estradas de difícil acesso, com um calor abrasivo que castigava ainda mais os soldados em seus uniformes feitos de tecido impróprio, que rasgava com facilidade na vegetação espinhosa. Para o problema de falta de água se pensou no uso de uma bomba artesiana, que não funcionou devido à falta de um bate-estaca para penetrar no solo. Em poucos dias, a tropa já estava exausta das longas marchas de 50, 60 Km por dia, com o Comandante Moreira César necessitando de longas paradas devido aos ataques epiléticos. Seu subcomandante, o Coronel Tamarindo, assumia suas funções de comandante substituto.

Os soldados mais uma vez sentiam o peso do desconhecimento de um ambiente inóspito até para os sertanejos, o que dirá para o homem do litoral e do Sudeste do País? A garganta seca, a moleza que se apoderava do corpo, as queimaduras causadas pelo sol e as feridas que surgiam pelo contato com os arbustos, as bolhas nos pés e nas mãos, maltratavam

09 a 13 de maio de 2011

os militares, que, assim como nas outras expedições, eram observados pelos jagunços, que esperavam o melhor momento para o ataque.

O primeiro desses ataques foi tímido, e levou a Moreira César entender que os sertanejos estavam despreparados. Estes, no entanto, estavam apenas testando o poder de reação e de fogo das tropas.

O avanço da tropa seguiu firme em direção à Canudos, estavam animados com a possibilidade de derrotarem e destruírem o Arraial, que já havia aumentado em tamanho e população com as histórias de sucesso de Antônio Conselheiro. Desta vez os soldados chegaram tão próximo à Canudos que seus canhões atingiram algumas de suas cinco mil casas. Do alto do morro da Favela, traçaram o plano de ataque prevendo a investida sobre a pequena localidade.

Os batalhões iniciaram o ataque prevendo um único objetivo dentro do Arraial, o que provocou o chamado “fratricídio” ou “fogo amigo” em que as próprias linhas amigas atingiam umas as outras. A pequena localidade era uma novidade para os soldados, era um tipo de combate que seria mais comum anos mais adiante, na Segunda Guerra Mundial. Naquela época, no final do século XIX, as guerras se desenvolviam em grandes campos, a não ser que fosse uma guerra de guerrilha, que mesmo assim se utilizava de emboscadas em zonas distantes da área dos guerrilheiros.

Nas ruas estreitas, construídas de forma irregular, sem visão ampla do conjunto, a passagem das tropas era feita com dificuldade. Os homens perdiam de vista seus companheiros e eram atingidos pelos sertanejos de dentro das casas. Não havia como retornar às linhas iniciais e o rumo em direção ao centro do Arraial parecia suicídio. Para dificultar ainda mais essa progressão, os tiros de canhões haviam acarretado em escombros enormes que impediam a marcha entre as casas e a entrada da Cavalaria, encurralando os soldados, que viraram presas fáceis dos jagunços.

O despreparo dos homens e o desespero pelos dias ao longo da caatinga, fizeram com que as primeiras providências dos soldados fossem invadir casas para furtar água e comida. Nessas ações eram abatidos pelos tiros vindos de fora das residências.

Moreira César, ao tentar observar e interceder de perto no combate, entrou no Arraial e foi logo atingido. A impossibilidade de assumir a região, deixou as tropas em pânico e a retirada mais uma vez foi ordenada. Não havia médicos suficientes para tantos feridos e os que tinham condições de fugir assim o fizeram. A morte confirmada de Moreira César deixou

09 a 13 de maio de 2011

o novo comandante em estado de inércia, o Coronel Tamarindo não mais liderava, apenas deixou para cada um a responsabilidade por sua vida.

A retirada feita sem planejamento causou o abandono de feridos e mortos e de material deixado para os sertanejos, inclusive os canhões krupp. Os jagunços perseguiram os militares pelo sertão, matando o Coronel Tamarindo, pendurando o seu corpo e de outros soldados nas árvores, como um aviso às outras tropas que por ali se aventurassem.

Mais uma vez os erros em subestimar um adversário humilde, mas sábio no conhecimento de um terreno em que nascera e vivia; em empregar técnicas que não eram apropriadas para aqueles combates; em deixar levar a emoção de uma vitória fácil quando o foco deveria ser um melhor planejamento e ação de seus líderes, que poderiam prever um cerco ao Arraial, ao invés de investir de forma direta. Erros na falta de uma logística apropriada, onde a alimentação e água estivessem sempre à disposição das tropas, e a falta de um reconhecimento das peculiaridades da localidade. Ensinaamentos que já existiam em casos históricos anteriores, como na Guerra do Paraguai. E, por fim, a falta de resistir ao invés de retrair, somente fortaleceu os homens de Conselheiro e provocou o recrudescimento da reação da República.

As notícias chegaram de forma ainda mais grave às autoridades republicanas. O povo distante milhares de quilômetros de Canudos entrou em desespero diante da quase aniquilação da tropa do Exército e dos oficiais renomados que a formaram. A histeria formou-se a ponto de tornar Conselheiros e seus seguidores em inimigos do Estado e não criminosos comuns, como poderiam ser considerados aqueles que tomaram parte dos combates. A preparação para um desfecho cruel estava em curso.

O Governo e o Exército formaram, então, uma grande 4ª expedição, que contou com mais de 5 mil homens divididos em 6 brigadas, comandadas por três generais. Somente na Guerra do Paraguai algo assim havia sido realizado. Desta vez, um batalhão inteiro da Polícia Baiana era formado por jagunços conhecedores do ambiente do sertão, eles iriam fazer a diferença.

Homens de todo o Brasil, inclusive voluntários, seguiram nas tropas para a Bahia, permaneceram por três meses em treinamento para os combates em Canudos. Em fins de junho de 1897, os primeiros combates demonstraram que os erros ainda não haviam sido corrigidos. A fome passou a ser novamente um problema e as doenças faziam as baixas aumentarem. Em agosto, mais de 2000 homens tiveram problemas com a fadiga e exaustão.

09 a 13 de maio de 2011

Mais 3000 homens foram convocados e o Governo determinou ao Marechal Bittencourt, seu secretário de Guerra, que corrigisse os erros no planejamento. Bittencourt identificou a falta de uma linha de suprimento que levasse alimentação, munição e água até as tropas próximas de Canudos. Ao acertar a logística, Bittencourt possibilitou a ação mais vigorosa da tropa.

Em setembro os ataques reiniciaram, a defesa do Arraial já não era aguerrida. Conselheiro estava morto desde 22 de agosto e os jagunços mais experientes haviam fugido. Os meses que passaram, as derrotas e mortos dos outros combates, deixaram os militares embrutecidos, não havia espaço para perdão ou para humanidade. Todos os moradores de Canudos pagariam pelos crimes imputados pela República envergonhada. Algumas mulheres e crianças foram poupadas, mas nos combates diretos, nem essas escapavam.

Em 05 de outubro o Arraial estava aniquilado, sendo explodido no dia seguinte. O corpo do profeta foi desenterrado, sua cabeça arrancada e levada para a capital. Os corpos dos sertanejos mortos foram queimados para não deixar rastros da carnificina.

Nada haveria de ser guardado, não havia espaço para remorso ou vergonha. Tudo era foi uma página virada para as autoridades e para o Exército.

Conclusão

Bittencourt foi a última vítima de Canudos, ao ser assassinado no lugar do Presidente, por Marcellino Bispo de Mello, em um atentado no dia em que recepcionavam os veteranos de Canudos.

Canudos ficou como um acontecimento, ainda incompreendido, em que homens sem treinamento em combates derrotaram por três vezes forças melhor armadas e até mais numerosas. Ficou o ensinamento para o Exército de que era necessário reformular seu ensino militar, o que foi feito no começo do século XX, inclusive com o estudo de casos históricos para se evitar os mesmos erros, como a falta da logística e do conhecimento do ambiente.

A falta de uma preparação militar adequada foi uma das grandes responsáveis pelo desfecho cruel de Canudos. Com as derrotas e as poucas habilidades das primeiras expedições, a ação militar acabou como uma incursão que tinha por objetivo vingar os derrotados e eliminar pretensos “inimigos” da República, como havia sido divulgado, sem provas, pelo país.

09 a 13 de maio de 2011

Os movimentos messiânicos de Juazeiro e do Contestado, posteriormente acontecidos, comprovariam que não havia inimigos do Estado, mas sim foi a falta do Estado que levou ao povo se agarrar àqueles que proporcionassem palavras de conforto e meios de sobrevivência.

O genocídio em Canudos teve vários responsáveis: Exército, governo estadual e federal, a sociedade brasileira e os próprios sertanejos. A escalada de violência alcançou um caminho sem volta que deixou centenas de mortos com números nunca definidos e que demonstrou que a divisão social existente foi, essa sim, uma ameaça ao novo regime.

Para os mais fortes, que foram os sertanejos que resistiram aos soldados, restou o consolo de que, segundo Euclides da Cunha, “Canudos não se rendeu”²³⁶.

Bibliografia

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol.**

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.**

Publicações da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Sem Editora.

²³⁶ CUNHA, Euclides. Os Sertões. pag. 265.

Virna Ligia Fernandes Braga*

Resumo: O presente artigo resulta do projeto de doutoramento e busca analisar o processo de transição entre um Estado ausente e outro que, gradativamente, foi assumindo a responsabilidade sobre a assistência social como um todo. Metodologicamente, a abordagem parte do conceito de reciprocidade, no qual as doações traziam *status* a quem doava e estabeleciam, também, uma hierarquia entre doador e receptor.

Palavras-chave: Assistência, Filantropia, Estado, Minas Gerais.

Abstract: This article is the result of the doctoral project and seeks to analyze the process of transition from one state away and another that gradually was taking responsibility for social assistance as a whole. Methodologically, the approach is based on the concept of reciprocity, in which the donations brought status to those who donated and also established a hierarchy between donor and recipient.

Keywords: Assistance, Philanthropy, State, Minas Gerais.

Como um problema social sem precedentes, a pobreza tem suscitado debates variados bem como a busca por estratégias capazes de minimizar seus efeitos devastadores. A assistência adquiriu, portanto, um caráter imprescindível no enfrentamento da chamada “questão social”, através de iniciativas da própria sociedade civil e também do poder público. Deste modo, as tentativas de solucionar tal questão remontam às primeiras leis voltadas para os pobres em meados do século XIV²³⁷ (KIDD, 1999:17) e chegam, atualmente, aos modelos de previdência social que conhecemos.

A atenção da sociedade e do Estado para com os pobres, ou a presença de uma “questão social”, apresenta variações relacionadas ao contexto histórico. Para Robert Castel, no período medieval apenas a pobreza por opção era valorizada, apesar das demais terem

* Mestra e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, linha de pesquisa “Poder, Mercado e Trabalho”. Dissertação defendida em dezembro de 2006: *Entre a Honra e o Mercado: análise do processo de formação do movimento docente em Juiz de Fora (1934-1964)*.

²³⁷ Os historiadores dataram o século XVI como marco divisório entre uma assistência mais e menos racional a partir da criação da Lei dos Pobres na Inglaterra, em 1531. A lei cobrava uma taxa da população para que a ajuda aos pobres fosse feita. Muito embora a gestão desses recursos fosse descentralizada, era o Estado quem administrava os fundos captados e, também, “*complementava com seus próprios recursos um dos mais amplos sistemas de assistência à pobreza existente no mundo*”.

09 a 13 de maio de 2011

certa utilidade. Ao condenar o lucro e o comércio, o cristianismo católico propiciava ao pecador um meio de aliviar sua culpa, através da ajuda caridosa aos pobres. A existência da pobreza viabilizava a salvação dos ricos, o que explica o grande número de testamentos que deixavam consideráveis fortunas em benefício dos destituídos. O autor afirma que a economia da salvação estabeleceu um comércio entre ricos e pobres, vantajoso para ambos e que colocou a pobreza como um valor de troca (CASTEL, 1998: 63-65).

Apesar deste valor de troca existia também uma ajuda recíproca: algumas necessidades materiais dos pobres eram satisfeitas e, de certo modo, as necessidades espirituais dos doadores eram atendidas. Na verdade, tais relações se processavam com base na reciprocidade (GODELIER, 2001) uma vez que o doador recebia, em troca de sua doação, um contradom, expresso através de obrigações que ficavam subentendidas pelos pobres, como o exemplo das orações feitas para os mortos que haviam deixado algum tipo de doação em seus testamentos.

Castel destaca determinados acontecimentos cruciais, a Peste Negra e a Guerra dos Cem Anos, por exemplo, como desencadeadores do que ele denominou de “*desconversão da sociedade feudal*”, caracterizada por uma série de mudanças que aconteceram a partir de meados do século XIV. As práticas sociais responsáveis pela manutenção das redes de solidariedade foram afetadas e o sistema de proteção horizontal, constituído desde o início da Idade Média, cedeu espaço a novas ordenações sociais e a estruturas que combinavam continuidade e mudança (CASTEL, 1998: 109).

Deste modo, aos poucos, os costumes se pulverizaram diante de uma mobilidade “incontrolável” dos camponeses que, apartados da terra, na condição de *desfiliados* (indigentes válidos), emigravam em grande número para as cidades. Imigrantes rurais, sem qualificação nenhuma, a disputar empregos com mestres de ofício e artesãos. Ao analisar a situação de grande parte da população europeia neste período, que marca o processo inicial da pauperização de massa, Castel relembra Geremeck ao falar da “a-funcionalidade” da mão-de-obra camponesa: sem sua cultura solidária tradicional e sem as proteções que ela proporcionava, os antigos camponeses se tornaram, naquele momento, estrangeiros em relação à dinâmica urbana, aos suportes econômicos e às relações ligadas à cultura da cidade (GEREMECK, 1995).

Portanto, Castel conclui que, apesar de ter se originado das mutações nas estruturas agrárias, foi na cidade que o pauperismo se manifestou e ainda se manifesta mais amplamente. Segundo o autor, a “população residual” do século XIV não era somente uma

09 a 13 de maio de 2011

reserva de mão-de-obra, um exército de reserva, mas era formada por indivíduos desterritorializados e que não encontravam um lugar na organização tradicional do trabalho. Havia demanda de mão-de-obra, em contraste com sujeitos sem qualificação para assumir os postos de trabalho. Num primeiro momento, tais indivíduos “disponíveis” não eram imediatamente recrutáveis e, por muito tempo, não teriam nenhum lugar neste código específico do trabalho (CASTEL, 1998: 117).

O destino desses *desfilados* atravessou todas as sociedades européias até o fim do Antigo Regime; excluídos dos laços comunitários por não pertencerem a nenhum “estado” social, passaram a ser reconhecidos como vagabundos, deslocados para as alas sociais mais marginais. Até o século XVI, ser um vagabundo significava ser um indivíduo com má fama: ociosos, malabaristas, mendigos, velhacos, jogadores, prostitutas, entre outros. A partir daí, a sistematização da pobreza e o surgimento das novas relações econômicas e sociais, advindas da crise do sistema feudal e do desenvolvimento pré-capitalista, fez com que à categoria de vagabundo se acrescentassem mais duas características: a ausência de trabalho, vista como falta de “vontade” de trabalhar do indivíduo; e o fato de ser “*sem fé nem lei*”, o que queria dizer sem pertencimento comunitário (CASTEL, 1998:119).

Sandra Cavallo, ao analisar as formas de assistência na Itália, afirma que o século XVI foi marcado pela laicização do socorro público, através de instituições como as guildas e irmandades, além dos socorros prestados pela administração das cidades. Durante este período, a assistência se dava de maneira anônima, direcionada para aqueles “*que ainda tivessem suas raízes comunais bem fincadas*”, situação que se modificou no final do século XVII quando tal modelo de caridade sofreu alterações (CAVALLO, In: CUNNINGHAM, 1998).

Segundo Cavallo, tais mudanças se explicam devido à transformação das cidades em espaço de competição entre diferentes setores da elite que se sentiam ameaçados pelo surgimento de novos grupos sociais. Estrategicamente, a elite “*investiu na construção de instituições de segregação dos pobres*”, para manter seu capital simbólico²³⁸ preservado e demonstrar sua generosidade. A partir daí, o pobre já não estava mais inserido na comunidade e passou a sofrer um progressivo isolamento (Idem).

As mudanças nas formas de auxílio refletiam o aparecimento da indigência “*como um fenômeno de massa*”, o que ocorreu por volta do fim do século XVII e durante todo o século XVIII. Até então, a presença de um grande número de indigentes, mendigos e vagabundos,

²³⁸ Sobre o conceito de capital simbólico ver BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996. Cap. 5. É possível um ato desinteressado?.

09 a 13 de maio de 2011

constantemente citados na literatura da época, era vista como atípica e designava pessoas “*fora do regime comum*”. De certo modo, tais indigentes pouco alteravam a imagem de uma sociedade equilibrada. A situação se modificou a partir do fim do século XVII, quando houve uma tomada de consciência da *vulnerabilidade de massa*, da miséria e de seus riscos de dissociação social, que passaram a atingir não só os assistidos e os desfiliaados, ou os elementos marginais daquela sociedade, mas também boa parte da população em geral (CASTEL, 1998: 220-221).

Urbanização, imigração e revolução industrial, trouxeram mudanças radicais e arrastaram parte considerável das pessoas à miséria e à pobreza. A queda do Antigo Regime e a resposta liberal à questão social não funcionaram, pois o princípio do livre acesso ao trabalho abriu uma era de conflitos e o processo crescente de industrialização resultou no pauperismo. A industrialização criou a desfiliação de massa e colocou em pauta o que Castel denominou de “*política social sem estado*”. Era necessário cuidar dos pobres para preservar a ordem social, mas cabia à sociedade realizar tal tarefa (CASTEL, 1998: 277-278).

O pauperismo sancionou “*o fracasso do otimismo liberal modelo século XVIII*” e representou uma ruptura com o passado, além de uma ruptura na organização do trabalho. Que tipo de modernidade traria consigo uma desagregação social completa? Como lidar com o progresso e a desfiliação maciça dos indivíduos no cerne do processo de produção de riquezas? O “homem novo”, que surgiu com o avanço das tecnologias e com a inovação dos meios de produção, não correspondia à realidade da grande massa de trabalhadores explorados, empobrecidos, que só possuíam sua força de trabalho com meio de sobrevivência. Tais questionamentos atravessaram o fim do século XVIII e chegaram ao XIX com o estigma da desintegração ou ruptura social (CASTEL, 1998: 297-298).

Na Europa a preocupação com os pobres existiu desde a Idade Média e, no Brasil, tal preocupação esteve presente também muito cedo, através da presença de instituições de caridade, laicas e religiosas, existentes desde a Colônia como também das constantes doações do Imperador para o auxílio aos pobres. Sobre este tema, o trabalho de Laura de Mello e Souza (SOUZA, 1986), lançado nos anos 80 do século XX, traz uma abordagem pioneira ao discutir a pobreza através da criação do conceito de *desclassificação social*, para caracterizar a imensa categoria de pobres existentes na Minas Gerais setecentista.

A temática passou a ser revisitada e surgiram outras pesquisas, boa parte delas voltadas para o estudo da infância desvalida, com destaque para os trabalhos de Renato Pinto Venâncio. Sua tese de mestrado, *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de*

Janeiro no século XVIII (VENÂNCIO, 1988) foi uma contribuição importante para o estudo do abandono em paróquias rurais e urbanas no Rio de Janeiro setecentista. Já o livro *Famílias Abandonadas* é uma versão resumida da sua tese de doutorado intitulada *Casa da Roda: Institution d’assistance infatle au Brésil – XVIIIe et XIXe siècles*, na qual analisa as instituições que recolhiam os expostos através das Santas Casas de Misericórdia da cidade de Salvador e do Rio de Janeiro (VENÂNCIO, 1999). Recentemente Venâncio organizou o livro *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII-XX*; a obra reúne artigos variados que tratam desde a comparação entre os ‘enjeitados’ do Brasil e de Portugal, até a transição do conceito de ‘exposto’ para o de ‘menor abandonado’ (VENÂNCIO, 2010).

Entre as pesquisas desenvolvidas sobre a temática da pobreza e assistência destacam-se também as de Irene e Irma Rizzini. Relacionadas à infância abandonada no Brasil, essas obras representam boa parte da produção acadêmica nacional ligada à assistência. Os trabalhos das irmãs Irene e Irma Rizzini abordam o papel social atribuído à infância caracterizada como pobre e abandonada (material e moralmente), como também a legislação. Ambas destacam que o foco sobre a infância pobre redundou no desenvolvimento de um complexo aparato jurídico-assistencial sob a liderança do Estado, materializado através da criação de inúmeras leis e instituições destinadas à proteção e à assistência a infância.²³⁹

Em se tratando especificamente das Santas Casas de Misericórdia, Gisele Sanglard apresenta importante estudo sobre o modelo assistencial baseado na ação das Santas Casas de Misericórdia e afirma que essas instituições detiveram o privilégio dos serviços assistenciais, reunindo as elites em torno de ideais comuns, pautados no discurso caritativo e posteriormente filantrópico (SANGLARD, 2008). Liliane Alves Fernandes (FERNANDES, 2009), analisa o processo de implementação das Santas Casas de Misericórdia no Brasil, dando especial ênfase à sua expansão durante o período de consolidação da República brasileira, mais concretamente entre 1922 a 1945. Sua pesquisa demonstra que as Santas Casas se fortaleceram no segmento de assistência médica, tornando o Estado brasileiro

²³⁹ RIZZINI, Irene. *O Movimento de Salvação da Criança no Brasil: Idéias e Práticas Correntes de Assistência à Infância Pobre na Passagem do Século XIX para o XX*. Congresso Brasa VIII Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, USA 13-16 de outubro de 2006. p.5. Ver também: PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño : EDUSU/AMAIS, 1995. RIZZINI, Irene. *O século perdido*. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: EDUSU/AMAIS, 1997. RIZZINI, Irma. *Pequenos trabalhadores do Brasil*. In: PRIORI, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. 2 ed, São Paulo: Contexto, 2000. RIZZINI, Irene. *Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. USU, 1989.

dependente das suas atividades. O trabalho discute ainda o imaginário social da caridade e filantropia e a forma como tais preceitos configuraram a assistência médico-social no país.

Cabe citar, ainda, as pesquisas de Luciana de Araújo Pinheiro (PINHEIRO, 2003), que trata do auxílio à infância desvalida no Rio de Janeiro, entre 1879 e 1889 e também a de Cláudia Tomaszewski, que abarca um período próximo ao deste projeto (1847 a 1922). Nele a autora enfoca a caridade e a filantropia na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (RS) (TOMASCHEWSKI, 2007).

Com a inserção gradativa do país no sistema capitalista, os pobres em geral vivenciaram um processo de exclusão em um contexto no qual a urbanização dos espaços públicos e as mudanças no mercado de trabalho os colocavam cada vez mais à margem da sociedade, diluindo as relações horizontais de solidariedade. Em meio a um contingente enorme de imigrantes e de homens do campo que buscavam melhores oportunidades de vida nas cidades, a pobreza emergiu como uma questão social importante no Brasil. Acrescenta-se à imigração e ao êxodo rural, os negros recém libertos que também se dirigiram para as cidades, sem ocupação e sem moradia e ainda convivendo com estigma da escravidão, para se juntar aos já desafortunados que precisavam da assistência alheia.

No caso de Minas Gerais, como em grande parte dos estados brasileiros, os socorros iniciais à pobreza se originaram das irmandades e congregações religiosas, através das inúmeras Santas Casas de Misericórdia existentes no país. No período imediato à abolição da escravatura, essas instituições de caridade se responsabilizaram por todo o tipo de auxílio aos pobres, aos indigentes em geral, aos órfãos, aos mendigos, às viúvas, inválidos e doentes de todo tipo.

De acordo com as fontes já previamente consultadas, entre o século XIX e início do XX os serviços das Santas Casas não se restringiam à assistência hospitalar.²⁴⁰ Sanglard destaca que nas sociedades ocidentais o hospital representava a tradicional caridade cristã para com os pobres. De certa forma, o Brasil acaba por repetir a experiência européia, pois no período medieval os hospitais eram albergues a acolher não somente doentes, mas viajantes e qualquer um que não tivesse onde ficar (SANGLARD, 2008).

A presença da filantropia e da caridade no estado de Minas foi responsável por grande parte da assistência destinada aos pobres e desvalidos em geral. Nas associações beneficentes os doadores compunham as mesas diretoras e organizavam os socorros imediatos. Com o

²⁴⁰ O levantamento de fontes foi realizado no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, através dos documentos produzidos pelo Departamento de Saúde e Assistência Pública, do Departamento Social do Menor, Presos Pobres e Polícia, que datam de 1894 a 1931.

09 a 13 de maio de 2011

aumento do número de necessitados, o Estado é chamado a colaborar não só financeiramente como também através da fiscalização de cada associação e casa de caridade. Entre fins do século XIX e início do XX, as estratégias de auxílio e assistência à pobreza irão se institucionalizar gradativamente por meio das medidas do poder público e da iniciativa privada com o intuito de amenizar os efeitos sociais da pobreza. A Secretaria do Interior de Minas Gerais se tornou responsável pelas subvenções e pela fiscalização das associações caritativas responsáveis pelo auxílio aos desafortunados.²⁴¹

Em um país repleto de desigualdades sociais como o Brasil, os impactos e conseqüências do crescente número de pobres que engrossam as fileiras da sociedade são percebidos de forma clara e precisa. Desde o final do século XIX o país convive com um crescente número de miseráveis excluídos de qualquer sistema de proteção, são milhares de sujeitos que não pertencem à sociedade porque não participam da organização social vigente, não ocupam nenhum lugar no processo produtivo. O presente projeto de doutorado resulta destas reflexões e busca analisar as propostas de assistência à pobreza, no âmbito da iniciativa pública – especificamente no estado de Minas Gerais – e privada – das iniciativas da sociedade em geral, caritativas e filantrópicas, através da criação de associações beneficentes, santas casas de misericórdia, asilos, orfanatos, etc.

A idéia é descortinar as estratégias de proteção existentes em Minas Gerais em um período de transição, no qual o Estado é chamado a se responsabilizar pelo auxílio aos pobres e desvalidos, além de desenvolver uma espécie de parceria com as iniciativas de assistência advindas da sociedade civil. Politicamente, a implantação do modelo federativo da República dava a cada estado autonomia administrativa; social e culturalmente, as relações fundamentadas em laços comunitários e de solidariedade cediam espaço para mudanças na composição social, resultantes do processo imigratório, da recente abolição da escravatura e do desenvolvimento de novas relações de produção. Estudar a assistência a partir deste panorama possibilita traçar um perfil das políticas sociais de auxílio para o estado de Minas, de forma mais completa, com ênfase em setores que ainda não foram alvo de uma pesquisa mais aprofundada.

²⁴¹ APM, fundo documental da Secretaria do Interior, Departamento de Assistência e Saúde Pública, série 10, com destaque para: 1907 – Requisição de verbas para o sustento de casas de caridade; 1907-1908 – Correspondência referente a asilos; 1908 – Correspondência pelo Secretário do Interior referente à administração de casas de caridade; 1909 – Relatórios, listas de doentes, requisições referentes a verbas e casas de caridade; 1911 – Correspondência recebida e expedida pelo Secretário do Interior e documentos diversos referentes a casas de caridade; 1913 – Relatórios de funcionamento de casas de caridade (requisições de verbas para manutenção de casas de caridade); 1914 – Correspondência referente a auxílios e subvenções a casas de caridade, associações beneficentes, hospitais. Ver lista completa em anexo.

09 a 13 de maio de 2011

Quanto ao recorte escolhido, este abrange o período que vai da abolição da escravatura em 1888 até a criação da Lei nº. 4682 de 1923 - Lei Elói Chaves, que instituiu as caixas de aposentadorias e pensões para ferroviários e também do Decreto 16.027, do mesmo ano, que instituiu o Conselho Nacional do Trabalho. Ao utilizarmos a abolição como marco inicial significa que estamos elegendo uma sociedade emancipada como foco de nossa pesquisa. Esta era herdeira de um passado escravista responsável pela produção da pobreza e marginalização de milhares de seres humanos; uma sociedade que estava trilhando os primeiros passos da cidadania. Referir-se a esses milhares de pobres, nesse período, não constitui tarefa fácil.

Na concepção de Hebe Mattos na pós-abolição teria ocorrido um lento desaparecimento da menção à cor branca como referência à liberdade e à negra como identidade do cativo. Portanto, diante da dificuldade de se precisar o número de libertos e afro-descendentes pelas fontes, presume-se estarmos diante de uma sociedade altamente diversificada, com diferentes gradações de cor, vinculadas direta ou indiretamente ao cativo. Soma-se a esse contexto, a entrada de milhares de imigrantes, em sua maioria italianos, pela política subvencionada do Estado, que certamente ajudou a engrossar as fileiras dos pobres do período (MATTOS, 1995).

Se comparado ao caso paulista, por exemplo, onde os 2,1 milhões de imigrantes europeus que entraram para o estado entre 1888 e 1928, tornaram a presença dos libertos e trabalhadores nacionais menos perceptível entre os paulistas, em Minas Gerais, a maior província escravista do século XIX, o pós-abolição possuiu contornos diferenciados. Minas contava em seu espaço geográfico com diferentes concentrações de libertos (mais presentes nas áreas vinculadas à agroexportação); uma grande população afrodescendente, (espalhada por todo seu território) e ainda possuía a presença diminuta, contudo não menos importante, de aproximadamente 60 mil imigrantes europeus, com entrada oficial pela hospedarias - nas áreas exportadoras, naquelas vinculadas a produção de alimentos e na própria capital Belo Horizonte (MONTEIRO, 1974). Essa população de origem espacial e étnica diversificada é que constituía a grande maioria de pobres, grupo social em foco.

O marco final, a Lei Elói Chaves, foi escolhida porque, de certo modo, representa uma iniciativa pioneira por parte do Estado para a universalização da assistência ao trabalhador no Brasil. A lei garantia aposentadoria por tempo de serviço ou invalidez, pensão para herdeiros no caso de falecimento do trabalhador, socorros médicos e medicamentos por preços especiais. Já o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), criado para substituir o Departamento Nacional do Trabalho, foi concebido para atuar como um órgão consultivo do governo em

09 a 13 de maio de 2011

assuntos relacionados ao trabalho e à previdência social, deste modo representava uma forma de regulamentação do setor na década de 1920. Era sua função a fiscalização das empresas de seguros contra acidentes de trabalho e das Caixas de Aposentadoria e Pensões, a realização de inquéritos e a coleta de informações sobre os diversos problemas sociais, regulamentação do horário de trabalho e o estabelecimento de comitês de conciliação e arbitragem (SOUZA, 2009: 225-226).

Muito embora existam diversos trabalhos voltados para o tema da pobreza e da assistência para algumas regiões do Brasil, nenhum deles procurou analisar as propostas de auxílio aos pobres no estado de Minas Gerais, tanto por parte da sociedade, através de suas associações beneficentes, quanto da iniciativa pública. Para a cidade de Belo Horizonte, temos a tese de doutorado de Marco Antônio de Souza, publicada em 2004, com o título de *A economia da caridade: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte*. Souza trabalha com a filantropia como forma de dominação e disciplinarização dos indivíduos, denominando de ‘economia da caridade’ a ação conjunta de várias instituições destinadas a assistir os pobres operários. O autor percebe a assistência como forma de dominação e enfatiza a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e o Instituto João Pinheiro como locus privilegiado de análise (SOUZA, 2004).²⁴²

Especificamente sobre mutualismo e filantropia, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi desenvolveu uma pesquisa sobre as associações mutualistas e filantrópicas de Juiz de Fora e do Rio de Janeiro, em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX (VISCARDI, 2004: 99-113). A autora destaca o associativismo operário urbano e o papel das sociedades filantrópicas, além de abordar o mutualismo como uma das estratégias escolhidas pelos trabalhadores para escapar às condições de pobreza em que viviam ou, pelo menos, amenizá-las (VISCARDI, 2008: 117-136). Há também o trabalho de Jefferson de Almeida Pinto, sobre o processo de controle social formal e informal sobre a pobreza urbana em Juiz de Fora, na passagem para a modernidade, século XIX ao XX (PINTO, 2008).

O autor focaliza a atuação da polícia e da Igreja Católica, através de ações e projetos direcionados para a manutenção da ordem na cidade. Tais projetos, voltados para a resolução dos problemas sociais frente à crescente criminalidade, estavam ligados ao temor das elites em perder o controle sobre a massa trabalhadora e também sobre o mercado de trabalho. Na cidade e na região. As autoridades policiais não sabiam o que fazer com mendigos, vadios, menores, loucos, doentes, idosos, entre outros, abandonados em suas celas. Neste contexto, na

²⁴² O autor utiliza Michel Foucault e Klaus Offe para fundamentar sua abordagem da caridade como forma de dominação e disciplinarização.

09 a 13 de maio de 2011

busca pelo combate ao crescente processo de secularização característico do período, o projeto do clero romanizado da cidade passa a atuar sobre os considerados “verdadeiros pobres” e sem nenhum tipo de amparo.

Diante deste breve panorama historiográfico apresentado, nossa pesquisa se justifica devido à ausência de análises que tratam especificamente da assistência a pobreza em Minas Gerais, de forma mais generalizada, sem privilegiar os cuidados médicos ou os hospitais, ou uma cidade determinada. Aqui, o que se pretende é analisar as estratégias de auxílio à pobreza por parte das instituições privadas, sustentadas pela filantropia, e das iniciativas do poder público mineiro, sem focar um segmento da assistência em especial; trata-se de estudar os socorros como um todo.

O fato de não privilegiarmos o estudo de uma instituição específica, como o Instituto João Pinheiro, um dos focos do trabalho de Souza, ou hospitais, objetos de estudo de outros trabalhos aqui citados, ou associações de caridade, amplia os parâmetros de análise contribuindo para a construção de um enfoque mais generalizado. Além disso, a pesquisa contribui para o aprofundamento dos estudos sobre a temática da assistência no país, visto que existem poucos trabalhos sobre o tema no Brasil, o que causa estranheza tendo em vista a grande produção internacional e a pobreza existente em um país com recente passado escravista como o nosso.

O recorte geográfico e temporal, Minas Gerais entre os anos de 1888 e 1923, reforça ainda mais a importância da pesquisa diante das peculiaridades do escravismo em Minas, estado em que a mão-de-obra escrava mais perdurou. O grande contingente populacional do estado e seu papel importante na política e economia nacionais reiteram a relevância do presente trabalho na produção acadêmica sobre a história de Minas Gerais.

A preocupação com a pobreza se agrava na medida em que o número de pobres sofre um aumento considerável, devido às mudanças econômicas e sociais advindas do processo de industrialização, urbanização e imigração. Sem acesso a terra e sem condições de manter sua subsistência, milhares de pessoas se dirigiram para os centros urbanos em busca de trabalho, o que resultou em uma enorme massa de pauperizados que passou a preocupar tanto a sociedade quanto o poder público.

Entretanto, num primeiro momento, não havia a presença do Estado para prover e organizar o auxílio aos “desafortunados” e, deste modo, foi a sociedade – ao sentir-se ameaçada pelo crescimento do número de pobres – quem se mobilizou para tentar solucionar a questão. Diversas estratégias de assistência foram sendo desenvolvidas. Primeiramente,

09 a 13 de maio de 2011

advindas da Igreja: a exemplo das irmandades religiosas, membros da própria Igreja, fiéis filantropos, entre outros, que acabam por assumir a liderança sobre as ações de socorros aos miseráveis.

Em um segundo momento, o poder público deu início a uma série de ações voltadas para a assistência aos pobres e desvalidos, e os municípios assumiram o recolhimento das doações e sua distribuição. Além disso, fiscalizavam e cobravam impostos direcionados aos socorros em geral. A caridade e a filantropia eram fiscalizadas e organizadas pelo poder público. Em Minas Gerais, logo após a abolição, percebe-se que o que ocorria não era diferente.

Cabia ao poder público mineiro cuidar para que as doações fossem utilizadas da melhor forma possível. A fiscalização era rígida e deviam ser produzidos relatórios anuais, e após 1889 bienais, por parte das associações de caridade e instituições de auxílio. De posse dos relatórios, o Secretário do Interior, por meio da análise dos funcionários do Departamento de Saúde e Assistência Pública, decidia se determinada instituição iria receber ou não a subvenção do governo, que era votada na Lei de Orçamento anual. Tal controle se dava tão somente sobre as instituições que recorriam ao poder público em busca de subvenções ou isenções de impostos. As demais eram isentas de fiscalização, a não ser em ocasiões em que denúncias contra desvios ou má gestão eram feitas.

Nas fontes consultadas existem centenas de relatórios das casas de caridade, pareceres dos promotores públicos das comarcas de Minas Gerais sobre a fiscalização das organizações de socorro aos pobres por parte do Estado e também pedidos de subvenção que podiam ser aceitos ou negados, a exemplo do que se segue:

(...) A mesa administrativa do Hospital de Misericórdia da cidade de São João Del Rey satisfazendo a urgência do artigo 11 da Lei nº 2545 de 31 de dezembro de 1849, apresenta a vossa excelência o relatório do hospital do recebimento de órfãos e mapa de alienados tratados naquela Pia Instituição vem escrupulosamente pedir a Vossa Excelência se sirva mandar que lhe seja entregue os auxílios consignados pela lei nº 227 de 27 de setembro do ano passado para o Hospital e Hospício de alienados. Pede deferimento em 14 de janeiro de 1898. Procurador João José de Oliveira.²⁴³

Como resposta, o Departamento de Saúde e Assistência Pública enviou o seguinte parecer:

²⁴³ APM: Fundo da Secretaria do Interior, Série 10 - Departamento de Saúde e Assistência Pública, 1898 - Requisições referentes a pagamentos de hospitais, hospícios, casa de caridade, recibos e notas de vendas. SI-1598. “Pedido de Auxílio da Santa Casa de Misericórdia, Hospital de Alienados e Asilo de São João Del Rey”. 14/01/1898.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”

09 a 13 de maio de 2011

(...) Penso que a exposição que acompanha este requerimento não satisfaz a lei, visto que esta exige o relatório do ano anterior e a exposição se refere ao período de 1896 a 1897. Quanto ao auxílio relativo ao recolhimento de órfãos, cabe à 3ª seção informar.

(...) A 3ª seção negou o pedido, devido à falta de informações sobre os órfãos recebidos no relatório.²⁴⁴

A caridade e a filantropia desempenhavam papel fundamental, pois foram os meios principais de assistência aos pobres em Minas Gerais. Indivíduos, instituições e mesmo o Estado justificavam as atitudes tomadas para prestar socorro aos pobres como atos de caridade e beneficência. No período de que trata nosso projeto, a assistência era vista como um ato de bondade ou de humanitarismo para com os “desafortunados”.

Na afirmação acima, reside a importância de se estudar o modelo de assistência desenvolvido em Minas Gerais comparando-o com outros modelos já estudados para outras regiões do Brasil, principalmente por que temos como base pesquisas já avançadas produzidas sobre os casos italiano, português, francês e inglês, conforme a vasta bibliografia sobre o tema já existente. Nossa proposta é estudar o processo de transição entre um Estado ausente e outro que, gradativamente, foi assumindo a responsabilidade sobre a assistência social como um todo.

As análises feitas sobre as políticas públicas e privadas de assistência trabalham com correntes distintas sobre as motivações de auxílio à pobreza: a primeira está fundamentada nas iniciativas de auxílio como forma de controle social sobre os pobres²⁴⁵; a segunda corrente vê o comportamento do doador a partir da psicologia social²⁴⁶; a terceira inspira-se na teoria dos jogos, que coloca as relações de solidariedade e altruísticas como relações de troca²⁴⁷; a quarta é última corrente se liga às teorias da reciprocidade (GODELIER, 2001).

Nossa abordagem não vê a filantropia como forma de controle social, tal como foi analisada por estudos baseados em Foucault, mas a partir de uma relação de reciprocidade, tendo por base as teorias de dom e contradom. As associações de beneficência encaravam o serviço para os pobres como uma dádiva, não como direito. As doações traziam *status* a quem doava e estabeleciam, também, uma hierarquia entre doador e receptor, o dom expressava e

²⁴⁴ APM: Fundo da Secretaria do Interior, Série 10 - Departamento de Saúde e Assistência Pública, 1898 - Requisições referentes a pagamentos de hospitais, hospícios, casa de caridade, recibos e notas de vendas. SI-1598. “Resposta do Departamento de Saúde e Assistência Pública”. 17/02/1898.

²⁴⁵ Inspiradas em Foucault e em seu conceito de “poder pastoral”, essa corrente trabalha com a idéia de que tal poder volta para o indivíduo e lhe garante a salvação eterna. Este poder explicaria o comportamento altruísta e o advento da filantropia e do Estado de Bem-Estar social. VISCARDI, Cláudia. op.cit. p.126.

²⁴⁶ Nesta visão, a personalidade altruística resulta de um aprendizado na infância que prioriza o estabelecimento de relações sociais como forma de se conseguir *status* social. VISCARDI, Cláudia. op.cit. p.127.

²⁴⁷ Na medida em que o doador é racionalmente motivado a expandir seus ganhos pessoais para obter como resposta sua aprovação social e a gratidão do receptor..

09 a 13 de maio de 2011

legitimava tal hierarquia. De acordo com Godelier, movimentos opostos estariam contidos em um único e mesmo ato, já que o dom *aproxima* os protagonistas porque é partilha e os *afasta* socialmente porque transforma um deles em devedor do outro:

(...) Temos, então, um formidável campo de manobras e de estratégias possíveis contido virtualmente na prática do dom, e a gama de interesses opostos que ele pode servir. Torna-se igualmente fácil compreender que o dom, por sua própria dualidade e ambivalência, encontra as condições ideais para seu exercício e seu desenvolvimento no seio das sociedades cujo funcionamento repousa antes de tudo na produção e manutenção das relações pessoais entre os indivíduos e entre os grupos que a compõem, relações de parentesco, de produção, de poder, etc. (GODELIER, 2001: 23).

Na teoria dos jogos, a caridade é feita em busca de um resultado: distinção social. Nesse sentido, os agentes sociais não realizariam atos gratuitos. Entretanto, segundo Bourdieu, se você possui um espírito estruturado, um *habitus*, de acordo com as estruturas do mundo no qual está jogando, tudo lhe parecerá evidente e você nem questionará se o jogo vale a pena ou não ser jogado. Portanto, o autor discorda da teoria dos jogos, pois para ele o que é relevante é o *habitus* em que as pessoas estão inseridas (BOURDIEU, 1996: 135-137).

Na tentativa de orientar nossa investigação, existe uma série de perguntas a serem respondidas. Destacamos que, no Império, a ajuda aos pobres era centralizada na figura do Imperador como doador pessoal e como protetor de várias instituições beneficentes. Deste modo, o que fariam os republicanos a partir do fim da monarquia? Quem iria ajudar estes pobres? Tal processo de transição está inserido nas origens da assistência pública brasileira e coloca ainda as seguintes questões: qual o impacto da atuação da filantropia em Minas? Como ocorria, na prática, a relação de reciprocidade entre doador e receptor? Como se deu o controle do estado sobre os recursos assistenciais privados?

Os impasses da transição do Império para a República foram agravados pela multidão de ex-escravos completamente destituídos, afora os milhares de mulatos, pardos, gente de toda cor, parte de uma intrincada hierarquia social, com diferentes gradações de pobreza. Consideramos que esta é uma característica peculiar à experiência brasileira, que a diferencia da situação européia. E quando falamos de Minas Gerais, temos mais peculiaridades: uma região na qual a escravidão se manteve por mais tempo e daí conter o maior número de libertos do Brasil (MONTEIRO, 1974).

Além disso, fundamentados pelos preceitos liberais, os fundadores do regime republicano brasileiro iriam jogar sobre a sociedade civil este ônus, limitando-se a agir como Estado fiscalizador e árbitro. Percebendo as dificuldades desta sociedade em assumir tal ônus,

09 a 13 de maio de 2011

sobretudo após a fragilização da Igreja derivada da laicização de 1891, o Estado assumiria algumas responsabilidades, o que se deu através de subvenções e isenções de impostos. Aos poucos, o advento dos conflitos decorridos da agudização da “questão social” levaria a uma mudança de rumos: a consciência de que este dever caberia ao Estado majoritariamente, uma vez que as iniciativas eram insuficientes.

Entretanto, tais mudanças não aconteceram de um momento para outro. Se na Europa elas levaram séculos para acontecer, no Brasil foi preciso que a generalização da pobreza ultrapassasse o âmbito da filantropia e caridade, laica e católica, para se tornar um problema social capaz de mobilizar os recursos do Estado. A “questão social” não se tratava mais de uma questão de caridade, era necessário reformular as estruturas de assistência devido ao desenvolvimento de novas relações de trabalho nos centros urbanos. O surgimento de manifestações operárias na década de 1920 também anunciava uma mudança no perfil dos trabalhadores, que buscavam institucionalizar seus direitos.

É nesse momento que o Estado vai ser inserido mais profundamente no problema da assistência. Antes, sua ação limitava-se ao combate das epidemias e à promoção da higienização pública. Porém, mais tarde, ele teve que ceder a algumas pressões da sociedade civil organizada, o que se expressa, por exemplo, com a Lei de Acidentes de Trabalho de 1919 e depois, em 1923, com a Lei Elói Chaves. Nestes dois momentos o Estado chamou para si a responsabilidade por um controle mais efetivo sobre a assistência, até controlá-la inteiramente, o que se deu apenas em 1988 com a universalização do SUS.

Bibliografia

BALSA, Casimiro. BONETI, Lindomar e SOULET, Marc-Henry. (orgs.). Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social – uma abordagem transnacional. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

BECKER, Howard S. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Existe algum ato desinteressado?. In: Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus, 1996.

CAPONI, Sandra. Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica. 2ed, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

09 a 13 de maio de 2011

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: 3ed, Vozes, 1998.

CAVALLO, Sandra. *Charity as Boundary making: social stratification, gender and the family in the Italian states (XVII and XIX centuries)*. In: CUNNINGMAM, Hugh and INNES, Joanna.(eds). *Charity, Philanthropy and reform. From 1690 to 1850*. London, Macmillan Press, 1998.

CUNNINGMAM, Hugh and INNES, Joanna.(eds.) *Charity, Philanthropy and reform. From 1690 to 1850*. London: Macmillan Press, 1998.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: Sociedade e Cultura no Início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GEREMECK, Bronislaw. *Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia. (1400-1700)*. São Paulo: Cia das letras, 1995.

GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio, Civilização Brasileira, 2001.

KIDD, Alan. *State, Society and the Poor in XIX Century England*. London: Macmillan Press, 1999.

KIDD, Alan. *Philanthropy and the Social History Paradigm*. *Social History Journal*, (21), 1996, pp. 180-92.

PINTO, Jefferson de A. *Controle social e pobreza: Juiz de Fora, 1876-1922*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2008.

SANGLARD, Gisele. *A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização*. *Esboços (UFSC)*, Florianópolis - SC, v. 16, p. 11-33, 2006.

SANGLARD, Gisele. *Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

SANTOS, Marco Antônio C. dos. *Criança e criminalidade no início do século* In: PRIORE, Mary Del (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2000.

SCHNEEWIND, J.B. (org) *Giving: Western Ideas of Philanthropy*. Indiana: Indiana University Press, 1996.

SOUZA, Marco A. de. *A Economia da Caridade: Estratégias Assistenciais e Filantrópicas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Ed. Newton Paiva, 2004.

Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Genocídios, Massacres e Nacionalismos.”
09 a 13 de maio de 2011

VENÂNCIO, Renato P. Famílias abandonadas. São Paulo, Papirus, 1999.

VISCARDI, Cláudia. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. IN: Revista Brasileira de História – Dossiê: Repúblicas. ANPUH, vol.29, nº 58, jul.-dez. 2009.